

Deutsche Bank

Relatório Anual de 2016

Deutsche Bank

O Grupo num relance

	2016	2015
Informações financeiras chave		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(2,3) %	(9,8) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(2,7) %	(12,3) %
Rácio custo/rendimento ¹	98,1 %	115,3 %
Rácio da componente remuneratória ²	39,6 %	39,7 %
Rácio da componente não remuneratória ³	58,5 %	75,7 %
Total de receitas líquidas, em milhões de euros	30 014	33 525
Provisão para perdas de crédito, em milhões de euros	1 383	956
Despesas totais (excluindo juros), em milhões de euros	29 442	38 667
Custos ajustados	24 734	26 451
Resultado antes do imposto sobre o rendimento, em milhões de euros	(810)	(6 097)
Resultados líquidos, em milhões de euros	(1 356)	(6 772)
Resultados por ação básicos	€ (1,21)	€ (5,06)
Resultados por ação diluídos	€ (1,21)	€ (5,06)
Cotação da ação no fim do período	17,25 €	22,53 €
Cotação máxima da ação	22,10 €	33,42 €
Cotação mínima da ação	9,90 €	20,69 €

	31.12.2016	31.12.2015
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV <i>fully loaded</i>	3,5 %	3,5 %
Exposição de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV, em mil milhões de euros	1 348	1 395
Rácio Common Equity Tier 1 (fully loaded)	11,8 %	11,1 %
Rácio Common Equity Tier 1 (integração progressiva)	13,4 %	13,2 %
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	358	397
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1 591	1 629
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	60	63
Valor contabilístico por ação básica em circulação	42,74 €	45,16 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	36,33 €	37,90 €

Outra informação

Agências	2 656	2 790
Das quais, na Alemanha	1 776	1 827
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	99 744	101 104
Das quais, na Alemanha	44 600	45 757
Notação de risco de longo prazo da dívida sénior		
Moody's Investors Service	Baa2	A3
Standard & Poor's	BBB+	BBB+
Notações de risco da Fitch	A-	A-
Notações DBRS	A (baixa)	A

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

¹ Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

² Remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

³ Gastos operacionais (excluindo juros) da componente não remuneratória, definidos como despesas totais (excluindo juros) menos remunerações e benefícios, como uma percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

Índice

Grupo Deutsche Bank

Mensagem dos presidentes do Conselho de Administração - 3
Conselho de Administração - 7
Relatório do Conselho de Fiscalização - 8
Conselho de Fiscalização - 18
Estratégia 2020 - 20
Ações e obrigações do Deutsche Bank - 25

1 – Relatório de Gestão

36	Análise Operacional e Financeira
85	Perspetivas
95	Riscos e oportunidades
97	Relatório de Risco
223	Relatório de Remunerações
277	Responsabilidade corporativa
279	Colaboradores
284	Controlo interno sobre o relato financeiro
289	Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
295	Declaração de Governo da Sociedade , nos termos dos artigos 289.º-A e 315.º, n.º 5 do Código Comercial alemão

2 – Demonstrações financeiras consolidadas

297	Demonstração consolidada dos resultados
298	Demonstração consolidada do rendimento integral
299	Balanço consolidado
300	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
302	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
303	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
340	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
346	Notas ao balanço consolidado
418	Notas adicionais
479	Confirmações

3 – Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade:

483	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
499	Relato e Transparência
500	Operações com partes relacionadas
500	Auditoria e controlo
503	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

4 – Informações Adicionais

506	Medidas financeiras não-GAAP
513	Declaração de aval
514	Impressão/Publicações

Grupo Deutsche Bank

Mensagem dos presidentes do Conselho de Administração - 3
Conselho de Administração - 7
Relatório do Conselho de Fiscalização - 8
Conselho de Fiscalização - 18
Estratégia 2020 - 20
Ações e obrigações do Deutsche Bank - 25

Caros Acionistas,

2016 foi um ano de muitos desafios para o Deutsche Bank. Foi também um ano em que demonstrámos a nossa resiliência e em que mudámos muitas coisas para melhor, apesar do ambiente adverso.

As condições não eram as melhores. Os mercados financeiros mundiais assistiram ao mais difícil início de ano desta geração em muitos negócios de mercado de capital. As taxas de juro mantiveram-se em mínimos históricos e o ambiente macropolítico tornou-se crescentemente incerto.

Além disso, o Deutsche Bank enfrentou consideráveis desafios próprios. Em setembro de 2016, a fuga de informação sobre as nossas discussões com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos (DoJ) relativas à questão dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e uma proposta de liquidação inicial, que era superior à antecipada pelo mercado, suscitou preocupações sobre o impacto financeiro no Deutsche Bank. Estas preocupações afetaram não só os preços das ações e das obrigações do Deutsche Bank, mas também os nossos negócios com os clientes. Assim, foi um enorme alívio termos conseguido resolver esta questão antes do final do ano.

Tendo solucionado esta enorme fonte de incerteza, voltámo-nos para a questão mais fundamental relacionada com o modo como a nossa estratégia e o modelo de negócios poderiam evoluir. O Conselho de Administração analisou cuidadosamente as várias opções e, então, no início de março de 2017, anunciou os planos para que o banco retomasse o seu percurso de crescimento e êxito sustentável. O nosso objetivo é reforçar a posição enquanto banco europeu líder com alcance global, apoiado pela posição forte no nosso mercado nacional, a Alemanha.

Uma base de capital sólida é essencial se quisermos ser bem-sucedidos na nossa estratégia futura e captar oportunidades de crescimento para o Deutsche Bank. Por esse motivo, o Conselho de Administração decidiu efetuar uma mobilização de capitais, da qual esperamos uma receita de aproximadamente 8 mil milhões de euros. Isto permitir-nos-ia alcançar um rácio Common Equity *Tier 1* fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV de aproximadamente 14% numa base pró-forma a 31 de dezembro de 2016. Isto acabaria com qualquer incerteza associada à nossa solidez do capital e diminuiria de forma sustentável os nossos custos de financiamento.

No entanto, esta decisão importante não foi tomada de ânimo leve. Estamos plenamente conscientes de que esta medida poderá resultar numa diluição substancial para os nossos acionistas. No entanto, após ponderação cuidada, estamos convencidos de que este reforço da nossa base de capital é do interesse a longo prazo dos nossos acionistas, clientes, colaboradores e partes interessadas.

Irei agora facultar mais detalhes sobre a nossa estrutura nova. Vamos reorganizar o nosso negócio em três divisões:

- Vamos reter o Postbank AG e combiná-lo com o nosso negócio Private & Commercial Clients, criando, assim, o líder de mercado claro na Alemanha. Graças a mudanças na conjuntura regulamentar, económica e bancária, reter o Postbank é mais atrativo do que poderíamos ter previsto há dois anos.
- Planeamos lançar uma quota minoritária na Deutsche Asset Management, permitindo que esta empresa recupere o seu impulso de crescimento.
- O nosso objetivo é reconfigurar as nossas empresas Global Markets, Corporate Finance e Global Transaction Banking num único e integrado Corporate & Investment Bank, um banco de investimento liderado corporativamente. Ao mesmo tempo, continuamos empenhados numa cobertura de clientes institucional forte, mas focada. Continuamos empenhados na nossa estrutura global, que inclui expressamente as nossas atividades nos Estados Unidos e na Ásia e Pacífico.

Para cumprir os nossos objetivos estratégicos e alcançar o nosso potencial de geração de retornos para os acionistas, as reduções de custos adicionais são inevitáveis. O nosso objetivo é reduzir a nossa base de custo ajustada, incluindo o Postbank, para cerca de 22 mil milhões de euros em 2018 e 21 mil milhões de euros em 2021.

Naturalmente, esta estratégia não se prende apenas com custos, mas também com proveitos. O nosso Corporate & Investment Bank visará beneficiar de um ressurgimento de negócios baseados em clientes neste segmento, por exemplo, desbloqueando sinergias de proveitos através de um aumento das vendas cruzadas num negócio mais integrado e investimentos de crescimento direcionados.

A Deutsche Asset Management visa tirar partido da sua independência operacional aumentada para continuar a construir o seu negócio. A fusão do negócio Private & Commercial Clients na Alemanha com o Postbank também oferece potencial de crescimento, pela reunião de forças na digitalização. No futuro serviremos mais de 20 milhões de clientes na Alemanha, dos quais cerca de 10 milhões já utilizam os nossos serviços online. Isto dá-nos confiança. Os clientes de bancos alemães estão rapidamente a mudar o seu comportamento e nós queremos estar na linha da frente de capitalização desta mudança.

Estamos convictos que com esta estrutura ser-nos-á mais fácil servir os clientes de forma mais integrada. Este é um pilar sólido para um crescimento sustentável e melhores resultados para os nossos acionistas. O nosso objetivo é produzir rentabilidade do capital próprio tangível de aproximadamente 10% num contexto de negócios normalizado. Planeamos regressar a um rácio de distribuição de dividendos competitivo em 2018 e posteriormente. Para 2015 e 2016, pretendemos recomendar o dividendo mínimo obrigatório, considerando os resultados do banco nesses anos. Planeamos recomendar pelo menos o dividendo mínimo para 2017.

Agora vou voltar-me para os resultados do último ano. Estes refletem tanto os desafios que enfrentámos como as questões antigas que solucionámos. O banco teve uma perda líquida de 1,4 mil milhões de euros no ano. A nossa perda antes de impostos foi de 810 milhões de euros, após custos de 5,8 mil milhões de euros relativos a imparidades, encargos com litígios, reduções aceleradas em ativos não essenciais – e estas rubricas também incluíram custos de reestruturação e indemnização, cujo benefício em termos de poupança de custos será visível apenas a longo prazo.

Estas rubricas específicas foram parcialmente compensadas por ganhos únicos resultantes de alienações no valor de aproximadamente 1 milhar de milhão de euros. O impacto líquido destas rubricas específicas é, assim, de aproximadamente 4,8 mil milhões de euros, o que demonstra que o nosso desempenho ao nível operacional em 2016 foi melhor do que o sugerido pelos nossos principais números.

Também fizemos progressos na construção de um Deutsche Bank mais forte e seguro, cuja estrutura é menos complexa e, como tal, mais administrável. Esse progresso é notório em várias áreas.

Focámos o nosso negócio. Concluímos alienações, incluindo a nossa empresa Abbey Life, a nossa quota de 19,99% no Hua Xia Bank na China e a nossa unidade de corretagem nos Estados Unidos, Private Client Services. Anunciamos ainda a venda da Sal Oppenheim, empresa de manutenção de ativos.

Fizemos progressos no programa de saída de países e iniciámos o nosso programa de reestruturação de agências na Alemanha e noutros países europeus. Este programa envolve uma redução no número de colaboradores, parte da qual foi visível em 2016 – apesar da internalização de vários colaboradores externos e do reforço das nossas funções de controlo. Também reduzimos os custos.

Em Corporate & Investment Banking e no nosso negócio de mercados de capitais centrámos os nossos esforços nos clientes mais importantes e isso tornou-nos menos complexos e reduziu o risco.

Não tomámos estas medidas de ânimo leve. No entanto, estas medidas difíceis são inevitáveis se quisermos continuar a ser competitivos a longo prazo.

Reforçámos significativamente o nosso rácio de capital core. O nosso rácio Common Equity *Tier 1* fully loaded terminou o ano a 11,8%, o melhor nível durante três anos. Conforme medido numa base de integração progressiva, o nosso capital estava consideravelmente acima dos requisitos mínimos regulamentares. A mobilização de capitais que anunciámos reforçará este rácio, um indicador fundamental para os investidores, e visamos manter um rácio Common Equity *Tier 1* em conformidade com o CRR/CRD IV *fully-loaded* confortavelmente acima de 13% no futuro.

Melhorámos o nosso rácio de capital em 2016, reduzindo os ativos ponderados pelo risco em cerca de 40 mil milhões de euros durante o ano. Conseguimos fechar a nossa Non-Core Operations Unit (NCOU) conforme previsto antes do final do ano. Desde a sua criação em 2012, a NCOU alienou cerca de 120 mil milhões de euros em ativos ponderados pelo risco – mais de 90% da sua carteira inicial – e contribuiu com um benefício de capital equivalente a cerca de 8,5 mil milhões de euros.

Continuámos a tornar o Deutsche Bank mais seguro e mais simples.

Continuámos a modernizar a tecnologia, reduzindo o hardware e software em final de vida em cerca de 15% e reduzindo o número de sistemas operativos essenciais de 45 para 38 no percurso para o nosso objetivo de apenas quatro sistemas operativos essenciais.

A fiabilidade do sistema situa-se atualmente em valores recorde. Continuámos a reforçar os controlos internos substancialmente, contratando mais de 350 pessoas para as nossas unidades Compliance e Anti-Financial Crime e planeamos contratar mais de 600 este ano.

Tornámos o Deutsche Bank mais digital. Iniciámos a nossa nuvem privada interna, que nos permite armazenar dados de forma mais flexível e eficiente em termos de custos num ambiente virtual seguro. Expandimos as nossas aplicações bancárias móveis, nomeadamente permitindo aos clientes a possibilidade de consultar as suas contas em diferentes bancos através de uma única aplicação. No final de 2016, as transferências das nossas aplicações bancárias móveis já tinham ultrapassado os 2,7 milhões, mais de 300 000 acima do objetivo.

Resolvemos importantes questões de litígio. Das mais de vinte questões de litígio significativas, que incluem RMBS e são responsáveis por quase 90% do impacto financeiro previsto, alcançámos resoluções parciais ou totais em nove, incluindo algumas das maiores, e fizemos progressos na maioria das restantes. Em janeiro deste ano alcançámos resoluções com o

Departamento de serviços financeiros do Estado de Nova Iorque e com a Autoridade de conduta financeira do Reino Unido relativas a negociações de títulos russos e à função de controlo antibrandeamento de capitais na nossa divisão de banca de investimento.

Além disso, provámos a nossa resiliência. Na Corporate & Investment Banking, a nossa área de negócios Corporate Finance ajudou os clientes a angariar 380 mil milhões de euros em financiamento de dívida e de capital próprio e prestou aconselhamento sobre fusões e aquisições com um valor de 320 mil milhões de euros. Continuámos a ser um líder de mercado na Alemanha e mantivemos uma posição nos três principais bancos na Europa, de acordo com a *Dealogic*. A nossa divisão Global Markets manteve uma posição nos cinco principais em rendimento fixo global de acordo com o prestador de serviços de analítica *Coalition*.

Na Global Transaction Banking mantivemos a liderança em compensação. Nenhum banco é maior do que nós na compensação de euros e somos uma das cinco principais câmaras de compensação de dólares dos Estados Unidos. A nossa divisão Private, Wealth & Commercial Clients foi nomeada, pelo sétimo ano consecutivo, Melhor prestadora de serviços de banca privada na Alemanha e os leitores britânicos do Financial Times consideraram-nos “Wealth Manager of the Year” (Gestor de património do ano). A Deutsche Asset Management celebrou dez anos de prestação de serviços de fundos negociados em bolsa (ETF) e continuamos a ser um líder europeu.

Isto confere uma ideia daquilo que alcançámos em muitas frentes em 2016, apesar das condições adversas. É este progresso que confere um pilar sólido para voltarmos a colocar o Deutsche Bank no percurso do crescimento de uma forma cuidadosa e ponderada.

Olhando para a frente, para 2017, atualmente vemos uma melhor perspectiva para os proveitos, corroborada por uma modesta recuperação económica na Europa, uma robusta economia dos Estados Unidos e uma melhoria no ambiente das taxas de juro. Tivemos um início de ano bastante promissor, especialmente no nosso negócio de mercados de capitais e na banca empresarial e de investimento. Embora 2017 permaneça um ano de mudança para o Deutsche Bank, esperamos que os custos diminuam, pois os resultados do nosso programa de redução de custos estão a tornar-se visíveis e alienámos com êxito grande parte dos nossos ativos da NCOU. O nosso progresso deve tornar-se ainda mais notório quando resolvermos as questões de litígio pendentes, modernizarmos a nossa tecnologia e reforçarmos ainda mais os nossos controlos. Isto implicará despesas de reestruturação adicionais.

Começámos 2017 a partir de uma base muito mais forte e estamos a começar a colher as recompensas do nosso esforço. Isto deve-se à lealdade dos nossos clientes e aos esforços incansáveis desenvolvidos pela nossa equipa. Isto foi o que nos permitiu

provar a resiliência do Deutsche Bank e por isso, em nome de todos os meus colegas do Conselho de Administração, gostaria de expressar os meus mais sinceros agradecimentos.

Estamos a fazer progressos no sentido do nosso objetivo de construir um Deutsche Bank melhor: um banco que permite crescimento na economia, que serve a sociedade e cria um impacto positivo para os nossos clientes, a nossa população, as comunidades que servimos e para os nossos acionistas.

Atenciosamente,



John Cryan
Presidente do Conselho de
Administração,
Deutsche Bank AG

Frankfurt am Main, março de 2017

Conselho de Administração

John Cryan, *1960

desde 1 de julho de 2015 até 19 de maio de 2016 Copresidente do Conselho de Administração desde 19 de maio de 2016 Presidente do Conselho de Administração

Kimberly Hammonds, *1967

desde 1 de agosto de 2016
Diretor de operações e diretor de informações do Grupo

Stuart Lewis, *1965

desde 1 de junho de 2012
Diretor de risco

Sylvie Matherat, *1962

desde 1 de novembro de 2015 Diretora regulamentar

Nicolas Moreau, *1965

desde 1 de outubro de 2016
Diretor de Deutsche Asset Management

Garth Ritchie, *1968

desde 1 de janeiro de 2016
Diretor de Global Markets

Karl von Rohr, *1965

desde 1 de novembro de 2015 Diretor administrativo

Marcus Schenck, *1965

desde 21 de maio de 2015
Diretor financeiro

Christian Sewing, *1970

desde 1 de janeiro de 2015
Diretor de Private, Wealth & Commercial Clients

Werner Steinmüller, *1954

desde 1 de agosto de 2016 Diretor-geral regional para a Ásia

Jeffrey Urwin, *1956

desde 1 de janeiro de 2016
Diretor de Corporate & Investment Banking

Conselho de Administração no ano em

análise: John Cryan

Copresidente do Conselho de Administração (até 19 de maio de 2016)

Presidente do Conselho de Administração (desde 19 de maio de 2016)

Jürgen Fitschen

Copresidente do Conselho de Administração (até 19 de maio de 2016)

Kimberly Hammonds (desde 1 de agosto de 2016)

Stuart Lewis

Sylvie Matherat

Nicolas Moreau (desde 1 de outubro de 2016)

Quintin Price (até 15 de junho de 2016)

Garth Ritchie

Karl von Rohr

Marcus Schenck

Christian Sewing

Werner Steinmüller (desde 1 de agosto de 2016)

Jeffrey Urwin

Caros Acionistas,

O ano em análise e o início de 2017 foram marcados por vários desafios externos e internos que conduziram, por vezes, a uma forte volatilidade na cotação das nossas ações e, conseqüentemente, a críticas por parte da comunicação social, políticos e investidores. Para os colaboradores e possivelmente também para si, esta incerteza pode, por sua vez, ter compreensivelmente causado frustração e incerteza – pelo que o Conselho de Administração já se desculpou formalmente. O Conselho de Fiscalização apresenta também as suas desculpas.

Mas este foi também um período no qual o novo Conselho de Administração em exercício fez progressos significativos na reestruturação do banco. A base para o êxito e crescimento sustentáveis do seu Deutsche Bank estava criada, o mais tardar a 5 de março de 2017, quando as medidas destinadas a ajustar a estratégia do banco e reforçar a base de capital foram anunciadas. A resolução das principais questões legais do passado permite que o Conselho de Administração se dedique agora ao futuro do banco, que será moldado também por desafios tecnológicos e regulamentares, bem como por restrições geopolíticas e de política monetária. Eu e os meus colegas do Conselho de Fiscalização estamos ansiosos por contribuir para o novo capítulo da história deste banco, já com 147 anos, sem perder de vista as melhorias ainda necessárias no ambiente de controlo.

A seriedade com que encaramos a nossa responsabilidade é demonstrada pelo recorde de 82 reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités, que estabelecemos no ano fiscal de 2016. Embora esperemos ter um número inferior de reuniões em 2017, continuaremos a monitorizar intensivamente a implementação da reforma e dos planos de crescimento anunciados e a dar ao Conselho de Administração o apoio apropriado neste contexto. Continuaremos também a manter uma vigilância apertada na gestão do risco, no sistema de remunerações e no planeamento financeiro. Outro enfoque do nosso trabalho será a implementação consistente dos requisitos regulamentares neste contexto.

Acreditamos que o Conselho de Fiscalização está em boas condições – tendo sido reforçado no ano anterior pelo Professor Simon (que será nomeado para as eleições na próxima Assembleia-Geral) e pelos representantes dos colaboradores Sr. Duscheck e Sr. Rudschafski. O Sr. Rudschafski substitui – também como Vice-presidente do Conselho de Fiscalização – o Sr. Herling, a quem gostaria de manifestar aqui o meu agradecimento pela boa e construtiva cooperação ao longo dos últimos anos. Pode recordar décadas de serviço no melhor interesse do banco. Na última Assembleia-Geral, já mencionei os serviços do Sr. Thoma, que também renunciou ao seu mandato no ano fiscal de 2016. Devemos também os nossos agradecimentos ao Sr. Stockem, que se retirou do Conselho de Fiscalização por motivos de doença.

Houve também alterações nos colaboradores do Conselho de Administração durante o ano de 2016. O Sr. Price, por motivos de doença, teve de renunciar ao seu mandato no Conselho de Administração com responsabilidade pela Asset Management. Esta função foi assumida pelo Sr. Moreau, que foi anteriormente

membro do Comité de Gestão do Grupo do grupo de seguros Axa. Em agosto, a Sra. Hammonds foi nomeada Diretora de operações e o Sr. Steinmüller como membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG com responsabilidade pelas operações na Ásia.

No final da Assembleia-Geral do ano passado, o Sr. Fitschen, que foi Copresidente do Conselho de Administração até essa data, deixou o Conselho de Administração. Os seus êxitos no banco já foram homenageados noutras ocasiões, por isso, gostaria de mencionar aqui que estamos muito satisfeitos pelo facto de continuar a contribuir com a sua incalculável experiência e vasta rede em nome do banco.

As potenciais alterações às responsabilidades dos membros individuais do Conselho de Administração anunciadas neste mês de março, associadas às ações de capital, serão comunicadas no Relatório Anual do exercício de 2017. Aqui já podemos dizer que acreditamos que a proposta apresentada pelo Sr. Cryan para nomear o Dr. Schenck e o Sr. Sewing como Vice-presidentes do Conselho de Administração reflete não só o objetivo de reduzir o volume de trabalho do Presidente do Conselho de Administração, mas também de confirmar para o exterior as raízes fortes do banco na Alemanha.

Em seguida, encontrará informações detalhadas no formato habitual sobre como o seu Conselho de Fiscalização desempenhava as suas obrigações de monitorização e assessoria do Conselho de Administração intensivamente em inúmeras questões durante o exercício passado. Especificamente, no ano em análise:

Relatório do Conselho de Fiscalização

Durante o exercício fiscal anterior, o Conselho de Fiscalização desempenhou as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação, os regulamentos administrativos, os estatutos e os respetivos termos de referência.

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com outros temas fundamentais relativos à administração e cultura, bem como ao controlo, coordenação e planeamento corporativo. Também prestou contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos, o risco, a liquidez e gestão de capital do banco, bem como sobre os casos de litígio principais e as transações e os eventos de importância significativa para o banco. Participámos em decisões de suma importância. No que se refere a casos de litígio específicos e a outros tópicos de importância significativa para o banco, o Conselho de Administração forneceu informação detalhada mediante pedido. O Presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, bem como o Copresidente e o Presidente do Conselho de Administração debateram regularmente temas importantes e futuras decisões.

Em 2016, tiveram lugar 82 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Sempre que necessário, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

Reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário

O Conselho de Fiscalização realizou onze reuniões em plenário em 2016.

27 de janeiro de 2016

Na primeira reunião do ano, em 27 de janeiro, analisamos o desenvolvimento dos negócios no quarto trimestre de 2015 e o exercício financeiro de 2015 comparando os números projetados e os números reais. O planejamento corporativo para o período 2016-2018 foi aprovado e debatemos o estado da implementação da Estratégia 2020 com o Conselho de Administração. Os tópicos abordados incluíam o sistema de remunerações do banco e o relatório do responsável de remuneração sobre a adequação do sistema de remunerações para o Conselho de Administração. Também determinamos o nível de remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2015, ao mesmo tempo que eram tidas em conta as recomendações do Comitê de Controle de Remunerações. Mais uma vez, decidimos suspender por agora o pagamento dos componentes de remuneração variável diferida de anos anteriores de vários antigos membros e de um membro em exercício do Conselho de Administração face às investigações em curso associadas a várias disputas legais. Além disso, concluímos a nossa avaliação para 2015 do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração em conformidade com o artigo 25.º-D, n.º 11, pontos 3 e 4 da Lei bancária alemã. Recebemos um relatório de representantes do Banco Central Europeu (BCE) sobre a sua avaliação do banco em 2015 e sobre as suas prioridades regulamentares para 2016.

10 de março de 2016

Na nossa reunião em 10 de março, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comitê de Auditoria, aprovamos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2015 e concordamos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Juntamente com o Conselho de Administração, discutimos o Relatório dos Recursos humanos e o Relatório de Remuneração de 2015. Também recebemos relatórios respeitantes à gestão do risco, bem como o estado de contrapartidas relativas à estratégia, que debatemos em detalhe. Adicionalmente, após deliberações exaustivas com os nossos consultores jurídicos, celebramos um acordo, também baseado numa recomendação do Comitê do Presidente e do Comitê de Integridade, com o Dr. Breuer sobre questões do Kirch e concordamos com o acordo celebrado neste contexto com as seguradoras Directors & Officers (D&O). Ambos os acordos estiveram sujeitos à aprovação da Assembleia-Geral. Adicionalmente, aprovamos as nossas propostas para a ordem de trabalhos da Assembleia-Geral, incluindo as propostas eleitorais para o Conselho de Fiscalização, também baseadas nas recomendações do Comitê de Nomeações. Por último, abordamos a gestão do risco dentro do Grupo, as normas mínimas revistas (“Conheça o seu cliente”) para a identificação de clientes novos, tópicos regulamentares, incluindo em particular o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), bem como o relatório final sobre o programa (“Três linhas de defesa”) para reforçar as funções de controlo.

18 de maio de 2016

Na tarde de 18 de maio, o dia anterior à Assembleia-Geral, focámo-nos em questões centrais da Assembleia-Geral pendente. Além disso, recebemos um relatório do Conselho de Administração relativo às medidas adotadas e a adotar pelo banco referentes ao prestador de serviços off-shore sediado no Panamá, Mossack Fonseca. Após debates exaustivos e deliberações, aprovamos os objetivos para o Conselho de Administração para 2016. Os nossos debates abrangeram também o desenvolvimento dos negócios no segundo trimestre de 2016 e os progressos alcançados – bem como os desafios futuros – na implementação da Estratégia 2020. Além disso, abordamos os resultados da Análise temática sobre governação e apetência para o risco, que o BCE realizou no ano anterior em todas as instituições que supervisiona. Debatemos também tópicos relacionados com a formação interna.

8 de junho de 2016

Na reunião extraordinária a 8 de junho, deliberamos sobre os resultados escritos da Análise temática sobre governação e apetência para o risco do BCE, as medidas para enfrentar as questões levantadas pelo BCE e a versão preliminar de uma carta de resposta do Comitê do Presidente para o BCE. Adicionalmente, abordamos o plano de sucessão do Sr. Thoma no Conselho de Fiscalização.

28 de julho de 2016

A 28 de julho, nomeámos a Sra. Hammonds e o Sr. Steinmuller como membros do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016 e o Sr. Moreau com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016. O Conselho de Administração prestou-nos contas sobre o desenvolvimento dos negócios no primeiro semestre de 2016, juntamente com os efeitos na Estratégia 2020, bem como os desafios atuais da perspetiva do Conselho de Administração, que depois debatemos exaustivamente. Além disso, focámo-nos na implementação da Estratégia 2020 e foi facultada uma visão geral da infraestrutura de tecnologias da informação do banco na Alemanha. Juntamente com o Conselho de Administração, abordámos as medidas tomadas para reforçar as funções de Compliance e Anti-Financial Crime (AFC), bem como da Análise e Revisão Exaustiva de Capital (CCAR) do Deutsche Bank nos EUA. Recebemos um relatório do Conselho de Administração sobre os resultados do inquérito aos colaboradores e o ambiente de controlo atual do banco. Subsequentemente, o Conselho de Administração comunicou-nos que o teste de esforço de 2016 da Autoridade Bancária Europeia (EBA) em coordenação com o BCE e com órgãos reguladores locais foi iniciado em fevereiro de 2016 e que o banco enviou os dados para os órgãos reguladores a 30 de junho de 2016. Debatemos também os resultados da Análise temática do BCE, que este efetuou para todos os bancos de maior dimensão em 2015.

Setembro de 2016

Na reunião em setembro, que tradicionalmente tem a duração de dois dias e se foca no tópico da estratégia, abordámos em detalhe a implementação da Estratégia 2020, os efeitos na estratégia da nova regulamentação e o programa de transformação HORIZON para a Alemanha, ou seja a transformação abrangente e fundamental do modelo de negócios na divisão Private and Commercial Clients (PCC). Além disso, abordámos a estratégia e as atividades comerciais do banco em Itália. Por esse motivo, a reunião foi realizada em Milão. Discutimos extensivamente o alinhamento estratégico do banco e as respetivas divisões com o Conselho de Administração e obtivemos relatórios do Presidente do Conselho de Administração sobre o planeamento de sucessão para as posições-chave no banco. Em conformidade com os requisitos regulamentares e com o alinhamento estratégico do banco, deliberámos sobre potenciais candidatos de planeamento de sucessão para posições individuais no Conselho de Administração. Então, o Conselho de Administração informou-nos sobre a avaliação do Grupo Deutsche Bank no Reino Unido. Além disso, foi debatida a correção de tópicos especificados na carta do BCE relativamente à análise temática sobre governação e apetência para o risco.

27 de setembro e 26 de outubro de 2016

Em duas reuniões adicionais a 27 de setembro e 26 de outubro, o Conselho de Administração informou-nos imediatamente e exaustivamente sobre os efeitos na situação financeira e de liquidez do banco do pedido inicial do Departamento da Justiça dos Estados Unidos (DoJ), que se tornou público, relacionado com um possível acordo em questões relacionadas com RMBS. Além disso, deliberámos com o Conselho de Administração sobre o estado das negociações de acordos com o DoJ dos Estados Unidos. Adicionalmente, o Conselho de Administração prestou-nos contas sobre várias reuniões com órgãos reguladores.

27 de outubro de 2016

A 27 de outubro, o Conselho de Administração relatou-nos sobre o desenvolvimento do negócio no terceiro trimestre de 2016 e sobre a implementação continuada da Estratégia 2020. Com base numa recomendação do Comité do Presidente, reemitimos a Declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações. Subsequentemente debatemos e decidimos aprovar os perfis de requisitos desenvolvidos pelo Comité de Nomeações para o Presidente do Conselho de Fiscalização, os membros do Conselho de Fiscalização, os presidentes dos respetivos comités e os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o consultor externo contratado pelo Comité de Nomeações apresentou a sua avaliação em conformidade com o artigo 25.º-D da Lei bancária alemã sobre a forma como trabalham o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização.

13 de dezembro de 2016

A 13 de dezembro, recebemos relatórios do Conselho de Administração sobre a atual situação financeira do banco e em particular a situação dos ganhos no final de novembro de 2016, a alienação da Abbey Life, o estado das negociações relacionadas com questões de RMBS, bem como do Basileia IV, os possíveis efeitos adicionais das eleições presidenciais nos EUA, a situação relativa ao Postbank e o encerramento na Non-Core Operations Unit (NCOU) no final do ano.

O Conselho de Administração relatou-nos o programa de seguros D&O para o ano fiscal seguinte, bem como a melhoria das tecnologias da informação (TI) do banco. O Conselho de Administração também nos relatou as suas considerações sobre o modelo de negócios do banco nos EUA, tendo em conta a avaliação do Banco da Reserva Federal de Nova Iorque (FRBNY) no contexto da avaliação anual das operações nos Estados Unidos do Deutsche Bank para 2015.

Com base numa proposta do Comité de Auditoria e dentro do enquadramento da rotação obrigatória do auditor, resolvemos que a KPMG não irá auditar as demonstrações financeiras anuais a partir do exercício financeiro de 2019. Adicionalmente, aprovámos um Regime de informação para estruturar mais eficientemente as obrigações de relato e informação especificadas pelo Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração, bem como o fluxo de informação entre o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização.

23 de dezembro de 2016

Numa reunião adicional a 23 de dezembro, abordámos os pontos essenciais apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao acordo de RMBS com o DoJ dos Estados Unidos.

Os Comités do Conselho de Fiscalização

Comité do Presidente

No ano fiscal de 2016, o Comité do Presidente realizou um total de 23 reuniões, incluindo uma conjuntamente com o Comité de Controlo de Remunerações. Principalmente, o Comité efetuou os preparativos para as reuniões do Conselho de Fiscalização e tratou das questões em curso. O Comité do Presidente emitiu aprovações para aceitação de mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo. Nomeadamente, em várias reuniões extraordinárias, o Comité monitorizou de perto as negociações de acordo de RMBS do banco com o DoJ dos Estados Unidos. Devido à importância do tópico e aos possíveis efeitos no banco, os presidentes dos restantes comités do Conselho de Fiscalização e o Vice-presidente do Comité de Integridade também participaram nestas reuniões.

Comité de Risco

Nas suas 14 reuniões, das quais quatro conjuntas com o Comité de Controlo de Remunerações, três conjuntas com o Comité de Auditoria e uma com o Comité de Integridade e o Comité de Risco, abordou especialmente os riscos de crédito, de liquidez, de refinanciamento, de país, de mercado e operacionais. Monitorizou, em particular, o desenvolvimento e a implementação da Estratégia 2020 no que se refere aos efeitos no perfil de risco e apetência pelo risco do banco, aconselhou o Conselho de Administração e debateu tópicos com este – juntamente com o Comité de Auditoria – relativamente à gestão do risco e ao período para solucionar as deficiências identificadas. O Comité de Risco foi regularmente informado sobre a adequação do risco, do capital e da liquidez do Grupo, sobre requisitos regulamentares relevantes e as correspondentes alterações nos ativos ponderados pelo risco. Isto incluiu as avaliações dos efeitos do ambiente das taxas de juro e dos desenvolvimentos macroeconómicos nos negócios, das alterações em provisões para exposição ao crédito e casos de litígio, bem como informação sobre as condições dos negócios em linha com a estratégia e apetência pelo risco global do banco. O Comité também lidou com os planos de recuperação e resolução (*living wills*) conforme exigido por lei, bem como com a análise de cenários hipotéticos de crise. Também monitorizou as condições do negócio baseado no cliente para verificar se estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco.

O Comité apoiou o Comité de Controlo de Remunerações na avaliação dos efeitos dos sistemas de remunerações na situação de liquidez, capital e risco do banco. Neste contexto, analisou o alinhamento dos sistemas de remunerações com a estratégia de negócios do banco, focou-se no desenvolvimento sustentável da instituição e nas estratégias de risco que daí derivam, bem como na estratégia de remunerações ao nível do Grupo e da empresa.

O Comité de Risco tomou decisões sobre as participações e exposições ao crédito do banco que necessitam de aprovação nos termos da legislação alemã e dos Estatutos, na medida em que a autoridade de tomada de decisões foi nomeada para esse fim de acordo com os respetivos Termos de referência.

Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria reuniu catorze vezes em 2016, incluindo três reuniões conjuntas com o Comité de Risco e uma conjunta com o Comité de Integridade.

Adicionalmente, o Comité de Auditoria realizou duas reuniões em janeiro e março de 2017. A última foi uma reunião conjunta com o Comité de Risco, também abrangendo tópicos relevantes para o ano findo a 31 de dezembro de 2016.

Representantes do auditor do banco, bem como o Diretor da auditoria do Grupo participaram em todas estas reuniões. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Fiscalização.

No âmbito do enquadramento destas reuniões, o Comité de Auditoria tratou da análise do processo de relato financeiro e prestou aconselhamento sobre recomendações e propostas para assegurar a integridade do processo de relato financeiro. Adicionalmente, tratou da eficácia do Sistema de controlo interno (ICS), do Sistema de gestão do risco (RMS) e do sistema de auditoria interna, bem como da auditoria de demonstrações financeiras, focando-se particularmente na seleção e independência do auditor e nos serviços adicionais desempenhados pelo auditor.

Relativamente ao processo de relato financeiro, os assuntos tratados nas reuniões foram, entre outros, as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas de 2016, os relatórios intercalares e o Relatório Anual no Formulário 20-F enviado à Securities and Exchange Commission dos EUA. O Comité de Auditoria tratou da conceção e eficácia do controlo interno existente para o relato financeiro e debateu especificamente questões de avaliação no que se refere a instrumentos financeiros e provisões legais. Neste contexto, teve em consideração não apenas a regulamentação nacional, mas também os requisitos da Lei Sarbanes-Oxley. Além disso, o Comité de Auditoria solicitou ao Conselho de Administração o relato regular sobre os “itens distribuíveis disponíveis” e a capacidade de pagamento nos instrumentos de capital *Tier 1* adicional do Deutsche Bank.

O Comité de Auditoria debateu em detalhe a eficácia do ICS do banco. No contexto das suas três reuniões conjuntas, o Comité de Auditoria e o Comité de Risco também abordaram a eficácia do RMS do banco, que faz parte do ICS. O Comité de Auditoria lidou periodicamente com o estado e progresso dos calendários acordados de correção orientada para o risco de conclusões de auditoria emitidas pelo auditor das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e pela Auditoria do Grupo, bem como de auditorias por autoridades reguladoras e auditorias especiais. As áreas individuais de enfoque das atividades de supervisão do Comité de Auditoria relativamente à eficácia do ICS e RMS do banco são realçadas abaixo:

- Programas para continuar a reforçar a gestão do risco e os sistemas de controlo, incluindo:
 - O modelo “três linhas de defesa” do banco visando continuar a incorporá-lo no banco e o aperfeiçoamento do mesmo
 - Iniciativas para continuar a reforçar a função de conformidade
- Aperfeiçoamentos dos controlos do combate ao branqueamento de capitais e à criminalidade financeira
- Iniciativas para modernizar a infraestrutura de TI com enfoque nos riscos e controlos no ambiente de TI, bem como programas de infraestruturas para melhorar as capacidades de relato regulamentar do banco
- A governação e controlos do banco para gestão de projetos
- Estabelecimento da Deutsche Bank USA Corporation como sociedade holding (“U.S. Intermediate Holding Company”) abrangendo uma grande parte das operações de negócio do banco nos EUA.

O Comité de Auditoria não recebeu quaisquer reclamações fundamentadas no enquadramento do sistema de denúncia de irregularidades.

No contexto de monitorização da eficácia do sistema de auditoria interno, o Comité de Auditoria tomou nota do plano de Auditoria do Grupo para o ano – entre outros – com aprovação e foi sempre atualizado sobre o trabalho da Auditoria do Grupo. A este respeito, o Comité de Auditoria também anotou o planeamento dos recursos da Auditoria do Grupo e o aumento nos níveis de colaboradores em 2016.

O Comitê tratou igualmente da proposta para a eleição do auditor para o exercício financeiro de 2016, verificou a independência do auditor em conformidade com as regras nacionais e internacionais aplicáveis, incluindo os requisitos constantes no Código de governo das sociedades alemão e do Public Company Accounting Oversight Board, e enviou uma recomendação ao Conselho de Fiscalização relativa à emissão do mandato de auditoria e ao montante de remuneração do auditor. O Comitê de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade, incluindo o auditor, para a prestação de serviços que não de auditoria. Além disso, o Comitê de Auditoria tratou das medidas destinadas a preparar a auditoria das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas de 2016 e especificou as suas próprias áreas de auditoria de enfoque. Outros tópicos abordados pelo Comitê de Auditoria no contexto do seu mandato estavam relacionados com a Reforma de auditoria da UE, nomeadamente no que se refere à monitorização dos requisitos de independência mais rigorosos para o auditor, como a monitorização do procedimento para a seleção do auditor (rotação externa), os requisitos para aprovação de serviços não relacionados com auditoria permissíveis, bem como a monitorização do valor limite para serviços não relacionados com auditoria.

Comitê de Integridade

O Comitê de Integridade reuniu doze vezes no total, incluindo uma reunião conjunta com o Comitê de Auditoria e uma conjunta com o Comitê de Risco. Os tópicos abrangidos nas reuniões do Comitê de Integridade incluíram questões relacionadas com governação, cultura e ambiente, por exemplo, a implementação da cultura corporativa do banco nas suas estruturas organizacionais e os desafios daí resultantes, os efeitos das políticas revistas sobre energia e extração de carvão, o tratamento de questões relacionadas com o método de extração mineira de remoção no cume das montanhas, bem como as estruturas de governação do banco. Em nosso nome, o Comitê de Integridade coordenou e monitorizou as investigações realizadas por consultores externos independentes. Além disso, monitorizou de perto – também em nosso nome – casos de litígio de alto risco selecionados e processos regulamentares e abordou as perspetivas daí decorrentes. Adicionalmente, abordou as obrigações subsequentes decorrentes da celebração de acordos.

Juntamente com o Comitê de Risco, o Comitê de Integridade voltou-se para o capital de risco operacional e, em particular, estimativas relacionadas com riscos jurídicos (“estimativas conjeturais de risco jurídico”), bem como para o procedimento dos processos disciplinares regido pela legislação laboral. Na reunião conjunta com o Comitê de Auditoria, as deliberações abrangeram os procedimentos para determinação de provisões, passivos contingentes e as estimativas subjacentes (“estimativas conjeturais”), bem como, de uma perspetiva externa, o processo (“Conheça o seu cliente”) para identificar clientes novos.

Comitê de Controlo de Remunerações:

O Comitê de Controlo de Remunerações reuniu doze vezes no exercício de 2016, sendo que quatro dessas reuniões foram reuniões conjuntas com o Comitê de Risco e uma foi uma reunião conjunta com o Comitê do Presidente. Em conformidade com o disposto no artigo 25.º d da Lei bancária alemã e o Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras, o Comitê apoiou-nos na monitorização da adequada estruturação dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e dos colaboradores, em particular, dos responsáveis de conformidade, assim como dos colaboradores que têm uma influência substancial no perfil de risco global.

Neste enquadramento, ajudou o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estavam adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. Neste contexto, o Conselho de Administração também apresentou ao Comitê a introdução de um novo enquadramento de remuneração, incluindo as alterações ponderadas à metodologia para determinar a remuneração variável. Além disso, o Comitê abordou também a determinação e distribuição do montante total da remuneração variável dos colaboradores do banco, nomeadamente em consideração à acessibilidade. Debateu o Relatório de Remuneração de 2015 e o Relatório de Controlo de Remunerações do responsável de remuneração, que chegou à conclusão que o sistema de remuneração era adequado e estava em conformidade com os requisitos do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras.

O Comitê preparou propostas relativas à remuneração do Conselho de Administração e também abordou a suspensão de remuneração diferida para membros atuais e antigos do Conselho de Administração.

Comité de Nomeações

O Comité de Nomeações realizou seis reuniões em 2016. Abordou questões de sucessão e de nomeação tendo em conta os requisitos legais e emitiu recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito aos princípios de seleção e nomeação de pessoas para o nível da direção. O Comité de Nomeações obteve também a opinião de um consultor externo para as avaliações do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG e dos respetivos membros individuais a serem efetuadas por nós em conformidade com o artigo 25.º-D, n.º 11, pontos 3 e 4 da Lei bancária alemã. O consultor entrevistou todos os membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração e elaborou um relatório. Os resultados foram apresentados ao Comité de Nomeações e a todo o Conselho de Fiscalização nas suas reuniões em outubro. Com base nos debates destas reuniões, no conteúdo do relatório, bem como nos conhecimentos especializados do Comité, o Comité de Nomeações submeteu-nos uma proposta relativa à avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, bem como dos seus membros.

O Comité desenvolveu perfis de requisitos para o Presidente do Conselho de Fiscalização, os membros do Conselho de Fiscalização, os presidentes dos respetivos comités, bem como os membros do Conselho de Administração e, tendo isto como base, deliberou quais os candidatos adequados para os cargos a ocupar no Conselho de Fiscalização e Conselho de Administração. O Comité recomendou-nos que a Sra. Garrett-Cox e o Sr. Meddings fossem nomeados para eleição na Assembleia-Geral realizada em maio de 2016 e que a Sra. Hammonds, o Sr. Steinmuller e o Sr. Moreau fossem nomeados como membros do Conselho de Administração.

Após o Sr. Thoma ter abdicado do seu mandato no Conselho de Fiscalização, o Comité de Nomeações recomendou, ao Conselho de Administração e a nós, que o Professor Dr. Simon fosse proposto para nomeação por parte do tribunal como novo membro do Conselho de Fiscalização até ao final da Assembleia-Geral realizada em maio de 2017. Além disso, o Comité recomendou que nomeássemos o Dr. Achleitner e o Professor Dr. Simon para eleição na Assembleia-Geral realizada em maio de 2017. O próprio Dr. Achleitner não participou no debate nem na votação subsequente sobre a sua nomeação. E em cada um dos casos, aprovámos as propostas especificadas do Comité de Nomeações.

O Comité de Nomeações também nos apoiou no planeamento de sucessão em curso.

Além disso, o Comité analisou as sessões de formação concluídas pelo Conselho de Administração em 2015, bem como as planeadas para 2016 a fim de manter as habilitações profissionais dos membros do Conselho de Administração em conformidade com o artigo 25.º-C, ponto 4 da Lei bancária alemã.

Comité de Mediação

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias em 2016.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes do Comité de Integridade, do Comité de Auditoria e do Comité de Risco coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e - como exigido - numa base ad hoc, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todos os riscos relevantes para o desempenho das suas funções.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités. Cada membro do Conselho de Fiscalização pôde - em conformidade com as disposições estatutárias - participar nas reuniões do comité na qualidade de convidado. No início ou no fim das respetivas reuniões, os membros do comité tiveram debates regulares nas sessões executivas sem a participação do Conselho de Administração ou de convidados.

Em 2016, os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comitês dos quais eram membros, conforme se segue:

Participação em reuniões

	Reuniões (incl. comitês)	Reuniões (sessões plenárias)	Participação (sessões plenárias)	Reuniões (comitês)	Participação (comitês)	Participação em % (todas as)
Achleitner	82	11	11	71	68	96
Böhr	17	11	11	6	6	100
Bsirske	51	11	10	40	39	96
Dublon	25	11	11	14	14	100
Duscheck	6	6	6	0	0	100
Garrett-Cox	15	11	11	4	4	100
Heider	23	11	11	12	12	100
Herling	51	11	11	40	38	96
Irrgang	23	11	11	12	12	100
Kagermann	51	11	10	40	37	92
Klee	23	11	10	12	11	91
Löscher	23	11	9	12	9	78
Mark	25	11	11	14	14	100
Meddings	36	11	10	25	25	97
Empresa-mãe	32	11	10	21	21	97
Platscher	25	11	11	14	14	100
Rose	25	11	9	14	12	84
Simon	6	6	6	0	0	100
Stockem	13	5	3	8	5	62
Teyssen	17	11	9	6	6	88
Thoma	8	3	2	5	5	88
Trützscher	25	11	10	14	14	96

Governo da sociedade

Como a Assembleia-Geral realizada em maio de 2016 não aprovou o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração, o Dr. Achleitner, na sua qualidade de Presidente do Conselho de Fiscalização, conduziu debates relativos a este tópico com peritos em remuneração e representantes de investidores. Os resultados destes debates foram tidos em conta no processo de tomada de decisões e na proposta revista sobre o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração para a Assembleia-Geral de 2017.

Com base na recomendação dos comitês respetivamente responsáveis, acordámos que o Sr. Meddings, o Dr. Achleitner, o Professor Dr. Trützscher e a Sra. Garrett-Cox fossem nomeados especialistas financeiros no Relatório Anual e que o Dr. Achleitner e o Professor Kagermann fossem nomeados especialistas de remuneração. Além disso, confirmámos a independência, tal como definido pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comité de Auditoria e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem aquilo que consideramos ser um número adequado de membros independentes.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho de Fiscalização em plenário abordámos a avaliação prevista por lei do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. O debate final dos resultados ocorreu a 1 de fevereiro de 2017 e os resultados foram apresentados por escrito num relatório final. Somos da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração alcançaram um padrão elevado, mas foram também identificados desafios adicionais para nós e para o Conselho de Administração. Estes incluem, por exemplo, um enfoque superior em tópicos que irão moldar o futuro e o tratamento imediato de várias questões especiais e críticas do passado.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Administração a 28 de outubro de 2015, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização a 27 de outubro de 2016. O texto da declaração de conformidade de 2016, emitido a 27 de outubro de 2016 juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado a partir da página 445 do Relatório Anual de 2016 e no nosso sítio Web em www.db.com/ir/en/documents.htm. Os nossos termos de referência e os termos de referência do Conselho de Administração também estão aí publicados, cada um nas suas versões atualmente em vigor.

Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas. Além disso, várias medidas destinadas à educação foram realizadas com o Conselho de Fiscalização em plenário e com os seus comités para manter o conhecimento especializado necessário. Os tópicos incluíram, por exemplo, a segurança de tecnologias da informação, a digitalização, a regulamentação de remuneração, o ambiente de controlo atual e a eficácia dos sistemas de controlo internos.

Para os novos membros que se juntaram ao Conselho de Fiscalização em 2016 e 2017, foram realizados cursos de iniciação com o apoio do Gabinete do Conselho de Fiscalização para facilitar a sua adaptação ao cargo.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Em junho, a Sra. Parent e a Sra. Dublon, enquanto cidadãs dos Estados Unidos, divulgaram um possível conflito de interesses relativamente às sanções contra o Irão. Por esse motivo, não recebem quaisquer documentos relacionados com o Irão e também não participam na votação de deliberações neste contexto.

Na sua qualidade de membro do Comité de Nomeações e como Presidente do Conselho de Fiscalização, o Dr. Achleitner não participou nos debates e votação sobre a deliberação relativa à proposta para a sua reeleição na Assembleia-Geral. Além disso, o Dr. Achleitner não participou, como medida cautelar, nas reuniões do Comité de Integridade onde foram relatadas as investigações em curso sobre uma possível violação de deveres de cooperação face às autoridades reguladoras estrangeiras e os resultados intercalares das mesmas.

Pelo mesmo motivo, não participou nas deliberações e na votação sobre resoluções do Comité do Presidente e do Conselho de Fiscalização quando estavam relacionadas com a investigação em curso sobre este tópico.

Litígios e investigações regulamentares

Em 2016, novamente, abordámos regularmente os casos de litígio de alto risco e as investigações regulamentares, monitorizámos de perto os casos selecionados pelo Conselho de Fiscalização em 2014 e 2015 devido à sua especial importância e supervisionámos as negociações de acordo conduzidas pelo Conselho de Administração. Recebemos regularmente relatórios facultados pelo Conselho de Administração nas reuniões do Comité de Integridade e do Conselho de Fiscalização, bem como numa base ad hoc.

O Conselho de Fiscalização concluiu a investigação forense independente que aprovou em abril de 2015 sobre uma possível responsabilidade do Conselho de Administração em relação a comércio de certificados de emissão de CO₂. Em março de 2016, resolvemos conduzir uma investigação forense independente adicional sobre a possível violação dos deveres de cooperação face a autoridades reguladoras estrangeiras, que resultaram em multas superiores. No âmbito desta investigação, que foi concluída entretanto, foi necessário clarificar o papel de um membro do Conselho de Administração em funções e de vários antigos membros do Conselho de Administração que conduziram a esta decisão. Fomos auxiliados por consultores externos independentes em ambas as investigações.

Além disso, abordámos a petição de um acionista para a nomeação por um tribunal de auditores especiais relativamente às propostas para auditorias especiais rejeitadas pela última Assembleia-Geral. Além disso, relatórios e consultas sobre os assuntos de seguimento relacionados com os vários processos do caso Kirch continuaram a estar entre os tópicos cobertos, nomeadamente os processos penais ouvidos pelo tribunal regional de Munique e o recurso apresentado pelo Ministério Público em Munique contra partes da decisão apresentada neste processo.

Demonstrações financeiras anuais

A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft auditou as contas, as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão de 2016, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com as respectivas Notas e o Relatório de Gestão de 2016. A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi eleita pela Assembleia-Geral Ordinária de 19 de maio de 2016 para ser a auditora das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas. Ambas as auditorias terminaram com a emissão de um parecer sem reservas.

Os relatórios do auditor para as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações financeiras anuais para o exercício de 2016 foram, cada um deles, assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Pukropski e Sr. Beier com data de 15 de março de 2017. O Sr. Pukropski assinou o relatório do auditor para as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras anuais pela primeira vez para o exercício de 2013. O Sr. Beier assinou o relatório do auditor para as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras anuais pela primeira vez para o exercício de 2012.

O Comitê de Auditoria analisou os documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas na respectiva reunião de 15 de março de 2017 e a KPMG apresentou o seu relatório final sobre os procedimentos de auditoria. O Presidente do Comitê de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião de hoje do Conselho de Fiscalização. Tendo em conta as recomendações do Comitê de Auditoria e após a apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas, concordámos com os resultados das auditorias após um debate exaustivo com o auditor e determinámos que, também com base nos resultados das nossas apreciações, não havia qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração; deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de afetação de lucros distribuíveis do Conselho de Administração.

Questões pessoais

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, o Sr. Price foi nomeado membro do Conselho de Administração. Além disso, a Sra. Hammonds e o Sr. Steinmuller foram nomeados como membros do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016 e o Sr. Moreau com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016. Além disso, a nomeação do Sr. Sewing como membro do Conselho de Administração foi prorrogada a 1 de fevereiro de 2017, por um período adicional de cinco anos até 31 de dezembro de 2022.

O Sr. Fitschen deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do término da Assembleia-Geral realizada a 19 de maio de 2016 e o Sr. Price com efeitos a partir de 15 de junho de 2016. Desde que o Sr. Fitschen deixou o Conselho de Administração, o Sr. Cryan tem sido o presidente único do Conselho de Administração. A 5 de março de 2017, também decidimos nomear com efeitos imediatos o Dr. Schenck e o Sr. Sewing como Vice-presidentes do Conselho de Administração.

Com efeitos a partir do final do dia 28 de maio de 2016, o Sr. Thoma deixa de ser membro do Conselho de Fiscalização. No seu lugar, o Professor Dr. Simon foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização pelo tribunal a 23 de agosto de 2016. Elegemos a Sra. Parent como Presidente do Comitê de Integridade e o Dr. Teyssen como Vice-presidente do Comitê de Integridade.

Com efeitos a partir de 2 de agosto de 2016, o Sr. Duscheck foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização pelo tribunal e, assim, sucedeu ao Sr. Stockem, que se retirou do seu cargo do Conselho de Fiscalização por motivos de saúde com efeitos a partir de 31 de julho de 2016.

O Sr. Herling retirou-se como membro do Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016. Durante o período restante do seu mandato, é substituído pelo membro eleito como seu substituto, o Sr. Rudschafski, que foi eleito como seu sucessor enquanto Vice-presidente.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Frankfurt am Main, 16 de março de 2017

O Conselho de Fiscalização
Dr. Paul Achleitner - Presidente



Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner

- Presidente, Munique

Alfred Herling*

até 31 de dezembro de 2016 -
Vice-Presidente Wuppertal

Stefan Rudschafski*

desde 1 de janeiro de 2017 -
Vice-presidente Kaltenkirchen

Wolfgang Böhr*

Düsseldorf

Frank Bsirske*

Berlim

Dina Dublon

Nova Iorque

Jan Duscheck*

desde 2 de agosto de 2016 Berlim

Katherine Garrett-Cox

Brechin, Angus

Timo Heider*

Emmerthal

Sabine Irrgang*

Mannheim

**Prof. Dr. Henning
Kagermann**

Königs Wusterhausen

Martina Klee*

Frankfurt am Main

Peter Löscher

Munique

Henriette Mark*

Munique

Richard Meddings

Sandhurst

Louise M. Parent

Nova Iorque

Gabriele Platscher*

Braunschweig

Bernd Rose*

Menden

Prof. Dr. Stefan Simon

desde 23 de agosto de 2016
Colónia

Rudolf Stockem*

até 31 de julho de 2016 Aachen

**Dr. Johannes
Teyssen**

Düsseldorf

Georg F. Thoma

até 28 de maio de 2016

Neuss

**Prof. Dr. Klaus
Rüdiger Trützschler**
Essen

Comités

Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Frank Bsirske*
Alfred Herling* até 31 de
dezembro de 2016
Prof. Dr. Henning Kagermann
Stefan Rudschafski*
desde 1 de janeiro de
2017

Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Wolfgang Böhr*
Alfred Herling*
até 31 de dezembro de 2016
Prof. Dr. Henning Kagermann
Stefan Rudschafski*
desde 1 de janeiro de
2017

Comité de Auditoria

Richard Meddings
- Presidente
Dr. Paul Achleitner
Katherine Garrett-Cox
desde 17 de setembro de
2016
Henriette Mark*
Gabriele Platscher*
Bernd Rose*
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützscher

Comité de Risco

Dina Dublon
- Presidente
Dr. Paul Achleitner
Wolfgang Böhr* desde
1 de agosto de 2016
Richard Meddings
Louise M. Parent
Rudolf Stockem*
até 31 de julho de
2016

Comité de Nomeações

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Frank Bsirske*
Alfred Herling*
até 31 de dezembro de 2016
Prof. Dr. Henning Kagermann
Stefan Rudschafski*
desde 1 de janeiro de
2017
Dr. Johannes Teysen

Comité de Integridade

Louise M. Parent - Presidente
desde 29 de abril de 2016
Dr. Johannes Teysen
- Vice-presidente desde 29 de
abril de 2016
Georg. F. Thoma
- Presidente
até 28 de abril de 2016
Dr. Paul Achleitner Sabine
Irrgang*
Timo Heider*
Martina Klee*
Peter Löscher

Comité de Controlo de Remunerações:

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Frank Bsirske*
Alfred Herling*
até 31 de dezembro de 2016
Prof. Dr. Henning Kagermann
Stefan Rudschafski* desde 1
de janeiro de 2017

A nossa estratégia empresarial

- Passo em frente decisivo para o fortalecimento e crescimento
- Mais capital, menos custos
- Três divisões fortes no futuro – incluindo o Postbank
- Repensar as capacidades globais, a Alemanha continuará a ser a nossa âncora

Somos um banco europeu líder com um alcance global, apoiado por uma base sólida na Alemanha, a maior economia da Europa. Servimos as necessidades da economia real dos nossos clientes corporativos, institucionais, de gestão de ativos e privados, prestando serviços na banca de transação, finanças corporativas e mercados de capitais, gestão de ativos, gestão de património e banca a retalho. A nossa franquia continuou forte nos nossos negócios essenciais apesar da conjuntura desafiante em 2016.

Atualização na execução de estratégias

Delineámos uma estratégia plurianual em outubro de 2015 para reforçar os pontos fortes do nosso modelo de negócio e franquia de clientes. Os quatro objetivos principais seriam: mais simples e mais eficiente, menos arriscado, mais bem capitalizado e mais bem gerido com uma execução mais disciplinada.

Em 2016, fizemos progressos consideráveis na consecução dos nossos objetivos, no que se revelou uma conjuntura de mercado inesperadamente difícil. As principais conquistas em 2016 incluíram:

- Uma redução dos nossos custos ajustados (despesas totais (excluindo juros) excluindo a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio, reestruturação e indemnização e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros) de 7% em 2016 para 24,7 mil milhões de euros (de 5% excluindo o efeito das alterações nas taxas de câmbio. Para excluir o efeito das alterações nas taxas de câmbio, os custos ajustados de 2015 foram recalculados utilizando as taxas de câmbio médias mensais de 2016.).
- A conclusão, atempada, da dissolução acelerada da Non-Core Operations Unit, que foi subseqüentemente encerrada no início de 2017.
- O acordo ou resolução de mais de duas dúzias de questões de litígio significativas, como o acordo com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos (DoJ) relativo a títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS).
- A conclusão de alienações estratégicas fulcrais, incluindo a venda da nossa quota no Hua Xia Bank e a venda da Abbey Life e da Private Client Services dos Estados Unidos.
- Todas as saídas de países previamente anunciadas estão concluídas ou em fase de conclusão em 2017.
- A transformação do negócio de retalho alemão, incluindo reduções de agências, está bem encaminhada.
- O reforço do nosso rácio CET1 para 11,8% numa base fully loaded e 13,4% numa base de integração progressiva no final do exercício de 2016, aumentos de 70 pontos de base e 20 pontos de base, respetivamente, face a 31 de dezembro de 2015. O reforço dos rácios de CET1 refletiu em grande parte as reduções geridas nos ativos ponderados pelo risco (RWA) ao longo de 2016.

- Investimento substancial nas nossas funções de controlo, incluindo a implementação contínua de um processo Conheça o seu cliente (KYC) mais abrangente e um processo de remoção de registos para clientes de alto risco.
- A substituição ou redistribuição de aproximadamente 70% da gestão de topo para impulsionar uma execução melhorada da nossa estratégia.

A Global Markets (GM) concluiu a remodelação do negócio de Transações Titularizadas (antes do prazo previsto), concluiu substancialmente a sua redução de alavancagem pretendida na agência RMBS, reforçou os processos e controlos Conheça o seu cliente (KYC), cessou a cobertura ativa de aproximadamente 3800 clientes identificados como risco elevado/potencial baixo, concluiu a maior parte da sua estratégia de otimização para o país em 2016 (antes do prazo) e continua no bom caminho para concluir o restante atempadamente. A GM também concluiu a saída da sua presença residual na Coreia do Sul, na Rússia e no Brasil.

A Corporate&Investment Banking (CIB) aumentou o seu enfoque em clientes prioritários e produtividade bancária para otimizar a rentabilidade no negócio da CIB. Apesar de um contexto macroeconómico difícil na área do euro, continuámos a ser um dos 3 principais bancos de investimento na EMEA e continuámos a estar envolvidos em alguns dos maiores negócios. Também continuámos a apresentar resultados resilientes de Banca de Transação num contexto de mercado desafiante com taxas de juro baixas prolongadas, um cenário geopolítico volátil e as suas implicações no comércio global. Recentemente foi nomeado um novo diretor global para liderar a Global Transaction Banking.

A franquia Deutsche Asset Management (Deutsche AM) continua com um desempenho muito bom entre algumas condições de mercado voláteis e difíceis. Concluímos recentemente a venda da unidade Abbey Life à Phoenix Life Holdings. Isto melhorou o rácio CET1 do Banco em aproximadamente 10 pontos base. O Banco também contratou e nomeou um novo diretor de Asset Management, Nicolas Moreau, para impulsionar o crescimento futuro da Deutsche AM.

A franquia Private, Wealth&Commercial Clients (PW&CC) está a fechar agências e a reduzir o número de colaboradores no negócio de retalho alemão. O encerramento de agências da PCC International está mais adiantado do que o estipulado no plano. A PW&CC também fez progressos significativos em iniciativas de digitalização, incluindo a abertura da Digital Factory em Frankfurt em setembro de 2016.

De acordo com os objetivos de 2016, a antiga divisão corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU) executou com sucesso a sua estratégia de redução do risco e alcançou o seu objetivo de final do exercício de 2016 para os ativos ponderados pelo risco (RWA) de menos de 10 mil milhões de euros. No final de 2016, a NCOU tinha 9,2 mil milhões de euros de RWA e 7,9 mil milhões de euros de exposição de alavancagem, uma redução face aos 32,9 mil milhões de euros de RWA e 36,6 mil milhões de euros de exposição a alavancagem no final de 2015. Os ativos residuais da NCOU foram novamente transferidos para as respetivas divisões de origem, no início de 2017.

Além de um contexto operacional difícil em 2016, motivado em grande parte pela incerteza macroeconómica e geopolítica, também enfrentámos desafios consideráveis específicos do próprio Deutsche Bank. Estes desafios surgiram de especulação adversa sobre a nossa saúde financeira. Isto originou preocupações em alguns clientes e contrapartes e afetou negativamente os proveitos em 2016. Este foi o caso particularmente no final do terceiro trimestre e no início do quarto trimestre em torno da suposta dimensão de um acordo com o DoJ relativo à questão do RMBS e o seu potencial impacto para nós.

Objetivos financeiros

»Para atingir os nossos objetivos, estamos a assentar o Deutsche Bank em três pilares robustos [...] Ao mesmo tempo, precisamos de controlar ainda mais os nossos custos. No último ano, alcançámos bastante. No entanto, neste contexto adverso, são inevitáveis mais reduções. Pretendemos reduzir os custos ajustados de 24,1 mil milhões de euros no último ano para cerca de 21 mil milhões de euros até 2021. Considerando os nossos sucessos recentes, estou extremamente confiante que iremos atingir estes objetivos.«

Mensagem de John Cryan sobre o aumento de capital e estratégia do Deutsche Bank para todos os colaboradores a 5 de março de 2017

Objetivos financeiros do Grupo

Mais simples e mais eficiente	Rácio CET 1 ⁽¹⁾	Confortavelmente acima de 13%
Com menos riscos	Rácio de alavancagem	4,5%
Mais bem capitalizado	RoTE após impostos	~10% num ambiente operacional normalizado
Execução disciplinada	Dividendo por ação	Aspiração de alcançar um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores
	Custos ajustados ⁽²⁾	~€ 22 mil milhões até 2018 ~€ 21 mil milhões até 2021

⁽¹⁾ Implementação integral das normas Basileia III

⁽²⁾ Despesas totais (excluindo juros), excluindo reestruturação e indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros intangíveis

Visão geral de novas medidas estratégicas

A perspetiva macroeconómica, geopolítica e regulamentar mudou substancialmente desde que lançámos a nossa estratégia em 2015. Como resultado destas alterações no ambiente operacional e dos desafios consideráveis específicos do Deutsche Bank em 2016, efetuámos um processo de planeamento e uma revisão estratégica atualizados no final de 2016 e início de 2017.

Esta revisão não foi concluída. A sua conclusão fundamental é o facto de o nosso modelo de negócios essenciais, ou seja um banco global, que serve um conjunto de clientes institucionais, corporativos e privados, juntamente com uma base sólida na Alemanha com uma franquia de clientes corporativos, institucionais, de gestão de ativos e privados resiliente, continuar a ser o pilar da nossa resistência e perspetivas para o crescimento a longo prazo.

Não obstante, a nossa direção decidiu realizar um conjunto de passos novos para reforçar ainda mais o banco e colocá-lo numa posição melhor para se dedicar a oportunidades de crescimento. Estas ações incluem:

- Capitalização substancialmente reforçada através de um aumento de capital, que se espera vir a resultar em receitas líquidas de aproximadamente 8 mil milhões de euros, que se espera resultar num rácio Common Equity *Tier 1* (rácio CET 1) fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV de aproximadamente 14% e num rácio de alavancagem fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV de aproximadamente 4% (pró-forma a 31 de dezembro de 2016).
- Até 2 mil milhões de euros de criação de capital incremental visada através da oferta pública inicial (OPI) de uma participação minoritária na divisão Deutsche Asset Management (Deutsche AM) e de alienações de negócios adicionais com RWA identificados de aproximadamente 10 mil milhões de euros e exposição de alavancagem de aproximadamente 30 mil milhões de euros, a maioria dos quais planeamos concluir ao longo dos próximos 18 meses.
- Reorganização das nossas divisões de negócio em três unidades distintas, com os objetivos de reforçar os negócios de cada uma, aperfeiçoar a cobertura de clientes, melhorar a quota de mercado e promover eficiências e crescimento:
 - O novo Corporate&Investment Bank (CIB) que combina os nossos negócios bancários de mercados, consultoria, financiamento e transações.
 - O Private&Commercial Bank (PCB), que combina o Postbank com os nossos negócios existentes privados, comerciais e de gestão de património.
 - Um Deutsche Asset Management (Deutsche AM) operacionalmente segregado.
- A integração do negócio alemão do PCB e do Postbank com o objetivo de criar uma presença de retalho líder de mercado na Alemanha, impulsionando uma maior eficiência através de ganhos melhores e de escala e da estabilidade de financiamento para o Deutsche Bank.
- O estabelecimento de um programa de redução de custos destinado a alcançar custos ajustados de aproximadamente 22 mil milhões de euros em 2018 e aproximadamente 21 mil milhões de euros em 2021, o que incluiria o impacto de reter os custos ajustados do Postbank (2,7 mil milhões de euros em 2016).
- Gerir separadamente carteiras de ativos antigas identificadas com aproximadamente 20 mil milhões de RWA e aproximadamente 60 mil milhões de euros de exposição de alavancagem, que se pretende reduzir para aproximadamente 12 mil milhões de RWA e aproximadamente 30 mil milhões de euros de exposição de alavancagem, respetivamente, até 2020.
- A ocorrência de custos de reestruturação e indemnização de aproximadamente 2 mil milhões de euros, a maioria dos quais se espera que ocorram durante o período compreendido entre 2017 e 2019.

- Visar um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores com a intenção de que o Conselho de Administração recomendará na Assembleia-Geral Anual em maio de 2017 o pagamento de um dividendo de 0,19 euros por ação dos lucros distribuíveis para 2016. O dividendo a pagar do lucro distribuível do Deutsche Bank AG para 2016 contém um componente que reflete o lucro distribuível transportado de 2015 de aproximadamente 165 milhões de euros e um dividendo de 0,11 euros por ação do lucro distribuível remanescente para 2016. De um modo geral, esperamos pagar um dividendo total de aproximadamente 400 milhões de euros em maio de 2017.
- Visando um capital próprio tangível médio (RoTE) após impostos de aproximadamente 10% num ambiente operacional normalizado.

O objetivo fundamental destas medidas estratégicas adicionais é tornar o Deutsche Bank um banco mais forte e sólido, que esteja bem posicionado para se dedicar a oportunidades de crescimento através da sua forte franquia de clientes global. A nossa administração acredita que seremos capazes de atingir este objetivo da seguinte forma:

- tendo níveis de capital cuja suficiência seja inquestionável,
- tendo uma franquia da CIB líder com escala e solidez para competir e crescer com sucesso a nível global,
- ocupando a posição número um na banca privada e comercial no nosso mercado nacional da Alemanha,
- concedendo à nossa divisão Deutsche AM de classe mundial segregação operacional que possa suportar um crescimento acelerado,
- reduzindo a dimensão do nosso centro corporativo e da base de custos em parte através de um alinhamento mais invertido e mudando grande parte das funções de infraestruturas para as divisões e
- voltando os nossos ganhos e mistura de negócio cada vez mais para negócios estáveis.

Objetivos financeiros novos

Adotámos novos objetivos financeiros, que substituem os objetivos anunciados em outubro de 2015. Os novos objetivos são:

- Custos ajustados de 22 mil milhões de euros até 2018 e 21 mil milhões de euros até 2021, o que inclui os custos ajustados do Postbank.
- RoTE após impostos de aproximadamente 10% num ambiente operacional normalizado.
- Rácio CET 1 confortavelmente acima de 13% num base fully loaded.
- Rácio de alavancagem de 4,5%.
- Visar um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores.

O nosso plano para 2017 baseia-se em taxas de câmbio assumidas de EUR/USD 1,01 e EUR/GBP 0,88.

Geograficamente, a Alemanha continuará a ser a nossa âncora – o nosso mercado nacional onde pretendemos não só manter, mas também expandir a nossa posição de liderança na totalidade das nossas três divisões. O PCB centrar-se-á principalmente na Alemanha, com negócios de gestão de património em todo o mundo. Considerando a natureza global dos nossos clientes corporativos essenciais, pretendemos manter as capacidades da CIB em toda a Alemanha e EMEA (ex-Alemanha), Estados Unidos e Canadá e na Ásia e Pacífico (APAC). Embora seja nossa intenção ter uma presença global ao nível dos clientes institucionais, esperamos estar focados principalmente na Alemanha e EMEA (ex-Alemanha) onde a nossa franquia competitiva é mais forte. Pretendemos também manter uma presença forte, mas mais focada nos Estados Unidos. A Deutsche AM pretende reter o seu enfoque essencial na Alemanha e EMEA (ex-Alemanha), com capacidades seletivas nos Estados Unidos e APAC.

Fundamentalmente, pretendemos reter as nossas capacidades globais, mas planeamos focar essas capacidades onde a nossa administração acredita que a nossa franquia é mais forte, o potencial de crescimento é maior e os retornos ajustados ao risco potencial são mais elevados. A nossa administração acredita que a reorganização das divisões será fundamental para alcançar este objetivo.

Perfil societário

»O Conselho de Administração deliberou sobre algumas revisões fundamentais e avanços decisivos na estratégia que anunciámos no outono de 2015.

[...] Existem três elementos essenciais:

- Reforçar a posição no nosso mercado nacional, combinando o Postbank com o nosso negócio Private & Commercial Clients, criando, assim, o líder de mercado claro na Alemanha;
- Libertar o potencial de crescimento da Deutsche Asset Management, transferindo uma participação minoritária; e
- Reforçar o nosso negócio com empresas internacionais, criando um banco de investimento e empresarial único e integrado. Este negócio tem sido a imagem de marca do Deutsche Bank desde que foi fundado.«

Mensagem de John Cryan sobre o aumento de capital e estratégia do Deutsche Bank para todos os colaboradores a 5 de março de 2017



⁽¹⁾ Em sintonia com a nossa estratégia, a Non-Core Operations Unit (NCOU) fechou com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

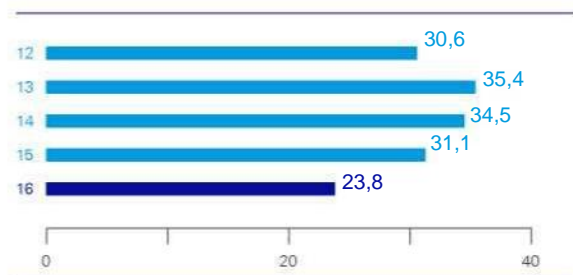
⁽²⁾ No futuro será referida como Fixed Income & Currencies (FIC)

Ações e obrigações do Deutsche Bank

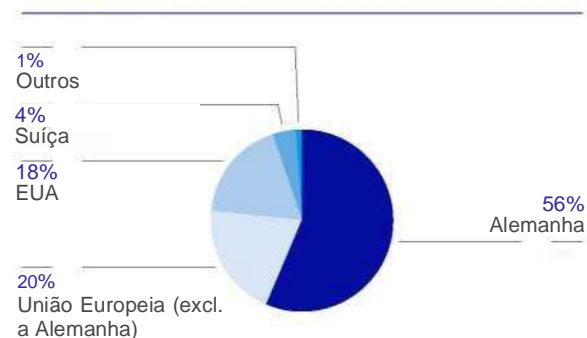
- O aumento de capital suporta a reorganização estratégica
- Mais acionistas privados
- Contexto de mercado exigente para as obrigações

Após um final de exercício fraco em 2015, as bolsas de valores internacionais continuaram o seu desempenho modesto no início de 2016. Este desenvolvimento deveu-se em grande medida à situação económica global e à incerteza em torno da posição da política monetária futura dos bancos centrais. Em meados de fevereiro, todos os principais índices dos mercados de valores estavam significativamente em baixa; o índice DAX, por exemplo, desceu cerca de 19% para menos de 9000 pontos. As ações de bancos sofreram um impacto ainda maior; o índice STOXX Europe 600 Banks sofreu um retrocesso de 29%. Neste contexto, as ações do Deutsche Bank desceram mais do que a média. Após a publicação dos resultados do exercício de 2015, os investidores de rendimentos fixos, em particular, expressaram a sua preocupação sobre a capacidade do Banco para pagar os cupões das suas obrigações AT1. A queda nos preços das obrigações teve um impacto negativo na cotação da ação, com a ação do Deutsche Bank a descer 41% face ao início do ano, para o seu mínimo do trimestre de 13,23 euros a 9 de fevereiro de 2016. No segundo trimestre houve uma pressão adicional nos mercados bolsistas devido ao referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. O índice DAX recuou 10% no primeiro semestre de 2016; o declínio no índice STOXX Europe 600 Banks durante o mesmo período foi novamente muito acentuado (31%). As ações do Deutsche Bank foram comercializadas cerca de 45% abaixo no final do primeiro semestre do ano. No terceiro trimestre, os índices de ações europeus recuperaram ligeiramente. Embora o índice DAX tenha conseguido recuperar das suas perdas do primeiro semestre durante o terceiro trimestre, o desempenho das ações dos bancos permaneceu negativo. O índice STOXX Europe 600 Banks conseguiu restringir as suas perdas ligeiramente, mas ainda assim fechou o terceiro trimestre com menos 23% face ao exercício de 2015. Embora a cotação do Deutsche Bank inicialmente também tenha conseguido compensar algumas das suas perdas do primeiro semestre, a 30 de setembro a cotação da ação desceu para o seu ponto mais baixo do ano de 9,90 euros (intradário). A cotação fechou a 11,57 euros no final do dia e, assim, no final do terceiro trimestre, um declínio de 49% face ao início do exercício. Esta quebra significativa na cotação da ação na segunda metade do mês de setembro resultou da incerteza associada aos casos de litígio não resolvidos na altura. A vitória eleitoral de Donald Trump nos EUA fez disparar os mercados dos Estados Unidos e acima de tudo as ações dos bancos no início de novembro. O índice STOXX Europe 600 Banks também beneficiou das expectativas de desregulamentação bancária. Desde então, o índice registou um aumento estável e encerrou em 2016 em baixa por apenas 7%. O anúncio no início de dezembro da extensão do programa de compra de obrigações do BCE conduziu a ganhos de preço renovados, resultando no fecho do índice DAX em 2016 em alta de 7% face ao final de 2015. A cotação do Deutsche Bank também beneficiou do contexto de mercado geral e conseguiu recuperar algumas das suas perdas especialmente durante os últimos dois meses de 2016. A cotação finalizou o ano 23% inferior a 17,25 euros.¹

1-1
Capitalização bolsista
Em mil milhões de euros no final do exercício



1-2
Distribuição regional da participação acionista
Em % no final do exercício de 2016



Números arredondados

Estratégia – Foram alcançados marcos importantes

No ano em análise, o Deutsche Bank fez bastantes progressos na implementação da sua agenda estratégica. A poupança gerada pelo programa de redução de custos tornou-se visível e também a redução na complexidade dentro do Grupo está a originar efeitos positivos. A dissolução acelerada da Non-Core Operations Unit contribuiu para a redução considerável nos ativos ponderados pelo risco. A redução dos riscos legais continuou a ser uma prioridade. Alterações no ambiente operacional e os desafios específicos do Deutsche Bank conduziram a uma revisão estratégica no início de 2017. A direção decidiu realizar um conjunto de passos novos para reforçar ainda mais o banco e colocá-lo numa posição melhor para se dedicar a oportunidades de crescimento. Esta reorganização estratégica é apoiada por um aumento de capital. Através desta medida, o Deutsche Bank planeia atingir um rácio Common Equity *Tier 1* de aproximadamente 14% (fully loaded, pró-forma a 31 de dezembro de 2016). O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização pretendem propor na Assembleia-Geral Anual em maio de 2017 o pagamento de dividendos agregados de 0,19 euros por ação.

A capitalização bolsista baixou

A capitalização bolsista do Deutsche Bank no final de 2016 foi de 23,8 mil milhões de euros, aproximadamente 7,3 mil milhões de euros menos que no ano anterior. [Gráfico1-1](#) Em média, 13,2 milhões de ações do Deutsche Bank foram negociadas diariamente no Xetra, um aumento de 5,4 milhões em relação ao ano anterior. O volume de negociação no Xetra em ações do Deutsche Bank em 2016 foi de 48,4 mil milhões de euros (contagem única), uma descida de 5,4 mil milhões de euros em 2015. O rácio na negociação de ações no Xetra foi de 13,7% (a base difere dos anos precedentes devido a uma alteração nas empresas listadas no índice DAX), em comparação com 8,0% em 2015. As ações do Deutsche Bank foram então o título negociado mais ativamente no índice DAX (2015: n.º 4). A ponderação no índice DAX das suas ações foi de 2,5% (2015: 3,5%). Na New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque), onde as ações do Deutsche Bank estão cotadas desde 2001, o número médio de ações transacionadas por dia subiu 4,1 mil em comparação com o ano anterior para 6,2 milhões de ações.

O declínio substancial na cotação da ação em 2016 reduziu a rentabilidade total a longo prazo dos acionistas. Um investidor que tivesse adquirido ações do Deutsche Bank por 10 000 euros no início de 2012, reinvestido dividendos e subscrito aumentos de capital sem injetar fundos adicionais, teria uma carteira no valor de 6 776 euros no final de 2015. Tal corresponde a uma perda anual média de 7,5% por ano. No caso do índice STOXX Europe 600 Banks, foi registado um aumento anual de 8,6% para o mesmo período. O DAX contabilizou uma subida de 14,2%.

Mais investidores particulares, quatro acionistas de grande dimensão

As ações do Deutsche Bank permanecem em circulação quase na sua totalidade. Cerca de 99% dos acionistas do banco em 2016 eram investidores particulares. No final de 2016, os investidores do segmento de retalho detinham 23% (2015: 19%) do capital social, ao passo que investidores institucionais detinham 77% (2015: 81%) do capital subscrito de 3 530 939 215,36 euros.

O Deutsche Bank tem quatro acionistas de grande dimensão com participações acima do limiar legal de 3%. Black - Rock Inc., Wilmington, detém a participação maior de 5,95%. A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, e a Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, detêm cada uma 3,05%. Hainan Jiaoguan Holding Co., Ltd., Haikou, notificou-nos que a 15 de fevereiro de 2017 detinha 3,04% das nossas ações.

O número de acionistas aumentou em 2016 para 598 122 (2015: 561 559). Este facto reflete um aumento no número de acionistas privados no ano em análise. A distribuição regional do capital social mudou novamente a favor dos EUA. De acordo com o registo de ações, o capital social detido na Alemanha manteve-se inalterado em 56% comparativamente com 2015. Tal como a percentagem detida na Suíça (4%). O número de ações detidas na União Europeia (excluindo a Alemanha) diminuiu para os 20% (2015: 22%); a percentagem detida no resto do mundo diminuiu para 1% (2015: 3%). A percentagem de capital social detido nos Estados Unidos aumentou pelo segundo ano consecutivo, atingindo 18% (2015: 15%). [Gráfico1-2](#) A distribuição regional da participação acionista tem por base o local de custódia das ações, que não é necessariamente a morada de residência dos acionistas.

Recompra de ações para planos de remuneração

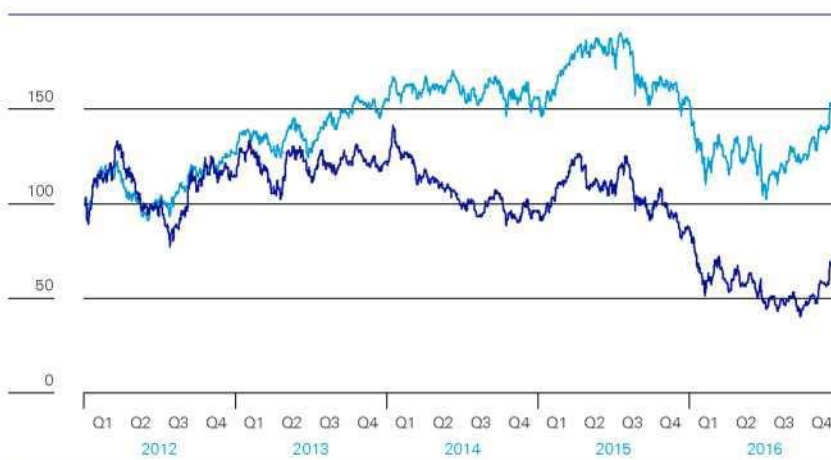
A Assembleia-Geral de 2016 autorizou o Conselho de Administração a recomprar até 10% do capital social (137,9 milhões de ações) no final de abril de 2021. Apenas um máximo de 5% do capital social (69,0 milhões de ações) podem ser adquiridas com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral de 2015. Durante o período entre a Assembleia-Geral de 2016 e 31 de dezembro de 2016, 0,9 milhões de ações foram recompradas. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação de capital. A 31 de dezembro de 2016 nenhuma ação era detida por recompras.

Sólida procura da dívida do Deutsche Bank

Apesar dos problemas que o Deutsche Bank estava a enfrentar em 2016, o banco beneficiava de um forte apoio dos investidores em dívida, o que permitiu um refinanciamento a spreads razoáveis. Em 2016, o Deutsche Bank emitiu um total de 31,8 mil milhões de euros em instrumentos de dívida, com um spread médio de 129 pontos base sobre a EURIBOR a 3 meses (todos os spreads de financiamento não Euro têm como nova base a EURIBOR a 3 meses) com um prazo médio de 6,7 anos. Do total, 17 mil milhões de euros foram emissões de referência e cumpriam determinados requisitos de tamanho mínimo e outros 14,8 mil milhões de euros foram gerados através da emissão de retalho e de outras colocações particulares com investidores institucionais. [Consultar o Relatório de gestão acerca das notações de crédito, págs. 76-77](#)

As transações mais significativas em 2016 incluíram uma emissão não garantida sénior de 1,6 mil milhões de euros em março de 2016 com uma maturidade de 3 anos. Duas outras transações significativas foram uma emissão *Tier 2* de 0,75 mil milhões de euros com uma maturidade de 10 anos emitida em maio e uma referência não garantida sénior de 4,5 mil milhões de dólares americanos com uma maturidade de 5 anos emitida em outubro.

De uma forma geral, as atividades de emissão do Deutsche Bank estão bem diversificadas por mercados, instrumentos, divisas e investidores. No final de dezembro de 2016, 72% do financiamento total do banco provém das fontes de financiamento mais estáveis, como depósitos bancários de retalho e para transação, emissão nos mercados de capitais e participações.



Informações sobre a ação do Deutsche Bank

Dados Estruturais

	2016	2015	2014
Número de acionistas	598 122	561 559	599 230
Acionistas por tipo em % do capital acionista ¹			
Institucionais (incluindo bancos)	77	81	80
Privados	23	19	20
Repartição regional em % do capital acionista ¹			
Alemanha	56	56	57
União Europeia (excluindo a Alemanha)	20	22	21
Suíça	4	4	7
EUA	18	15	13
Outros	1	3	4

Números-chave

	2016	2015	2014
Rentabilidade total da ação do Deutsche Bank ²	(23,4%)	(7,5%)	(22,5%)
Quota-parte na negociação de ações (Xetra)	13,73% ⁴	7,96%	9,27%
Volume médio diário de negociação (em milhões de ações) ³	13,2	7,8	8,1
Cotação máxima da ação	22,10 €	33,42 €	38,15 €
Cotação mínima da ação	9,90 €	20,69 €	22,66 €
Dividendo por ação no exercício (em euros)	0,11 ⁵	0,08 ⁵	0,75

	31.12.2016
Ações emitidas	1 379 273 131
Ações em circulação	1 379 069 689
Capital social	€ 3 530 939 215,36
	23,79 mil milhões de euros
Capitalização bolsista	
Cotação da ação ⁶	17,25 €
Ponderação no índice DAX	2,54%
Ponderação no índice Euro STOXX 50	1,07%

Códigos de identificação dos valores mobiliários

Deutsche Börse (Bolsa Alemã)		New York Stock Exchange	
Tipo de emissão	Ação nominativa	Tipo de emissão	Ação nominativa, registada em vários
Símbolo	DBK	Moeda	USD
WKN (Número de Identificação de Segurança Alemão)	514000	Símbolo	DB
ISIN	DE0005140008	CINS	D 18190898
Reuters	DBKGn.DE	Bloomberg	DBK GR

¹ Números arredondados

² Cotação da ação com base no sistema Xetra

³ Estatísticas do registo de ordens (Xetra)

⁴ A base difere dos anos precedentes devido a uma alteração nas empresas listadas no índice DAX

⁵ Proposta para a Assembleia-Geral Anual em 18 de maio de 2017

⁶ Xetra – cotação de fecho

1-

Relatório de Gestão

36	Análise Operacional e Financeira
36	Sumário executivo
39	Grupo Deutsche Bank
48	Resultado operacional
79	Posição Financeira
83	Liquidez e Recursos de Capital
85	Perspetivas
95	Riscos e oportunidades
97	Relatório de Risco
99	Visão geral do risco e do capital
103	Quadro de risco e de capital
116	Gestão do risco e de capital
150	Desempenho de capital e risco
223	Relatório de Remunerações
226	Relatório de Remuneração do Conselho de Administração
257	Relatório de Remuneração dos colaboradores
274	Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
277	Responsabilidade corporativa
279	Colaboradores
284	Controlo interno sobre o relato financeiro
289	Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
295	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-A e 315.º, n.º 5 do Código Comercial alemão

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo desta Análise Operacional e Financeira. Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Sumário executivo

A economia global

Crescimento económico (em %)	2016	2015	Principal fator responsável
Economia global¹	3,0	3,3	O crescimento económico global enfraqueceu em 2016 devido ao abrandamento nos países industrializados. O crescimento nos mercados emergentes manteve-se inalterado.
Dos quais:			
Países industrializados ¹	1,6	2,1	Os elevados níveis de endividamento e um comércio global, uma vez mais, dececionante penalizaram o crescimento.
Dos quais: Mercados emergentes ¹	4,1	4,1	A orientação da política monetária dos principais bancos centrais fortaleceu a economia.
Economia da área do euro¹	1,7	1,9	Os baixos preços do petróleo e a política monetária extremamente expansiva tiveram um efeito favorável, mas a diminuição das existências e as exportações líquidas negativas resultaram num enfraquecimento global do crescimento.
Dos quais: Economia alemã	1,9	1,7	O crescimento mais forte do consumo mais do que compensou o efeito atenuante das exportações líquidas.
Economia dos Estados Unidos	1,6	2,6	Crescimento mais fraco desde 2011, com o comércio externo, os investimentos em maquinaria e equipamento e o ciclo de existências negativo a penalizaram o crescimento. O sólido crescimento do consumo estabilizou.
Economia japonesa¹	1,0	1,2	O consumo privado recuperou, mas foi amplamente anulado pelo enfraquecimento das exportações e dos investimentos.
Economia asiática^{1,2}	6,0	6,1	Continuou a registar-se um crescimento moderado, penalizado pela fraca procura dos países industrializados e da China.
Dos quais: Economia chinesa	6,7	6,9	O crescimento voltou a abrandar na China, observando-se um menor dinamismo em todos os setores. O governo estabilizou a situação com investimentos adicionais e procurou limitar os riscos.

Fonte: Autoridades nacionais

¹ Os dados de 2016 são provenientes das previsões do Deutsche Bank Research. ²

Exclui o Japão.

O setor bancário

Os empréstimos ao setor privado na área do euro continuaram a registar um crescimento muito moderado em 2016. Os volumes de empréstimos concedidos a empresas estagnaram tal como no ano anterior, na sequência de uma contração global de quase um décimo nos três anos anteriores. Os empréstimos às famílias registaram um crescimento moderado (cerca de 2% em termos homólogos), principalmente devido à expansão no negócio hipotecário. Relativamente ao passivo, manteve-se o forte crescimento nos depósitos de empresas (aproximadamente 6% ao ano), e as entradas de depósitos de famílias subiram para quase 4%, apesar das taxas de juro mínimas. De um modo geral, o ritmo de crescimento recuperou ligeiramente para os depósitos, aumentando a sua vantagem relativamente ao crescimento dos empréstimos. As taxas de juro continuaram em queda. O ligeiro aumento nos volumes foi insuficiente para compensar o decréscimo em termos homólogos nas margens de aproximadamente 7%, prevendo-se, assim, que o rendimento de juros líquido dos bancos continue em ligeira queda, após uma subida temporária em 2014 e 2015.

No negócio de financiamento, a Alemanha aumentou a sua vantagem em relação à área do euro em 2016, após no ano anterior o crescimento dos empréstimos ter sido igualmente fraco em ambas as regiões. Os empréstimos a empresas subiram mais de 2% em termos homólogos graças a um segundo semestre de 2016 forte, ao passo que o valor para as famílias foi de 3%, atribuível sobretudo ao sólido crescimento dos empréstimos hipotecários. Paradoxalmente, o crescimento dos depósitos do setor privado acelerou para aproximadamente 5%, apesar de as taxas de juro se manterem abaixo da média europeia. Com efeito, a taxa de juro agregada dos depósitos de empresas entrou em terreno negativo pela primeira vez na história. No entanto, isto não coibiu as empresas de depositarem um montante crescente de liquidez nos bancos. O setor empresarial na Alemanha relevou-se invulgar de uma perspetiva bancária na medida em que se apresentou como aforrador líquido, isto é, os seus depósitos excederam os volumes de empréstimos.

Os empréstimos nos Estados Unidos inicialmente aceleraram ainda mais em 2016 relativamente a um nível de partida já elevado, antes de abrandarem ligeiramente no quarto trimestre de 2016. De um modo geral, contudo, a atividade tradicional no balanço manteve um forte dinamismo, com os empréstimos concedidos ao setor de retalho a aumentarem cerca de 5% em termos homólogos e os empréstimos a empresas a subirem mais de 8%. Este último valor superou os valores anteriores à crise em termos nominais, atingindo um novo máximo histórico, impulsionado pela ampla recuperação baseada em créditos imobiliários comerciais e em empréstimos a empresas tradicionais. O segmento de retalho beneficiou do aumento contínuo do crédito ao consumo, bem como da reviravolta no negócio hipotecário, que registou o seu primeiro crescimento sólido desde a crise. Os depósitos do setor privado continuaram a crescer a um ritmo extraordinariamente rápido, tendo acelerado ainda mais recentemente (com uma subida de aproximadamente 8% em termos homólogos). O seu volume total duplicou desde 2004.

O total de créditos pendentes no Japão continuou a expandir-se a mais de 2% em termos homólogos, enquanto a entrada de depósitos no setor bancário acelerou – o aumento atingiu os 6%, o nível mais alto desde que se iniciaram as estatísticas em 2001.

Na China, os empréstimos às famílias apresentaram sinais de sobreaquecimento. Os volumes de empréstimos subiram 23% em termos homólogos, principalmente devido a empréstimos a médio e longo prazo. O seu volume duplicou em apenas três anos e meio, ao passo que o crescimento cumulativo da economia chinesa é de apenas 39% em termos nominais desde o final de 2012. Em contrapartida, o aumento dos empréstimos dos bancos a empresas abrandou recentemente para uns meros 8% em termos homólogos. Os bancos estão a beneficiar do facto de o ritmo de crescimento do lado do financiamento ter acelerado recentemente, com os depósitos do setor privado atualmente 14% superiores aos registados no final de 2015.

Desempenho do Deutsche Bank

Os resultados de 2016 foram fortemente afetados por medidas decisivas da administração com vista à melhoria e modernização do banco, por encargos com litígios e por turbulência nos mercados para o Deutsche Bank. Fizemos progressos significativos na implementação de decisões estratégicas e tomámos medidas para reforçar ainda mais a nossa infraestrutura de controlo. Fizemos também progressos consideráveis na nossa estratégia continuada de redução de risco, bem como no sentido da resolução de questões adicionais de litígio pendentes. O fluxo de notícias negativas em torno das negociações com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos em outubro de 2016 afetou os nossos proveitos e os saldos de clientes. Contudo, acreditamos que provámos a nossa resiliência neste ano de desafios, uma vez que muitos destes clientes regressaram, à medida que continuámos a fazer progressos na implementação dos nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, e terminámos o ano com fortes rácios de capital e de liquidez.

Os principais indicadores de desempenho do Grupo são os seguintes:

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2016	Situação no final de 2015
Receitas líquidas	30,0 mil milhões de euros	33,5 mil milhões de euros
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(0,8) mil milhões de euros	(6,1) mil milhões de euros
Resultado líquido	(1,4) mil milhões de euros	(6,8) mil milhões de euros
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	(2,7 %)	(12,3 %)
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ¹	(2,3 %)	(9,8 %)
Custos ajustados ²	24,7 mil milhões de euros	€ 26,5 mil milhões de euros
Rácio custo/rendimento ³	98,1 %	115,3 %
Ativos ponderados pelo risco (RWA) ⁴	357,5 mil milhões de euros	396,7 mil milhões de euros
Rácio <i>Common Equity Tier 1 fully loaded</i> em conformidade com o CRR/CRD IV ⁵	11,8 % ⁶	11,1 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV <i>fully loaded</i> ⁷	3,5 %	3,5 %

¹ Baseado no resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.

² Despesas totais (excluindo juros), excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio, benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

³ Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁴ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

⁵ O rácio *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

⁶ Reflete a decisão do Conselho de Administração de propor um dividendo por ação de 0,19 euros proveniente dos lucros distribuíveis para 2016, tendo em consideração as ações que se espera serem emitidas antes da Assembleia-Geral Anual em maio de 2017. O dividendo contém o pagamento proveniente dos lucros distribuíveis transitados de 2015 de aproximadamente 165 milhões de euros e um dividendo de 0,11 euros por ação proveniente dos lucros distribuíveis remanescentes para 2016. De um modo geral, esperamos pagar um dividendo total de aproximadamente 400 milhões de euros em 2017.

⁷ O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2016 foram de 30,0 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,5 mil milhões de euros face a 2015. Este decréscimo foi sobretudo motivado pelas perdas de redução de risco na NCOU e pela diminuição dos proveitos na GM e na CIB devido às difíceis condições de mercado, a um ambiente de baixas taxas de juro na Europa, às perceções negativas dos mercados relativamente ao Deutsche Bank e à execução estratégica. O decréscimo foi parcialmente compensado por um ganho com a venda de participações na Hua Xia Bank Co. Ltd. na PW&CC, bem como na VISA Europe Ltd. no Postbank e na PW&CC.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2016 foram de 29,4 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 24% face a 2015. A redução dos gastos operacionais (excl. juros) deveu-se principalmente a uma menor imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, menores encargos com litígios e menor remuneração relacionada com o desempenho. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 1,3 mil milhões de euros em 2016, incluindo 1,0 mil milhões de euros relacionados com a venda da Abbey Life, face a 5,8 mil milhões de euros em 2015. As despesas de litígio em 2016 totalizaram 2,4 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 2,8 mil milhões de euros face a 2015. O decréscimo dos gastos operacionais (excl. juros) foi parcialmente anulado por maiores despesas de TI e por um aumento dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

As perdas antes de impostos sobre o rendimento foram de 810 milhões de euros em 2016, em comparação com perdas antes de impostos sobre o rendimento de 6,1 mil milhões de euros em 2015. A melhoria de 5,3 mil milhões de euros em 2016 deveu-se principalmente a uma redução significativa da imparidade de goodwill e outros intangíveis, bem como dos encargos com litígios. A perda líquida foi de 1,4 mil milhões de euros em 2016, em comparação com uma perda líquida de 6,8 mil milhões de euros em 2015.

O nosso rácio Common Equity Tier 1 fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 11,8% no final de 2016, uma subida face aos 11,1% registados no final de 2015, resultante de atividades de redução de risco e de benefícios de alienações de ativos. O rácio CET 1 de integração progressiva no final de 2016 de 13,4% está bastante acima dos 10,76% exigidos.

O BCE notificou o Deutsche Bank das conclusões para 2017 do seu Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), estabelecendo requisitos mínimos de Pilar 2 para o rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) de 9,51% numa base de integração progressiva do CRR/CRD IV, em comparação com os quais registámos 12,76% em 1 de janeiro de 2017. Os requisitos mínimos do SREP para 2017 são compostos por um requisito mínimo de Pilar 1 de 4,5%, um requisito adicional de Pilar 2 de 2,75%, um amortecedor de conservação de capital de 1,25%, um amortecedor contracíclico atualmente de 0,01% e o amortecedor de G-SIB de 1,0%.

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1591 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Nessa data empregávamos o equivalente a 99 744 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 62 países, com um total de 2 656 agências no mundo, das quais 67% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2016, estávamos organizados nestas seguintes seis divisões corporativas:

- Global Markets (GM)
- Corporate & Investment Banking (CIB)
- Private, Wealth and Commercial Clients (PW&CC)
- Deutsche Asset Management (Deutsche AM)
- Postbank (PB)

– Non-Core Operations Unit (NCOU)

As seis divisões corporativas são apoiadas por funções de infraestrutura. Criámos também uma função de gestão regional, que engloba as responsabilidades regionais a nível mundial. Os períodos anteriores apresentados ao longo do presente relatório foram reajustados para refletir a nossa nova estrutura de segmentos, anunciada no final de 2015. Em linha com os nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixará de existir como divisão corporativa separada do Grupo a partir de 2017.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem:

- subsidiárias e agências em muitos países;
- escritórios de representação em muitos outros países; e
- um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações significativas desde 1 de janeiro de 2014, que não estão atribuídas às despesas de investimento ou alienações de divisões corporativas abaixo:

A 26 de outubro de 2016, o Deutsche Bank celebrou um acordo para vender as suas subsidiárias de corretagem e o banco no México à InvestaBank S.A., Institución de Banca Múltiple. A transação faz parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015 e do plano do Grupo para racionalizar a sua presença global. A conclusão da transação está prevista para o primeiro semestre de 2017, sujeita às aprovações regulamentares e outras condições habituais.

A 26 de agosto de 2016, o Deutsche Bank celebrou um acordo para vender a Deutsche Bank S.A., a sua subsidiária bancária na Argentina, à Banco Comafi S.A. A transação faz parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015 e reflete o plano do Grupo para racionalizar a sua presença global. A conclusão da transação está prevista para o primeiro semestre de 2017, sujeita às aprovações regulamentares e outras condições habituais.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui (i) divisões corporativas, (ii) funções de infraestrutura e (iii) uma função de gestão regional.

Nos termos da lei alemã relativa às sociedades por ações, o Conselho de Administração é responsável pela gestão executiva do Deutsche Bank. Os seus membros são nomeados e destituídos por um outro órgão social, o Conselho de Fiscalização. O nosso Conselho de Administração tem a seu cargo, entre outros tópicos, a gestão estratégica, o governo da sociedade, a afetação de recursos e a gestão do risco e o controlo do risco, com o apoio de comités funcionais.

Dentro de cada divisão corporativa e região, as funções de coordenação e gestão são exercidas por comités operacionais e por comités executivos, com o intuito de assegurar que a estratégia implementada pelas diversas divisões individuais e os planos para o desenvolvimento de áreas da infraestrutura se inserem nos objetivos de negócio globais.

Divisões Corporativas

Divisão corporativa Global Markets (GM)

Visão geral da divisão corporativa

No início de 2016, dividimos a nossa antiga divisão corporativa Corporate Banking & Securities (CB&S) em duas: uma nova divisão corporativa, Global Markets e a nossa unidade de negócio Corporate Finance, que faz agora parte da nossa divisão corporativa Corporate & Investment Banking. A divisão de negócio Global Markets oferece produtos financeiros em todo o mundo, incluindo serviços de negociação e cobertura, a clientes institucionais e corporativos.

Na Global Markets, o Deutsche Bank efetuou as seguintes alienações significativas desde 1 de janeiro de 2014:

Em junho de 2015, a Markit Ltd., um prestador de serviços de informações financeiras, levou a cabo uma oferta pública secundária. Como parte desta oferta, a Markit também recomprou ações próprias de um conjunto de acionistas vendedores incluindo o Deutsche Bank. Disponibilizámos e vendemos aproximadamente 4 milhões dos 5,8 milhões de ações (2,7%) que detínhamos na Markit.

Em dezembro de 2014, concluímos a venda de 75% de uma carteira de créditos imobiliários comerciais de situação especial dos EUA no valor de 2,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos a um fundo gerido pelo Grupo Texas Pacific. O Deutsche Bank detém uma participação de 25% na carteira e continua a originar e a adquirir novos créditos no mercado de imóveis comerciais de situações especiais nos EUA.

Em junho de 2014, a Markit Ltd. iniciou a sua cotação no mercado bolsista NASDAQ através de uma venda de ações de acionistas existentes. Como parte desta cotação, disponibilizámos e vendemos 5,8 milhões dos 11,6 milhões de ações (5,7%) que detínhamos na Markit.

Produtos e serviços

A divisão de negócio Global Markets agrega a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e produtos titularizados. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do grupo de clientes institucionais (Institutional Client Group) e da unidade Equity Sales, ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

Canais de Distribuição e Marketing

Como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015, estamos a alterar o foco e a racionalizar o nosso modelo de cobertura ao cliente a fim de manter os clientes no centro do nosso negócio. Estamos a terminar relações existentes com clientes em que os retornos são demasiado baixos ou os riscos são muito altos, enquanto também fortalecemos a nossa admissão de clientes e procedimentos KYC.

Divisão Corporate & Investment Banking (CIB)

Visão geral da divisão corporativa

A divisão Corporate & Investment Banking (CIB) reúne os conhecimentos especializados do Deutsche Bank em banca comercial, finanças corporativas e banca de transações numa divisão corporativa comum. É composta pelos nossos negócios Corporate Finance e Global Transaction Banking. A CIB presta serviços de aconselhamento e execução relativamente aos múltiplos requisitos financeiros dos nossos clientes corporativos e institucionais.

Na Corporate & Investment Banking não efetuámos quaisquer despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2014.

Produtos e serviços

A Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições, bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas de cobertura regional e setorial asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos nossos clientes corporativos e institucionais.

A consultoria abrange ofertas públicas de aquisição, consultoria de defesa, fusões e alienações, processos de vendas *dual track*, revisões de carteiras de negócios e pesquisas de aquisições, estratégias e análises de concorrência, otimização do balanço e governo da sociedade.

O negócio de geração de dívida (Debt Origination) junta a cobertura de clientes de tesouraria regional do Banco à geração, estruturação, sindicância e emissão de dívida e produtos da carteira de crédito.

O negócio de geração de ações (Equity Origination) fornece produtos de ações primários, incluindo OPI, ofertas subsequentes, emissões de direitos, transações em bloco, processos de colocação acelerada ("accelerated bookbuilding") e obrigações convertíveis e passíveis de troca.

Com proveitos de 4,5 mil milhões de euros, a Global Transaction Banking (GTB) é um dos líderes mundiais na prestação de serviços de gestão de tesouraria, financiamento ao comércio e títulos, fornecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários comerciais a clientes corporativos e instituições financeiras em todo o mundo.

Trade Finance oferece conhecimentos especializados locais, um leque de produtos e serviços para transações internacionais (incluindo financiamento), soluções personalizadas para transações estruturadas e a tecnologia mais moderna traduzida numa rede internacional que permite aos nossos clientes uma melhor gestão dos riscos e questões associadas às suas transações nacionais e transfronteiriças.

Cash Management supre as necessidades de uma base diversificada de empresas e instituições financeiras. Disparamos de um vasto leque de soluções inovadoras que nos permite gerir as complexidades impostas pelas funções de tesouraria regionais e globais dos clientes, incluindo serviços de acesso, pagamento e cobrança, gestão de liquidez, informação e contabilidade, bem como soluções de apresentação e pagamento de faturas eletrónicas.

Securities Services fornece um conjunto de serviços fiduciários, de pagamento, administrativos e conexos relativamente a títulos e transações financeiras selecionadas, bem como custódia nacional de títulos em mais de 30 mercados.

Canais de Distribuição e Marketing

Como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015, estamos a alterar o foco e a otimizar o nosso modelo de cobertura ao cliente a fim de beneficiar os nossos clientes essenciais. Estamos a terminar relações existentes com clientes em que consideramos que os retornos são demasiado baixos ou que os riscos são muito altos, enquanto também fortalecemos a nossa admissão de clientes e os procedimentos Conheça o seu cliente (KYC).

A Investment Banking Coverage (IBC) e a Corporate Banking Coverage (CBC) foram agregadas para conferir conhecimentos especializados de cobertura integrados à CIB. O grupo fornece os produtos mais apropriados em consultoria bancária, mercados de capitais, gestão do risco e banca de transações tanto aos líderes de topo C-Suite como ao Tesoureiro. A divisão German Large Corporates (GLC) fornece amplos conhecimentos especializados em consultoria e produtos à nossa franquia de mercado médio com uma presença regional.

Nos clientes incluem-se grandes empresas, instituições financeiras, patrocinadores financeiros, governos e entidades soberanas em todo o mundo. Os nossos conhecimentos setoriais especializados abrangem serviços ao consumidor e de retalho, instituições financeiras, patrocinadores financeiros, saúde, indústria, tecnologia, meios de comunicação e telecomunicações, recursos naturais e imobiliário, bem como alojamento e lazer.

Divisão corporativa Private, Wealth & Commercial Clients (PW&CC)

Visão geral da divisão corporativa

A divisão corporativa Private, Wealth & Commercial Clients (PW&CC) agrega os conhecimentos especializados do Banco em banca privada e comercial, bem como em soluções de gestão de património. Prestamos aconselhamento de elevada qualidade e uma vasta gama de serviços financeiros, tanto no mercado nacional do Banco, a Alemanha, como a nível internacional. O nosso objetivo é ser um banco de consultoria com uma rede global, com sólidos conhecimentos em mercados de capitais e soluções de financiamento e com serviços digitais de última geração.

A nossa divisão corporativa é composta pelas seguintes unidades de negócio:

A divisão Private & Commercial Clients Germany (PCC Germany) centra-se nos clientes privados e comerciais na Alemanha. Para clientes corporativos de pequena e média dimensão, oferecemos um modelo de cobertura bancária comercial integrada, melhorando a proximidade com o cliente e a colaboração interdivisões, tirando partido dos conhecimentos especializados do Grupo Deutsche Bank.

A divisão Private & Commercial Clients International (PCC International) presta serviços bancários e outros serviços financeiros a clientes privados, comerciais e corporativos na Europa e na Índia. Na Europa, operamos em cinco principais mercados bancários: Itália, Espanha, Bélgica, Portugal e Polónia.

A divisão Wealth Management serve clientes individuais e administradores de famílias com património, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW), oferecendo aos nossos clientes uma vasta gama de produtos e soluções de investimento tradicionais e alternativos, bem como produtos de empréstimo e depósito. Tirando partido da nossa rede global e dos conhecimentos especializados de todo o Deutsche Bank, disponibilizamos conhecimentos especializados em mercados de capitais e soluções internacionais adaptadas às necessidades individuais dos clientes. Estas soluções incluem o planeamento de patrimónios ao longo de gerações e atravessando fronteiras internacionais, gestão discricionária de carteiras, gestão estruturada do risco, bem como o desenvolvimento de soluções personalizadas para particulares ou instituições selecionadas, em estreita colaboração com peritos em Global Markets, Corporate & Investment Banking e Asset Management.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2014:

Em 28 de dezembro de 2015, tínhamos acordado a venda de toda a nossa quota de 19,99% na Hua Xia Bank Company Limited ("Hua Xia") à PICC Property and Casualty Company Limited ("PICC Property & Casualty"). A conclusão da transação foi objeto das habituais condições de fecho e aprovações regulamentares, incluindo a da Comissão de regulação do setor bancário da China, que concedeu a sua aprovação para a PICC Property and Casualty adquirir a quota do Deutsche Bank na Hua Xia no quarto trimestre de 2016.

No quarto trimestre de 2015, o Grupo Deutsche Bank anunciou que tinha celebrado um acordo de compra definitiva de ativos para vender a sua unidade US Private Client Services (PCS) à Raymond James Financial, Inc. Em setembro de 2016, a transação foi concluída com êxito.

Em novembro de 2015, a Visa Inc. anunciou um acordo definitivo para adquirir a Visa Europe Limited. Como parte da aquisição, a Visa Europe Limited solicitou a todos os seus acionistas, que incluíam várias entidades do Grupo Deutsche Bank, que devolvessem as suas ações por uma contrapartida. O Deutsche Bank devolveu as suas ações na Visa Europe Limited em janeiro de 2016 e recebeu o dinheiro e a contrapartida preferencial pelas ações no fecho a 21 de junho de 2016, bem como o direito a um pagamento em numerário diferido, incluindo juros aquando do terceiro aniversário da data de encerramento.

Em outubro de 2014, contribuímos na propriedade dos bens imobiliários de 90 filiais de banca de retalho em Itália para um fundo de investimento imobiliário institucional fechado, Fundo bancário italiano (IBF), gerido pela Hines Italy SGR. Os bens imobiliários contribuídos tinham um valor total de 134 milhões de euros e na maioria serão arrendados por um período mínimo de 12 anos.

Em maio de 2014, concluímos a venda de uma participação de 20,2 % na Deutsche Herold AG à Zürich Beteiligungs AG, uma subsidiária do Zurich Insurance Group AG. Adquirimos a participação de 20,2 % a um terceiro imediatamente antes da venda à Zurich. 15,2 % da alienação à Zurich baseou-se num acordo de compra de ações celebrado pelo Deutsche Bank e pela Zurich em 2001. A participação remanescente de 5,0 % foi vendida pelo facto de a Zurich ter exercido uma opção de compra.

Produtos e serviços

Fornecemos serviços bancários e outros serviços financeiros, desde serviços completos para clientes de retalho, soluções para clientes na banca privada e gestão de património a cobertura de clientes no setor comercial e de negócios.

As nossas unidades de negócio PCC Germany e PCC International oferecem uma gama semelhante de produtos e serviços na Europa e na Índia, com algumas variações impostas pelos requisitos locais de alguns países em termos de mercados, regulamentação e clientes. Nos produtos e serviços incluem-se serviços de pagamento e de conta corrente, produtos de investimento e seguros, depósitos, bem como produtos de crédito. Para clientes corporativos de pequena e média dimensão, as unidades de negócio PCC oferecem adicionalmente produtos de média capitalização fornecidos por outras divisões no âmbito da nossa joint venture de média capitalização no Deutsche Bank.

A nossa divisão Wealth Management oferece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares.

Canais de Distribuição e Marketing

Seguimos uma abordagem omnicanal para otimizar a acessibilidade e disponibilidade de serviços para os nossos clientes. A expansão de capacidades digitais continua a ser um foco importante em todos os nossos negócios.

PCC Germany e PCC International:

- Agências: Nas agências, as unidades de negócio PCC oferecem geralmente a gama completa de produtos e assessoria. A rede de agências é apoiada por centros de contacto de clientes e terminais de autosserviço.
- Centros de consultoria: Os centros de consultoria na Alemanha representam uma ligação entre as agências e as nossas ofertas digitais para assegurar um serviço holístico e assessoria aos nossos clientes privados e comerciais, independentes do horário de funcionamento das agências.
- Serviços bancários online e móveis: Os sítios Web das unidades de negócio PCC oferecem aos clientes uma ampla variedade de informações sobre produtos e serviços, incluindo ferramentas interativas, tutoriais e conteúdos de *rich media*. Disponibilizaram, também, uma plataforma de transações de alto desempenho para serviços bancários, corretagem e autosserviços, em combinação com uma oferta universal muito frequentada para smartphones e tablets.
- Agentes financeiros/distribuidores terceiros: Na maioria dos países, as unidades de negócio PCC fornecem adicionalmente produtos e serviços bancários através de agentes financeiros que operam em nome individual, bem como através de distribuidores terceiros.

Wealth Management:

- Equipas de Cobertura global/Consultoria: Estas equipas gerem as relações com os clientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços de WM. Para garantir serviços e assessoria holísticos, todos os clientes de gestão de património têm um ponto de acesso único, com equipas dedicadas, ao serviço de grupos de clientes específicos.
- Key Client Partners (KCP): Para clientes com património de valor líquido ultraelevado qualificados, a Key Client Partners (KCP) fornece oportunidades de investimento e soluções personalizadas num vasto conjunto de classes de ativos. As capacidades incluem – mas não estão limitadas a – mercados privados, soluções de financiamento, ativos não essenciais, alternativas de solução especial e soluções de mercados de capitais.

Divisão corporativa Deutsche Asset Management (Deutsche AM)

Visão geral da divisão corporativa

Com mais de 700 mil milhões de euros de ativos investidos em 31 de dezembro de 2016, a Deutsche AM é um dos principais organismos de gestão de investimentos do mundo, proporcionando o acesso aos mercados financeiros mundiais e fornecendo soluções a clientes em todo o mundo. A Deutsche AM visa proporcionar um futuro financeiro sustentável a todos os seus clientes: aos investidores individuais e às instituições que os servem.

Em 2016, a Deutsche AM tomou uma série de medidas para se tornar um gestor de ativos mais focado, separando-se do negócio de gestão de património do Deutsche Bank, transferindo as atividades de negociação e atividades dependentes do balanço para a divisão Global Markets e abandonando negócios não estratégicos, incluindo o negócio da Abbey Life.

Efetuámos as seguintes alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2014:

Em dezembro de 2016, o Deutsche Bank concluiu a venda do negócio Abbey Life (Abbey Life Assurance Company Limited, Abbey Life Trustee Services Limited e Abbey Life Trust Securities Limited) a uma subsidiária da Phoenix Group Holdings ("Phoenix Group").

Produtos e serviços

As soluções de investimento da Deutsche AM abrangem estratégias ativas e passivas e um leque diversificado de classes de ativos, incluindo ações, investimentos de rendimento fixo, investimentos de liquidez, investimentos imobiliários, investimentos em infraestruturas, investimentos em capitais privados e investimentos sustentáveis. A Deutsche AM fornece soluções alfa e beta para responder às necessidades de longevidade, responsabilidade e liquidez dos investidores, tirando partido de informações privilegiadas e tecnologia.

Canais de Distribuição e Marketing

As equipas Global Coverage/Advisory gerem as relações com os clientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços da Deutsche AM. A Deutsche AM também comercializa e distribui a sua oferta através de outras divisões de negócio do Grupo Deutsche Bank, nomeadamente a PW&CC para os clientes de retalho, bem como através de distribuidores terceiros. Para garantir serviços e assessoria eficazes, todos os clientes têm um ponto de acesso único à Deutsche AM, com equipas dedicadas ao serviço de grupos de clientes específicos.

Divisão corporativa Postbank

Visão geral da divisão corporativa

O Postbank é um prestador de serviços financeiros alemão para clientes de retalho, empresariais e corporativos, bem como para outros prestadores de serviços financeiros. Como banco multicanal, o Postbank fornece os seus produtos na sua rede de agências em toda a Alemanha, através de agentes de vendas móveis, de serviços de banca direta (online e móveis) e de call centers, bem como mediante vendas a terceiros por agentes. A empresa também oferece serviços postais e de encomendas nas suas agências, em parceria com a Deutsche Post DHL AG. As atividades de negócio em que o Postbank está centrado são a banca de retalho e a banca empresarial (banca de transações e financiamento) na Alemanha. A separação operacional do Grupo Deutsche Bank foi concluída no final do primeiro semestre de 2016.

Efetuámos as seguintes alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2014:

Em novembro de 2015, a Visa Inc. anunciou um acordo definitivo para adquirir a Visa Europe Limited. Como parte da aquisição, a Visa Europe Limited solicitou a todos os seus acionistas, incluindo o Postbank, que devolvessem as suas ações por uma contrapartida. O Postbank devolveu as suas ações na Visa Europe Limited em janeiro de 2016 e recebeu o dinheiro e a contrapartida preferencial pelas ações no fecho a 21 de junho de 2016, bem como o direito a um pagamento em numerário diferido, incluindo juros aquando do terceiro aniversário da data de encerramento.

Em julho de 2015, as ações na Postbank P.O.S. Transact GmbH foram vendidas e a empresa subsequentemente desconsolidada.

Produtos e serviços

Na banca a retalho, o Postbank oferece aos seus clientes de retalho e empresariais, produtos e serviços financeiros e bancários uniformizados, concebidos para responder a todas as necessidades financeiras básicas. Os seus produtos essenciais são contas correntes, contas poupança, empréstimos hipotecários, contratos de sociedade de construção e crédito ao consumo. A gama de produtos é completada por produtos de investimento (especialmente fundos de investimento) e produtos de seguro, bem como serviços postais e produtos não bancários adicionais.

Na banca empresarial, o Postbank centra-se principalmente nas PME alemãs. Os seus produtos essenciais são empréstimos a empresas, financiamento de imóveis comerciais internacionais, serviços de transações de pagamento, factoring e locação, bem como gestão de divisas e taxas de juro. Os serviços de banca empresarial também incluem atividades de mercados de capitais e mercado monetário orientadas para o cliente.

Canais de Distribuição e Marketing

O Postbank opera uma rede nacional de agências que tinham 1043 sucursais na Alemanha no final de 2016, bem como uma agência no Luxemburgo. Adicionalmente, o Postbank utiliza cerca de 4500 outlets de retalho do parceiro Deutsche Post DHL AG, onde os clientes podem aceder a serviços financeiros selecionados do Postbank, bem como a cerca de 700 centros de consultoria da Postbank Finanzberatung AG. Como banco multicanal, o Postbank oferece os seus produtos em agências, através de agentes de vendas móveis, de serviços de banca direta (online e móveis), de call centers, bem como mediante vendas a terceiros por agentes e parceiros de cooperação.

- Agências: Além da nossa rede de agências na Alemanha, começámos a lançar novos centros de vendas onde os clientes podem aceder a toda a nossa gama de produtos e assessoria, bem como serviços postais, tudo no mesmo local.
- Terminais de autosserviço: Estes terminais apoiam a nossa rede de agências e permitem aos clientes retirar e transferir fundos, receber extratos de contas e marcar reuniões com os nossos consultores financeiros.
- Agentes de vendas móveis: Adicionalmente, comercializamos os nossos produtos e serviços bancários de retalho através de agentes financeiros que operam em nome individual.
- Call centers: Os nossos call centers prestam serviços remotos aos clientes (isto é, informações sobre as contas, corretagem de títulos).
- Serviços bancários online e móveis: Nos nossos sítios Web, oferecemos aos clientes uma ampla variedade de informações relevantes sobre produtos e serviços, incluindo ferramentas interativas, tutoriais e conteúdos de *rich media*. Disponibilizamos uma plataforma de transações de alto desempenho para serviços bancários, corretagem e autosserviços, em combinação com uma oferta universal muito frequentada para smartphones e tablets. Além disso, investimos também em melhoramentos na automatização de processos completos e integrados de fácil utilização pelo cliente.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

No segundo semestre de 2012, a unidade Non-Core Operations Unit (NCOU) foi estabelecida como o quinto pilar da nossa estrutura de negócios. O seu objetivo era ajudar o Banco a reduzir os riscos associados com ativos de capital intensivo que não são fundamentais para a estratégia, reduzindo assim a necessidade de capital. Tal como indicado nos nossos anteriores anúncios sobre estratégia, os nossos objetivos que presidiram à criação da NCOU, eram maior transparência exterior das nossas posições não essenciais; uma gestão mais focada nos nossos negócios essenciais, mediante a separação das atividades não essenciais; e uma redução acelerada e direcionada do risco.

A NCOU executou com êxito a sua meta de redução de risco e reduziu a dimensão da carteira para menos de 10 mil milhões de euros em RWA, para alcançar o objetivo de final do exercício de 2016. Na condução deste mandato, a NCOU centrou-se ativamente em iniciativas que proporcionaram uma contribuição de capital eficiente e resultados de desalavancagem, permitindo ao Banco reforçar o rácio Common Equity Tier 1 fully loaded. Consequentemente, a NCOU deixou de existir como divisão autónoma a partir de 2017.

Os restantes ativos antigos têm um valor no balanço de aproximadamente 6 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, passando agora a ser geridos pelos segmentos operacionais essenciais correspondentes, predominantemente Global Markets e Private, Wealth & Commercial Clients.

A divisão NCOU efetuou ainda as seguintes alienações significativas desde 1 de janeiro de 2014:

Em novembro de 2016, o Deutsche Bank vendeu a sua quota de 16,9% na Red Rock Resorts após uma OPI em abril de 2016, em que o Deutsche Bank vendeu cerca de 3%.

Em abril de 2016, o Deutsche Bank chegou a um acordo de venda da Maher Terminals USA LLC em Port Elizabeth, Nova Jérсия à Macquarie Infrastructure Partners III ("MIP III"), um fundo gerido pela Macquarie Infrastructure and Real Assets. Ao abrigo da transação, a MIP III concordou em adquirir 100% da Maher Terminals. Após a receção de todas as aprovações regulamentares, concluímos a venda em novembro de 2016 por 739 milhões de dólares dos EUA.

Em abril de 2015, o Deutsche Bank chegou a um acordo para vender a Fairview Container Terminal em Port of Prince Rupert, Canadá (um segmento da Maher Terminals) a DP World (um operador de terminais marinhos sediado no Dubai) por 580 milhões CAD, sujeito a aprovações reguladoras. Após a receção de todas as aprovações regulamentares, concluímos a venda em agosto de 2015.

Em 19 de dezembro de 2014, o Deutsche Bank concluiu a venda do Nevada Property 1 LLC, o proprietário do The Cosmopolitan of Las Vegas, ao Blackstone Real Estate Partners VII por 1,73 mil milhões de dólares dos EUA.

Em março de 2014, o Deutsche Bank concluiu a venda do BHF-BANK ao Kleinwort Benson Group e à RHJ International por um montante total de 347 milhões de euros principalmente em numerário (316 milhões de euros) e o restante sob a forma de novas ações da RHJ International emitidas ao valor nominal. Estas ações foram vendidas subsequentemente.

Infraestrutura e Gestão Regional

As funções de infraestrutura executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como a gestão de risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas pelas seguintes áreas de responsabilidade:

- Presidente: Conselho de Administração, comunicações, CSR, auditoria do Grupo, estratégia corporativa, pesquisa e gestão de incidentes e investigação do Grupo
- Diretor financeiro: finanças do Grupo, fiscalidade ao nível do Grupo, tesouraria do Grupo, relações com os investidores, fusões e aquisições corporativas, consultoria de gestão do Grupo, finanças a nível regional, finanças a nível de divisão, incluindo operações de custo, planeamento e gestão de desempenho e administração e alteração de finanças.
- Diretor de risco: risco de crédito, risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez, risco da sociedade, gestão do risco em consonância com o negócio, gestão do risco de resiliência e informação e seguros
- Diretora regulamentar: assuntos reguladores do Grupo, estruturação do Grupo, assuntos públicos, conformidade, combate aos crimes financeiros
- Diretor administrativo: jurídicas, incluindo proteção de dados, governação global e recursos humanos, incluindo questões executivas empresariais
- Diretor de operações: tecnologia e operações ao nível do Grupo, transformação digital, serviços corporativos, direção de segurança de informações e diretor de dados

A Gestão Regional tem a tarefa de proteger a integridade e reputação do Grupo e de coordenar e alinhar a atividade local e desenvolvimento estratégico entre as empresas do grupo, infraestruturas e pessoas jurídicas.

Todas as despesas e proveitos incorridos com as áreas da infraestrutura e da gestão regional são afetados na totalidade às nossas cinco (antigamente seis) divisões corporativas.

Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2016, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	14 707	15 881	14 272	(1 175)	(7)	1 610	11
Provisão para perdas de crédito	1 383	956	1 134	427	45	(178)	(16)
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	13 324	14 925	13 138	(1 601)	(11)	1 788	14
Rendimentos de serviços e comissões ¹	11 744	12 765	12 409	(1 021)	(8)	356	3
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resul- tados ¹	1 401	3 842	4 299	(2 440)	(64)	(457)	(11)
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	653	203	242	450	N/S	(39)	(16)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	455	164	619	291	177	(455)	(73)
Resultados líquidos de títulos detidos até à maturidade	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Outro resultado	1 053	669	108	385	58	561	N/S
Rendimento total excluindo juros	15 307	17 644	17 677	(2 336)	(13)	(33)	(0)
Total de receitas líquidas²	28 632	32 569	30 815	(3 937)	(12)	1 754	6
Remunerações e benefícios	11 874	13 293	12 512	(1 419)	(11)	781	6
Despesas gerais e administrativas	15 454	18 632	14 654	(3 178)	(17)	3 977	27
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	374	256	289	117	46	(32)	(11)
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	1 256	5 776	111	(4 520)	(78)	5 665	N/S
Atividades de reestruturação	484	710	133	(226)	(32)	577	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	29 442	38 667	27 699	(9 225)	(24)	10 968	40
Resultado antes do imposto sobre o rendi- mento	(810)	(6 097)	3 116	5 287	(87)	(9 213)	N/S
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	546	675	1 425	(129)	(19)	(750)	(53)
Resultado líquido	(1 356)	(6 772)	1 691	5 416	(80)	(8 463)	N/S
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	45	21	28	24	112	(6)	(23)
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(1 402)	(6 794)	1 663	5 392	(79)	(8 457)	N/S

N/S – Não significativo

¹ Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.

² Após provisão para perdas de crédito.

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	25 636	25 967	25 001	(331)	(1)	966	4
Total de gasto de juros	10 929	10 086	10 729	843	8	(643)	(6)
Rendimento de juros líquido	14 707	15 881	14 272	(1 175)	(7)	1 610	11
Ativos remunerados médios ¹	1 033 172	1 031 827	1 040 908	1 345	0	(9 080)	(1)
Passivos remunerados médios ¹	812 578	816 793	855 105	(4 215)	(1)	(38 312)	(4)
Rendimento de juros bruto ²	2,39 %	2,52 %	2,40 %	(0,13) p.p.	(5)	0,12 p.p.	5
Taxa de juros bruta paga ³	1,23 %	1,23 %	1,25 %	0,00 p.p.	0	(0,02) p.p.	(2)
Diferencial da taxa de juro líquida ⁴	1,16 %	1,28 %	1,14 %	(0,12) p.p.	(9)	0,14 p.p.	12
Margem da taxa de juro líquida ⁵	1,42 %	1,54 %	1,37 %	(0,12) p.p.	(8)	0,17 p.p.	12

pp – pontos percentuais

¹ Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.² O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.³ A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.⁴ O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.⁵ A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

2016

O rendimento de juros líquido foi de 14,7 mil milhões de euros em 2016, face a 15,9 mil milhões de euros em 2015. A diminuição de 1,2 mil milhões de euros, ou 7%, deveu-se principalmente a gastos de juros superiores e rendimento de juros inferior. O rendimento de juros líquido na GM foi inferior e incluiu proveitos inferiores de financiamento especial (Prime Finance) devido a saldos de clientes reduzidos. Gastos de juros superiores na GM incluíram o impacto do custo mais elevado de financiamento. O rendimento de juros na CIB diminuiu devido à compressão das margens, ao contexto de taxas de juro baixas, ao volume de comércio baixo e a decisões de perímetro estratégicas internas, como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015. Tanto o diferencial da taxa de juro líquida como a margem da taxa de juro líquida diminuíram em 12 pontos base em 2016 face ao ano anterior.

2015

O aumento do rendimento de juros líquido em 2015 de 1,6 mil milhões de euros, ou 11 %, para 15,9 mil milhões de euros, em comparação com 14,3 mil milhões de euros em 2014, deveu-se sobretudo ao maior rendimento de juros dos ativos detidos para negociação em GM principalmente pela forte atividade dos clientes e maiores saldos de clientes. Também contribuíram para o aumento as variações cambiais favoráveis e o crescimento orgânico na Deutsche AM. Globalmente, o diferencial de taxa de juro líquida subiu 14 pontos base e a margem de juros líquidos melhorou 17 pontos base, principalmente impulsionados pelo volume associado com o menor juro, um aumento no rendimento de juros e uma diminuição nos gastos de juros, em 2015, em comparação com o ano anterior.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
GM – Sales & Trading (ações)	852	1 258	1 416	(406)	(32)	(158)	(11)
CB&S – Sales & Trading (dívida e outros produtos)	3 582	3 857	3 105	(275)	(7)	752	24
Non-Core Operations Unit	(1 449)	(634)	(691)	(815)	129	57	(8)
Outros	(1 584)	(639)	469	(945)	148	(1 108)	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 401	3 842	4 299	(2 441)	(64)	(457)	(11)

2016

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuíram 2,4 mil milhões de euros para 1,4 mil milhões de euros em 2016. Os principais fatores para a diminuição dos ganhos líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi o impacto de taxas de câmbio e taxas de juros desfavoráveis no justo valor dos derivados na categoria "Outros", que foi largamente compensado por ganhos relacionados com os ativos subjacentes na GM. O declínio na NCOU deveu-se principalmente a perdas de redução do risco na dissolução de exposições a derivados de longa duração e ativos relacionados. Adicionalmente, os proveitos na GM foram influenciados por uma conjuntura difícil em Ações e pela implementação dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015.

2015

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuíram 457 milhões de euros para 3,8 mil milhões de euros em 2015. O principal impulsionador para isto foi um aumento em perdas líquidas em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados de 1,1 mil milhões de euros na categoria Outros. Os fatores contribuintes foram as perdas na exposição de *swap* longa em GM devido ao movimento desfavorável da taxa de juro e de câmbio em parte compensada por um aumento de 752 milhões de euros em Sales & Trading (dívida e outros produtos) que principalmente reflete uma maior volatilidade do mercado especialmente no primeiro trimestre de 2015, resultando num fluxo de novos clientes e negócios.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas áreas de gestão do risco e de negociação incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa e por produto no âmbito da GM.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	14 707	15 881	14 272	(1 175)	(7)	1 610	11
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 401	3 842	4 299	(2 440)	(64)	(457)	(11)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	16 108	19 723	18 570	(3 615)	(18)	1 153	6
Repartição por Divisão Corporativa/produto: ¹							
Sales & Trading (ações)	1 979	2 887	2 639	(907)	(31)	247	9
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	7 452	8 215	7 328	(763)	(9)	887	12
Total Sales & Trading	9 431	11 102	9 967	(1 671)	(15)	1 135	11
Outros ²	(204)	(360)	(785)	155	(43)	425	(54)
Global Markets ³	9 227	10 742	9 182	(1 515)	(14)	1 560	17
Corporate & Investment Banking	2 090	2 215	1 969	(125)	(6)	247	13
Private, Wealth and Commercial Clients	3 877	3 862	3 973	14	0	(111)	(3)
Deutsche Asset Management	364	255	398	109	43	(144)	(36)
Postbank	2 175	2 316	2 165	(142)	(6)	151	7
Non-Core Operations Unit	(1 261)	(353)	(310)	(909)	N/S	(43)	14
Consolidation & Adjustments	(363)	685	1 193	(1 048)	N/S	(508)	(43)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	16 108	19 723	18 570	(3 615)	(18)	1 153	6

N/S – Não significativo

¹ Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".² Inclui o diferencial da taxa de juro líquida dos empréstimos e as variações de justo valor de swaps de risco de incumprimento e empréstimos ao justo valor através de resultados.³ Inclui o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de originação, consultoria e outros produtos.

Global Markets (GM)

2016

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 9,2 mil milhões de euros em 2016, o que representa um decréscimo de 1,5 mil milhões de euros (14%) face a 2015. Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os proveitos foram inferiores em 763 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 9% face a 2015. Este declínio deveu-se a uma conjuntura de mercado difícil e a saídas de países como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015. Os proveitos inferiores em mercados emergentes e câmbios foram parcialmente compensados por proveitos de Core Rates superiores. Em Sales & Trading (ações), os proveitos foram inferiores em 907 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 31% face a 2015. Este declínio sentiu-se em todos os negócios de capitais próprios, como resultado da inferior atividade dos clientes global num contexto de mercado difícil. Os proveitos de financiamento especial (Prime Finance) foram influenciados também por custos de financiamento mais elevados devido ao alargamento dos nossos próprios spreads de crédito no seguimento de perceções de mercado negativo relativas ao Deutsche Bank. Os proveitos em "Outros" foram 204 milhões de euros negativos, mas melhoraram em 155 milhões de euros em 2016, um aumento de 43% face a 2015.

2015

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 10,7 mil milhões de euros em 2015, o que representa um aumento de 1,6 mil milhões de euros (17%) face a 2014. Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os proveitos foram superiores em 887 milhões de euros em 2015, um aumento de 12% face a 2014. Isto deveu-se a um aumento da volatilidade de mercado e a uma sólida atividade dos clientes em câmbios e nos mercados locais da Ásia e Pacífico, bem como a um desempenho sólido em Core Rates. Os proveitos de mercados emergentes foram superiores, enquanto os proveitos de crédito continuaram em consonância com o exercício anterior. Em Sales & Trading (ações), os proveitos foram superiores em 247 milhões de euros em 2015, um aumento de 9% face a 2014. Os proveitos significativamente superiores em financiamento especial (Prime Finance) fomentados por um aumento nos balanços de clientes foram parcialmente compensados por uma atividade de clientes inferior e por um contexto de gestão do risco difícil em derivados de ações (Equity Derivatives). Os proveitos de negociação de ações (Equity Trading) mantiveram os níveis do exercício anterior. Outros proveitos foram negativos, mas melhoraram em 425 milhões de euros no ano de 2015, um aumento de 54% face a 2014. Isto deveu-se a ajustamentos de avaliação significativamente inferiores com impactos negativos.

Corporate & Investment Banking (CIB)

2016

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 2,1 mil milhões de euros em 2016, o que representa um decréscimo de 125 milhões de euros (6%) face a 2015. O declínio deveu-se principalmente a proveitos de juros inferiores em Trade Finance devido à compressão de margens e ao impacto das taxas de juro negativas.

2015

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 2,2 mil milhões de euros em 2015, o que representa um aumento de 247 milhões de euros (13%) face a 2014. Os proveitos de juros líquidos superiores deveram-se às receitas de empréstimos aumentadas, especificamente nos EUA e no Reino Unido, associadas a volumes superiores em Structured Export e Commodity Trade Finance. As perdas ao justo valor também diminuíram devido aos ganhos em taxas de câmbio no negócio FX.

Private, Wealth and Commercial Clients (PW&CC)

2016

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados de 3,9 mil milhões de euros em 2016 manteve-se inalterada face a 2015. O rendimento de juros líquido diminuiu face a 2015, refletindo o impacto da continuação de taxas de juro baixas na Europa. Além disso, o período do exercício anterior incluiu um pagamento de dividendo extraordinário superior recebido na PCC da Alemanha no seguimento da transação de venda de uma entidade investida. Estas diminuições foram compensadas por resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados superiores resultantes dos efeitos positivos relacionados com transações relativas à quota da PW&CC na Hua Xia Bank Co. Ltd.

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 3,9 mil milhões de euros em 2015, o que representa um decréscimo de 111 milhões de euros (3%) face a 2014. A diminuição deveu-se sobretudo aos efeitos relacionados com transações relativas à participação da PW&CC na Hua Xia Bank Co. Ltd e à continuação do contexto de taxas de juro difícil em 2015. Isto foi parcialmente compensado por movimentos favoráveis em taxas de câmbio, custos de financiamento reduzidos e volumes de empréstimos aumentados no nosso negócio Wealth Management, bem como por um pagamento de dividendo extraordinário recebido na PCC da Alemanha no seguimento da transação de venda de uma entidade investida.

Deutsche Asset Management (Deutsche AM)**2016**

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 364 milhões de euros em 2016, o que representa um aumento de 109 milhões de euros (43%) face a 2015. O aumento deveu-se principalmente a uma reavaliação para um valor superior da nossa exposição à HETA Asset Resolution AG no âmbito dos nossos fundos garantidos durante o ano de 2016 e aos movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros favoráveis na Abbey Life na sequência de ganhos de mercado superiores.

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 255 milhões de euros em 2015, o que representa um decréscimo de 144 milhões de euros (36%) face a 2014. A diminuição deveu-se principalmente a uma depreciação da nossa exposição à HETA Asset Resolution AG em 2015, associada a movimentos ao preço de mercado negativos para fundos garantidos.

Postbank (PB)**2016**

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 2,2 mil milhões de euros em 2016, o que representa um decréscimo de 142 milhões de euros (6%) face a 2015. Enquanto os proveitos de juros líquidos permaneceram praticamente inalterados, apesar dos desafios remanescentes resultantes da conjuntura de baixas taxas de juro, os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuíram 143 milhões de euros (87%) devido a proveitos líquidos de negociação elevados extraordinários em 2015.

2015

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 2,3 mil milhões de euros em 2015, o que representa um aumento de 151 milhões de euros (7%) face a 2014. O aumento deveu-se principalmente a maiores ganhos líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados relacionados com proveitos líquidos de negociação extraordinariamente elevados, em comparação com os níveis normais, de 322 milhões de euros em 2015. Apesar dos desafios remanescentes resultantes da conjuntura de taxas de juro baixas, o Postbank conseguiu estabilizar os proveitos líquidos de negociação através do crescimento no volume de empréstimos.

Non-Core Operations Unit (NCOU)**2016**

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi uma perda líquida de 1,3 mil milhões de euros em 2016, por oposição a uma perda líquida de 353 milhões de euros em 2015. O desenvolvimento deveu-se predominantemente à resolução de exposições a derivados de longa data, bem como a várias vendas de obrigações e outras dissoluções na carteira.

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi uma perda líquida de 353 milhões de euros em 2015, um aumento na perda de 43 milhões de euros (14%) face a 2014. O aumento deveu-se predominantemente a proveitos de juros líquidos inferior-

res no seguimento de vendas de ativos, apesar de uma ausência de uma perda única em 2014 relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos negociados nos EUA.

Consolidation & Adjustments(C&A)

2016

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi uma perda líquida de 363 milhões de euros em 2016, face a um ganho de 685 milhões de euros em 2015, o que representa uma diminuição de 1,0 mil milhões de euros. Esta diminuição deveu-se sobretudo a aumentos de taxa de juro na curva a longo prazo em USD e EUR durante o quarto trimestre de 2016. Os movimentos ao preço de mercado compensados foram comunicados em outras linhas da demonstração de resultados.

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 685 milhões de euros em 2015, face a 1193 milhões de euros em 2014, o que representa uma diminuição de 508 milhões de euros (43%). Esta diminuição deveu-se sobretudo a diminuições de taxa de juro na curva a longo prazo em 2014. Estes instrumentos foram microcobertos e os movimentos ao preço de mercado compensatórios foram reportados em rubricas noutras linhas da demonstração de resultados. Esta diminuição foi parcialmente compensada por um impacto positivo de FVA sobre derivados não garantidos internos.

Provisão para perdas de crédito

2016

A provisão para perdas de crédito foi de 1,4 mil milhões de euros em 2016, um aumento de 427 milhões de euros (45%), comparativamente ao mesmo período em 2015. Isto resultou principalmente de provisões superiores na CIB e GM motivadas por exposições relacionadas com o setor do transporte marítimo, o setor mineiro e de metais e o setor do petróleo e do gás. Outros aumentos na NCOU deveram-se a ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 nas nossas carteiras de hipotecas europeias. Estes aumentos foram parcialmente compensados por provisões inferiores na PW&CC, bem como no Postbank, refletindo a qualidade da carteira de empréstimos de retalho e a conjuntura económica favorável.

2015

A provisão para perdas de crédito em 2015 era de 956 milhões de euros, descendo 178 milhões de euros, ou 16% versus 2014 impulsionada por reduções significativas na NCOU em relação à IAS 39 que reclassifica os ativos e exposições a imobiliário, bem como na PW&CC devido às vendas de empréstimos sem resultados, ao ambiente favorável ao crédito na Alemanha e à estabilização das condições económicas no sul da Europa. Estas reduções foram parcialmente compensadas por aumentos na CIB causados pelas carteiras de transportes marítimos e financiamento alavancado.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões ¹	11 744	12 765	12 409	(1 021)	(8)	356	3
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	653	203	242	450	N/S	(39)	(16)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	455	164	619	291	177	(455)	(73)
Outro resultado	1 053	669	108	385	58	561	N/S
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	13 906	13 802	13 378	104	1	424	3
¹ inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	401	432	404	(31)	(7)	28	7
Comissões de ativos geridos	3 507	3 666	3 057	(159)	(4)	609	20
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	380	382	283	(3)	(1)	99	35
Total	4 287	4 480	3 744	(193)	(4)	736	20
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	1 871	2 388	2 545	(517)	(22)	(157)	(6)
Comissões de corretagem	1 434	1 746	1 488	(312)	(18)	258	17
Total	3 305	4 134	4 033	(829)	(20)	101	3
Comissões por outros serviços ao cliente	4 152	4 151	4 632	1	0	(480)	(10)
Rendimento total de serviços e comissões	11 744	12 765	12 409	(1 021)	(8)	356	3

N/S – Não significativo

Rendimentos de serviços e comissões

2016

O rendimento total de serviços e comissões diminuiu 1,0 mil milhões de euros (8%), de 12,8 mil milhões de euros em 2015 para 11,7 mil milhões de euros em 2016. Na PW&CC, os rendimentos de serviços e comissões diminuíram devido à conjuntura de mercado difícil e à redução na atividade de clientes. Os proveitos da CIB foram afetados principalmente por uma diminuição nos volumes de transações e emissões, resultantes de uma incerteza política mundial e da previsão de aumentos das taxas de juro. As comissões reduzidas de volumes de mercado inferiores afetaram a GM.

2015

O rendimento total de serviços e comissões aumentou 356 milhões de euros (3%), de 12,4 mil milhões de euros em 2014 para 12,8 mil milhões de euros em 2015. As comissões para ativos sob gestão aumentaram devido a um forte desempenho operacional dos nossos negócios, refletindo um mercado favorável, impacto dos influxos de ativos líquidos e das comissões de desempenho na Asset Management ativa. Tal foi parcialmente contrabalançado por uma diminuição em Comissões por outros serviços ao cliente, incluindo um declínio no Postbank devido a um novo contrato com a Deutsche Post DHL e a uma queda das comissões de subscrição e consultoria.

Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

2016

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 653 milhões de euros em 2016, por oposição a 203 milhões de euros em 2015, um aumento de 450 milhões de euros. O aumento resultou de uma venda de participação na Visa Europe Limited e de obrigações soberanas no Postbank, bem como de atividades de redução do risco na NCOU.

2015

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 203 milhões de euros em 2015, por oposição a 242 milhões de euros em 2014, uma diminuição de 39 milhões de euros (16%). O declínio em 2015 resultou principalmente do ganho do período do ano anterior relacionado com uma venda de negócio, bem como dos ganhos de títulos de vendas em DB Bauspar.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2016

Os resultados líquidos de investimentos em ações aumentaram 291 milhões de euros para 455 milhões de euros em 2016, de 164 milhões de euros em 2015, principalmente na NCOU devido a um ganho da OPI da Red Rock Resorts.

2015

Os ganhos líquidos de investimentos em ações diminuíram 73%, de 619 milhões de euros em 2014 para 164 milhões de euros em 2015, principalmente devido aos efeitos de valorização em 2015 relacionados com o Hua Xia Bank.

Outro resultado

2016

Outros resultados aumentaram 58% de 669 milhões de euros em 2015 para 1,1 mil milhões de euros em 2016. O aumento em 2016 deveu-se principalmente a uma realização em Outro rendimento integral do desreconhecimento de participações na Hua Xia Bank Co. Ltd e foi parcialmente compensado por perdas de redução do risco devido à venda de ativos em conformidade com a IAS 39 na NCOU e à não recorrência de uma recuperação litigiosa e ganho específicos na venda da Maher Prince Rupert em 2015.

2015

Outros resultados diminuíram de 108 milhões de euros em 2014 para 669 milhões de euros em 2015. O aumento em 2015 deveu-se principalmente a vendas de ativos relacionadas com a diminuição do risco acelerada, incluindo a Maher Prince Rupert e uma recuperação litigiosa específica na NCOU.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	11 874	13 293	12 512	(1 419)	(11)	781	6
Despesas gerais e administrativas ¹	15 454	18 632	14 654	(3 178)	(17)	3 977	27
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	374	256	289	117	46	(32)	(11)
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	1 256	5 776	111	(4 520)	(78)	5 665	N/S
Atividades de reestruturação	484	710	133	(226)	(32)	577	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	29 442	38 667	27 699	(9 225)	(24)	10 968	40

N/S – Não significativo

¹ inclui:

	2016	2015	2014	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Despesas de TI	3 872	3 664	3 333	208	6	331	10
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 972	1 944	1 978	28	1	(34)	(2)
Taxas de serviços profissionais	2 305	2 283	2 029	22	1	255	13
Comunicações e serviços de dados	761	807	725	(46)	(6)	82	11
Despesas de deslocação e representação	450	505	521	(56)	(11)	(16)	(3)
Encargos bancários e de transações	664	598	660	66	11	(62)	(9)
Despesas de <i>marketing</i>	285	294	293	(9)	(3)	2	1
Investimentos consolidados	334	406	811	(72)	(18)	(405)	(50)
Outras despesas ²	4 812	8 129	4 305	(3 317)	(41)	3 824	89
Despesas totais gerais e administrativas	15 454	18 632	14 654	(3 178)	(17)	3 977	27

² Inclui despesas relacionadas com litígios de 2,4 mil milhões de euros em 2016, 5,2 mil milhões de euros em 2015 e 1,6 mil milhões em 2014 e 0,4 mil milhões de euros por taxas de processamento de empréstimos da PW&CC em 2014.

Remunerações e benefícios

2016

As remunerações e benefícios diminuíram 1,4 mil milhões de euros, ou 11%, para 11,9 mil milhões de euros em 2016 em comparação com 13,3 mil milhões de euros em 2015, principalmente devido a uma inferior remuneração relacionada com o desempenho.

2015

As remunerações e benefícios aumentaram 781 milhões de euros, ou 6%, para 13,3 mil milhões de euros em 2015 em comparação com 12,5 mil milhões de euros em 2014, o que reflete principalmente a desfavorável evolução cambial.

Despesas gerais e administrativas

2016

Os gastos administrativos e gerais diminuíram 3,2 mil milhões de euros, ou 17%, para 15,5 mil milhões de euros em 2016, face a 18,6 mil milhões de euros em 2015. A diminuição deveu-se principalmente a uma redução de 2,8 mil milhões de euros nos encargos com litígios face a 2015. Os efeitos das variações cambiais favoráveis, bem como as reduções em várias posições de gastos foram parcialmente compensados pelas despesas de TI superiores, incluindo uma depreciação superior para software de desenvolvimento próprio.

2015

As despesas gerais e administrativas aumentaram 4,0 mil milhões de euros (27%) para 18,6 mil milhões de euros em 2015, face a 14,7 mil milhões de euros em 2014. O aumento foi principalmente impulsionado pelos superiores custos de litígios de 5,2 mil milhões de euros em comparação com 1,6 mil milhões de euros de litígio para o Grupo e 400 milhões de euros para comissões de processamento de empréstimos na PW&CC em 2014, efeitos desfavoráveis da taxa de câmbio, amortizações de software e imparidades superiores, bem como encargos significativamente mais altos para taxas bancárias. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos menores custos devido à alienação de ativos na NCOU em 2014 e outras reduções de custos.

Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros

2016

Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros aumentaram 117 milhões de euros (46%), de 256 milhões de euros em 2015 para 374 milhões de euros em 2016, o que decorreu exclusivamente de benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros superiores registados no negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

2015

Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros diminuíram 32 milhões de euros (11%), de 289 milhões de euros em 2014 para 256 milhões de euros em 2015, o que decorreu exclusivamente de encargos de seguros relacionados com o negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis

2016

Os encargos com imparidades em *goodwill* e outros ativos intangíveis diminuíram 4,5 mil milhões de euros para 1,3 mil milhões de euros (78%) de 5,8 mil milhões em 2015. O encargo de 2016 reflete uma imparidade de 1,0 mil milhões de euros na Deutsche AM desencadeada pela venda da Abbey Life e uma imparidade de 285 milhões de euros na GM, após a transferência de determinados negócios da Deutsche AM.

2015

Os encargos de imparidade em *goodwill* e outros ativos intangíveis de 5,8 mil milhões de euros foram atribuíveis a 2,6 mil milhões de euros (dos quais a imparidade de *goodwill* de 1,8 mil milhões de euros e 834 milhões de euros de outros ativos intangíveis) no Postbank, 1,6 mil milhões de euros na GM, 1,0 mil milhões de euros na PW&CC e 600 milhões de euros na CIB. O encargo representa uma imparidade completa de *goodwill* na GM e no Postbank e adicionalmente uma imparidade parcial de outros ativos intangíveis no Postbank. As imparidades deveram-se em grande parte aos requisitos de capital regulamentares superiores esperados e a alienações na PW&CC.

Reestruturação

2016

As despesas de reestruturação ascenderam a 484 milhões de euros em 2016, em comparação com 710 milhões de euros em 2015, refletindo a execução contínua de medidas estratégicas.

2015

As despesas de reestruturação ascenderam a 710 milhões de euros em 2015 comparativamente com 133 milhões de euros em 2014. O aumento deveu-se a 616 milhões de euros para a implementação das nossas metas anunciadas originalmente em outubro de 2015, parcialmente compensado pelo menor gasto no nosso Programa de Excelência Operacional (OpEx), que foi concluído conforme planeado em 2015.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2016

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 564 milhões de euros (2015: 675 milhões de euros). A taxa efetiva de imposto de 67% negativo (2015: 11% negativos) foi afetada principalmente por encargos com litígios e imparidade de *goodwill* não dedutíveis para efeitos fiscais.

2015

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 675 milhões de euros (2014: 1,4 mil milhões de euros). A taxa efetiva de imposto de 11% negativos (2014: 46%) foi principalmente impactada pelas significativas imparidades não dedutíveis de *goodwill* e encargos de litígios.

Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento e
- a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão.

O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2016. Os resultados por segmento foram preparados de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

								2016
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjust- ments e Outros	Total
Receitas líquidas¹	9 290	7 483	7 717	3 020	3 366	(382)	(479)	30 014
Provisão para perdas de crédito	142	672	255	1	184	128	1	1 383
Gastos operacionais (excl. juros)								
Remunerações e benefícios	1 787	1 711	2 438	611	1 397	68	3 861	11 874
Despesas gerais e administrativas	6 885	3 243	3 815	1 171	1 418	2 678	(3 756)	15 454
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	374	0	0	0	374
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	285	0	0	1 021	0	(49)	(0)	1 256
Atividades de reestruturação	127	165	141	47	0	4	(0)	484
Despesas totais (excluindo juros)	9 084	5 119	6 394	3 223	2 815	2 701	106	29 442
Participações minoritárias	47	1	0	0	0	(4)	(46)	0
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	16	1 691	1 068	(204)	367	(3 207)	(541)	(810)
Rácio custo/rendimento	98 %	68 %	83 %	107 %	84 %	N/S	N/S	98 %
Ativos ²	1 012 627	189 910	189 444	12 340	139 743	5 523	40 959	1 590 546
Despesas por adições de ativos de longa duração	2	1	13	0	121	(0)	773	909
Ativos ponderados pelo risco ³	157 913	79 698	43 855	8 961	42 209	9 174	15 706	357 518
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [<i>spot value</i>] na data de relato)	682 346	271 925	195 373	3 131	146 978	7 882	40 018	1 347 653
Capital próprio médio dos acionistas	24 695	12 076	9 008	6 221	6 006	4 037	38	62 082
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	0 %	10 %	9 %	(8) %	4 %	N/S	N/S	(3) %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	0 %	9 %	8 %	(2) %	4 %	N/S	N/S	(2) %
¹ Inclui:								
Rendimento de juros líquido	4 765	2 092	3 678	326	2 154	188	1 504	14 707
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	124	14	5	44	0	269	(1)	455
² Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	517	112	23	203	0	98	73	1 027

N/S – Não significativo

³ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully-loaded.

⁴ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 67% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	2015							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjust- ments e Outros	Total
Receitas líquidas¹	10 857	8 047	7 510	3 021	3 112	794	184	33 525
Provisão para perdas de crédito	50	342	300	1	211	51	1	956
Gastos operacionais (excl. juros)								
Remunerações e benefícios	2 320	2 115	2 517	778	1 425	86	4 052	13 293
Despesas gerais e administrativas	8 622	3 512	3 869	1 304	1 475	2 921	(3 073)	18 632
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	256	0	0	0	256
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	1 568	600	1 011	0	2 597	0	0	5 776
Atividades de reestruturação	89	39	585	(2)	0	(1)	0	710
Despesas totais (excluindo juros)	12 599	6 266	7 983	2 336	5 497	3 006	980	38 667
Participações minoritárias	26	0	(0)	(0)	1	1	(27)	0
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(1 817)	1 439	(774)	684	(2 596)	(2 264)	(770)	(6 097)
Rácio custo/rendimento	116 %	78 %	106 %	77 %	177 %	N/S	N/S	115 %
Ativos ²	1 113 771	123 809	176 038	30 352	136 061	23 007	26 092	1 629 130
Despesas por adições de ativos de longa duração	1	1	0	1	112	(0)	643	758
Ativos ponderados pelo risco ³	161 347	86 087	49 603	10 759	43 242	32 896	12 780	396 714
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [<i>spot value</i>] na data de relato)	731 197	276 732	188 467	5 358	141 370	36 553	15 511	1 395 188
Capital próprio médio dos acionistas	24 675	12 483	10 265	5 719	7 798	6 755	1 361	69 055
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	(5) %	8 %	(6) %	48 %	(30) %	N/S	N/S	(12) %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	(5) %	7 %	(5) %	8 %	(22) %	N/S	N/S	(10) %
¹ Inclui:								
Rendimento de juros líquido	5 807	2 299	3 868	449	2 153	282	1 024	15 881
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	55	12	40	34	0	20	3	164
² Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	466	111	19	182	3	166	68	1 013

N/S – Não significativo

³ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

⁴ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 11% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

	2014							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjust- ments e Outros	Total
Receitas líquidas¹	10 069	7 667	7 868	2 643	3 238	489	(26)	31 949
Provisão para perdas de crédito	27	232	349	(0)	274	251	1	1 134
Gastos operacionais (excl. juros)								
Remunerações e benefícios	2 286	2 067	2 568	631	1 344	94	3 522	12 512
Despesas gerais e administrativas	5 796	3 033	3 872	1 132	1 743	2 366	(3 287)	14 654
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	289	0	0	0	289
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	(83)	0	194	0	111
Atividades de reestruturação	92	29	9	(3)	0	4	1	133
Despesas totais (excluindo juros)	8 174	5 129	6 449	1 965	3 087	2 658	237	27 699
Participações minoritárias	25	1	(0)	4	1	(2)	(28)	0
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	1 843	2 306	1 070	674	(123)	(2 419)	(236)	3 116
Rácio custo/rendimento	81 %	67 %	82 %	74 %	95 %	N/S	N/S	87 %
Ativos²	1 186 046	130 634	164 928	29 840	141 157	33 936	22 163	1 708 703
Despesas por adições de ativos de longa duração	0	0	0	1	108	(0)	517	626
Ativos ponderados pelo risco³	147 063	73 692	46 564	5 402	42 843	56 899	21 506	393 969
Medida de exposição de alavancagem de acordo com a CRD IV (valor à vista [<i>spot value</i>] na data de relato)	754 648	248 828	172 212	4 367	144 051	85 673	35 401	1 445 181
Capital próprio médio dos acionistas	20 569	10 512	9 183	5 144	8 134	7 724	143	61 410
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	6 %	16 %	10 %	67 %	(2) %	N/S	N/S	4 %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	6 %	14 %	8 %	9 %	(1) %	N/S	N/S	3 %
¹ Inclui:								
Rendimento de juros líquido	5 390	2 114	3 720	398	2 152	381	117	14 272
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	125	5	440	22	(9)	34	2	619
² Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	472	99	3 151	163	3	170	85	4 143

N/S – Não significativo

³ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV fully-loaded.⁴ A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 46% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Divisões Corporativas

Divisão corporativa Global Markets

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Sales & Trading (ações)	2 502	3 337	3 117	(835)	(25)	220	7
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	7 339	8 215	7 595	(876)	(11)	620	8
Sales & Trading	9 841	11 552	10 712	(1 711)	(15)	840	8
Outros	(551)	(695)	(643)	144	(21)	(52)	8
Total de receitas líquidas	9 290	10 857	10 069	(1 567)	(14)	788	8
Provisão para perdas de crédito	142	50	27	92	185	23	85
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1 787	2 320	2 286	(533)	(23)	34	1
Despesas gerais e administrativas	6 885	8 622	5 796	(1 737)	(20)	2 826	49
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	285	1 568	0	(1 283)	(82)	1 568	N/S
Atividades de reestruturação	127	89	92	38	43	(3)	(4)
Despesas totais (excluindo juros)	9 084	12 599	8 174	(3 515)	(28)	4 424	54
Participações minoritárias	47	26	25	22	85	1	3
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	16	(1 817)	1 843	1 833	N/S	(3 660)	N/S
Rácio custo/rendimento	98 %	116 %	81 %	N/S	(18) p.p.	N/S	35 p.p.
Ativos ¹	1 012 627	1 113 771	1 186 046	(101 143)	(9)	(72 276)	(6)
Ativos ponderados pelo risco ²	157 913	161 347	147 063	(3 433)	(2)	14 284	10
Capital próprio médio dos acionistas ³	24 695	24 675	20 569	20	0	4 106	20
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	0 %	(5) %	6 %	N/S	6 p.p.	N/S	(12) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	0 %	(5) %	6 %	N/S	5 p.p.	N/S	(11) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRDIV *fully-loaded*.

³ Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2016

As receitas líquidas do exercício de 2016 da Global Markets foram de 9,3 mil milhões de euros, uma diminuição de 1,6 mil milhões de euros, ou de 14%, face ao valor de 10,9 mil milhões de euros registado em 2015. Os proveitos foram afetados por uma conjuntura difícil para Ações, por perceções de mercado negativas relativas ao Deutsche Bank e pela implementação dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015.

As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram de 7,3 mil milhões de euros, uma diminuição de 876 milhões de euros, ou 11%. As receitas cambiais (Foreign Exchange) mantiveram os níveis do forte ano anterior. Os proveitos em Core Rates mantiveram-se inalterados, pois o bom desempenho na Europa foi parcialmente compensado por um desempenho mais fraco nos EUA. Os proveitos de crédito também estiveram em consonância com o exercício anterior e incluíram o impacto da diminuição do risco em Transações titularizadas como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015. O forte desempenho em Financiamento e soluções e em Imóveis comerciais, especialmente nos EUA, foi compensado por um desempenho inferior em Transações titularizadas e Fluxo de crédito. Os proveitos de mercados emergentes foram significativamente inferiores em 2016 devido ao impacto da saída de países, especificamente da Rússia, como parte da implementação dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015, a um fluxo de clientes inferior e a uma incerteza a nível macro. Os proveitos dos mercados locais da Ásia e Pacífico foram significativamente inferiores devido a condições de mercado desfavoráveis no primeiro semestre do ano e a mercados moderados que afetaram negativamente o fluxo de clientes.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 835 milhões de euros, ou 25%. Os proveitos de financiamento especial (Prime Finance) foram inferiores, refletindo um decréscimo nos saldos de clientes e na atividade de negociação, bem como um custo de financiamento aumentado devido ao alargamento dos spreads de crédito do DB. Os proveitos de derivados de ações foram significativamente inferiores devido a uma menor atividade dos clientes. Os proveitos de ações negociadas em numerário foram inferiores em 2016 devido a uma conjuntura de mercado difícil e a volumes de clientes inferiores.

Outras receitas líquidas foram negativas em 551 milhões de euros no ano completo de 2016, face a 695 milhões de euros negativos no ano completo de 2015. Outras receitas líquidas incluíram transferências de e para Corporate & Investment Banking relacionadas com cobertura de clientes e distribuição de produto, bem como as rubricas de ajustamento de avaliação seguintes. Primeiro, um ganho do valor de mercado de 61 milhões de euros (exercício de 2015: um ganho de 113 milhões de euros) relacionado com esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) decorrentes de um ajustamento da avaliação de crédito (CVA). As regras de capital em conformidade com o CRR/CRD IV resultam em encargos para os RWA do Grupo relativamente ao CVA (o Grupo procurou mitigar estes encargos regulamentares através da cobertura com swaps de risco de incumprimento; estas coberturas de capital regulamentares são complementos às criadas para cobrir as exposições do CVA ao abrigo das regras de contabilidade de cobertura nos termos das IFRS e, em conformidade, resultam em movimentos ao preço de mercado nos resultados que são relatados como uma rubrica de proveitos). Em segundo lugar, uma perda de 146 milhões de euros no ano completo de 2015 relativa a um aperfeiçoamento no cálculo do CVA nos termos das IFRS, sem qualquer rubrica correspondente registada em 2016. Terceiro, uma perda de ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) de 141 milhões de euros (exercício de 2015: uma perda de 145 milhões de euros) incluindo um impacto negativo de 26 milhões de euros devido a um refinamento no cálculo. Por último, um ganho de 27 milhões de euros (ano completo de 2015: um ganho de 48 milhões de euros) relativo ao impacto de um ajustamento da avaliação de dívida (DVA) em determinados passivos derivados.

Em provisão para perdas de crédito, a Global Markets registou um encargo líquido de 142 milhões de euros (2015: encargo líquido de 50 milhões de euros), um aumento de 92 milhões de euros, causado por um pequeno número de exposições em Metais e minérios e Imóveis comerciais.

Os gastos operacionais (excl. juros) diminuíram 3,5 mil milhões de euros (28%), em comparação com o exercício de 2015. A diminuição deveu-se principalmente a uma imparidade de goodwill e a encargos com litígios inferiores face a 2015. Os gastos operacionais (excl. juros) em 2016 incluíram 876 milhões de euros em despesas de litígio e imparidades. Excluindo estes efeitos, os gastos operacionais (excl. juros) em 2016 foram 3% inferiores face a 2015.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento em 2016 foram um ganho de 16 milhões de euros, face a uma perda de 1,8 mil milhões de euros no anterior, motivado por menos 2,0 mil milhões de euros em litígios em 2016 e mais 1,3 mil milhões de euros em encargos com imparidade de goodwill em 2015, parcialmente compensado por proveitos inferiores de 1,6 mil milhões de euros em 2016.

2015

As receitas líquidas do exercício de 2015 de Global Markets foram de 10,9 mil milhões de euros, um aumento de 788 milhões de euros, ou de 8%, face ao valor de 10,1 mil milhões de euros registado em 2014.

As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram de 8,2 mil milhões de euros, um aumento de 620 milhões de euros (8%). As receitas cambiais de Foreign Exchange foram significativamente superiores, impulsionadas pelo aumento da volatilidade no mercado e por uma mais forte atividade dos clientes. As receitas de Core Rates foram significativamente superiores, impulsionadas por um forte desempenho na Europa e na América do Norte. Os proveitos de crédito estiveram em consonância com o exercício anterior, pois o forte desempenho no fluxo de crédito e nas transações titularizadas foi compensado por uma atividade de clientes inferior em imóveis comerciais e por uma conjuntura de mercado mais fraca, principalmente na APAC.

As receitas de mercados emergentes (Emerging Markets) foram superiores apesar dos desafios existentes nos mercados e da nossa saída da Rússia, refletindo um forte desempenho na América Latina. Os proveitos dos mercados locais da Ásia e Pacífico foram significativamente superiores em novos e robustos volumes de transações e no fluxo

de clientes devido a uma volatilidade acrescida, principalmente em resposta à desvalorização da Yuan chinesa em agosto de 2015.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 3,3 mil milhões de euros, um aumento de 220 milhões de euros (7%). As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram significativamente superiores impulsionadas pelo aumento nos saldos dos clientes. As receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) foram mais baixas, refletindo a reduzida atividade dos clientes e um desafiante ambiente de gestão do risco no segundo semestre do ano. Os proveitos de ações negociadas em numerário mantiveram os níveis do exercício anterior.

Outras receitas líquidas foram negativas em 695 milhões de euros no ano completo de 2015, face a 643 milhões de euros negativos no ano completo de 2014. Outras receitas líquidas incluíram transferências de e para Corporate & Investment Banking relacionadas com cobertura de clientes e distribuição de produto, bem como as rubricas de ajustamento de avaliação seguintes. Primeiro, um ganho do valor de mercado de 113 milhões de euros (exercício de 2014: um ganho de 8 milhões de euros) relacionado com esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) decorrentes de um ajustamento da avaliação de crédito (CVA). Segundo, uma perda de 146 milhões de euros (exercício de 2014: perda de 58 milhões de euros) relacionada com um refinamento no cálculo do CVA nos termos das IFRS. Terceiro, uma perda de ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) de 145 milhões de euros (ano completo de 2014: uma perda de 139 milhões de euros) incluindo um impacto negativo de 26 milhões de euros devido a um refinamento no cálculo (ano completo de 2014: uma perda de 51 milhões de euros). Por último, um ganho de 48 milhões de euros (ano completo de 2014: uma perda de 126 milhões de euros) incluindo um ganho relativo a um refinamento de cálculo de 37 milhões de euros) relativo ao impacto de um ajustamento da avaliação de dívida (DVA) em determinados passivos derivados.

Em provisão para perdas de crédito, a Global Markets registou um encargo líquido de 50 milhões de euros (2014: encargo líquido de 27 milhões de euros). O aumento deveu-se ao impacto de uma recalibração de notações em Imóveis comerciais.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 4,4 mil milhões de euros (54%), em comparação com o exercício de 2014. O aumento deveu-se principalmente a encargos com imparidade de goodwill e a custos de litígio superiores.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento registaram uma perda de 1,8 mil milhões de euros, em comparação com um ganho de 1,8 mil milhões de euros no ano anterior, devido a uma imparidade de goodwill de 1,6 mil milhões de euros e a encargos de litígio superiores, no valor de 2,0 mil milhões de euros, parcialmente compensados por proveitos superiores.

Divisão Corporate & Investment Banking

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Trade Finance & Cash Management Corporates	2 627	2 803	2 611	(176)	(6)	192	7
Institutional Cash & Securities Services	1 847	1 867	1 605	(20)	(1)	262	16
Geração de ações	405	658	761	(253)	(39)	(103)	(14)
Geração de dívida	1 388	1 469	1 574	(82)	(6)	(104)	(7)
Consultoria	500	587	579	(86)	(15)	8	1
Produtos de crédito e outros	717	663	538	54	8	126	23
Total de receitas líquidas	7 483	8 047	7 667	(564)	(7)	380	5
Provisão para perdas de crédito	672	342	232	330	97	110	48
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1 711	2 115	2 067	(403)	(19)	48	2
Despesas gerais e administrativas	3 243	3 512	3 033	(269)	(8)	479	16
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	600	0	(600)	N/S	600	N/S
Atividades de reestruturação	165	39	29	126	N/S	10	34
Despesas totais (excluindo juros)	5 119	6 266	5 129	(1 147)	(18)	1 137	22
Participações minoritárias	1	0	1	1	N/S	(0)	(77)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	1 691	1 439	2 306	252	17	(867)	(38)
Rácio custo/rendimento	68 %	78 %	67 %	N/S	(9) p.p.	N/S	11 p.p.
Ativos ¹	189 910	123 809	130 634	66 102	53	(6 825)	(5)
Ativos ponderados pelo risco ²	79 698	86 087	73 692	(6 388)	(7)	12 395	17
Capital próprio médio dos acionistas ³	12 076	12 483	10 512	(407)	(3)	1 970	19
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	10 %	8 %	16 %	N/S	2 p.p.	N/S	(8) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	9 %	7 %	14 %	N/S	2 p.p.	N/S	(7) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRDIV *fully-loaded*.³ Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2016

Os proveitos na divisão Corporate & Investment Banking diminuíram em 2016 face ao exercício anterior. A maioria desta diminuição foi em Corporate Finance, com o abrandamento em todo o setor na atividade dos clientes e nos mercados primários, observado pela primeira vez no quarto trimestre de 2015 e mantendo-se durante o primeiro semestre de 2016. Os proveitos de Transaction Banking diminuíram marginalmente, face a várias contrariedades macroeconómicas. As provisões para perdas de crédito aumentaram substancialmente em 2016. A mitigar estes desenvolvimentos esteve uma diminuição significativa em termos homólogos nos gastos operacionais (excl. juros).

As receitas líquidas foram de 7,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 564 milhões de euros, ou 7%, em comparação com o exercício anterior. Em Transaction Banking, Trade Finance e Cash Management Corporates, os proveitos diminuíram 176 milhões de euros (6%), com um impacto negativo das baixas taxas de juro na área do euro, da elevada pressão sobre as margens e da racionalização do nosso perímetro de clientes como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015. Institutional Cash and Securities Services manteve-se inalterado em termos homólogos. O desempenho de Securities Services foi novamente afetado por taxas de juro mais baixas na Europa, associadas a uma atividade inferior de ofertas públicas iniciais. Isto foi compensado por um desempenho melhorado em Institutional Cash, onde o impacto benéfico de taxas de juro aumentadas nos EUA superou os efeitos negativos iniciais de uma alteração na apetência pelo risco de negócio e no perímetro de clientes. Em Corporate Finance, a geração de ações vivenciou a maior diminuição, menos 253 milhões de euros (39%) para o ano, refletindo uma redução em todo o setor nos níveis de emissão. Estes níveis registaram uma recuperação parcial durante o segundo semestre de 2016, que se refletiu num aumento em proveitos na geração de ações face ao primeiro semes-

tre de 2016. A geração de dívida foi inferior em 82 milhões de euros (6%) para o ano completo, devido a um primeiro trimestre fraco. No entanto, o desempenho aumentou na liquidez de mercado aumentada e nas taxas de juro relativamente estáveis para proveitos declarados superiores para os 9 meses subsequentes face a 2015. Os proveitos em consultoria diminuíram 86 milhões de euros (15%), pois a atividade de mercado esteve em níveis mais baixos face a 2015. Conforme verificado na geração de ações, no segundo semestre de 2016 também se observou um aumento na atividade, que se traduziu numa melhoria no desempenho da receita. Os produtos de crédito e Outros proveitos aumentaram 54 milhões de euros (8%) devido à atividade de empréstimo empresarial, bem como a transferências para e de Global Markets.

A provisão para perdas de crédito aumentou 330 milhões de euros (97%) face a 2015. O aumento deveu-se principalmente à deterioração na qualidade creditícia do setor do transporte marítimo, onde a indústria foi vítima de desafios estruturais persistentes, como a oferta excessiva e a redundância de determinados tipos de navios. Consequentemente, esta fraqueza grave da indústria também fez com que mais mutuários entrassem na categoria de incumprimento avaliada num cenário de liquidação.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 5,1 mil milhões de euros, uma diminuição de 1,1 mil milhões de euros (18%) em termos homólogos, com a imparidade de goodwill não recorrente (2015: 600 milhões de euros) e litígio reduzido (2016: 17 milhões de euros, 2015: 329 milhões de euros) a impulsionar a redução e a compensar amplamente um aumento nos custos de reestruturação. Neste ano também foram observados custos de remuneração relacionada com desempenho inferiores, uma redução de 3% no total como parte das iniciativas e poupanças estratégicas da gestão ativa de custos de não remuneração.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento corresponderam a 1,7 mil milhões de euros, um aumento de 252 milhões de euros (17%) face a 2015. A redução substancial em gastos operacionais (excl. juros) mais do que compensou os proveitos inferiores e um aumento significativo em provisões para perdas de crédito.

2015

Em 2015 foram reportadas receitas líquidas sólidas, com a Transaction Banking a apresentar aumentos significativos face a 2014 devido a volumes aumentados e a variações cambiais favoráveis. Para Corporate Finance foi um ano com dois semestres muito distintos, nos primeiros seis meses do ano produziram-se retornos substanciais em algumas emissões de registo, antes de um forte declínio nos últimos seis meses do ano, que refletiu uma menor atividade nos mercados de Geração e Consultoria.

As receitas líquidas foram de 8 mil milhões de euros, um aumento de 380 milhões de euros, ou de 5%, face ao valor de 7,7 mil milhões de euros registado em 2014. Em Transaction Banking, os proveitos aumentaram 454 milhões de euros, ou 11%, com um crescimento da receita em todas as regiões. Trade Finance beneficiou especificamente de margens melhoradas no negócio estruturado e o fluxo comercial também registou um aumento na atividade, novamente de margens aumentadas associadas a aumentos de volume financiados. As receitas de Cash Management para clientes empresariais foram suportadas por variações cambiais favoráveis, bem como por um aumento nos volumes. Os proveitos em Institutional Cash and Securities Services cresceram devido a uma forte atividade comercial motivada pelo crescimento de volume e por depósitos de clientes aumentados, além de variações cambiais favoráveis. As receitas líquidas de geração e consultoria (Origination e Advisory) fixaram-se em 2,7 mil milhões de euros para o ano completo de 2015, uma diminuição de 199 milhões de euros, ou 7%, refletindo um declínio na quota de mercado e uma mais baixa apetência para o risco, principalmente no financiamento alavancado. As receitas de geração de ações (Equity Origination) foram mais baixas, refletindo um reduzido conjunto de comissões no segundo semestre do ano. A geração de dívida também diminuiu 7%, devido à atividade de mercado reduzida e à menor tolerância ao risco no último semestre do ano, enquanto os proveitos de consultoria se mantiveram em consonância com o exercício anterior. Os produtos de crédito e outros proveitos aumentaram 126 milhões de euros (23%), devido à atividade de empréstimo empresarial, bem como a transferências para e de Global Markets.

As provisões para perdas de crédito foram de 342 milhões de euros, um aumento de 110 milhões de euros (48%) impulsionado pelo aumento nas provisões assumidas nas carteiras de transportes marítimos e financiamento alavancado.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 1,1 mil milhões de euros, ou 22%. O aumento deveu-se a encargos com imparidade de goodwill (600 milhões de euros), custos de litígio superiores (329 milhões de euros), variações cambiais adversas, bem como despesas superiores relacionadas com requisitos regulamentares.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento corresponderam a 1,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 867 milhões de euros (38%) face ao ano anterior. O encargo com imparidade de goodwill e litígio aumentado, associado a um aumento nas provisões para perdas de crédito foi apenas parcialmente compensado por uma melhoria no desempenho da receita.

Divisão corporativa Private, Wealth & Commercial Clients

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Produtos de crédito	2 223	2 148	2 043	75	3	105	5
Produtos de depósito	1 138	1 332	1 534	(193)	(15)	(202)	(13)
Produtos de investimento e seguros	1 045	1 309	1 219	(264)	(20)	90	7
Produtos de pagamentos, cartões e contas	559	586	590	(27)	(5)	(4)	(1)
Outros produtos	254	213	205	41	19	7	4
Total de Private & Commercial Clients (PCC)	5 218	5 588	5 591	(369)	(7)	(3)	(0)
Proveitos de juros líquidos	811	816	653	(5)	(1)	163	25
Comissões de gestão	645	747	731	(102)	(14)	16	2
Comissões de desempenho e transação	350	494	453	(145)	(29)	41	9
Outros proveitos	75	40	17	35	89	23	140
Total de Wealth Management (WM)	1 880	2 097	1 854	(217)	(10)	243	13
Hua Xia	618	(175)	423	793	N/S	(598)	N/S
Total de receitas líquidas	7 717	7 510	7 868	207	3	(358)	(5)
Provisão para perdas de crédito	255	300	349	(45)	(15)	(49)	(14)
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2 438	2 517	2 568	(79)	(3)	(51)	(2)
Despesas gerais e administrativas	3 815	3 869	3 872	(55)	(1)	(3)	(0)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	1 011	0	(1 011)	N/S	1 011	N/S
Atividades de reestruturação	141	585	9	(444)	(76)	577	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	6 394	7 983	6 449	(1 589)	(20)	1 535	24
Participações minoritárias	0	(0)	(0)	0	N/S	(0)	105
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	1 068	(774)	1 070	1 842	N/S	(1 844)	N/S
Rácio custo/rendimento	83 %	106 %	82 %	N/S	(23) p.p.	N/S	24 p.p.
Ativos ¹	189 444	176 038	164 928	13 406	8	11 110	7
Ativos ponderados pelo risco ²	43 855	49 603	46 564	(5 748)	(12)	3 039	7
Capital próprio médio dos acionistas ³	9 008	10 265	9 183	(1 257)	(12)	1 082	12
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	9 %	(6) %	10 %	N/S	16 p.p.	N/S	(16) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	8 %	(5) %	8 %	N/S	13 p.p.	N/S	(12) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

³ Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

Informações adicionais

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em mil milhões de euros	em %	em mil milhões de euros	em %
Ativos investidos ¹	424	503	489	(79)	(16)	14	3
Capital novo líquido	(39)	3	22	(42)	N/S	(18)	(84)

N/S – Não significativo

¹ Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos investidos de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós.

2016

O ambiente empresarial da PW&CC manteve-se desafiante durante o ano de 2016. Taxas de juro baixas persistentes e um contexto de mercado mais difícil resultaram numa atividade de clientes reduzida e num declínio nos proveitos de depósitos e investimento. A PW&CC manteve uma disciplina de custos rigorosa e beneficiou também de níveis baixos contínuos de provisão para perdas de crédito. Durante o ano de 2016, a PW&CC fez grandes progressos na execução das medidas estratégicas, incluindo a simplificação dos modelos de distribuição e a continuação da expansão das ofertas digitais. Também como parte dos nossos objetivos anunciados originalmente em outubro de 2015, a PW&CC concluiu as alienações da unidade Private Client Services (PCS) nos EUA e da quota na Hua Xia Bank Co. Ltd. na China. A última transação resultou num ganho significativo em vendas, ao passo que os resultados do ano anterior da PW&CC foram afetados negativamente por efeitos de avaliação relacionados com a Hua Xia, um encargo com imparidade de goodwill de 1,0 mil milhões de euros e despesas significativas para atividades de reestruturação.

As receitas líquidas na PW&CC de 7,7 mil milhões de euros aumentaram 207 milhões de euros (3%) face ao período do exercício anterior. O aumento deveu-se a uma maior contribuição da Hua Xia Bank Co. Ltd. com proveitos de 618 milhões de euros em 2016, incluindo o impacto positivo supramencionado da transação de venda. O ano de 2015 incluiu proveitos negativos líquidos de 175 milhões de euros da Hua Xia Bank Co. Ltd. Os efeitos de avaliação e outros impactos relacionados com transações de 697 milhões de euros foram parcialmente compensados por equivalências patrimoniais regulares sobre a participação. Excluindo os impactos das alienações da Hua Xia Bank Co. Ltd. e PCS (conforme debatido mais abaixo), as receitas líquidas decaíram face ao período do exercício anterior. Nos negócios de Private & Commercial Clients (PCC), os proveitos diminuíram 369 milhões de euros (7%). Este declínio deveu-se à conjuntura de mercado turbulenta contínua, que resultou numa atividade de clientes reduzida. Os proveitos de produtos de investimento e seguros diminuíram 264 milhões de euros (20%). As receitas líquidas de produtos de depósito diminuíram 193 milhões de euros, ou 15%, em comparação com 2015, devido ao ambiente de taxas de juro inferiores na Europa. Estes declínios foram parcialmente mitigados pela melhoria nos proveitos de produtos de crédito, que aumentaram 75 milhões de euros (3%), refletindo principalmente o aumento dos volumes de empréstimo. Os proveitos de outros produtos da PCC aumentaram 41 milhões de euros, incluindo um ganho de 98 milhões de euros atribuível à venda da participação na VISA Europe Limited, bem como um pagamento de dividendo de 50 milhões de euros de uma das participações da PCC subsequente a uma transação de venda pela entidade investida em 2015. Os proveitos do ano anterior incluíram um impacto comparável de 101 milhões de euros também em proveitos de outros produtos. Os proveitos nos negócios de Wealth Management (WM) diminuíram 217 milhões de euros (10%), em parte devido a um impacto de desconsolidação após a alienação da unidade de PCS em setembro de 2016. Além deste impacto da desconsolidação, as comissões de desempenho e transação, bem como as comissões de gestão em WM também foram afetadas pela conjuntura de mercado difícil com atividade de clientes reduzida, iniciativas de redução do risco estratégicas e as perceções de mercado negativas associadas ao Deutsche Bank. Os proveitos de juros líquidos permaneceram amplamente estáveis, ao passo que outros proveitos aumentaram 35 milhões de euros face ao período do exercício anterior, principalmente devido a um ganho relacionado com a alienação da unidade de PCS.

A provisão para perdas de crédito de 255 milhões de euros diminuiu 45 milhões de euros (15%), em comparação com o ano anterior, refletindo a boa qualidade continuada da carteira de empréstimos e a conjuntura económica favorável. A provisão para perdas de crédito também beneficiou de vendas de carteira seletivas com impactos semelhantes em 2015 e 2016.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 6,4 mil milhões de euros em 2016 diminuíram 1,6 mil milhões de euros (20%) face ao período do exercício anterior. Em 2015 foram incluídas as imparidades de goodwill supramencionadas no

valor de 1,0 mil milhões de euros, bem como encargos superiores para reestruturação e indemnização no valor 418 milhões de euros. O ano de 2015 foi afetado também por um abatimento parcial de software de 118 milhões de euros, ao passo que os gastos operacionais (excl. juros) em 2016 beneficiaram de uma base de custos reduzida após a alienação da unidade de PCS em setembro. Excluindo estes efeitos, os gastos operacionais (excl. juros) estavam em níveis comparáveis em 2015 e 2016. O impacto de investimentos superiores em digitalização e a continuação dos gastos relacionados com medidas estratégicas foi compensado por despesas inferiores para remuneração e por uma disciplina de custos rigorosa.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,1 mil milhões de euros aumentaram 1,8 mil milhões de euros face a 2015. O aumento foi atribuível às rubricas de imparidade supramencionadas e a encargos superiores para reestruturação e indemnizações em 2015, juntamente com o impacto positivo da alienação da participação na Hua Xia Bank Co. Ltd. em 2016. Excluindo estes fatores, os resultados antes de impostos sobre o rendimento diminuíram em 2016 face a 2015, refletindo o impacto da continuação de taxas de juro baixas e do contexto de mercado volátil nos proveitos nos negócios de WM e PCC.

Os ativos investidos de 424 mil milhões de euros diminuíram 79 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2015. O declínio foi atribuível principalmente a dois fatores. Primeiro, um efeito de desconsolidação de 38 mil milhões de euros subsequente à alienação da unidade de PCS. Segundo, saídas líquidas de 39 mil milhões de euros (32 mil milhões de euros no negócio de WM, 7 mil milhões de euros no negócio de PCC) verificadas principalmente no final do terceiro trimestre e no início do quarto trimestre subsequente às perceções de mercado negativas associadas ao Deutsche Bank. Em WM, as saídas líquidas durante o ano de 2016 também refletiram as atividades de desalavancagem contínuas dos clientes, bem como os esforços para otimizar as práticas de gestão do risco e para melhorar eficiências como os serviços transfronteiriços.

2015

Os resultados da PW&CC em 2015 foram significativamente afetados por três efeitos materiais, que resultaram em encargos de 2,3 mil milhões de euros no total. Primeiro, uma imparidade de goodwill de 1,0 mil milhões de euros, refletindo o impacto dos requisitos de capital regulamentares superiores esperados nos negócios de Private & Commercial Clients (PCC) da PW&CC. Segundo, efeitos de avaliação e outros impactos negativos relacionados com transações de 697 milhões de euros relativas à Hua Xia Bank Co. Ltd., desencadeados pelo acordo para venda da participação e refletindo também o desenvolvimento da cotação da ação do Hua Xia Bank em 2015. Terceiro, os gastos operacionais (excl. juros) incluíram 595 milhões de euros de encargos com reestruturação e indemnizações, principalmente relacionados com a reestruturação da sede da PW&CC e das redes de agências nos negócios de PCC.

As receitas líquidas de 7,5 mil milhões de euros em 2015 diminuíram 358 milhões de euros, ou 5%, em comparação com 2014. O declínio deveu-se à avaliação supramencionada de 697 milhões de euros e aos efeitos relacionados com transações relativas à participação da PW&CC na Hua Xia Bank Co. Ltd., que foram parcialmente compensados por equivalências patrimoniais regulares sobre a participação. Nos negócios de PCC, o total de receitas líquidas manteve-se estável face a 2014, refletindo desenvolvimentos parcialmente compensatórios. Um declínio nas receitas líquidas de produtos de depósito de 202 milhões de euros (13%) face a 2014, principalmente causado pela conjuntura de continuação de taxas de juro baixas na Europa, foi parcialmente compensado por proveitos superiores de produtos de investimento e seguros de 90 milhões de euros (7%), refletindo um desempenho sólido contínuo nos negócios de investimento numa conjuntura de mercado favorável. Os proveitos de produtos de crédito também aumentaram 105 milhões de euros (5%) devido ao aumento dos volumes de empréstimo, especialmente em hipotecas e crédito de consumo, bem como a um aumento modesto na margem de carteira global. Os proveitos de outros produtos nos negócios de PCC incluíram efeitos positivos de dimensão comparável em 2014 e 2015. Em 2015, a PCC da Alemanha recebeu um pagamento de dividendo extraordinário de 101 milhões de euros subsequente a uma transação de venda de uma entidade investida. Em 2014, as receitas de Outros produtos incluíram um ganho não recorrente, bem como ganhos com as vendas de títulos da DB Bauspar. Os proveitos nos negócios de Wealth Management (WM) da PW&CC aumentaram 243 milhões de euros em 2015 (13%) face a 2014. Os proveitos de juros líquidos aumentaram 163 milhões de euros, ou 25%, refletindo variações cambiais favoráveis, reduzidos custos de financiamento e maior volume de empréstimos. Comissões de desempenho e transação superiores de 41 milhões de euros (9%) e comissões de gestão de 16 milhões de euros (2%), refletindo variações cambiais favoráveis.

A provisão para perdas de crédito de 300 milhões de euros diminuiu 49 milhões de euros (14%) em 2015, refletindo a qualidade da carteira de empréstimos da PW&CC nas unidades de negócio e a conjuntura económica favorável contínua na Alemanha. A provisão para perdas de crédito também beneficiou de vendas de carteira seletivas em 2015 e 2014 a um nível comparável.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 8,0 mil milhões de euros aumentaram 1,5 mil milhões de euros, significativamente afetados pela imparidade de goodwill supramencionada de 1,0 mil milhões de euros. Adicionalmente, em 2015 incluíram-se provisões de 595 milhões de euros para pagamentos por cessação de funções e reestruturação, principalmente relacionados com a reestruturação da sede da PW&CC e da rede de agências de PCC. Os gastos operacionais (excl. juros) em 2015 incluíram também um abatimento parcial de software de 118 milhões de euros relacionado com as decisões estratégicas sobre a utilização da plataforma informática conjunta com o Postbank. Em comparação, os gastos operacionais (excl. juros) em 2014 incluíram 267 milhões de euros em encargos com o processamento de comissões de empréstimos causados por uma alteração na prática jurídica alemã, bem como provisões de 107 milhões de euros para indemnizações e reestruturação. Fora isso, 2014 incluiu um efeito positivo da disposição de imobiliário na Europa. Além destes efeitos, a PW&CC continuou a realizar poupanças incrementais com medidas de eficiência em 2015, que foram ofuscadas por despesas superiores relacionadas com requisitos regulamentares, variações cambiais desfavoráveis e subida dos custos inflacionários (por ex., aumentos de tarifas, pensões e custos com arrendamento).

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 774 milhões de euros em 2015, incluindo os encargos mencionados de 2,3 mil milhões de euros em 2015. Isto compara-se com os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,1 mil milhões de euros em 2014 que foi afetado pelas supramencionadas comissões de 267 milhões de euros pelo processamento de comissões de empréstimos e pela provisão de 107 milhões de euros para reestruturação e indemnizações.

Os ativos investidos de 503 mil milhões de euros aumentaram 14 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2014, principalmente devido a taxas de câmbio positivas, juntamente com 3 mil milhões de euros de entradas líquidas resultantes dos negócios de Wealth Management.

Divisão Corporativa Deutsche Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2 196	2 344	1 988	(148)	(6)	356	18
Comissões de desempenho e transação	220	247	189	(27)	(11)	58	31
Outros proveitos	208	172	175	35	20	(2)	(1)
Movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life	396	258	291	139	54	(34)	(12)
Total de receitas líquidas	3 020	3 021	2 643	(1)	(0)	378	14
Provisão para perdas de crédito	1	1	(0)	(0)	(4)	1	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	611	778	631	(167)	(21)	147	23
Despesas gerais e administrativas	1 171	1 304	1 132	(134)	(10)	173	15
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	374	256	289	117	46	(32)	(11)
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	1 021	0	(83)	1 021	N/S	83	N/S
Atividades de reestruturação	47	(2)	(3)	49	N/S	1	(27)
Despesas totais (excluindo juros)	3 223	2 336	1 965	886	38	371	19
Participações minoritárias	0	(0)	4	1	N/S	(4)	N/S
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(204)	684	674	(888)	N/S	10	1
Rácio custo/rendimento	107 %	77 %	74 %	N/S	29 p.p.	N/S	3 p.p.
Ativos ¹	12 340	30 352	29 840	(18 013)	(59)	513	2
Ativos ponderados pelo risco ²	8 961	10 759	5 402	(1 798)	(17)	5 357	99
Capital próprio médio dos acionistas ³	6 221	5 719	5 144	503	9	575	11
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(8) %	48 %	67 %	N/S	(56) p.p.	N/S	(19) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(2) %	8 %	9 %	N/S	(10) p.p.	N/S	(1) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRDIV *fully-loaded*.

³ Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2016

Em 2016, o desempenho da Deutsche AM foi afetado pela venda da Abbey Life, resultando em imparidades de *goodwill* e outros ativos intangíveis de 1,0 mil milhões de euros, e por fluxos de ativos líquidos, exacerbados por fatores específicos do Deutsche Bank. Apesar das condições de mercado menos favoráveis, que refletem a incerteza contínua do baixo crescimento global, excluindo movimentos em posições de tomadores de seguros e imparidades na Abbey Life, a Deutsche AM alcançou um IBIT sólido de 794 milhões de euros, um aumento de 16% face aos 683 milhões de euros em 2015. Os proveitos excluindo os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life diminuíram 5% em termos homólogos, enquanto os gastos operacionais (excl. juros) excluindo imparidades e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros diminuíram 12% face a 2015.

As receitas líquidas no exercício de 2016 foram de 3,0 mil milhões de euros, em linha com o exercício anterior. As receitas líquidas excluindo movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life foram de 2,6 mil milhões de euros, uma diminuição de 5% face aos 2,8 mil milhões de euros em 2015. As comissões de gestão e outros proveitos recorrentes diminuíram 148 milhões de euros, ou 6%, devido a um decréscimo de ativos investidos e condições de mercado adversas que afetaram os negócios passivos e ativos. As comissões de desempenho e transação diminuíram 27 milhões de euros, ou 11%, em comparação com um forte período anual anterior nos produtos alternativos. Os outros proveitos aumentaram 35 milhões de euros, ou 20%, devido a uma depreciação no exercício anterior relacionada com a exposição à Heta Asset Resolution AG e à venda, no atual exercício, da Abbey

Life e da Deutsche AM India, parcialmente anulada por um justo valor negativo de produtos garantidos e rendimento de dividendos inferior nas alternativas. Os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life registaram um aumento de 139 milhões de euros, ou 54%, na sequência de ganhos de mercado superiores.

Os gastos operacionais (excl. juros) no valor de 3,2 mil milhões de euros aumentaram 886 milhões de euros, ou 38%, devido a imparidades de goodwill predominantemente relacionadas com a venda da Abbey Life e com um aumento dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros que foram compensados nos proveitos. Excluindo os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros da Abbey Life e as imparidades supramencionadas, os gastos operacionais (excl. juros) de 1,8 mil milhões de euros em 2016 foram inferiores aos de 2015, sobretudo devido a custos com remuneração inferiores e à inversão de uma rubrica de custos específica incorrida no quarto trimestre de 2015.

A perda antes de impostos sobre o rendimento foi de 204 milhões de euros, uma diminuição de 888 milhões de euros face a 2015, motivada sobretudo pelo impacto supramencionado da venda da Abbey Life.

Os ativos investidos ascendiam a um montante de 706 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, uma diminuição de 38 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2015, motivada por condições de mercado adversas exacerbadas pelas perceções negativas dos mercados relativamente ao Deutsche Bank, devido aos rumores nos mercados em torno do futuro da Deutsche AM e a alterações na administração da Deutsche AM. Os fluxos de ativos líquidos de 41 mil milhões de euros foram impulsionados pela região das Américas, onde as saídas de caixa foram a principal fonte dos resultados, motivadas por reformas do mercado monetário. Os fundos negociados em bolsa foram outra das áreas com saídas avultadas, uma vez que a categoria com cobertura de risco cambial registou saídas em todo o setor. A diminuição foi também motivada por alienações no valor de 18 mil milhões de euros sobretudo relacionadas com a Abbey Life e a Deutsche AM India. As saídas foram parcialmente compensadas pelo efeito de uma evolução favorável do mercado de ações e rendimento fixo de 16 mil milhões de euros e por variações cambiais favoráveis no valor de 4 mil milhões de euros. Registámos também entradas positivas no valor de 2 mil milhões de euros na região da Ásia Pacífico em 2016.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos investidos durante 2016, discriminados por tipo de produto, bem como a respetiva taxa média de comissões:

em mil milhões de euros	Alternativos	Numerário	Capital próprio	Rendimento Fixo	Vários ativos	Total de ativos investidos
Saldo em 31 de dezembro de 2015	84	77	183	314	86	744
Fluxos de entrada	16	10	41	69	23	158
Fluxos de saída	(15)	(19)	(54)	(85)	(26)	(199)
Fluxos líquidos	1	(9)	(13)	(16)	(3)	(41)
Impacto cambial	1	1	1	2	(0)	4
Desenvolvimento dos mercados	2	(1)	7	8	2	16
Outros	(3)	(4)	(6)	(2)	(2)	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	84	63	171	305	82	706
Taxa de comissão média (em pontos base)	62	6	53	15	43	32

2015

Em 2015, a Deutsche AM continuou a crescer em produtos e regiões beneficiando de níveis mais elevados do mercado acionista, maior nível de capital novo líquido e resultando em mais ativos sob gestão em relação ao período anterior e ao movimento favorável em taxas de câmbio, que aumentou positivamente os fluxos de proveitos recorrentes. O desempenho continuou a ser afetado pelo aumento dos custos regulamentares e pela atual conjuntura de baixas taxas de juro, o que colocou em causa os produtos garantidos de justo valor.

As receitas líquidas no exercício de 2015 foram de 3,0 mil milhões de euros, um aumento de 378 milhões de euros (14%). As comissões de gestão e outros proveitos recorrentes aumentaram 356 milhões de euros, ou 18%, motivados por um aumento da média de ativos sob gestão na sequência de fluxos positivos, níveis médios de mercado acionista mais altos e variações cambiais favoráveis. As comissões de desempenho e transação registaram um aumento de 58 milhões de euros, ou 31%, na sequência de um reconhecimento superior de comissões de desempenho dos negócios de ativos e alternativas. Os outros proveitos diminuíram 2 milhões de euros, em linha com o exercício anterior. Os

movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life registaram um decréscimo de 34 milhões de euros, ou 12%, amplamente compensado nos gastos operacionais (excluindo juros).

Os gastos operacionais (excl. juros) subiram 371 milhões de euros (19%) impulsionados principalmente pelo movimento desfavorável das taxas de câmbio, reversão do ano anterior de abatimento de imobilizado intangível de Scudder, maiores custos associados com os ativos sob gestão e maiores custos de compensação parcialmente compensados pela redução de custos associados com o Programa de Excelência Operacional (OpEx) e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 684 milhões de euros em 2015, um aumento de 10 milhões de euros (1%), impulsionados pelo aumento acima mencionado das receitas líquidas.

O valor dos ativos investidos foi de 744 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 53 mil milhões de euros, ou 8%, principalmente impulsionado por variações cambiais de 36 mil milhões de euros, entradas líquidas de 18 mil milhões de euros e níveis favoráveis dos mercados acionistas de 4 mil milhões de euros, parcialmente contrabalançado pelo desinvestimento e outros movimentos de 5 mil milhões de euros.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos investidos durante 2015, discriminados por tipo de produto, bem como a respetiva taxa média de comissões:

em mil milhões de euros	Alternativos	Numerário	Capital próprio	Rendimento Fixo	Vários ativos	Total de ativos investidos
Saldo em 31 de dezembro de 2014	90	73	149	307	73	691
Fluxos de entrada	16	11	75	94	32	228
Fluxos de saída	(20)	(12)	(52)	(106)	(20)	(210)
Fluxos líquidos	(5)	(1)	23	(12)	12	18
Impacto cambial	5	5	7	19	1	36
Desenvolvimento dos mercados	(2)	2	5	(2)	0	4
Outros	(5)	(1)	(1)	2	0	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	84	77	183	314	86	744
Taxa de comissão média (em pontos base)	54	7	50	14	40	30

Postbank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Contas correntes	1 101	1 179	1 281	(77)	(7)	(102)	(8)
Empréstimos	1 133	1 112	912	21	2	200	22
Poupança	590	695	703	(104)	(15)	(8)	(1)
Crédito à habitação e poupança	216	230	225	(14)	(6)	5	2
Produtos de investimento e seguros	94	94	98	1	1	(5)	(5)
Serviços postais	230	239	415	(9)	(4)	(176)	(42)
NCOU	(228)	(393)	(317)	165	(42)	(76)	24
Outros	229	(43)	(78)	272	N/S	35	(45)
Total de receitas líquidas	3 366	3 112	3 238	254	8	(126)	(4)
Provisão para perdas de crédito	184	211	274	(27)	(13)	(63)	(23)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1 397	1 425	1 344	(28)	(2)	81	6
Despesas gerais e administrativas	1 418	1 475	1 743	(57)	(4)	(268)	(15)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	2 597	0	(2 597)	N/S	2 597	N/S
Atividades de reestruturação	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	2 815	5 497	3 087	(2 682)	(49)	2 410	78
Participações minoritárias	0	1	1	(0)	(26)	(0)	(13)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	367	(2 596)	(123)	2 963	N/S	(2 473)	N/S
Rácio custo/rendimento	84 %	177 %	95 %	N/S	(93) p.p.	N/S	81 p.p.
Ativos ¹	139 743	136 061	141 157	3 682	3	(5 096)	(4)
Ativos ponderados pelo risco ²	42 209	43 242	42 843	(1 032)	(2)	399	1
Capital próprio médio dos acionistas ³	6 006	7 798	8 134	(1 791)	(23)	(337)	(4)
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	4 %	(30) %	(2) %	N/S	34 p.p.	N/S	(28) p.p.
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	4 %	(22) %	(1) %	N/S	26 p.p.	N/S	(21) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

³ Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2016

Em 2016, o Postbank continuou a focar-se no crescimento dos empréstimos, bem como em medidas de custo e eficiência, continuando a enfrentar dificuldades resultantes da persistente conjuntura de taxas de juro baixas que afetaram os proveitos nos negócios de poupança e contas correntes. O Postbank reportou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 367 milhões de euros em 2016, em comparação com uma perda antes de impostos sobre o rendimento de 2,6 mil milhões de euros em 2015, que foram fortemente afetados por elementos extraordinários, tais como imparidade de *goodwill* e outros efeitos menores de provisões de juros de poupança e crédito à habitação de cerca de 2,8 mil milhões de euros no total.

As receitas líquidas aumentaram 254 milhões de euros (8%), em comparação com 2015. Os principais fatores foram o aumento de outras receitas no valor de 272 milhões de euros em 2016, devido a ganhos com vendas de determinados valores mobiliários (incluindo a venda de uma participação na VISA Europe Ltd.), enquanto os proveitos da NCOU do Postbank aumentaram 165 milhões de euros, ou 42%, sobretudo atribuível a um esforço de receitas descontinuado de ajustamentos em 2015, incluindo o ajustamento de provisões de juros de poupanças de créditos à habitação.

O Postbank aumentou as suas receitas líquidas de empréstimos em 21 milhões de euros ou 2%, apesar de um impacto positivo de 58 milhões de euros em 2015, devido aos efeitos específicos de alinhamentos contratuais com parceiros comerciais do Postbank, sobretudo motivados pelo crescimento do volume de empréstimos em hipotecas, crédito ao consumo e empréstimos a empresas. A diminuição de 104 milhões de euros, ou 15%, e de 77 milhões de euros, ou 7%, em comparação com 2015, nas receitas líquidas dos produtos de poupança e contas correntes, respetivamente, ficou a dever-se, principalmente, à persistência do ambiente de baixas taxas de juros na Europa. O Postbank respondeu à pressão supramencionada sobre os proveitos de produtos de depósito com a introdução de novos modelos de preço para contas correntes a partir de novembro de 2016. Os proveitos nos produtos de crédito à habitação e poupança diminuíram 14 milhões de euros ou 6%, sobretudo devido à conjuntura de baixas taxas de juro e ao volume restante de créditos à habitação de elevado retorno por liquidar.

A provisão para perdas de crédito diminuiu 27 milhões de euros, ou 13%, em 2016, refletindo a atual conjuntura económica favorável na Alemanha e a qualidade da carteira de empréstimos do Postbank.

Os gastos operacionais (excl. juros) diminuíram 2,7 mil milhões de euros, sobretudo devido à supramencionada imparidade de goodwill de 2,6 mil milhões de euros em 2015. A restante melhoria nos gastos operacionais (excl. juros) deveu-se sobretudo ao foco continuado nos custos e redução de despesas para iniciativas estratégicas, incluindo uma redução dos pagamentos por cessação de funções, apesar dos custos regulamentares mais elevados para sistemas de proteção de depósitos. Tanto as remunerações como os benefícios, assim como os gastos gerais e administrativos, diminuíram

2% e 4%, respetivamente, em comparação com 2015. Além dos efeitos supramencionados, o Postbank continuou a realizar melhorias de eficiência através de otimização de processos integrais orientados para o cliente, bem como processos integrados e digitalizados.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 3,0 mil milhões de euros para 367 milhões de euros em 2016, sobretudo devido a imparidades de goodwill não recorrentes e proveitos extraordinariamente elevados resultantes da alienação de determinados valores mobiliários.

Os 72 mil milhões de euros em ativos investidos diminuíram 3 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2015, devido à saída de 3 mil milhões de euros em produtos de poupança.

2015

A conjuntura de negócios do Postbank permaneceu difícil durante 2015, devido à conjuntura de baixas taxas de juro. Além disso, os resultados do Postbank em 2015 foram afetados de forma significativamente negativa por dois efeitos materiais que ascenderam a 2,8 mil milhões de euros no total: primeiro, a imparidade de goodwill de 2,6 mil milhões de euros registada no terceiro trimestre de 2015 e, segundo, ajustamentos efetuados especialmente no que respeita a provisões resultantes de poupanças com créditos à habitação. Excluindo estes efeitos, o Postbank alcançou resultados positivos em 2015.

As receitas líquidas diminuíram 126 milhões de euros (4%), em comparação com 2014. Esta diminuição foi motivada por um aumento dos obstáculos resultantes da conjuntura de baixas taxas de juro que, nomeadamente, resultou num declínio dos proveitos em produtos de poupança e contas correntes e nos supramencionados ajustamentos registados na NCOU do Postbank. As receitas líquidas dos serviços postais recuaram 176 milhões de euros, ou 42%, sobretudo devido a um alinhamento de contratos com o nosso parceiro, a Deutsche Post DHL AG, parcialmente compensado pelos custos mais baixos relacionados com as mesmas alterações contratuais. Estas quebras foram parcialmente compensadas por um aumento nos empréstimos de 200 milhões de euros, ou 22%. Este aumento foi motivado por volumes de empréstimos superiores, especialmente em hipotecas e créditos ao consumo, e por uma ligeira subida nas margens da carteira, acompanhada por efeitos

específicos que ascenderam a 58 milhões de euros de alinhamentos contratuais bem-sucedidos com parceiros comerciais do Postbank. As receitas líquidas de produtos de investimento e seguros recuaram 5 milhões de euros, ou 5%, enquanto os outros proveitos registaram um aumento de 35 milhões de euros, ou 45%.

A provisão para perdas de crédito diminuiu 63 milhões de euros, ou 23%, em 2015, refletindo a conjuntura macroeconómica positiva na Alemanha, bem como a qualidade da carteira de empréstimos do Postbank.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 2,4 mil milhões de euros, tendo sido significativamente afetados pela supramencionada imparidade de 2,6 mil milhões de euros de goodwill. Além disso, 2015 registou despesas extraordinariamente elevadas de 197 milhões de euros com iniciativas estratégicas para melhorar a competitividade do Postbank. Excluindo estes efeitos, o Postbank melhorou a sua gestão de gastos operacionais (excl. juros) que foi sustentada por custos inferiores resultantes de alinhamentos contratuais com a Deutsche Post DHL AG e medidas de eficiência concretizadas em 2015. Estas foram parcialmente anuladas por um aumento das despesas devido aos requisitos regulamentares e à subida dos custos inflacionários (aumento das tarifas, pensões e custos com arrendamento).

A perda antes de impostos sobre o rendimento foi de 2,6 mil milhões de euros em 2015. Excluindo a supramencionada imparidade de goodwill e os ajustamentos de 2,8 mil milhões de euros no total, o Postbank alcançou um resultado positivo em comparação com uma perda antes de impostos sobre o rendimento de 123 milhões de euros em 2014.

Os 75 mil milhões de euros em ativos investidos diminuiram 2 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2014, devido à saída de 3 mil milhões de euros em produtos de poupança.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	(382)	794	489	(1 176)	N/S	305	62
dos quais:							
Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1 261)	(353)	(310)	(909)	N/S	(43)	14
Provisão para perdas de crédito	128	51	251	76	148	(200)	(80)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	68	86	94	(18)	(20)	(8)	(9)
Despesas gerais e administrativas	2 678	2 921	2 366	(243)	(8)	555	23
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	(49)	0	194	(49)	N/S	(194)	N/S
Atividades de reestruturação	4	(1)	4	5	N/S	(6)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	2 701	3 006	2 658	(304)	(10)	347	13
Participações minoritárias	(4)	1	(2)	(5)	N/S	3	N/S
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(3 207)	(2 264)	(2 419)	(943)	42	155	(6)
Ativos ¹	5 523	23 007	33 936	(17 485)	(76)	(10 929)	(32)
Ativos ponderados pelo risco ²	9 174	32 896	56 899	(23 722)	(72)	(24 003)	(42)
Capital próprio médio dos acionistas ³	4 037	6 755	7 724	(2 717)	(40)	(969)	(13)

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

³ Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio médio dos acionistas é distribuído pelas divisões.

2016

Ao longo de 2016, a NCOU executou com êxito a sua estratégia de redução de risco e reduziu a dimensão da sua carteira para alcançar o objetivo de final do exercício. A atividade centrou-se em iniciativas destinadas a proporcionar uma contribuição de capital e resultados de desalavancagem, que tiveram lugar num conjunto de carteiras. Estas incluíram a resolução de exposições a derivados de longa duração, bem como a venda de várias obrigações e outras dissoluções nas carteiras de correlação e base negativa. A venda das nossas participações na Maher Port Elizabeth e na Red Rock Resorts foi também concluída durante o período.

As receitas líquidas da NCOU no período de relato foram negativas em 382 milhões de euros face a um resultado positivo de 794 milhões de euros no exercício anterior. Este resultado foi predominantemente motivado por perdas de redução de risco de 821 milhões de euros, sobretudo resultantes da dissolução de exposições a derivados de longa duração e ativos relacionados, parcialmente compensadas por um ganho de 368 milhões de euros relativamente à Red Rock Resorts. Além disso, registou-se um decréscimo dos proveitos da carteira no seguimento de alienações de ativos, incluindo da Maher Prince Rupert, que foi parcialmente compensado por ajustamentos de avaliação inferiores e impactos de preço de mercado. As receitas líquidas de 2015 incluíam 219 milhões de euros de uma recuperação de litígio específica e um ganho de 195 milhões de euros com a venda da Maher Prince Rupert.

As provisões para perdas de crédito aumentaram 76 milhões de euros face a 2015. Tal foi predominantemente motivado por provisões superiores face a hipotecas residenciais europeias e créditos comerciais, que incluíram ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39.

Os gastos operacionais (excluindo juros) diminuíram 304 milhões de euros (10%), face a 2015, maioritariamente devido a menores encargos de contencioso. Os custos excluindo encargos com litígios foram 18% inferiores em termos homólogos, motivados pela alienação de ativos, incluindo da Maher Prince Rupert, em 2015.

A perda antes de impostos sobre o rendimento aumentou 943 milhões de euros para 3,2 mil milhões de euros, em comparação com 2015. O aumento deveu-se sobretudo a perdas da atividade de redução de risco, enquanto os gastos operacionais (excl. juros) foram inferiores.

2015

Em 2015, a NCOU continuou a executar a sua estratégia de redução de risco, incluindo a conclusão da venda da Maher Prince Rupert, bem como várias exposições de ativos bancários legados. O perfil de perda antes de impostos sobre o rendimento melhorou no geral, mas foi afetado pelo aumento dos gastos operacionais (excl. juros), especificamente os referentes aos desenvolvimentos em provisões relacionadas com litígios. A redução do risco de ativos em 2015 traduziu-se em resultados líquidos de 412 milhões de euros.

As receitas líquidas aumentaram 305 milhões de euros (62%), principalmente devido a impactos específicos incluindo 219 milhões de euros de uma recuperação de litígio específico e um ganho de 195 milhões de euros com a venda da Maher Prince Rupert. A diminuição dos proveitos da carteira após as vendas de ativos, incluindo The Cosmopolitan of Las Vegas foram parcialmente compensados por correções de valorização inferior e impactos de valorização pelos preços de mercado. As receitas líquidas em 2014, incluindo as perdas por valorização pelos preços de mercado de 314 milhões de euros relacionados com o refinanciamento da dívida de Maher Terminals e uma perda de 151 milhões de euros relacionada como grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos negociados no setor da energia dos Estados Unidos.

As provisões para perdas de crédito diminuíram 200 milhões de euros (80%) face a 2014. Esta redução foi predominantemente impulsionada pelas menores perdas de crédito segundo IAS 39 que reclassifica os ativos que incluíam lançamentos relacionados com exposições ao imobiliário.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 347 milhões de euros (13%), predominantemente impulsionados por maiores despesas relacionadas com litígios. Os gastos operacionais (excl. juros), excluindo despesas de litígios foram 41% menos numa base anual, impulsionados pelas vendas de ativos, incluindo The Cosmopolitan of Las Vegas e a não-recorrência de uma única imparidade no ano anterior relacionada com a Maher Terminals.

As perdas antes de impostos sobre o rendimento foram de 2,3 mil milhões de euros, o que representa uma melhoria de 155 milhões de euros face a 2014. As maiores receitas e menores perdas de crédito foram os principais catalisadores, ao passo que os gastos operacionais (excl. juros) foram superiores no que diz respeito a questões relacionadas com litígios.

Consolidation & Adjustments

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas¹	(479)	184	(26)	(663)	N/S	210	N/S
Provisão para perdas de crédito	1	1	1	1	86	0	7
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3 861	4 052	3 522	(191)	(5)	530	15
Despesas gerais e administrativas	(3 756)	(3 073)	(3 287)	(683)	22	214	(7)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	(0)	0	0	(0)	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(0)	0	1	(0)	N/S	(1)	(94)
Despesas totais (excluindo juros)	106	980	237	(874)	(89)	743	N/S
Participações minoritárias	(46)	(27)	(28)	(19)	70	1	(4)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(541)	(770)	(236)	229	(30)	(535)	N/S
Ativos ²	40 959	26 092	22 163	14 867	57	3 930	18
Ativos ponderados pelo risco ³	15 706	12 780	21 506	2 926	23	(8 726)	(41)
Capital próprio médio dos acionistas ⁴	38	1 361	143	(1 323)	(97)	1 218	N/S

N/S – Não significativo

¹ Rendimento de juros líquido e rendimentos operacionais (excl. juros).

² Os ativos em C&A refletem ativos de Tesouraria residuais não atribuídos aos segmentos de negócio, bem como ativos de empresas, como ativos por impostos diferidos ou contas de compensação centrais, que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

³ Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully-loaded. Os ativos ponderados pelo risco em C&A refletem os ativos de empresas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, principalmente os ativos por impostos diferidos do Grupo.

⁴ As participações de capital médias dos acionistas atribuídas a C&A refletem o montante residual de participações de capital que não foi afetado aos segmentos, conforme descrito na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas".

2016

Em 2016, as receitas líquidas de C&A de 479 milhões de euros negativos deveram-se sobretudo aos 252 milhões de euros negativos em diferenças de avaliação e temporais da carteira de Tesouraria. O principal fator negativo, em termos de diferenças de avaliação e temporais, foi a alteração na compensação de taxas de juro pelo alargamento do nosso próprio spread de crédito e oscilações nos spreads de base interdivisas. As receitas líquidas incluíram também 127 milhões de euros negativos relacionados com a reavaliação em moeda estrangeira de recebimentos da emissão AT1 expressa em GBP; além disso, os proveitos incluíram 126 milhões de euros negativos de equivalente tributável de obrigações municipais que é reportado pelo negócio e compensado por C&A. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados por um resultado positivo de 71 milhões de euros de FVA em derivados interempresas não garantidos internos, devido a um estreitamento dos spreads de financiamento.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 106 milhões de euros foram sobretudo motivados por 137 milhões de euros de custos associados à preparação para a desconsolidação do Postbank, parcialmente compensados por 30 milhões de euros relacionados com reembolsos fiscais.

A perda antes de impostos sobre o rendimento foi de 541 milhões de euros em 2016 face a uma perda de 770 milhões de euros em 2015, sobretudo porque o quarto trimestre de 2015 incluiu um impacto negativo de 358 milhões de euros de custos de litígio relacionados com funções de infraestrutura Reafectadas da divisão Global Markets para a C&A.

2015

Em 2015, as receitas líquidas de C&A de 184 milhões de euros incluíram 221 milhões de euros de proveitos de Tesouraria que foram compensadas por gastos operacionais (excl. juros), uma vez que a tesouraria afeta as receitas e as despesas a segmentos de negócio. Os proveitos de C&A também incluíram 146 milhões de euros negativos em diferenças de valorização e temporização impulsionadas por um estreitamento do nosso próprio spread de crédito e um estreitamento do spread base entre EUR/USD, bem como um impacto de uma mudança na metodologia de avaliação para a dívida detida ao justo valor. Os proveitos também incluíram um negativo de 130 milhões de euros resultantes do afastamento em Postbank. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados por um montante positivo de 72 milhões de euros de FVA em derivados interempresas não garantidos internos.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 980 milhões de euros foram principalmente impulsionados pelos custos de litígio de 358 milhões de euros relacionados com funções de infraestrutura, bem como pelos custos de 68 milhões de euros associados à preparação da desconsolidação do Postbank, incluindo um imposto sobre transferência de imobiliário. Os gastos operacionais (excl. juros) também incluem uma provisão de 54 milhões de euros para custos relacionados com compensação.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 770 milhões de euros, em comparação com perdas de 236 milhões de euros em 2014. O desenvolvimento foi principalmente impulsionado pelos custos de litígios relacionados com funções de infraestrutura.

Posição Financeira

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
			em milhões de euros	em %
Caixa e saldos do banco central	181 364	96 940	84 424	87
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	11 606	12 842	(1 236)	(10)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	36 368	56 013	(19 645)	(35)
Ativos detidos para negociação	171 044	196 035	(24 991)	(13)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	485 150	515 594	(30 444)	(6)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados dos quais:	87 587	109 253	(21 666)	(20)
Títulos comprados com acordos de revenda	47 404	51 073	(3 669)	(7)
Títulos obtidos por empréstimo	21 136	21 489	(353)	(2)
Empréstimos	408 909	427 749	(18 840)	(4)
Títulos detidos até à maturidade	3 206	0	3 206	N/S
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	105 100	94 939	10 161	11
Restantes ativos	100 213	119 765	(19 552)	(16)
Total do ativo	1 590 546	1 629 130	(38 584)	(2)
Depósitos	550 204	566 974	(16 770)	(3)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	29 338	13 073	16 265	124
Passivos detidos para negociação	57 029	52 304	4 725	9
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	463 858	494 076	(30 218)	(6)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados dos quais:	60 492	44 852	15 640	35
Títulos vendidos com acordos de recompra	50 397	31 637	18 760	59
Títulos cedidos por empréstimo	1 298	554	744	134
Outros empréstimos a curto prazo	17 295	28 010	(10 715)	(38)
Dívida a longo prazo	172 316	160 016	12 300	8
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	122 019	134 637	(12 618)	(9)
Restantes passivos	53 176	67 564	(14 388)	(21)
Total do passivo	1 525 727	1 561 506	(35 779)	(2)
Total do capital próprio	64 819	67 624	(2 805)	(4)

Movimentos em ativos

Em 31 de dezembro de 2016, o total de ativos diminuiu € 38.6 billion (ou 2 %) face ao exercício de 2015.

A diminuição global foi sobretudo motivada por uma redução de € 30.4 billion em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, principalmente devido a variações de taxas de juro, uma vez que as alterações nas curvas de taxas de juro apresentaram uma correlação inversa às alterações nos valores de mercado dos nossos produtos derivados de taxas de juro.

Os ativos detidos para negociação diminuíram € 25.0 billion, sobretudo motivados por títulos de dívida, devido à redução da apetência dos clientes e aos mercados em queda, bem como em resultado da redução de risco da carteira de negociação na nossa Non-Core Operations Unit.

Os recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo, quer sob regime contabilístico pelo justo valor, quer apurado, diminuíram 23,7 mil milhões de euros, sobretudo motivados por reduções no balanço de clientes e nas necessidades de financiamento de empresas, bem como em requisitos de cobertura de curto prazo reduzidos.

Os empréstimos diminuíram € 18.8 billion, principalmente devido a reduções na divisão Corporate & Investment Banking, sobretudo em Trade Finance/Cash Management, e na nossa Non-Core Operations Unit, também com o objetivo de reduzir os ativos ponderados pelo risco.

Os ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados, excluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo que já foram abordados anteriormente, diminuíram 17,6 mil milhões de euros, sobretudo motivados pela venda da Abbey Life no quarto trimestre.

Os ativos financeiros disponíveis para venda (relatados como parte dos restantes ativos) diminuíram 17,4 mil milhões de euros, sobretudo motivados pela atividade de venda em posições de obrigação de reserva de liquidez estratégica, com o objetivo de reduzir ativos ponderados pelo risco, e pela venda da Abbey Life.

Estas diminuições foram parcialmente compensadas pelo aumento de caixa e saldos do banco central, em conjugação com saldos interbancários, de 83,2 mil milhões de euros, sobretudo impulsionados por um aumento da atividade de recompra na nossa reserva de liquidez estratégica e de outras atividades geradoras de caixa como a redução gerida de ativos financeiros disponíveis para venda, conforme abordado acima.

Os valores a receber relacionados com corretagem e títulos aumentaram € 10.2 billion, sobretudo devido a um aumento nos valores a receber de liquidações pendentes de baixos níveis recorde no final do exercício de 2015.

A partir de 2016, algumas participações em títulos como parte da nossa reserva de liquidez estratégica são reclassificadas de ativos financeiros disponíveis para venda para títulos detidos até à maturidade. Em dezembro de 2016, os € 3.2 billion relatados em títulos detidos até à maturidade correspondiam a uma diminuição no mesmo montante em ativos financeiros disponíveis para venda.

O movimento global do balanço incluiu um aumento de 7,2 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela valorização do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Os efeitos de variações cambiais também estão refletidos no desenvolvimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

Movimentos em passivo

Em 31 de dezembro de 2016, o total do passivo diminuiu € 35.8 billion (ou 2 %) face ao exercício de 2015.

A redução global foi sobretudo impulsionada por uma diminuição de € 30.2 billion em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos para níveis historicamente baixos, principalmente devido aos mesmos fatores que para os movimentos em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, conforme abordado acima.

Os depósitos diminuíram € 16.8 billion durante o período, sobretudo devido a resgates no terceiro trimestre influenciados pelas perceções negativas dos mercados relativamente ao Deutsche Bank, parcialmente compensados por um aumento no quarto trimestre em virtude de várias iniciativas para obter depósitos, especialmente na divisão de Corporate and Investment Banking.

Os valores a pagar relacionados com corretagem e títulos diminuíram € 12.6 billion, sobretudo devido a uma diminuição nos valores a pagar de corretagem prime, parcialmente compensada por um aumento nos valores a pagar de liquidações pendentes de níveis historicamente baixos no final do exercício de 2015.

Outros empréstimos a curto prazo diminuíram € 10.7 billion, sobretudo devido à redução dos saldos de papel comercial durante o período, sendo substituídos por outras fontes de financiamento e atividades de redução de risco.

Estas diminuições foram parcialmente compensadas pelo aumento em recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo, quer sob regime contabilístico pelo justo valor, quer apurado, no valor de 35,8 mil milhões de euros, em grande parte devido ao aumento da atividade de recompra na nossa reserva de liquidez estratégica e ao maior financiamento garantido de inventário altamente líquido.

A dívida a longo prazo aumentou € 12.3 billion, sobretudo impulsionada por financiamento obtido através de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO) do BCE.

Os passivos detidos para negociação aumentaram € 4.7 billion, sobretudo devido a novos negócios e à atividade de cobertura aliada a uma diminuição de compensação que se deveu à redução das posições de clientes.

De modo idêntico ao total de ativos, as variações cambiais durante o período tiveram um impacto de compensação que já está incorporado nos movimentos globais em passivos, conforme abordado nesta secção.

Liquidez

As reservas de liquidez totalizavam 219 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 (face a 215 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015). Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2016 (no cenário combinado).

Capital próprio

O total do capital próprio a 31 de dezembro de 2016 diminuiu 2,8 mil milhões de euros. Os principais fatores que contribuíram para este desenvolvimento foram a perda líquida atribuível aos acionistas do Deutsche Bank de 1,4 mil milhões de euros, uma redução de outro rendimento integral acumulado de 854 milhões de euros e perdas resultantes de reavaliação relativas a planos de pensões definidos de 517 milhões de euros. A redução de outro rendimento integral acumulado deveu-se sobretudo às alienações do Hua Xia e da Abbey Life, tendo sido parcialmente compensada por ganhos líquidos não realizados de alterações das taxas de câmbio (especialmente no dólar dos Estados Unidos).

Capital regulamentar

O nosso capital CET 1 conforme CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2016 era de 47,8 mil milhões de euros, em comparação com 52,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Os ativos ponderados pelo risco de acordo com o quadro CRR/CRD IV diminuíram para 356,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 em comparação com 397,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Devido a esta diminuição em ativos ponderados pelo risco, o rácio de capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2016 aumentou para 13,4% em comparação com 13,2% em 31 de dezembro de 2015.

O nosso capital CET 1 fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 42,3 mil milhões de euros, comparado com 44,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Os RWA em conformidade com o CRR/CRD IV fully loaded foram de 357,5 mil milhões de euros, resultando num rácio de capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV fully loaded de 11,8%, com os correspondentes montantes de 396,7 mil milhões de euros e 11,1% em 2015. Para pormenores sobre o desenvolvimento, consulte o “Relatório de Gestão: Desempenho de capital e risco: Capital e rácio de alavancagem”.

Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, “Reclassificação de ativos financeiros”

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o valor contabilístico dos ativos reclassificados era de 619 milhões de euros e de 4,4 mil milhões de euros, respetivamente, em comparação com um justo valor de 519 milhões de euros e de 4,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respetivamente. Estes ativos foram detidos na NCOU.

Consultar a Nota 13 “Alterações à IAS 39 e à IFRS 7”, “Reclassificação de ativos financeiros” para obter informações adicionais sobre estes ativos e o impacto da sua reclassificação.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Investors Service, Inc. ("Moody's"), pela Standard & Poor's Credit Market Services Europe Limited ("S&P"), pela Fitch Ratings Limited ("Fitch"), e pela DBRS, Inc. ("DBRS", em conjunto com a Fitch, S&P e Moody's, as "Agências de Notação").

A S&P e a Fitch estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à Moody's, as notações de crédito são aprovadas pelo escritório da Moody's no Reino Unido (Moody's Investors Service Ltd.) em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC. Relativamente à DBRS, as notações de crédito são aprovadas pela DBRS Ratings Ltd. no Reino Unido, em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

Desenvolvimento nas notações de crédito

Ao longo do exercício de 2016, as notações do Deutsche Bank foram afetadas por uma conjuntura desafiante durante a implementação das nossas metas originalmente anunciadas em outubro de 2015. Além disso, as agências de notação adaptaram-se às alterações nos enquadramentos de resolução de bancos.

Em janeiro de 2016, a Moody's finalizou as respetivas alterações da metodologia de notação do setor bancário, que refletiram a preferência legal pelos depósitos em detrimento de dívidas prioritárias não garantidas na Alemanha, a partir de 1 de janeiro de 2017. Em virtude disto, a Moody's reviu em alta a notação de depósitos do Deutsche Bank, subindo uma posição para A2, com uma revisão em baixa da dívida prioritária não garantida do banco para Baa1. Contudo, em maio de 2016, a Moody's reduziu todas as notações do Deutsche Bank em 1 nível (as notações de avaliação de risco de contraparte e de depósito para A3/instrumentos sénior não garantidos para Baa2), refletindo a percepção de desafios no alcance das metas da Estratégia 2020. Todas as notações apresentam uma perspetiva de estabilidade. Relativamente à alteração na classificação de insolvência jurídica na Alemanha a partir de 2017, a Moody's introduziu notações de dívida bancária não garantida sénior-sénior para os bancos alemães em novembro de 2016. As emissões não garantidas sénior que se enquadrem nesta categoria de notação apresentam estruturas complexas que as impedem de ser subordinadas. A notação dos instrumentos sénior-sénior está em linha com os depósitos, em A3.

A S&P reviu a perspetiva da notação de instrumentos não garantidos sénior e de crédito de emitente do Deutsche Bank para negativa em julho de 2016. Argumenta que a conjuntura operacional pode dificultar a capacidade do DB para atingir as suas metas financeiras estratégicas. Em dezembro de 2016, a S&P colocou os bancos alemães em observação (CreditWatch) de modo a refletir as alterações iminentes no regime de resolução bancária alemão. As notações de crédito de emitente foram colocadas em perspetiva favorável de modo a refletir o aumento na capacidade de absorção de perdas em resultado da legislação relativa à recapitalização interna, enquanto as notações de instrumentos não garantidos sénior foram colocadas em observação em desenvolvimento. A S&P tenciona resolver a observação no decorrer do primeiro trimestre de 2017.

Em novembro de 2016, a Fitch colocou as notações do Deutsche Bank em observação negativa com base no pressuposto de uma conjuntura de proveitos difícil. A agência espera resolver a observação após o banco publicar os resultados do primeiro trimestre de 2017. Relativamente ao enquadramento de resolução avançado na Alemanha, a Fitch atribuiu, em dezembro de 2016, notações de contraparte de derivados e depósitos aos bancos alemães, aumentando simultaneamente a notação de determinados títulos estruturados não garantidos com risco de mercado incorporado.

Em julho de 2016, a DBRS reduziu em 1 nível às notações de risco de longo prazo do Deutsche Bank, colocando as notações em análise em abril. Em outubro de 2016, a DBRS reviu a tendência de todas as notações do Deutsche Bank para negativa, refletindo os desafios que o banco enfrenta na geração de rentabilidade sustentável.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contra- parte	Sênior não garantida	Depósitos	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque ¹	A3 (cr)	Baa2	A3	P-2
Standard & Poor's, Nova Iorque ²	–	BBB+	–	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque ³	A (notação de contraparte de derivados)	A-	A	F1
DBRS, Toronto ⁴	A (elevada)	A (baixa)	–	R-1 (baixa)

¹ A Moody's define as obrigações com notação de crédito A como obrigações de qualidade média superior, sujeitas a baixo risco de crédito. As obrigações com notação Baa são consideradas de grau médio e sujeitas a risco de crédito moderado e, como tal, podem incluir determinadas características especulativas. O modificador numérico 1 indica uma classificação na extremidade superior da categoria, o modificador numérico 2 indica uma classificação no meio da categoria e o modificador numérico 3 indica uma classificação na extremidade inferior da categoria.

² A Standard and Poor's define uma obrigação com notação de "BBB" como apresentando parâmetros de proteção adequados. No entanto, as condições econômicas adversas ou a alteração das circunstâncias são mais propensas a conduzir a uma capacidade enfraquecida do devedor para cumprir com o seu compromisso financeiro da obrigação. O sinal + (mais) indica uma classificação no extremo mais elevado da categoria BBB.

³ A Fitch Ratings define a sua notação A como elevada qualidade creditícia. A Fitch Ratings utiliza a notação A para indicar uma expectativa reduzida de risco de incumprimento. De acordo com a Fitch Ratings, as notações A indicam uma forte capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. Esta capacidade poderá, contudo, ser mais vulnerável a condições de transação adversas ou a condições econômicas que os títulos com notações mais elevadas. O sinal - (menos) indica uma classificação no extremo inferior da categoria A.

⁴ A DBRS define a notação A como qualidade de crédito satisfatória, com uma proteção ainda substancial de capital e juros; os emitentes nesta categoria são mais suscetíveis a condições econômicas adversas e com maiores tendências cíclicas do que os emitentes nas categorias AAA e AA.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente junto das agências de notação para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os nossos títulos.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações contratuais em milhões de euros	Pagamento devido por período				
	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo ¹	189 950	32 089	67 429	40 354	50 078
Títulos fiduciários preferenciais ¹	6 978	2 617	4 268	93	0
Passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados ²	6 923	2 486	824	643	2 969
Obrigações de locação financeira	91	6	11	8	67
Obrigações de locação operacional	3 893	707	1 216	877	1 093
Obrigações de aquisição	2 521	641	769	266	845
Depósitos de longo prazo ¹	28 255	0	12 508	4 513	11 234
Outros passivos de longo prazo	4 593	1 310	1 925	502	856
Total	243 203	39 856	88 949	47 255	67 142

¹ Inclui pagamentos de juros.

² Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

Os valores acima não incluem os proveitos de sublocação financeira não cancelável de € 89 million relativos a locações operacionais. As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 25, "Locações", Nota 29, "Depósitos" e Nota 33, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Perspetivas

A economia global

Pre vemos que o crescimento económico global registre um aumento moderado para 3,5% em 2017, após ter alcançado apenas uma taxa de crescimento de 3,0% em 2016, o seu aumento mais fraco desde a crise financeira global em 2009. Antecipamos que a taxa de inflação global deverá acelerar para 5,2% em 2017, sobretudo devido à evolução ascendente dos preços das matérias-primas. Para os países industrializados, prevemos que o crescimento acelere para 1,9% e que os preços ao consumidor aumentem 1,6% em 2017. Pre vemos que o crescimento económico nos mercados emergentes aumente para 4,6% em 2017, com a inflação nos 7,8%.

As perspetivas económicas para a área do euro mantêm-se difíceis e antecipamos que o crescimento do PIB abrande para 1,3% em 2017. As eleições decisivas que se aproximam em grandes Estados-Membros da UE e a incerteza a elas associada pode inibir o crescimento no primeiro semestre de 2017. Assumindo que os riscos políticos não se concretizarão, prevemos que a economia ganhe ímpeto no segundo semestre de 2017, no seguimento de uma retoma significativa da economia dos Estados Unidos, de um potencial desagravamento fiscal e da orientação favorável da política monetária do Banco Central Europeu (BCE). Em dezembro de 2016, o BCE anunciou a prorrogação do seu programa de compra de ativos por nove meses até ao final de 2017. No entanto, planeia reduzir as compras mensais a 60 mil milhões de euros a partir de abril de 2017. Pre vemos que os preços ao consumidor subam 1,4% em 2017. Após um crescimento do PIB de 1,9% em 2016, prevemos que a economia alemã registre uma expansão de 1,1% em 2017, impulsionada exclusivamente pela economia interna. Aproximadamente metade do abrandamento resultará do menor número de dias úteis.

Pre vemos que o crescimento económico nos Estados Unidos acelere para 2,6% em 2017. Pre vemos que o efeito atenuante dos baixos preços do petróleo no setor da energia, da redução nas existências e das exportações líquidas inibidoras do crescimento diminua progressivamente, uma vez que o défice comercial tem aumentado recentemente. A combinação de reduções de impostos, desregulamentação e investimentos em infraestruturas anunciados pela nova administração nos Estados Unidos pode impulsionar significativamente o crescimento, particularmente no segundo semestre de 2017. Pre vemos um aumento de 2,1% dos preços ao consumidor. A política monetária da Reserva Federal norte-americana deverá conferir estímulos adicionais à economia dos Estados Unidos globalmente. Pre vemos que a Reserva Federal suba a sua taxa diretora três vezes para 1,375% até ao final do exercício de 2017.

Pre vemos que a economia japonesa seja sobretudo impulsionada pelo crescimento interno em 2017, parecendo expandir-se a um ritmo ligeiramente mais rápido do que no ano anterior, a 1,1%. Pre vemos que esta tendência continue a ser sustentada pela política monetária do país. O Banco do Japão está concentrado em controlar a curva de rendimentos, esperando-se que o ritmo de expansão monetária abrande. Pre vemos que a inflação seja de 0,6%. Projetamos que o crescimento económico nos mercados emergentes suba para 4,6% em 2017 e que na Ásia (excluindo o Japão) permaneça mais ou menos inalterado nos 5,9%, com a inflação nos 3,0%. Pre vemos uma expansão da economia chinesa de apenas 6,5% em 2017, com a inflação a aumentar para 2,5%. Contudo, isto assume um aumento adicional dos empréstimos, que acresce ao risco de uma bolha imobiliária e às crescentes saídas de capital. O Banco Popular da China poderá expandir a oferta de crédito para reforçar o setor imobiliário. Não prevemos um ajuste da sua taxa de juro de referência em 2017.

A incerteza inerente à nossa previsão global permanece relativamente elevada devido a numerosos riscos. A reação dos mercados financeiros globais poderá ser bastante mais negativa do que o previsto se a retoma esperada da nova administração dos Estados Unidos ficar aquém das expectativas ou se reverter para políticas protecionistas. Por outro lado, uma retoma na economia dos Estados Unidos poderá provocar um aumento mais acentuado do que o previsto das taxas de juro. Isto poderia ter um impacto negativo sobre as despesas das famílias e das empresas em todo o mundo e resultar em saídas de capital muito superiores dos mercados emergentes. De igual modo, uma forte desaceleração na China poderá provocar uma agitação global. Além disso, os riscos geopolíticos poderão intensificar-se, especialmente os decorrentes de conflitos no Médio Oriente. Na Europa, uma saída não estruturada do Reino Unido

da União Europeia, um reacendimento do debate sobre o futuro da política monetária e da área do euro, uma suspensão na implementação de reformas estruturais ou um alargamento no apoio a partidos populistas têm o potencial para afetar de modo substancialmente adverso as nossas previsões. Os esforços de independência regional continuam a ser um desafio para a estabilidade da União Europeia. Além disso, outra crise de refugiados poderá exacerbar ainda mais os desacordos políticos na União Europeia.

O setor bancário

É provável que 2017 se torne um ano de importantes decisões políticas sobre a futura orientação da atividade bancária global. Em primeiro lugar, os debates em curso no Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) sobre as suas reformas reguladoras do acordo de Basileia III (normalmente denominadas como "Basileia IV") podem implicar ajustes significativos aos requisitos de capital, embora não seja possível excluir a hipótese de as negociações virem a fracassar. Se for alcançado um acordo, as consequências podem incluir uma clara mudança de modelos de risco interno para o método padrão. Para muitos bancos, isto implicaria provavelmente um aumento significativo nos ativos ponderados pelo risco. Em segundo lugar, uma década após a crise financeira, os Estados Unidos parecem determinados em assistir a uma mudança de paradigma de uma regulamentação cada vez mais estrita e abrangente para um desagravamento significativo do ambiente regulamentar. Tal poderia ter um potencial impacto sobre a tendência geral na regulamentação dos mercados financeiros globais. Em terceiro lugar, espera-se que a prevista futura saída do Reino Unido da União Europeia traga alterações fundamentais na natureza, extensão e, em particular, na localização dos serviços financeiros na Europa e fora dela. A saída do maior centro financeiro nacional do mercado único europeu irá, sem dúvida, enfraquecer a capacidade de o setor financeiro europeu como um todo competir a nível mundial.

Além da incerteza decorrente das negociações relativas à saída do Reino Unido da União Europeia, a Europa enfrenta também eleições decisivas em grandes Estados-Membros da UE, que podem assistir a um aumento adicional da pressão exercida por partidos populistas. Existem três motivos pelos quais isto poderia revelar-se problemático para a atividade bancária: em primeiro lugar, o aumento do nacionalismo, do protecionismo e da pressão sobre os bancos e as empresas complicaria as transações transfronteiriças dentro do mercado único europeu. Em segundo lugar, à luz das transgressões do passado, a atividade bancária poderia tornar-se cada vez mais o alvo de ataques populistas. Estes poderiam conduzir a uma regulamentação mais rigorosa, a impostos mais elevados ou a outras medidas punitivas, como uma influência crescente dos governos nas estratégias empresariais. Em terceiro lugar, iniciativas políticas fundamentais a nível da UE, tais como a União dos Mercados de Capitais, a últimação da União Bancária ou regimes gerais para a promoção do crescimento e inovação, poderiam ser bloqueadas por vetos nacionais e efetivamente suspensas. As perspectivas de negócio a médio prazo para os bancos europeus deteriorar-se-iam numa Europa incapaz desta forma.

Além do elevado nível de incerteza política, os bancos europeus poderão assistir este ano a melhorias operacionais moderadas. Com o crescimento moderado contínuo, uma política monetária muito flexível e um potencial ligeiro aumento das taxas de juro graças à inversão do ambiente de taxas de juro nos Estados Unidos, poderão fazer-se progressos na redução dos níveis ainda elevados de empréstimos improdutivos, particularmente no sul da Europa. O crescimento dos empréstimos deverá ser limitado, uma vez que se prevê que as empresas continuem a abster-se de novos investimentos, em grande parte devido à fraca procura externa. De um modo geral, isto deverá significar que o crescimento dos depósitos continuará a superar o dos empréstimos. Uma situação de financiamento mais favorável significa que os bancos europeus podem beneficiar de um ligeiro aumento das taxas de juro para gerar um maior rendimento proveniente das margens, pelo menos para os empréstimos originados em 2017.

Na Alemanha, os sólidos indicadores económicos subjacentes significam que o setor bancário tradicional deverá, no geral, continuar a superar um pouco o da área do euro em 2017, apesar de uma ligeira quebra na dinâmica macroeconómica. Continua a prestar-se especial atenção ao setor imobiliário residencial, em grande parte devido a tensões nalguns segmentos de mercado (particularmente as áreas metropolitanas), e ao financiamento hipotecário, que tem potencial para continuar a crescer.

Nos Estados Unidos, a atual recuperação cíclica nos volumes de empréstimos dura há quase seis anos e tem vindo a aumentar de ritmo de forma consistente, o que significa que será de esperar um abrandamento cíclico à luz das taxas de crescimento relativamente elevadas nos últimos anos. Contudo, no seguimento da mudança de governo e do anúncio de um programa de estímulo substancial, é possível uma continuação das rápidas taxas de crescimento de ambos os lados do balanço dos bancos dos Estados Unidos. Juntamente com novos aumentos das taxas de juro por parte da Reserva Federal e a consequente melhoria das margens, prevê-se que a rentabilidade dos bancos dos Estados Unidos atinja novos recordes em termos nominais a curto prazo. A médio prazo, as perdas de crédito podem aumentar novamente e o crescimento dos empréstimos pode abrandar.

Nem a China nem o Japão deverão assistir a alterações significativas das perspetivas de negócio para os bancos em 2017, uma vez que se prevê que o crescimento macroeconómico mantenha, em grande medida, o nível em termos homólogos, e não existem sinais de uma mudança súbita da política económica. Para as empresas e famílias chinesas, resta saber até que ponto é viável o aumento significativo do nível de endividamento, que representa um risco considerável a médio prazo.

No que diz respeito às perspetivas regulamentares, prevemos que este ano a atenção incida sobre várias iniciativas específicas além das já acima descritas: o estabelecimento de requisitos mínimos mais elevados relativamente ao rácio de alavancagem para bancos sistematicamente importantes a nível global, a transição futura na contabilidade das perdas de crédito do método de "perdas incorridas" para o método de "perda esperada" e o estabelecimento do nível de fundos próprios e passivos elegíveis para um resgate interno a ser mantido pelos grandes bancos na área do euro para uma possível resolução (MREL). O BCBS pode também publicar uma proposta de introdução de requisitos de capital para exposições soberanas. Além disso, a Europa pode fazer progressos no estabelecimento da União dos Mercados de Capitais e a experiência recente pode garantir um debate sobre a necessidade de alterar a diretiva de recuperação e resolução bancárias (BRRD) e o Mecanismo Único de Resolução (MUR). Um vasto leque de reformas fundamentais irá entrar em vigor no final do ano, nomeadamente partes significativas do acordo de Basileia III, MiFID II e o rácio de financiamento estável líquido (NSFR).

O Grupo Deutsche Bank

Assistimos à constituição do Deutsche Bank como um banco europeu líder com um alcance global, apoiado por uma base sólida na Alemanha, a maior economia da Europa. O Banco serve as necessidades da economia real dos seus clientes corporativos, institucionais, de gestão de ativos e privados, prestando serviços nas áreas de banca de transações, finanças corporativas e mercados de capitais, gestão de ativos, gestão de património e banca de retalho.

Planeamos reformular o nosso negócio em três divisões distintas: Corporate & Investment Bank (CIB), Private & Commercial Bank (PCB) e Deutsche Asset Management (Deutsche AM). Esperamos que esta reformulação nos permita centrar-nos em mercados, produtos e clientes onde estamos mais bem posicionados para nos dedicarmos a oportunidades de crescimento.

Em 2016, tomámos medidas decisivas para melhorar, modernizar e simplificar o banco. Como resultado, encerrámos 2016 com sólidos rácios de capital e de liquidez e esperamos alcançar uma reviravolta no nosso desempenho global em 2017. No âmbito da comunicação da nossa estratégia atualizada em março de 2017 ajustámos a composição e as características dos nossos objetivos financeiros mais importantes. Visamos alcançar os nossos objetivos de custos ajustados até 2018 e 2021, respetivamente, e os nossos restantes indicadores-chave de desempenho a longo prazo, de forma consistente com um banco mais simples e mais seguro. Estes indicadores-chave de desempenho são apresentados na tabela abaixo.

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho do Grupo ¹	Situação no final de 2016	KPI alvo
Rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV (<i>fully loaded</i>) ²	11,8 %	confortavelmente acima de 13,0%
Rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV ³	4,1% ⁴	4,5 %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio (após impostos) ⁵	(2,7) %	cerca de 10,0%
Custos ajustados ⁶	24,7 mil milhões de euros	2018: cerca de 22 mil milhões de euros 2021: cerca de 21 mil milhões de euros

¹ O nosso plano para 2017 baseia-se em taxas de câmbio de EUR/USD 1,01 e EUR/GBP 0,88.

² O rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

³ Mais pormenores sobre o cálculo do rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV encontram-se no Relatório de risco.

⁴ O rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio de alavancagem de acordo com as regras transitórias (numa base de integração progressiva).

⁵ Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. O cálculo para o exercício de 2016 baseia-se numa taxa de imposto efetiva de (67)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

⁶ Custos ajustados como gastos operacionais (excl. juros), excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Em 2016 e anos anteriores, também relatámos custos ajustados, que, adicionalmente, excluíram benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros provenientes da Abbey Life Assurance, que foi vendida no final de 2016. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

O aumento de capital por nós proposto de 8 mil milhões de euros visa permitir-nos reforçar substancialmente a nossa capitalização e espera-se vir a resultar num rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* (rácio CET 1 *fully loaded*) em conformidade com o CRR/CRD IV de aproximadamente 14% e num rácio de alavancagem *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV de aproximadamente 4% pró-forma em 31 de dezembro de 2016. Em termos de perspetivas futuras, esperamos que a venda planeada de uma participação minoritária na Deutsche Asset Management, por meio de uma oferta pública inicial (OPI) nos próximos 24 meses, e a alienação de outros negócios gerem, através da redução de ativos ponderados pelo risco (RWA) e impactos de capital, um equivalente de até 2,0 mil milhões de euros de capital.

No exercício de 2017, prevemos aumentos em RWA, nomeadamente resultantes de risco operacional, alterações de metodologia e crescimento de negócios selecionados. Até ao final de 2017, esperamos que o nosso rácio CET 1 *fully loaded* seja de aproximadamente 13% e o nosso rácio de alavancagem *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV seja de aproximadamente 4% (aproximadamente 4,5% numa base de integração progressiva).

Para 2017, esperamos que os proveitos se mantenham amplamente inalterados face a 2016. Contudo, excluindo alienações já concluídas, bem como alienações antecipadas e o impacto da NCOU em 2016, prevemos um aumento dos proveitos, impulsionado por um ambiente operacional mais favorável para o Deutsche Bank e melhores perspetivas macroeconómicas. As perspetivas refletem a modesta recuperação económica esperada na Europa, ao passo que se prevê que o crescimento nas Américas beneficie de um estímulo fiscal, bem como do impacto positivo de uma melhoria do ambiente das taxas de juro. Esperamos uma retoma significativa da atividade dos clientes em 2017, da qual já vimos indícios no início deste ano, e tencionamos continuar a simplificar as nossas estruturas e a tornar os processos mais eficientes.

Estamos empenhados em trabalhar para concretizar o nosso objetivo de 10% de rentabilidade do capital próprio tangível médio (após impostos), assumindo um ambiente de proveitos normalizado e com base na consecução dos nossos objetivos de custos. As medidas atualmente em curso e as planeadas para implementação em 2017 e nos anos seguintes são elementos-chave para alcançar esse objetivo. Contudo, devido à continuação dos encargos principalmente decorrentes de custos de litígios e de reestruturação, prevemos atualmente apenas uma melhoria moderada da nossa rentabilidade do capital próprio tangível médio (após impostos) em 2017.

No âmbito do nosso programa de redução de custos ao nível do Grupo, planeamos implementar uma otimização da nossa rede de agências, melhorar a eficiência através da digitalização de processos e racionalizar as funções próprias do diretor de operações (COO) e de infraestrutura para reduzir o número de colaboradores e os custos. Paralelamente, planeamos continuar os nossos investimentos no reforço das funções de controlo e do ambiente da infraestrutura de apoio.

Temos como alvo aproximadamente 22 mil milhões de euros de custos ajustados em 2018, que incluem custos ajustados do Postbank, e prevemos uma redução adicional para aproximadamente 21 mil milhões de euros até 2021. Em 2017, esperamos registar um fluxo de reduções de custos líquidos resultantes de investimentos efetuados no ano passado, bem como do impacto de reduções previstas no número de colaboradores e da conclusão bem-sucedida das nossas alienações na NCOU. Além disso, esperamos concluir os encerramentos de agências de retalho previamente por nós anunciados, principalmente no primeiro semestre de 2017. Planeamos regressar aos nossos programas de remuneração normais em 2017, após o Conselho de Administração ter decidido limitar substancialmente o pagamento de bónus para 2016. De um modo geral, esperamos que os nossos custos ajustados continuem a descer em 2017 face a 2016.

Visamos um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores. Se relatarmos níveis suficientes de lucros distribuíveis nas nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o exercício de 2017, esperamos vir a recomendar, pelo menos, o pagamento de um dividendo mínimo de 0,11 euros por ação para o exercício de 2017.

Os nossos segmentos de negócio

Futuramente, em 2017, de acordo com o anúncio da nossa estratégia em 5 de março de 2017, as nossas operações de negócio serão reorganizadas numa nova estrutura de divisões, compreendendo as divisões Corporate and Investment Bank (CIB), Private and Commercial Bank (PCB) e Deutsche Asset Management (Deutsche AM).

As perspetivas para as nossas operações de negócio na secção que se segue são apresentadas de acordo com o atual alinhamento de divisões. Para realçar a futura configuração organizativa, apresentamos as nossas atuais divisões ao abrigo das divisões visadas – CIB, PCB e Deutsche AM.

Corporate & Investment Bank

A nossa divisão Global Markets (GM) será incorporada na já existente Corporate & Investment Banking (CIB) para criar uma divisão única e integrada, Corporate & Investment Bank (CIB). De acordo com esta decisão, os nossos atuais segmentos de negócio da GM, Debt Sales & Trading e Equity Sales & Trading, serão conjugados com os negócios existentes da CIB, Corporate Finance e Transaction Banking, para integrarem a divisão reconfigurada CIB.

A mais longo prazo, estamos empenhados em ser uma franquia da CIB líder no mercado europeu com escala e solidez para nos dedicarmos a opções de crescimento a nível global, integrando com sucesso o nosso negócio GM. Com uma posição de capital melhorada após um aumento de capital anunciado em 5 de março de 2017, a divisão CIB integrada planeia expandir o seu negócio corporativo, conservando ao mesmo tempo uma presença institucional mais focada. A CIB também pretende manter a sua sólida posição em mercados secundários, principalmente para apoiar a emissão primária, a cobertura e outras necessidades de intermediação dos seus clientes corporativos, governamentais e instituições financeiras.

Para os clientes, espera-se que a CIB integrada reúna numa só divisão os conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco e infraestrutura de todo o Deutsche Bank. A CIB pretende alinhar recursos e capital a todo o perímetro de clientes e produtos da CIB integrada para oferecer benefícios adicionais aos clientes prioritários do Banco. O Banco espera que o perímetro da sua CIB integrada esteja mais bem alinhado com as aspirações do Deutsche Bank, em termos da natureza e dimensão das oportunidades. Com uma abordagem integrada à cobertura de clientes e à rentabilidade das relações com os mesmos, a CIB visa captar uma maior quota das despesas dos clientes através de uma melhoria das vendas cruzadas e soluções direcionadas para os clientes prioritários do Banco. O Deutsche Bank acredita que esta oportunidade é particularmente considerável no segmento corporativo, onde o Banco prevê um potencial de subida significativo em segmentos de clientes como transportes, infraestruturas e energia e na Ásia, em paralelo com as suas necessidades de produtos em áreas como pagamentos e soluções de tesouraria, ofertas FX integradas, consultoria estratégica, financiamento alavancado, liquidez e garantia.

Espera-se também que o crescimento na atividade dos clientes corporativos crie oportunidades no segmento dos clientes institucionais. De um modo geral, o Deutsche Bank espera que a maioria do crescimento advenha sobretudo da melhoria da rentabilidade dos recursos existentes, aplicando capital de forma mais seletiva a clientes prioritários.

A nova divisão CIB combinada espera alcançar uma redução dos seus custos ajustados de aproximadamente 0,7 mil milhões de euros até 2018 através de uma racionalização da sua infraestrutura para aumentar a eficiência nas funções de negociação e controlo das operações da CIB e na infraestrutura de apoio, sem abandonar linhas de negócio completas. Além disso, para melhorar o ambiente de controlo, a CIB pretende instituir uma prestação de contas integral única da divisão relativamente aos processos internos e ambiente de dados. Estes esforços manter-nos-ão concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta. Também pretendemos continuar a investir em Global Transaction Banking – tanto na remediação de deficiências regulamentares na infraestrutura existente como na melhoria da nossa oferta global de produtos para impulsionar o crescimento dos proveitos.

Corporate & Investment Banking

Relativamente aos nossos negócios Corporate Finance e Global Transaction Banking, prevemos que os proveitos de Corporate Finance se mantenham relativamente estáveis em termos globais em comparação com 2016, esperando-se que o crescimento advenha dos nossos negócios de geração de dívida e ações, com base na dinâmica positiva no segundo semestre de 2016. Em Global Transaction Banking, esperamos que os proveitos beneficiem de novos aumentos previstos das taxas de juro nos Estados Unidos; contudo, subsistem desafios devido à persistência de um ambiente de baixas taxas de juro na Europa, à redução nos volumes de comércio global, bem como à racionalização estratégica do nosso perímetro de clientes e países.

Os riscos para as perspetivas incluem uma flexibilização adicional da política monetária em mercados-chave, condições de mercado voláteis, um aumento do risco político devido às eleições nacionais que se aproximam na Europa e incerteza em torno do processo de saída do Reino Unido da União Europeia. Embora se preveja que, em geral, o crescimento global melhore em 2017, esperamos que as disparidades nas taxas de crescimento regional tenham um impacto heterogéneo na CIB, e em Corporate Finance em particular, com um crescimento mais forte nos Estados Unidos contrabalançado por um abrandamento na Europa e na China.

Global Markets

Para Debt Sales & Trading e Equity Sales & Trading, esperamos que a melhoria na conjuntura de negócios no segundo semestre de 2016 continue em 2017. Em 2017, até ao momento, temos assistido a solidez na dívida, particularmente nos mercados de crédito, em parte apoiada por um estreitamento dos spreads. Contudo, os fluxos de clientes de ações têm sido um pouco lentos desde o início do ano até à data, em parte devido a uma moderada volatilidade.

Para o exercício de 2017, esperamos que os proveitos do setor Debt Sales & Trading sejam mais elevados em termos homólogos com a acentuação das curvas de rendimento e a política monetária divergente a impulsionarem um aumento da procura de produtos de taxas e produtos FX. O estímulo fiscal nos Estados Unidos pode também aumentar a procura de financiamento de infraestruturas. Adicionalmente, esperamos que os proveitos do setor Equity Sales & Trading sejam mais elevados em 2017. Nas nossas plataformas de Debt e Equities, esperamos que a GM reconquiste quota de mercado em 2017, tendo em conta a melhoria da solidez financeira do Deutsche Bank no seguimento de um aumento de capital anunciado em 5 de março de 2017, aliada à resolução de questões de litígio significativas por volta do final do exercício de 2016.

Os riscos para as perspetivas da GM incluem a exposição do crescimento macroeconómico global a desenvolvimentos políticos na Europa, incluindo o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a evolução das políticas dos bancos centrais e desenvolvimentos regulamentares em curso. Os mercados financeiros podem também sofrer o impacto de desafios, incluindo riscos de eventos e um abrandamento na atividade dos clientes.

Fizemos progressos significativos no que diz respeito às medidas previamente por nós anunciadas para a carteira estratégica, relacionadas com a Reafecção de recursos financeiros da GM e com uma série de saídas de negócios e esforços de racionalização. Alcançámos aproximadamente metade dos nossos objetivos de RWA e alavancagem, mas já concluímos substancialmente a reformulação da nossa carteira de negócios, incluindo a racionalização da presença da GM a nível de países. Adicionalmente, fizemos bastantes progressos na racionalização do nosso perímetro de clientes – esperamos usufruir dos benefícios daí decorrentes nos próximos anos, traduzindo-se sobretudo em menores custos e complexidade.

No seguimento da comunicação da nossa estratégia em março de 2017, revalidámos os RWA e os planos de exposição de alavancagem em conformidade com o CRD IV da GM. Continuamos a esperar eficiências adicionais em termos de capital e de balanço em toda a plataforma, incluindo em subsegmentos de negócios de alto desempenho. Contudo, também esperamos ser capazes de aplicar o excedente de capital em clientes e subsegmentos de negócio específicos (p. ex., nos nossos negócios de financiamento de crédito).

Mantemo-nos empenhados em reduzir os custos e em promover a eficiência da plataforma, melhorando simultaneamente a conformidade regulamentar, controlo e conduta. Não obstante, a curto prazo, esperamos continuar a enfrentar pressões sobre a nossa rentabilidade, à medida que continuamos a registar aumentos de RWA, principalmente devido a RWA de risco operacional, e à medida que fazemos progressos em questões pendentes relacionadas com litígios. Apesar da persistência de perspetivas de incerteza, acreditamos que as prioridades estratégicas anunciadas nos posicionarão favoravelmente para enfrentar potenciais desafios e capitalizar futuras oportunidades no âmbito da nossa divisão CIB integrada.

Private & Commercial Bank

A PW&CC, em conjunto com o Postbank integrado, formará a divisão Private & Commercial Bank (PCB). Será assim criado o maior banco privado e comercial da Alemanha, com mais de 20 milhões de clientes no mercado nacional, oferecendo uma cobertura de clientes integrada. A entidade combinada irá operar com duas marcas distintas, abrangendo toda a base de clientes, desde os clientes de retalho até aos clientes de Wealth Management (WM) orientados para consultoria e empresas de média capitalização. A nossa marca PW&CC visa centrar-se em clientes abastados, com património e comerciais, ao passo que o Postbank integrado fornecerá uma oferta altamente padronizada à base de clientes de retalho mais alargada.

Private, Wealth & Commercial Clients

Nos nossos negócios de Private & Commercial Clients (PCC), prevemos um aumento significativo dos proveitos de produtos de investimento e seguros em 2017, após estes terem sido negativamente afetados por uma conjuntura de mercado turbulenta com baixa atividade dos clientes em 2016. Espera-se que os proveitos dos produtos de depósito continuem a ser prejudicados pelo ambiente de baixas taxas de juro ao longo de 2017, resultando num decréscimo em termos homólogos semelhante a 2016. Antecipamos que os proveitos dos produtos de crédito cresçam em 2017 a um ritmo ligeiramente superior ao de 2016, assumindo uma procura sustentada dos consumidores e refletindo também a nossa estratégia de expandir seletivamente a nossa carteira de empréstimos. Espera-se que o nosso negócio de Wealth Management aumente ligeiramente os proveitos em todas as principais regiões de cobertura de clientes, excluindo o impacto da venda da Private Client Services (PCS) dos Estados Unidos, concluída em 2016. Em 2016, os proveitos da PW&CC incluíram uma contribuição significativa de aproximadamente 620 milhões de euros do Hua Xia Bank, refletindo principalmente o impacto da venda da quota no quarto trimestre de 2016. A partir de 2017, não esperamos mais nenhuma contribuição significativa da quota do Hua Xia Bank.

Após a venda de carteiras selecionadas as nossas provisões para perdas de crédito foram inferiores em 2016 e esperamos que aumentem em 2017, para alcançar níveis comparáveis aos dos anos anteriores.

Em conformidade com o anúncio da nossa estratégia em maio de 2017 e com os nossos objetivos de padronização, simplificação e integração do Postbank, planeamos continuar a otimizar a nossa rede de agências e a melhorar a nossa eficiência, esperando desta forma que o número de colaboradores da PW&CC diminua ainda mais em 2017. Embora se espere que a diminuição resultante em despesas de remuneração e o impacto de desconsolidação da venda da PCS reduzam a nossa base de custo, prevemos que o gasto de investimento continuado e o efeito da inflação irão contrariar parcialmente esta situação. De um modo geral, esperamos que os gastos operacionais (excl. juros) diminuam ligeiramente em 2017.

As incertezas quanto ao nosso desempenho em 2017 incluem um crescimento económico mais lento nos principais países em que operamos e uma volatilidade superior ao esperado em mercados acionistas e de crédito, que poderia afetar adversamente a apetência pelo risco dos investidores e o fluxo de ativos, bem como a descida das taxas de juro a nível global. Adicionalmente, a concorrência feroz, os requisitos regulamentares mais rigorosos e os atrasos na execução dos nossos projetos estratégicos poderiam ter um impacto negativo quer na capacidade de geração de proveitos quer na nossa base de custo.

Postbank

De acordo com a nossa decisão de reter o Postbank (PB), visamos disponibilizar uma oferta padronizada para uma base mais ampla de clientes de retalho, através da criação de uma oferta digital líder na Alemanha. A nossa posição enquanto banco "digital e pessoal" continua a ser o pilar fundamental da nossa estratégia e simultaneamente reforçamos a nossa abordagem de negócios orientada para o cliente.

Devido à mudança nos comportamentos dos nossos clientes, pretendemos centrar-nos na simplificação do modelo de distribuição, continuando a melhorar os nossos serviços multicanal. A fim de satisfazer as necessidades futuras dos nossos clientes tencionamos investir em ofertas digitais e serviços locais. Por conseguinte, esperamos continuar a otimizar a nossa rede de agências na Alemanha através do estabelecimento de novos formatos de agências, como centros de vendas, e através de um aumento das ofertas de autosserviços, reduzindo simultaneamente o número total de agências. Os investimentos que apoiam a transformação digital do nosso modelo de negócio através da implementação de processos integrais totalmente digitalizados, especialmente no financiamento ao consumo e contas correntes, também fazem parte da nossa agenda.

Em 2017, esperamos que os nossos proveitos permaneçam estáveis. Prevemos que os proveitos de empréstimos aumentem, refletindo a procura continuada dos clientes, bem como a nossa abordagem estratégica para expandir a carteira de empréstimos. Pretendemos reforçar o nosso setor de crédito através da criação de crescimento do volume de empréstimos, sobretudo no negócio hipotecário, bem como do desenvolvimento dos negócios e das relações com

clientes empresariais existentes. Prevemos que os proveitos de poupanças sejam afetados negativamente também pela conjuntura de juros baixos, ao passo que esperamos que os proveitos das contas correntes melhorem ligeiramente devido aos novos modelos de preços para contas correntes estabelecidos em novembro de 2016. Pretendemos atingir uma melhoria notável em proveitos de produtos de seguro e de investimento através da nossa abordagem de consultoria holística melhorada para clientes interessados em títulos. Esperamos que os proveitos da NCOU do Postbank melhorem ligeiramente, sobretudo devido a passivo de interesse elevado prestes a vencer. Para outros proveitos, esperamos um nível inferior face ao exercício de 2016 devido à falta de alienação de ativos.

Esperamos que as provisões para perdas de crédito, que se mantiveram em níveis muito baixos em 2016, sejam ligeiramente superiores em 2017, devido sobretudo ao aumento previsto na nossa carteira de empréstimos.

Em conformidade com o nosso objetivo de aumentar a rentabilidade no futuro, esperamos que as despesas totais (excluindo juros) sejam afetadas por investimentos adicionais relativos à execução das medidas de transformação e integração acima referidas. No entanto, esperamos que as despesas diminuam ligeiramente, refletindo os esforços continuados para continuar a aumentar a eficiência. Procuramos constantemente melhorar tanto o nosso capital como a eficiência de custo através de diversas medidas, incluindo a redução de mais passivos já existentes de retorno elevado.

Os proveitos e os gastos operacionais (excl. juros) podem ser afetados externamente por novos requisitos regulamentares e pela conjuntura persistente de taxas de juro baixas com taxas negativas em determinados mercados principais, o que pode ter um efeito adverso na rentabilidade. Internamente, as incertezas quanto ao desempenho em 2017 incluem o ritmo de integração, especialmente no que respeita ao objetivo de uma plataforma integrada para melhorar a eficiência e a uniformização.

Deutsche Asset Management

A Deutsche Asset Management (Deutsche AM) continua a ser um negócio essencial para a Deutsche Bank. Para desbloquear oportunidades de crescimento futuro e reconhecer o seu valor intrínseco, pretendemos vender uma participação minoritária no negócio da Deutsche AM através de uma oferta pública inicial. Isto tem por objetivo posicionar o negócio como uma franquia de gestão de ativos global líder no mercado e proporcionar-lhe flexibilidade para melhorar o modelo de negócio e otimizar recursos.

Acreditamos que a Deutsche AM está posicionada para responder aos desafios do setor e captar oportunidades com uma combinação de amplas capacidades de investimento e gestão e execução diligente do negócio. Em 2017, prevemos volatilidade nos mercados acionistas e de crédito e incerteza no cenário político e económico, aliadas a uma concorrência feroz e a um aumento dos custos associados à regulação. Esperamos que o crescimento nas economias em desenvolvimento se mantenha relativamente inalterado: os Estados Unidos deverão registar um fortalecimento do crescimento, enquanto o crescimento europeu deverá abrandar moderadamente; é expectável que muitos mercados emergentes registem um crescimento mais lento e um aumento da volatilidade. Espera-se que estas tendências afetem a apetência dos investidores pelo risco e, possivelmente, afetem as comissões de gestão e os fluxos de ativos. Globalmente, são possíveis períodos de maior volatilidade nos mercados, juntamente com uma política monetária cada vez mais divergente entre os Estados Unidos e o resto do mundo. Durante este período de incerteza para os investidores, a Deutsche AM permanece focada em ser um parceiro de confiança e um fornecedor de soluções para os nossos clientes.

Estamos otimistas quanto ao facto de as tendências de crescimento do setor a longo prazo favorecerem as nossas capacidades em produtos passivos, incluindo produtos baseados em índices e negociados em bolsa, e produtos ativos através de investimentos tradicionais e alternativos, incluindo ativos reais e soluções multiativos. Além disso, esperamos uma procura contínua por soluções de reforma e orientadas para os resultados, particularmente nos mercados desenvolvidos como resultado dos marcadores demográficos do envelhecimento. Não obstante, temos algumas reservas quanto às expectativas para novos ativos líquidos e proveitos para 2017, no seguimento da volatilidade de fluxo líquido e das oscilações do mercado em 2016. A médio prazo, com os produtos existentes e os novos lançamentos planeados, a Deutsche Asset Management procura aumentar a sua quota de mercado.

Esperamos que o ativo global e os agregados de proveitos cresçam, embora a uma taxa orgânica mais baixa do que nos anos anteriores, colocando pressão adicional sobre a economia do setor que já enfrenta os desafios da compressão de comissões, do aumento de custos de regulação e da forte concorrência. Perante este desafio, pretendemos equilibrar as nossas iniciativas de crescimento com a manutenção de uma base de custo disciplinada. Em 2017, pretendemos concretizar eficiências a partir de investimentos em plataformas concluídas, como a implementação de uma solução de TI de investimento unificada de front e middle office, e implementar outras melhorias na plataforma operacional para melhorar o serviço ao cliente, os controlos do negócio e a eficiência.

Em 2017, esperamos que as receitas líquidas sejam inferiores aos proveitos de 2016 excluindo os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life, no seguimento da venda dos negócios da Abbey Life e da Deutsche AM India. A Deutsche AM pretende gerir cuidadosamente a sua base de custos para contrabalançar a diminuição de proveitos prevista no seguimento da alienação das unidades de negócio supramencionadas, bem como através de poupanças resultantes da maior eficiência operacional.

Riscos e oportunidades

Refletimos nas nossas Perspetivas os riscos e oportunidades que acreditamos serem suscetíveis de ocorrer. A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas perspetivas.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com a expectativa nas nossas Perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

Os níveis continuamente elevados de incerteza política podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia em geral e podem contribuir para um desenrolar de aspetos relacionados com a integração europeia, conduzindo, potencialmente, a declínios nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas nos nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

O impacto macroeconómico global da decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia, que dependerá da resposta política europeia ao Brexit, é difícil de prever. Em geral, esperamos um período prolongado de incerteza relativamente ao estatuto futuro do Reino Unido na UE. Por conseguinte, espera-se a persistência de investimento mais débil e crescimento económico mais lento durante as negociações para a saída do Reino Unido. Em consequência, iremos monitorizar de perto os desenvolvimentos e o seu impacto no nosso modelo de negócio e operacional. Isto poderá exigir assumir imparidades em ativos.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os swaps de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não se encontrar disponíveis para compensar estas perdas.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas.

Os custos diretos e os impactos no negócio relacionados descritos acima e na nossa Perspetiva, caso sejam significativamente superiores ao que esperamos atualmente, teriam um impacto no cálculo dos "elementos disponíveis para distribuição" (ADI) para o Deutsche Bank AG, que constitui a base da capacidade de pagamento nos nossos títulos Tier 1 adicionais (AT1). Se os resultados HGB individuais do Deutsche Bank AG não proporcionarem ADI suficientes, isso terá impacto na nossa capacidade de realizar distribuições nos nossos instrumentos AT1. Isso poderá levar a custos de financiamento mais elevados e afetar negativamente as perceções em relação ao Deutsche Bank nos mercados, com efeitos potencialmente adversos nos nossos resultados de operações e situação financeira. Tais impactos colocariam também pressão adicional sobre os nossos rácios de capital, liquidez e outros rácios regulamentares.

Reformas regulamentares

As reformas reguladoras promulgadas e propostas em resposta às fraquezas no setor financeiro, juntamente com o maior controlo regulador e discrição irão impor custos significativos sobre nós. Isto também cria uma incerteza significativa para nós e poderá afetar adversamente os nossos planos de negócios e a nossa capacidade para executar os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar signifi-

cativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultado operacional, bem como o ambiente concorrencial em geral. Outras reformas reguladoras, tais como taxas bancárias, também podem aumentar materialmente os nossos custos operacionais previstos. As reformas reguladoras, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar os nossos acionistas e credores.

Ações judiciais, tributárias e processos regulamentares

Estamos sujeitos a um conjunto de ações judiciais, inspeções fiscais e investigações regulamentares, cujo resultado é difícil de estimar e que podem afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as percepções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspectivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco de mercado, crédito, liquidez e operacional, estes poderão não ser totalmente eficazes na mitigação das nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos de mercados ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto.

Estratégia

Se não conseguirmos implementar com êxito a nossa estratégia, que também está sujeita aos fatores anteriormente mencionados, podemos não conseguir alcançar os nossos objetivos financeiros, ou poderemos incorrer em perdas ou baixa rentabilidade ou erosões da nossa base de capital, e a nossa situação financeira, os resultados de operações e a cotação da ação podem ser afetados de forma significativa e adversa.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como as perspectivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

Estratégia

A nossa estratégia procura transformar-nos numa organização mais simples e mais eficiente, menos arriscada, mais bem capitalizada e mais bem gerida. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Relatório de Risco

99	Introdução – 98
	Visão geral do risco e do capital
	Indicadores de risco fundamentais – 99
	Avaliação Global de Risco – 100
	Perfil de risco – 101
103	Quadro de risco e de capital
	Princípios de gestão do risco e governação do risco – 103
	Governação do risco – 105
	Cultura de risco – 108
	Apetência pelo risco e capacidade de risco – 109
	Plano de risco e de capital – 110
	Testes de esforço – 112
	Planeamento de recuperação e resolução – 114
116	Gestão do risco e de capital
	Gestão de capital – 116
	Definição de limites para recursos – 116
	Identificação e avaliação do risco – 117
	Gestão do risco de crédito – 117
	Gestão do risco de mercado – 127
	Gestão do risco – 135
	Gestão do risco de liquidez – 141
	Gestão do risco (estratégico) do negócio – 147
	Gestão do risco de reputação – 147
	Gestão do risco especificamente relacionado com seguros – 149
	Concentração de risco e diversificação do risco – 149
150	Desempenho de capital e risco
	Capital e rácio de alavancagem – 150
	Exposição ao risco de crédito – 170
	Qualidade dos ativos – 191
	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 202
	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 207
	Exposição ao risco operacional – 209
	Exposição ao risco de liquidez – 210

Introdução

Divulgações em cumprimento das normas IFRS 7 e IAS 1, bem como das normas IFRS 4

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações de informações e divulgações de capital exigidas pela Norma Internacional de Contabilidade 1 (IAS 1) "Apresentação de demonstrações financeiras", bem como divulgações qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de seguro, em cumprimento da Norma Internacional de Relato Financeiro 4 (IFRS 4) "Contratos de seguro". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo deste Relatório de Risco.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia 3

A maior parte das divulgações de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia por CRR e apoiadas pelas normas técnicas de execução da EBA, são publicadas no nosso Relatório Pilar 3 adicional, o qual pode ser encontrado na nossa página Web. Nos casos em que as divulgações neste Relatório de Risco também apoiam os requisitos de divulgação de Pilar 3, estas são destacadas por referências do Relatório Pilar 3 no Relatório de Risco.

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira, com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Como um membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também em parte no nosso Relatório Pilar 3 adicional.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), rácio de adequação de capital interno (ICA), rácio de alavancagem (LR), rácio de cobertura de liquidez (LCR) e posição de liquidez líquida em esforço (SNLP) servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço (exceto LCR) e práticas de planeamento de recuperação e resolução, as quais são revistas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente. O CET 1, LR, rácio de alavancagem, LCR e rácios e métricas de ativos ponderados pelo risco, que são definidos na regulamentação, têm por base normas fully loaded nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (Regulamento relativo a requisitos de capital ou "CRR") e a Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento (diretiva relativa a requisitos de fundos próprios IV ou "CRD IV"). O ICA, o capital económico e a SNLP são métricas de risco internas específicas do Deutsche Bank, complementares às métricas regulamentares acima descritas.

Rácio Common Equity Tier 1		Total dos ativos ponderados pelo risco	
31/12/2016	11,8 %	31/12/2016	357,5 mil milhões de euros
31/12/2015	11,1 %	31/12/2015	396,7 mil milhões de euros
Rácio de adequação de capital interno¹		Total de capital económico	
31/12/2016	162 %	31/12/2016	35,4 mil milhões de euros
31/12/2015	158 %	31/12/2015	38,4 mil milhões de euros
Rácio de alavancagem		Exposição à alavancagem	
31/12/2016	3,5 %	31/12/2016	1348 mil milhões de euros
31/12/2015	3,5 %	31/12/2015	1395 mil milhões de euros
Rácio de cobertura de liquidez		Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)	
31/12/2016	128 %	31/12/2016	36,1 mil milhões de euros
31/12/2015	119 %	31/12/2015	45,5 mil milhões de euros

¹ Foi efetuado um maior alinhamento da definição de oferta de capital para efeitos de cálculo do rácio de adequação de capital interno com as normas do quadro CRR/CRD IV, no sentido em que o goodwill e outros ativos intangíveis sejam agora deduzidos da oferta de capital em vez de serem adicionados à procura de capital económico. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital interno".

Para obter informações mais detalhadas, consulte as secções "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Planeamento de recuperação e resolução", "Testes de esforço", "Perfil de risco", "Processo de avaliação da adequação de capital interno", "Instrumentos de capital", "Evolução do capital regulamentar" (para obter números de CET 1 inicial e fully loaded e de ativos ponderados pelo risco), "Evolução de ativos ponderados pelo risco", "Rácio de alavancagem" (para obter o rácio de alavancagem inicial e fully loaded), "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

Avaliação Global de Risco

As principais categorias de risco incluem 1) riscos financeiros como o risco de crédito (incluindo risco de liquidação e transferência), risco de mercado (negociação, não negociação e risco de incumprimento transacionado), risco de liquidez, risco de negócio (incluindo impostos e risco estratégico) e 2) riscos não financeiros (NFR) incluindo risco de reputação e risco operacional (com importantes subcategorias como risco de conformidade, risco jurídico, risco de modelo, riscos de segurança da informação, riscos de fraude e riscos de branqueamento de capitais). Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação. Consulte a secção “Gestão do risco e do capital” para informações detalhadas sobre a gestão dos nossos riscos materiais.

No âmbito das nossas análises regulares de risco e de risco cruzado, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco e uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar não só fatores de risco que têm impacto nos nossos inventários de risco e divisões de negócio, mas também outros riscos que são relevantes apenas para carteiras específicas.

Os riscos políticos permaneceram num nível elevado durante o quarto trimestre de 2016. Em geral, os mercados reagiram positivamente às eleições presidenciais dos Estados Unidos em novembro de 2016, com a valorização do USD e o aumento das taxas de rendimento das obrigações em antecipação de possíveis estímulos fiscais e de maior crescimento económico, embora os mercados emergentes tenham ficado abaixo dos objetivos num cenário de saídas de capitais. Em Itália, o voto no "Não" em dezembro, no referendo à reforma constitucional era amplamente esperado nos mercados, com os riscos de curto prazo centrados no sistema bancário frágil. Os preços do petróleo recuperaram com o acordo da OPEC para implementar cortes de produção. É expectável que a incerteza política continue a dominar os riscos na área do euro em 2017, com eleições em várias economias europeias chave, que ocorrerão num cenário de negociações potencialmente tensas do Brexit no seguimento do acionamento do artigo 50.º do Tratado da União Europeia pelo Reino Unido, que se espera vir a ocorrer até ao final de março de 2017. Uma possível mudança de rumo no sentido de uma política mais protecionista nos Estados Unidos colocaria pressão sobre parceiros comerciais chave, incluindo a China e o México. Alguns mercados emergentes enfrentam riscos políticos e de segurança elevados.

A avaliação dos impactos potenciais destes riscos é integrada nos testes de esforço do Grupo, que avaliam a nossa capacidade de absorção destes eventos na eventualidade da sua ocorrência. Os resultados destes testes revelaram que as reservas de capital e liquidez atualmente disponíveis, em conjugação com medidas de mitigação disponíveis, nos permitiriam absorver o impacto destes riscos, caso eles se concretizassem de acordo com os parâmetros dos testes. As informações sobre risco e posições de capital para as nossas carteiras podem ser encontradas na secção “Desempenho de capital e risco”.

Em consonância com anos anteriores, 2016 continuou a demonstrar a tendência de crescente regulamentação global do setor dos serviços financeiros, que consideramos suscetível de persistir ao longo dos próximos anos. Nós também estamos interessados na identificação de potenciais alterações políticas e regulamentares e na avaliação do eventual impacto nos nossos processos e modelo de negócio.

Relativamente à gestão de risco e capital durante o ano de 2016, o enfoque global foi na manutenção do nosso perfil de risco em sintonia com a nossa estratégia de risco, aumentando a nossa base de capital e apoiando as nossas iniciativas de gestão estratégica com enfoque na otimização do balanço. Esta abordagem reflete-se ao longo das diferentes métricas de risco resumidas a seguir.

Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela utilização de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e de negócios nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco (capital económico) global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Posição de risco global, medida pela utilização de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2016	31.12.2015	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
			em milhões de euros	em %
Risco de crédito	13 105	13 685	(580)	(4)
Risco de mercado	14 593	17 436	(2 843)	(16)
Risco de mercado relacionado com a negociação	4 229	4 557	(328)	(7)
Risco de mercado não relacionado com a negociação	10 364	12 878	(2 514)	(20)
Risco operacional	10 488	10 243	245	2
Risco de negócio	5 098	5 931	(833)	(14)
Vantagem de diversificação ¹	(7 846)	(8 852)	1 006	(11)
Total de utilização de capital económico	35 438	38 442	(3 004)	(8)

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

Em 31 de dezembro de 2016, a nossa utilização de capital económico ascendia a 35,4 mil milhões de euros, um valor 3,0 mil milhões (8%) inferior aos 38,4 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2015. A diminuição deveu-se sobretudo à venda da participação no Hua Xia Bank.

A utilização de capital económico para risco de crédito era 580 milhões de euros, ou 4%, inferior, em 31 de dezembro de 2016 em comparação com o final do exercício de 2015, principalmente devido à componente de risco de liquidação inferior.

A utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação diminuiu para 4,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, em comparação com 4,6 mil milhões de euros no final do exercício de 2015. A diminuição foi sobretudo impulsionada por reduções nas exposições na Non-Core Operations Unit, pela venda da Abbey Life e por níveis inferiores de inventário nas áreas de negócio de titularização e imobiliário corporativo. A utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação diminuiu 2,5 mil milhões de euros ou, 20%, em comparação com 31 de dezembro de 2015, sobretudo impulsionada por uma diminuição considerável no risco de investimento resultante da venda da nossa participação no Hua Xia Bank e devido a uma exposição a risco cambial estrutural inferior resultante de uma posição reduzida de capital próprio dos acionistas em divisa estrangeira.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 10,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, sendo superior em 245 milhões de euros, ou 2%, relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2015, no total de 10,2 mil milhões de euros. O aumento foi impulsionado, principalmente, pelas perdas legais relativas ao risco operacional, incluindo as provisões legais e um aumento no perfil de perdas relativas ao risco operacional do conjunto do setor. Isto encontra-se refletido nos dados sobre perdas relativas ao risco operacional que deram origem ao aumento de utilização de capital económico e que se deve, amplamente, à saída de fluxos relativos a litígios, investigações e ações de implementação de regulamentos.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento e uma componente de risco fiscal. O risco de negócio diminuiu 833 milhões de euros, em comparação com 31 de dezembro de 2015, para 5,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Esta diminuição refletiu-se numa utilização de capital económico inferior para o componente de risco estratégico motivada por uma perspetiva de ganhos atualizada.

O efeito de diversificação inter-riscos da utilização de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico diminuiu 1,0 mil milhões de euros, sobretudo devido à utilização global de capital económico inferior.

O nosso mix de diferentes atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico (EC) total não diversificado, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios antes de ter em conta os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo.

Perfil de risco das nossas divisões medido pelo capital económico

									31.12.2016
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	Total	Total (em %)
Risco de crédito	4 984	3 202	1 726	62	2 582	108	442	13 106	37
Risco de mercado	4 444	897	360	2 197	1 352	332	5 010	14 592	41
Risco operacional	6 567	1 763	833	561	604	160	0	10 488	30
Risco de negócio	4 582	171	32	100	0	245	(32)	5 098	14
Vantagem de diversificação ¹	(4 990)	(1 018)	(477)	(441)	(562)	(110)	(248)	(7 846)	(22)
Total de EC	15 587	5 015	2 473	2 480	3 976	735	5 172	35 438	100
Total de EC em %	44	14	7	7	11	2	15	100	N/S

N/S – Não significativo

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

									31.12.2015 ¹
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	Total	Total (em %)
Risco de crédito	4 838	3 899	1 678	90	2 601	537	42	13 685	36
Risco de mercado	4 971	819	2 564	2 095	1 611	899	4 478	17 437	45
Risco operacional	6 274	1 613	958	282	600	452	64	10 243	27
Risco de negócio	5 154	405	1	0	0	261	110	5 931	15
Vantagem de diversificação ²	(5 123)	(1 172)	(964)	(373)	(647)	(369)	(204)	(8 852)	(23)
Total de EC	16 113	5 564	4 237	2 094	4 165	1 780	4 490	38 442	100
Total de EC em %	42	14	11	5	11	5	12	100	N/S

N/S – Não significativo

¹ Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2016.

² Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco de Global Markets (GM) é dominado pela negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam risco de mercado e risco de crédito. A quota do risco operacional no perfil de risco da GM reflete o perfil de perda elevado no setor e perdas internas. O remanescente do perfil de risco de GM deriva do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A utilização de capital económico para o risco de negócio e mercado diminuiu em 2016, parcialmente compensada pela utilização aumentada para risco operacional. A diminuição na utilização de capital económico para o risco de mercado é motivada por uma exposição inferior ao componente do risco de incumprimento negociado e pela venda da Abbey Life.

Os proveitos de Corporate & Investment Banking (CIB) são gerados a partir de vários produtos com diferentes perfis de risco. A maioria dos seus riscos diz respeito a risco de crédito na área de negócio Trade Finance e Corporate Finance, enquanto outros negócios envolvem baixo ou nenhum risco. A utilização de capital económico para o risco de crédito diminuiu em 2016, principalmente devido a um componente de risco de contraparte inferior. O risco de mercado resulta principalmente da modelação da negociação e depósitos dos clientes.

O perfil de risco de Private, Wealth & Commercial Clients (PW&CC) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho, dos empréstimos a Pequenas e Médias Empresas (PME) e das atividades de gestão de património (WM), bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento, da modelação

dos depósitos dos clientes e o risco de spread de crédito. O desinvestimento do Hua Xia Bank resultou numa diminuição significativa na utilização de capital económico para mercado não relacionado com a negociação face ao exercício de 2015.

O principal fator de risco do negócio da Deutsche Asset Management (Deutsche AM) são as garantias sobre fundos de investimento, que relatamos como risco de mercado não relacionado com a negociação. De resto, o negócio da Deutsche AM centrado na consultoria e em comissões gera sobretudo risco operacional. A utilização de capital económico para risco operacional e risco de negócio aumentou em comparação com o exercício de 2015.

O perfil de risco do Postbank é motivado principalmente pelo negócio de empréstimos e depósitos com os clientes de retalho e corporativos a atrair risco de crédito, riscos de spread de crédito na carteira bancária cobertos pelo risco de mercado e algum risco operacional.

A carteira da Non-Core Operations Unit (NCOU) inclui atividades não essenciais à futura estratégia do banco; ativos destinados à redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos legais. O perfil de risco da NCOU abrange riscos em todas as nossas operações incluindo principalmente riscos de crédito e de mercado direcionados sempre que possível para redução acelerada do risco. A utilização de capital económico para o risco de mercado foi inferior em comparação com o exercício de 2015, principalmente devido à dissolução geral de ativos não estratégicos.

A Consolidation & Adjustments abrange, principalmente, o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de remuneração em capital. O aumento da utilização de capital económico para o risco de crédito em 2016 deveu-se principalmente a alterações na estrutura de negócios do Banco.

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco e governação do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- As responsabilidades essenciais de gestão do risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas a diretores de risco seniores e comités de gestão do risco seniores com funções de execução e supervisão.
- Operamos um modelo de gestão do risco com três linhas de defesa (“3LoD”). A 1.ª linha de defesa (“1st LoD”) é composta por todas as divisões e serviços comerciais que fornecem áreas de infraestruturas [Group Technology and Operations (Tecnologia e Operações do Grupo) e Corporate Services (Serviços Corporativos)], que são as “proprietárias” do risco. A 2.ª linha de defesa (“2nd LoD”) é composta por todas as funções independentes de risco e controlo de infraestruturas. A 3.ª linha de defesa (“3rd LoD”) é uma Group Audit (Auditoria do Grupo), que garante a eficácia dos controlos. O modelo 3LoD e os princípios subjacentes de conceção aplicam-se a todos os níveis da organização, i.e., nível de grupo, regiões, países, agências e entidades jurídicas. As 3LoD são autónomas e responsáveis pela manutenção de estruturas que garantam o cumprimento dos princípios de conceção a todos os níveis.
- A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
- O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
- Todos os tipos significativos de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco de reputação, são geridos através de processos de gestão do risco. São imple-

mentadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos significativos de risco. O risco de reputação está implicitamente coberto no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico. Para mais informações, consultar a secção "Gestão do risco e do capital" no processo de gestão dos nossos riscos materiais.

- Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
- Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
- O planeamento de recuperação estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de governação da gestão de crise e fornece à direção um conjunto de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
- O planeamento de resolução é da responsabilidade da nossa autoridade de resolução, o Conselho Único de Resolução. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para prevenir perturbações graves no sistema financeiro ou na economia em geral através da manutenção de serviços críticos.

Governança do risco

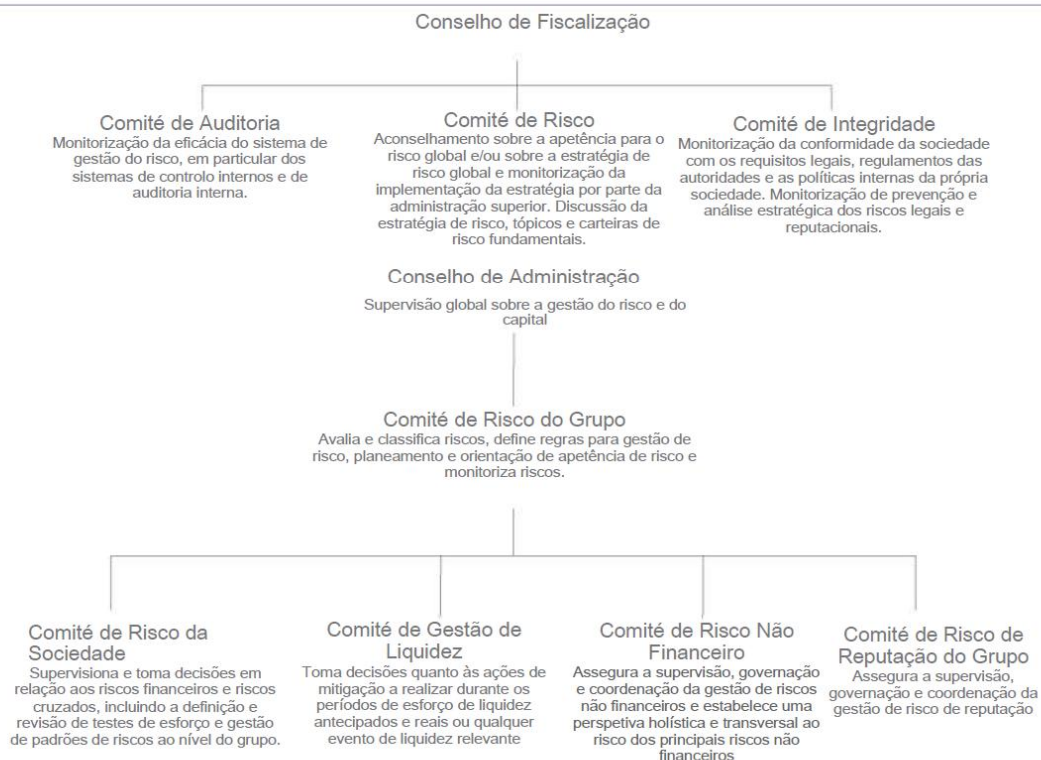
As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com o quadro CRR/CRD IV e respetivas implementações na lei alemã.

As autoridades de regulação bancária europeias usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção "Capital regulamentar" deste relatório.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Foram formados vários comités para gerir tarefas específicas.
 - Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de carteiras de risco fundamentais, estratégia de risco e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a posição de risco agregado e a estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da implementação desta estratégia.
 - O Comité de Integridade monitoriza, entre outras matérias, as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. É também responsável por rever o Código de Conduta Empresarial e o Código de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
 - O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. O Conselho de Administração criou o Comité de Risco do Grupo ("GRC") em abril de 2016 como fórum central para a revisão e decisão em matérias de risco significativo, fundindo o Comité de Capital e Risco ("CaR") e o Comité Executivo de Risco ("Risk ExCo"). O GRC é apoiado por quatro subcomités: o Comité de Risco de Reputação do Grupo ("GRRC"), o Comité de Risco Não Financeiro ("NFRC"), o Comité de Risco da Sociedade ("ERC") e o Comité de Gestão de Liquidez ("LMC"), cujas funções estão descritas em maior pormenor abaixo.

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O GRC tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo a aprovação de princípios fundamentais de gestão de risco ou recomendação dos mesmos para aprovação pelo Conselho de Administração, recomendação do plano de recuperação do Grupo e do plano de financiamento de contingência para aprovação pelo Conselho de Administração, recomendação de parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e ativações de recuperação para aprovação pelo Conselho de Administração, definição de limites de risco para recursos de risco disponíveis para as divisões e apoio ao Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital de todo o grupo. Outros deveres incluem a revisão de carteiras de risco de elevado nível e de evoluções de exposição ao risco, a revisão de resultados dos testes de esforço internos e regulamentares em todo o grupo e a realização de recomendações de medidas necessárias e monitorização da evolução da cultura de risco no Grupo.
- O NFRC supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspectiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo. Está incumbido de definir um quadro de apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar o modelo operacional de risco não financeiro, incluindo os princípios 3LoD e interdependências entre divisões e funções de controlo e no âmbito das funções de controlo.
- O GRRC é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospectiva e ensinamentos retirados adequado. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comitês Regionais de Risco de Reputação ("RRRC") e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas unidades de negócio. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomités do GRRC, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.

- O ERC foi criado como sucessor do Comité de Risco de Carteira ("PRC"), estando incumbido de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. O ERC aprova as visões gerais da carteira de risco de país anuais, estabelece limites de produtos, analisa as concentrações de carteiras de risco em todo o Grupo, monitoriza testes de esforço em todo o Grupo utilizados para gerir a apetência pelo risco do Grupo e analisa tópicos com implicações de risco em toda a empresa, como a cultura de risco.
- O LMC toma decisões quanto às medidas de mitigação a aplicar durante períodos de esforço de liquidez antecipado ou real ou qualquer evento relevante. Nessa qualidade, o comité é responsável por realizar uma avaliação detalhada da posição de liquidez do Banco, incluindo a capacidade de cumprir todas as obrigações de pagamento sob condições de esforço relacionadas com o mercado, esforço idiossincrático ou uma combinação de ambos. O LMC é também responsável por supervisionar a execução de contramedidas de liquidez de forma oportuna e monitorizar a posição de liquidez do Banco de forma contínua, durante o período de esforço.

O nosso Gestor do Risco ("CRO"), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado e riscos operacionais, bem como pelo controlo global dos riscos, incluindo o risco de liquidez, e pelo desenvolvimento contínuo de métodos de medição do risco. Além disso, o CRO é responsável por monitorizar, analisar e reportar o risco numa base global.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta das várias funções de gestão do risco que são criadas com o objetivo de:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Para além das funções de gestão de risco especializadas, a função da nossa Gestão de Risco da Sociedade (ERM) abrange aspetos globais da gestão do risco. O seu objetivo é reforçar a gestão holística do risco e a supervisão do risco cruzado para otimizar a condução da nossa carteira de risco. Os principais objetivos são:

- Promover iniciativas estratégicas de risco cruzado e uma maior coesão entre a estratégia definida para a carteira e a execução da governação;
- Fornecer uma perspetiva estratégica e prospetiva das principais questões de risco para discussão ao nível superior no Banco (apetência pelo risco, quadro de testes de esforço);
- fortalecer a cultura de risco no banco; e
- Promover a aplicação de normas de gestão do risco consistentes nas nossas entidades locais.

A ERM também desenvolve a estrutura de gestão do risco em todo o Banco, que visa identificar e controlar os riscos em toda a instituição dentro dos limites de apetência pelo risco acordados.

As funções de gestão do risco especializadas e a ERM têm uma linha de comunicação com o CRO.

As nossas funções de Finanças, de Risco e de Auditoria do Grupo atuam independentemente das nossas divisões. É da responsabilidade dos departamentos financeiro e de risco quantificar e verificar o risco que assumimos. A auditoria do Grupo, sendo a nossa terceira linha de defesa, examina, avalia e comunica de forma independente a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de controlo interno, incluindo os sistemas de gestão do risco.

A integração da gestão do risco da nossa subsidiária Deutsche Postbank AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e procedimentos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes. As principais características da governação conjunta são:

- função hierárquica de relato da direção de Gestão do risco do Postbank à do Deutsche Bank;
- participação de membros com direito de voto do Deutsche Bank provenientes das respetivas funções de risco nos principais comités de risco do Postbank e vice-versa para os principais comités selecionados; e
- Alinhamento com políticas fundamentais de risco do Grupo.

Os principais comités de gestão do risco do Postbank são:

- O Comité de Risco do Banco, que apoia o Conselho de Administração do Postbank na determinação da apetência pelo risco global e da afetação de risco e de capital;
- O Comité de risco de crédito, que é responsável pela atribuição de limites e pela definição de um quadro de limites apropriado;
- O Comité de risco de mercado, que decide sobre a atribuição de limites e o posicionamento estratégico da carteira bancária e de negociação do Postbank e a gestão do risco de liquidez;
- O Comité de Gestão do Risco Operacional, que define o quadro de risco apropriado, bem como a afetação de limites às diferentes áreas de negócio; e
- O Comité de Risco do Modelo e de Validação, que monitoriza a validação de todos os sistemas de notação de crédito e modelos de gestão do risco.

O Diretor de Risco do Postbank ou os diretores de risco seniores do Deutsche Bank são membros com direitos de voto dos comités listados acima.

Cultura de risco

Procuramos promover em toda a nossa organização uma sólida cultura de risco. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputação. Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios de cultura do risco no âmbito do nosso Grupo

- O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
- Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
- O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

Os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento dos riscos. Os colaboradores devem assumir comportamentos que apoiem uma sólida cultura de risco. Para promover isso, as nossas políticas exigem que a avaliação comportamental seja incorporada na avaliação de desempenho e nos processos de remuneração. Comunicámos os seguintes comportamentos em consonância com uma sólida cultura de risco através de diversos veículos de comunicação:

- Assumir a plena responsabilidade pelos nossos riscos;
- Avaliar o risco de forma rigorosa, prospetiva e abrangente;
- Convidar, fornecer e respeitar os desafios;
- resolver os problemas coletivamente; e
- Colocar o Deutsche Bank e a sua reputação no centro de todas as decisões.

Para fortalecer estes comportamentos esperados e fortalecer a nossa cultura de risco, desenvolvemos um conjunto de atividades no Grupo. Os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo. Para apoiar estes comportamentos, em 2016, realizámos uma campanha pedagógica interna com o título "We're all risk managers" (Somos todos gestores de risco), que incluía um vídeo e mensagens na intranet de membros da Administração e de outros líderes seniores.

O processo de sinais de alerta continua a garantir uma ligação entre a conduta relacionada com o risco e a gestão do desempenho. Permite monitorizar a adesão de determinadas políticas e processos relacionados com o risco, em que uma violação conduz a um sinal de alerta adequadamente ponderado pelo risco. Em 2016, o processo foi aperfeiçoado através da introdução de comunicação através de TI. Os resultados de sinais de alerta individuais são considerados em decisões de promoção, remuneração e gestão de desempenho.

Continuamos a desenvolver o nosso currículo de formação para promover a sensibilização para o risco. Em 2016, lançámos um curso de sensibilização para o risco revisto para todos os colaboradores, que incluía novas secções sobre risco de reputação e apetência para o risco.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado de risco que estamos dispostos a assumir no âmbito da nossa capacidade de risco para alcançar os nossos objetivos de negócio, conforme definido por um conjunto de indicadores quantitativos mínimos e de demonstrações qualitativas. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir antes de entrar em incumprimento de restrições regulamentares e das nossas obrigações perante partes interessadas.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso Plano e Estratégia de Risco, de modo a promover a coerência entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, com o contexto de negócios e regulamentar e com os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e

que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco. Avaliamos especificamente uma sequência de indicadores em esforço (rácio de Common Equity Tier 1 (CET 1) em conformidade com o CRR/CRD IV inicial e fully loaded e rácio de alavancagem ("LR"), rácio de adequação de capital interno ("ICA") e posição de liquidez líquida em esforço ("SNLP")) no âmbito dos testes de esforço de referência e dos testes de esforço mais graves regularmente realizados ao nível do grupo.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, em cenários normais ou de esforço, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités. As alterações à apetência pelo risco e capacidade de risco devem ser aprovadas pelo Comité de risco do grupo ou pela totalidade do Conselho de administração, dependendo da sua importância.

Plano de risco e de capital

Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as nossas áreas/unidades de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intranual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão que, pela primeira vez este ano, são compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo ano é planeado por trimestre e do terceiro até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um importante banco universal do mundo centrado no cliente e que visa garantir:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Os limites específicos – por exemplo, para procura de capital regulamentar, capital económico e exposições a alavancagem – são derivados do Plano estratégico e de capital para garantir a coerência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho em todos os níveis relevantes da organização.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, para evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo ("SREP") tal como expressos pelo nosso supervisor interno. Em 8 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2017, na sequência dos resultados do SREP de 2016. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva de pelo menos 9,51% numa base consolidada, com início a 1 de janeiro de 2017. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,25%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,01%) e o amortecedor G-SII de capital inicial, na sequência da designação do Deutsche Bank como instituição de importância sistémica global ("G-SII"), de 1,00%. O novo requisito de capital CET 1 de 9,51% para 2017 é inferior ao requisito de capital CET 1 de 10,76%, aplicável ao Deutsche Bank em 2016. Do mesmo modo, os requisitos de 2017 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão a 11,01% e para o seu total de rácio de capital a 13,01%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2016, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por "orientação de Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não acione automaticamente qualquer tomada de medidas legais.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) obriga os bancos a identificarem e avaliarem riscos, a disporem de capital suficiente para lidar com esses riscos e a aplicarem técnicas de gestão de risco adequadas para manter a capitalização adequada de forma contínua, ou seja, para garantir que a oferta interna de capital é superior à procura interna de capital (os respetivos valores são descritos com mais detalhe na secção "Adequação de capital interno").

Ao nível do Grupo, cumprimos o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno conforme exigido nos termos do Pilar 2 de Basileia III e da respetiva implementação na Alemanha e com os Requisitos Mínimos para Gestão do Risco (MaRisk), através da respetiva estrutura de gestão e governação do risco, metodologias, processos e infra-estruturas.

Em conformidade com os requisitos MaRisk e de Basileia, os principais instrumentos para nos ajudar a manter a capitalização adequada contínua e prospetiva do Grupo são:

- Um processo de planeamento estratégico que alinha a estratégia e apetência de risco com objetivos comerciais;
- Um processo de monitorização contínuo das metas de risco, alavancagem e capital definidas e aprovadas;
- Relatórios regulares de risco, alavancagem e capital destinados à gestão e
- Um quadro de testes de esforço e de capital económico que também inclui testes de esforço específicos para sustentar os nossos processos de monitorização de recuperação.

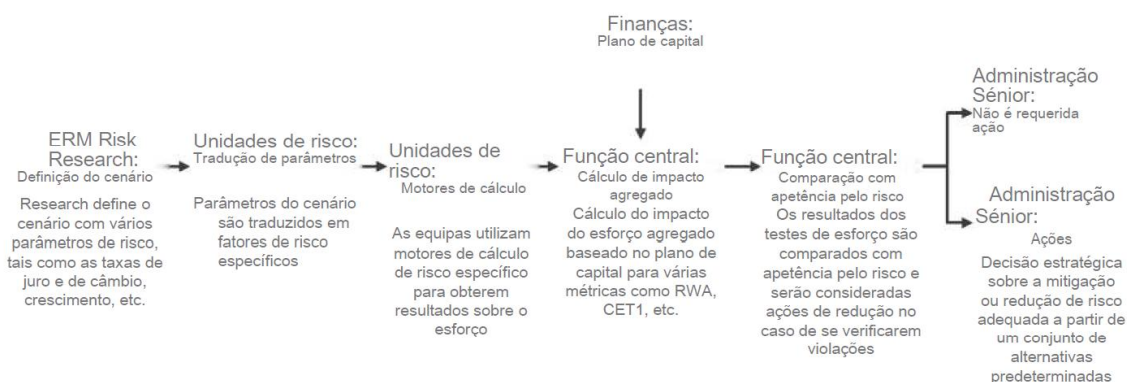
Testes de esforço

Assumimos o compromisso rigoroso de realizar testes de esforço regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em referências definidas internamente e em cenários de crise macroeconómica global mais graves. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é, geralmente, de um ano e pode ser alargado a mais anos, se necessário pelos pressupostos do cenário. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Validação e Governação de Modelos Globais – GMVG), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como por requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. São exemplos de testes de esforço regulamentares realizados em 2016 o teste de esforço da ABE ao nível do Grupo e o teste de esforço do CCAR para a entidade dos Estados Unidos. Além disso, é realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Um procedimento integrado permite-nos avaliar o impacto de cenários ad-hoc que simulam potenciais choques financeiros ou geopolíticos iminentes.

A fase inicial dos nossos testes de esforço internos consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos nossos modelos internos de testes de esforço, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como a SNLP, o rácio de CET 1, o rácio de ICA e o rácio de alavancagem em esforço. Antes da avaliação de impacto, os cenários são debatidos e aprovados pelo Comité de Risco da Sociedade (ERC), que também analisa os resultados de esforço finais. Após a comparação desses resultados com a nossa apetência pelo risco definida, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do Banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspectivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco. Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2016 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, permite alcançar o nível de saída de esforço definido, que se encontra muito acima dos níveis de intervenção regulamentares anteriores. Um teste de esforço inverso é realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio por forma a determinar a gravidade de cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Esse teste baseia-se num cenário macroeconómico hipotético e em eventos idiossincráticos e tem em consideração impactos graves de riscos significativos nos nossos resultados. Comparando o cenário hipotético que seria necessário para resultar na nossa não viabilidade de acordo com o teste de

esforço inverso, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário macroeconómico hipotético é extremamente baixa. Dada a probabilidade extremamente baixa do cenário do teste de esforço inverso, não consideramos que a continuidade do nosso negócio se encontre em risco.

Quadro de testes de esforço do Grupo Deutsche Bank



Relatórios de risco e sistemas de medição

Os nossos sistemas de dados de risco servem de base a relatórios regulamentares e a divulgações externas, bem como a relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional (incluindo o risco jurídico), risco de negócio, risco de reputação, risco de liquidez, risco de modelo e risco de conformidade. A infraestrutura de risco incorpora as pessoas jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e do departamento de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O perfil de risco e capital (Risk and Capital Profile) é apresentado mensalmente ao GRC e ao Conselho de Administração e, subseqüentemente, enviado para conhecimento do Comité de risco do Conselho de Fiscalização. Inclui uma visão geral da situação corrente em matéria de risco, capital e liquidez do Grupo, integrando informações sobre o capital regulamentar e a adequação do capital interno.
- Uma visão geral da nossa situação em matéria de capital, liquidez e financiamento é apresentada ao GRC pela Gestão de Capital do Grupo e pelo Tesoureiro do Grupo a cada mês. Inclui informações sobre os principais indicadores, incluindo o rácio de capital *Common Equity Tier 1* e o rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV, bem como uma visão geral da nossa situação de financiamento e de liquidez, os resultados dos testes de esforço da liquidez e medidas de contingência.
- Os resultados dos testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo realizados duas vezes por trimestre e/ou mais frequentemente são comunicados e discutidos com o ERC.

Os relatórios acima referidos são complementados por vários outros relatórios de gestão do departamento de risco e do departamento financeiro, padronizados e pontuais, que são apresentados a vários comités sénior responsáveis pela gestão de risco e de capital ao nível do Grupo.

Planeamento de recuperação e resolução

A crise financeira de 2007/2008 expôs os bancos e o mercado financeiro em geral a pressões sem precedentes. Estas pressões conduziram a que alguns bancos procurassem apoio significativo por parte dos seus governos e a intervenções de larga escala dos bancos centrais. A crise forçou também algumas instituições a reestruturar de modo significativo os seus negócios e a fortalecer o seu capital, liquidez e bases de financiamento. Esta crise veio revelar que muitas instituições financeiras não estavam suficientemente preparadas para uma crise sistémica em rápida evolução, tendo sido, por isso, incapazes de reagir e dar uma resposta que evitasse potenciais falhas e prevenisse impactos adversos significativos no sistema financeiro e, em última análise, na economia e na sociedade.

Em resposta à crise, algumas jurisdições (como os Estados-Membros da União Europeia, incluindo a Alemanha e o Reino Unido, assim como os Estados Unidos) promulgaram novos regulamentos que exigem aos bancos ou às autoridades competentes que desenvolvam planos de recuperação e resolução. O plano de recuperação do Grupo ("Plano de recuperação") é atualizado e submetido aos reguladores, no mínimo, anualmente, de forma a refletir as alterações na atividade de negócio e os requisitos regulamentares.

O Plano de recuperação prepara-nos para restaurar a nossa solidez e viabilidade financeiras durante uma situação de tensão extrema. O objetivo mais específico do Plano de recuperação é definir a forma como podemos responder a uma situação de tensão financeira que tivesse um impacto significativo no nosso capital e na nossa posição de liquidez. Assim, o Plano descreve um conjunto de ações definidas com o objetivo de nos proteger, aos nossos clientes e aos mercados e de evitar um evento de resolução que tivesse um custo potencialmente superior. Em conformidade com as diretrizes regulamentares, identificámos um conjunto alargado de medidas de recuperação que atenuarão diferentes tipos de cenários de esforço. Estes cenários decorrem tanto de eventos idiossincráticos como extensivos a todo o mercado, os quais poderiam resultar em impactos graves no capital e na liquidez, bem como em impactos no nosso desempenho e balanço. O Plano de recuperação, incluindo a política correspondente, visa permitir-nos a monitorização, o encaminhamento, o planeamento e a execução efetivos de ações de recuperação no caso de uma situação de crise.

O Conselho de Administração determina quando é necessário acionar o Plano de recuperação e quais as medidas de recuperação consideradas adequadas.

O Plano de recuperação foi concebido para abranger vários regulamentos, incluindo os que nos são aplicáveis na União Europeia ("UE") nos termos da diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias ("BRRD") (conforme implementada na Alemanha) e o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução ("Regulamento MUR"), bem como os de outras jurisdições. Adicionalmente, o plano incorpora informação decorrente de discussões alargadas com a nossa autoridade de supervisão e o Colégio de Supervisores da UE, bem como do nosso Grupo de Gestão de Crise ("CMG"), composto pelas principais autoridades internas e de acolhimento.

Estamos também a trabalhar de perto com a autoridade de resolução, o Mecanismo Único de Resolução, para criar um Plano de resolução do Grupo para o Deutsche Bank conforme estabelecido na diretiva BRRD, no regulamento MUR e na lei alemã de recuperação e resolução ("Sanierungs- und Abwicklungsgesetz" ou "SAG").

Além disso, o Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor (Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act – "DFA") e os regulamentos de execução emitidos pelo Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation ("FDIC") exigem que cada holding bancária com ativos iguais ou superiores a 50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, incluindo o Deutsche Bank AG, prepare e apresente anualmente um plano para a resolução metódica de subsidiárias e operações em caso de perturbações financeiras significativas ou de incumprimento futuros (o "Título I do Plano de Resolução dos EUA"). Para as sociedades abrangidas sedeadas no estrangeiro, incluindo nós, o Título I do Plano de Resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou realizados na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. Além disso, a Deutsche Bank Trust Company Americas ("DBTCA"), uma das nossas instituições depositárias seguradas ("IDI") nos Estados Unidos, foi sujeita, em 2014, à regulamentação definitiva da FDIC. Esta regulamentação exige às IDI com um total de ativos de 50 mil milhões de

USD ou mais que submetam um plano de resolução à FDIC (o "Plano IDI" e, em conjunto com o Plano de Resolução dos EUA Título I, o "Plano de Resolução dos EUA") ao abrigo da lei federal de seguro de depósitos (a "Regra IDI"). Em 2014, expandimos o nosso Plano de resolução dos EUA Título I de modo a responder também aos requisitos da Regra IDI. Em conformidade com os requisitos regulamentares, o Deutsche Bank submeteu os seus planos de Resolução dos EUA e IDI mais recentes em julho de 2015. Em junho de 2016, o Deutsche Bank recebeu orientações da Reserva Federal e da FDIC de que as datas de apresentação do nosso Plano de Resolução dos EUA tinham sido alargadas até julho de 2017. Os elementos centrais do nosso Plano de resolução dos EUA de 2015 são as entidades significativas (ME), as linhas de negócio essencial (CBL), as operações essenciais (CO) e, para os fins do Plano IDI, os serviços essenciais. O Plano de resolução dos EUA de 2015 estabelece a estratégia de resolução para cada ME, definidas como as entidades significativas de um CO ou CBL e demonstra como cada ME, CBL e CO, conforme aplicável, pode ser solucionado de forma rápida e metódica, sem impacto sistémico na estabilidade financeira dos EUA. O Plano de resolução dos EUA aborda também a estratégia para serviços essenciais contínuos na resolução. Os fatores centrais abordados no Plano de resolução dos EUA incluem a forma de garantir:

- Acesso continuado a serviços de outras entidades legais dos EUA e extra EUA, bem como de terceiros, tais como serviços de pagamento, bolsas e principais fornecedores;
- Disponibilidade de financiamento de fontes externas e internas;
- Retenção de colaboradores essenciais durante a resolução; e
- Encerramento eficiente e coordenado de contratos transfronteiriços.

O Plano de resolução dos EUA de 2015 foi elaborado em coordenação com os grupos de infraestruturas e empresas dos EUA para refletir com exatidão o negócio, a infraestrutura essencial e as principais interligações.

MREL e TLAC

Ao abrigo do Regulamento do Mecanismo Único de Resolução ("MUR"), da diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias ("BRRD") e da lei alemã de recuperação e resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz, "SAG"), é exigido aos bancos na União Europeia ("UE") que cumpram, em qualquer momento, um requisito mínimo de robustez de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL") que é determinado caso a caso pela autoridade de resolução competente. Além disso, em 9 de novembro de 2015, o Conselho de Estabilidade Financeira ("CEF") publicou uma norma que exigirá, quando transposta para lei, que os bancos de importância sistémica global ("G-SIB") cumpram um novo requisito mínimo específico da sociedade para a capacidade de absorção de perdas totais ("TLAC") a partir de 1 de janeiro de 2019. Ambos os requisitos TLAC e MREL foram especificamente concebidos para exigir aos bancos que mantenham uma quantidade suficiente de instrumentos elegíveis para absorver perdas em resolução com o objetivo de assegurar que os bancos em dificuldades podem ser resgatados sem recorrer ao dinheiro dos contribuintes.

Em 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia ("CE") propôs uma revisão do Regulamento de Requisitos de Capital ("CRR") para implementar a TLAC na legislação da UE. Além disso, propôs alterações à diretiva BRRD e ao regulamento MUR. Ao abrigo da proposta de revisão do regulamento CRR da Comissão, a capacidade de absorção de perdas para instituições de importância sistémica global ("G-SII") seria estreitamente alinhada com a folha de termos internacional da TLAC. Os instrumentos elegíveis ao abrigo da TLAC são os instrumentos Common Equity Tier 1, os instrumentos Tier 1 adicionais, os instrumentos Tier 2 e alguns passivos elegíveis não garantidos. A folha de termos da TLAC introduz um requisito mínimo de 16% de ativos ponderados pelo risco ("RWA") ou 6% de exposição a alavancagem até 1 de janeiro de 2019; e 18% de RWA e 6,75% de exposição a alavancagem até 2022. A autoridade de resolução poderia solicitar um complemento específico da sociedade, se tal fosse considerado necessário. No caso de bancos não G-SII, o MREL seria ainda definido caso a caso.

Além disso, ao abrigo da Lei bancária alemã, conforme alterada pela Lei alemã do Mecanismo de Resolução, publicada em novembro de 2015, as obrigações sénior terão menos prioridade face a outros passivos sénior, sem constituir dívida subordinada, em processos de insolvência iniciados a partir de 1 de janeiro de 2017.

Gestão do risco e de capital

Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital e alavancagem a nível do Grupo e localmente, em cada região. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, definição de limites para recursos financeiros essenciais, conceção da afetação de património líquido contabilístico e planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital *Common Equity Tier 1*, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

Em relação aos requisitos MREL e TLAC, analisamos a nossa carteira de emissões de obrigações sénior para torná-las elegíveis ao abrigo das leis relativas à recapitalização interna. Pretendemos cumprir potenciais requisitos à medida que entrem em vigor.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Num processo trimestral, o Comité de Risco do Grupo aprova limites de recursos para divisões, bem como o total de procura de capital e a exposição a alavancagem que têm por base o plano estratégico, mas são ajustados às condições de mercado e às perspetivas a curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) e rácio de alavancagem (alavancagem). Quanto à ordem da afetação interna de capital, a afetação baseada em solvabilidade vem em primeiro lugar, seguida de uma afetação incremental baseada em alavancagem, se necessária. A abordagem da metodologia de afetação consiste em duas fases: Em primeiro lugar, é feita a afetação de Capital próprio dos acionistas com base em solvabilidade até ser alcançado o objetivo comunicado externamente de um rácio de solvabilidade de 12,5% de CET 1 e, em seguida, é feita a afetação incremental de capital baseada em alavancagem, com base na exposição de alavancagem proporcional das divisões, para se alcançar o objetivo comunicado externamente de um rácio de alavancagem de 4,5%, se necessário. Os limiares de afetação são revistos à medida que os objetivos comunicados externamente para o rácio de CET 1 ou de alavancagem são ajustados. Na nossa

medição do desempenho, esta metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Tal permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as diretrizes de investimento. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

Identificação e avaliação do risco

Enfrentamos uma série de riscos decorrentes das nossas atividades comerciais, incluindo o risco de crédito, o risco de mercado, o risco comercial, o risco de liquidez, o risco operacional e o risco de reputação, conforme descritos nas secções que se seguem. Os nossos processos de identificação e avaliação de risco utilizam o nosso modelo operacional de três linhas de defesa, sendo que a primeira linha identifica os principais riscos e a segunda linha complementa e agrega os riscos identificados na nossa taxonomia de tipo de risco global e avalia os riscos identificados quanto à sua materialidade. Os processos operacionais estão implementados em toda a organização para captar medidas e indicadores relevantes. O objetivo essencial de todos os processos consiste em garantir uma transparência adequada dos problemas de risco existentes e emergentes, bem como assegurar uma perspetiva holística transversal aos riscos. Atualizamos o inventário de risco regularmente, no mínimo uma vez por ano, ou, se necessário, noutras ocasiões, utilizando um processo de identificação dos riscos e de avaliação da importância em conformidade com os MaRisk.

De modo a obter um alinhamento com a taxonomia das três linhas de defesa, categorizamos os riscos materiais em riscos financeiros e riscos não financeiros desde 1 de janeiro de 2016. Os riscos financeiros incluem risco de crédito (incluindo riscos de liquidação e transferência), risco de mercado (incluindo risco de negociação, não negociação e de incumprimento transacionado), risco de liquidez e risco de negócio (estratégico). Os riscos não financeiros incluem riscos operacionais e riscos de reputação com risco de conformidade, risco jurídico, risco de modelo e risco de segurança da informação captado no nosso quadro de risco operacional. No caso de todos os riscos materiais, são aplicáveis padrões comuns de gestão do risco, incluindo ter uma função dedicada à gestão do risco, definir a apetência pelo risco específica de um tipo de risco e a decisão do montante de capital a deter.

O risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional requerem capital regulamentar. No âmbito do nosso processo de avaliação da adequação de capital interno, calculamos o montante de capital económico do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de negócio para cobrir os riscos gerados pelas nossas atividades de negócio, considerando os efeitos de diversificação nesses tipos de riscos. Além disso, os nossos requisitos de fundos próprios económicos incorporam riscos adicionais como, por exemplo, o risco de reputação e o risco de refinanciamento, para os quais não existem quaisquer modelos de capital económico específicos. Excluímos o risco de liquidez do capital económico.

Gestão do risco de crédito

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como "contrapartes"), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações fazem normalmente parte das nossas atividades tradi-

onais de concessão de crédito (tais como empréstimos e passivos contingentes). Além disso, as obrigações negociadas e os títulos de dívida fazem parte da nossa atividade de negociação direta com os clientes (por exemplo, derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro). Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e avaliação da relevância, o Risco de crédito contém quatro categorias materiais, nomeadamente o risco de incumprimento, o risco setorial, o risco de país e o risco de produto.

- O risco de incumprimento, o elemento mais significativo do risco de crédito, é o risco de que as contrapartes não cumpram as obrigações contratuais relacionadas com os créditos anteriormente descritos;
- O risco setorial é o risco de desenvolvimentos adversos na conjuntura operacional de um segmento específico do setor que leva a deterioração no perfil financeiro de contrapartes que operem nesse segmento e que resulta num aumento do risco de crédito em toda esta carteira de contrapartes;
- O risco de país é o risco de que possamos ser expostos a um risco de incumprimento ou de liquidação inesperado e às subsequentes perdas, num dado país, devido a uma série de eventos macroeconómicos ou sociais que afetem sobretudo as contrapartes desse território, por uma das seguintes razões: uma deterioração significativa das condições económicas, agitação política e social, nacionalização e expropriação de bens, repúdio de endividamento por parte do governo ou depreciação ou desvalorização cambial disruptiva. O risco de país inclui também o risco de transferência que surge nos casos em que os devedores não conseguem cumprir as suas obrigações por não poder transferir ativos para não residentes em resultado de uma intervenção soberana direta; e
- O risco de produto capta um risco de crédito de transações de um produto específico que pode surgir relativamente a mutuários específicos ou a um grupo de mutuários. Tem em consideração o facto de as obrigações apresentarem características de risco e comportamentos no mercado semelhantes.

Medimos, gerimos/mitigamos e reportamos/monitorizamos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

- A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
- Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
- Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
- Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.
- Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
- Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor numa forma global em todo o nosso Grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares.
- Gerimos as exposições ao crédito na base do "princípio de um devedor", sob o qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (isto é, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidadas sob um grupo.
- Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados.

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, procura de capital regulamentar e interna e os indicadores-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação do capital regulamentar de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de CRM, bem como pelo Diretor da função de Risco de Modelo ou um representante, sempre que adequado, antes de as metodologias serem utilizadas para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alteradas. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo Conselho de Administração. Além disso, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização tem de ser informado regularmente de alterações a modelos que tenham sido submetidas ao Conselho de Administração. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar. A validação da metodologia é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de Validação e Governação de Modelos Global. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao RCRMF, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação das metodologias de notação é apresentado ao RCRMF no início do ano civil, sendo igualmente fornecidas atualizações trimestrais.

No Postbank, a responsabilidade pela implementação, validação e monitorização da eficácia de sistemas de notação interna é da sua função de Controlo do Risco do Grupo, bem como do seu comité de validação, chefiado pelo Diretor de Controlo do Risco de Crédito do Postbank. Uma função de validação e risco de modelos independente foi criada em 2016, complementarmente à unidade de desenvolvimento de risco de modelos. Todos os sistemas de notação de crédito estão sujeitos a aprovação do Comité de Risco Bancário do Postbank, chefiado pelo Gestor do Risco. A eficácia dos sistemas de notação e os resultados de notação são comunicados regularmente ao Conselho de Administração do Postbank. A governação conjunta é assegurada pelo assento de diretores sénior do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank e vice-versa.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método IRB avançado ("método IRB") é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notação de crédito internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os

parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (*probability of default* – PD), a perda em caso de incumprimento (*loss given default* – LGD) e a maturidade (*maturity* – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito ("CCF") no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (*exposure at default* – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivativos, bem como das transações de financiamento de títulos ("SFT"), recorremos ao método de modelo interno ("IMM"), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos.

Aplicamos o método IRB básico na maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para o método IRB avançado no Postbank desde que estas não tenham sido recentemente atribuídas ao método IRB avançado durante o ano de 2016. O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e usar valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a cálculos internos incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar.

Aplicamos o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Para além da procura de capital regulamentar supramencionada, determinamos a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos de risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,98% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivativos (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivativos e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Para além da notação de crédito, o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, corresponde aos limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivativos,

analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante a vida de uma operação. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

Gestão e mitigação de risco de crédito

Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito específicas por tipos de contraparte (como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e equipas de analistas de notação de crédito. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados no processamento de crédito no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e maximizar a recuperação. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do Risco de Crédito, tendo em consideração a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevado ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável.
- Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.
- Transferências de risco, que transferem as perdas resultantes da probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados, de acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra.

Garantias

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento da contraparte ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, este não substitui, regra geral, a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e rigorosa avaliação da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

- Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários.
- Garantias colaterais que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especia-

lizadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de “correlação desfavorável” (*wrong-way*), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O CPSG gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs no âmbito das nossas divisões corporativas GM e CIB.

Atuando como um referencial de preços, o CPSG fornece aos respetivos negócios das divisões GM e CIB uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O CPSG está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, cobertura de seguros de incumprimento e *swaps* de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos, quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (“CCP”), que se inter põem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores (Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act – DFA) e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission – CFTC) introduziram, em 2013, compensação obrigatória das CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados *swaps* de taxa de juro e *swaps* de risco de incumprimento de índice. Além disso, a CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que *swaps* de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada até outubro de 2018. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (“EMIR”) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na compensação na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e para determinados derivados de taxa de juro em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2 do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transa-

ções intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O Banco pediu com sucesso a isenção de compensação para a maioria das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 16 de janeiro de 2016, o Banco obteve isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 71 relações intragrupo bilaterais.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica das disposições de compensação com vencimento antecipado dos CCP.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. - ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. No caso de partes do negócio de derivados (por exemplo, operações de câmbio) também celebramos contratos-tipo nos termos dos quais a compensação de pagamento é aplicável em relação a transações cobertas por tais contratos-tipo, reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

As normas DFA e CFTC nesse âmbito, incluindo as normas CFTC § 23.504 e § 23.158, bem como o regulamento EMIR e o regulamento delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Ao abrigo das regras de margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos Estados Unidos (o OCC, a Reserva Federal, a FDIC, a Farm Credit Administration e a FHFA) e pela CFTC, é-nos exigido que declaremos e recolhamos a margem inicial e a margem de variação das nossas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as nossas contrapartes que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor notional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que declaremos e recolhamos a margem de variação para os nossos derivados com outras contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial e um limiar de zero para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de mar-

gem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressiva e anualmente de setembro de 2017 a setembro de 2020. Ao abrigo do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência máximo de 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial serão sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2020. Nos termos do artigo 11.º, n.ºs 5 a 10 do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O Banco planeia recorrer a esta isenção.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantias e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores quantitativos para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito, que também incluem a monitorização de potenciais concentrações no âmbito de tipos de garantias colaterais com a ajuda de testes de esforço específicos.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Gestão do risco setorial

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. Relativamente a cada uma destas subcarteiras é preparado um "Relatório setorial comparativo", geralmente uma vez por ano. Este relatório destaca a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examina os riscos de concentração, avalia o perfil de risco/retorno e incorpora um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

Os relatórios setoriais comparativos foram apresentados ao Comité de Carteiras de CRM. Além destes relatórios setoriais comparativos, a evolução das subcarteiras setoriais é regularmente monitorizada durante o ano e é comparada com as estratégias aprovadas para as subcarteiras. Foram preparados resumos regulares para que o Comité de Carteiras de CRM discutisse os desenvolvimentos recentes e acordasse ações quando necessário.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limites do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Os mercados emergentes são reunidos por regiões, sendo elaborado um relatório setorial comparativo, normalmente anual, para cada região, bem como para os mercados desenvolvidos de risco acrescido. Estes relatórios avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base nos resultados, são definidos limites e estratégias para os países e, quando relevante, para a região no seu todo. Os limites de risco de país são aprovados pelo nosso Conselho de Administração ou pelo nosso Comité de Risco da Sociedade, em conformidade com os poderes delegados, e pelo Conselho de Administração do Postbank para as respetivas carteiras.

No nosso quadro de Limites de Risco do País, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limites incluem exposições a entidades constituídas localmente, bem como a subsidiárias de multinacionais estrangeiras. São estabelecidos limites de riscos de transferência separados que se aplicam às exposições transfronteiriças (crédito e transação) com os nossos clientes nos países referidos. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país.

Além do risco de crédito, o nosso Quadro de Risco de País inclui o risco de mercado em posições negociais nos mercados emergentes e baseia-se no impacto na demonstração de resultados de eventos com potencial para perturbar estas posições. Temos, ainda, em consideração o risco de tesouraria incluindo posições de capital e exposição de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados (Financiamento, Margens ou Garantias) sujeitas a limites devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças.

As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. São definidas pela função ERM Risk Research independente do Deutsche Bank e incluem:

- **Notação soberana:** Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
- **Notação de risco de transferência:** Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.
- **Notação de risco de evento:** Uma medida da probabilidade de perturbações graves nos fatores de risco de mercado relacionados com um país (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.). Os riscos de evento são medidos no âmbito dos nossos cenários de risco de eventos, descritos na secção "Monitorização do risco de mercado" do presente relatório.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos trimestralmente, pelo Comité de Risco da Sociedade, sendo revistas com maior frequência sempre que considerado necessário.

Gestão do risco específico de produtos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos e definimos limites seletivamente, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites específicos por produto, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder conduzir a perdas significativas em determinados casos. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou de outros fatores. Centramo-nos particularmente nos limites máximos de subscrição nos CIB e GM. Estes níveis máximos limitam o risco combinado de transações em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem a promessa de financiar empréstimos bancários e de conceder empréstimos intercalares para a emissão de obrigações públicas. O risco reside na eventualidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição dos instrumentos e de ficar na posse de mais risco subjacente e por períodos mais longos que o inicialmente previsto. Estes compromissos de subscrição são adicionalmente expostos a risco de mercado sob a forma de *spreads* de crédito alargados. Nós cobrimos dinamicamente este risco de *spread* de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Adicionalmente, nos nossos negócios da PW&CC, aplicamos estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogéneas, em que a análise personalizada dos clientes é secundária, tais como carteiras de retalho de hipotecas e de produtos de financiamento a empresas e consumidores. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

Gestão do risco de mercado

Quadro do risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em

outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

Um dos principais objetivos da gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que a exposição de risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro de limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado da divisão Global Markets. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as áreas de negócio.

Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que refletem os requisitos económicos e regulamentares.

Em conformidade com os requisitos económicos e regulamentares, medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de Apetência pelo risco, na qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela Gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às respetivas unidades individuais de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos, igualmente, de direções da área de negócio alinhadas na Gestão do risco de mercado para estabelecer limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais ou regiões geográficas.

Os limites do valor em risco, capital económico e Testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a Gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Também são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela Gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos requisitos de capital e ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T*, *skew-T*, *Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emittentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação em grelha.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades de negociação. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime o risco (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
- As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
- Podem existir riscos na carteira de negociação que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos, e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria. Desenvolvemos e melhorámos também o nosso processo de captação e avaliação sistemática dos riscos atualmente não captados pelo nosso modelo de valor em risco. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Os riscos não incluídos no valor em risco são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro RNIV.

Valor em risco em situação de esforço

Valor em risco em situação de esforço: calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O período de carência é de um dia para efeitos internos e de dez dias para efeitos regulamentares. O nosso cálculo do valor em risco em situação de esforço utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo.

O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade nos contribuintes de topo para o valor em risco. A moldura temporal identificada é, depois, validada através da comparação de resultados de SVaR com molduras contíguas, utilizando a carteira completa do Grupo DB.

Requisitos de capital para riscos adicionais

O encargo com riscos adicionais capta os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Aplica-se a produtos de crédito ao longo de um horizonte de capital de um ano de 99,9% de nível de confiança, utilizando uma abordagem de posição constante. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação e as notações de maturidade com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

Medida de risco global

Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço. A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno.

Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação de Monte Carlo para um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O nosso modelo é aplicado às posições de negociação de correlação elegíveis, sendo produtos típicos, entre outros, as obrigações com garantida real, os *swaps* de risco de incumprimento de "enésimo" e os *swaps* de risco de incumprimento de índice e de título único frequentemente negociados.

As operações sujeitas à medida de risco global devem cumprir as normas de liquidez mínimas para serem elegíveis. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global representa o valor à vista (*spot value*) do modelo interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão. Desde o primeiro trimestre de 2016, os cálculos de RWA de CRM incluem dois complementos determinados por regulamentação que comportam (a) o reforço da correlação implícita em cabazes de n-ésimo incumprimento e (b) quaisquer perdas em excesso de testes de esforço de valor à vista (*spot value*) do modelo interno.

Método padrão do risco de mercado

A Gestão do risco de mercado monitoriza as exposições e trata de questões de risco e concentrações para determinadas exposições segundo o método padrão do risco de mercado específico (MRSA). Utilizamos o MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para o risco do mercado específico das titularizações da carteira de negociação que ficam fora do âmbito da carteira de negociação de correlação regulamentar.

Também recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD IV. O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade. Além disso, alguns tipos de fundos de investimento exigem um montante de capital calculado pelo método padrão (MRSA). Para efeitos de gestão do risco, estas posições estão também incluídas no nosso quadro de relato interno.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações extremas nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos: Teste de esforço da carteira; testes de esforço específicos individuais, cenários de risco de eventos, contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação (TMR EC)

O nosso modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio (BSST). As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro regulamentar SVaR, enquanto o BSST está concebido para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum.

Capital económico do risco de incumprimento negociado (TDR EC)

O TDR EC capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através de MRM, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Adicionalmente, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a ultrapassagem de limites para cada classe de ativos.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,4 mil milhões de euros.

Com base no Artigo 159.º do CRR, o montante total dos ajustes gerais e específicos do risco de crédito e o valor do ajuste adicional para exposições tratadas nos termos da Estratégia interna baseada nas notações do risco de crédito e que se encontrem no âmbito do cálculo de perdas esperadas pode ser subtraído ao montante total das perdas esperadas relativo às exposições. Qualquer diferença positiva remanescente deve ser deduzida do capital CET 1, em conformidade com o Artigo 36.º (1) lit. d. CRR.

Em 31 de dezembro de 2016, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 0,5 mil milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais. Os fatores de risco de mercado significativos a que o banco está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária é o risco atual ou potencial, quer para o capital, quer para os ganhos do Banco, resultante de vários movimentos adversos em taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Banco. Este inclui risco de diferenças, que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base, que descreve o impacto de alterações relativas em taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção, que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados nas rubricas patrimoniais e extrapatrimoniais do Banco.

O Banco mede o impacto do risco de taxa de juro na carteira bancária no valor económico do Banco, bem como nos ganhos do Banco. A divisão de Tesouraria do Grupo está incumbida de gerir centralmente, numa base fiduciária, o risco de taxa de juro, com a Gestão do risco de mercado a agir na função de supervisão independente.

O Banco utiliza técnicas de mitigação para imunizar o risco de taxa de juro ao valor económico resultante de posições não relacionadas com a negociação. A maior parte do nosso risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, com exceção de algumas entidades e carteiras, foi transferida através de transações internas para a Gestão do montante de tesouraria, sujeito a limites de valor em risco da carteira bancária. A Gestão do montante de tesouraria cobre o risco de carteira bancária líquida transferida com carteiras de negociação da divisão Global Markets. A taxa de risco de juro da divisão Global Markets é gerida com base no valor em risco da carteira de negociação, como refletido nos valores da carteira de negociação. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As exceções mais notáveis ao parágrafo anterior estão no Postbank e em algumas entidades da PW&CC. Estas entidades gerem o risco de taxa de juro separadamente através dos seus departamentos de Gestão de Ativos e Passivos específicos da entidade. Além disso, o Grupo detém posições de risco de valor económico selecionadas geridas pela Tesouraria, predominantemente para mitigar a volatilidade de ganhos.

A medição e o relato do risco de taxa de juro ao valor económico são realizados diariamente, sendo o risco de ganhos monitorizado mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as nossas posições da carteira bancária resultante de choques de subida e descida de taxas de juro por divisa. No total, a alteração prevista no valor económico resultante do impacto dos desvios paralelos da curva de rendimentos por exigência regulamentar de (200) e +200 pontos base (com o limite inferior de zero) seria de (0,4) mil milhões de euros e (0,3) mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016.

Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

em mil milhões de euros	31.12.2016	
	-200 pontos base ¹	+200 pontos base
EUR	(0,5)	(0,1)
GBP	0	(0,1)
USD	0,2	(0,2)
JPY	0	0
Outros	0	0
Total	(0,4)	(0,3)

¹ Com limite inferior de zero

Um aumento paralelo repentino nas curvas de rendimento afetaria positivamente os nossos ganhos (rendimento de juros líquido) das nossas posições de carteira bancária. Prevemos que a alteração no rendimento de juros líquido total a um ano resultante dos desvios paralelos da curva de rendimentos de (200) e +200 pontos base (com o limite inferior de zero) seria de (0,6) mil milhões de euros e 2,1 mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016.

Os nossos negócios PW&CC e CIB estão sujeitos a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos seus depósitos, bem como a produtos de crédito. Um componente principal do valor económico das nossas posições de carteira bancária é a transformação de maturidade de depósitos contratualizados de curto prazo. A duração efetiva de depósitos contratualizados de curto prazo é baseada no comportamento observável do cliente, elasticidade das taxas de depósito (“DRE”) e volatilidade dos saldos dos depósitos. Além disso, consideramos o comportamento de pré-pagamento antecipado dos nossos clientes relativamente a produtos de crédito. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas. Se a evolução futura dos saldos, taxas ou comportamentos dos clientes diferir destes pressupostos, isto poderá ter impacto nos nossos riscos de taxa de juro na carteira bancária.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto ao risco de spread do crédito nas obrigações detidas na carteira bancária. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária como risco de base que descreve o impacto de alterações relativas em taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando curvas específicas de produtos. No âmbito do risco de mercado não relacionado com a negociação, a base entre uma curva de obrigação específica de produto e uma curva de taxa de juro isenta de risco é representada na categoria de risco de spread de crédito na carteira bancária.

Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação expressos em divisas diferentes da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da Global Markets, sendo conseqüentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma moeda, pelo que apenas subsiste um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e relato geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Banco e de investimentos contabilizados como capital. Alterações nas taxas de câmbio das divisas funcionais subjacentes resultam numa reavaliação do capital e dos lucros não distribuídos e são reconhecidas em Outro rendimento integral, inscritas como Ajustamentos de conversão cambial (CTA).

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura relativamente a uma série de divisas essenciais com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

Risco de investimento

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente da exposição a investimentos é predominantemente o risco de capital decorrente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária, classificadas em ativos de investimentos estratégicos e ativos de investimentos alternativos.

Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos

por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os investimentos em capital são investimentos diretos em capitais privados (incluindo compromissos de financiamento de aquisição de empresas alavancados por contração de empréstimos (*buy-out*) e compromissos de capital de continuidade), ativos imobiliários (incluindo dívida *mezzanine*) e capital de risco, realizados para valorização do capital. São ainda realizados investimentos em capital em fundos de cobertura e em fundos de investimento, para venda a clientes externos. Outros ativos de investimentos não estratégicos incluem ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários de natureza não estratégica.

Risco de pensões

Estamos expostos a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de *spread* de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Consultar informações sobre as nossas obrigações ao abrigo de pensões de prestação definida na Nota adicional 36 "Benefícios de colaboradores".

Outros Riscos

Além dos riscos anteriormente referidos, Gestão do risco de mercado está incumbida de monitorizar e gerir riscos de mercado decorrentes das atividades de gestão do risco de capital, financiamento e liquidez do nosso departamento de tesouraria. Além do processo de cobertura de capital cambial estrutural, inclui os riscos de mercado provenientes dos nossos planos de remuneração em capital.

Os riscos de mercado das nossas atividades de gestão de ativos no Deutsche AWM resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos nossos fundos.

Medição de risco de mercado não relacionado com a negociação.

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação está a ser calculado através da aplicação da metodologia padrão do risco de mercado comercial EC (modelo SVaR com base em EC) ou através da utilização de modelos de risco de mercado não comercial específicos a cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, grandes movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Gestão do risco operacional

Quadro do risco operacional

Risco operacional significa o risco de perdas resultante da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional.

A Gestão do risco operacional do Grupo (ORM do Grupo) é responsável pela conceção, implementação e manutenção do Quadro de gestão do risco operacional (ORMF), incluindo as estruturas de governo associadas. A ORM do Grupo também tem a responsabilidade de fornecer uma avaliação transversal do risco e agregação de riscos de forma a providenciar uma visão holística do perfil de risco não-financeiro da carteira do Banco, que inclui a supervisão dos planos de mitigação do risco e controlo, de modo a que o risco do retorno esteja dentro da tolerância do risco, quando requerido.

Tomamos decisões para gerir riscos operacionais, tanto estrategicamente como nos negócios diários. A fundação da Estrutura de gestão do risco operacional ("ORMF") no Deutsche Bank recai sobre quatro princípios:

Princípio do risco operacional I: Os proprietários do risco são totalmente responsáveis pelos riscos operacionais e têm de fazer a gestão contra uma apetência pelo risco específica. Os proprietários do risco são: Primeira linha de defesa ("LoD") (GM, CIB, Deutsche AM, PW&CC, NCOU e funções de infraestrutura da primeira LoD), para todos os respetivos riscos operacionais, e funções de controlo da segunda LoD (funções de infraestrutura), para os riscos operacionais que surgem nas suas próprias atividades e processos.

Os proprietários do risco são responsáveis pela gestão de todos os riscos operacionais nos respetivos negócios/processos com uma visão de processo integral, no âmbito de uma apetência pelo risco operacional específica, e pela identificação, definição e manutenção dos controlos de proprietário do risco (isto é, nível 1). Além disso, minimizam o risco identificado e avaliado na apetência pelo risco específica através de ações de remediação, seguros ou através da cessação/redução das atividades comerciais.

Os Diretores de controlo de divisão, ou equivalente nas funções de infraestrutura, prestam apoio aos proprietários do risco. Estes são responsáveis por incorporar o ORMF na divisão ou função de infraestrutura pertinente. Estes avaliam a eficácia dos controlos de nível 1, monitorizam o perfil de risco agregado e implementam as ações de controlo e mitigação adequadas dentro da divisão relevante. Os Diretores de controlo de divisão também estabelecem fóruns de governação adequados para supervisionar o perfil de risco operacional e estão envolvidos nos processos de tomada de decisões.

Princípio do risco operacional II: Os Controladores do tipo de risco são funções de controlo independentes da segunda LoD, que controlam tipos de riscos específicos conforme identificado na taxonomia do tipo de risco operacional.

Os Controladores do tipo de risco são responsáveis pela definição de um quadro eficaz de gestão do risco que controlem. Definem a taxonomia do tipo de risco e padrões de controlo mínimos e definem a apetência pelo risco específica. Os Controladores do tipo de risco colocam em causa, avaliam e relatam os riscos no âmbito das suas competências e realizam controlos de nível 2, complementares aos controlos de nível 1. Por fim, estabelecem um governo independente do risco operacional e preparam o relato agregado para o Comité de Risco Não-financeiro do Grupo.

Princípio do risco operacional III: A ORM do Grupo estabelece e mantém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo. A ORM do Grupo desenvolve e mantém o quadro do Grupo, definindo os papéis e responsabilidades para a gestão do risco operacional em todo o banco e o processo de identificação, avaliação, mitigação, monitorização, relato e escalada de riscos operacionais. A ORM do Grupo também mantém a taxonomia do tipo de risco operacional e supervisiona a completude da cobertura de tipos de risco identificados na taxonomia pelas funções de controlo da segunda LoD, em linha com os padrões da taxonomia de risco ao nível do Grupo. Também garante as ferramentas para o processo de avaliação e controlo do risco do Grupo, controlando a sua execução e resultados.

A ORM do Grupo também fornece um desafio independente ao perfil de risco operacional do Grupo através do fornecimento de opiniões independentes sobre o risco de modo a facilitar a gestão dos riscos futuros. Esta função analisa, monitoriza e avalia de forma independente os riscos materiais e os controlos chave a nível de divisão e de infraestruturas de todo o Banco. Também monitoriza e reporta sobre o perfil de risco operacional do Grupo por comparação com a apetência pelo risco do Grupo, de modo a identificar sistematicamente temas e concentrações de risco operacional e a supervisionar o acordo de medidas e prioridades de mitigação do risco. A ORM do Grupo estabelece procedimentos de relato e de escalada até ao Conselho de Administração para resultados de avaliação do risco e para lacunas de controlo material identificadas, ao mesmo tempo que informa o departamento de Auditoria do Grupo sobre as lacunas de controlo material.

Princípio do risco operacional IV: A Gestão do risco operacional do Grupo tem por objetivo a manutenção de capital suficiente para sustentar o risco operacional. A ORM do Grupo é responsável pela conceção, implementação e manutenção de uma abordagem adequada para determinar um nível suficiente de procura de capital para o risco operacional a recomendar ao Conselho de Administração. Para satisfazer este requisito, a ORM do Grupo é responsável pelo cálculo e atribuição do capital de risco operacional e pelo planeamento das Perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada (AMA). A ORM do Grupo também é responsável pela disponibilização do planeamento do capital de risco operacional anual e pelo processo de análise mensal.

Estrutura organizativa e de governo

O Grupo Gestão de risco operacional faz parte da função do Grupo Risco, dirigido pelo Diretor de Risco. O Diretor de Risco nomeia o Diretor de Gestão de risco operacional do Grupo.

Na ORM do Grupo, o Diretor de Gestão de risco operacional do Grupo tem a responsabilidade da conceção, implementação e manutenção de um eficaz e eficiente ORMF do Grupo, incluindo o modelo de capital de risco operacional.

O Comité de Risco Não Financeiro, copresidido pelo Diretor de Risco e pelo Diretor Regulamentar, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva holística e transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter algum impacto no perfil de risco das nossas divisões e cargos da infraestrutura.

O Diretor de Gestão do risco operacional do Grupo é totalmente responsável pelo estabelecimento e manutenção do ORMF, incluindo a adesão a todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. É proprietário do modelo de capital de risco operacional do Grupo e supervisiona a sua evolução contínua, bem como o processo de cálculo do capital. Enquanto proprietário do modelo, gere os riscos relevantes do modelo e estabelece controlos adequados. Aprova alterações quantitativas e qualitativas que afetem o capital regulamentar ou económico do Grupo, dentro dos limites definidos pelo Diretor de Risco.

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e funções de infra-estrutura, a ORM do Grupo supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do ORMF em todo o Banco.

Em 2016, continuámos a incorporar e refinar o nosso modelo "Três linhas de defesa" em todo o Banco. Uma das nossas principais preocupações foi que os líderes das áreas de negócios continuassem a assumir responsabilidade primária pelos riscos e controlos nas suas unidades e que os controladores do tipo de risco da segunda linha de defesa desenvolvessem as suas capacidades de gestão do risco através da implementação de normas mínimas.

Gestão do nosso risco operacional

Gerimos o risco operacional usando o ORMF do Grupo, que nos permite determinar o nosso perfil de risco operacional em comparação com a nossa tolerância ao risco, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Para cobrir o vasto leque de tipos de risco subjacentes ao risco operacional, o nosso quadro contém uma série de técnicas de gestão do risco operacional. Estas técnicas destinam-se a gerir com eficácia o risco operacional da nossa atividade, sendo utilizadas para identificar, avaliar e atenuar os riscos operacionais.

- Recolha de dados de perdas: O levantamento contínuo de eventos de perda de risco operacional é um pré-requisito para a gestão do risco operacional, incluindo análises e o fornecimento de informações oportunas à direção. Todas as perdas superiores a 10.000 euros são incluídas no nosso sistema de relato de incidentes (dbIRS).
- O processo de Ensinamentos retirados é desencadeado para eventos, incluindo quase-eventos, a partir de 500 mil euros. Este processo inclui, entre outros:
 - análises sistemáticas do risco, incluindo uma descrição do contexto de negócio em que a perda ocorreu, eventos prévios, quase-eventos e indicadores de risco fundamentais (KRI) específicos do evento,
 - análise da causa-raiz,
 - análise de melhorias de controlo e outras ações para prevenir ou reduzir a recorrência, e
 - validação da exposição a risco residual.

A execução das ações corretivas identificadas neste processo são sistematicamente rastreadas e reportadas mensalmente à direção.

- Análise de cenários: Completamos o nosso perfil de risco através da utilização de um conjunto de cenários, incluindo casos externos relevantes fornecidos por uma base de dados pública e cenários internos adicionais. Utilizamos, deste modo, sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor bancário para garantir que incidentes semelhantes não ocorrerão connosco, por exemplo, através de análises exaustivas específicas ou de análises do perfil de risco.
- Identificação do risco emergente: Avaliamos e aprovamos o impacto das alterações no nosso perfil de risco decorrentes de novos produtos, atividades de subcontratação, iniciativas estratégicas, aquisições e desinvestimentos, bem como alterações a processos e sistemas materiais. Uma vez identificados e avaliados os riscos operacionais, estes são comparados com a declaração específica de apetência pelo risco relevante e mitigados ou aceites. Os riscos que infrinjam regulamentos e legislação nacionais ou internacionais aplicáveis não podem ser aceites; uma vez identificados, esses riscos devem ser sempre reduzidos.
- Análise de comparação: Procuramos continuamente melhorar o processo para avaliar se os problemas identificados requerem uma estratégia mais ampla de várias entidades e locais no Banco. É efetuada uma análise às conclusões materiais com vista a avaliar a respetiva relevância para áreas do Banco além daquelas onde estas têm origem. Estamos a desenvolver software de informação comercial para identificar clusters de risco no Banco através da avaliação de diversas fontes de informação. O nosso objetivo é aumentar a análise preditiva, capacidades de "clustering" e identificar concentrações de risco de forma atempada através da utilização desta ferramenta.
- Atenuação do risco: Ao implementarmos medidas de atenuação do risco, monitorizamos sistematicamente a respetiva resolução. Os riscos operacionais residuais com uma classificação de "significativos" ou superior, que o proprietário do risco decide não solucionar, têm de ser formalmente aceites pelo risco pelo proprietário do risco da divisão que suporta o risco. A decisão é analisada pelas funções da segunda LoD e pela ORM do Grupo. O Comité de Risco Não-financeiro tem direito de veto sobre a decisão.
- Realizamos Análises de risco de hierarquia superior nas quais são considerados os resultados das atividades supramencionadas. As Análises de risco de hierarquia superior são um importante contributo para o processo anual de planeamento e estratégia de gestão do risco operacional e visam identificar os nossos riscos mais importantes em termos de probabilidade e gravidade.
- Os Indicadores de risco fundamentais (KRI) são utilizados para monitorizar o perfil de risco operacional e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Os Indicadores de risco fundamentais permitem a monitorização da cultura de controlo do Banco e do contexto de negócio e motivam ações de redução do risco. Estes facilitam a gestão prospetiva dos riscos operacionais, com base em sinais de alerta precoces.
- No âmbito do nosso processo ascendente de autoavaliação, são destacadas áreas com elevado risco potencial e identificadas medidas de redução de risco para resolver os problemas. Realizamos regularmente seminários sobre

risco com o objetivo de avaliar os riscos específicos de pessoas jurídicas locais e aos países onde operamos e de tomar medidas adequadas de redução do risco. Estamos em vias de substituir o processo de autoavaliação existente por um processo melhorado de Avaliação e controlo do risco, sustentado por uma ferramenta de TI a nível do grupo. Ao longo de 2016, as divisões e as funções de controlo da infraestrutura realizaram avaliações de risco e controlo para alcançar mais de 90% de cobertura de riscos. Iremos realizar as restantes avaliações para alcançar 100% de cobertura, tendo como data alvo o final do primeiro trimestre de 2017.

Funções, metodologias e ferramentas adicionais implementadas pelos Controladores do tipo de risco da segunda LoD são utilizadas para complementar o ORMF do Grupo e para responder aos tipos de risco específicos. Entre estas incluem-se:

- O risco de conformidade é definido como o risco atual ou potencial relativo a lucros e capital, decorrente da violação ou do incumprimento de legislações, normas, regulamentos, acordos, práticas recomendadas ou padrões éticos e pode resultar em coimas, danos e/ou anulação de contratos, podendo denegrir a reputação de uma instituição. O risco de conformidade é gerido pelo departamento de Conformidade (Compliance) do Banco (apoiado pelas divisões e funções de infraestrutura do Banco) através da identificação da adesão a normas e regulamentações materiais em que a não conformidade poderia colocar em perigo os ativos do Banco, bem como atuando para implementar procedimentos eficazes para a conformidade e estabelecendo os controlos correspondentes. O departamento de Conformidade garante ainda serviços de consultoria quanto aos assuntos indicados acima e realiza atividades de monitorização relativamente à cobertura de normas e regulamentos materiais novos e alterados e avalia o cenário de controlo correspondente, reportando regularmente os resultados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização.
- Os riscos de crime financeiro são geridos pela nossa função de Combate ao crime financeiro (Anti-Financial Crime – AFC) através da manutenção e do desenvolvimento de um programa dedicado. O programa AFC tem por base os requisitos regulamentares e de supervisão. O AFC definiu funções e responsabilidades e estabeleceu funções dedicadas para a identificação e gestão de riscos de crime financeiro resultantes de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, não cumprimento de sanções e embargos, bem como outras atividades criminosas, incluindo fraude, corrupção e outros crimes. O AFC assegura a atualização da sua estratégia na prevenção do crime financeiro através do desenvolvimento regular de políticas e procedimentos internos, análises de risco específico de instituições e formação dos colaboradores.
- O Departamento Jurídico, com a assistência da função de Gestão do risco jurídico ("LRM"), está incumbido da gestão do risco jurídico do Banco. Em nome do Departamento Jurídico, a LRM assume uma ampla variedade de tarefas que visam a gestão proativa do risco, incluindo a supervisão da participação do Departamento Jurídico na avaliação de risco e o controlo relativamente aos riscos para os quais o Departamento Jurídico é o controlador do tipo de risco; concordando e participando em análises da carteira resultante e planos de migração; supervisionando o processo de ensinamentos jurídicos retirados; e realizando análises de garantia de qualidade em processos do Departamento Jurídico, avaliando assim a robustez do quadro de controlo jurídico e identificando melhorias de controlo.
- A Gestão do risco de informação e resiliência ("IRRM") é o Controlador do tipo de risco para um conjunto de riscos na nossa taxonomia de tipos de riscos operacionais. Estes incluem controlos sobre riscos de infraestrutura para impedir perturbações tecnológicas ou de processos, manter a segurança da informação e assegurar que os negócios dispõem de planos robustos em vigor para recuperar processos e funções essenciais do negócio em caso de avaria técnica ou do edifício, ou dos efeitos de um ciberataque ou desastre natural. A IRRM também gere os riscos resultantes das atividades de subcontratação do Banco através da disponibilização de um quadro de gestão do risco de fornecedor abrangente.
- O risco de modelo foi classificado como um risco material para o Banco e é gerido por uma função de risco de modelo da segunda LoD. Para obter mais informações, consulte a secção autónoma sobre a Gestão do risco de modelo neste relatório.

Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na Abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da

Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de Abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de Abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. O capital económico é definido num nível para absorver um percentil de 99,98% de perdas inesperadas agregadas muito graves no período de um ano. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de Capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação do capital, a ORM do Grupo visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do modelo de risco do Grupo.

Fatores da evolução do capital de risco operacional

Em 2016, as nossas perdas de risco operacional foram predominantemente motivadas por perdas e provisões resultantes de processos civis e execução regulamentar. Essas perdas correspondem a mais de 90% das perdas de risco operacional e correspondem à maioria da procura de capital regulamentar e económico de risco operacional. Para obter uma descrição dos nossos atuais processos legais e regulamentares, consulte a secção "Processos individuais atuais" na Nota 30 "Provisões". As nossas perdas de risco operacional não jurídico foram inferiores face a 2015.

A nossa gestão de risco operacional fomenta uma gestão do risco futuro no que respeita à monitorização de potenciais lucros e perdas, focando-se na análise regular de processos civis e questões de execução regulamentar, análise de tendências baseada em dados disponíveis de perdas e indicadores de risco fundamentais.

Isto reflete-se particularmente na gestão e medição dos nossos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o Banco, mas também o setor bancário no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceptualmente, o Banco avalia o risco operacional, incluindo risco jurídico, determinando as perdas máximas que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas máximas inclui um componente que, devido aos critérios de IFRS, se reflete nas nossas demonstrações financeiras e um componente que é expresso como procura de capital regulamentar ou económico que é superior ao montante refletido como provisões nas nossas demonstrações financeiras.

- As perdas legais que o Banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37. O desenvolvimento das nossas provisões legais para processos civis e execução regulamentar é destacado em pormenor na Nota 30 "Provisões" das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

- As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são expressas como "procura de capital regulamentar ou económico", refletindo a nossa exposição ao risco que consome capital regulamentar e económico.

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o Banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas resultantes de questões jurídicas que não são consideradas prováveis, mas que são razoavelmente possíveis. As perdas razoavelmente possíveis podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

Incluímos as previsões jurídicas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no nosso modelo AMA. Através deste modelo, o intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas. Este reflexo das previsões jurídicas no modelo AMA está em vigor deste 2014, como parte de uma implementação proativa de um pedido de alteração do modelo que foi aprovado pela autoridade de supervisão europeia, o BCE, em agosto de 2016.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Quadro de gestão do risco de liquidez

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez ("ILAAP") anual, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto, como é que estes riscos são identificados, monitorizados e medidos e descreve as técnicas e os recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do banco, bem como a apetência para o risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo ("GRC"). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicados ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do banco, atuando o Controlo de risco de liquidez como função de controlo independente, responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, por propor a apetência pelo risco ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pela Tesouraria, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Além disso, a Tesouraria trabalha em conjunto com o Controlo de risco de liquidez (LRC) e a empresa, para analisar e compreender as características de liquidez subjacentes das carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares e frequentes para compreenderem as alterações na posição do Banco

decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados objetivos de negócio dedicados para garantir que o Grupo cumpre a liquidez global e a apetência para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho de acordo com estas métricas de apetência para o risco, através de um quadro de pontuações de liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

Emissão nos mercados de capitais

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e emissão de dívida nos mercados de capitais. A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas, bem como títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Banco e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos, uma vez por ano, a Tesouraria envia um Plano de financiamento a longo prazo anual para o GRC para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A nossa carteira de mercados de capitais é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Deutsche Bank controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de 12 meses. Para este efeito, consideramos que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pela Gestão do montante de tesouraria, bem como passivos garantidos gerados pela nossa divisão Markets. As nossas contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites aprovados pelo Conselho de Administração para restringir a exposição do DB a contrapartes no setor grossista, que mostraram, historicamente, ser as mais suscetíveis ao esforço de mercado. Estes limites de financiamento por grosso são calibrados tendo em conta os resultados dos testes de esforço mensais, de modo a garantir a liquidez do Grupo no âmbito dos nossos cenários de esforço mais graves, mesmo que os limites sejam totalmente utilizados.

Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao montante de moeda total combinado de todo o financiamento por grosso atualmente pendente, garantido e não garantido com limites de maturidade específicos, abrangendo as primeiras 8 semanas. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos atenuantes de potencial esforço no mercado de financiamento por grosso a curto prazo.

As tabelas que começam na página 195 mostram a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são uma das principais ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Complementa o processo de gestão de liquidez operacional intradiário e a estratégia de liquidez de longo prazo, representada pela Matriz de financiamento.

O nosso processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, incluindo a definição de cenários de esforço, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados modelo. O Controlo de risco de liquidez é responsável pela validação independente de modelos de risco de liquidez. O Relato e análise de Tesouraria (LTRA) é responsável pela implementação destas metodologias em conjunto com a Tesouraria e o departamento de TI, bem como pelo cálculo de testes de esforço.

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. Os cenários que aplicamos baseiam-se em eventos históricos, tal como a crise dos mercados financeiros de 2008.

O Deutsche Bank selecionou cinco cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço ("sNLP") do Grupo. Estes cenários captam a experiência histórica do Deutsche Bank durante períodos de esforço idiossincrático e/ou extensivo a todo o mercado e presume-se que sejam ambos plausíveis e suficientemente graves para influenciar materialmente a posição de liquidez do Grupo. Uma crise global do mercado, por exemplo, é abrangida por um cenário de esforço específico (risco de mercado sistémico), que molda as potenciais consequências observadas durante a crise financeira de 2008. Adicionalmente, introduzimos cenários de esforço do mercado regional. No âmbito de cada um destes cenários, assumimos um elevado grau de prolongamentos de crédito em vencimento a clientes não grossistas para podermos suportar a franquia do nosso negócio. O financiamento por grosso da maioria das contrapartes sensíveis ao risco (incluindo bancos e fundos de investimento do mercado monetário) é assumido como concluído na maturidade contratual ou até mesmo recomprado, na fase de esforço aguda.

Além disso, incluímos os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo facilidades de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivativos e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual.

Posteriormente, modelamos as ações a tomar para contrabalançar as saídas incorridas. As contramedidas incluem a utilização da reserva de liquidez e a geração de liquidez de ativos transacionáveis desonerados.

O teste de esforço é realizado a nível global e para entidades jurídicas individuais definidas. Para além do teste de esforço global, são realizados testes de esforço para divisas importantes (EUR, USD e GBP). Revemos os nossos pressupostos dos testes de esforço regularmente e efetuamos melhorias à metodologia e gravidade de determinados parâmetros no decorrer do ano de 2016.

Efetuamos diariamente os testes de esforço de liquidez ao longo de 8 semanas (que consideramos ser o período mais crítico numa crise de liquidez) e aplicamos os pressupostos de esforço relevantes aos fatores de risco relativos a produtos, dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas, analisamos o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses. Esta análise dos testes de esforço é realizada diariamente e mensalmente tendo em consideração informação de balanço adicional.

A nossa apetência interna pelo risco durante 2016 consistiu em manter um excedente de, pelo menos, 5 mil milhões de euros durante o esforço de 8 semanas em todos os cenários para o nosso teste de esforço mensal em moedas agregadas. A apetência mínima pelo risco alvo foi aumentada para 10 mil milhões de euros a partir de janeiro de 2017.

A tabela na página 191 mostra os resultados do nosso teste de esforço interno de liquidez nos vários cenários diferentes.

Rácio de cobertura de liquidez

Para além do nosso resultado do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração para o Rácio de cobertura de liquidez ("LCR"). Ultimado pelo Comité de Basileia em janeiro de 2013, o LCR destina-se a promover a resiliência a curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço, ao longo de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade ("HQLA") que podem ser utilizados para aumentar a liquidez, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições reais e contingentes, num cenário de esforço.

Este requisito foi implementado na legislação europeia, através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61, adotado em outubro de 2014. A conformidade com o LCR começou a ser necessária na UE a partir de 1 de outubro de 2015. A implementação do rácio de cobertura de liquidez está sujeita a um período de transição gradual, de 70% a partir de 1 de janeiro de 2016, aumentando para 80% em 2017 e 100% em 2018.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

A nossa apetência interna para o risco consiste em manter um LCR de, pelo menos, 105%.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O nosso teste de esforço de liquidez também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, excluídos do LCR.

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de maturidade de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de maturidade de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) podem ser excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados quaisquer excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. Mantemos também uma matriz de financiamento autónoma em USD e GBP que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos) a 10 mil milhões de euros e 5 mil milhões de euros, respetivamente. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento de moedas agregadas, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (mais de 1 ano a mais de 10 anos).

Rácio de financiamento estável líquido

O Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) foi proposto como parte das regras de Basileia III, como métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Embora esteja previsto que o NSFR se torne num padrão mínimo internacional, a 1 de janeiro de 2018, o rácio está sujeito à implementação nacional. Na UE, em 23 de novembro de 2016, a Comissão publicou uma proposta legislativa para alterar o regulamento CRR. A proposta define, inter alia, um requisito de NSFR quantitativo obrigatório e que seria aplicável dois anos após a entrada em vigor da proposta. A proposta permanece sujeita a alteração no processo legislativo da UE. Desta forma, para bancos domiciliados na UE, a definição final do rácio e o respetivo período de implementação ainda não foram confirmados.

Estamos atualmente no processo de avaliar os impactos do NSFR e esperamos incorporar formalmente esta métrica no nosso quadro global de gestão do risco de liquidez, assim que as regras e datas relevantes na UE sejam finalmente determinadas.

Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões, produtos e instrumentos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis vêm dos mercados de capitais e dos clientes do setor bancário de transações, de capital e de retalho. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e financiamento garantido e posições curtas. O financiamento por grosso não garantido representa passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na divisão de gestão do montante de tesouraria. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos detidos para negociação em numerário e líquidos.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença que nos permite emitir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*). Adicionalmente, estabelecemos um programa para efeitos de emissão de Obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas).

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos não garantidos como, por exemplo certificados de depósito (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos a prazo, à ordem e *overnight*, com prazos sobretudo até um ano.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo, e para promover um sólido perfil de financiamento, o que está em conformidade com a apetência para o risco definida, implementámos limites (abrangendo diferentes maturidades) a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise mensal de testes de esforço. Além disso, limitamos o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico na página 188 apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios e regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e com a sua maturidade de financiamento e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez proporcionais para financiar necessidades de caixa inesperadas.

O quadro de preços de transferência de fundos do Deutsche Bank reflete princípios e orientações regulamentares. No âmbito deste quadro, todos os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas de mercado. Essas taxas de mercado refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Banco para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Banco aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro de remuneração baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço. As transações relevantes para financiamento estão sujeitas a prémios de liquidez (em termos de prazo) e/ou outros mecanismos de preços de transferência de fundos, consoante as condições de mercado. Os prémios de liquidez são definidos pela Tesouraria e refletem-se numa conta de liquidez segregada da Tesouraria que constitui o agregador de custos e benefícios de liquidez. A gestão e a afetação da base de custo da conta de liquidez é a variável-chave dos preços de transferência de fundos no Deutsche Bank.

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado diário que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total das nossas reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez apenas incluem ativos que podem ser transferidos livremente dentro do Grupo ou aplicados para compensar saídas em esforço de entidades locais. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente na nossa empresa-mãe e nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos. Detemos as nossas reservas nas principais divisas, sendo que a sua dimensão e composição são alvo de revisão regular pela direção.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Normalmente, oneramos empréstimos para suportar a emissão garantida de mercados de capitais a longo prazo, tal como Pfandbriefe ou outras estruturas de autotitularização de créditos, enquanto o financiamento de capital próprio e dívida de forma garantida é uma atividade regular para a nossa divisão Global Markets. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Gestão do risco (estratégico) do negócio

Risco estratégico é o risco de sofrer défice de rendimento operacional devido a uma diminuição nos proveitos, que não pode ser compensada por redução dos custos. É um tipo de risco significativo que pode resultar da incapacidade de executar a nossa estratégia, de posicionar o Banco estrategicamente ou de darmos uma resposta ineficaz a desvios do plano negativos significativos causados por fatores externos ou internos.

A gestão do risco estratégico implica minimizar o défice de rendimento operacional potencial que pode ter um impacto adverso no capital do Grupo. Isto é alcançado utilizando controlos de risco ao nível do Grupo e nas nossas diferentes unidades de negócio.

Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, definimos o risco de reputação como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do DB e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O nosso risco de reputação rege-se pelo Quadro de risco de reputação (o Quadro). O Quadro foi estabelecido para fornecer normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com risco de reputação. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a reputação do DB, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, pela referência e comunicação das questões relacionadas com risco de reputação recai sobre as divisões do DB. Cada colaborador tem a obrigação de, no âmbito das suas atividades, estar atento a quaisquer potenciais causas de risco de reputação e abordá-las de acordo com o Quadro.

Quando um potencial risco de reputação é identificado, exige-se que seja encaminhado para consideração superior na divisão através do processo de avaliação de risco de reputação da unidade. Na eventualidade de um assunto ser considerado como apresentando um risco de reputação material e/ou de cumprir um dos critérios de referência obrigatória, tem de ser comunicado a um dos quatro Comitês Regionais de Risco de Reputação (RRRC) para análise adicional, como segunda linha de defesa. Os RRRC são subcomitês do Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC), que é ele próprio um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC), e são responsáveis pela supervisão, pelo governo e pela coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões do Deutsche Bank em nome do Conselho de Administração. Em circunstâncias excecionais, os assuntos também podem ser referidos pelos RRRC ao GRRC.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Gestão do risco do modelo

O risco de modelo é o potencial para consequências adversas de resultados do modelo incorretos ou mal utilizados e dos relatórios que utilizam estes resultados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. Neste contexto, o termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

O risco de modelo é gerido através de modelos de preços, modelos de risco e capital e outros modelos:

- Os modelos de preço são utilizados para gerar medições de justo valor de ativos e passivos comunicados em documentos e registos oficiais e/ou sensibilidades de risco que são integradas nos processos de Gestão do risco de mercado (MRM);
- Os modelos de risco e capital estão relacionados com riscos utilizados para requisitos de capital internos e regulamentares, por exemplo VaR, IMM, testes de esforço, etc.;
- Outros modelos são os que se situam fora dos modelos de preços e de risco e capital do Banco.

A apetência pelo risco de modelo está em sintonia com as demonstrações qualitativas do Grupo, assegurando que a gestão do risco de modelo está integrada numa cultura de risco forte e que os riscos são minimizados tanto quanto possível.

A gestão do risco de modelo inclui:

- Efetuar uma validação de modelo independente robusta, que confere um desafio eficaz ao processo de desenvolvimento do modelo e que inclui a identificação de condições de utilização, limitações metodológicas que podem requerer ajustes ou sobreposições e descobertas de validação que requerem correção;
- Estabelecer uma gestão do risco de modelo e um enquadramento de governação sólidos, incluindo fóruns de seniores para monitorização e comunicação dos tópicos relacionados com o risco de modelo;
- Criar políticas relacionadas com o risco de modelo em todo o Banco, em sintonia com os requisitos regulamentares, tendo funções e responsabilidades claras para as partes interessadas fundamentais em todo o ciclo de vida do modelo; e
- Avaliar o ambiente de controlo do modelo e relatar ao Conselho de Administração regularmente.

Gestão do risco especificamente relacionado com seguros

Na sequência da venda da Abbey Life, a nossa exposição a risco relacionado com seguros está sobretudo relacionada com as nossas obrigações de pensões de benefícios definidos que são descritas em maior pormenor na Nota adicional 36 "Benefícios dos colaboradores". A nossa estrutura de gestão do risco considera os riscos relacionados com seguros de obrigações de planos de pensões como risco de mercado não relacionado com a negociação. Além disso, existe também algum risco relacionado com seguros no negócio de Mercados de risco de pensões e seguros (Pensions and Insurance Risk Markets) que consideramos um risco de mercado relacionado com a negociação. Monitorizamos regularmente os pressupostos subjacentes ao cálculo desses riscos e propomos medidas que reduzam esses riscos, como resseguros. No negócio de Mercados de risco de pensões e seguros, a maioria dos riscos relacionados com seguros é coberta de forma a que a exposição do banco aos riscos seja apenas residual. Os riscos resultam sobretudo de:

- Risco de longevidade: risco de melhorias mais rápidas ou mais lentas do que o esperado na expectativa de vida dos produtos de anuidade imediata e diferida;
- Riscos de mortalidade e de morbilidade: riscos de um número de reclamações de indemnização por morte ou deficiência maior ou menor do que o esperado relativamente a produtos de seguros e de ocorrência de uma ou mais reclamações de indemnizações de grande dimensão; e
- Risco de persistência: risco de uma percentagem de apólices expiradas superior ou inferior ao esperado.

Concentração de risco e diversificação do risco

Concentrações de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de liquidez e riscos de outra natureza), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Podem ocorrer no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão de concentrações está integrada na gestão de tipos de risco individuais e é monitorizada regularmente. O principal objetivo é evitar concentrações indevidas na carteira, mediante uma abordagem quantitativa e qualitativa que inclui as seguintes componentes:

- As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas áreas de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e de outros riscos). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com o tipo de risco, servem de base a essa atividade.
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2016 foi o Comité de Risco da Sociedade (ERC), que é um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC).

Vantagem de diversificação do tipo de risco

A vantagem da diversificação do tipo de risco quantifica os efeitos de diversificação entre o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional e o risco estratégico no cálculo do capital económico. Na medida em que as correlações entre esses tipos de risco sejam inferiores a 1,0, ocorre uma vantagem da diversificação do tipo de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

Desempenho de capital e risco

Capital e rácio de alavancagem

Capital regulamentar

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como implementado na Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Quando nos referimos a resultados em conformidade com a aplicação plena do quadro CRR/CRD IV final (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo “CRR/CRD IV *fully loaded*”. Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5. Estes estão relacionados, por exemplo, com a ponderação de risco de determinadas categorias de ativos e incluem regras que permitem a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%. Neste sentido, assumimos na nossa metodologia em conformidade com o quadro CRR/CRD IV *fully loaded* para um subconjunto limitado de posições de capital que o impacto da expiração destas regras transitórias será mitigado através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração das disposições da cláusula de anterioridade até ao final de 2017.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de instituições consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. As nossas companhias de seguros estão incluídas num cálculo de adequação de capital adicional (também designado “margem de solvência”) ao abrigo do decreto alemão relativo à solvência de conglomerados financeiros. A nossa margem de solvência enquanto conglomerado financeiro mantém-se dominada pelas nossas atividades bancárias.

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2016, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganho de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital *Tier 1* adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão em AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um meca-

nismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão em T2 consolidado. Para se qualificarem como instrumentos de capital T2 ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded* estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 60% em 2016, sendo que este limite desce 10% em cada ano.

Instrumentos de capital

A Assembleia-Geral Anual de 2015 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 137,9 milhões de ações até ao final de abril de 2020. Deste total, 69,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral Anual de 2014. Recebemos aprovação para recompra de ações relacionadas com remuneração da autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) para 2015 e do BCE para 2016, de acordo com as novas regras do quadro CRR/CRD IV. Durante o período entre a Assembleia-Geral Anual de 2015 e a Assembleia-Geral Anual de 2016 (19 de maio de 2016), foram comprados 37,9 milhões de ações, dos quais 4,7 milhões de ações foram adquiridos através de opções de compra. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinavam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 12,1 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2016.

A Assembleia-Geral Anual de 2016 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 137,9 milhões de ações até ao final de abril de 2021. Deste total, 69,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2016 e 31 de dezembro de 2016, foram readquiridos 0,9 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período, para que nenhuma ação proveniente de recompras permanecesse em Tesouraria a 31 de dezembro de 2016.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2015, e em 31 de dezembro de 2016, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração era de 1760 milhões de euros (688 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2016, o capital condicional manteve-se nos 486 milhões de euros (190 milhões de ações).

Os nossos Instrumentos híbridos de capital *Tier 1* já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são totalmente reconhecidos pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded*, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são em larga medida reconhecidos como Capital *Tier 1* adicional nas provisões de transição do CRR/CRD IV, podendo ainda ser parcialmente reconhecidos como capital *Tier 2* pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded*. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos *Tier 1* adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2016, tal resultou em 11,1 mil milhões de euros de instrumentos de capital *Tier 1* adicional elegíveis (isto é, 4,6 mil milhões de euros de novas Notas AT1 emitidas, mais 6,5 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital *Tier 1* já existentes, reconhecidos durante o período de transição). Um instrumento híbrido de capital *Tier 1* com o valor nominal de 0,2 mil milhões de euros e um valor equivalente elegível de 0,1 mil milhões de euros foi adquirido em 2016. 6,0 mil milhões de euros dos Instrumentos híbridos *Tier 1* ainda podem ser reconhecidos como capital *Tier 2* pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded*. Os instrumentos de *Tier 1* adicionais reconhecidos após os ajustamentos regulamentares ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV *fully loaded* ascendiam a 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de maio de 2016, emitimos novos títulos Tier 2 subordinados de taxa fixa com um montante agregado de 750 milhões de euros. Os títulos têm uma denominação de 100 000 euros e vencem a 19 de abril de 2026. Foram emitidas em transações fora dos Estados Unidos não sujeitas aos requisitos de registo da Lei dos valores mobiliários de 1933 dos Estados Unidos, conforme emendado, e não foram oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos.

Além disso, emitimos novos títulos subordinados de taxa fixa Tier 2 com um montante agregado de 31 milhões de euros em 15 de junho de 2016. Os títulos têm uma denominação de 100 000 euros e vencem a 15 de junho de 2026. Foram emitidas em transações fora dos Estados Unidos não sujeitas aos requisitos de registo da Lei dos valores mobiliários de 1933 dos Estados Unidos, conforme emendado, e não foram oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos.

Em 31 de dezembro de 2016, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido após os ajustamentos regulamentares durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD IV, era de 6,7 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2016, não existem instrumentos híbridos *Tier 1* já existentes que sejam contabilizados como capital *Tier 2* segundo as regras transacionais. O valor teórico bruto dos instrumentos de capital *Tier 2* foi de 8,0 mil milhões de euros. Não foram adquiridos quaisquer instrumentos de capital Tier 2 em 2016. Os instrumentos Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD IV ascendiam a 12,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 (incluindo os instrumentos híbridos de capital Tier 1 existentes de 6,0 mil milhões de euros apenas reconhecíveis como capital Tier 1 adicional durante o período de transição).

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00%, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50% de capital Tier 1 adicional e até 2,00% de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tal como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2016. As nossas subsidiárias que não estavam incluídas na nossa consolidação regulamentar por não serem materialmente relevantes, não tinham de cumprir com os padrões mínimos de capital próprio em 2016.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital foram introduzidos progressivamente desde 2016 (para além do amortecedor de risco sistémico, se existente, que não está sujeito a nenhuma introdução progressiva) e estarão totalmente em vigor a partir de 2019. Os requisitos de amortecedor têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

Em março de 2015, o Deutsche Bank foi designado como uma G-SII pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de amortecedor para G-SII de 2,00% de capital CET 1 de RWA em 2019. Tal está de acordo com a avaliação, por parte do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), da importância sistémica com base nos indicadores publicados em 2015. O requisito de amortecedor adicional de 2,00% para G-SII foi introduzido progressivamente com 0,50% em 2016 e em 2017 ascende a 1,00%. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA. O requisito de amortecedor adicional de 2,50% foi introduzido progressivamente com 0,625% em 2016 e em 2017 ascende a 1,25%.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2019. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam

às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2016 (e atualmente), o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,01%.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2016 (e atualmente), não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

Além disso, o Deutsche Bank AG foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha como outra instituição de importância sistémica global (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% que não foi cumprido a nível consolidado. Para o Deutsche Bank, o amortecedor O-SII é aplicado em etapas de 0,66% em 2017, 1,32% em 2018 e 2,00% em 2019. No final do exercício de 2016, não foi aplicado amortecedor O-SII ao Deutsche Bank.

A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas terá de ser aplicado o mais elevado do amortecedor de risco sistémico, o amortecedor G-SII e o amortecedor O-SII. Em conformidade, o O-SII não é atualmente aplicado, uma vez que é inferior ao amortecedor G-SII.

Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) do Pilar 2, o Banco Central Europeu (BCE) pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2). A 4 de dezembro de 2015, o BCE informou o Deutsche Bank que o Grupo consolidado tem de manter um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,25% numa base de introdução progressiva, segundo as regras transitórias aplicáveis no âmbito do CRR/CRD IV, em todos os momentos. Considerando o amortecedor G-SII de 0,50% e o amortecedor contracíclico de 0,01%, os nossos requisitos globais de CET 1 ascendiam a 10,76% em 31 de dezembro de 2016. Correspondentemente, os requisitos do Deutsche Bank para rácio de capital Tier 1 eram de 12,26% e para total de rácio de capital eram de 14,26% em 31 de dezembro de 2016.

Em 8 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2017, na sequência dos resultados do SREP de 2016. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva de pelo menos 9,51% numa base consolidada, com início a 1 de janeiro de 2017. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,25%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,01%) e o amortecedor G-SII de capital inicial, na sequência da designação do Deutsche Bank como instituição de importância sistémica global ("G-SII"), de 1,00%. O novo requisito de capital CET 1 de 9,51% para 2017 é inferior ao requisito de capital CET 1 de 10,76%, aplicável ao Deutsche Bank em 2016. Do mesmo modo, os requisitos de 2017 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão a 11,01% e para o seu total de rácio de capital a 13,01%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2016, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por "orientação de Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não acione automaticamente qualquer tomada de medidas legais.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de "Pilar 2"), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank nos anos 2016 e 2017 (delineados numa base de integração progressiva):

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2016	2017
Pilar 1		
Requisito mínimo de CET 1	4,50 %	4,50 %
Amortecedor de conservação de capital	0,625 %	1,25 %
Amortecedor contracíclico	0,01 %	0,01 % ¹
Amortecedor G-SII ³	0,50 %	1,00 %
Amortecedor O-SII ³	0,00 %	0,66 %
Amortecedor de risco sistémico ³	0,00 %	0,00 % ²
Pilar 2		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	5,125 %	2,75 %
Requisito SREP de CET 1	10,25 %	8,50 %
Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2⁴	10,76 %	9,51 %
Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2	12,26 %	11,01 %
Requisito de capital total do Pilar 1 e 2	14,26 %	13,01 %

¹ O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato. Presume-se que a taxa do amortecedor contracíclico para 2017 seja de 0,01% devido à indisponibilidade de dados de 2017.

² Presume-se que o amortecedor de risco sistémico se mantenha em 0% para o exercício projetado de 2017, sujeito a alterações com base em novas diretivas.

³ A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas o mais elevado entre o amortecedor de risco sistémico e os amortecedores G-SII e O-SII tem de ser aplicado.

⁴ O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de amortecedor mais elevado entre o amortecedor G-SII, O-SII e de risco sistémico, bem como do requisito do amortecedor contracíclico.

Evolução do capital regulamentar

A 31 de dezembro de 2015, o nosso capital *Tier 1* de CRR/CRD IV totalizava 55,5 mil milhões de euros, sendo composto por um capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) de 47,8 mil milhões de euros e um capital *Tier 1* adicional (AT1) de 7,7 mil milhões de euros. O capital *Tier 1* de CRR/CRD IV era 2,7 mil milhões de euros mais baixo do que no final de 2015, principalmente, motivado por um decréscimo no capital CET 1 de 4,6 mil milhões de euros desde o final de 2015, enquanto o capital AT1 aumentou 1,9 mil milhões de euros no mesmo período.

A diminuição de 4,6 mil milhões de euros em capital CET 1 em conformidade com o quadro CRR/CRD IV foi, em grande parte, o resultado dos elevados ajustamentos regulamentares que se deveram à taxa mais elevada de capital inicial de 60% em 2016, em comparação com os 40% de 2015, e da perda líquida atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais de 1,4 mil milhões de euros em 2016. A Decisão (UE) (2015/4) do BCE impõe o reconhecimento da perda do final do exercício em capital CET 1. A 5 de março de 2017, o Conselho de Administração decidiu recomendar um dividendo de 0,19 euros para 2015 e 2016 na Assembleia-Geral Anual de 2017 agendada para maio de 2017, tomando em consideração as ações previstas após o aumento de capital proposto do Banco. Com base nesta nova decisão, o capital regulamentar no fim do exercício de 2016 foi afetado por uma dedução de acumulação de 0,4 mil milhões de euros. Esta acumulação de dividendos está em sintonia com a Decisão do BCE (UE) (2015/4) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou de final do exercício no capital CET 1. O efeito positivo numa base anual de 0,6 mil milhões de euros em conformidade com as regras transitórias do quadro CRR/CRD IV resultante da reversão das deduções relacionadas com o limiar de 15% devido à venda da nossa participação no Hua Xia Bank foi mais do que compensado por um conjunto de efeitos negativos, incluindo perdas de remedição relacionadas com planos de benefícios definidos de 0,5 mil milhões de euros, bem como uma dedução de capital adicional de 0,3 mil milhões de euros que foi imposta ao Deutsche Bank com efeitos a partir de outubro de 2016 em diante, com base numa notificação do BCE ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e das alíneas b) e j) do n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1024/2013.

O aumento de 1,9 mil milhões de euros no capital AT1 em conformidade com o quadro CRR/CRD IV foi sobretudo o resultado de ajustamentos regulamentares reduzidos (1,9 mil milhões de euros inferior ao valor no final do exercício de 2015), descontinuados do capital AT1. Estas deduções refletem o montante residual de determinadas deduções de CET 1 que foram subtraídas do capital CET 1 pelas regras *fully loaded*, mas permitem reduzir o capital AT1 durante o período de transição. A taxa de integração progressiva destas deduções a nível do capital CET 1 aumentou para 60% em 2016 (40% em 2015) e diminuiu de forma correspondente a nível do capital AT1 para 40% em 2016 (60% em 2015).

O nosso capital *Tier 1* de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* em 31 de dezembro de 2015 era de 46,8 mil milhões de euros, comparado com 48,7 mil milhões de euros no final de 2015. O nosso capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 42,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, comparado com 44,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. O nosso capital *Tier 1* adicional de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 4,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2016, quase inalterado, quando comparado com o final de 2015.

A diminuição do nosso capital CET 1 *fully loaded* de 1,8 mil milhões de euros em comparação com o capital no final do exercício de 2015 deveu-se em grande parte ao nosso resultado líquido negativo de 1,4 mil milhões de euros e à acumulação de dividendos de 0,4 mil milhões de euros. O efeito positivo em termos homólogos de 1,8 mil milhões de euros resultantes da reversão das deduções relacionadas com o limiar de 15% devido à venda da nossa participação no Hua Xia Bank foi quase inteiramente compensado por um conjunto de efeitos negativos, incluindo deduções de capital CET 1 mais elevadas de ativos por impostos diferidos sobre perdas fiscais não utilizadas de 0,5 mil milhões de euros, perdas de remedição relacionadas com planos de benefícios definidos de 0,5 mil milhões de euros, a dedução de capital adicional de 0,3 mil milhões de euros que foi imposta ao Deutsche Bank com efeitos a partir de outubro de 2016 em diante e uma diminuição adicional de 0,5 mil milhões de euros, principalmente devido a perdas não realizadas líquidas sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

Modelo de transição para capital regulamentar, RWA e rácios de capital

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	CRR/CRD IV fully loaded	CRR/CRD IV	CRR/CRD IV fully loaded	CRR/CRD IV
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	37 290	37 290	37 088	37 088
Lucros não distribuídos	20 113	20 113	27 607	27 607
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	3 708	3 645	4 096	4 281
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis ¹	(2 023)	(2 023)	(7 025)	(7 025)
Outros	0	79	0	92
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	59 088	59 104	61 766	62 042
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1 398)	(1 398)	(1 877)	(1 877)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(639)	(428)	(622)	(330)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(8 436)	(5 062)	(8 439)	(3 376)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(3 854)	(2 312)	(3 310)	(1 324)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(297)	(188)	(106)	(58)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(945)	(567)	(1 173)	(469)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(59)	(41)	(76)	(39)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	(818)	(278)
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	(590)	(354)	(953)	(324)
Outros ajustamentos regulamentares ²	(591)	(971)	(291)	(1 537)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(16 810)	(11 321)	(17 665)	(9 613)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	42 279	47 782	44 101	52 429
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4 676	4 676	4 676	4 676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	6 516	N/S	6 482
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	4 676	11 191	4 676	11 157
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(125)	(51)	(125)	(48)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	(3 437)	N/S	(5 316)
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(125)	(3 488)	(125)	(5 365)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	4 551	7 703	4 551	5 793
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	46 829	55 486	48 651	58 222
Capital Tier 2 (T2)	12 673	6 672	12 325	6 299
Total do capital (TC = T1 + T2)	59 502	62 158	60 976	64 522
Total dos ativos ponderados pelo risco	357 518	356 235	396 714	397 382
Rácios de capital				
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	11,8	13,4	11,1	13,2
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,1	15,6	12,3	14,7
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	16,6	17,4	15,4	16,2

N/S – Não significativo

¹ Reflete a decisão tomada pelo Conselho de Administração de propor um dividendo por ação de 0,19 euros para 2015 e 2016, tomando em consideração as ações a emitir previstas antes da Assembleia-Geral Anual em maio de 2017.

² Incluindo uma dedução de capital adicional de 0,3 mil milhões de euros imposta ao Deutsche Bank com efeitos a partir de outubro de 2016 em diante, com base numa notificação do BCE ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e das alíneas b) e j) do n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1024/2013, bem como o filtro adicional para fundos de crédito à habitação e proteção de poupanças ("Fonds für baupartechnische Absicherung") de 0,2 mil milhões de euros.

Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2016 CRR/CRD IV	31.12.2015 CRR/CRD IV
Total do capital acionista por balanço contabilístico	59 833	62 678
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(123)	(681)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	(6)	(5)
Lucros não distribuídos	(276)	(369)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	159	(307)
Total do capital acionista por balanço regulamentar	59 710	61 997
Participação minoritária baseada em regras transitórias	79	92
Acumulação para cupões de dividendos e AT1 ¹	(621)	(231)
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	(63)	184
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	59 104	62 042
Ajustamentos de valor adicionais	(1 398)	(1 877)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(428)	(330)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	(380)	(1 246)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(5 062)	(3 376)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(2 666)	(1 648)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(567)	(469)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	(278)
Outros ajustamentos regulamentares	(820)	(389)
Fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1)	47 782	52 429

¹ Reflete a decisão tomada pelo Conselho de Administração de propor um dividendo por ação de 0,19 euros para 2015 e 2016, tomando em consideração as ações a emitir previstas antes da Assembleia-Geral Anual em maio de 2017.

Evolução do capital regulamentar

em milhões de euros	CRR/CRD IV	
	31.12.2016	31.12.2015
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura	52 429	60 103
Ações ordinárias, efeito líquido	0	0
Capital realizado adicional	192	(53)
Lucros não distribuídos	(1 826)	(6 097)
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	10	(3)
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	231	2 759
Acumulação para cupões de dividendos e Tier 1 adicional (AT1) ¹	(621)	(231)
Ajustamentos de valor adicionais	479	(1 877)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(1 686)	(780)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(988)	(800)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(130)	89
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(97)	(277)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	278	(194)
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	(30)	(191)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(457)	(19)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho	47 782	52 429
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	5 793	3 794
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	0	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	(76)	(4 289)
Regimes transitórios	1 879	5 529
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	1 689	5 320
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	108	759
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho	7 703	5 793
Capital Tier 1	55 486	58 222
Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho	6 672	6 299
Total do capital regulamentar	62 158	64 522

¹ Reflete a decisão tomada pelo Conselho de Administração de propor um dividendo por ação de 0,19 euros para 2015 e 2016, tomando em consideração as ações a emitir previstas antes da Assembleia-Geral Anual em maio de 2017.

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos pela abordagem de modelo e por divisão. Incluem os efeitos agregados da reafecção por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafecções entre segmentos.

No âmbito do risco de crédito, a rubrica "Outros" no método IRB avançado reflete os RWA de posições de titularização na carteira bancária, posições de capital específicas e outros ativos que não sejam obrigações de crédito. No âmbito do Método padrão, a rubrica "Outros" inclui RWA de titularizações da carteira bancária, bem como de exposições atribuídas às demais classes de exposições, à exceção de governos centrais ou bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Ativos ponderados pelo risco por abordagem de modelo e divisão de acordo com as regras de transição

31.12.2016

em milhões de euros	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjustments e Outros	Total
Risco de crédito	61 288	62 997	36 161	3 758	36 561	4 075	15 505	220 345
Reafetação por segmentos	1 594	2 397	990	191	0	77	(5 249)	0
Método IRB avançado	52 218	58 214	31 924	1 713	29 901	2 318	19 167	195 454
Governos centrais e Bancos centrais	1 840	1 023	39	1	10	0	14 523	17 436
Instituições	7 903	3 168	140	31	1 205	47	778	13 272
Empresas	34 237	47 541	8 678	234	7 450	466	1 785	100 392
Retalho	124	28	22 237	0	18 507	421	0	41 317
Outros	8 114	6 454	830	1 447	2 729	1 383	2 081	23 038
Método IRB básico	2 021	190	0	0	3 505	0	0	5 716
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	6	0	0	6
Empresas	2 021	190	0	0	3 499	0	0	5 710
Método padrão	5 270	2 196	3 247	1 854	3 035	1 678	1 587	18 867
Governos centrais ou Bancos centrais	22	0	2	0	50	0	0	75
Instituições	430	5	11	0	40	1	23	509
Empresas	2 136	1 351	1 103	834	731	697	1 096	7 948
Retalho	1	187	1 543	0	1 656	83	0	3 470
Outros	2 681	652	587	1 020	558	898	468	6 866
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de protecção contra o incum- primento	185	1	0	0	121	0	0	308
Risco de liquidação	36	0	0	0	0	0	0	36
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	8 846	39	43	139	252	90	8	9 416
Abordagem de modelo interno	8 808	39	25	139	242	90	4	9 347
Método padrão	38	0	18	0	10	0	3	69
Risco de mercado	29 409	788	0	0	62	3 502	0	33 762
Abordagem de modelo interno	25 595	788	0	0	0	2 780	0	29 163
Método padrão	3 814	0	0	0	62	722	0	4 599
Risco operacional	58 032	15 578	7 362	4 957	5 334	1 413	0	92 675
Abordagem de medição avançada	58 032	15 578	7 362	4 957	5 334	1 413	0	92 675
Total	157 612	79 403	43 565	8 854	42 209	9 079	15 512	356 235

	31.12.2015							
em milhões de euros	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	Total
Risco de crédito	61 132	70 748	41 310	8 194	37 553	11 558	11 524	242 019
Reafetação por segmentos	(93)	2 016	1 133	272	5	71	(3 404)	0
Método IRB avançado	53 512	63 054	36 009	6 243	30 177	7 424	13 805	210 223
Governos centrais e Bancos centrais	3 569	993	26	1	13	6	10 013	14 619
Instituições	7 744	3 948	111	78	1 293	342	633	14 149
Empresas	32 853	53 313	7 661	277	7 701	2 620	1 034	105 459
Retalho	176	39	20 877	0	18 234	655	0	39 980
Outros	9 170	4 761	7 334	5 888	2 937	3 801	2 125	36 016
Método IRB básico	2 082	175	1	0	3 075	0	0	5 333
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	5	0	0	5
Empresas	2 082	175	1	0	3 070	0	0	5 329
Método padrão	4 812	5 501	4 167	1 679	4 186	4 063	1 123	25 530
Governos centrais ou Bancos centrais	14	30	3	0	144	0	10	202
Instituições	538	34	14	1	81	2	0	671
Empresas	2 268	3 713	946	715	918	736	587	9 884
Retalho	6	239	2 499	0	1 763	512	0	5 018
Outros	1 985	1 485	705	962	1 279	2 813	525	9 755
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	820	2	0	0	111	0	0	933
Risco de liquidação	9	0	0	0	0	0	0	9
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	11 971	8	74	309	391	3 082	41	15 877
Abordagem de modelo interno	11 949	8	55	307	378	3 081	2	15 780
Método padrão	22	0	19	2	14	1	40	97
Risco de mercado	32 502	1 191	6	1 262	32	14 286	275	49 553
Abordagem de modelo interno	27 643	1 032	6	367	0	8 741	275	38 063
Método padrão	4 860	159	0	895	32	5 545	0	11 491
Risco operacional	54 777	14 165	8 518	2 739	5 266	3 972	487	89 923
Abordagem de medição avançada	54 777	14 165	8 518	2 739	5 266	3 972	487	89 923
Total	160 391	86 112	49 909	12 504	43 242	32 898	12 326	397 382

Os RWA em conformidade com o quadro CRR/CRD IV foram de 356,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, face a 397,4 mil milhões de euros no final do exercício de 2015. O decréscimo global de 41,1 mil milhões de euros reflete, em grande parte, diminuições nos RWA para risco de crédito e de mercado. Os RWA para risco de crédito são 21,7 mil milhões de euros inferiores, sobretudo em resultado da venda das nossas participações na Hua Xia e na Abbey Life, bem como das atividades continuadas de redução do risco na Non-Core Operations Unit e de iniciativas de otimização em Corporate e Investment Banking, incluindo titularizações, reduções da carteira de manutenção e otimização da carteira de clientes. Exposições inferiores sobretudo em Corporate & Investment Banking e Global Markets contribuíram igualmente para a diminuição. A diminuição nos RWA para risco de mercado desde 31 de dezembro de 2015 foi, em primeiro lugar, impulsionada pela redução nos níveis de risco predominantemente na Non-Core Operations Unit e, em menor medida, por níveis inferiores de exposição em Global Markets. A redução de 6,5 mil milhões de euros em RWA para CVA foi sobretudo impulsionada pela redução de risco na carteira de clientes e pelas alterações resultantes de aperfeiçoamentos dos modelos. O aumento nos RWA para risco operacional foi sobretudo impulsionado por importantes eventos de risco operacional que se encontram refletidos no nosso modelo AMA, como liquidações de matérias regulamentares por instituições financeiras parcialmente compensadas por uma ligeira diminuição na divisão GM.

Os RWA calculados de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* foram de 357,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, face a 396,7 mil milhões de euros no final de 2015. A diminuição foi motivada pelas mesmas varia-

ções, conforme descrito nas regras de transição. Os RWA fully loaded foram 1,3 mil milhões superiores aos ativos ponderados pelo risco de acordo com as regras de transição, devido à aplicação, segundo as regras de transição da regra de anterioridade, de investimento em ações, nos termos do artigo 495.º do regulamento CRR, o qual prevê que certos investimentos em ações recebam uma ponderação de risco de 100% ao invés de uma ponderação de risco entre 190% e 370%, calculada com base no artigo 155.º do regulamento CRR, que seria aplicável em conformidade com as regras fully loaded do regulamento CRR/CRD IV.

Apesar de esta regra de anterioridade não se aplicar ao abrigo da aplicação integral do quadro CRR/CRD IV, continuamos a aplicá-la na nossa metodologia em conformidade com o quadro CRR/CRD IV fully loaded para um subconjunto limitado de posições de capital, com base na nossa intenção de mitigar o impacto da expiração da regra de anterioridade através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração até ao final de 2017. A nossa carteira de transações, à qual continuaremos a aplicar a regra de anterioridade de investimento em ações até ao final de 2017, consistia em 15 transações no final do exercício de 2016, que totalizavam 220 milhões de euros em exposições, as quais recebem uma ponderação de risco de 100%, ao invés de uma ponderação de risco entre 190% e 370% nos nossos números de RWA fully loaded do quadro CRR/CRD IV. Estamos a monitorizar de perto o mercado e o potencial impacto de mercados ilíquidos ou outras dificuldades semelhantes que poderiam impossibilitar a saída destas posições. Se não tivéssemos aplicado a regra de anterioridade a estas transações, os RWA fully loaded teriam sido apenas de 816 milhões de euros e, por conseguinte, os RWA fully loaded do Grupo teriam sido apenas de 358,1 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, em vez dos RWA fully loaded do Grupo de 357,5 mil milhões de euros que reportámos numa base fully loaded com a aplicação da regra de anterioridade. Além disso, se tivéssemos calculado o rácio de capital CET 1 fully loaded, o rácio de capital Tier 1 e o rácio de capital total em 31 de dezembro de 2016, utilizando RWA no valor de 358,1 mil milhões de euros, tais rácios de capital teriam permanecido inalterados (devido ao arredondamento) em 11,8%, 13,1% e 16,6%, respetivamente, que reportámos numa base fully loaded com a aplicação da regra de anterioridade.

A 31 de dezembro de 2015, a nossa carteira de transações à qual aplicámos a regra de anterioridade dos investimentos em ações para o cálculo do RWA fully loaded ascendeu a 1,5 mil milhões de euros em exposições. Se não tivéssemos aplicado a regra de anterioridade a estas transações, os RWA fully loaded teriam sido apenas de 5,4 mil milhões de euros e, por conseguinte, os RWA fully loaded do Grupo teriam sido apenas de 400,7 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2015, em vez dos RWA fully loaded do Grupo de 396,7 mil milhões de euros que reportámos numa base fully loaded com a aplicação da regra de anterioridade. Além disso, se tivéssemos calculado o rácio de capital CET 1 fully loaded, o rácio de capital Tier 1 e o total de rácio de capital a 31 de dezembro de 2015, utilizando RWA de 400,7 mil milhões de euros, tais rácios de capital teriam sido de 11,0%, 12,1% e 15,2%, respetivamente, ao invés de 11,1%, 12,3% e 15,4%, respetivamente, que reportámos numa base fully loaded com a aplicação da regra de anterioridade.

As tabelas seguintes apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos RWA observadas para o risco de crédito, dos quais risco de crédito da contraparte, risco operacional e de mercado e CVA no período de relato. As classificações dos principais fatores responsáveis estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF).

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	242 019	19 362	244 128	19 531
Dimensão da carteira	(8 085)	(647)	(4 822)	(386)
Qualidade da carteira	(3 827)	(306)	(2 103)	(168)
Atualizações do modelo	2 328	186	728	58
Metodologia e política	(1 280)	(102)	(3 346)	(268)
Aquisições e alienações	(12 701)	(1 016)	(206)	(16)
Variações cambiais	350	28	10 378	830
Outros	1 539	123	(2 738)	(219)
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	220 345	17 628	242 019	19 362

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de mercado e a risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	37 276	2 982	41 117	3 289
Dimensão da carteira	(2 740)	(219)	(6 224)	(498)
Qualidade da carteira	511	41	(95)	(8)
Atualizações do modelo	1 439	115	0	0
Metodologia e política	(60)	(5)	0	0
Aquisições e alienações	(707)	(57)	0	0
Variações cambiais	(106)	(8)	2 479	198
Outros	0	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	35 614	2 849	37 276	2 982

As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura de garantias colaterais. As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção "Metodologia e política". "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

A diminuição em RWA para risco de crédito de 9% ou 21,7 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2015 foi predominantemente motivado por reduções em "Aquisições e alienações" e "Dimensão da carteira". "Aquisições e alienações" reflete, em grande parte, a venda das nossas participações na Hua Xia e na Abbey Life. A redução na "Dimensão da carteira" é motivada pelas nossas atividades contínuas de redução do risco na NCOU, bem como por reduções na exposição em geral e por iniciativas de otimização nas divisões de Global Markets e Corporate & Investment Banking. Os aperfeiçoamentos de processos, bem como o impacto das recalibrações dos nossos parâmetros de risco indicados na categoria "Qualidade da carteira" também contribuíram para a redução.

O aumento nas "Atualizações do modelo" na tabela de risco de crédito da contraparte corresponde predominantemente a um tratamento revisado do período de margem de risco aplicável e do risco geral de correlação desfavorável de carteiras de derivativos específicas, o que foi parcialmente compensado por um aperfeiçoamento no cálculo de maturidade efetiva para contrapartes garantidas. O aumento na categoria "Outros" foi sobretudo motivado pela reversão de 15% das deduções relacionadas com o limiar no seguimento da venda da nossa participação no Hua Xia Bank, resultando em ativos ponderados pelo risco mais elevados para os nossos ativos por impostos diferidos que dependem de lucratividade futura e são gerados por diferenças temporárias.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	15 877	1 270	21 203	1 696
Variações dos níveis de risco	(5 600)	(448)	(5 591)	(447)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	278	22	(1 552)	(124)
Atualizações do modelo	(1 000)	(80)	0	0
Metodologia e política	0	0	(77)	(6)
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	(139)	(11)	1 894	152
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	9 416	753	15 877	1 270

O desenvolvimento dos RWA do CVA é repartido por várias categorias: "variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "atualizações do modelo", refere-se a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para RWA do CVA; "metodologia e política" está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam realizadas individualmente.

Em 31 de dezembro de 2016, os RWA para o CVA ascendiam a 9,4 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 6,5 mil milhões de euros (40%) face ao valor de 15,9 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2015. A diminuição foi sobretudo motivada pela redução de risco na carteira e por uma atualização do modelo, a qual teve impacto nas notações utilizadas no cálculo de valor em risco.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	CRM	Outros	Total de RWA	31.12.2016
							Total de requisitos de capital
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	6 931	17 146	11 608	2 378	11 491	49 553	3 964
Variações dos níveis de risco	(655)	(1 547)	(2 716)	(3 553)	(8 852)	(17 323)	(1 386)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	403	0	0	0	2 018	2 421	194
Atualizações/alterações do modelo	(57)	237	(230)	0	0	(50)	(4)
Metodologia e política	(665)	(1 565)	0	1 475	0	(754)	(60)
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	(27)	(58)	(84)	(7)
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	5 957	14 271	8 662	273	4 599	33 762	2 701

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	49 553	64 209
Variações dos níveis de risco	(17 323)	(27 671)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	2 421	3 919
Atualizações do modelo	(50)	1 501
Metodologia e política	(754)	5 707
Aquisições e alienações	0	0
Variações cambiais	(84)	1 888
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	33 762	49 553

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco, valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global, bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão, que estão incluídos na tabela sob a categoria "Outros". O cálculo do risco de mercado pelo método padrão, abrange titularizações de negociação e derivados de incumprimento n-ésimo, exposições a longevidade, Organismos de investimento coletivo e RWA para risco de mercado do Postbank.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado". As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria "Atualizações do modelo". Na categoria "Metodologia e política" refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "Aquisições e alienações". Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2016, os RWA para risco de mercado eram de 33,8 mil milhões de euros. A diminuição de 15,8 mil milhões de euros (32%) de RWA para risco de mercado desde 31 de dezembro de 2015 foi sobretudo motivado por uma redução nos níveis de risco. Isto resultou da significativa redução de risco na Non-Core Operations Unit, causando impacto, em particular, na medida de risco global e no método padrão do risco de mercado para titularizações. Além disso, níveis mais baixos de exposição na divisão Global Markets contribuíram ainda para a diminuição da "Variações dos níveis de risco" em todos os restantes componentes de risco de mercado.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	89 923	7 194	67 082	5 367
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	7 048	564	24 170	1 934
Evolução da perda esperada	(1 798)	(144)	(2 216)	(177)
Componente prospetiva de risco	(1 140)	(91)	163	13
Atualizações do modelo	(358)	(29)	724	58
Metodologia e política	(1 000)	(80)	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	92 675	7 414	89 923	7 194

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "alterações no perfil de perda". A categoria "evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e é deduzida do valor do capital AMA, dentro de certos limites. A categoria "componente prospetivo de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através dos indicadores de risco fundamentais e das classificações de autoavaliação, focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, como a implementação de alterações de modelo. A categoria "metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

O aumento global de 2,8 mil milhões de euros de RWA foi sobretudo motivado por importantes eventos de risco operacional que estão refletidos no nosso modelo AMA como parte das "alterações no perfil de perda", em particular através de liquidações de matérias regulamentares por instituições financeiras. O impacto do acordo do Deutsche Bank com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos para resolver processos civis relacionados com a emissão e subscrição de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e atividades de titularização relacionadas por parte do banco, entre 2005 e 2007, que foi anunciado a 23 de dezembro de 2016, foi analisado em simultâneo com outras alterações ao nosso perfil de risco operacional em 2016 para confirmar a adequação dos nossos requisitos de capital.

Implementámos com sucesso uma alteração do modelo no primeiro trimestre relativamente à modelação da distribuição de frequência subjacente ao nosso modelo de capital AMA, substituindo um acréscimo de capital anterior indicado em "atualizações do modelo" no quarto trimestre. Do mesmo modo, no quarto trimestre, desativámos um acréscimo relacionado com riscos de TI depois de obtida a autorização de supervisão para a utilização de cenários aperfeiçoados que descrevem potenciais riscos no nosso ambiente de TI no âmbito do nosso modelo, conforme referido na categoria "metodologia e política".

Espera-se que se verifiquem mais consequências dos aperfeiçoamentos do modelo AMA nos outros componentes de RWA para risco operacional, paralelamente à implementação das alterações de modelo recentemente aprovadas pela Equipa Comum de Supervisão.

Capital económico

Adequação de capital interno

A principal medida do nosso Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) é a avaliação da nossa adequação de capital interno com base na nossa abordagem de "negócio liquidado" (*gone concern*), calculada como o rácio entre a nossa oferta total de capital e os nossos requisitos de capital total, conforme a tabela abaixo. Existe um maior alinhamento da nossa definição de oferta de capital com os requisitos de fundos próprios do quadro CRR/CRD IV no primeiro trimestre de 2016. Consequentemente, o goodwill e outros ativos intangíveis são agora deduzidos da oferta de capital do Pilar 2, ao invés de serem adicionados à procura de capital. A informação relativa ao exercício anterior foi revista.

Total de oferta e procura de capital

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2016	31.12.2015
Oferta de capital		
Capital próprio dos acionistas	59 833	62 678
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio ¹	(440)	(407)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida ²	(945)	(1 173)
Ativos por impostos diferidos	(8 666)	(7 762)
Ajustamentos de avaliação adicionais ³	(1 398)	(1 877)
Défi ce para perda esperada	(297)	(106)
Proteção de poupanças e financiamento para créditos à habitação	(231)	(291)
Participações nos instrumentos de capital próprios	(45)	(62)
Ajustamentos do justo valor para ativos reclassificados em que não está disponível financiamento equivalente ⁴	(557)	(147)
Participações minoritárias ⁵	0	0
Ativos intangíveis	(8 982)	(10 078)
Instrumentos híbridos de capital Tier 1	11 259	11 962
Instrumentos de capital Tier 2	8 003	8 016
Oferta de capital	57 534	60 754
Total de procura de capital económico		
Risco de crédito	13 105	13 685
Risco de mercado	14 593	17 436
Risco operacional	10 488	10 243
Risco de negócio	5 098	5 931
Vantagem de diversificação	(7 846)	(8 852)
Procura de capital	35 438	38 442
Rácio de adequação de capital interno	162 %	158 %

¹ Inclui a dedução de ganhos ao justo valor relativos a efeitos de crédito relacionados com passivos próprios designados ao abrigo da opção de justo valor, bem como os ajustamentos da avaliação de dívida.

² Relatado como ativos líquidos (ativos menos passivos) de um fundo de pensões definidas, ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.

³ Conforme aplicado na secção de capital regulamentar.

⁴ Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento equivalente. Não é tido em consideração um ajustamento positivo.

⁵ Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 162% em 31 de dezembro de 2016 face a 158% em 31 de dezembro de 2015. A mudança do rácio deveu-se ao facto de a oferta de capital ter diminuído proporcionalmente menos do que a procura de capital. O capital próprio dos acionistas diminuiu 2,8 mil milhões de euros, principalmente devido ao resultado líquido inferior atribuível aos nossos acionistas. Os instrumentos híbridos de capital Tier 1 diminuíram 703 milhões de euros, principalmente devido ao reembolso de instrumentos. A diminuição na procura de capital deveu-se a requisitos de capital económico inferiores conforme explicado na secção "Perfil de risco".

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo consolidado, globalmente (incluindo o Postbank), e são parte integrante da nossa estrutura de Gestão de risco e capital.

Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC). No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (*fully loaded*)

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco. Embora o quadro CRR/CRD IV atualmente não faculte um rácio de alavancagem mínimo obrigatório para as instituições financeiras relevantes, uma proposta legislativa publicada pela Comissão Europeia a 23 de novembro de 2016 sugere a introdução de um rácio de alavancagem mínimo de 3%. A proposta legislativa prevê que o rácio de alavancagem seja aplicável dois anos após a entrada em vigor da proposta e continue sujeito a debate político nas instituições da UE.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base *fully loaded*, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem consiste em derivados de componentes, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de ativos a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela de divulgação comum de rácio de alavancagem. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital *Tier 1*, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de um derivado de crédito comprado no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

O componente de SFT inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital *Tier 1*.

As tabelas seguintes mostram a exposição a rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem, ambos numa base fully loaded, nas tabelas de divulgação das normas técnicas de execução (ITS) que foram adotadas pela Comissão Europeia através do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2016/200 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 16 de fevereiro de 2016:

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros

	31.12.2016	31.12.2015
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1 591	1 629
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	0	3
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(276)	(263)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	20	25
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	102	109
Outros ajustamentos	(90)	(107)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1 348	1 395

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros

(exceto se indicado em contrário)

	31.12.2016	31.12.2015
Total de exposições a derivados	177	215
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	135	164
Total de exposições extrapatrimoniais	102	109
Outros ativos	948	924
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1 fully loaded	(15)	(17)
Rácio de capital Tier 1 fully loaded	46,8	48,7
Total de exposições	1 348	1 395
Rácio de alavancagem – utilizando uma definição fully loaded de capital Tier 1 (em %)	3,5	3,5

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2016

A 31 de dezembro de 2016, o nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded era de 3,5%, comparado com 3,5% em 31 de dezembro de 2015, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2016, um capital Tier 1 fully loaded de 46,8 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1 348 mil milhões de euros (48,7 mil milhões de euros e € 1,395 billion em 31 de dezembro de 2015, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV em conformidade com provisões transitórias era de 4,1% a 31 de dezembro de 2016, calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 55,5 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1350 mil milhões de euros. A medida de exposição ao abrigo das regras transitórias é 2 mil milhões de euros superior à medida de exposição fully loaded, pois os montantes de ativos deduzidos na determinação de capital Tier 1 são inferiores nos termos das regras transitórias.

Durante o ano de 2016, a nossa exposição a rácio de alavancagem diminuiu 48 mil milhões de euros, para 1348 mil milhões de euros. Isto reflete principalmente uma diminuição em exposições a derivados de 38 mil milhões de euros, principalmente no âmbito de complementos inferiores para potencial exposição futura e valores nominais efetivos de derivados de crédito vendidos após a compensação. Adicionalmente, houve uma diminuição de 29 mil milhões de euros em exposições a SFT, que reflete a diminuição global no balanço nas rubricas relacionadas com SFT (títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, ambos sob regime contabilístico pelo justo valor e apurado, e valores a receber de corretagem prime). Adicionalmente, as exposições extrapatrimoniais diminuíram 7 mil milhões de euros, correspondentes a valores nominais inferiores por compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes. As diminuições mencionadas na exposição a rácio de alavancagem são parcialmente compensadas por um aumento de 25 mil milhões de euros em outros ativos, principalmente de caixa e saldos do banco central superiores no nosso balanço, parcialmente compensados por reduções no nosso balanço em ativos detidos para negociação não derivados, empréstimos e ativos financeiros disponíveis para venda.

A diminuição da exposição a rácio de alavancagem em 2016 inclui impactos cambiais de 11 mil milhões de euros, principalmente devido à depreciação do euro face ao dólar dos Estados Unidos, que foi parcialmente compensada pela sua valorização face à libra esterlina.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total dos ativos em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 25 em 31 de dezembro de 2016, comparativamente com 24 em 31 de dezembro de 2015.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital *Tier 1*, consulte a secção “Capital regulamentar” neste relatório.

Exposição ao risco de crédito

A exposição ao crédito de contraparte decorre das atividades tradicionais de crédito não relacionado com a negociação, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes, bem como da nossa atividade de negociação direta com os clientes de determinados instrumentos, que incluem derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro. Também decorre um risco de incumprimento das nossas posições em produtos de ações e produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de capital (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

em milhões de euros ¹	31.12.2016				
	Exposição máxima ao risco de crédito ²	Aumentos de crédito			Total de aumentos de crédito
		Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ³	
Caixa e saldos do banco central	181 364	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	11 606	0	0	25	25
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	16 287	0	15 944	0	15 944
Títulos obtidos por empréstimo	20 081	0	19 193	0	19 193
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ⁴	667 411	389 475	139 274	1 241	529 990
Ativos detidos para negociação	95 410	0	3 601	1 007	4 607
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	485 150	386 727	64 438	164	451 329
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	86 850	2 748	71 235	70	74 054
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	47 404	2 748	44 591	0	47 339
Títulos obtidos por empréstimo	21 136	0	20 918	0	20 918
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁴	54 275	0	560	28	589
Empréstimos ⁵	413 455	0	210 776	30 189	240 965
Títulos detidos até à maturidade	3 206	0	0	0	0
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	76 036	39 567	1 061	80	40 708
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁶	52 341	0	5 094	8 661	13 756
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	166 063	0	8 251	7 454	15 705
Exposição máxima ao risco de crédito	1 662 125	429 042	400 153	47 679	876 874

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Não inclui crédito derivado nocional vendido (744 159 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido.

³ A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.

⁴ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁵ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁶ Os números são refletidos nos valores nominais.

em milhões de euros ¹	31.12.2015				
	Exposição máxima ao risco de crédito ²	Aumentos de crédito			Total de aumentos de crédito
		Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ³	
Caixa e saldos do banco central	96 940	0	22	-	22
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	12 842	0	57	13	70
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	22 456	0	22 037	0	22 037
Títulos obtidos por empréstimo	33 557	0	32 031	0	32 031
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ⁴	734 449	409 317	152 858	699	562 874
Ativos detidos para negociação	119 991	0	4 615	519	5 134
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	515 594	407 171	69 008	106	476 285
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	98 864	2 146	79 235	74	81 455
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	51 073	2 146	47 664	0	49 811
Títulos obtidos por empréstimo	21 489	0	21 154	0	21 154
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁴	71 368	0	760	-	760
Empréstimos ⁵	432 777	0	207 923	30 188	238 111
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	78 978	58 478	386	365	59 229
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁶	57 325	0	5 730	8 166	13 897
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	174 549	0	6 973	6 275	13 248
Exposição máxima ao risco de crédito	1 715 241	467 795	428 777	45 707	942 279

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Não inclui crédito derivado notional vendido (655 584 milhões de euros) e proteção de crédito derivado notional adquirido.

³ A proteção de crédito comprada é refletida com o valor notional do subjacente.

⁴ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁵ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁶ Os números são refletidos nos valores nacionais.

A diminuição global na exposição máxima ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2016 foi motivada por uma diminuição de 30,4 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, uma diminuição de 24,6 mil milhões de euros em ativos detidos para negociação, uma diminuição de 19,3 mil milhões em empréstimos, uma diminuição de 17,1 mil milhões de euros em ativos financeiros disponíveis para venda e uma diminuição de 12 mil milhões de euros em ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados durante o período, parcialmente compensada por um aumento de 84,4 mil milhões de euros em caixa e saldos do banco central.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía, em 31 de dezembro de 2016, obrigações negociadas no valor de 81,3 mil milhões de euros (103,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015), mais de 81% das quais com notação *investment-grade* (mais de 79% em 31 de dezembro de 2015). Esta categoria de ativos financeiros disponíveis para venda refletiu principalmente títulos de dívida, mais de 98% dos quais com notação *investment-grade* (mais de 95% em 31 de dezembro de 2015).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias e derivados de crédito. É adotada uma abordagem prudente às margens de avaliação, o parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e para avaliações especializadas de garantias colaterais, para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus ocidentais e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

Derivamos a nossa qualidade creditícia de notações internas e agrupamos as nossas exposições nas seguintes classes: Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

	31.12.2016						
em milhões de euros ¹	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
Caixa e saldos do banco central	174 978	4 241	1 778	238	81	47	181 364
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5 546	3 452	1 612	689	112	195	11 606
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	3 542	7 734	1 028	2 624	1 338	22	16 287
Títulos obtidos por empréstimo	16 036	2 882	802	343	18	0	20 081
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²	277 645	258 627	61 162	52 904	11 183	5 889	667 411
Ativos detidos para negociação	46 398	10 956	12 024	17 729	5 833	2 471	95 410
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	188 037	234 491	38 113	19 138	3 297	2 073	485 150
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	43 211	13 180	11 024	16 037	2 053	1 344	86 850
dos quais:							
Títulos comprados com acordos de revenda	13 622	10 684	7 401	13 667	1 165	866	47 404
Títulos obtidos por empréstimo	18 697	1 498	937	4	0	0	21 136
Ativos financeiros disponíveis para venda ²	42 808	6 616	2 106	577	72	254	52 433
Empréstimos ³	44 116	52 421	127 682	121 213	42 941	14 273	402 645
dos quais:							
Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	54	28	341	26	68	87	604
Títulos detidos até à maturidade	3 206	0	0	0	0	0	3 206
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	26 594	25 791	9 656	13 091	630	273	76 036
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁴	5 699	13 712	16 753	9 663	4 477	2 038	52 341
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁴	21 479	45 635	47 480	29 274	18 173	4 022	166 063
Total	621 650	421 112	270 058	230 615	79 025	27 013	1 649 473

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

³ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁴ Os números são refletidos nos valores nominais.

	31.12.2015						
em milhões de euros ¹	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
Caixa e saldos do banco central	91 154	2 377	1 918	1 311	68	111	96 940
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	4 606	5 450	877	957	18	935	12 842
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	3 607	15 590	1 870	1 234	37	118	22 456
Títulos obtidos por empréstimo	24 306	5 380	1 461	2 361	49	0	33 557
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²	287 102	302 873	65 479	59 148	13 177	6 669	734 449
Ativos detidos para negociação	55 319	14 526	15 837	24 971	5 558	3 780	119 991
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	184 183	271 328	36 100	17 265	4 894	1 824	515 594
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	47 601	17 019	13 543	16 912	2 724	1 065	98 864
dos quais:							
Títulos comprados com acordos de revenda	15 371	10 120	10 053	13 699	968	863	51 073
Títulos obtidos por empréstimo	17 629	3 819	8	33	0	0	21 489
Ativos financeiros disponíveis para venda ²	59 157	4 519	2 070	3 404	159	219	69 528
Empréstimos ³	52 022	59 376	123 334	136 404	40 348	9 387	420 871
dos quais:							
Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	1 672	461	878	627	76	397	4 110
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	30 724	26 465	6 924	13 615	941	308	78 978
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁴	6 384	15 464	18 283	10 827	4 668	1 700	57 325
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁴	23 035	46 220	44 603	37 643	21 212	1 834	174 549
Total	582 099	483 714	266 820	266 904	80 678	21 282	1 701 495

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

³ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁴ Os números são refletidos nos valores nominais.

A diminuição global no total de exposição ao crédito de 52 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 deve-se sobretudo a uma diminuição dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos em categorias de notação investment-grade, sobretudo na categoria iA.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), empréstimos negociados, obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- Os “empréstimos” são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.
- Os “compromissos de crédito irrevogáveis” consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.
- Os “passivos contingentes” consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os “derivados OTC” são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
- Os “empréstimos negociados” são empréstimos comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.

- As “obrigações negociadas” incluem obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “títulos de dívida disponíveis para venda” incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenham classificado como disponíveis para venda.
- Os “acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra” consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber, posições de titularização tradicionais, bem como investimentos em ações.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

em milhões de euros	31.12.2016								Total
	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida ⁴	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁵	
Global									
Markets	62 567	22 006	656	42 711	11 240	72 180	3 296	91 561	306 216
Corporate & Investment Banking	82 620	126 593	48 123	520	1 756	162	272	6 574	266 619
Private, Wealth & Commercial Clients	159 658	9 139	2 664	317	0	1	139	0	171 918
Deutsche Asset Management	343	55	21	27	7	2 569	26	0	3 047
Postbank	104 728	7 837	320	420	0	0	17 220	4 290	134 816
Non-Core Operations Unit	3 133	131	434	175	191	257	0	34	4 355
Consolidation & Adjustments e Outros	407	302	123	24	0	6 124	33 768	2 450	43 197
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 7,4 billion em 31 de dezembro de 2016.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

⁵ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

									31.12.2015
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Global Markets	58 092	25 467	1 292	44 824	13 905	85 454	3 454	110 581	343 069
Corporate & Investment Banking	97 280	129 420	51 005	503	1 176	147	326	9 986	289 843
Private, Wealth & Commercial Clients	163 772	11 383	3 738	314	0	13	161	0	179 381
Deutsche Asset Management	265	63	22	406	10	4 296	3 281	0	8 343
Postbank	103 525	5 798	336	344	0	0	17 128	7 132	134 263
Non-Core Operations Unit	9 335	1 642	784	2 625	368	6 934	1 932	14	23 634
Consolidation & Adjustments e Outros	508	775	149	37	0	6 368	41 985	862	50 684
Total	432 777	174 549	57 325	49 053	15 459	103 212	68 266	128 575	1 029 215

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 8,2 billion em 31 de dezembro de 2015.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

Como parte da nossa ressegmentação, todas as atividades de Tesouraria foram movidas em 2016 para Consolidation & Adjustments. O principal contribuidor para as exposições de crédito incluídas em Consolidation & Adjustments são as reservas de liquidez da Tesouraria. Os recursos financeiros associados a atividades de Tesouraria são atribuídos aos ativos totais de divisões e não a uma linha de ativos individual. Esta atribuição nas categorias de exposição ao crédito principal reduziria a exposição ao crédito total em Consolidation & Adjustments para 8,9 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016 e 9,2 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2015 e aumentaria os outros totais de divisão, respetivamente.

A nossa principal exposição ao crédito registou uma redução de 99,0 mil milhões de euros.

- Numa perspetiva de divisão, as diminuições na exposição observam-se em todas as divisões, exceto no Postbank. A nossa exposição em Global Markets diminuiu 36,9 mil milhões de euros e em Corporate & Investment Banking diminuiu 23,2 mil milhões de euros. A nossa Non-Core Operations Unit alcançou uma redução gerida de 19,3 mil milhões de euros.
- A nível de produtos, registaram-se fortes reduções da exposição para acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, obrigações negociadas, empréstimos e títulos de dívida.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

									31.12.2016
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida ⁴	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁵	Total
Intermediação financeira	49 630	31 296	10 189	22 554	3 115	19 580	16 452	104 095	256 911
Atividades de gestão de fundos	26 062	6 843	53	1 441	115	1 322	183	59	36 077
Indústria	29 932	41 801	15 067	2 850	1 658	2 368	302	2	93 980
Comércio grossista e de retalho	16 733	10 473	5 607	518	443	556	30	0	34 360
Famílias	187 862	9 936	1 267	652	105	2	0	0	199 825
Atividades imobiliárias comerciais	27 324	4 372	512	1 780	2 015	861	78	67	37 008
Setor público	15 707	1 795	189	6 457	629	47 265	35 515	480	108 037
Outros	60 206	59 548	19 456	7 941	5 114	9 339	2 162	205	163 972
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 7.4 billion em 31 de dezembro de 2016.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

⁵ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

									31.12.2015
em milhões de euros	Empréstimos ^{1,2}	Compromissos de crédito irrevogáveis ^{2,3}	Passivos contingentes	Derivados OTC ⁴	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁵	Total
Intermediação financeira	61 357	33 391	11 717	26 539	3 815	24 761	23 772	124 340	309 692
Atividades de gestão de fundos	25 923	8 952	381	1 601	118	2 303	461	237	39 976
Indústria	27 937	40 969	17 192	2 885	1 500	2 341	314	–	93 137
Comércio grossista e de retalho	18 209	12 594	5 424	1 038	499	564	95	1	38 423
Famílias	200 818	11 638	2 013	719	128	–	0	34	215 350
Atividades imobiliárias comerciais	22 578	4 803	681	1 812	3 429	738	205	40	34 285
Setor público	17 113	2 510	280	6 170	491	55 774	39 085	2 242	123 664
Outros	58 842	59 692	19 636	8 289	5 478	16 731	4 333	1 680	174 688
Total	432 777	174 549	57 325	49 053	15 459	103 212	68 266	128 575	1 029 215

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 8.2 billion em 31 de dezembro de 2015.

² Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

³ Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁵ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

A tabela seguinte fornece uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor, a afetação teve por base o código NACE da contraparte com quem temos relações comerciais.

Numa perspetiva de setor, a nossa exposição ao crédito é inferior face ao ano anterior, principalmente devido a uma diminuição em Intermediação financeira de 52,8 mil milhões de euros e no Setor público de 15,6 mil milhões de euros, motivada por uma exposição inferior a Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra inferiores e a obrigações negociadas, bem como uma diminuição na categoria de Famílias de 15,5 mil milhões de euros, principalmente atribuível a uma exposição a empréstimos reduzida.

As exposições a empréstimos nos setores de intermediação financeira, indústria transformadora e setor público incluem predominantemente empréstimos com notação *investment-grade*. A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos “Princípios de gestão do risco de crédito”, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de sindicância, estão sujeitas a revisão por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (consoante a dimensão) por um comité de subscrição/crédito e/ou pelo Conselho de Administração. É dada grande ênfase à estruturação dessas transações de modo que seja alcançada uma redução do risco de forma atempada e eficiente em termos de custos. As exposições no âmbito destas categorias são sobretudo a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a uma redução adicional do risco conforme indicado na descrição das atividades do nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

A nossa exposição a empréstimos a famílias no valor de 187,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 (200,8 mil milhões de euros em dezembro de 2015) está principalmente associada às nossas carteiras da PCC e do Postbank. As hipotecas correspondem a 150,6 mil milhões de euros (80%) da carteira, dos quais 119,5 mil milhões de euros são detidos na Alemanha. As restantes exposições (37,6 mil milhões de euros, 20%) estão predominantemente relacionadas com a área de negócio de financiamento ao consumo. Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste principalmente no financiamento de imóveis de uso próprio pelo proprietário vendidos através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha, Itália e Polónia, com exposição que normalmente não excede o valor do imóvel. O financiamento ao consumo é dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido da família). As taxas de juro são, na sua maioria, fixadas por um certo período de tempo, especialmente na Alemanha. Os empréstimos de second lien não são ativamente explorados.

O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. O risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. Uma vez que não dispõem de garantias colaterais, em comparação com as hipotecas são de valor inferior e estendem-se por períodos mais curtos. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição, na carteira diversificada (clientes/propriedades) e nos baixos rácios entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (loan-to-value, LTV), a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco e a de financiamento ao consumo como sendo de médio risco.

Os nossos créditos imobiliários comerciais, sobretudo nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que serão mantidos os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos pela nossa equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados.

O Grupo de Imóveis Comerciais só em casos excecionais retém exposições intermédias (mezzanine) (apesar de subscrevermos empréstimos mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior, embora a carteira do Postbank detenha uma subcarteira não significativa de tranches júnior. Os empréstimos gerados por operações de distribuição são cuidadosamente monitorizados no âmbito de um limite global. As posições em empréstimos titularizados são totalmente vendidas (exceto nos casos em que a legislação exige a retenção do risco económico); simultaneamente, retemos frequentemente uma parte dos empréstimos bancários em consórcio. Esta carteira, que é detida ao custo amortizado,

está também sujeita aos princípios e às orientações em matéria de política mencionados acima. Também participamos em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora, que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de capital aberto, que são geralmente *investment-grade*. Concedemos empréstimos a taxa fixa (geralmente, produto titularizado) e empréstimos a taxa variável, com a exposição à taxa de juros sujeita a operações de cobertura. Além disso, os empréstimos em incumprimento total ou parcial e os agregados de empréstimos são adquiridos a outras instituições financeiras geralmente com descontos substanciais nos valores nominais e nos valores das garantias atuais. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. As exposições na NCOU têm vindo a diminuir ao longo do exercício e representam menos de 3% da totalidade da carteira de imóveis comerciais em 31 de dezembro de 2016. As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A categoria Outros empréstimos, com exposição de 60,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 (58,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015), diz respeito a vários setores de atividade menores, nenhum dos quais com mais de 6% do total de empréstimos.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 7% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2016, em comparação com 6% em 31 de dezembro de 2015. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A nossa exposição ao crédito para cada uma das indústrias em destaque "Petróleo e Gás", "Metais, Minérios e Aço" e "Transporte marítimo" é inferior a 2% da nossa exposição ao crédito total.

A nossa exposição a empréstimos ao setor do "Petróleo e gás" é de cerca de 8 mil milhões de euros. Cerca de 50% da nossa exposição ao crédito é para mutuários de notação *investment-grade*, sobretudo nos segmentos mais resilientes das principais empresas de Petróleo e Gás nacionais. Menos de 25 % da nossa carteira de crédito "Petróleo e Gás" é para os setores que consideramos de maior risco e mais afetados pelo baixo preço do petróleo, nomeadamente, os segmentos sub-*investment-grade* Exploração e Produção (predominantemente prioritários garantidos) e Serviços e Equipamento Petrolífero e de Gás.

A nossa exposição a empréstimos na nossa carteira de "Metais, minérios e aço" é de cerca de 6 mil milhões de euros. Esta carteira tem uma qualidade inferior comparada com a nossa carteira de crédito a empresas global e tem um rácio de *investment-grade* de apenas 27%. De acordo com a estrutura da indústria, uma parte significativa da nossa carteira corresponde a países com mercados emergentes. A nossa estratégia consiste em reduzir esta carteira de crédito devido a riscos elevados desta indústria, nomeadamente, a oferta excessiva de materiais com resultante pressão nos preços e margens.

A nossa exposição a empréstimos em contas de "Transporte marítimo" totaliza cerca de 5 mil milhões de euros e é, em grande parte, garantida. A carteira é diversificada nos tipos de embarcações com riscos globais associados devido a rendimentos de negociação diversificados embora as contrapartes sejam domiciliadas sobretudo na Europa. Uma elevada proporção da carteira possui notação sub-*investment-grade* em reflexo das prolongadas condições de mercado desafiantes nos últimos anos. A exposição ao setor "KG" alemão (financiamento sem recurso de embarcações através de fundos de investimento fechados) é inferior a 10% da exposição total a Transporte marítimo.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

									31.12.2016
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida ⁴	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁵	Total
Alemanha	197 368	27 954	11 511	2 636	236	3 070	12 970	5 571	261 316
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	96 297	36 496	15 798	22 852	2 800	19 565	26 755	18 811	239 375
dos quais:									
França	2 703	5 854	1 373	1 436	216	2 255	4 866	1 830	20 534
Luxemburgo	19 312	2 998	575	1 521	330	1 228	7 179	372	33 515
Países Baixos	8 934	6 370	1 749	3 270	224	2 164	4 143	474	27 328
Reino Unido	7 942	7 331	1 422	7 925	519	4 224	1 929	9 327	40 620
Europa Oriental	9 664	1 475	1 437	456	1 121	1 288	1 713	36	17 191
dos quais:									
Polónia	7 402	702	208	65	6	281	1 542	0	10 205
Rússia	836	432	425	38	645	174	77	0	2 626
América do Norte	69 921	92 699	12 013	12 162	6 471	36 332	11 444	61 771	302 814
dos quais:									
Canadá	2 247	2 288	163	1 723	112	628	249	95	7 505
Ilhas Caimão	2 993	1 045	86	725	37	1 215	24	11 679	17 804
EUA	56 567	87 503	11 336	9 307	6 181	30 961	10 843	47 528	260 225
América Central e América do Sul	5 338	1 113	1 196	1 020	621	1 975	202	890	12 356
dos quais:									
Brasil	1 655	178	626	207	61	843	179	594	4 342
México	618	414	170	299	73	561	0	10	2 145
Ásia e Pacífico	31 644	5 782	9 958	4 753	1 606	18 525	1 425	17 515	91 208
dos quais:									
China	2 953	722	1 113	446	11	687	0	1 945	7 877
Japão	888	299	350	941	95	3 932	17	9 002	15 522
Coreia do Sul	1 393	59	767	692	0	1 609	0	0	4 521
África	2 045	421	387	164	335	419	0	314	4 085
Outros	1 178	122	40	150	3	119	212	0	1 825
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 7,4 billion em 31 de dezembro de 2016.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

⁵ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

31.12.2015

em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Titulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Alemanha	203 387	23 621	11 663	3 044	530	5 065	20 080	6 568	273 957
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	100 414	42 700	17 525	21 156	3 237	21 463	37 684	30 240	274 420
dos quais:									
França	2 335	5 904	1 535	1 015	279	3 445	6 875	3 514	24 901
Luxemburgo	19 890	3 140	648	1 629	481	1 746	9 937	318	37 790
Países Baixos	10 405	5 851	2 348	3 498	297	2 508	6 243	456	31 606
Reino Unido	8 828	9 880	1 608	6 161	508	4 614	4 762	16 352	52 713
Europa Oriental	10 319	1 946	1 650	450	1 409	2 738	244	55	18 811
dos quais:									
Polónia	7 434	705	281	50	–	1 640	85	–	10 195
Rússia	1 295	533	583	42	953	113	–	1	3 520
América do Norte	72 008	96 310	14 154	14 468	6 784	50 842	7 890	74 061	336 517
dos quais:									
Canadá	1 481	2 391	590	1 764	54	1 016	659	1 676	9 631
Ilhas Caimão	2 882	1 931	91	919	149	1 724	62	12 459	20 216
EUA	60 991	90 773	12 966	11 367	6 146	47 786	7 158	58 496	295 683
América Central e América do Sul	6 506	1 111	1 218	1 706	731	2 345	25	1 240	14 883
dos quais:									
Brasil	2 267	344	587	458	53	1 191	4	526	5 430
México	731	102	91	331	107	363	19	378	2 121
Ásia e Pacífico	37 202	7 685	10 321	7 901	2 201	20 372	2 075	14 794	102 551
dos quais:									
China	5 646	1 005	954	571	32	976	–	964	10 149
Japão	848	336	357	1 348	41	3 930	22	5 556	12 438
Coreia do Sul	2 158	16	919	1 000	0	1 359	8	–	5 460
África	2 123	501	537	300	227	324	100	351	4 464
Outros	817	674	258	29	340	62	166	1 266	3 612
Total	432 777	174 549	57 325	49 053	15 459	103 212	68 266	128 575	1 029 215

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 8,2 billion em 31 de dezembro de 2015.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

A tabela supra confere uma visão geral da nossa exposição ao crédito por região geográfica, atribuída com base no país de domicílio da contraparte; consultar também a secção “Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro” deste relatório para uma discussão detalhada da “perspetiva por país de domicílio”.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em Famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário.

No âmbito do negócio de derivativos OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa Ocidental (excluindo Alemanha) e na América do Norte. Do ponto de vista da indústria, as exposições de derivativos OTC, bem como acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra têm uma parcela significativa em empresas de intermediação financeira com elevada notação. Em ativos negociáveis, uma grande percentagem de exposição é também em empresas do setor público.

Em 31 de dezembro de 2016, a nossa carteira de empréstimos diminuiu para 413,5 mil milhões de euros (face aos 432,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015) devido, sobretudo, aos baixos níveis de exposições na Alemanha e na Ásia e Pacífico. As nossas carteiras de empréstimos a famílias e intermediação financeira enfrentaram as maiores diminuições. A diminuição nos empréstimos na Alemanha e Estados Unidos foi sobretudo motivada por

reduções geridas nas nossas divisões Corporate & Investment Banking e Non-Core Operations Unit, que foram efetuadas no sentido de reduzir ativos ponderados pelo risco. Os acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra diminuíram em 23,7 mil milhões de euros, sobretudo na América do Norte e Europa Ocidental (excluindo a Alemanha). Este decréscimo foi motivado por reduções no balanço de clientes e necessidades de financiamento de empresas, bem como requisitos de cobertura a curto prazo reduzidos.

Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Na tabela seguinte apresenta-se determinados países da área do euro devido a preocupações relacionadas com o risco soberano.

Na nossa “perspetiva por país de domicílio”, agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de *swaps* de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

A tabela seguinte, que se baseia na perspetiva por país de domicílio, apresenta a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada e a nossa exposição líquida a estes países da área do euro. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível da carteira de retalho, mas também das instituições financeiras predominantemente baseadas em mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda a provisão para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, incluindo os valores nominais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados). As exposições brutas e líquidas a determinados países europeus, fornecidas, não incluem tranches de derivados de crédito e derivados de crédito relacionados com o nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não permite, por exemplo, uma apresentação teórica desagregada significativa por país, pois exposições nominais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

em milhões de euros	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Retailho		Outros		Total	
	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2015	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2015	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2015	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2015	31 de dezembro, 2016	31 de dezembro, 2015	31 de dezembro, 2016 ¹	31 de dezembro, 2015
	Grécia											
Bruto	89	0	743	732	986	1 539	6	7	0	0	1 824	2 277
Não utilizada	0	0	31	23	21	118	0	0	0	0	52	142
Líquido	83	0	258	237	15	95	1	1	0	0	357	333
Irlanda												
Bruto	826	459	908	998	9 280	8 752	31	35	3 263 ²	4 361 ²	14 308	14 605
Não utilizada	0	0	42	23	2 000	2 568	1	0	172 ²	393 ²	2 214	2 984
Líquido	569	28	352	528	5 374	5 327	5	5	3 459 ²	4 347 ²	9 759	10 235
Itália												
Bruto	2 735	4 048	3 051	2 421	10 591	10 642	17 122	17 841	358	470	33 857	35 421
Não utilizada	32	25	74	73	4 730	4 622	208	148	26	24	5 069	4 892
Líquido	438	507	920	754	7 514	7 093	7 288	6 989	344	448	16 504	15 792
Portugal												
Bruto	61	112	127	260	1 424	1 509	1 674	1 743	65	59	3 352	3 684
Não utilizada	0	0	12	22	232	210	12	25	0	0	256	258
Líquido	79	64	73	181	1 205	1 111	143	202	65	59	1 564	1 616
Espanha												
Bruto	1 325	729	1 947	1 292	8 340	9 350	9 770	9 928	112	257	21 493	21 556
Não utilizada	0	0	261	203	4 310	4 235	283	298	3	14	4 858	4 750
Líquido	1 195	757	971	516	6 643	6 838	1 935	1 872	265	476	11 009	10 458
Total bruta	5 037	5 348	6 776	5 703	30 621	31 792	28 603	29 553	3 797	5 147	74 835	77 544
Total – não utilizada	33	25	419	344	11 292	11 754	504	472	202	431	12 449	13 026
Total líquido³	2 364	1 356	2 574	2 216	20 751	20 463	9 371	9 069	4 133	5 330	39 194	38 434

¹ Cerca de 68% da exposição total em 31 de dezembro de 2016 alcançará a maturidade nos próximos cinco anos.

² Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.

³ A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 281 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e de 159 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

A exposição total líquida aos países da área do euro acima selecionados registou um aumento de 760 milhões de euros em 2016, devido, em larga medida, a aumentos na exposição em Itália e em Espanha, parcialmente compensada por uma diminuição da exposição na Irlanda.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspetiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

em milhões de euros	Exposição soberana direta ¹	31.12.2016		31.12.2015			
		Valor nominal líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS ²	Valor nominal líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS ²
Grécia	89	(6)	83	2	0	0	0
Irlanda	569	0	569	74	55	(28)	28
Itália	2 662	(2 223)	438	398	3 989	(3 482)	507
Portugal	61	17	79	(8)	112	(48)	64
Espanha	1 322	(127)	1 195	279	725	32	757
Total	4 703	(2 339)	2 364	744	4 881	(3 526)	1 356

¹ Inclui dívida soberana classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, disponíveis para venda e empréstimos ao custo amortizado.

² Os valores refletem o justo valor líquido em relação aos swaps de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo, representando o risco de crédito de contraparte.

O aumento de 1,0 mil milhões de euros na exposição soberana líquida face ao final do exercício de 2015 reflete em grande parte aumentos nos títulos de dívida na Irlanda e em Espanha.

A supra representada exposição soberana direta incluiu o valor contabilístico dos empréstimos detidos ao custo amortizado concedidos a governos soberanos, o qual totalizou, em 31 de dezembro de 2016, 261 milhões de euros no caso de Itália e 401 milhões de euros no caso de Espanha, sendo os montantes respetivos em 31 de dezembro de 2015 de 273 milhões de euros no caso de Itália e de 478 milhões de euros no caso de Espanha.

Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito em duas grandes categorias: exposição ao crédito ao consumo e exposição ao crédito a empresas.

- A nossa exposição ao crédito ao consumo é composta pelos nossos empréstimos homogêneos padronizados de menor saldo, principalmente na Alemanha, em Itália e em Espanha, os quais incluem empréstimos pessoais, empréstimos hipotecários residenciais e não residenciais, descobertos e empréstimos a clientes empresariais em nome individual e pequenos clientes empresariais dos nossos negócios de banca privada e de retalho.
- A nossa exposição ao crédito a empresas é composta por todas as exposições não definidas como exposições ao crédito ao consumo.

Exposição ao crédito a empresas

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito a empresas por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

							31.12.2016
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Títulos de dívida ⁴	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	43 149	21 479	5 699	16 408	46 014	132 749
iA	> 0,04 ≤ 0,11	39 734	45 635	13 712	12 566	6 616	118 264
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	57 287	47 480	16 753	8 300	1 696	131 515
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	46 496	29 274	9 663	5 333	366	91 132
iB	> 2,27 ≤ 10,22	22 920	18 173	4 477	1 053	9	46 631
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	15 069	4 022	2 038	533	21	21 683
Total		224 655	166 063	52 341	44 193	54 722	541 974

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

⁴ Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

							31.12.2015
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	50 712	23 035	6 384	22 753	59 157	162 042
iA	> 0,04 ≤ 0,11	49 197	46 220	15 464	10 998	4 515	126 394
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	62 044	44 603	18 283	7 871	1 911	134 711
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	51 454	37 643	10 827	5 358	2 621	107 904
iB	> 2,27 ≤ 10,22	20 610	21 212	4 668	1 558	57	48 105
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	9 853	1 834	1 700	515	4	13 906
Total		243 871	174 548	57 325	49 053	68 266	593 063

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.
³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

A tabela acima apresenta uma diminuição global na nossa exposição ao crédito a empresas em 2016 de 51,1 mil milhões de euros (8,6%). Os empréstimos diminuíram em 19,2 mil milhões de euros, o que se deve sobretudo à Alemanha e à região da Ásia e Pacífico. A diminuição é sobretudo resultado de reduções geridas nas nossas divisões Corporate & Investment Banking e Non-Core Operations Unit, que foram efetuadas com o objetivo de reduzir ativos ponderados pelo risco. Os títulos de dívida diminuíram em 13,5 mil milhões de euros, quase exclusivamente relacionados com a banda de notação superior, principalmente devido à atividade de venda nas posições de obrigações da Reserva de Liquidez Estratégica com o objetivo de reduzir ativos ponderados pelo risco. A diminuição nos compromissos de crédito irrevogáveis de 8,5 mil milhões de euros foi principalmente atribuível à Europa Ocidental (excluindo a Alemanha), à América do Norte e à região da Ásia e Pacífico e foi parcialmente compensada por um aumento na Alemanha. A qualidade da exposição ao crédito a empresas antes da redução do risco de crédito manteve-se estável com 71% das exposições com classificação *investment-grade* face a 31 de dezembro de 2015.

Utilizamos as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a nossa exposição ao crédito a empresas e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas seguintes apresentam a evolução da nossa exposição ao crédito a empresas, líquida de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2016¹

Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ²	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	32 305	19 653	4 351	10 480	46 014	112 802
iA	> 0,04 ≤ 0,11	24 970	41 435	11 393	10 032	6 616	94 448
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	28 369	43 659	13 845	7 439	1 672	94 984
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	19 573	27 206	5 932	4 034	361	57 105
iB	> 2,27 ≤ 10,22	8 090	16 745	2 176	1 020	9	28 041
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	5 954	2 872	889	509	21	10 246
Total		119 261	151 571	38 586	33 514	54 694	397 626

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos dasIFRS.

² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2015¹

Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ²	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	37 450	20 567	4 963	14 844	59 157	136 982
iA	> 0,04 ≤ 0,11	31 446	42 466	13 256	7 983	4 515	99 666
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	31 706	41 190	15 230	6 848	1 911	96 885
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	23 865	35 173	6 811	4 139	2 621	72 609
iB	> 2,27 ≤ 10,22	8 698	20 309	2 411	1 516	57	32 990
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4 532	1 670	759	514	4	7 479
Total		137 696	161 375	43 429	35 844	68 266	446 610

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos dasIFRS.

² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

A exposição ao crédito a empresas líquida de garantias colaterais ascendeu a 397,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, resultando numa redução do risco de 27% ou 144,3 mil milhões de euros, em comparação com a exposição bruta ao crédito a empresas. Aqui inclui-se uma redução mais significativa de 47% para a nossa exposição a empréstimos, que inclui uma redução de 60% para os empréstimos de *sub-investment-grade* com notações mais baixas e 39% para empréstimos com *investment-grade* de notações superiores. A redução do risco de exposição total na banda de notação mais fraca foi de 53%, uma percentagem significativamente mais elevada do que os 15% registados na banda de notação mais forte.

A redução do risco de 144,3 mil milhões de euros é dividida em 29% de garantias e coberturas e em 71% de outras garantias colaterais.

Redução do risco pelo CPSG relativamente à exposição ao crédito a empresas

O nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) contribuiu para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nominal das atividades de redução de risco do CPSG diminuiu de 45 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, para 43,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

No fim do exercício de 2016, o CPSG reduziu o risco de crédito de 42,2 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos em 31 de dezembro de 2016, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 41,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

O CPSG detinha também derivados de crédito com um valor nominal subjacente de 1,1 mil milhões de euros. A posição totalizava 3,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados ao justo valor.

O CPSG optou por utilizar a opção de justo valor nos termos da IAS 39 para relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, desde que os critérios para utilização dessa opção sejam cumpridos. O valor nominal dos empréstimos e compromissos do CPSG registados ao justo valor diminuiu durante o exercício, registando 3,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 face a 8,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Exposição ao crédito ao consumo

A nossa exposição ao crédito ao consumo monitoriza os incumprimentos em crédito ao consumo em termos de empréstimos vencidos há 90 ou mais dias e os custos de crédito líquidos, que são as provisões líquidas anualizadas, debitadas após recuperações.

Exposição ao crédito ao consumo, incumprimentos em crédito ao consumo e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		Vencimento igual ou superior a 90 dias em % da exposição total		Custos de crédito líquidos em % da exposição total ²	
	31.12.2016	31.12.2015 ³	31.12.2016	31.12.2015 ³	31.12.2016	31.12.2015 ³
Exposição de crédito ao consumo - Alemanha:	150 639	149 748	0,75	0,87	0,13	0,16
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	20 316	20 326	2,45	2,77	0,99	0,89
Financiamento hipotecário	130 324	129 422	0,48	0,57	0,00	0,05
Exposição ao crédito ao consumo fora da Alemanha	38 162	39 158	4,22	4,89	0,68	0,54
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	13 663	13 259	8,44	9,55	0,98	1,18
Financiamento hipotecário	24 499	25 898	1,87	2,50	0,51	0,21
Exposição total de crédito ao consumo	188 801	188 906	1,45	1,70	0,24	0,24

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 3,1 billion em 31 de dezembro de 2016 e de € 3,6 billion em 31 de dezembro de 2015.

² Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição nessa data de balanço.

³ Retrospectivamente em 31 de dezembro de 2015, cerca de 454 milhões de euros em empréstimos hipotecários do Postbank deixaram de ser atribuídos à Alemanha, passando a ser Financiamento hipotecário fora da Alemanha. Estes empréstimos hipotecários estavam no contexto de uma titularização, que foi cancelada em 2016, sendo anteriormente descritos como empréstimos hipotecários na Alemanha.

O volume da nossa exposição ao crédito ao consumo diminuiu desde o final do exercício de 2015 até 31 de dezembro de 2016 em 105 milhões de euros, ou 0,1%, devido à nossa carteira de empréstimos em Itália (-1,0 mil milhões de euros), em Espanha (-147 milhões de euros) e na Polónia (-105 milhões de euros), os quais foram parcialmente compensados por aumentos na Alemanha (+890 milhões de euros) e na Índia (+319 milhões de euros). As alterações do volume em Itália, Alemanha, Espanha e Polónia foram influenciadas pelas vendas de carteiras de empréstimos não produtivos. Adicionalmente, a redução na Polónia foi afetada pelos efeitos do mercado cambial.

O rácio de crédito vencido igual ou superior a 90 dias da nossa exposição ao crédito ao consumo diminuiu de 1,70% no exercício de 2015 para 1,45% em 31 de dezembro de 2016. O total de custos de crédito líquidos em percentagem da nossa exposição ao crédito ao consumo permaneceu inalterado em 0,24%. Este rácio foi afetado positivamente pela melhoria e estabilização da conjuntura em países nos quais operamos e pela venda de carteiras de empréstimos não produtivos na Itália, e foi afetado negativamente pela venda de carteiras de empréstimos não produtivos em Espanha (sobretudo na unidade NCOU).

Exposição ao financiamento hipotecário ao consumo, agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV)¹

	31.12.2016	31.12.2015
~ 50%	68 %	68 %
> 50 ≤ 70%	16 %	16 %
> 70 ≤ 90 %	9 %	9 %
> 90 ≤ 100 %	3 %	3 %
> 100 ≤ 110 %	2 %	2 %
> 110 ≤ 130 %	1 %	1 %
~ 130 %	1 %	2 %

¹ Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor correspondente à avaliação do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor de avaliação dos respetivos imóveis. Estes valores são atualizados regularmente. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2016, 68% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, inalterado face ao exercício anterior.

Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (“CCP”), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorreremos a serviços CCP para transações de derivados OTC (“compensação de produtos do mercado de balcão”) e beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores (Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act – DFA) fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo dos mesmos, normas de conduta comercial e margem e capital para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps ou principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A DFA e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission – CFTC) introduziram, em 2013, compensação obrigatória dos produtos do mercado de balcão nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (“EMIR”) introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações uniformizadas de derivados OTC teve início na UE em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados tiveram início na UE em fevereiro de 2017, iniciando-se com os requisitos de margens iniciais, os quais seguiram um calendário de implementação faseada e foram seguidos de um requisito de margem de variação, o qual teve início em março de 2017.

A CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada até outubro de 2018. Em dezembro de 2016, também de acordo com a DFA, a CFTC voltou a propor regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes. Esta proposta não foi ainda finalizada. A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (Securities and Exchange Commission – SEC) concluiu ainda as regras respeitantes ao registo, normas de conduta comercial e reconhecimento do mercado e requisitos de verificação para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários, ainda que essas regras não entrem em vigor até que a SEC conclua a regulamentação em matéria de swaps baseados em valores mobiliários. Por fim, os reguladores prudenciais dos Estados Unidos (o OCC, a Reserva Federal, a FDIC, a Farm Credit Administration e a FHFA) e a CFTC adotaram regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps e swaps baseados em valores mobiliários não compensados. As regulamentações finais relativas a margens seguem um calendário de implementação faseada com determinados requisitos de margem inicial e de variação em vigor desde setembro de 2016, requisitos de variação de margem adicionais em vigor desde 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados de forma faseada, anualmente, de setembro de 2017 a setembro de 2020, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas.

A tabela a seguir mostra uma discriminação dos valores nocionais e valor de mercado bruto de transações de derivados juntamente com uma discriminação dos valores nocionais de ativos e responsabilidades com derivados OTC tendo por base o canal de aprovação.

Valores nocionais de derivados tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31.12.2016

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nocional				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	13 214 990	8 828 544	6 102 510	28 146 044	309 405	284 954	24 451
Bilateral (Amt)	2 777 349	3 625 915	2 645 075	9 048 340	272 059	248 396	23 664
CCP (Amt)	10 437 641	5 202 629	3 457 434	19 097 704	37 346	36 558	787
Produtos negociados em bolsa	5 013 591	1 387 444	1 174	6 402 209	326	394	(68)
Total relacionadas com taxas de juro	18 228 581	10 215 988	6 103 684	34 548 253	309 731	285 348	24 382
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	3 994 113	1 053 558	537 044	5 584 715	129 731	126 480	3 251
Bilateral (Amt)	3 938 295	1 053 434	537 044	5 528 773	129 288	126 049	3 239
CCP (Amt)	55 818	124	0	55 942	443	431	12
Produtos negociados em bolsa	29 431	398	35	29 864	6	54	(48)
Total relacionadas com câmbios	4 023 544	1 053 956	537 078	5 614 579	129 738	126 534	3 203
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	366 170	168 529	25 313	560 012	20 358	23 692	(3 334)
Bilateral (Amt)	366 170	168 529	25 313	560 012	20 358	23 692	(3 334)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	472 888	74 045	9 006	555 939	6 172	8 575	(2 402)
Total relacionadas com ações/índices	839 058	242 574	34 319	1 115 951	26 531	32 266	(5 736)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	297 563	1 076 954	142 572	1 517 089	21 297	22 399	(1 102)
Bilateral (Amt)	157 950	298 313	58 852	515 115	7 426	8 238	(811)
CCP (Amt)	139 613	778 640	83 720	1 001 974	13 870	14 161	(291)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	297 563	1 076 954	142 572	1 517 089	21 297	22 399	(1 102)
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	2 660	1 657	9 222	13 539	479	653	(175)
Bilateral (Amt)	2 660	1 657	9 222	13 539	479	653	(175)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	53 757	8 766	0	62 523	440	503	(63)
Total relacionadas com matérias-primas	56 417	10 423	9 222	76 062	918	1 156	(238)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	13 994	6 856	98	20 948	443	719	(276)
Bilateral (Amt)	13 963	6 856	98	20 917	433	698	(265)
CCP (Amt)	31	0	0	31	10	21	(11)
Produtos negociados em bolsa	4 929	0	0	4 929	10	29	(18)
Total Outras	18 923	6 856	98	25 877	453	747	(295)
Total negócio mercado de balcão	17 889 490	11 136 098	6 816 759	35 842 347	481 712	458 897	22 816
Negócio bilateral total	7 256 387	5 154 704	3 275 604	15 686 696	430 043	407 725	22 318
Negócio CCP total	10 633 102	5 981 394	3 541 155	20 155 651	51 669	51 172	497
Total negócio em bolsa	5 574 597	1 470 653	10 214	7 055 464	6 954	9 555	(2 600)
Total	23 464 086	12 606 751	6 826 973	42 897 811	488 667	468 451	20 215
Valores de mercado positivos após com- pensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	44 784	0	0

31.12.2015							
Distribuição de maturidades do valor nominal							
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	10 955 593	9 682 810	6 375 377	27 013 781	345 998	325 179	20 819
Bilateral (Amt)	3 906 875	4 952 043	3 205 837	12 064 755	316 736	298 220	18 516
CCP (Amt)	7 048 718	4 730 767	3 169 540	14 949 025	29 261	26 959	2 302
Produtos negociados em bolsa	4 452 134	1 400 495	3 742	5 856 371	272	237	35
Total relacionadas com taxas de juro	15 407 727	11 083 305	6 379 119	32 870 152	346 270	325 416	20 854
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4 672 846	1 134 801	531 085	6 338 731	116 007	115 379	628
Bilateral (Amt)	4 644 414	1 134 686	531 085	6 310 184	115 900	115 270	630
CCP (Amt)	28 432	115	0	28 547	107	109	(2)
Produtos negociados em bolsa	33 064	15	0	33 079	109	174	(65)
Total relacionadas com câmbios	4 705 910	1 134 815	531 085	6 371 810	116 116	115 553	563
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	394 193	197 092	23 521	614 806	25 063	28 818	(3 756)
Bilateral (Amt)	394 193	197 092	23 521	614 806	25 063	28 818	(3 756)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	501 706	66 571	8 993	577 270	5 533	6 164	(631)
Total relacionadas com ações/índices	895 899	263 663	32 514	1 192 076	30 596	34 983	(4 387)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	270 524	949 312	129 622	1 349 458	23 548	20 992	2 556
Bilateral (Amt)	176 492	445 572	72 423	694 486	14 784	12 386	2 399
CCP (Amt)	94 032	503 741	57 199	654 972	8 763	8 606	157
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	270 524	949 312	129 622	1 349 458	23 548	20 992	2 556
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	5 998	1 260	9 516	16 775	776	891	(115)
Bilateral (Amt)	5 998	1 260	9 516	16 775	776	891	(115)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	78 204	27 066	10	105 279	497	604	(107)
Total relacionadas com matérias-primas	84 202	28 326	9 526	122 054	1 273	1 496	(223)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	20 621	5 378	43	26 043	906	1 953	(1 048)
Bilateral (Amt)	20 618	5 378	43	26 039	902	1 953	(1 051)
CCP (Amt)	3	0	0	3	3	0	3
Produtos negociados em bolsa	8 430	11	0	8 441	22	49	(27)
Total Outras	29 051	5 389	43	34 484	928	2 002	(1 074)
Total negócio mercado de balcão	16 319 775	11 970 654	7 069 164	35 359 593	512 297	493 213	19 084
Negócio bilateral total	9 148 589	6 736 032	3 842 425	19 727 045	474 162	457 538	16 623
Negócio CCP total	7 171 186	5 234 622	3 226 739	15 632 548	38 135	35 674	2 461
Total negócio em bolsa	5 073 538	1 494 157	12 746	6 580 441	6 433	7 229	(795)
Total	21 393 313	13 464 811	7 081 910	41 940 034	518 730	500 441	18 289
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	53 202	0	0

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em ações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Ações de negociação	75 633	76 044
Ações não relacionadas com negociação ¹	2 979	3 228
Exposição de capital total	78 613	79 273

¹ Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 288 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e de 642 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, a nossa exposição a ações de negociação era principalmente composta por 74,4 mil milhões de euros de atividades de Global Markets e 1,2 mil milhões de euros do negócio Deutsche Asset Management. As ações de negociação globais registaram uma descida homóloga de 411 milhões de euros causada pela diminuição na exposição no negócio Deutsche Asset Management, que foi parcialmente compensada por um aumento em Global Markets.

Qualidade dos ativos

Esta secção descreve a qualidade dos ativos dos nossos empréstimos. Todos os empréstimos com informações disponíveis sobre possíveis problemas de crédito dos mutuários que suscitem na direção suspeitas fundadas sobre o cumprimento das suas obrigações contratuais estão incluídos nesta secção.

Visão geral de empréstimos em cumprimento, renegociados, vencidos e em imparidade, por grupos de clientes

em milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total
Empréstimos não vencidos, não renegociados nem em imparidade	219 106	182 760	401 865	237 758	182 306	420 064
Empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade	882	2 445	3 327	1 143	2 544	3 687
Empréstimos renegociados mas não em imparidade	357	459	816	438	437	875
Empréstimos em imparidade	4 310	3 137	7 447	4 532	3 619	8 151
Total	224 655	188 801	413 455	243 871	188 906	432 777

Empréstimos vencidos

Os empréstimos são considerados vencidos quando os pagamentos de capital e/ou juros contratualmente acordados não são pagos pelo mutuário, exceto se esses empréstimos forem adquiridos por via da consolidação. Estes são considerados vencidos, se os pagamentos de capital e/ou juros previstos aquando da consolidação inicial dos empréstimos não forem pagos pelo mutuário na data definida.

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por estado de incumprimento

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos em incumprimento há menos de 30 dias	2 116	2 387
Empréstimos em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	494	547
Empréstimos em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	268	281
Empréstimos em incumprimento há 90 ou mais dias	484	540
Total	3 363	3 755

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por setor

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015 ¹
Intermediação financeira	95	203
Atividades de gestão de fundos	28	16
Indústria	278	125
Comércio grossista e de retalho	172	131
Famílias	2 076	2 495
Atividades imobiliárias comerciais	190	192
Setor público	12	3
Outros	512	592
Total	3 363	3 755

¹ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

Empréstimos não em imparidade vencidos ao custo amortizado, por região

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Alemanha	1 299	1 430
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	1 531	1 417
Europa Oriental	155	139
América do Norte	233	641
América Central e América do Sul	18	8
Ásia e Pacífico	113	106
África	14	15
Outros	0	0
Total	3 363	3 755

Os nossos empréstimos vencidos, mas não em imparidade diminuíram em 392 milhões de euros para 3,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido a um pequeno conjunto de contrapartes em PW&CC.

Valor agregado das garantias colaterais – com os justos valores das garantias colaterais limitados aos saldos dos empréstimos – detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	1 775	2 254
Garantias recebidas	148	133
Total	1 923	2 387

O nosso valor agregado das garantias colaterais detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade em 31 de dezembro de 2016 diminuíram de acordo com a redução dos empréstimos vencidos mas não em imparidade face ao ano anterior.

Empréstimos de carência

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e da transação e tomando em consideração os factos e circunstâncias específicas. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de empréstimos com período de carência, seguimos a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS)) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4 do Regulamento (UE) n.º 575/2013. Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, relatamos o empréstimo como tendo um período de carência;

removemos o empréstimo do nosso relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de 2 anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontra em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Empréstimos de carência

em milhões de euros	31.12.2016				31.12.2015			
	Em cumprimento		Em incumprimento	Total de empréstimos de carência	Em cumprimento		Em incumprimento	Total de empréstimos de carência
	Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade		Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade	
Alemães	907	374	983	2 264	1 067	441	1 096	2 605
Não alemães	799	709	1 697	3 204	619	716	1 801	3 136
Total	1 706	1 083	2 679	5 468	1 686	1 157	2 897	5 741

A redução no total de empréstimos com período de carência, em 2016, de 273 milhões de euros foi motivada por empréstimos com período de carência produtivos e não produtivos a clientes alemães, sobretudo impulsionados pela NCOU, refletindo atividades de redução do risco e PW&CC, resultando da conjuntura favorável contínua no mercado de crédito alemão.

Empréstimos em imparidade

A Gestão do risco de crédito avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade. Um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se:

- há evidência objetiva de imparidade em resultado dum evento de perda que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço (um “evento de perda”). Ao efetuarmos a nossa avaliação consideramos informações sobre eventos disponíveis até à data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão de acordo com os requisitos da IAS 10;
- o evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros, e
- o valor da perda possa ser estimado com fiabilidade.

As avaliações de perda da Gestão do risco de crédito são objeto de revisão periódica, em colaboração com a área financeira do Grupo. Os resultados desta avaliação são notificados para aprovação pela direção da área financeira do Grupo e de Gestão do risco.

Para mais informações sobre os empréstimos em imparidade, consulte a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Perdas por imparidade e provisões para perdas com empréstimos

Se houver evidência de imparidade, a perda por imparidade é geralmente calculada com base nos fluxos de caixa esperados descontados utilizando a taxa de juros efetiva original do empréstimo. Se os termos de um empréstimo são renegociados ou de outra forma modificados devido a dificuldades financeiras do mutuário mas sem que se passem a verificar as condições para desreconhecimento do empréstimo, a perda por imparidade é medida utilizando a taxa de juro efetiva original antes da modificação dos termos. Reduzimos o valor contabilístico do empréstimo em imparidade através da utilização de uma conta de provisão e reconhecemos o valor da perda na demonstração consolidada dos resultados, na qualidade de componente da provisão para perdas de crédito. Registamos aumentos na nossa provisão para perdas com empréstimos como aumentos da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. O reconhecimento de perdas (*charge-offs*) reduzem a nossa provisão, enquanto as recuperações, se existirem, são creditadas na conta de provisão. Se determinarmos que já não necessitamos de provisões que tenha-

mos definido previamente, diminuimos a nossa provisão e inscrevemos o montante como uma redução da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. Nos casos em que se considera que não há uma perspetiva realista de recuperação e em que todas as garantias foram realizadas ou para nós transferidas, o empréstimo e qualquer provisão associada para perdas é registada como perda (o empréstimo e a provisão para perdas com empréstimos são retirados do balanço).

Embora avaliemos a imparidade das nossas exposições ao crédito a empresas individualmente, avaliamos coletivamente a imparidade dos nossos empréstimos homogêneos padronizados de menor saldo.

As nossas provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade refletem provisões para cobertura de perdas incorridas que não foram identificadas individualmente nem fornecidas no âmbito da avaliação de imparidade dos empréstimos homogêneos de menor saldo.

Para mais informações sobre as nossas políticas contabilísticas em matéria de perdas por imparidade e de provisão para perdas de crédito, consultar a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e Estimativas contabilísticas críticas”.

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por divisão de negócio

em milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015			Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015	
	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em pontos percentuais
Global Markets ¹	181	187	103	5	83	1 814	177	(1 711)
Corporate & Investment Banking	2 826	1 706	60	2 154	1 375	64	672	(3)
Private, Wealth & Commercial Clients	1 938	1 210	62	2 157	1 332	62	(219)	1
Deutsche Asset Management ²	0	1	N/S	0	1	N/S	0	N/S
Postbank	1 708	1 007	59	1 846	1 126	61	(138)	(2)
Non-Core Operations Unit	794	432	54	1 989	1 109	56	(1 195)	(1)
dos quais: ativos reclassificados como empréstimos e valores a receber em conformidade com a IAS 39	92	69	75	667	389	58	(575)	17
Consolidation & Adjustments e Outros ²	0	4	N/S	0	2	N/S	0	N/S
Total	7 447	4 546	61	8 151	5 028	62	(703)	(1)

N/S – Não significativo.

¹ Os empréstimos em imparidade em Global Markets estão totalmente cobertos por provisões para perdas com empréstimos devido ao facto desta última incluir provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade.

² A provisão nas categorias “Consolidation & Adjustments e Outros” e “Deutsche Asset Management” consiste inteiramente em provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade.

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por setor

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	
Intermediação financeira	122	11	133	27	3	47	77	58
Atividades de gestão de fundos	14	7	21	1	0	4	5	26
Indústria	524	229	754	476	149	82	707	94
Comércio grossista e de retalho	472	234	707	223	161	29	413	58
Famílias	193	2 467	2 661	220	1 466	67	1 754	66
Atividades imobiliárias comerciais	385	37	422	168	25	39	233	55
Setor público	19	0	19	4	0	3	7	35
Outros ¹	2 397	334	2 731	953	168	230	1 351	49
Total	4 126	3 321	7 447	2 071	1 972	503	4 546	61

¹ "Transporte, armazenamento e comunicação": Total de empréstimos em imparidade de 1,1 mil milhões de euros (40%), Total de provisões para perdas com empréstimos de 650 milhões de euros (48%). O restante é dividido entre vários setores (dos quais nenhum individualmente contribui com 25% ou mais para o total da categoria "Outro").

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	
Intermediação financeira	159	10	169	38	5	55	98	58
Atividades de gestão de fundos	23	10	33	1	0	7	8	25
Indústria	518	247	765	470	149	70	688	90
Comércio grossista e de retalho	280	257	538	182	154	45	381	71
Famílias	332	2 931	3 263	324	1 805	74	2 202	67
Atividades imobiliárias comerciais	860	52	912	503	36	36	576	63
Setor público	16	0	16	2	0	2	5	32
Outros ²	2 047	408	2 456	733	186	153	1 071	44
Total	4 236	3 916	8 151	2 252	2 335	442	5 028	62

¹ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

² "Transporte, armazenamento e comunicação": Total de empréstimos em imparidade 865 milhões de euros (34%), Total de provisões para perdas com empréstimos 375 milhões de euros (35%). O restante é dividido entre vários setores (dos quais nenhum individualmente contribui com 25% ou mais para o total da categoria "Outro").

Empréstimos em imparidade, provisão para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por região

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade		
						Total		
Alemanha	1 154	1 486	2 639	563	804	122	1 489	56
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	2 021	1 688	3 709	1 008	1 057	130	2 195	59
Europa Oriental	46	132	179	39	106	10	154	86
América do Norte	495	1	496	148	0	128	277	56
América Central e América do Sul	4	0	5	3	0	14	16	363 ¹
Ásia e Pacífico	341	14	355	286	5	76	367	103 ¹
África	63	1	64	24	0	8	32	50
Outros	2	0	2	0	0	17	17	908 ¹
Total	4 126	3 321	7 447	2 071	1 972	503	4 546	61

¹ Os empréstimos em imparidade na América Central e do Sul, na Ásia e Pacífico e Outros estão cobertos por provisões para perdas com empréstimos devido ao facto desta última incluir provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade.

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade		
						Total		
Alemanha	1 362	1 642	3 004	647	930	105	1 682	56
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	2 280	2 057	4 337	1 294	1 237	132	2 662	61
Europa Oriental	76	179	255	38	165	10	213	83
América do Norte	340	2	342	150	0	107	257	75
América Central e América do Sul	0	6	6	0	0	12	12	187 ¹
Ásia e Pacífico	155	23	178	100	2	60	162	91
África	21	5	26	23	0	5	28	107 ¹
Outros	2	0	2	0	0	10	10	553 ¹
Total	4 236	3 915	8 151	2 252	2 335	442	5 028	62

¹ Os empréstimos em imparidade na América Central e do Sul, África e Outros estão cobertos por provisões para perdas com empréstimos devido ao facto desta última incluir provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade.

Evolução dos empréstimos em imparidade

em milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Saldo, início do exercício	4 236	3 915	8 151	4 990	4 359	9 348
Classificados como em imparidade durante o exercício	2 177	1 291	3 469	898	1 176	2 073
Transferidos para não em imparidade durante o exercício ¹	(1 080)	(723)	(1 803)	(1 010)	(859)	(1 869)
Reconhecimento de perdas	(979)	(987)	(1 966)	(537)	(717)	(1 254)
Alienação de empréstimos em imparidade	(266)	(161)	(427)	(239)	(53)	(292)
Taxa de câmbio e outros movimentos	38	(15)	23	135	10	145
Saldo, fim do exercício	4 126	3 321	7 447	4 236	3 915	8 151

¹ Inclui reembolsos.

Em 2016, os nossos empréstimos em imparidade diminuíram 704 milhões de euros (9%) para 7,4 mil milhões de euros devido à redução na nossa carteira avaliada coletivamente, causada pela NCOU, PW&CC e Postbank. Ocorre-

ram mais reduções na nossa carteira avaliada individualmente, na qual as reduções na NCOU que se devem às alienações de ativos foram amplamente compensadas por novas imparidades em CIB e GM. As novas imparidades foram causadas, entre outros motivos, pela continuada debilidade do mercado do setor do transporte marítimo e por uma diminuição dos preços das matérias-primas no setor mineiro e de metais.

O rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (definido como provisões no balanço totais para todos os empréstimos em imparidade avaliados individualmente ou coletivamente, divididas por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS (excluindo garantias colaterais)) diminuiu de 62% no exercício de 2015 para 61% em 31 de dezembro de 2016.

Os nossos empréstimos em imparidade incluíram 92 milhões de euros em empréstimos reclassificados como empréstimos e valores a receber de acordo com a IAS 39, uma descida de 575 milhões de euros (86%) relativamente ao nível do exercício anterior. Este decréscimo foi sobretudo motivado por reconhecimento de perdas.

Provisão para perdas de crédito e recuperações por setor

	2016					2015	
	Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações					Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações	
em milhões de euros	Para empréstimos avaliados individualmente	Para empréstimos em imparidade avaliados coletivamente	Para empréstimos não em imparidade avaliados coletivamente	Total	Recuperações	(total)	Recuperações
Intermediação financeira	5	1	(9)	(3)	4	(5)	1
Atividades de gestão de fundos	0	1	(3)	(2)	0	2	0
Indústria	177	20	12	209	14	61	16
Comércio grossista e de retalho	43	28	(14)	58	4	78	4
Famílias	20	521	(10)	531	99	513	101
Atividades imobiliárias comerciais	32	39	5	76	36	33	18
Sector público	(0)	0	1	0	0	(17)	0
Outros ¹	552	58	55	665	31	378	21
Total	829	668	37	1 534	187	1 043	161

¹ O maior impulsionador do total de provisões para perdas com empréstimos antes de recuperações foi o setor "Transporte, armazenamento e comunicação" com 422 milhões de euros (63%) em 2016 e 154 milhões de euros (41%) em 2015. O restante é dividido entre vários setores (dos quais nenhum individualmente contribui com 25% ou mais para o total da categoria "Outro").

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com empréstimos em imparidade era de 117 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e de 54 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados ao saldo transaccional

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	2 016	2 722
Garantias recebidas	343	223
Total de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade	2 359	2 945

O total das nossas garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade em 31 de dezembro de 2016 diminuiu 586 milhões de euros ou 20% face ao ano anterior, enquanto o rácio de cobertura incluindo garantias colaterais (definido como provisões no balanço totais para todos os empréstimos em imparidade individualmente ou avaliados coletivamente acrescidos de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transaccionais, divididas por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS) diminuiu para 93% em 31 de dezembro de 2016 face a 98% em 31 de dezembro de 2015.

Ativos financeiros disponíveis para venda

O conceito de imparidade é também aplicável para instrumentos de dívida disponíveis para venda, que, de outro modo, são escriturados ao justo valor sendo as alterações de justo valor reportadas em outro rendimento integral. Se um instrumento de dívida disponível para venda for considerado em imparidade, a perda por imparidade cumulativa reflete a diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual do instrumento. Para uma discussão detalhada dos nossos

procedimentos contábilísticos, consultar a Nota 1 “Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas”.

Ativos financeiros não em imparidade vencidos e em imparidade disponíveis para venda, imparidades acumuladas, rácio de cobertura e garantias colaterais detidas por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros não em imparidade vencidos disponíveis para venda	1 661	1 610
dos quais:		
Em incumprimento há menos de 30 dias	178	47
Em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	24	0
Em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	23	0
Em incumprimento há 90 ou mais dias	1 436	1 563
Ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	229	229
Imparidade acumulada de ativos financeiros disponíveis para venda	131	109
Rácio de cobertura de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda em %	57	47
Garantias colaterais por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	20	19
dos quais:		
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	20	19
Garantias recebidas	0	0

Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis comerciais e residenciais obtidas em 2016 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

Garantias colaterais obtidas durante os períodos de relato

em milhões de euros	2016	2015
Imóveis comerciais	9	5
Imóveis residenciais	55	43
Outros	0	0
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	64	48

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2016, assim como em 2015, o grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos.

Provisão para perdas de crédito

Evolução das provisões para perdas de crédito

em milhões de euros	2016						Total
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	
Saldo, início do exercício	2 252	2 776	5 028	144	168	312	5 340
Provisão para perdas de crédito dos quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	743	604	1 347	24	12	36	1 383
Reconhecimento de perdas líquidas:							
Reconhecimento de perdas	(894)	(870)	(1 764)	0	0	0	(1 764)
Recuperações	85	101	187	0	0	0	187
Outras alterações	(30)	(35)	(65)	(5)	3	(2)	(67)
Saldo, fim do exercício	2 071	2 475	4 546	162	183	346	4 892
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absoluto	409	56	465	(34)	(4)	(39)	427
Relativo	123 %	10 %	53 %	(59) %	(27) %	(52) %	45 %
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absoluto	(412)	(258)	(670)	0	0	0	(670)
Relativo	85 %	42 %	61 %	0 %	0 %	0 %	61 %
Saldo, fim do exercício							
Absoluto	(181)	(301)	(482)	18	15	34	(448)
Relativo	(8) %	(11) %	(10) %	13 %	9 %	11 %	(8) %

A provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2016 totalizou 4,9 mil milhões de euros face a 5,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. A redução foi impulsionada por reconhecimento de perdas, parcialmente compensado pela provisão adicional para perdas de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para perdas de crédito aumentou 427 milhões de euros face ao final do exercício de 2015, devido a um aumento na provisão para perdas com empréstimos de 465 milhões de euros, parcialmente compensada por uma redução nas provisões para posições extrapatrimoniais de 39 milhões de euros. O aumento na nossa carteira avaliada individualmente resultou sobretudo dos negócios de CIB e Global Markets, refletindo a debilidade contínua do mercado do setor do transporte marítimo, bem como de uma diminuição dos preços das matérias-primas no setor mineiro e de metais e no setor do petróleo e gás. O aumento nas provisões para a nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente foi sobretudo motivado pela NCOU, parcialmente relacionado com taxas superiores para ativos reclassificados de acordo com a norma IAS 39 e parcialmente compensado por PW&CC e pelo Postbank, entre outros fatores, refletindo a boa qualidade da carteira de empréstimos e da conjuntura económica favorável. A redução nas provisões para posições extrapatrimoniais foi motivada pela divisão CIB e reflete lançamentos causados pela cristalização em caixa de algumas exposições a garantias, levando a uma provisão superior para perdas de crédito.

O aumento em reconhecimento de perdas líquidas no valor de 670 milhões de euros face a 2015 foi, em grande parte, motivado pela NCOU, causado por ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, juntamente com alienações.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, que são comunicados na NCOU, totalizou 69 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, representando 2% da nossa provisão total para perdas com empréstimos, menos 82% relativamente ao nível no final de 2015 que totalizou 389 milhões de euros (8% da provisão total para perdas com empréstimos). A redução foi motivada por reconhecimento de perdas de 355 milhões de euros, juntamente com a redução impulsionada por câmbios, uma vez que a

maioria dos ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 é denominada em divisas que não o euro, e foi parcialmente compensada por provisões adicionais de 66 milhões de euros.

Em comparação com 2015, a provisão para perdas de crédito para ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 apresentou um aumento de 110 milhões de euros, relacionado, em grande parte, com as nossas carteiras hipotecárias europeias. O reconhecimento de perdas líquidas aumentou 242 milhões de euros devido, sobretudo, à carteira hipotecária europeia e a uma elevada carteira individualizada.

em milhões de euros	2015						Total
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	
Saldo, início do exercício	2 364	2 849	5 212	85	141	226	5 439
Provisão para perdas de crédito dos quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	334	548	882	58	16	74	956
Reconhecimento de perdas líquidas:							
Reconhecimento de perdas	(64)	(51)	(116)	0	0	0	(116)
Reconhecimento de perdas líquidas:							
Reconhecimento de perdas	(482)	(612)	(1 094)	0	0	0	(1 094)
Recuperações	(538)	(717)	(1 255)	0	0	0	(1 255)
Outras alterações	56	105	161	0	0	0	161
Saldo, fim do exercício	2 252	2 776	5 028	144	168	312	5 340
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absoluto	(164)	(83)	(247)	71	(1)	70	(178)
Relativo	(33) %	(13) %	(22) %	(538) %	(8) %	N/S ¹	(16) %
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absoluto	515	(100)	415	0	0	0	415
Relativo	(52) %	19 %	(28) %	0 %	0 %	0 %	(28) %
Saldo, fim do exercício							
Absoluto	(112)	(72)	(184)	59	27	86	(99)
Relativo	(5) %	(3) %	(4) %	69 %	19 %	38 %	(2) %

N/S – Não significativo

A provisão para perdas de crédito em dezembro de 2015 totalizou 5,3 mil milhões de euros face a 5,4 mil milhões de euros no fim de 2014. A redução deve-se principalmente a reconhecimento de perdas em parte relacionado com alienações.

A provisão para perdas de crédito diminuiu 178 milhões de euros face ao ano anterior, motivada por uma redução na provisão para perdas com empréstimos de 247 milhões de euros. A redução em 2015 em provisões para perdas com empréstimos na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente de 164 milhões de euros é motivada por ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 e outras exposições no imobiliário registadas na NCOU, parcialmente compensadas por provisões maiores nas nossas Carteiras de transportes marítimos e financiamento alavancado na CIB. A redução na nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente de 83 milhões de euros resulta sobretudo de desembolsos maiores relacionados com alienações juntamente com um ambiente de crédito positivo em curso na Alemanha e uma estabilização dos mercados da Europa do Sul. O aumento nas provisões para exposições extrapatrimoniais de 70 milhões de euros em comparação com 2014 é impulsionado pela CIB, refletindo sobretudo um grande artigo e o Postbank.

A redução de reconhecimento de perdas de 415 milhões de euros face a 2014 é principalmente motivada pelo Postbank e resulta de níveis elevados no ano anterior causados por um efeito único devido ao alinhamento dos processos.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, que são comunicados na NCOU, totalizou 389 milhões de euros no fim de 2015, representando 8% da nossa provisão total

para perdas com empréstimos, menos 25 % do nível no fim do ano anterior que totalizou 518 milhões de euros (10% da provisão total para perdas com empréstimos). Esta redução foi impulsionada por reconhecimento de perdas líquidas de 113 milhões de euros juntamente com desembolsos líquidos de 44 milhões de euros e parcialmente compensados por aumentos relacionados com câmbios, uma vez que a maioria dos ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 são denominados em divisas que não o euro.

Face a 2014, a provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 diminuiu 129 milhões de euros e o reconhecimento de perdas líquidas aumentou 98 milhões de euros em 2015. Ambas as alterações deveram-se parcialmente a alienações.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivativos do mercado de balcão com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivativos

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivativos nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivativos relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivativos com pouca antecedência.

Os acordos-tipo celebrados para transações de derivativos OTC com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão normalizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Estamos menos confortáveis ao abrigo das regras e regulamentos aplicados por CCP de compensação, que assentam sobretudo nas contribuições e garantias para os fundos de proteção contra incumprimento dos membros compensadores e menos na rescisão e encerramento de contratos, que serão considerados apenas posteriormente, depois de falharem todas as outras medidas. Tendo em conta as graves perturbações sistémicas ao sistema financeiro, que podem ser causadas por uma falha desordenada de uma CCP, o Conselho de Estabilidade Financeira (“FSB”) recomendou em outubro de 2014 sujeitar as CCP a regimes de resolução que apliquem os mesmos objetivos e proviões que se aplicam a bancos sistematicamente importantes a nível global (G-SIB).

Os nossos direitos de rescisão contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a acordos e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivativos resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivativos em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4 do CRR, nós, excluindo o Postbank, criámos um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito.

Nós, excluindo o Postbank, utilizamos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados do Postbank é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

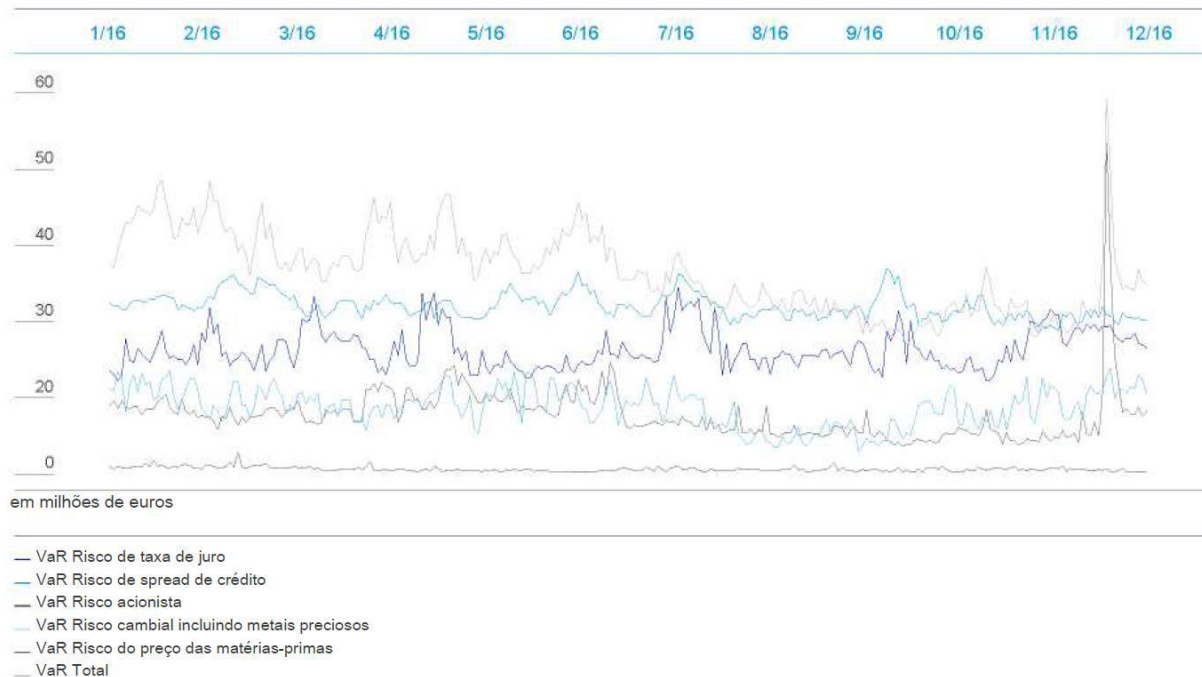
As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de <i>spread</i> de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial ¹		Risco de preço das matérias-primas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Médio	32,0	43,3	(35,0)	(40,9)	19,7	20,3	26,6	30,9	9,3	16,6	10,7	15,0	0,7	1,3
Máximo	59,4	65,6	(57,6)	(59,2)	29,5	30,2	32,5	40,3	52,4	28,3	16,7	25,0	3,3	4,0
Mínimo	20,4	28,7	(25,6)	(31,0)	14,8	16,2	22,3	24,0	4,4	9,2	3,6	6,0	0,2	0,5
Final do período	30,1	33,3	(36,9)	(38,8)	19,9	18,3	24,3	26,2	10,0	11,7	12,6	15,1	0,2	0,9

¹ Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Desenvolvimento do valor em risco por tipos de risco em 2016



O valor em risco médio em 2016 foi de 32,0 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 11,2 milhões de euros face ao ano completo de 2015. A redução na média foi motivada por diminuições no spread de crédito, divisas e classes de ativos de capital resultantes de uma diminuição na exposição direcional sobre a média face ao exercício de 2015. O pico no valor em risco em dezembro de 2016 deveu-se a atividade nas carteiras de negociação por um curto período de tempo durante a facilitação de transações de clientes.

Medidas regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação (Excluindo o Postbank)

A tabela abaixo apresenta as métricas do valor em risco em situação de esforço calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Exclui as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco em situação de esforço médio, máximo e mínimo por tipo de risco

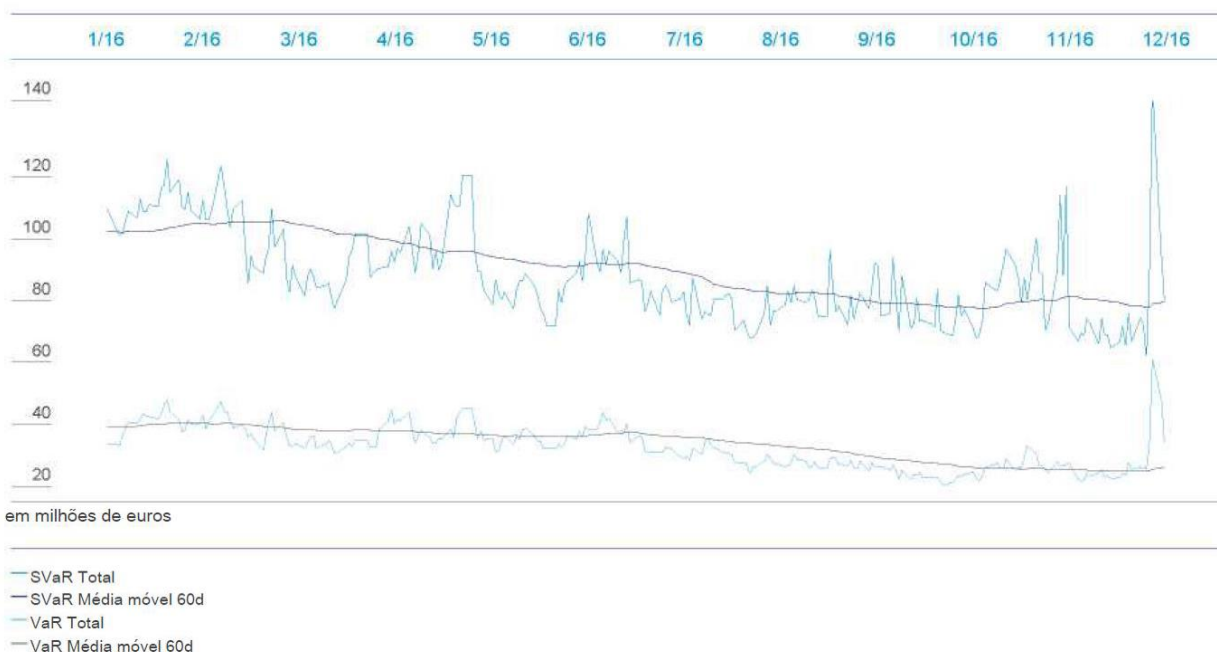
em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de <i>spread</i> de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial ¹		Risco de preço das matérias-primas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Médio	85,2	105,1	(78,2)	(114,5)	51,9	60,7	74,9	106,7	20,6	22,8	14,8	26,7	1,3	2,5
Máximo	143,7	135,7	(150,0)	(186,7)	82,5	84,2	99,3	154,5	144,5	68,7	30,4	59,8	3,9	7,6
Mínimo	60,4	82,4	(53,4)	(71,7)	37,4	45,1	59,0	82,6	2,4	0,1	3,4	5,7	0,4	0,7
Final do período	75,8	106,3	(91,3)	(98,0)	51,9	45,5	63,0	90,9	29,6	44,1	22,1	22,6	0,5	1,2

¹ Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

O valor em risco médio foi de 85,2 milhões de euros em 2016, uma diminuição de 4,5 milhões de euros face ao ano completo de 2015. A redução na média foi motivada por diminuições provenientes de spread de crédito, divisas e classes de ativos de capital resultantes de uma diminuição na exposição direcional sobre a média face ao exercício de 2015. Adicionalmente, o valor em risco em situação de esforço da taxa de juro diminuiu em média ao longo de 2016 devido às alterações na composição da carteira. Similarmente ao valor em risco, ocorreu um pico em dezembro de 2016, devido à facilitação das transações com clientes.

O gráfico seguinte compara a evolução do valor em risco diário com o valor em risco diário em situação de esforço e as respetivas médias de 60 dias, calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Os montantes são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que são calculadas separadamente.

Desenvolvimento do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço em 2016



em milhões de euros

— SVaR Total
— SVaR Média móvel 60d
— VaR Total
— VaR Média móvel 60d

Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos Requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)^{1,2,3}

em milhões de euros	Total		Non-Core Operations Unit		Negociação de crédito global		Core Rates		Fixed Income e Currencies APAC		Mercados emergentes – Dívida		Outros	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Médio	840,2	975,0	52,0	17,5	393,0	539,3	200,4	106,0	188,6	160,0	116,8	235,0	(110,5)	(82,0)
Máximo	944,4	1 020,8	57,3	85,0	405,8	693,0	229,6	179,0	243,0	351,0	128,0	300,0	(65,6)	(52,0)
Mínimo	693,0	843,8	44,5	(4,8)	368,0	435,0	173,7	50,0	119,6	113,0	111,6	144,0	(141,8)	(128,0)
Final do período	693,0	890,0	51,8	(1,0)	368,0	489,0	173,7	86,0	119,6	123,0	121,8	259,0	(141,8)	(65,0)

¹ Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015, respetivamente.

² As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2016, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório.

³ Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2016 eram de 693 milhões de euros, uma diminuição de 197 milhões de euros (22%) face ao exercício de 2015. A média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2016 era de 840 milhões de euros e, por conseguinte, menos 135 milhões de euros (14%) comparativamente à média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2015. O decréscimo dos requisitos de capital para riscos adicionais médios é motivado por uma diminuição nas exposições a crédito na negociação de crédito global, quando comparado com o exercício de 2015.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão.

Medida de risco global média, máxima e mínima das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)^{1,2,3}

em milhões de euros	2016	2015
Médio	31,3	188,4
Máximo	39,8	197,3
Mínimo	21,9	180,3
Final do período	17,9	190,2

¹ Medida de risco global regulamentar calculada para o período de 12 semanas findo em 31 de dezembro.

² O final do período baseia-se no valor à vista modelo interno.

³ Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

A medida de risco global no final de 2016 era de 18 milhões de euros e diminuiu 172 milhões de euros (91%) face ao exercício de 2015. A média de 12 semanas da nossa medida de risco global no final de 2016 era de 31 milhões de euros e, assim, menos 157 milhões de euros (83%) comparativamente com a média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2015. A redução deveu-se à continuação da redução do risco na carteira de negociação de correlação.

Método padrão do risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2016, as posições de titularização, para as quais o risco de taxa de juro específico é calculado usando o método padrão de risco de mercado, geraram requisitos de capital de 279,4 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 3,5 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2015, estas posições geraram requisitos de capital de 811 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 10,1 mil milhões de euros. A redução deveu-se à continuação da redução do risco nas exposições de titularização.

Para swaps de risco de n-ésimo incumprimento, os requisitos de capital aumentaram para 6,4 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 80 milhões de euros, em comparação com 6 milhões de euros e 78 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, os requisitos de capital para fundos de investimento pelo método padrão de risco de mercado eram de 39 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 487 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, em comparação com os 70 milhões de euros e 873 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Os requisitos de capital para risco de longevidade pelo método padrão de risco de mercado eram de 46 milhões de euros para NCOU e PIRM, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 570 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, em comparação com os 36 milhões de euros e 451 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Valor em risco no Postbank

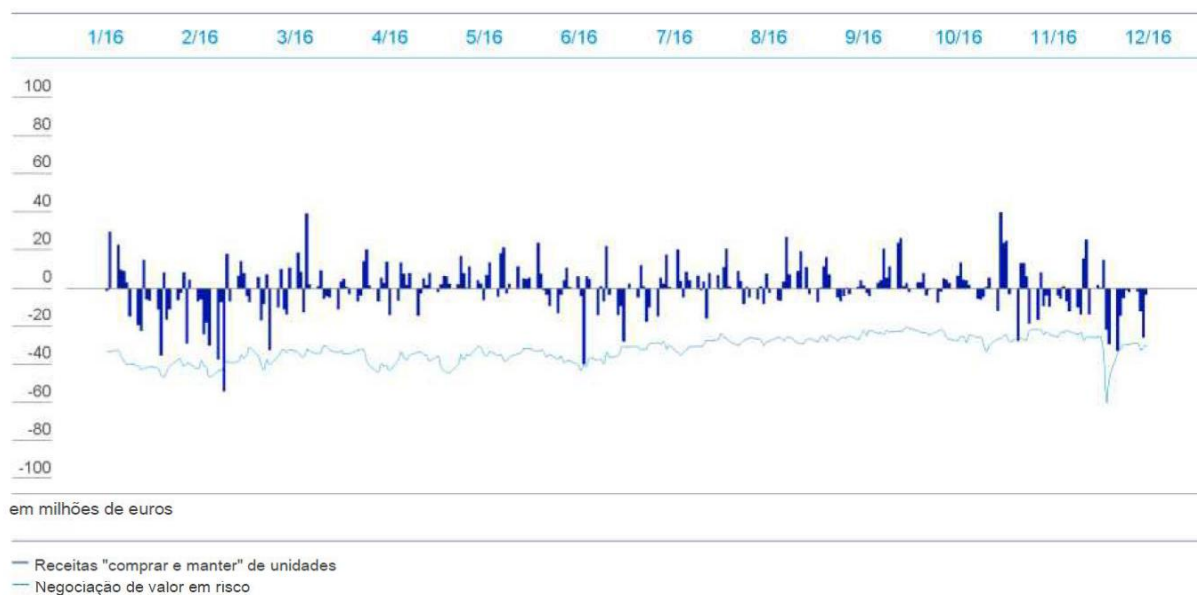
O valor em risco da carteira de negociação do Postbank calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia era de zero em 31 de dezembro de 2016. A estratégia de negociação atual do Postbank não permite nenhuma nova atividade de negociação no que diz respeito à carteira de negociação. Por conseguinte, a carteira de negociação do Postbank não continha quaisquer posições em 31 de dezembro de 2016. Contudo, o Postbank manterá a classificação de instituição de carteira de negociação.

Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2016, registámos um valor discrepante global, no qual a nossa perda de tipo "comprar e manter" excedeu o valor em risco, em comparação com três valores discrepantes em 2015. O valor discrepante em 2016 ocorreu em fevereiro e foi motivado por perdas relacionadas com eventos de mercado de vários negócios. Esta é uma consequência da maior aversão ao risco nos mercados, na sequência de várias preocupações nas perspetivas económicas mundiais. Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado.

O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter". Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo "comprar e manter" positivas para 54% dos dias de negociação em 2016 (versus 51% em 2015), apresentando também a experiência de valores discrepantes globais em 2016.

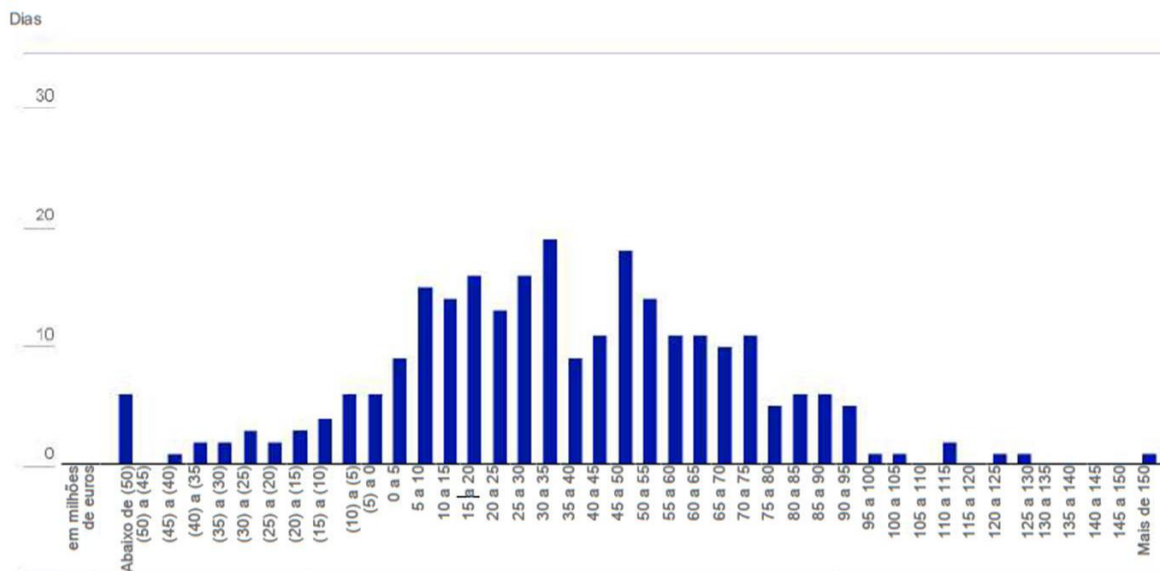
Comparação das receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação e do valor em risco em 2016



Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação (excluindo o Postbank). A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo "comprar e manter", reservas, *carry* e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2016



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 87 % dos dias de negociação em 2016, em comparação com 91 % em 2015.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras não relacionadas com negociação

em milhões de euros	Valor contabilístico		Utilização de capital económico	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Investimentos estratégicos	1 064	829	562	332
Ativos alternativos	2 335	6 363	690	2 764
Investimentos em capital	972	1 735	374	504
Outros ativos de investimento não estratégicos	1 363	4 627	316	2 260
Outros riscos de mercado não relacionados com negociação ¹	N/S	N/S	9 112	9 782
Risco de taxa de juro	N/S	N/S	1 921	2 057
Risco de <i>spread</i> de crédito	N/S	N/S	1 419	1 654
Risco de remuneração em capital	N/S	N/S	582	405
Risco de pensões	N/S	N/S	1 007	828
Risco cambial estrutural	N/S	N/S	2 485	3 183
Risco de fundos garantidos	N/S	N/S	1 699	1 655
Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	3 399	7 192	10 364	12 878

N/S – Não significativo

¹ N/M – Indica que o risco diz sobretudo respeito a rubricas extrapatrimoniais e passivos.

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

- **Investimentos estratégicos.** A utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou sobretudo devido à avaliação ao preço de mercado de investimentos desta carteira.

- **Ativos alternativos.** O capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação diminuiu ao longo do exercício de 2016, sobretudo devido à venda da Hua Xia Bank Company Limited e da Maher Terminals USA. Outros decréscimos foram motivados por iniciativas de redução de risco na Non-Core Operations Unit.
- **Outros riscos de mercado não relacionados com negociação:**
 - **Risco de taxa de juro.** Além da afetação de capital económico ao risco de taxa de juro de transações firmes (*outright*) da carteira de risco de mercado não relacionado com a negociação, a transformação da maturidade de depósitos contratualizados de curto prazo é uma importante componente desta categoria. A duração efetiva de depósitos contratualizados de curto prazo é baseada no comportamento observável do cliente, elasticidade das taxas de depósito (“DRE”) e volatilidade dos saldos dos depósitos. O capital económico é derivado por sujeição de pressupostos de modelação a esforço, em particular da DRE, para cálculo da duração efetiva de depósitos *overnight*. As características comportamentais e económicas são tomadas em consideração no cálculo da duração efetiva e das exposições iniciais dos nossos negócios hipotecários. No total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2016 foi de 1921 milhões de euros, face a 2057 milhões de euros a 31 de dezembro de 2015. A diminuição na contribuição de capital económico foi motivada por melhorias relacionadas com a modelação de depósitos sem prazo de vencimento, parcialmente compensada por um aumento dos riscos de base.
 - **Risco de *spread* de crédito.** É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de *spread* de crédito. A utilização de capital económico era de 1419 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, face aos 1654 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. A diminuição na utilização de capital económico foi motivada pela redução do risco de *spread* de títulos mantidos pela Tesouraria como reserva de liquidez, parcialmente compensada pela melhoria de captação de riscos de *spread* de crédito nas posições da carteira bancária em Global Markets.
 - **Risco de remuneração em capital.** O risco decorre de uma posição curta estrutural na cotação das nossas ações, resultante de unidades de capital restritas. A utilização de capital económico era de 582 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação com 405 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, sobretudo motivada por um aumento nas unidades de capital restritas.
 - **Risco de pensões.** Este risco decorre das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de *spread* de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de 1007 milhões de euros e de 828 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respetivamente. O aumento é causado, em grande parte, por um aumento do risco de *spread* de crédito decorrente de responsabilidades relativas a pensões devido aos efeitos de convexidade que se seguiram a um declínio nas taxas de mercado.
 - **Risco cambial estrutural.** A nossa exposição cambial decorre de capital não coberto e de lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico foi de 2 485 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, numa base diversificada, face aos 3 183 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. A diminuição resulta sobretudo da redução da posição de capital próprio dos acionistas em divisa estrangeira, incluindo a venda da Hua Xia Bank Company Limited.
 - **Risco de fundos garantidos.** A utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2016 manteve-se substancialmente inalterada em 1699 milhões de euros, em comparação com 1655 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Exposição ao risco operacional

Risco operacional – Perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

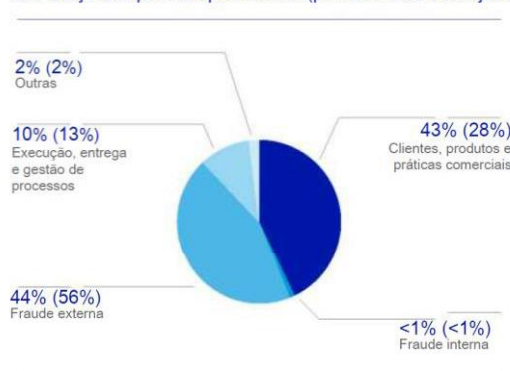
em milhões de euros	2016	2015 ¹
Cientes, produtos e práticas comerciais	2 566	3 346
Fraude interna	396	2 176
Fraude externa	18	(197)
Execução, entrega e gestão de processos	160	381
Outras	23	20
Grupo	3 163	5 726

¹ Números de 2015 relativos à perda, alterados devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

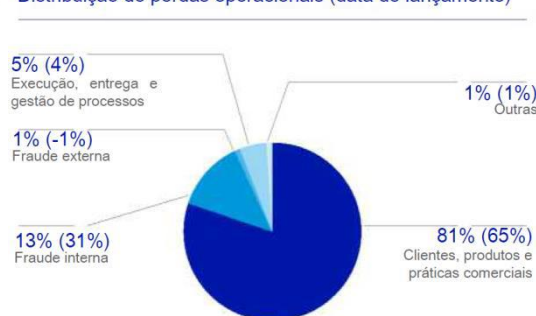
Em dezembro de 2016, as perdas operacionais com base nos resultados diminuíram 2,6 mil milhões de euros, ou 45%, face a 2015. A diminuição foi motivada predominantemente pelos tipos de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" e "fraude interna" devido a acordos alcançados e a reservas de litígio acrescidas para casos ainda a decorrer em 2015.

Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2016 (2011-2015)¹

Distribuição de perdas operacionais (primeira data de lançamento)



Distribuição de perdas operacionais (data de lançamento)



¹ As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2011-2015. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

O gráfico acima à esquerda "Frequência de perdas operacionais" resume os eventos de risco operacional ocorridos em 2016 comparativamente ao período de cinco anos de 2011 a 2015, entre parêntesis, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2002 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2016, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, ao passo que o gráfico de distribuição de perdas incluiria o resultado reconhecido no respetivo período.

As frequências são motivadas pelo tipo de evento "fraude externa" com uma frequência de 44% e pelo tipo de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" com 43% de todos os eventos de perda registados. A "execução, entrega e gestão de processos" contribui com 10%. Os outros mantiveram-se estáveis em 2%. O tipo de evento "Fraude interna" apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de menos de 1% dos eventos de perda em 2016. Este manteve-se inalterado face ao período de 2011-2015.

O gráfico acima à direita "Distribuição de perdas operacionais" resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados em 2016 em comparação com o período de cinco anos de 2011 a 2015. O tipo de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 81%, sendo determinado por saídas relacionadas com contencioso, investigações e ações de execução. O evento "Fraude Interna" tem a segunda quota mais elevada (13%) e relaciona-se com eventos regulamentares com que nos

deparámos em anos recentes. Por fim, os tipos de eventos "Execução, entrega e gestão de processos" (5%), "Outros" (1%) e "Fraude externa" (1%) são considerados menores comparativamente a outros tipos de eventos.

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Os mercados de crédito em 2016 foram afetados pelas incertezas políticas continuadas, pela conjuntura de continuidade de baixas taxas de juros e pela implementação em certas jurisdições, incluindo na Alemanha, de medidas relativas à hierarquia de insolvência de passivos sénior. Os nossos CDS a 5 anos foram negociados no intervalo de 98 a 267 pontos base, tendo atingido o seu máximo em fevereiro. Desde então, o diferencial diminuiu significativamente e no fim do exercício a negociação estava a 175 pontos base, a meio do intervalo do ano. Os diferenciais relativos às nossas obrigações apresentaram uma volatilidade semelhante. Por exemplo, o nosso parâmetro de referência em euros de 1,25%, com vencimento em setembro de 2021, foi negociado num intervalo de 80 a 189 pontos base, fechando no extremo mais baixo do intervalo no final do exercício.

O nosso plano de financiamento para 2016, num montante até 30 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi integralmente concluído e fechámos 2016 com 31,8 mil milhões de euros de financiamento a prazo. Este financiamento disseminou-se, grosso modo, pelas seguintes fontes de financiamento: emissão de referência não garantida (13 mil milhões de euros), emissão de referência Tier 2 (0,8 mil milhões de euros), emissão de referência coberta (3,3 mil milhões de euros), colocações particulares de instrumentos "plain vanilla" não garantidos (8 mil milhões de euros) e outras colocações particulares estruturadas não garantidas e cobertas (6,7 mil milhões de euros). O valor total de 31,8 mil milhões de euros foi partilhado equitativamente entre o euro (15,2 mil milhões de euros) e o dólar dos Estados Unidos (15,1 mil milhões de euros), com alguns montantes menores em JPY e CHF. Além das emissões diretas, utilizamos *swaps* cambiais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores para emissões em 2016 foi composta por clientes de retalho (19%), bancos (12%), gestores de ativos e fundos de pensões (39%), companhias de seguros (11%) e outros investidores institucionais (19%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (30%), resto da Europa (25%), EUA (28%), Ásia e Pacífico (15%) e Outros (2%). Do total de emissões nos mercados de capitais em circulação, em 31 de dezembro de 2016, cerca de 84% foram emitidos sem garantia.

O spread médio da nossa emissão sobre a Euribor a 3 meses (todos os spreads de financiamento não Euro têm como nova base a Euribor a 3 meses) foi de 129 pontos base durante todo o exercício, com um prazo médio de 6,7 anos. As nossas atividades de emissão foram ligeiramente superiores no primeiro semestre do ano, tendo-se verificado um decréscimo dos volumes no segundo semestre de 2016. Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre: 9,1 mil milhões de euros, 11,1 mil milhões de euros, 2,8 mil milhões de euros e 8,8 mil milhões de euros, respetivamente.

Em 2017, o nosso plano de financiamento é de 25 mil milhões de euros, que projetamos conseguir através das quatro fontes referidas, sem ficarmos excessivamente dependentes de qualquer delas. Também planeamos angariar parte deste financiamento em dólares dos Estados Unidos e poderemos celebrar *swaps* cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 21,5 mil milhões de euros em 2017.

Diversificação de financiamento

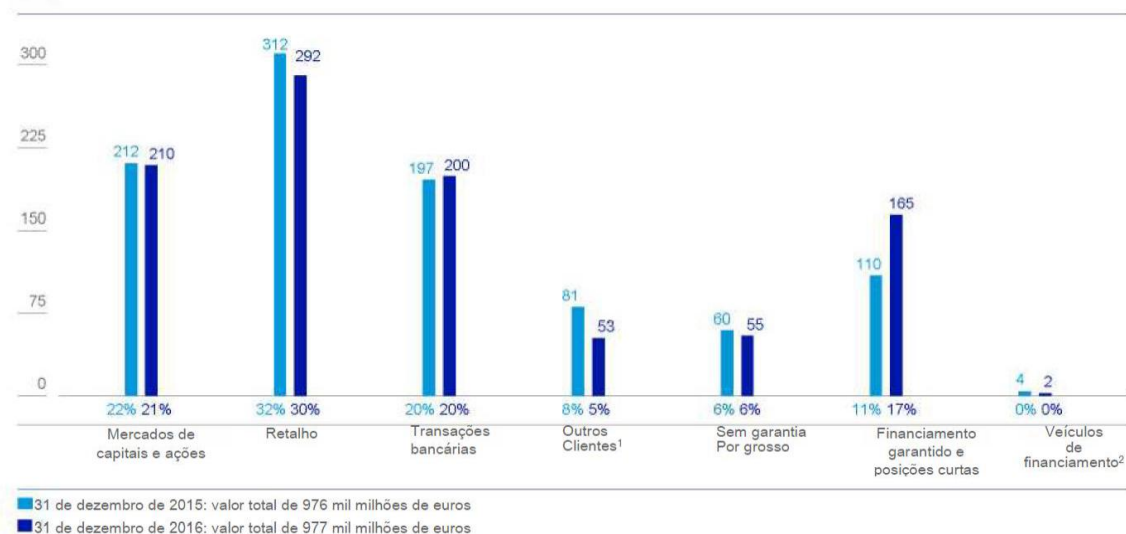
Em 2016, o valor total de financiamento externo foi de 977 mil milhões de euros, face a 976 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Os depósitos do segmento de retalho diminuíram em 19,6 mil milhões de euros (6%), refletindo sobretudo uma perda nos saldos de clientes de gestão patrimonial no segundo semestre do ano. Os saldos bancários de transações aumentaram em 3,3 mil milhões de euros (2%), enquanto o financiamento por grosso não garantido reduziu em 5,4 mil milhões de euros (9%). Registou-se uma diminuição de 28,1 mil milhões de euros (35%) noutros clientes, motivada sobretudo pela redução nos valores líquidos a pagar relacionados com corretagem prime de 20 mil milhões de euros. O financiamento garantido e as posições curtas aumentaram em 54,9 mil milhões de

euros (50%), um aumento impulsionado pelo financiamento de recompra, juntamente com um aumento líquido no financiamento TLTRO de 14 mil milhões de euros. Isto refletiu-se no aumento do componente de numerário de 80 mil milhões de euros em reservas de liquidez.

A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias) diminuiu ligeiramente de 74% para 72%.

Composição das fontes de financiamento externas

Em mil milhões de euros



¹ "Outros" incluem atividades fiduciárias, estruturas com auto financiamento (por ex. X-markets), margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida).

² Inclui Veículos ABCP.

Referência: Reconciliação para o balanço total: Derivados e saldos de liquidação 504 mil milhões de euros (528 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) 68 mil milhões de euros (71 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento 42 mil milhões de euros (54 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 respetivamente; valores podem não totalizar devido a arredondamentos.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais¹

31.12.2016

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	15 626	5 294	6 961	1 588	29 469	40	659	30 168
Depósitos de outros clientes grossistas	4 164	5 712	3 992	4 111	17 979	703	422	19 104
CD e PC	1 117	1 379	1 973	1 060	5 529	4	1	5 534
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não garantidos sénior ²	626	4 111	4 735	11 825	21 296	8 085	49 993	79 374
Notas estruturada não garantidas sénior ²	430	696	858	1 715	3 698	3 578	20 217	27 494
Obrigações/ABS cobertos	0	482	678	1 284	2 445	2 718	18 601	23 764
Passivos subordinados	0	8	1 576	972	2 556	4 620	11 712	18 887
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	21 963	17 682	20 773	22 555	82 973	19 749	101 605	204 326
dos quais:								
Garantidos	0	482	678	1 284	2 445	2 718	18 601	23 764
Sem garantia	21 963	17 199	20 094	21 271	80 528	17 031	83 004	180 563

¹ Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

² A separação entre os títulos "vanilla" e as notas estruturadas foi alinhada com as definições TLAC, os valores de 2015 foram reajustados em conformidade.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo dum ano, totalizava 83 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 219 mil milhões de euros.

	31.12.2015							
em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	11 101	8 073	3 196	1 399	23 769	143	69	23 981
Depósitos de outros clientes grossistas	2 872	8 911	5 090	4 078	20 950	319	191	21 460
CD e PC	1 216	3 718	3 984	5 636	14 555	298	1	14 853
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não garantidos sénior ¹	2 598	6 320	2 249	3 079	14 246	17 175	38 659	70 081
Notas estruturada não garantidas sénior ¹	708	2 376	2 214	3 371	8 669	5 365	23 446	37 480
Obrigações/ABS cobertos	0	51	1 371	75	1 496	2 460	18 056	22 012
Passivos subordinados	734	680	263	310	1 987	1 376	16 199	19 562
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	19 229	30 129	18 367	17 948	85 673	27 136	96 621	209 430
dos quais:								
Garantidos	0	51	1 371	75	1 496	2 460	18 056	22 012
Sem garantia	19 229	30 078	16 996	17 873	84 176	24 677	78 565	187 418

¹ A separação entre os títulos "vanilla" e as notas estruturadas foi alinhada com as definições TLAC, os valores de 2015 foram reajustados em conformidade.

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	31.12.2016					31.12.2015				
	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	3 554	22 122	3 649	843	30 168	4 875	17 066	1 053	987	23 981
Depósitos de outros clientes grossistas	15 396	2 964	541	203	19 104	15 912	4 257	476	815	21 460
CD e PC	4 456	259	259	560	5 534	10 771	1 202	1 843	1 038	14 853
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não garantidos sénior ¹	39 510	33 504	8	6 352	79 374	42 403	22 145	110	5 422	70 081
Notas estruturada não garantidas sénior ¹	11 037	12 697	133	3 626	27 494	15 515	17 750	176	4 039	37 480
Obrigações/ABS cobertos	23 745	16	0	2	23 764	21 952	60	0	0	22 012
Passivos subordinados	8 540	9 196	799	353	18 887	8 507	9 858	800	397	19 562
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	106 239	80 758	5 390	11 940	204 326	119 935	72 338	4 459	12 698	209 430
dos quais:										
Garantidos	23 745	16	0	2	23 764	21 952	60	0	0	22 012
Sem garantia	82 494	80 742	5 390	11 938	180 563	97 984	72 278	4 459	12 697	187 418

¹ A separação entre os títulos "vanilla" e as notas estruturadas foi alinhada com as definições TLAC, os valores de 2015 foram reajustados em conformidade.

Reservas de liquidez

Composição das nossas reservas de liquidez por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	178	178	98	98
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	136	136	75	75
Subsidiárias	42	42	23	23
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	27	25	100	94
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	25	24	78	73
Subsidiárias	2	1	22	21
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais				
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	14	9	17	13
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	9	6	14	11
Subsidiárias	5	3	3	2
Total de reservas de liquidez	219	212	215	205
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	171	166	167	159
Subsidiárias	48	46	48	46

Em 31 de dezembro de 2016, as nossas reservas de liquidez totalizavam 219 mil milhões de euros, por oposição a 215 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Embora o crescimento líquido nas reservas de liquidez tenha sido de apenas 3 mil milhões de euros, a caixa e seus equivalentes aumentaram 80 mil milhões de euros, enquanto os títulos desonerados diminuíram 76 mil milhões de euros. Isto deve-se em grande parte a medidas tomadas durante o ano para aumentar os montantes em circulação de financiamentos garantidos, bem como a reduções mais gerais no inventário de negócios, nomeadamente durante o último trimestre de 2016. Esta foi considerada uma medida a curto prazo prudente à luz de uma conjuntura difícil para o Grupo durante este período. As nossas reservas de liquidez médias durante o ano foram de 212,4 mil milhões de euros, por oposição a 202,2 mil milhões de euros durante 2015. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

O valor de liquidez (ponderado) das nossas reservas de liquidez de 212 mil milhões de euros ultrapassa o valor de liquidez (ponderado) dos nossos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) de 203 mil milhões de euros. Os principais fatores responsáveis por esta diferença são o facto de as reservas de liquidez incluírem títulos elegíveis relativamente a bancos centrais mas, de outro modo, com menos liquidez (por exemplo, empréstimos negociados, outras obrigações empresariais investment-grade e títulos garantidos por ativos) que não são reconhecidos nos HQLA; de os HQLA incluírem índices de ações principais, mas excluírem saldos depositados junto de bancos centrais, de modo a satisfazer os requisitos mínimos de caixa, bem como saldos depositados junto de bancos centrais não europeus com notação inferior a AA-, que estão incluídos no LCR, mas não fazem parte dos HQLA.

Rácio de cobertura de liquidez

O nosso rácio de cobertura de liquidez (LCR) de 128% em 31 de dezembro de 2016 foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61 e as normas técnicas de execução da ABE sobre fiscalização com relatórios no que diz respeito ao LCR.

Componentes do LCR

	31.12.2016	31.12.2015
	Valor de liquidez (ponderado)	Valor de liquidez (ponderado)
em mil milhões de euros		
Ativos líquidos de alta qualidade	201	192
Entrada bruta	93	111
Saída bruta	250	272
Saída líquida	158	161
Rácio LCR em %	128 %	119 %

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com a respetiva apetência pelo risco no final do exercício de 2016 e 2015.

Testes de esforço e análise de cenários

Durante 2016, em particular no final do outono, no seguimento da especulação dos mercados quanto às negociações com o Departamento de Justiça dos EUA em relação à nossa emissão e subscrição de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS), a resposta negativa dos clientes afetou adversamente a nossa liquidez e posição de financiamento e as nossas medidas internas de liquidez disponível durante um período de esforço demonstraram a necessidade de medidas de correção. Respondemos com ações destinadas a repor estas medidas nos níveis habituais e mantivemo-nos em contacto com as entidades reguladoras.

Resultados mensais globais dos testes de esforço em todas as moedas

em mil milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015 ¹		
	Défice de financiamento ²	Compensação do défice ³	Posição líquida de liquidez ⁴	Défice de financiamento ²	Compensação do défice ³	Posição líquida de liquidez ⁴
Risco de mercado sistémico	64	204	141	71	218	147
Mercados emergentes	10	190	180	14	190	176
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	43	195	152	51	200	148
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	178	224	46	188	240	53
Conjugação ⁴	206	242	36	218	264	46

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

³ Todos os cenários apresentam o ponto de 8 semanas.

⁴ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados mensais globais dos testes de esforço em USD

em mil milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez ³	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez ³
Conjugação ⁴	94	164	69	102	163	61

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

³ Todos os cenários apresentam o ponto de 8 semanas.

⁴ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados mensais globais dos testes de esforço em GBP

em mil milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez ³	Défice de financiamento	Compensação do défice	Posição líquida de liquidez
Conjugação ⁴	10	20	10	10	32	22

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

³ Todos os cenários apresentam o ponto de 8 semanas.

⁴ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante de garantias colaterais adicionais necessário em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais adicionais

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivativos contratuais	1 470	1 982	4 332	6 472
Outros requisitos de financiamento ou de margem	317	1 459	317	1 459

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Não incluídas aqui estão as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 23, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 40, "Informações sobre subsidiárias" das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados,

como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados ao justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico do balanço atual e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte “Reservas de liquidez” para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em outros pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2016			
	Valor contabilístico			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Títulos de dívida	151	57	94	0
Instrumentos de capital	75	42	33	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	191	12	179	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	36	0	0	36
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	14	0	14	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	488	0	0	488
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	69	0	0	69
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7	0	7	0
Ativos financeiros disponíveis para venda ²	3	0	3	0
Empréstimos	419	72	17	329
Outros ativos	139	55	0	84
Total	1 591	239	347	1 005

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2016			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Garantias recebidas:				
Títulos de dívida	260	218	43	0
Instrumentos de capital	196	155	41	0
Outras garantias recebidas	64	63	2	0
	0	0	0	0

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2015			
	Valor contabilístico			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Títulos de dívida	215	74	141	0
Instrumentos de capital	76	49	28	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	107	11	96	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	56	0	0	56
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	17	0	17	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	518	0	0	518
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	73	0	0	73
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12	0	12	0
Ativos financeiros disponíveis para venda ²	3	0	3	0
Empréstimos	424	45	11	368
Outros ativos	132	59	0	74
Total	1 632	238	307	1 087

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2015			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Garantias recebidas:	285	238	46	1
Títulos de dívida	197	152	45	0
Instrumentos de capital	87	86	1	0
Outras garantias recebidas	1	0	0	1

As tabelas acima repartem as rubricas no balanço e fora do balanço em onerados, prontamente disponíveis e outros. Quaisquer títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda são apresentados com base no justo valor das garantias recebidas.

As tabelas acima de ativos onerados incluem ativos que não estão onerados ao nível de entidades individuais, mas que podem ser alvo de restrições na sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem dever-se a requisitos locais associados em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Nestes casos, não é viável identificar rubricas individuais do balanço que não podem ser transferidas.

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2016

em milhões de euros	À vista (incl. notifica- ção de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	177 648	539	131	121	334	2 591	0	0	0	181 364
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5 841	3 578	596	83	65	834	115	26	469	11 606
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	631	4 204	5 852	3 170	1 368	532	449	15	67	16 287
Com bancos	604	2 534	5 026	2 077	1 217	461	0	0	0	11 918
Com clientes	27	1 670	826	1 093	152	71	449	15	67	4 370
Títulos obtidos por empréstimo	19 548	532	0	0	0	0	0	0	0	20 081
Com bancos	2 459	52	0	0	0	0	0	0	0	2 511
Com clientes	17 089	480	0	0	0	0	0	0	0	17 570
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	677 696	33 314	9 577	1 752	776	1 983	2 995	2 803	12 884	743 781
Ativos detidos para negociação	171 044	0	0	0	0	0	0	0	0	171 044
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	94 486	0	0	0	0	0	0	0	0	94 486
Ações e outros títulos de rendimento variável	75 633	0	0	0	0	0	0	0	0	75 633
Outros ativos detidos para nego- ciação	924	0	0	0	0	0	0	0	0	924
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	485 150	0	0	0	0	0	0	0	0	485 150
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	21 502	33 314	9 577	1 752	776	1 983	2 995	2 803	12 884	87 587
Títulos comprados com acordos de revenda	7 154	28 691	6 810	914	110	1 256	995	608	866	47 404
Títulos obtidos por empréstimo	14 227	4 561	2 348	0	0	0	0	0	0	21 136
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	120	62	419	838	666	232	1 992	2 195	11 399	17 923
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	146	0	0	590	736
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1	0	0	0	0	350	7	0	29	387
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	61	201	39	52	30	257	1 030	1 846	3 516
Ativos financeiros disponíveis para venda	471	1 154	2 344	1 031	1 915	2 298	9 210	18 778	19 028	56 228
Títulos e empréstimos de rendimen- to fixo	251	1 008	2 341	1 031	1 915	1 334	9 210	18 733	18 452	54 275
Ações e outros títulos de rendimento variável	219	146	3	0	0	964	0	45	575	1 953
Empréstimos	18 364	23 666	26 185	29 223	9 128	9 107	28 787	66 383	198 067	408 909
A bancos	937	1 978	3 043	2 425	650	641	1 529	1 298	775	13 276
A clientes	17 427	21 688	23 142	26 798	8 477	8 467	27 258	65 085	197 292	395 633
Retalho	6 446	3 872	5 436	2 397	1 630	2 055	5 634	17 450	157 616	202 536
Grandes empresas e outros cli- entes	10 980	17 816	17 706	24 401	6 847	6 412	21 624	47 635	39 676	193 097
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0	0	1 515	1 691	3 206
Outros ativos financeiros	104 400	475	1 052	221	240	135	58	671	2 878	110 131
Total de ativos financeiros	1 004 599	67 523	45 937	35 640	13 878	17 510	41 870	91 221	236 931	1 555 109
Outros ativos	23 492	0	0	0	0	0	0	0	11 944	35 437
Total do ativo	1 028 091	67 523	45 937	35 640	13 878	17 510	41 870	91 221	248 875	1 590 546

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

	31.12.2015									
em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	94 290	337	0	0	0	2 313	0	0	0	96 940
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7 703	2 115	434	341	1	2 025	83	100	40	12 842
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados										
com acordos de revenda	450	8 293	5 530	4 539	1 861	568	888	328	0	22 456
Com bancos	426	7 050	5 091	3 648	1 601	311	647	0	0	18 773
Com clientes	24	1 243	440	890	260	258	241	328	0	3 683
Títulos obtidos por empréstimo	30 335	3 221	0	0	0	0	0	1	0	33 557
Com bancos	3 462	159	0	0	0	0	0	0	0	3 622
Com clientes	26 873	3 062	0	0	0	0	0	1	0	29 935
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	735 748	35 190	6 176	3 652	1 318	1 298	5 173	6 599	25 727	820 883
Ativos detidos para negociação	196 035	0	0	0	0	0	0	0	0	196 035
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	118 671	0	0	0	0	0	0	0	0	118 671
Ações e outros títulos de rendimento variável	76 044	0	0	0	0	0	0	0	0	76 044
Outros ativos detidos para negociação	1 320	0	0	0	0	0	0	0	0	1 320
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	515 594	0	0	0	0	0	0	0	0	515 594
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	24 119	35 190	6 176	3 652	1 318	1 298	5 173	6 599	25 727	109 253
Títulos comprados com acordos de revenda	6 139	31 257	5 449	2 344	503	341	1 690	2 384	965	51 073
Títulos obtidos por empréstimo	17 898	3 544	47	0	0	0	0	0	0	21 489
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	79	376	656	1 303	791	448	3 483	4 214	14 532	25 883
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	4	0	0	0	155	0	0	10 230	10 389
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2	9	24	5	24	354	0	1	0	419
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	9	71	75	139	58	142	716	1 925	3 136
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	966	1 941	1 543	893	1 998	8 832	22 880	34 513	73 583
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	6	481	1 937	1 543	893	952	8 815	22 869	33 873	71 368
Ações e outros títulos de rendimento variável	12	485	3	0	0	1 046	17	12	640	2 215
Empréstimos	20 375	31 464	27 851	30 337	9 142	11 313	24 272	71 890	201 104	427 749
A bancos	543	2 137	3 829	1 858	1 703	870	726	1 592	926	14 183
A clientes	19 832	29 327	24 022	28 480	7 439	10 442	23 546	70 299	200 177	413 565
Retailho	5 363	6 048	6 102	3 065	2 536	2 874	6 743	18 787	149 127	200 646
Grandes empresas e outros clientes	14 470	23 279	17 920	25 415	4 903	7 568	16 803	51 512	51 050	212 919
Outros ativos financeiros	94 078	932	1 479	564	254	1 003	115	62	66	98 555
Total de ativos financeiros	982 997	82 528	43 483	41 051	13 608	20 577	39 505	102 576	263 374	1 589 700
Outros ativos	26 341	0	0	0	0	0	0	0	13 089	39 430
Total do ativo	1 009 338	82 528	43 483	41 051	13 608	20 577	39 505	102 576	276 463	1 629 130

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do nosso passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2016

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	Depósitos	329 776	36 590	110 606	17 562	15 756	12 595	8 532	8 041	10 746
A pagar a bancos	64 438	9 602	13 129	2 279	6 175	4 220	1 885	5 372	8 993	116 094
A pagar a clientes	265 337	26 988	97 477	15 283	9 581	8 375	6 647	2 669	1 752	434 110
Retalho	109 943	10 761	75 517	3 191	1 744	902	785	911	279	204 033
Grandes empresas e outros clien- tes	155 395	16 227	21 960	12 093	7 837	7 472	5 862	1 758	1 473	230 077
Passivos detidos para negociação	520 887	0	0	0	0	0	0	0	0	520 887
Títulos para negociação	56 592	0	0	0	0	0	0	0	0	56 592
Outros passivos detidos para negoci- ação	437	0	0	0	0	0	0	0	0	437
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	463 858	0	0	0	0	0	0	0	0	463 858
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de empréstimo e garan- tias financeiras)	1 992	38 633	8 123	2 212	744	3 745	1 031	1 004	2 969	60 452
Títulos vendidos com acordos de re- compra	1 587	36 128	7 584	1 791	2	2 739	566	0	0	50 397
Dívida a longo prazo	201	73	329	384	640	859	398	949	2 640	6 473
Outros passivos financeiros designa- dos ao justo valor através de resulta- dos	203	2 432	210	37	102	147	68	55	329	3 582
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	592	0	0	0	592
Valores de mercado negativos decor- rentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	249	324	194	312	231	943	1 484	856	4 593
Recursos de bancos centrais adquiridos	353	0	0	0	0	0	0	0	0	353
Títulos vendidos com acordos de re- compra	19 957	1 510	844	1 191	0	1 178	434	271	0	25 387
A pagar a bancos	14 934	1 510	844	1 191	0	1 178	292	271	0	20 222
A pagar a clientes	5 023	0	0	0	0	0	142	0	0	5 165
Títulos cedidos por empréstimo	3 587	10	1	0	0	0	0	0	0	3 598
A pagar a bancos	1 488	4	0	0	0	0	0	0	0	1 492
A pagar a clientes	2 099	6	1	0	0	0	0	0	0	2 106
Outros empréstimos a curto prazo	13 216	921	1 073	265	1 292	529	0	0	0	17 295
Dívida a longo prazo	0	1 037	5 275	8 143	10 113	4 190	43 315	56 444	43 799	172 316
Títulos de dívida – sénior	0	989	5 085	7 476	9 772	3 534	13 284	51 704	30 162	122 006
Títulos de dívida – subordinados	0	0	0	0	0	231	140	1 124	5 293	6 788
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	43	190	582	284	384	29 507	3 496	8 063	42 549
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	5	0	85	56	42	384	120	281	974
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	730	1 054	413	4 176	0	0	6 373
Outros passivos financeiros	128 398	976	1 665	221	201	161	295	112	3 246	135 274
Total de passivos financeiros	1 018 165	79 926	127 911	30 518	29 473	23 635	58 726	67 356	61 616	1 497 325
Outros passivos	28 362	0	0	0	0	0	0	0	0	28 362
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	64 819	64 819
Total do passivo e do capital próprio	1 046 527	79 926	127 911	30 518	29 473	23 635	58 726	67 356	126 435	1 590 506
Compromissos assumidos fora do balanço	6 061	9 569	8 896	13 765	8 708	14 794	30 609	98 024	27 978	218 404
Bancos	305	688	1 501	1 671	602	587	1 185	958	192	7 688
Retalho	253	124	95	226	283	387	757	538	8 875	11 540
Grandes empresas e outros clientes	5 503	8 757	7 300	11 868	7 823	13 820	28 667	96 528	18 911	199 176

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2015

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	345 569	37 777	117 943	21 500	10 169	8 600	7 356	6 935	11 126	566 974
A pagar a bancos	72 304	5 131	15 770	5 884	1 616	2 106	2 188	5 214	8 852	119 065
A pagar a clientes	273 265	32 646	102 173	15 616	8 552	6 494	5 168	1 721	2 273	447 909
Retalho	113 016	13 588	80 124	3 270	2 131	1 805	2 524	642	220	217 321
Grandes empresas e outros clientes	160 249	19 058	22 049	12 346	6 422	4 689	2 644	1 079	2 053	230 588
Passivos detidos para negociação	546 381	0	0	0	0	0	0	0	0	546 381
Títulos para negociação	51 327	0	0	0	0	0	0	0	0	51 327
Outros passivos detidos para negociação	977	0	0	0	0	0	0	0	0	977
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	494 076	0	0	0	0	0	0	0	0	494 076
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de empréstimo e garantias financeiras)	18 423	4 725	1 569	1 760	1 240	10 069	1 809	1 652	3 526	44 773
Títulos vendidos com acordos de recompra	17 600	2 712	690	1 172	140	9 322	0	0	0	31 637
Dívida a longo prazo	269	47	342	426	879	513	1 669	1 384	3 183	8 710
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	554	1 966	537	162	221	233	141	268	343	4 425
Passivos por contratos de investimento	0	35	70	70	70	734	108	1 593	5 843	8 522
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	43	513	414	203	301	278	1 630	2 983	6 365
Recursos de bancos centrais adquiridos	574	0	0	0	0	0	0	0	0	574
Títulos vendidos com acordos de recompra	7 492	1 567	53	117	0	0	0	0	0	9 229
A pagar a bancos	2 757	1 554	53	117	0	0	0	0	0	4 481
A pagar a clientes	4 734	13	0	0	0	0	0	0	0	4 747
Títulos cedidos por empréstimo	2 846	10	1	0	0	0	0	0	414	3 270
A pagar a bancos	290	6	0	0	0	0	0	0	0	295
A pagar a clientes	2 556	5	1	0	0	0	0	0	414	2 975
Outros empréstimos a curto prazo	17 776	1 311	2 052	2 666	3 006	1 199	0	0	0	28 010
Dívida a longo prazo	0	3 327	8 638	6 923	4 251	2 990	39 801	45 435	48 652	160 016
Títulos de dívida – sénior	0	3 184	8 444	5 815	3 782	2 631	24 701	40 061	36 599	125 217
Títulos de dívida – subordinados	0	0	0	619	150	100	0	1 314	4 231	6 414
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	143	194	247	173	162	14 978	3 575	7 502	26 973
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	243	146	97	121	486	319	1 412
Títulos fiduciários preferenciais	0	733	0	262	0	0	735	4 373	918	7 020
Outros passivos financeiros	146 678	931	2 859	198	83	170	340	14	36	151 309
Total de passivos financeiros	1 085 739	50 458	133 696	33 911	19 023	24 063	50 426	61 633	73 496	1 532 443
Outros passivos	28 984	0	0	0	0	0	0	0	0	28 984
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	67 624	67 624
Total do passivo e do capital próprio	1 114 722	50 458	133 696	33 911	19 023	24 063	50 426	61 633	141 120	1 629 051
Compromissos assumidos fora do balanço	6 433	9 833	8 772	17 963	10 036	14 221	29 240	107 376	27 999	231 874
Bancos	425	406	1 405	2 354	1 301	1 059	1 512	1 213	177	9 852
Retalho	231	166	103	687	678	945	2 272	1 605	7 272	13 958
Grandes empresas e outros clientes	5 778	9 261	7 265	14 923	8 057	12 218	25 456	104 559	20 549	208 063

Relatório de Remunerações

	Introdução – 224
226	Mensagem do Presidente do Conselho de Fiscalização – 225
	Relatório de Remuneração do Conselho de Administração
	Governo da Remuneração do Conselho de Administração – 226
	Princípios da Remuneração do Conselho de Administração e do Sistema de Remunerações – 226
	Estrutura de remuneração até 2016 – 228
	Estrutura de remunerações em janeiro de 2017 – 232
	Incentivo de longo prazo e sustentabilidade – 239
	Condições de perda de direitos/recuperação (clawback) – 240
	Limitações no caso de acontecimentos excecionais – 241
	Diretrizes de participações – 241
	Outros benefícios aquando de cessação prematura – 242
	Despesa com componentes de incentivo de longo prazo – 243
	Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2016 – 243
	Prémios em ações – 244
	Participação acionista do Conselho de Administração – 245
	Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC) – 245
	Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17) – 254
257	Relatório de Remuneração dos colaboradores
	Visão geral sobre decisões de remuneração para 2016 – 257
	Contexto regulamentar – 258
	Governo das remunerações – 259
	Estratégia de remuneração – 260
	Estrutura de remuneração total – 262
	Determinação da remuneração variável – Metodologia – 264
	Decisões de remuneração para 2016 – 265
	Reconhecimento e amortização da remuneração variável – 266
	Estruturas e veículos de remuneração variável – 268
	Ajustamento ex post de risco da remuneração variável – 269
	Programa de prémios de fidelidade para 2017 – 270
	Divulgação da remuneração nos termos do artigo 16.º do InstVV e art. 450.º do CRR – 271
274	Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
	Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2016 – 275

Introdução

O Relatório de Remuneração de 2016 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O relatório de remuneração inclui as seguintes três secções:

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

A primeira secção do Relatório determina a estrutura e a conceção do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Apresenta o sistema de remuneração para o exercício de 2016, para o qual a estrutura de remuneração variável foi complementada por um componente adicional em comparação com o sistema de remuneração para o exercício de 2015. Após a apresentação das estruturas de remuneração existentes, é apresentado o sistema de remunerações aplicável a partir do exercício de 2017, sobre o qual a Assembleia-Geral votará em maio de 2017. Adicionalmente, o relatório contém informações sobre a remuneração individual concedida pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

A segunda secção do relatório de remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (exceto o Deutsche Postbank AG, que publica um Relatório de Remuneração separado). O relatório fornece detalhes sobre o novo enquadramento de remuneração que foi apresentado em 2016 e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2016. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que correm riscos materiais (MRT), em conformidade com o regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Institutsvergütungsverordnung – InstVV).

Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

O relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch – “HGB”), da norma de contabilidade alemã n.º 17 “Relato da remuneração dos órgãos executivos”, do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Mensagem do Presidente do Conselho de Fiscalização

Caros Acionistas,

Nas páginas que se seguem, disponibilizamos detalhes sobre a remuneração e o sistema de remuneração subjacente dos membros do Conselho de Administração do Grupo para o exercício financeiro de 2016.

O Conselho de Fiscalização alterou o sistema de remuneração com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, complementando em particular os componentes de remuneração variável com um prémio de incentivo de divisão adicional para os membros do Conselho de Administração com responsabilidade de front office. Apresentámos o sistema de remuneração alterado para aprovação na Assembleia-Geral em maio de 2016. Lamentavelmente, não foi alcançada aprovação por maioria.

O Conselho de Fiscalização do Banco levou muito a sério esta deliberação e, imediatamente após a Assembleia-Geral, iniciou a análise do sistema existente com base nas críticas manifestadas e o debate das possibilidades adequadas destinadas a alterar o sistema. O Comité de Controlo de Remunerações trabalhou arduamente na conceção de um novo sistema de remuneração ao longo dos últimos meses e informou regularmente o Conselho de Fiscalização de todos os progressos alcançados. Em fevereiro deste ano, o Conselho de Fiscalização criou, com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, novas estruturas de remuneração para os membros do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2017.

Acredito vivamente que, com o novo sistema de remuneração de 2017, somos capazes de apresentar um sistema de remuneração que contém estruturas transparentes e claras, abordando adequadamente quaisquer pontos considerados críticos. A remuneração dos membros do Conselho de Administração está associada aos objetivos predefinidos. O desempenho do Conselho de Fiscalização, enquanto órgão plenário baseado em valores financeiros fundamentais do Grupo, mas também numa base individual, é claramente determinado e recompensado consoante o nível de concretização de objetivos coletivos e individuais. Desta forma, as estruturas alinham a remuneração de forma mais estreita com o desempenho do Grupo e o desempenho das ações do Deutsche Bank.

O novo sistema de desempenho ser-vos-á apresentado em detalhe a partir da página 207. Evidentemente, o sistema será novamente sujeito a votação na Assembleia-Geral de maio de 2017.

Atenciosamente,

Dr. Paul Achleitner

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Governo da Remuneração do Conselho de Administração



O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comitê de Controlo de Remunerações. O Comitê de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada do sistema de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comitê de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultará consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

Atualmente, o Comitê de Controlo de Remunerações é constituído por quatro membros. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação do quadro remuneratório, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista pela Lei bancária alemã sobre a adequação da remuneração do Conselho de Administração (*Gesetz zur Angemessenheit der Vorstandsvergütung – VorstAG*) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Fiscalização apresentou o sistema de remuneração para o exercício de 2016 à Assembleia-Geral para aprovação em maio de 2016. No entanto, a Assembleia-Geral não concedeu aprovação por maioria. Devido a este resultado da votação, o Conselho de Fiscalização alterou subsequentemente o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017. Em maio de 2017, a Assembleia-Geral terá a oportunidade de votar numa resolução sobre a aprovação do sistema de remuneração alterado.

Princípios da Remuneração do Conselho de Administração e do Sistema de Remunerações

Vários fatores devem ser tidos em conta ao estruturar o sistema de remuneração e determinar remunerações individuais. Estes fatores podem ser resumidos como princípios de remuneração específicos. A visão geral seguinte mostra os princípios de remuneração fundamentais que têm impacto tanto no sistema de remunerações como nas remunera-

ções individuais e, por isso, devem ser tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução em matéria de remunerações.

Ao aprovar uma resolução sobre a estrutura e determinação de remuneração, o Conselho de Fiscalização tem em consideração nomeadamente:

Governo	A estruturação do sistema de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos requisitos regulamentares, um pacote de remuneração que continue a estar em consonância com as práticas de mercado habituais e, portanto, que seja competitivo.
Group Strategy (estratégia do Grupo)	Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.
Desempenho Coletivo e Individual dos Membros do Conselho de Administração	A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade.
Limites de remuneração regulamentares ou outros	De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada para 1:2 com uma maioria de 90,84%. O sistema de remuneração deliberado pelo Conselho de Fiscalização também prevê limites fixos para os componentes de remuneração variável individuais. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2017, o limite adicional é de 9,85 milhões de euros.
Aspetos de sustentabilidade	Atualmente, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. Desde 2017, uma parcela de pelo menos 75% da remuneração variável diferida será concedida sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente será concedida como um componente de remuneração não baseado em ações e a ser obtido em tranches idênticas durante um período de quatro anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de perda de direitos.
Interesses dos acionistas	Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a sua aplicação e distribuição, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank e, desde 2017, atribuindo componentes de remuneração com base em ações que correspondam, no míni-

mo, a 75% do total da remuneração variável. Ao determinar a remuneração variável, os componentes da remuneração baseados em ações estão diretamente vinculados ao desempenho da cotação das ações do Deutsche Bank e o respetivo pagamento só pode ser efetuado após um período de vários anos.

O sistema de remunerações e as estruturas de remuneração que este abrange encontram-se refletidos nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

Estrutura de remuneração até 2016

O Conselho de Fiscalização alterou a estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração para o exercício de 2016 em comparação com o sistema de remuneração em 2015. O sistema de remuneração alterado acompanha, assim, a reorganização da estrutura de liderança do Banco. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, as quatro principais divisões (*front offices*) são representadas diretamente por membros no Conselho de Administração. Para os membros do Conselho de Administração com responsabilidade de front office, os componentes de remuneração variável anteriores foram complementados pelo prémio de desempenho da divisão apresentado recentemente, que procurava refletir os requisitos de mercado e assegurar níveis de pagamento competitivos. Além da implementação do componente supramencionado, os valores alvo e máximos dos componentes de remuneração variável foram ajustados.

Estrutura e elementos de remunerações

	2016	2015
Remuneração fixa	Salário-base + Contribuição para o plano de pensões da empresa	Salário-base + Contribuição para o plano de pensões da empresa
Remuneração variável	Prémio anual de desempenho (APA) + Prémio de desempenho de longo prazo (LTPA) + Prémio de desempenho da divisão (DPA)	Prémio anual de desempenho (APA) + Prémio de desempenho de longo prazo (LTPA)

O sistema de remuneração para o exercício de 2016 consiste em componentes não relacionados com o desempenho e componentes relacionados com o desempenho.

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste principalmente num salário-base, bem como em contribuições para o plano de pensões da empresa.

em euros	2016	2015
Salário-base		
Copresidentes	3 800 000	3 800 000
Membro ordinário do Conselho de Administração	2 400 000	2 400 000

em euros	2016	2015
Contribuições para o plano de pensões da empresa		
Copresidentes	650 000	650 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB) ¹	2 000 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (GM/AM) ¹	1 000 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (PW&CC)	650 000	400 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)	400 000	400 000

¹ Em 2015, os Copresidentes foram responsáveis por estas divisões de front office.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "Outros benefícios". Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

A remuneração variável está relacionada com o desempenho e consiste em três componentes **Prémio anual de desempenho**, **Prémio de desempenho de longo prazo** e **Prémio de desempenho da divisão**.

Prémio anual de desempenho (APA)

O APA recompensa o cumprimento dos objetivos corporativos e de política de negócio, de curto e médio prazo, que foram estabelecidos como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos.

Para o exercício de 2016, foram acordados os seguintes valores financeiros fundamentais ao nível do Grupo, que se aplicam de igual modo a todos os membros do Conselho de Administração:

- **Categoria Capital:** Rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1) e rácio de alavancagem,
- **Categoria Custos:** Rácio custo/rendimento (CIR),
- **Categoria Competências:** Valor acrescentado,
- **Categorias Cultura/Clientes:** Empenho, comportamento e reputação do colaborador.

Ao avaliar o componente de desempenho individual, foi acordado com cada membro do Conselho de Administração um objetivo quantitativo das categorias **Capital/Custos/Competências** e um objetivo qualitativo das categorias **Cultura/Clientes**.

No total, a soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 80% do APA global, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. O Conselho de Fiscalização pode decidir meramente sobre a parcela remanescente para premiar contributos extraordinários, incluindo contributos específicos de projetos como parte da sua ampla autoridade discricionária. Se os objetivos não forem alcançados, não será concedido um APA.

Prémio de desempenho de longo prazo (LTPA)

O nível do LTPA é determinado com base no desempenho relativo da ação do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas (Retorno total relativo dos acionistas, RTSR) com base numa avaliação de três anos e, através da inclusão adicional de parâmetros não financeiros (o denominado fator de cultura e cliente), é também orientado para a forma como os objetivos são atingidos.

Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares para o RTSR inclui as seguintes instituições: BNP Paribas, Société Générale, Barclays, Credit Suisse, UBS, Bank of America, Citigroup, Goldman Sachs, JP Morgan Chase e Morgan Stanley.

O objetivo coletivo para todos os membros do Conselho de Administração para o exercício de 2016 foi a instalação de um ambiente de controlo robusto no Grupo Deutsche Bank. Para uma avaliação do objetivo como "excelente", é atribuído 150% do valor alvo do fator cultura e cliente, 100% para "bom" e 50% para "média". No caso "abaixo da média", o valor da parcela do prémio definido como zero.

Prémio de desempenho da divisão (DPA)

O DPA recompensa o cumprimento dos objetivos estratégicos e de política de negócio, de curto e médio prazo do Banco, que foram estabelecidos como parte do processo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. Os principais objetivos subjacentes à determinação do DPA são concebidos para contribuir para os objetivos estratégicos e de política de negócio aplicáveis da divisão relevante, em linha com a respetiva estratégia de negócio e risco e os objetivos individuais definidos separadamente para cada membro do Conselho de Administração tendo por base a área de responsabilidade do membro.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. Se as metas não forem alcançadas durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar a não atribuição do APA.

Remuneração máxima

Após a implementação dos requisitos regulamentares e com base nos componentes de remuneração individuais supramencionados para o exercício de 2016, os valores seguintes para os membros do Conselho de Administração são os que se seguem:

Remuneração total/Valores alvo e máximo

em euros					2016	2015
	Salário-base	APA	LTPA	DPA	Remuneração total	Remuneração total
Copresidentes						
Alvo	3 800 000	1 500 000	3 800 000	0	9 100 000	9 100 000
Máximo	3 800 000	3 000 000	5 700 000	0	12 500 000	12 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)¹						
Alvo	2 400 000	1 650 000	2 800 000	1 650 000	8 500 000	0
Máximo	2 400 000	3 300 000	4 200 000	3 300 000	13 200 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (GM/AM)¹						
Alvo	2 400 000	1 200 000	2 200 000	1 200 000	7 000 000	0
Máximo	2 400 000	2 400 000	3 300 000	2 400 000	10 500 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (PW&CC)						
Alvo	2 400 000	800 000	1 800 000	800 000	5 800 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	1 600 000	2 700 000	1 600 000	8 300 000	8 000 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)						
Alvo	2 400 000	1 000 000	2 400 000	0	5 800 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	2 000 000	3 600 000	0	8 000 000	8 000 000

¹ Em 2015, os Copresidentes foram responsáveis por estas divisões de front office.

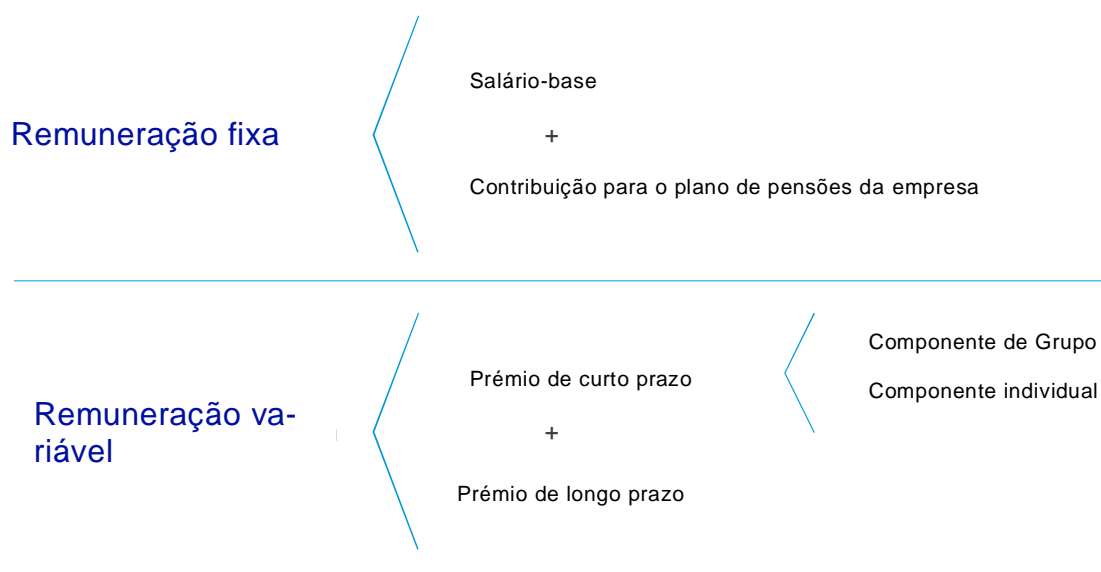
A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a um limite separado de 9,85 milhões de euros, que foi definido pelo Conselho de Fiscalização para a remuneração total geral para o exercício de 2016. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior.

Estrutura de remunerações em janeiro de 2017

- Simplificação das estruturas de remuneração
- Ligações óbvias entre a remuneração e os objetivos previamente acordados
- Forte ênfase nos interesses dos acionistas

As estruturas do sistema de remuneração aplicáveis a partir do exercício de 2017 são definidas abaixo, realçando as alterações ao sistema previamente aplicável e apresentando razões para as alterações individuais. Em maio de 2017, a Assembleia-Geral terá a oportunidade de aprovar uma resolução sobre a aprovação do sistema de remuneração alterado.

Estrutura e elementos de remunerações do novo sistema de remunerações



O sistema de remuneração aplicável a partir de janeiro de 2017 continua a consistir em componentes não relacionados com o desempenho (fixo) e componentes relacionados com o desempenho (variável).

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em contribuições para o plano de pensões da empresa e "outros benefícios".

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado comparável é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação de mercado deve ter em consideração que os requisitos regulamentares nos termos do InstVV determinam um limite para remuneração variável em 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração competitiva em consonância com as práticas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. O limite regulamentar foi implementado em 2014. Consequentemente, os salários-base globais foram aumentados e, em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou os aumentos respetivos com uma grande maioria.

O InstVV prevê a possibilidade de definir contribuições para o plano de pensões da empresa como remuneração fixa e, por conseguinte, incluí-las na base para o cálculo do rácio entre componentes de remuneração fixa e variável. O Conselho de Fiscalização analisa a anterior estrutura de direitos das contribuições para o plano de pensões da empresa e, se aplicável, ajusta-a.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "Outros benefícios". Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

Para o exercício financeiro de 2016, os componentes de remuneração variável foram complementados por um componente recentemente criado, o prémio de desempenho da divisão. A implementação do novo componente procurou refletir e recompensar as características específicas dos front offices representados no Conselho de Administração nos objetivos relacionados. Em maio de 2016, as alterações ao sistema não receberam uma aprovação por maioria por parte da Assembleia-Geral. No que respeita ao componente de remuneração criado recentemente, este recebeu a crítica de que a estrutura se tinha tornado ainda mais complexa e menos transparente, a introdução dos componentes de remuneração para apenas parte do Conselho de Administração não era compreensível e a associação do componente aos objetivos subjacentes não era convincente.

Face às críticas manifestadas, o Conselho de Fiscalização simplificou substancialmente as estruturas da remuneração variável para 2017 e associou a remuneração a critérios de desempenho transparentes. No entanto, a estrutura ainda permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as práticas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho. A partir do exercício de 2017, a remuneração variável consistirá num componente a curto prazo e num componente a longo prazo:

- o Prémio de curto prazo e
- o Prémio de longo prazo.

Prémio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de objetivos de curto prazo e longo prazo. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir claramente objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

- o Componente de Grupo e
- o Componente individual.

Componente de grupo

Os objetivos a ser alcançados constituem a base para o cálculo do componente de grupo como parte do STA. O objetivo fundamental do componente do grupo é associar a remuneração variável para o Conselho de Administração ao desempenho global do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da nossa estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração com o sistema de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho subjacentes ao componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para o componente de grupo do STA em 2017.

Em conformidade com os nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

Rácio de Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded)	O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos seus ativos ponderados pelo risco.
Rácio de alavancagem	O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.
Custo ajustado	Despesas totais (excluindo juros), reestruturação, indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros intangíveis e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

No final de um exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização determina de que modo cada uma destas métricas de desempenho se desenvolveu em comparação com os valores alvo publicados e determina um nível de consecução para cada métrica de desempenho.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

Componente individual

O componente individual do STA recompensa a consecução de objetivos a curto e médio prazo individuais e relacionados com front office. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Os objetivos para os componentes individuais podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. É estabelecido um máximo de três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração. A soma dos objetivos acordados individualmente e comerciais ascende a um máximo de 90% do componente individual do STA, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. O Conselho de Fiscalização decide meramente sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários, incluindo contributos específicos de projetos, ao longo do exercício, como parte da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

Valores mínimo, alvo e máximo

A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Isto é concebido para assegurar que o valor da remuneração variável não seja determinado principalmente pelos objetivos individuais. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

Prémio de longo prazo (LTA)

O Conselho de Fiscalização decidiu focar-se claramente na consecução de objetivos a longo prazo ao determinar a remuneração variável. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos e/ou individuais para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.

60% da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com o componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determina um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Comparativamente com o sistema de remuneração anterior, foi adicionado um terceiro objetivo adicional ao componente a longo prazo. Cada objetivo é igualmente ponderado a 1/3 na avaliação do LTA.

O desempenho relativo da ação do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas continua a ser um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. No entanto, a parcela deste objetivo do LTA foi diminuída de 2/3 para 1/3, a fim de alcançar um equilíbrio melhor. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva da rentabilidade total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo de pares selecionado (cálculo em euros). Esta parcela do LTA é calculada a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores). Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização analisou criticamente o grupo de pares como parte da conceção do novo sistema de remuneração e decidiu ajustar este grupo em comparação com o grupo aplicável previamente. À luz das atividades comerciais do Banco, foi decidida a remoção das instituições financeiras centradas na banca de investimento Goldman Sachs e Morgan Stanley do grupo de pares, devido à estratégia comercial divergente em comparação com um banco universal. No entanto, o grupo de pares reduzido será complementado pelo HSBC, que é utilizado também para comparação no que se refere a fins de referência interna.

Assim, o grupo de pares para o RTSR inclui os seguintes bancos:

Grupo de pares do Deutsche Bank

BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

O segundo objetivo está associado ao crescimento e reforço do Banco. Com a noção de **crescimento orgânico do capital** numa base líquida, o Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover este crescimento.

Conforme descrito anteriormente, o terceiro objetivo é tirado da categoria "**Cultura e Clientes**". Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes. No exercício de 2017, um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é novamente a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank.

O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidos os valores financeiros e/ou fatores dos quais o nível de consecução dos objetivos deriva de forma transparente. A margem para a decisão discricionária está estritamente limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
Prêmio de curto prazo (STA)	Componente de grupo ⁽¹⁾	
	Rácio CET1	25%
	Rácio de alavancagem	25%
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25%
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	25%
	Componente individual (exemplar) ⁽²⁾	
	Crescimento de receitas/IBIT ao longo do ano versus plano	30%
	Objetivos relacionados com o projeto (realização, gestão)	30 %
Índice de compromisso do colaborador (% ao longo do ano)/Objetivos de diversidade	30 %	
Ajustes baseados em opiniões fundamentadas	10%	
Prêmio de longo prazo (LTA)⁽³⁾	Retorno total relativo dos acionistas	33,34%
	Crescimento orgânico do capital (líquido)	33,33%
	"Fator de cultura e cliente"/Grupo de classificação do ambiente de controle	33,33%

(1) Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB

(2) Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos

(3) Objeções ao nível do grupo a longo prazo.

Remuneração máxima

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização voltou a definir um limite de 9,85 milhões de euros para a remuneração total global para o exercício de 2017. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior.

Será facultada uma apresentação detalhada dos valores num documento separado no sítio Web do Banco, que não faz parte do Relatório de gestão.

Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Um máximo de 40% da remuneração variável total poderão ser atribuídos numa base não diferida. No entanto, pelo menos metade desta percentagem deverá consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida. O sistema de remuneração aplicável até e incluindo 2016 previa que os componentes de curto prazo (APA e DPA) fossem em princípio concedidos sob a forma de componentes de remuneração não baseada em ações ("Prémios restritos de incentivo"). No entanto, o componente a longo prazo (LTPA) foi concedido exclusivamente sob a forma de componentes de remuneração com base em ações ("Prémios restritos de ações").

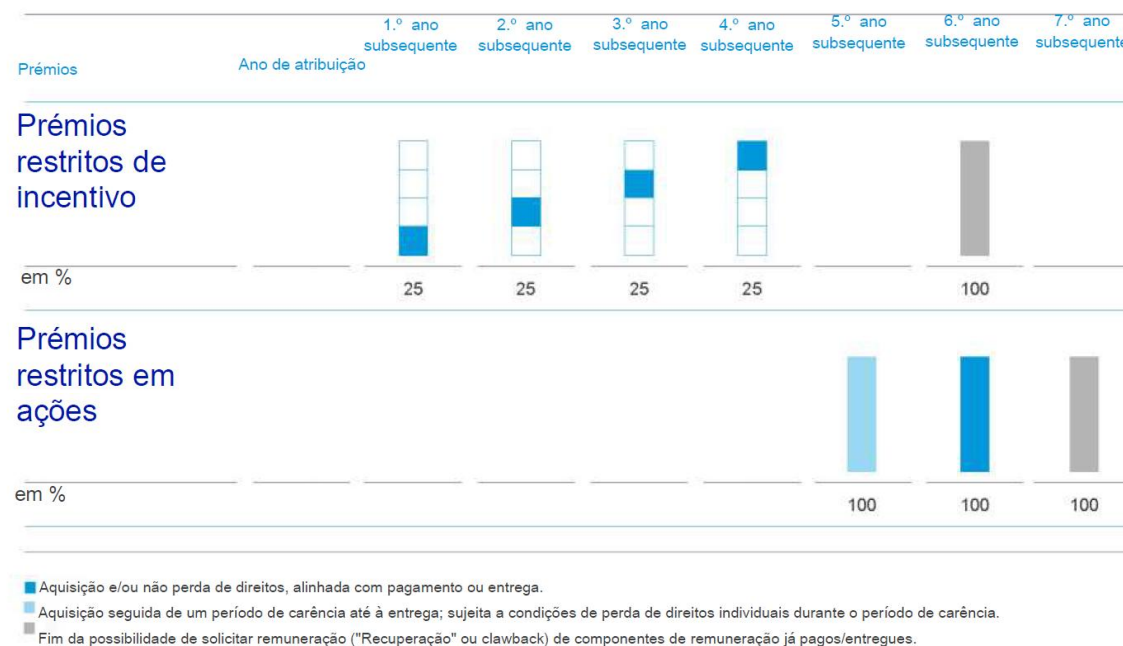
75% da remuneração variável, no mínimo, é concedida com base em ações

A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2017 o componente de longo prazo (LTA), e na verdade não menos de 75% da remuneração variável total, continuará a ser concedido apenas sob a forma de prémios restritos de ações. No entanto, apenas o componente de curto prazo (STA), um máximo de 25% da remuneração variável total, é concedido sob a forma de prémios restritos de incentivo.

Os prémios restritos de incentivo são obtidos durante um período de quatro anos. Com base nos novos requisitos regulamentares, os prémios restritos de ações são obtidos após cinco anos em uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e têm um período de retenção adicional de um ano. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem alienar as suas ações depois de seis anos. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos para o Conselho de Administração (a partir de 2017)



Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)

O diferimento ou faseamento de alguns dos componentes da remuneração ao longo de vários anos (prêmios restritos de incentivo e prêmios restritos em ações) assegura um efeito de incentivo de longo prazo, porque esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição dos direitos ou ao final dos períodos de carência, para criar um incentivo de longo prazo. Os prêmios podem ser total ou parcialmente perdidos, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, o prémio restrito de ações será totalmente perdido se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

A versão preliminar da alteração do InstVV prevê, entre outros, que as denominadas "disposições de recuperação" deverão ser acordadas com os membros do órgão de gestão (Geschäftsleiter) das instituições relevantes. Contrariamente às condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização acordará uma cláusula deste tipo com os membros do Conselho de Administração.

Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se tornasse impraticável para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador do Banco, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

- Compromisso de longo prazo dos membros do Conselho de Administração para com o Banco
- Identificação com o Deutsche Bank e respetivos acionistas
- Ligação ao desempenho do Banco através de remuneração diferida

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

O número de ações a deter atingiu um montante equivalente a duas vezes o salário-base anual do copresidente e uma vez o salário-base anual dos membros ordinários do Conselho de Administração.

em euros	Diretrizes de participações
Presidente	7 600 000
Membro ordinário do Conselho de Administração	2 400 000

Há, em princípio, um período de espera de 36 meses para o copresidente e 24 meses para membros ordinários do Conselho de Administração até ao qual estes requisitos devem obrigatoriamente ser cumpridos. Em cada caso, o período de espera é prorrogado por 12 meses para cada ano fiscal que recaia no período de espera em que o membro do Conselho de Administração não receba qualquer remuneração variável. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte. Em 2016, todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de carência para ações.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração. Uma contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, a contribuição efetuada é creditada com um pagamento de juros anual de 4 % até à data da reforma.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão. Em determinadas condições, o pagamento da pensão também pode vencer antes de ocorrer um evento típico de acionamento da pensão (limite de idade, invalidez ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2016 e 2015, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2016 a partir de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	em euros									
John Cryan ¹	754 000	393 250	0	0	1 147 250	393 250	821 114	439 065	1 221 303	450 200
Jürgen Fitschen ²	270 834	650 000	52 696	95 272	0 ⁹	2 549 796	232 666	624 192	0	2 576 287
Kim Hammonds ³	250 001	0	0	0	250 001	0	270 466	0	275 563	0
Stuart Lewis	556 000	576 000	0	0	2 342 938	1 786 938	546 402	516 969	2 555 844	1 551 547
Sylvie Matherat ⁴	500 000	86 668	0	0	586 668	86 668	517 352	128 506	613 025	130 231
Nicolas Moreau ⁵	347 500	0	0	0	347 500	0	442 672	0	450 380	0
Quintin Price ⁶	416 667	0	0	0	0 ¹⁰	0	525 143	0	0	0
Garth Ritchie ⁷	1 550 000	0	0	0	1 550 000	0	1 443 171	0	1 475 820	0
Karl von Rohr ⁴	556 000	96 001	0	0	652 001	96 001	546 402	131 141	647 482	132 799
Dr. Marcus Schenck ⁸	556 000	528 001	0	0	1 084 001	528 001	546 402	478 387	1 041 150	490 386
Christian Sewing	1 085 500	692 000	0	0	1 777 500	692 000	984 198	559 197	1 592 460	572 899
Werner Steinmüller ³	166 667	0	0	0	166 667	0	164 232	0	169 445	0
Jeffrey Urwin ⁷	2 000 000	0	0	0	2 000 000	0	2 036 367	0	2 090 722	0

¹ Membro desde 1 de julho de 2015.

² Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

⁴ Membro desde 1 de novembro de 2015.

⁵ Membro desde 1 de outubro de 2016.

⁶ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

⁷ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

⁸ Membro desde 22 de maio de 2015.

⁹ No momento de aposentação do Conselho de Administração, o saldo acumulado da conta de 2 873 326 euros foi capitalizado e pago num montante único.

¹⁰ O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 416 667 euros.

Outros benefícios aquando de cessação prematura

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias

da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração em euros	Valor despendido com			
	Componentes de remuneração baseados em ações		Componentes de remuneração baseados em numerário	
	2016	2015	2016	2015
Jürgen Fitschen ¹	621 077 ²	1 013 489	1 203 434	1 170 591
Stuart Lewis	(136 084) ³	633 658	466 922	633 466

¹ Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

² Com a cessação das funções no Conselho de Administração todas as despesas de prémios pendentes foram precipitadas para os resultados.

³ A remuneração com base em ações dos membros do Conselho de Administração é geralmente avaliada com base na cotação da ação em cada data de relato respetiva e conduz a um resultado negativo neste caso.

Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2016

Salário-base

No exercício de 2016, o salário-base anual dos copresidentes do Conselho de Administração foi de 3.800.000 euros cada e o de um membro ordinário do Conselho de Administração foi de 2.400.000 euros.

Remuneração variável

Devido ao desempenho financeiro do Deutsche Bank em 2016 e às medidas drásticas tomadas pelo Conselho de Administração perante este cenário relativamente à remuneração para colaboradores para o ano fiscal de 2016, o Conselho de Administração tomou unanimemente a decisão de renunciar irrevogavelmente a qualquer direito de determinação e concessão de remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2016. O Conselho de Administração declarou a sua renúncia ao Conselho de Fiscalização. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização absteve-se de determinar qualquer remuneração variável para os membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2016.

Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2016 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 25 883 333 euros (2015: € 22 660 000). Este montante destinava-se apenas aos salários-base. 0 euros (2015: 0 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2016 e 2015, como se segue:

em euros	2016				2015
	Salário-base	APA ¹	LTPA ²	DPA ³	Remuneração total
John Cryan ⁴	3 800 000	0	0	0	3 800 000
Jürgen Fitschen ⁵	1 583 333	0	0	0	1 583 333
Kim Hammonds ⁶	1 000 000	0	0	0	1 000 000
Stuart Lewis	2 400 000	0	0	0	2 400 000
Sylvie Matherat ⁷	2 400 000	0	0	0	2 400 000
Nicolas Moreau ⁸	600 000	0	0	0	600 000
Quintin Price ⁹	1 100 000	0	0	0	1 100 000
Garth Ritchie ¹⁰	2 400 000	0	0	0	2 400 000
Karl von Rohr ⁷	2 400 000	0	0	0	2 400 000
Dr. Marcus Schenck ¹¹	2 400 000	0	0	0	2 400 000
Christian Sewing	2 400 000	0	0	0	2 400 000
Werner Steinmüller ⁶	1 000 000	0	0	0	1 000 000
Jeffrey Urwin ¹⁰	2 400 000	0	0	0	2 400 000
Anshuman Jain ¹²	–	–	–	–	–
Stefan Krause ¹³	–	–	–	–	–
Dr. Stephan Leithner ¹⁴	–	–	–	–	–
Rainer Neske ¹²	–	–	–	–	–
Henry Ritchotte ¹⁵	–	–	–	–	–
Total	25 883 333	0	0	0	25 883 333
					22 660 000

¹ APA: Prémio anual de desempenho.

² LTPA: Prémio de desempenho de longo prazo.

³ DPA: Prémio de desempenho da divisão.

⁴ Membro desde 1 de julho de 2015.

⁵ Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

⁶ Membro desde 1 de agosto de 2016.

⁷ Membro desde 1 de novembro de 2015.

⁸ Membro desde 1 de outubro de 2016.

⁹ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

¹⁰ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

¹¹ Membro desde 22 de maio de 2015.

¹² Membro até 30 de junho de 2015.

¹³ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

¹⁴ Membro até 31 de outubro de 2015.

¹⁵ Membro até 31 de dezembro de 2015.

Prémios em ações

Os membros do Conselho de Administração declararam ao Conselho de Fiscalização que renunciam à determinação e concessão de qualquer remuneração variável para o exercício financeiro de 2016. O Conselho de Fiscalização tinha decidido em 2016 não atribuir aos membros do Conselho de Administração qualquer remuneração variável para o exercício de 2015.

Consequentemente, nenhum prémio em ações foi concedido nos exercícios financeiros de 2015 e 2016.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 17 de fevereiro de 2017 e em 19 de fevereiro de 2016, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração		Número de ações
John Cryan	2017	9 160
	2016	0
Kim Hammonds ¹	2017	22 800
	2016	51 347
Stuart Lewis	2017	51 347
	2016	51 347
Sylvie Matherat	2017	0
	2016	0
Nicolas Moreau ²	2017	0
	2016	0
Garth Ritchie	2017	28 778
	2016	28 778
Karl von Rohr	2017	3 737
	2016	2 747
Dr. Marcus Schenck	2017	26 445
	2016	26 445
Christian Sewing	2017	36 249
	2016	36 249
Werner Steinmüller ¹	2017	79 792
	2016	120 690
Jeffrey Urwin	2017	120 690
	2016	120 690
Total	2017	378 998
	2016	266 256

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 378 998 ações do Deutsche Bank em 17 de fevereiro de 2017, correspondente a aproximadamente 0.03 % das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 17 de fevereiro de 2017 e 19 de fevereiro de 2016, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 19.2.2016	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 17.2.2017
John Cryan	17 441	–	17 441	0	0
Kim Hammonds ¹	–	–	–	–	88 072
Stuart Lewis	166 538	0	0	0	166 538
Sylvie Matherat	3 217	7 541	0	0	10 758
Nicolas Moreau ²	–	–	–	–	0
Garth Ritchie	244 227	305 424	0	0	549 651
Karl von Rohr	22 846	22 623	2 013	0	43 456
Dr. Marcus Schenck	132 517	84 462	0	0	216 979
Christian Sewing	85 508	0	0	0	85 508
Werner Steinmüller ¹	–	–	–	–	191 879
Jeffrey Urwin	379 808	263 125	0	0	642 933

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação,

incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por prêmios restritos de incentivo e prêmios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2016 e 2015:

Remuneração concedida em 2016 (2015), de acordo com o GCGC

em euros					John Cryan ¹	
					2015	
	2016		2015		Definido	Alvo
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000	1 900 000	1 900 000
Benefícios marginais	41 795	41 795	41 795	41 795	29 697	29 697
Total	3 841 795	3 841 795	3 841 795	3 841 795	1 929 697	1 929 697
Remuneração variável	0	5 300 000	0	8 700 000	0	2 650 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	1 500 000	0	3 000 000	0	750 000
Prêmios restritos em ações	0	3 800 000	0	5 700 000	0	1 900 000
Total	0	5 300 000	0	8 700 000	0	2 650 000
Custos do serviço de pensões	821 114	821 114	821 114	821 114	439 065	439 065
Remuneração total (GCGC)	4 662 909	9 962 909	4 662 909	13 362 909	2 368 762	5 018 762
Remuneração total²	3 800 000	9 100 000	3 800 000	12 500 000	1 900 000	4 550 000

¹ Membro desde 1 de julho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Jürgen Fitschen ¹	
					2015	
	2016		2015		Definido	Alvo
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 583 333	1 583 333	1 583 333	1 583 333	3 800 000	3 800 000
Benefícios marginais	38 937	38 937	38 937	38 937	102 016	102 016
Total	1 622 270	1 622 270	1 622 270	1 622 270	3 902 016	3 902 016
Remuneração variável	0	2 208 333	0	3 625 000	0	5 300 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	625 000	0	1 250 000	0	1 500 000
Prêmios restritos em ações	0	1 583 333	0	2 375 000	0	3 800 000
Total	0	2 208 333	0	3 625 000	0	5 300 000
Custos do serviço de pensões	232 666	232 666	232 666	232 666	624 192	624 192
Remuneração total (GCGC)	1 854 936	4 063 269	1 854 936	5 479 936	4 526 208	9 826 208
Remuneração total²	1 583 333	3 791 667	1 583 333	5 208 333	3 800 000	9 100 000

¹ Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Kim Hammonds ¹	
					2015	
	2016		2015		Definido	Alvo
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	0	0
Benefícios marginais	6 035	6 035	6 035	6 035	0	0
Total	1 006 035	1 006 035	1 006 035	1 006 035	0	0
Remuneração variável	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	416 667	0	833 333	0	0
Prêmios restritos em ações	0	1 000 000	0	1 500 000	0	0
Total	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
Custos do serviço de pensões	270 466	270 466	270 466	270 466	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 276 501	2 693 168	1 276 501	3 609 834	0	0
Remuneração total²	1 000 000	2 416 667	1 000 000	3 333 333	0	0

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Stuart Lewis	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	77 938	77 938	77 938	77 938	97 624	97 624
Total	2 477 938	2 477 938	2 477 938	2 477 938	2 497 624	2 497 624
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	2 400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	546 402	546 402	546 402	546 402	516 969	516 969
Remuneração total (GCGC)	3 024 340	6 424 340	3 024 340	8 624 340	3 014 593	6 414 593
Remuneração total¹	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	2 400 000	5 800 000

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Sylvie Matherat ¹	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	400 000	400 000
Benefícios marginais	12 905	12 905	12 905	12 905	5 226	5 226
Total	2 412 905	2 412 905	2 412 905	2 412 905	405 226	405 226
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	166 667
Prémios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
Custos do serviço de pensões	517 352	517 352	517 352	517 352	128 506	128 506
Remuneração total (GCGC)	2 930 257	6 330 257	2 930 257	8 530 257	533 732	1 100 399
Remuneração total²	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	400 000	966 667

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Nicolas Moreau ¹	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	600 000	600 000	600 000	600 000	0	0
Benefícios marginais	5 239	5 239	5 239	5 239	0	0
Total	605 239	605 239	605 239	605 239	0	0
Remuneração variável	0	1 150 000	0	2 025 000	0	0
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	600 000	0	1 200 000	0	0
Prémios restritos em ações	0	550 000	0	825 000	0	0
Total	0	1 150 000	0	2 025 000	0	0
Custos do serviço de pensões	442 672	442 672	442 672	442 672	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 047 911	2 197 911	1 047 911	3 072 911	0	0
Remuneração total²	600 000	1 750 000	600 000	2 625 000	0	0

¹ Membro desde 1 de outubro de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Quintin Price ¹	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 100 000	1 100 000	1 100 000	1 100 000	0	0
Benefícios marginais	13 783	13 783	13 783	13 783	0	0
Total	1 113 783	1 113 783	1 113 783	1 113 783	0	0
Remuneração variável	0	2 108 333	0	3 712 500	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	1 100 000	0	2 200 000	0	0
Prêmios restritos em ações	0	1 008 333	0	1 512 500	0	0
Total	0	2 108 333	0	3 712 500	0	0
Custos do serviço de pensões	525 143	525 143	525 143	525 143	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 638 926	3 747 259	1 638 926	5 351 426	0	0
Remuneração total²	1 100 000	3 208 333	1 100 000	4 812 500	0	0

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Garth Ritchie ¹	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	0	0
Benefícios marginais	110 241	110 241	110 241	110 241	0	0
Total	2 510 241	2 510 241	2 510 241	2 510 241	0	0
Remuneração variável	0	4 600 000	0	8 100 000	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	2 400 000	0	4 800 000	0	0
Prêmios restritos em ações	0	2 200 000	0	3 300 000	0	0
Total	0	4 600 000	0	8 100 000	0	0
Custos do serviço de pensões	1 443 171	1 443 171	1 443 171	1 443 171	0	0
Remuneração total (GCGC)	3 953 412	8 553 412	3 953 412	12 053 412	0	0
Remuneração total²	2 400 000	7 000 000	2 400 000	10 500 000	0	0

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Karl von Rohr ¹	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015	
					Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	400 000	400 000
Benefícios marginais	47 730	47 730	47 730	47 730	2 348	2 348
Total	2 447 730	2 447 730	2 447 730	2 447 730	402 348	402 348
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	166 667
Prêmios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
Custos do serviço de pensões	546 402	546 402	546 402	546 402	131 141	131 141
Remuneração total (GCGC)	2 994 132	6 394 132	2 994 132	8 594 132	533 489	1 100 156
Remuneração total²	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	400 000	966 667

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Dr. Marcus Schenck ¹	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 460 000	1 460 000
Benefícios marginais	23 720	23 720	23 720	23 720	38 370	38 370
Total	2 423 720	2 423 720	2 423 720	2 423 720	1 498 370	1 498 370
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	2 068 333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	608 333
Prémios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	1 460 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	2 068 333
Custos do serviço de pensões	546 402	546 402	546 402	546 402	478 387	478 387
Remuneração total (GCGC)	2 970 122	6 370 122	2 970 122	8 570 122	1 976 757	4 045 090
Remuneração total²	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	1 460 000	3 528 333

¹ Membro desde 22 de maio de 2015.² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Christian Sewing	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	204 758	204 758	204 758	204 758	19 471	19 471
Total	2 604 758	2 604 758	2 604 758	2 604 758	2 419 471	2 419 471
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 900 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 600 000	0	3 200 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	1 800 000	0	2 700 000	0	2 400 000
Total	0	3 400 000	0	5 900 000	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	984 198	984 198	984 198	984 198	559 197	599 197
Remuneração total (GCGC)	3 588 956	6 988 956	3 588 956	9 488 956	2 978 668	6 378 668
Remuneração total¹	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 300 000	2 400 000	5 800 000

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Werner Steinmüller ¹	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	0	0
Benefícios marginais	165 001	165 001	165 001	165 001	0	0
Total	1 165 001	1 165 001	1 165 001	1 165 001	0	0
Remuneração variável	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	416 667	0	833 333	0	0
Prémios restritos em ações	0	1 000 000	0	1 500 000	0	0
Total	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
Custos do serviço de pensões	164 232	164 232	164 232	164 232	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 329 233	2 745 900	1 329 233	3 662 566	0	0
Remuneração total²	1 000 000	2 416 667	1 000 000	3 333 333	0	0

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Jeffrey Urwin ¹	
					2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	0	0
Benefícios marginais	59 763	59 763	59 763	59 763	0	0
Total	2 459 763	2 459 763	2 459 763	2 459 763	0	0
Remuneração variável	0	6 100 000	0	10 800 000	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	3 300 000	0	6 600 000	0	0
Prêmios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	0
Total	0	6 100 000	0	10 800 000	0	0
Custos do serviço de pensões	2 036 367	2 036 367	2 036 367	2 036 367	0	0
Remuneração total (GCGC)	4 496 130	10 596 130	4 496 130	15 296 130	0	0
Remuneração total²	2 400 000	8 500 000	2 400 000	13 200 000	0	0

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Anshuman Jain ¹	
					2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1 900 000	1 900 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	337 718	337 718
Total	0	0	0	0	2 237 718	2 237 718
Remuneração variável	0	0	0	0	0	2 650 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	750 000
Prêmios restritos em ações	0	0	0	0	0	1 900 000
Total	0	0	0	0	0	2 650 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	1 553 203	1 553 203
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	3 790 921	6 440 921
Remuneração total²	0	0	0	0	1 900 000	4 550 000

¹ Membro até 30 de junho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros					Stefan Krause ¹	
					2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	105 099	105 099
Total	0	0	0	0	2 505 099	2 505 099
Remuneração variável	0	0	0	0	0	3 400 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	1 000 000
Prêmios restritos em ações	0	0	0	0	0	2 400 000
Total	0	0	0	0	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	498 908	498 908
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	3 004 007	6 404 007
Remuneração total²	0	0	0	0	2 400 000	5 800 000

¹ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Dr. Stephan Leithner ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2016	2015
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	2 000 000	2 000 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	72 570	72 570
Total	0	0	0	0	2 072 570	2 072 570
Remuneração variável	0	0	0	0	0	2 833 333
dos quais:	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	833 333
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	2 000 000
Total	0	0	0	0	0	2 833 333
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	442 033	442 033
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	2 514 603	5 347 936
Remuneração total²	0	0	0	0	2 000 000	4 833 333

¹ Membro até 31 de outubro de 2015.² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Rainer Neske ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2016	2015
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1 200 000	1 200 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	61 347	61 347
Total	0	0	0	0	1 261 347	1 261 347
Remuneração variável	0	0	0	0	0	1 700 000
dos quais:	0	0	0	0	0	500 000
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	1 200 000
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	1 700 000
Total	0	0	0	0	0	1 700 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	550 484	550 484
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	1 811 831	3 511 831
Remuneração total²	0	0	0	0	1 200 000	2 900 000

¹ Membro até 30 de junho de 2015.² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Henry Ritchotte ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2016	2015
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	382 390	382 390
Total	0	0	0	0	2 782 390	2 782 390
Remuneração variável	0	0	0	0	0	3 400 000
dos quais:	0	0	0	0	0	1 000 000
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	2 400 000
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	3 400 000
Total	0	0	0	0	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	502 274	502 274
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	3 284 664	6 684 664
Remuneração total²	0	0	0	0	2 400 000	5 800 000

¹ Membro até 31 de dezembro de 2015.² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos em/para os exercícios de 2016 e 2015:

Desembolsos pagos em 2016 (2015) de acordo com o GCGC

em euros	John Cryan ¹ Copresidente		Jürgen Fitschen ² Copresidente		Kim Hammonds ³		Stuart Lewis	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	3 800 000	1 900 000	1 583 333	3 800 000	1 000 000	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	41 795	29 697	38 937	102 016	6 035	0	77 938	97 624
Total	3 841 795	1 929 697	1 622 270	3 902 016	1 006 035	0	2 477 938	2 497 624
Remuneração variável	0	0	0	285 529	0	0	0	0
Prêmios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	285 529	0	0	0	0
Total	0	0	0	285 529	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	821 114	439 065	232 666	624 192	270 466	0	546 402	516 969
Remuneração total (GCGC)	4 662 909	2 368 762	1 854 936	4 811 737	1 276 501	0	3 024 340	3 014 593

¹ Membro desde 1 de julho de 2015. Libertação de 227 163,68 euros, respetivamente 17 440,59 prêmios de ações do Deutsche Bank, que foram concedidos como compensação pela perda de direitos de componentes de remuneração diferida de um antigo empregador em 2015.

² Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Sylvie Matherat ¹		Nicolas Moreau ²		Quintin Price ³		Garth Ritchie ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	2 400 000	400 000	600 000	0	1 100 000	0	2 400 000	0
Benefícios marginais	12 905	5 226	5 239	0	13 783	0	110 241	0
Total	2 412 905	405 226	605 239	0	1 113 783	0	2 510 241	0
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	517 352	128 506	442 672	0	525 143	0	1 443 171	0
Remuneração total (GCGC)	2 930 257	533 732	1 047 911	0	1 638 926	0	3 953 412	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

³ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

⁴ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

em euros	Karl von Rohr ¹		Dr. Marcus Schenck ²		Christian Sewing		Werner Steinmüller ³	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	2 400 000	400 000	2 400 000	1 460 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	0
Benefícios marginais	47 730	2 348	23 720	38 370	204 758	19 471	165 001	0
Total	2 447 730	402 348	2 423 720	1 498 370	2 604 758	2 419 471	1 165 001	0
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	546 402	131 141	546 402	478 387	984 198	559 197	164 232	0
Remuneração total (GCGC)	2 994 132	533 489	2 970 122	1 976 757	3 588 956	2 978 668	1 329 233	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Membro desde 22 de maio de 2015.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Jeffrey Urwin ¹		Anshuman Jain ²		Stefan Krause ³		Dr. Stephan Leithner ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	2 400 000	0	0	1 900 000	0	2 400 000	0	2 000 000
Benefícios marginais	59 763	0	0	337 718	0	105 099	0	72 570
Total	2 459 763	0	0	2 237 718	0	2 505 099	0	2 072 570
Remuneração variável	0	0	0	0	0	303 115	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	303 115	0	0
Total	0	0	0	0	0	303 115	0	0
Custos do serviço de pensões	2 036 367	0	0	1 553 203	0	498 908	0	442 033
Remuneração total (GCGC)	4 496 130	0	0	3 790 921	0	3 307 122	0	2 514 603

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Membro até 30 de junho de 2015.

³ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

⁴ Membro até 31 de outubro de 2015.

em euros	Rainer Neske ¹		Henry Ritchotte ²	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	0	1 200 000	0	2 400 000
Benefícios marginais	0	61 347	0	382 390
Total	0	1 261 347	0	2 782 390
Remuneração variável	0	0	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:				
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	0	550 484	0	502 274
Remuneração total (GCGC)	0	1 811 831	0	3 284 664

¹ Membro até 30 de junho de 2015.

² Membro até 31 de dezembro de 2015.

Em 2016, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda e/ou desembolso em 2016 para os membros do Conselho de Administração, Fitschen e Lewis, que ainda se encontravam a exercer no período de relato, bem como para nove antigos membros do Conselho de Administração que já tinham abandonado o Conselho de Administração antes do período de relato. Assim, a tabela acima não contém os respetivos elementos de remuneração que não foram desembolsados (ou entregues - em caso de elementos com base em ações) em 2016.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2017, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2016 foram cumpridas.

Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2016, uma remuneração no total de 26 691 178 euros (2015: 23 913 876 euros) pelo seu serviço no Conselho de Administração. Dos quais, 25 883 333 euros (2015: 22 660 000 euros) constituíram salários-base, 807 845 euros (2015: 1 253 876 euros) para benefícios marginais e 0 euros (2015: 0 euros) para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2016 e 2015, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

Remuneração de acordo com o GAS 17

em euros	John Cryan ¹ Copresidente		Jürgen Fitschen ² Copresidente		Kim Hammonds ³		Stuart Lewis	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3 800 000	1 900 000	1 583 333	3 800 000	1 000 000	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	41 795	29 697	38 937	102 016	6 035	0	77 938	97 624
Total	3 841 795	1 929 697	1 622 270	3 902 016	1 006 035	0	2 477 938	2 497 624

¹ Membro desde 1 de julho de 2015.

² Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Sylvie Matherat ¹		Nicolas Moreau ²		Quintin Price ³		Garth Ritchie ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	400 000	600 000	0	1 100 000	0	2 400 000	0
Benefícios marginais	12 905	5 226	5 239	0	13 783	0	110 241	0
Total	2 412 905	405 226	605 239	0	1 113 783	0	2 510 241	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

³ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

⁴ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

em euros	Karl von Rohr ¹		Dr. Marcus Schenck ²		Christian Sewing		Werner Steinmüller ³	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	400 000	2 400 000	1 460 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	0
Benefícios marginais	47 730	2 348	23 720	38 370	204 758	19 471	165 001	0
Total	2 447 730	402 348	2 423 720	1 498 370	2 604 758	2 419 471	1 165 001	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2016.

² Membro desde 22 de maio de 2015.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Jeffrey Urwin ¹		Anshuman Jain ²		Stefan Krause ³		Dr. Stephan Leithner ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	0	0	1 900 000	0	2 400 000	0	2 000 000
Benefícios marginais	59 763	0	0	337 718	0	105 099	0	72 570
Total	2 459 763	0	0	2 237 718	0	2 505 099	0	2 072 570

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Membro até 30 de junho de 2015.

³ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

⁴ Membro até 31 de outubro de 2015.

em euros	Rainer Neske ¹		Henry Ritchotte ²		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração						
Componentes relacionados com o desempenho						
Com incentivos de longo prazo						
Baseados em numerário						
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0
Com base em ações						
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho						
Salário-base	0	1 200 000	0	2 400 000	25 883 333	22 660 000
Benefícios marginais	0	61 347	0	382 390	807 845	1 253 876
Total	0	1 261 347	0	2 782 390	26 691 178	23 913 876

¹ Membro até 30 de junho de 2015.

² Membro até 31 de dezembro de 2015.

Em 2016, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda e/ou desembolso em 2016 para os membros do Conselho de Administração, Fitschen e Lewis, que ainda se encontravam a exercer no período de relato, bem como para nove antigos membros do Conselho de Administração que já tinham abandonado o Conselho de Administração antes do período de relato. Assim, a tabela acima não contém os Prémios Restritos de Incentivo que não foram desembolsados em 2016.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2017, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2016 foram cumpridas.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

Visão geral sobre decisões de remuneração para 2016

Remunerar os colaboradores do Banco de forma transparente e sustentável é um elemento importante para a construção de um Deutsche Bank melhor. Perante este cenário, um dos principais objetivos da nossa estratégia é coordenar melhor o sistema de recompensa com a conduta dos colaboradores e com as rentabilidades do Grupo. Para 2016, o Conselho de Administração tomou duas decisões importantes, que demonstram o compromisso do Banco em atingir esta meta.

Primeiramente, o Banco apresentou um novo enquadramento de remuneração, que foi concebido para encorajar e recompensar o desempenho sustentável em todos os níveis do Banco. Introduziu uma lógica coerente para estruturar a Remuneração total ao fornecer orientações sobre o rácio alvo dos componentes de remuneração fixa e variável, dependendo do grau de antiguidade e da divisão ou função do colaborador. A Remuneração variável (VC), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o "Componente de grupo" e o "Componente individual". O "Componente de grupo" é concebido para associar a remuneração variável do colaborador de forma direta e transparente aos resultados e êxitos do Banco na consecução das metas estratégicas, enquanto o "Componente individual" está associado ao desempenho individual e da divisão numa base discricionária.

Em segundo lugar, o Conselho de Administração decidiu atribuir apenas um montante de remuneração variável limitado à luz dos resultados para 2016. Durante o ano de 2016, o Banco mostrou uma grande resiliência, nomeadamente devido ao trabalho árduo e à dedicação dos seus colaboradores. Neste contexto, o Banco também conseguiu fazer progressos significativos para a concretização dos seus objetivos estratégicos, resolvendo questões essenciais e reestruturando o Banco. Embora o Banco tenha feito estes progressos, para tomar a decisão sobre a remuneração também foi necessário reconhecer que 2016 foi um ano difícil para o Banco de um modo geral. O Conselho de Administração está consciente de que há ainda algum caminho a percorrer no sentido de tornar o Banco mais forte e novamente rentável. Adicionalmente, nas decisões sobre a remuneração variável para 2016 foi necessário ter em conta o impacto financeiro da resolução de questões essenciais, bem como o desempenho financeiro resultante do Banco. Por conseguinte, o Conselho de Administração decidiu que uma limitação substancial do montante de remuneração variável para 2016 seria inevitável para refletir os resultados financeiros e para equilibrar adequadamente os interesses dos acionistas e dos colaboradores. Isto é especialmente verdade num momento em que muitos postos de trabalho estão a ser eliminados e os acionistas estão a receber um dividendo anual baixo. Perante este cenário, os colaboradores sénior do Banco (títulos corporativos de "Vice-presidente", "Diretor" e "Diretor executivo") receberam um "Componente de grupo", mas não um "Componente individual" para o exercício de 2016. Esta decisão foi o principal fator a causar um montante global de remuneração variável para 2016 de 0,5 mil milhões de euros, representando uma diminuição de aproximadamente 77% face a 2015.

Embora o Conselho de Administração tenha reconhecido plenamente as restrições adicionais que esta decisão acarreta para os colaboradores, também acredita acerrimamente que esta decisão é do melhor interesse do Banco a longo prazo e que é essencial para construir um Deutsche Bank mais bem-sucedido. Para realçar isto, o Conselho de Administração decidiu voluntariamente renunciar à sua remuneração variável para o exercício de 2016.

Um número limitado de colaboradores em cargos cruciais para a continuação do sucesso do Banco recebeu "Prémios de fidelidade" como incentivo especial a longo prazo no início de 2017, em grande parte sob a forma de ações. Este incentivo é plenamente diferido por um período de até cinco anos, acrescido de um período de retenção adicional de doze meses.

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do Grupo do Banco. O Banco tenta estar na linha da frente das mudanças regulamentares no que se refere à remuneração e continuará a trabalhar estreitamente com o seu supervisor prudencial, o Banco Central Europeu ("BCE"), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está globalmente sujeito aos requisitos CRD IV, conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e no Institutsvergütungsverordnung (InstVV). O Banco adotou as regras para todas as subsidiárias e agências a nível mundial, na medida necessária de acordo com o artigo 27.º do InstVV. O Banco também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global ("Colaboradores que correm riscos materiais" ou "MRT") em conformidade com critérios estipulados ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014 de 4 de março de 2014. Os colaboradores que correm riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e também ao nível de uma única entidade jurídica para instituições significativas no âmbito do artigo 17.º do InstVV.

Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Banco está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere aos componentes de remuneração fixa e variável, que poderá ser aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas. Na Assembleia-Geral Anual do Banco em 22 de maio de 2014 e de acordo com o artigo 25.º - A, n.º 5 da lei bancária alemã, foi concedida aprovação dos acionistas para aumentar o rácio para 1:2, com uma taxa de aprovação de 95,27%. Com vista a enfatizar a percentagem fixa de remuneração para colaboradores de funções de controlo, o Banco determinou que os indivíduos no âmbito de funções de controlo acionista, conforme definido no Quadro de controlo interno do Banco, permanecem sujeitos a um rácio de 1:1.

Como resultado de legislação específica do setor e em conformidade com o InstVV, algumas subsidiárias de gestão de ativos recaem no âmbito da "Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos" ("DGFIA") ou da Diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários ("OICVM") e estão sujeitas às respetivas disposições de remuneração. Uma diferença notável para a CRD IV e respetiva implementação na lei alemã é o facto de as pessoas que correm riscos na DGFIA/OICVM não serem sujeitas ao rácio de remuneração fixa e variável estipulado na CRD IV. O Banco identifica colaboradores que correm riscos materiais em subsidiárias reguladas pela DGFIA/OICVM em conformidade com a regulamentação respetiva e aplica as disposições de remuneração para colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV e também da DGFIA/OICVM, exceto para o rácio de 1:2 no que se refere aos componentes fixos e variáveis.

O Banco também está ciente das diretrizes no âmbito da "Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros" (DMIF) direcionada para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do Banco. A MaComp Circular publicada em janeiro de 2014 pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha realça aspetos de remuneração da DMIF e requer a implementação de uma política de remuneração específica que aborde os requisitos gerais, uma análise dos planos de remuneração e identificação de populações de colaboradores considerados "Pessoas relevantes". Todos os requisitos do InstVV se aplicam a esta população na mesma medida.

O Banco cumpre também os requisitos relativos aos acordos de remuneração incluídos na regulamentação definitiva, que implementa o artigo 619.º da Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores globalmente (a "Regra Volcker").

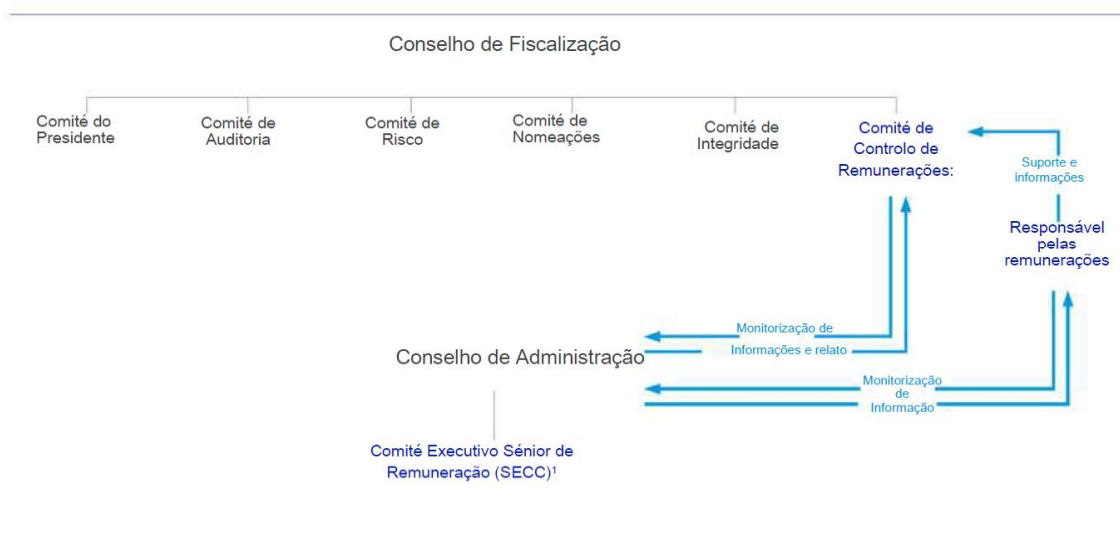
Além do acima disposto, o Banco está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados por determinados órgãos reguladores locais. Embora muitos destes requisitos estejam em sintonia com o InstVV, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com os órgãos reguladores permitiram ao Banco cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração global geral do Banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de "Colaboradores cobertos" nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, o Banco aplica globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

O Banco continuará a monitorizar de perto o contexto regulamentar. Para 2017, o Banco acredita que o impacto mais significativo resultará da adoção do novo InstVV pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha. Uma análise exaustiva mostra que o sistema de remuneração do Banco já está em grande parte em consonância com as novas disposições. No entanto, haverá algumas alterações consideráveis no sistema de remuneração, como a introdução das denominadas disposições de recuperação (clawback).

Governo das remunerações

O Banco estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC) e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

Estrutura de governo dos prémios



¹ As tarefas relevantes são desempenhadas pelo SECC em nome do Conselho de Administração

Comité de Controlo de Remunerações

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC em conformidade com o artigo 25.º-D, n.º 12 da lei bancária alemã. É composto pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três outros membros do Conselho de Fiscalização, dois de entre os representantes dos colaboradores, e tiveram doze reuniões no exercício de 2016, quatro das quais reuniões conjuntas com o Comité de Risco e uma reunião conjunta com o Comité do Presidente.

As responsabilidades do CCC incluem apoiar o Conselho de Fiscalização no estabelecimento e monitorização da estrutura adequada do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Adicionalmente, o CCC monitoriza a estrutura adequada do sistema de remuneração para os colaboradores, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e pelo Comité Executivo Sénior de Remuneração. O CCC verifica regularmente se o montante total de RV é adequado e se está em conformidade com o InstVV.

O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

Responsável pelas remunerações

De acordo com o artigo 23.º do InstVV, o Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um Responsável de remuneração. O Responsável de remuneração apoia o Conselho de Fiscalização e o CCC no desempenho das suas funções no que diz respeito aos sistemas de remuneração e coopera de perto com o Presidente do CCC. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente.

Comité Executivo Sénior de Remuneração

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração e a política de remuneração do Grupo. O SECC também utiliza fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2016, o SECC é composto pelo diretor administrativo e diretor financeiro, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (todos membros do Conselho de Administração), pelo diretor global dos recursos humanos e um representante financeiro adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e um dos codiretores globais de gestão e recompensa de desempenho de RH eram membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 13 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2016.

Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que o seu sistema de remunerações desempenha um papel vital no apoio dos objetivos estratégicos. Permite ao Banco atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do Banco. Encoraja também os funcionários a alcançar a plenitude do seu potencial. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com os objetivos estratégicos do Grupo e com os seus valores e convicções corporativos.

Cinco objetivos fundamentais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária global centrada no cliente do Banco, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de países
- Apoiar o desempenho e desenvolvimento sustentável a longo prazo do Banco e estratégia de risco correspondente
- Promover e apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras, através de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade sustentável com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Aplicar e promover os valores corporativos do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

Princípios de remuneração fundamentais

- Alinhar a remuneração com os interesses dos acionistas e rentabilidade ao nível do banco sustentada, tendo em conta o risco
- Maximizar o desempenho sustentável, ao nível dos colaboradores e do banco
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar a remuneração para refletir diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares

A política de remuneração do Grupo é um documento interno destinado a informar e educar os colaboradores quanto à estratégia de remuneração, estruturas e processos de governo do Banco, bem como quanto às práticas e estruturas de remuneração. Em conjunto, a estratégia de remuneração do Grupo e a política de remuneração do Grupo proporcionam uma ligação clara e documentada entre as práticas de remuneração e a estratégia mais vasta do Grupo. Ambos os documentos foram publicados no site de intranet do Banco e estão disponíveis para todos os colaboradores.

Estrutura de remuneração total

Como parte da estratégia de remuneração, o Banco emprega a denominada "Filosofia de remuneração total", que consiste em pagamentos fixos e remunerações variáveis. A remuneração total confere uma base equitativa para diferenciar resultados de níveis de pagamento, reforçando simultaneamente a estratégia global do Banco no âmbito de um quadro de governação e gestão do risco sólido, tendo devida consideração pelos fatores de mercado e requisitos regulamentares.

Em 2016, o Banco apresentou um novo enquadramento de remuneração para alinhar ainda mais estreitamente a remuneração dos colaboradores com os objetivos estratégicos e comerciais do Banco, reduzindo simultaneamente a complexidade. O novo enquadramento de remuneração também coloca uma ênfase mais forte no pagamento fixo sobre as remunerações variáveis e visa assegurar que estes componentes estão adequadamente equilibrados.

A remuneração fixa é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. Desempenha um papel essencial para permitir ao Banco o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos colaboradores, a remuneração fixa constitui o principal componente de remuneração e a parte de remuneração fixa dentro da remuneração total é muito superior a 50%. Isto é apropriado para muitos negócios e continuará a ser uma característica significativa da remuneração total a manter.

A remuneração variável tem a vantagem de permitir a diferenciação do desempenho individual e de incentivar o comportamento, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. Ao abrigo do novo enquadramento de remuneração, a remuneração variável é geralmente composta por dois elementos: o "componente de grupo" e o "componente individual".

Em particular, um dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração é reforçar a associação entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para tal, o Conselho de Administração decidiu alinhar o "componente de grupo" de modo direto e compreensível para os colaboradores com as conquistas do Banco no que diz respeito à consecução dos objetivos estratégicos. Para avaliar o progresso dos objetivos estratégicos, o Conselho de Administração decidiu utilizar quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) que constituem indicadores importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do Banco: rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded), rácio de alavancagem, base de custo ajustada (sem o Postbank e a NCOU) e rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI são relevantes para os órgãos reguladores, os investidores e outras partes interessadas externas, uma vez que mostram o progresso da implementação da estratégia e, deste modo, reconhecem que cada colaborador contribui para o êxito do Banco.

Em função da elegibilidade, o "componente individual" é atribuído na forma de remuneração variável individual ou de prémio de reconhecimento.

Enquanto o "componente de grupo" está associado ao desempenho do Grupo, a remuneração variável individual tem em consideração vários fatores financeiros e não financeiros. Estes incluem o desempenho da divisão aplicável, a conduta e o desempenho individual do colaborador, as relatividades dentro do grupo de pares do colaborador e as contrapartidas de fidelização.

O programa de prémio de reconhecimento destina-se a colaboradores não pautais nos níveis hierárquicos inferiores. Proporciona uma oportunidade de reconhecer e de premiar contributos extraordinários da população-alvo de modo transparente e oportuno. Em geral, existem dois ciclos de nomeações por ano.

Ao abrigo do novo enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente.

Visão geral dos elementos de remuneração



¹ A remuneração fixa poderá incluir um suplemento adicional à remuneração fixa, subsídios regionais ou outros subsídios ou elementos não salariais, sempre que aplicável.

Determinação da remuneração variável – Metodologia

O Banco tem implementada uma metodologia robusta, destinada a garantir que a determinação da remuneração variável reflete o desempenho ajustado ao risco, bem como a posição de capital do Banco e das respetivas divisões. O montante final de RV do Grupo é motivado principalmente pela (i) acessibilidade do Grupo (ou seja, o que “pode” o Banco atribuir de acordo com os requisitos regulamentares) e pela (ii) estratégia do Grupo (o que “deve” o Banco atribuir de modo a proporcionar uma remuneração adequada ao mesmo tempo que protege a saúde de longo prazo da franquia). Em 2016, o Banco reviu a metodologia para refletir o novo enquadramento de remuneração e os respetivos elementos de remuneração.

Determinação da remuneração variável

Parâmetro	Descrição
Avaliação da acessibilidade do Grupo	A acessibilidade do Grupo é avaliada, como primeiro passo, para determinar se o Banco está em posição de atribuir a RV. Inclui realizar o denominado "Teste de resultados líquidos" e rever o resultado no contexto dos parâmetros de acessibilidade do Grupo definidos. Os parâmetros de acessibilidade utilizados estão totalmente alinhados com o Quadro de apetência pelo risco do Banco e incluem: rácio CET 1, rácio de adequação do capital económico, rácio de alavancagem, posição de liquidez líquida em esforço e rácio de cobertura de liquidez. O montante de RV do Grupo é considerado como sendo acessível se alinhado com estes parâmetros essenciais e se consistente com o cumprimento projetado dos objetivos estratégicos e regulamentares futuros.
Componente de Grupo	O Componente do Grupo alinha uma parte da remuneração de todos os colaboradores com o desempenho do banco face às metas estratégicas. O Componente do Grupo é determinado com base no desempenho de quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) igualmente ponderados: rácio CET 1 (fully loaded), rácio de alavancagem, base de custo ajustada (sem Postbank e NCOU) e rentabilidade do capital próprio tangível após impostos. Estes quatro KPI representam métricas importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do Banco e fornecem uma boa indicação do desempenho sustentável do banco.
RV individual	<p>O Banco referencia um conjunto de considerações como parte da metodologia de determinação de RV individuais.</p> <p>Para as Divisões, o ponto de partida de qualquer determinação dos montantes é o desempenho financeiro. Este é avaliado no contexto das metas das divisões e apropriadamente ajustado ao risco, referenciando, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Banco pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos.</p> <p>Para as funções de infraestruturas, a avaliação de desempenho é baseada na consecução de metas de controlo e desempenho de custos. Embora os montantes de RV de infraestrutura estejam dependentes do desempenho global do Banco, não estão dependentes do desempenho da divisão que supervisionam, alinhados com os requisitos regulamentares.</p> <p>Além disso, o Banco retém a capacidade de ajustar o montante total de RV individuais com base numa decisão discricionária com a devida consideração pelos fatores quantitativos e qualitativos, incluindo fatores qualitativos estratégicos, como, por ex., progresso nos objetivos estratégicos, equilíbrio da proteção dos colaboradores e retorno dos acionistas, importância estratégica da divisão para o Grupo, necessidades da estratégia empresarial futura, tal como proteção e crescimento da franquia, desempenho relativo vs. posição/tendências de mercado e pares.</p>
Prémio de reconhecimento	O objetivo do Prémio de reconhecimento é reconhecer contributos extraordinários dos colaboradores de níveis hierárquicos inferiores do Banco. A dimensão do programa de prémio de reconhecimento está diretamente associada a uma percentagem definida do pagamento fixo para a população de colaboradores no âmbito e é geralmente paga duas vezes por ano.

Decisões de remuneração para 2016

Tendo em conta o atual ambiente operacional, o Conselho de Administração decidiu que um montante de remuneração variável limitada para 2016 é do melhor interesse a longo prazo da franquia e é necessário para equilibrar adequadamente os interesses dos acionistas e dos colaboradores.

Em específico, o Conselho de Administração decidiu que os colaboradores seniores do Banco (com os títulos corporativos de "Vice-presidente", "Diretor" e "Diretor executivo") receberiam apenas um "componente de grupo" e nenhum "componente individual". Para proteger os colaboradores com menor senioridade, os colaboradores até ao nível de "Vice-presidente assistente" não elegíveis para um prémio de reconhecimento continuaram a ser elegíveis para uma remuneração variável individual limitada. Pelo mesmo motivo, existiram, conforme planeado, dois ciclos de nomeações para os prémios de reconhecimento no exercício de 2016. Além disso, foram celebrados acordos contratuais vinculativos, como bónus abrangidos por contratos de trabalho coletivos. As subsidiárias que ainda não introduziram o novo enquadramento de remuneração em 2016, atribuíram apenas montantes de remuneração variável limitada. Os respetivos montantes de remuneração variável foram, em seguida, distribuídos de acordo com os enquadramentos relevantes.

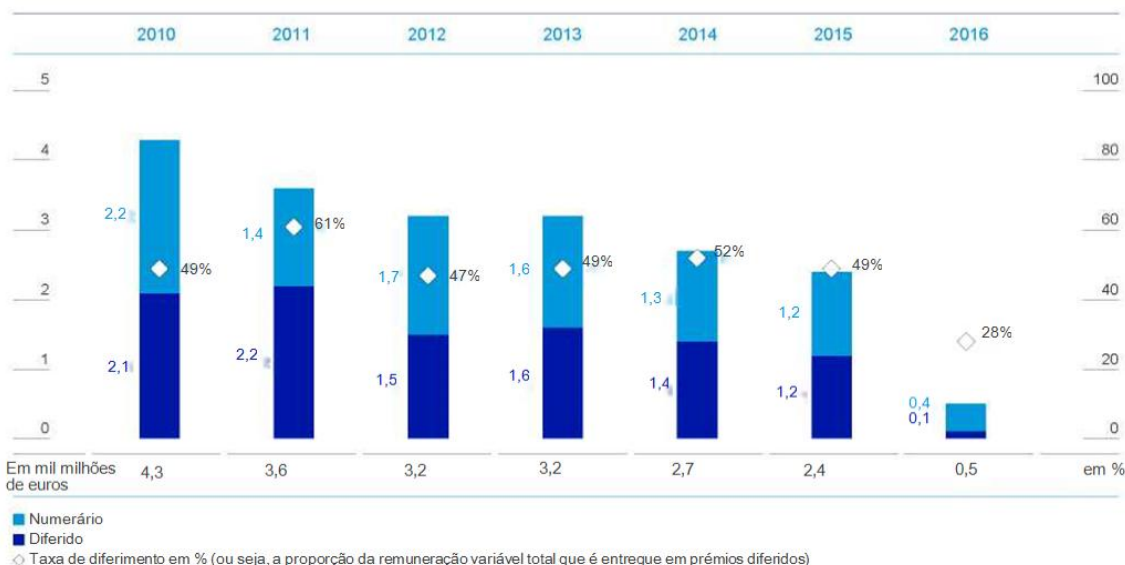
O "componente de grupo" foi atribuído a todos os colaboradores elegíveis de acordo com a avaliação dos quatro KPI definidos, conforme descrito nas páginas anteriores. Com base nos sólidos progressos ao longo de 2016 para a melhoria de três dos quatro KPI no que diz respeito aos objetivos públicos do Banco, o Conselho de Administração determinou uma taxa de cumprimento dos objetivos de 50%. Essa taxa constituiu a base para determinar o pagamento do "componente de grupo" específico dos colaboradores.

No total, essas decisões resultaram num montante de remuneração variável global para 2016 de 0,5 mil milhões de euros, que representa uma diminuição de aproximadamente 77% face à remuneração variável para o ano de 2015, atribuída em março de 2016.

Em comparação com 2015, a remuneração fixa para 2016 aumentou ligeiramente cerca de 3%, de 8,1 mil milhões de euros para 8,3 mil milhões de euros. O principal motivo para esse aumento consistiu num reequilíbrio dos elementos de remuneração fixa e variável no contexto da introdução do novo enquadramento de remuneração.

Além disso, no início de 2017, vários colaboradores em cargos fundamentais para um maior êxito do Banco receberam os chamados "prémios de fidelidade" como um incentivo de longo prazo especial, parcialmente na forma de ações, totalmente diferido por um prazo máximo de cinco anos e com um período de carência adicional de doze meses. Esse incentivo não visa compensar os beneficiários pelo seu desempenho em 2016, não sendo, por conseguinte, parte integrante da remuneração de 2016. Foi atribuído para fomentar a fidelidade dos beneficiários. Poderá encontrar informações adicionais no capítulo "Programa de prémios de fidelidade para 2017".

Taxas de remuneração variável e de diferimento



Despesas com remuneração para 2016

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	2016							2015	
	GM	CIB	PW&CC	Deutsche AM	NCOU	Funções de controlo independentes ²	Funções corporativas ³	Total - Grupo ⁴	Total - Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) no fim do período	4 737	7 116	24 514	2 547	116	6 084	36 518	99 744	101 104
Remuneração total	1 203	1 208	1 826	400	28	622	2 534	8 887	10 528
dos quais:									
Fixa	1 054	1 068	1 739	356	26	598	2 435	8 341	8 122
Variável	149	140	87	44	2	24	99	546	2 406

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² De acordo com as diretrizes regulamentares, as "funções de controlo independentes" para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Diretora Regulamentar e da Auditoria do Grupo. A nível interno, o Banco identificou funções de infraestrutura adicionais como "funções de controlo independente" às quais o Banco aplica também o rácio da remuneração fixa e variável de 1:1.

³ As "funções corporativas" incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes para efeitos desta tabela.

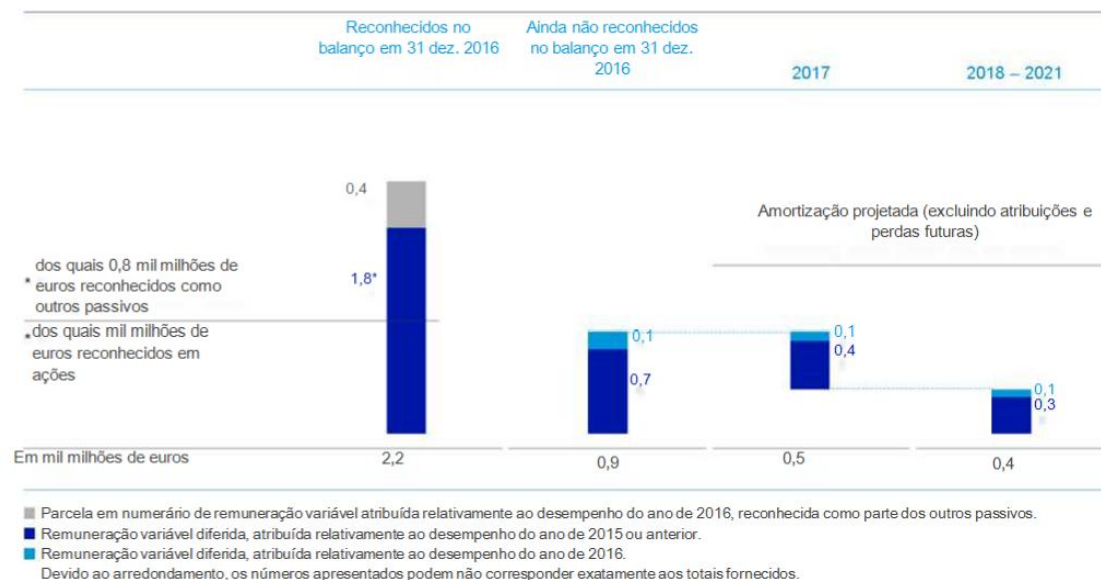
⁴ Além da informação incluída no nível da divisão, o Total - Grupo para 2016 inclui também colaboradores do Grupo Postbank (18 112 colaboradores) e montantes da remuneração fixa total do Postbank (1065 milhões de euros). A remuneração variável atribuída pelo Grupo Postbank não está incluída no montante variável acima referido. Para o Grupo Postbank, prevê-se um montante total de remuneração variável de 85,6 milhões de euros.

Reconhecimento e amortização da remuneração variável

Em 31 de dezembro de 2016, incluindo prémios atribuídos no início de março de 2017 para o exercício de 2016, os custos com remuneração variável diferida não amortizada eram de aproximadamente 0,9 mil milhões de euros. O gráfico seguinte apresenta o montante de remuneração variável reconhecido no balanço de 2016 e a amortização futura projetada de remuneração variável pendente nos próximos exercícios (exclui atribuições e perdas futuras).

Remuneração variável

Reconhecimento em 31 de dezembro de 2016 e amortização projetada de compensação diferida atribuída.



Da remuneração variável para 2016, 0,4 mil milhões de euros são debitados na demonstração de resultados para 2016 e 0,1 mil milhões de euros serão debitados nos anos futuros. Para além disso, a demonstração de resultados para 2016 foi cobrada com uma remuneração variável de 0,9 mil milhões de euros decorrente de diferimentos dos anos anteriores.

Reconciliação entre a amortização da remuneração variável e o montante imputado aos resultados



Estruturas e veículos de remuneração variável

As estruturas de remuneração do Banco não visam fornecer qualquer incentivo para participar numa tomada de risco em excesso. Estas destinam-se a garantir que o alinhamento da remuneração variável com o desempenho sustentável do Grupo aumenta com o nível de responsabilidade e o montante global da remuneração atribuída. Neste contexto, o Banco continua a acreditar que a utilização de ações ou instrumentos baseados em ações para efeitos de remuneração é um modo eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho a longo prazo do Banco e os interesses dos acionistas. Através da utilização de ações do Deutsche Bank, o valor da remuneração individual está associado à cotação das ações do Banco ao longo do período de aquisição de direitos e do período de carência, se aplicável, estando, por conseguinte, vinculado ao desempenho a longo prazo do Banco.

Tal como nos anos anteriores, o Banco decidiu ultrapassar determinadas restrições regulamentares no que diz respeito à remuneração variável, o que significa que o Banco está a implementar estruturas e restrições mais exigentes do que determinados requisitos regulamentares. 40% da remuneração variável (60% para Diretores Executivos) para colaboradores que correm riscos materiais é diferida por um período de quatro anos num calendário de aquisição de direitos pro rata. Além disso, o Banco identificou o chamado "quadro de liderança sénior" composto pelos colaboradores com maior senioridade do Banco, que são os influenciadores e administradores importantes da saúde e do desempenho a longo prazo do Banco. De modo a permitir um maior alinhamento da remuneração deste grupo com um desempenho sustentado do Banco, os respetivos prémios diferidos em ações estão sujeitos a um período de aquisição imediata de direitos (cliff-vesting) de quatro anos e meio. No que diz respeito aos Diretores Executivos, a taxa de diferimento é de 60%.

Todos os colaboradores que correm riscos materiais recebem os respetivos prémios diferidos em 50% de ações restritas e em 50% de numerário restrito. Além disso, 50% do prémio inicial de remuneração variável é também atribuído em ações. Todos os prémios em ações para colaboradores que correm riscos materiais estão sujeitos a um período

de carência adicional após a aquisição de direitos de cada tranche, durante o qual os colaboradores não podem vender as suas ações. De acordo com as orientações respetivas fornecidas pelo BaFin, estes requisitos não se aplicam a colaboradores que correm riscos materiais cuja remuneração variável seja inferior a 50 000 euros. Devido ao montante de remuneração variável limitada para 2016, 1947 colaboradores que correm riscos materiais estavam abaixo desse limiar e, por conseguinte, receberam o prémio de remuneração variável integralmente em numerário.

O Banco optou por aplicar as estruturas de remuneração de colaboradores que correm riscos materiais consistentemente a todos os outros colaboradores seniores (com os títulos corporativos de "Vice-presidente", "Diretor" e "Diretor executivo") não identificados como colaboradores que correm riscos materiais, à exceção da parcela inicial de remuneração variável que é atribuída 100% em numerário. As parcelas de ações diferidas também não estão sujeitas a um período de carência adicional.

Visão geral da estrutura de prémios

Tipo de prémio	Ponderação	Proporção	Período de diferimento	Período de retenção
Remuneração variável	60% de RV ¹	50% de numerário (Bónus em dinheiro) ²	N/A	N/A
		50% de ações [Prémio inicial em ações ("EUA")] ²	N/A	12 meses ³
Remuneração diferida	40% de RV ¹	50% de numerário [Prémio restrito de incentivo ("RIA")]	Pro rata no prazo de 4 anos	N/A
		50% de ações [Prémio restrito em ações ("REA")]	Pro rata no prazo de 4 anos; aquisição imediata de direitos (cliff vesting) para SLC aos 4,5 anos	6 meses ³

N/A – Não aplicável

¹ 40% de diferimento para prémios ≥ 50 000 euros (60% para Diretores Executivos e quadro de liderança sénior); os colaboradores com uma remuneração variável < 50 000 euros recebem 100% em numerário.

² Os colaboradores que não correm riscos materiais recebem 100% da respetiva remuneração inicial em numerário.

³ Aplicável apenas a colaboradores que correm riscos materiais.

Ajustamento *ex post* de risco da remuneração variável

As condições de desempenho e perda de direitos são elementos-chave das estruturas de remuneração diferida do Banco e suportam o alinhamento dos prémios com conduta e desempenho de colaboradores futuros ao mesmo tempo que também permitem testes *a posteriori* da avaliação de desempenho inicial. Embora todos os prémios diferidos estejam sujeitos a várias condições de desempenho e perdas de direitos, a aplicabilidade específica depende do componente do prémio, da divisão dos colaboradores e de qualquer identificação como um colaborador que corre riscos materiais. A seguir poderá encontrar uma visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos.

Visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos da remuneração variável

Provisão	Descrição	Perda
Rácio CET 1 do Grupo	Se, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos e entrega, o rácio CET 1 do Grupo for inferior a um determinado limiar	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (100% de todos os prémios iniciais em ações não entregues) ¹
IBIT do Grupo negativo	Se o Conselho de Administração determinar que, antes da entrega, o IBIT do Grupo é negativo	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (também se aplica ao prémio diferido baseado em numerário de MRT) ²
IBIT de divisão negativo	Se o Conselho de Administração determinar, antes da entrega, o IBIT da divisão é negativo	A próxima tranche do prémio diferido a entregar (aplica-se apenas a MRT em Divisões, excluindo MRT de NCOU) ²
Imparidades	Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão, ou se uma operação, negociação ou transação atribuível a um colaborador tiver um efeito adverso significativo	Até 100% dos prémios não entregues
Violação de política/violação regulamentar	Em caso de violação de uma política interna ou procedimento ou violação de legislação ou regulamento aplicável	Até 100% dos prémios não entregues
Falha de controlo de material	Se ocorrer uma falha de controlo de material, que seja considerada como atribuível ao colaborador	Até 100% dos prémios não entregues
Requisitos regulamentares	Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor	Até 100% dos prémios não entregues

¹ Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (cliff-vesting), o prémio total caducará caso, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou liquidação, o rácio CET 1 do Grupo seja inferior ao limiar.

² Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (cliff-vesting), uma determinada parcela do prémio (20% para REA do quadro de liderança sénior) caducará no prazo de um ano, se o IBIT for negativo para esse ano.

No que diz respeito a prémios diferidos de exercícios anteriores planeados para serem atribuídos no primeiro trimestre de 2017, o Conselho de Administração confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo e da divisão para o exercício de 2016 foram cumpridas.

Programa de prémios de fidelidade para 2017

Um incentivo de longo prazo especial ("prémio de fidelidade") foi atribuído a um número limitado de colaboradores no início de 2017. Para atenuar os riscos de fidelização e proteger a franquia, o Conselho de Administração decidiu atri-

buir prémios de fidelidade aos colaboradores que são os contribuidores-chave para o êxito futuro do Banco, que estão em funções fundamentais, com elevada procura no mercado e extremamente difíceis de substituir.

Esses prémios de fidelidade não visam compensar os beneficiários pelo seu desempenho em 2016, não sendo, por conseguinte, parte integrante da remuneração de 2016. Os prémios foram atribuídos para fomentar a fidelidade dos beneficiários. Por oposição à remuneração variável anual, os prémios são 100% diferidos, sem quaisquer elementos iniciais de remuneração, 50% na forma de ações e 50% em numerário. Os prémios são diferidos por um período de três a cinco anos e estão sujeitos às mesmas medidas de ajustamento ex-post ao risco descritas na página anterior. Assim, a data de pagamento mais próxima de partes desses prémios é o início de 2018 para colaboradores que não assumem riscos materiais e 2020 para colaboradores que assumem riscos materiais, respetivamente. As parcelas de ações para colaboradores que assumem riscos materiais estão sujeitas a um período de carência adicional, o que significa que as respetivas parcelas de prémios são apenas atribuídas após um período máximo de seis anos. Para beneficiarem desses prémios, os beneficiários do prémio de fidelidade têm de permanecer no Deutsche Bank. No caso de irem trabalhar para um concorrente, qualquer parcela não atribuída de um prémio caducará.

Em geral, os prémios de fidelidade foram atribuídos a 5522 colaboradores ou aproximadamente 5% dos funcionários globais do Deutsche Bank. 554 milhões de euros foram atribuídos em numerário diferido, por um período de três a cinco anos, e 554 milhões de euros foram atribuídos em ações diferidas. De modo a permitir um maior alinhamento dos prémios com a saúde a longo prazo do Banco e os interesses dos acionistas, esta parcela de ações não será obtida, o que significa que essa parcela expirará, caso a cotação das ações do Banco não atinja uma determinada cotação-alvo. Se a cotação-alvo das ações for atingida, a parcela de ações é paga após três anos no caso dos colaboradores que não assumem riscos materiais e após cinco a seis anos no caso dos colaboradores que assumem riscos materiais.

Visão geral da estrutura dos prémios de fidelidade

População	Ponderação	Proporção	Período de diferimento	Período de retenção
Colaboradores que correm riscos materiais	100% diferida	50% de numerário (RIA)	50% no ano 4, 50% no ano 5	N/A
		50% de ações (REA)	50% no ano 4, 50% no ano 5	12 meses
Colaboradores que não assumem riscos materiais	100% diferida	50% de numerário (RIA)	Aquisição de direitos pro rata de 3 anos com tranches anuais	N/A
		50% de ações (REA)	Aquisição imediata de direitos (cliff-vesting) após 3	N/A

N/A – Não aplicável

Divulgação da remuneração nos termos do artigo 16.º do InstVV e art. 450.º do CRR

Globalmente, 3056 colaboradores foram identificados como colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV para o exercício de 2016. Os elementos de remuneração coletivos para os colaboradores que correm riscos materiais do InstVV são detalhados nas tabelas abaixo de acordo com o artigo 16.º do InstVV e art. 450.º do CRR.

Remuneração agregada para colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Unidades de negócio								2016	2015
	Direção ²	GM	CIB	PW&CC	Deutsche AM	Funções de controlo independentes ³		Funções corporativas ⁴	Total - Grupo	Total - Grupo
						NCOUT	tes			
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	203	1 098	784	314	202	24	153	278	3 056	3 005
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	202	1 095	783	313	201	24	153	276	3 047	2 997
Pagamento total	187	585	427	148	104	13	58	127	1 648	2 670
Remuneração fixa total	164	515	381	117	77	12	53	118	1 438	1 423
Remuneração variável total para o período	23	70	45	31	27	1	4	9	210	1 246
dos quais:										
em numerário	12	46	30	21	13	1	4	7	134	498
em ações	11	24	16	10	9	0	1	1	71	745
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	5	0	0	0	5	3
Remuneração variável total para o período, diferida	14	32	19	18	21	0	1	1	106	904
dos quais:										
em numerário	7	16	9	9	8	0	0	1	51	317
em ações	7	16	9	9	8	0	0	1	51	587
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	5	0	0	0	5	0
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iii) do CRR em conjunto com o artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iv) do CRR relativo à remuneração variável diferida dos anos anteriores e relativo a ajustes explícitos ao risco										
Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício que foi diferido nos anos anteriores	382	810	613	152	135	22	32	173	2 318	2 283
dos quais:										
adquiridos	114	395	292	67	54	10	14	64	1 009	1 058
não adquiridos	268	415	321	85	81	13	18	109	1 309	1 225
Remuneração variável diferida atribuída, paga ou reduzida durante o período										
atribuída durante o período	154	399	325	101	83	9	20	69	1 160	1 131
paga durante o período	85	275	204	42	58	7	10	45	725	1 137
reduzida através de ajustes explícitos ao risco									13	26
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (v) do CRR relativo a bônus de contratação										
Número de beneficiários da remuneração variável garantida (bônus de contratação)	7	15	10	2	1	0	4	3	42	94
Montante total da remuneração variável atribuída (bônus de contratação)	21	19	19	1	0	0	1	0	61	66
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), pontos (v) e (vi) do CRR relativo a pagamentos por cessação de funções										
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos	0	12	7	6	6	0	5	6	42	38
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos por total/equivalentes a tempo inteiro	0	48	24	6	19	1	4	12	114	70
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo									4	5

¹ Os montantes poderão incluir diferenças de arredondamento.

² Refere-se a membros do Conselho de Administração e Diretores Executivos de instituições importantes nos termos do artigo 17.º do InstVV e a membros do Quadro de Liderança Sénior. Os membros do Conselho de Fiscalização/Diretores Não Executivos estão também incluídos no total (dos quais 47) e em equivalentes a tempo inteiro (dos quais 46) da "Direção", mas não noutras linhas, dado que recebem elementos de remuneração não variável para essas atividades e os respetivos elementos de remuneração fixa não são significativos.

Análise operacional e financeira – 36
Perspetivas – 85
Risco e Oportunidades – 95
Relatório de Risco – 97
Relatório de Remuneração – 223
Responsabilidade corporativa – 277
Colaboradores – 279

Controlo interno sobre o relato financeiro – 284
Informações nos termos do artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo – 289
Declaração de Governo da Sociedade em conformidade com o artigo 289.º-A e o artigo 315.º, n.º 5 do Código comercial alemão – 295

³ De acordo com as diretrizes regulamentares, as "funções de controlo independentes" para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Diretora Regulamentar e da Auditoria do Grupo. A nível interno, o Banco identificou mais funções de infraestrutura como "funções de controlo independente" às quais o Banco aplica também o rácio da remuneração fixa e variável de 1:1.

⁴ As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes para efeitos desta tabela.

Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2016
	Número de colaboradores
Pagamento total	
1 000 000 a 1 499 999	183
1 500 000 a 1 999 999	62
2 000 000 a 2 499 999	36
2 500 000 a 2 999 999	15
3 000 000 a 3 499 999	14
3 500 000 a 3 999 999	2
4.000.000 a 4 499 999	1
4 500 000 a 4 999 999	0
5 000 000 a 5 999 999	1
6 000 000 a 6 999 999	2

No total, 316 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2016, em comparação com 756 colaboradores em 2015.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31.12.2016	
	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200 000	100 000
Comité de Risco	200 000	100 000
Comité de Nomeações	100 000	50 000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200 000	100 000
Comité do Presidente	100 000	50 000
Comité de Controlo de Remunerações	100 000	50 000

75 % da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2016

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2016 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Remuneração no exercício de 2016		Remuneração no exercício de 2015	
	Fixa	Da qual a pagar em fevereiro de 2017	Fixa	Da qual a pagar em fevereiro de 2016
Dr. Paul Achleitner	800 000	600 000	808 333	606 250
Alfred Herling ¹	300 000	300 000	300 000	225 000
Wolfgang Böhr	141 667	106 250	8 333	6 250
Frank Bsirske	250 000	187 500	250 000	187 500
John Cryan	0	0	200 000	200 000
Dina Dublon	300 000	225 000	291 667	218 750
Jan Duscheck ²	41 667	31 250	0	0
Katherine Garrett-Cox ³	125 000	104 167	100 000	75 000
Timo Heider	200 000	150 000	200 000	150 000
Sabine Irrgang	200 000	150 000	200 000	150 000
Prof. Dr. Henning Kagermann	250 000	187 500	250 000	187 500
Martina Klee	200 000	150 000	200 000	150 000
Peter Löscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Henriette Mark	200 000	150 000	200 000	150 000
Richard Meddings	400 000	300 000	100 000	75 000
Louise Parent	333 333	250 000	200 000	150 000
Gabriele Platscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Bernd Rose	200 000	150 000	200 000	150 000
Prof. Dr. Stefan Simon ⁴	33 333	25 000	0	0
Rudolf Stockem ⁵	116 667	116 667	200 000	150 000
Stephan Szukalski ⁶	0	0	91 667	91 667
Dr. Johannes Teysen	216 667	162 500	150 000	112 500
Georg Thoma ⁷	108 333	108 333	300 000	225 000
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	200 000	150 000	200 000	150 000
Total	5 016 667	3 904 167	4 850 000	3 710 417

¹ Membro até 31 de dezembro de 2016.

² Membro desde 2 de agosto de 2016.

³ Membro reeleito a 19 de maio de 2016.

⁴ Membro desde 23 de agosto de 2016.

⁵ Membro até 31 de julho de 2016.

⁶ Membro até 30 de novembro de 2015.

⁷ Membro até 28 de maio de 2016.

Após o envio das faturas em fevereiro de 2017, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2016 foi convertida em ações nocionais da empresa com base num preço das ações de 18,455 euros (preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2017, calculado com três dígitos após o símbolo decimal). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2016 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas em fevereiro de 2017 como parte da respetiva remuneração de 2016, bem como o número de ações nocionais acumuladas durante a participação no Conselho de Fiscalização e os montantes pagos em fevereiro de 2017 para os membros que saíram ou foram reeleitos.

	Número de ações nocionais			A pagar em fevereiro de 2017 em euros ¹
	Convertidas em fevereiro de 2017 como parte da remuneração de 2016	Montantes totais do ano anterior, de 2013 a 2015	Total (acumulado)	
Membros do Conselho de Fiscalização				
Dr. Paul Achleitner	10 837,171	24 005,183	34 842,354	0
Alfred Herling ²	0,000	8 254,647	8 254,647	152 340
Wolfgang Böhr	1 919,082	120,250	2 039,332	0
Frank Bsirske	3 386,616	6 425,919	9 812,535	0
Dina Dublon	4 063,939	6 381,695	10 445,634	0
Jan Duscheck ³	564,436	0,000	564,436	0
Katherine Garrett-Cox ⁴	1 128,872	3 093,464	4 222,336	57 090
Timo Heider	2 709,293	5 161,183	7 870,476	0
Sabine Irrgang	2 709,293	5 161,183	7 870,476	0
Prof. Dr. Henning Kagermann	3 386,616	7 130,910	10 517,526	0
Martina Klee	2 709,293	5 443,179	8 152,472	0
Peter Löscher	2 709,293	5 443,179	8 152,472	0
Henriette Mark	2 709,293	6 186,930	8 896,223	0
Richard Meddings	5 418,586	1 443,001	6 861,587	0
Louise Parent	4 515,488	3 778,536	8 294,024	0
Gabriele Platscher	2 709,293	5 904,933	8 614,226	0
Bernd Rose	2 709,293	5 622,937	8 332,230	0
Prof. Dr. Stefan Simon ⁵	451,549	0,000	451,549	0
Rudolf Stockem ⁶	0,000	5 904,933	5 904,933	108 976
Dr. Johannes Teysen	2 935,067	4 037,444	6 972,511	0
Georg Thoma ⁷	0,000	7 510,895	7 510,895	138 614
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	2 709,293	6 186,930	8 896,223	0
Total	60 281,766	123 197,331	183 479,097	457 020

¹ A um valor de 18,455 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2017.

² Membro até 31 de dezembro de 2016.

³ Membro desde 2 de agosto de 2016.

⁴ Membro reeleito a 19 de maio de 2016.

⁵ Membro desde 23 de agosto de 2016.

⁶ Membro até 31 de julho de 2016.

⁷ Membro até 28 de maio de 2016.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske, Rudolf Stockem (até 31 de julho de 2016) e Jan Duscheck (desde 2 de agosto de 2016), são nossos colaboradores. No exercício de 2016, pagamos a esses membros um montante total de 1,05 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2016, reservamos 0,08 milhões para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se regulamentado nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício das suas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 225 000 euros (2015: 203 000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 233 488 euros (2015: 233 867 euros) foram pagos durante o exercício de 2016.

Responsabilidade corporativa

A abordagem do Deutsche Bank à responsabilidade corporativa concentra-se em três dimensões de sustentabilidade para criar valor económico, ambiental e social. O objetivo é definir a direção da estratégia empresarial orientada para o futuro que equilibra o sucesso económico com a responsabilidade social e ambiental.

O Banco procura promover um negócio sustentável, aumentar a transparência e evitar impactos sociais e ambientais negativos das suas principais áreas de negócio. Além disso, o Banco esforça-se no sentido de gerir as suas operações comerciais de modo sustentável e assume as respetivas responsabilidades enquanto empresa com responsabilidade corporativa.

A compreensão de responsabilidade do Banco está em conformidade com o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética e reflete-se nos respetivos procedimentos, políticas e processos. Assenta no compromisso formal com as normas e os princípios internacionais como, por exemplo, os dez Princípios da Global Compact da ONU.

Consulte o “Relatório de Responsabilidade Corporativa” online do Deutsche Bank em cr-report.db.com/16 e db.com/society para obter informações adicionais sobre:

- **Riscos ambientais e sociais:** A abordagem do Deutsche Bank na gestão de risco ambiental e social (ES) baseia-se num quadro de políticas que faz parte do nosso quadro de risco reputacional. O quadro de políticas ambientais e sociais especifica os requisitos para "due diligence ES" e os critérios para a referência obrigatória à função de sustentabilidade do Banco. O número de clientes e de transações analisado no âmbito deste quadro pela equipa de sustentabilidade do Banco diminuiu em 2016 para 727 (31 de dezembro de 2015: 1346), como resultado de critérios de encaminhamento revistos e reforçados, e melhorou a implementação do Quadro por parte do Banco através de formação. Além disso, o Banco continuou a aprovar a respetiva Declaração de Direitos Humanos em conformidade com as orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos. Em 2016, o foco consistiu numa maior sensibilização e compreensão da importância das questões de direitos humanos na organização e na implementação da lei relativa à escravatura moderna do Reino Unido.
- **Fatores SAG na gestão de ativos** No final de 2016, os ativos geridos da Deutsche Asset Management (Deutsche AM) de aproximadamente 10 mil milhões de euros foram investidos com base em critérios SAG (31 de dezembro de 2015: 7,7 mil milhões de euros). Em 2016, a Deutsche AM desenvolveu uma Declaração de Investimento Responsável. Esta define a posição da Deutsche AM no que diz respeito a questões SAG, os princípios internacionais que comunicam a sua abordagem e o modo como os fatores SAG estão integrados nas atividades comerciais e de investimento.
- **Combater as alterações climáticas:** Em 2016, o Deutsche Bank reviu a respetiva abordagem para financiar a energia e extração de carvão e alterou a sua posição formal e diretrizes internas, com efeitos a partir de dezembro de 2016. O Banco e as respetivas subsidiárias não atribuirão novo financiamento para a extração de carvão térmico em terreno inexplorado e para a construção da nova central a carvão. Além disso, o Banco reduzirá gradualmente a sua exposição atual ao setor da extração de carvão térmico. O Deutsche Bank obteve igualmente 3,9 mil milhões de euros em financiamento de projeto para a produção de energia renovável de mais de 3480 megawatts. O Deutsche Bank foi o primeiro banco comercial a nível global a tornar-se acreditado para agir como entidade implementadora para o Fundo Verde da ONU. Em 2016, o Fundo aprovou um investimento de aproximadamente 74,4 milhões de euros ao abrigo do programa de acesso a energia ecológica, um novo fundo da Deutsche AM para acesso a energia renovável em África. O investimento contribuirá para os objetivos de desenvolvimento sustentável.
- **Operações neutras em termos de emissões de carbono:** O Deutsche Bank continua a operar em 2016 numa base neutra em termos de emissões de carbono, investindo em projetos de eficiência energética, utilizando eletricidade renovável e compensando as emissões inevitáveis através da compra e retirada de certificados de compensação de qualidade elevada.

- **Cidadania empresarial:** A estratégia de responsabilidade corporativa do Deutsche Bank destina-se a apoiar fatores de prosperidade para indivíduos, comunidades e economias. Ao abrigo do "Born to Be", o Banco apoia projetos de educação que preparam os jovens para serem a força de trabalho do futuro. Com o programa "Made for Good", o Banco auxilia as empresas que ajudam a impulsionar uma mudança positiva na sociedade a dar o primeiro passo e a alcançarem o nível seguinte. Nas comunidades onde opera, o Deutsche Bank ajuda as mesmas a ficarem mais fortes e mais inclusivas, capacita os desfavorecidos e contribui para a revitalização de áreas com problemas. Trabalha com parceiros dos setores público e privado que partilham a mesma filosofia e com o empenho dos respetivos funcionários. Além disso, a carteira de doações e voluntariado "Plus You" do Banco incentiva os colaboradores a contribuir para determinadas causas do seu interesse. O apoio público continua a reforçar o impacto dos programas de responsabilidade corporativa do Banco. Com um investimento total de 73,5 milhões de euros em 2016 (31 de dezembro de 2015: 76,8 milhões de euros), o Deutsche Bank e as respetivas fundações continuaram a ser um dos expoentes mais ativos da cidadania empresarial. Aproximadamente 4,9 milhões (31 de dezembro de 2015: 4,7 milhões) de pessoas beneficiaram das suas iniciativas e o alcance do programa de envolvimento juvenil "Born to Be" do Banco aumentou para 1,35 milhões de pessoas (31 de dezembro de 2015: 1,3 milhões). Mais de 9800 empresas sociais beneficiaram de ofertas do programa "Made for Good" em 2016. 16 651 colegas, 20% do pessoal global (31 de dezembro de 2015: 17 382, 22% do pessoal global), ofereceram voluntariamente cerca de 188 000 horas do seu tempo, competências e conhecimentos.

Colaboradores

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2016 tínhamos um total de 99 744 colaboradores, em comparação com 101 104 em 31 de dezembro de 2015. Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014.

Colaboradores ¹	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Alemanha	44 600	45 757	45 392
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	24 062	23 767	23 063
Ásia e Pacífico	20 099	20 144	19 023
América do Norte ²	10 611	10 842	10 054
América Latina	373	595	606
Total de colaboradores	99 744	101 104	98 138

¹ Colaboradores equivalentes a tempo inteiro.

² Principalmente Estados Unidos.

Em 2016, o número de colaboradores diminuiu em 1360 (1,3%), motivado pela implementação das nossas metas originalmente anunciadas em outubro de 2015:

- Alemanha (-1157; -2,5%) devido à implementação de medidas de reestruturação, sobretudo no segmento Private, Wealth and Commercial Clients (PW&CC), e às reduções associadas ao Postbank;
- América do Norte (-230; -2,1%) relacionado, em grande parte, com o desinvestimento no segmento de Private Client Services;
- América Latina (-222; -37,3%), resultado da implementação da nossa estratégia de presença;
- EMEA, exceto Alemanha (+295; +1,2%) impulsionada, em grande parte, pelo Reino Unido, sobretudo devido à internalização de funções externas sobretudo na área de COO e ao reforço das funções de controlo, como por exemplo, Conformidade, Combate ao crime financeiro, Risco e Auditoria.

Colaboradores	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Global Markets	4,7 %	4,9 %	5,2 %
Corporate & Investment Banking	7,1 %	7,3 %	7,4 %
Private, Wealth & Commercial Clients	24,6 %	25,4 %	26,2 %
Deutsche Asset Management	2,6 %	2,7 %	2,6 %
Postbank	18,2 %	18,5 %	19,1 %
Non-Core Operations Unit	0,1 %	0,1 %	0,2 %
Infraestrutura e Gestão regional	42,7 %	41,1 %	39,3 %

- Global Markets (-185; -3,8%) devido ao reduzido envolvimento, sobretudo, na Índia, nos Estados Unidos, na América Latina e na Federação Russa;
- Corporate & Investment Banking (-244; -3,3%) impulsionado pela divisão Corporate Finance (-161; -5,2%) e pela divisão Global Transaction Banking (-84; -2,0%);
- Private, Wealth & Commercial Clients (-1156; -4,5%) motivado por reduções, sobretudo na Alemanha e pelo desinvestimento no segmento Private Client Services dos Estados Unidos;
- Deutsche Asset Management (-157; -5,8%) devido, sobretudo, ao desenvolvimento nos Estados Unidos e no Reino Unido e ao desinvestimento na Deutsche Asset Management (Índia);
- Postbank (-547; -2,9%) devido, sobretudo, a reduções na rede de agências;
- Non-Core Operations Unit (-25; -17,4%) devido, sobretudo, a operações não centrais relacionadas com a banca de investimento;

- Funções de infraestrutura (+953; +2,3%) impulsionada, em grande parte, pela internalização de funções externas sobretudo na área de COO e ao reforço das funções de controlo, como por exemplo, Conformidade, Combate ao crime financeiro, Risco e Auditoria.

Relações laborais

Na Alemanha, os sindicatos de trabalhadores e as associações patronais negociam geralmente acordos coletivos de trabalho para os salários e benefícios dos colaboradores abaixo do nível de gestão. Muitas empresas na Alemanha, incluindo nós e as nossas subsidiárias alemãs relevantes, são membros de associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho.

Todos os anos, a nossa associação patronal, a Arbeitgeberverband des privaten Bankgewerbes e. V., renegoceia em regra os acordos coletivos de trabalho que fornecem cobertura a um número elevado dos nossos colaboradores. O atual acordo alcançado em junho de 2016 inclui o período de maio de 2016 em diante. Após cinco meses sem qualquer aumento salarial, o primeiro aumento salarial de 1,5% terá lugar de outubro de 2016 em diante, um segundo aumento salarial de 1,1% de janeiro de 2018 em diante, e um terceiro aumento salarial de 1,1% de novembro de 2018 em diante. As convenções coletivas de trabalho existentes permanecerão em vigor até 31 de janeiro de 2019.

A nossa associação patronal negocia com os seguintes sindicatos:

- ver.di (Vereinigte Dienstleistungsgewerkschaft), um sindicato constituído em julho de 2001 na sequência da fusão de cinco sindicatos, incluindo os antigos sindicatos bancários Deutsche Angestellten Gewerkschaft e Gewerkschaft Handel, Banken und Versicherungen;
- Deutscher Bankangestellter Verband (DBV – Gewerkschaft der Finanzdienstleister);
- Deutscher Handels- und Industrieangestellter Verband (DHV – Die Berufsgewerkschaft);
- Komba Gewerkschaft (sindicato da função pública, só relevante para o Postbank);
- DPVKom – Die Kommunikationsgewerkschaft (só relevante para o Postbank).

A legislação alemã proíbe-nos de perguntar aos nossos colaboradores se são membros de sindicatos. Por conseguinte, não sabemos quantos colaboradores estão filiados em sindicatos. Aproximadamente 15 % dos trabalhadores do setor bancário na Alemanha estão sindicalizados. Estimamos que menos de 15 % dos nossos colaboradores na Alemanha estejam sindicalizados (excluindo o Postbank que tradicionalmente tem uma taxa de sindicalização significativamente mais elevada, da ordem dos 60 %). A nível mundial, estimamos que aproximadamente 15 % dos nossos colaboradores sejam membros de sindicatos de trabalhadores (incluindo o Postbank, menos de 25 %).

Em 31 de dezembro de 2016, 32 % dos colaboradores do Postbank na Alemanha eram funcionários públicos (equivalentes a tempo inteiro), em comparação com 33 % em 31 de dezembro de 2015.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinaos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 36, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Reestruturação como parte da nossa estratégia

A agenda dos colaboradores do Deutsche Bank e as atividades de RH em 2016 caracterizaram-se pelas medidas de transformação e reestruturação do Banco, as quais constituem parte integrante dos nossos objetivos inicialmente anunciados em outubro de 2015. Para tornar a organização mais eficiente em termos de custos, foi anunciada em 2015 uma redução do pessoal de 9000 postos de trabalho individuais conforme medido a nível global em termos de equivalentes a tempo inteiro, com 4000 localizados na Alemanha. Ao longo de 2016, o Banco conduziu um diálogo transparente e construtivo com os representantes dos colaboradores na Alemanha e noutros locais. O processo de negociação multifásico na Alemanha incluiu uma fase inicial de negociações para um acordo-quadro de equilíbrio de interesses e um plano-quadro social. Isto foi seguido por três fases de negociação de acordos de equilíbrio de interesses específicos para todas as divisões e funções de infraestrutura afetadas no mercado nacional, os quais foram celebrados em 2016.

A nível internacional, o Deutsche Bank registou igualmente progressos na racionalização da sua presença e na redução dos respetivos funcionários. Entre as medidas iniciadas em 2016 encontram-se a venda das subsidiárias do Banco na Argentina, no México, nos EUA e no Reino Unido, bem como o encerramento dos escritórios de representação nacionais.

Foco na mobilidade interna da carreira

Como parte dos objetivos inicialmente anunciados em outubro de 2015, o Deutsche Bank está empenhado no preenchimento de vagas – em todos os níveis de senioridade – com candidatos internos adequados, sempre que possível. De acordo com a respetiva política de contratação, todas as vagas são anunciadas aos colaboradores internos primeira e exclusivamente durante, no mínimo, duas semanas antes de serem procurados candidatos externos. Em 2016, mais do que uma em cada três vagas, ou 39%, foram preenchidas com um candidato interno. Uma taxa ainda mais elevada de 71% (2015: 60%) foi observada na Alemanha. Ao longo do ano, 9715 colaboradores – ou 11,1% de todos os funcionários – mudaram de função dentro da organização, tendo as mudanças interdivisões aumentado 6% a partir de 2015.

Abordagem equilibrada à aquisição de talentos

No quarto trimestre de 2016, o Banco implementou restrições de contratação de modo a concentrar a contratação externa em funções empresariais essenciais – desde que não existam candidatos internos adequados – e na reserva de colaboradores jovens apenas. Ao longo do ano, foram contratados aproximadamente 5300 diretores e 4200 não diretores, em particular nas áreas da tecnologia e digitalização, bem como em funções de controlo. Em 2016, 813 recém-formados (2015: 766) entraram para a nossa empresa a nível global, com 741 novos aprendizes contratados na Alemanha (2015: 863).

Manutenção de um forte foco na cultura corporativa: resultados do Inquérito aos recursos humanos de destaque de 2016

O apoio aos esforços dos RH do Deutsche Bank consiste num compromisso contínuo de incorporação da respetiva cultura corporativa e valores em todas as atividades e processos relacionados com os colaboradores. A função de RH disponibiliza enquadramentos claros para ajudar os gestores a serem responsáveis pela tomada de decisões corretas relacionadas com os colaboradores, define as normas e as orientações para essas decisões e intervém quando essas normas e valores empresariais não são cumpridos e existe um risco para o Banco.

Através de um inquérito anual, é solicitado um feedback com regularidade aos colaboradores para fornecer perspetivas dos níveis de envolvimento, compromisso e capacitação na organização. Em maio de 2016, o Deutsche Bank inquiriu uma amostra aleatória e representativa dos respetivos colaboradores, equivalente a 22,7% dos seus funcionários. A taxa de resposta permaneceu em 47%. No que diz respeito aos participantes no inquérito, 76% referiram que cumprem ativamente os valores empresariais do Deutsche Bank e mais de 70% estão convictos de que os valores terão um impacto positivo na consecução dos objetivos estratégicos do Banco. Mais de 60% observam neste momento alterações no comportamento. Estes são desenvolvimentos significativamente positivos em comparação com os anos anteriores.

O nível de compromisso entre os colaboradores em 2016 diminuiu para 58% (2015: 63%) entre a transformação em curso das empresas e a consequente redução de postos de trabalho, que representou uma fonte de preocupação e incerteza entre os colaboradores. Em termos de envolvimento e identificação do respetivo trabalho, 86% dos colaboradores (2015: 87%) assinalaram que estão preparados para ir muito além do esperado na sua função, tendo a maioria considerado os seus postos de trabalho estimulantes e interessantes, o que lhes permite utilizar da melhor forma as suas capacidades. O índice de envolvimento permaneceu em 62% em 2016 (2015: 68 %).

Desenvolvimento do desempenho

Os líderes empenhados e competentes, em conjunto com uma força de trabalho qualificada e motivada, são essenciais para o Deutsche Bank – sobretudo em períodos de mudanças significativas. Por este motivo, o Banco está comprometido em criar competências de liderança e investir em futuros líderes, bem como apoiar o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os colaboradores. Uma terceira prioridade consiste na preocupação contínua com a aprendizagem e com a formação obrigatória em matéria de conformidade e combate aos crimes financeiros para todos os colaboradores perante um cenário de aumento das regulamentações.

Apresentados pela primeira vez em 2015, o Deutsche Bank realiza dois programas "Management Fundamentals", obrigatórios para novos gestores. Um programa principal destina-se a novos gestores, até ao nível de Vice-presidente, que assumam responsabilidades de gestão de pessoal no Banco pela primeira vez. Um programa executivo está adaptado às necessidades dos Diretores Executivos e dos Diretores. Ambos os programas foram criados em torno de três áreas principais: liderar pessoas, impulsionar o negócio e moldar a cultura. O programa "Management Fundamentals" visa ajudar os participantes a crescer e a desenvolver-se como gestores de pessoal. Em 2016, mais de 1000 colaboradores participaram nos programas interdivisões "Management Fundamentals" em mais de 20 locais em todo o mundo.

Além disso, um novo programa interdivisão para gestores de gestores – "Leadership Fundamentals" – foi criado e realizado em 2016. O foco consiste em reforçar as competências de liderança dos participantes para que estejam em melhores condições de cumprir os compromissos estratégicos do Banco. Em 2016, mais de 180 colaboradores participaram no programa interdivisão "Leadership Fundamentals" em quatro locais em todo o mundo.

O programa interdivisão "Vice President Acceleration" do Deutsche Bank foi lançado em maio de 2016, com um período de desenvolvimento dos participantes de seis meses e métodos de formação que incluem simulações empresariais interativas. Em 2016, 482 Vice-presidentes de todo o Banco iniciaram o programa, realizado em vários centros regionais. Além disso, o programa "Infrastructure Director" para 2016 foi lançado em abril de 2016, durante um período de 12 meses com 61 participantes. Os temas focados são: construir capacidades de talento, conhecimentos funcionais e capacidades de liderança.

Investimento na digitalização

O aumento da digitalização tem um impacto significativo no modo como o Banco opera e, mais especificamente, no modo como os respetivos colaboradores trabalham. Por conseguinte, trata-se de um elemento importante da agenda estratégica de RH do Deutsche Bank, resultando num maior automatismo dos processos de recursos humanos e no incentivo e exigência de desenvolvimento das competências digitais necessárias por parte dos colaboradores. Entre as novas ofertas digitais lançadas em 2016 está ainda o "Connect2Learn", uma plataforma de aprendizagem online para todos os colaboradores que reúne todas as ofertas de formação num único espaço. Outro exemplo é a "Internal Mobility Tool", desenvolvida para facilitar a recolocação e promover as mudanças interdivisões.

Para abordar de forma proativa as tendências novas e emergentes – incluindo a digitalização e a mudança geográfica – na sociedade e no ambiente de trabalho atual em geral, os RH começaram a iniciativa "Arbeiten@DB 4.0" (Trabalhar@DB 4.0) na Alemanha no final de 2015. O principal foco consistiu na identificação de abordagens mais flexíveis para questões de carreira e liderança, bem como na ponderação das necessidades e dos requisitos do pessoal em todas as fases de emprego, incluindo aqueles que estão numa fase de transição para a reforma.

Promoção da diversidade e inclusão: progresso visível na igualdade de género

Durante o ano de 2016, o Deutsche Bank continuou os seus esforços para fazer progredir as carreiras das mulheres ao abrigo da nova legislação relativa à quota de género introduzida na Alemanha em 2015. A percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização manteve-se em 35% no final de 2016, acima do novo requisito estatutário de 30% para empresas alemãs codeterminadas e cotadas em bolsa. O objetivo do Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração foi definido em 2015, estabelecendo que este deveria ter no mínimo um membro do sexo feminino até 30 de junho de 2017. Este objetivo foi cumprido através das nomeações de Sylvie Matherat, Diretora Regulamentar, e de Kimberly Hammonds, Diretora de Operações, para o Conselho de Administração em 2015 e 2016, respetivamente. No fim do exercício de 2016, 15,7% dos cargos no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank eram detidos por executivas. No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, esta percentagem permaneceu em 19,5%. O Banco definiu os seus próprios objetivos de acordo com os requisitos legais na Alemanha e está no bom caminho para atingir os seus objetivos para 2017 de 17% e 21%, respetivamente, uma vez que o grupo subjacente de diretores nesses níveis é relativamente pequeno e qualquer nomeação ou mudança tem um impacto significativo nas percentagens.

Em 2011, o Deutsche Bank assinou uma declaração voluntária para aumentar substancialmente a proporção de gestoras a nível global até ao fim de 2018. No fim do exercício de 2016, o número de Diretoras Executivas e de Diretoras aumentou 16% desde 2011. Em 2016, a percentagem de mulheres neste nível permaneceu em 21,3% (31 de dezembro de 2015: 20,5 %). A quota de mulheres em posições de chefia era de 32,8% (31 de dezembro de 2015: 32,5 %). Em maio de 2016, o Deutsche Bank estava incluído no Bloomberg Financial Services Gender-Equality Index (BFGEI) inaugural, que reconhece empresas que estabeleceram fortes compromissos para a igualdade de género. O Banco é uma das duas únicas empresas do índice DAX que foram incluídas neste índice global.

Entre uma ampla variedade de causas, o Deutsche Bank apoia ativamente iniciativas de diversidade geracional e LGBTI (lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais e intersexuais) em todo o mundo. O Banco recebeu várias

distinções que honram o seu compromisso nas causas LGBTI. Por exemplo, foi premiado com a pontuação máxima de 100 no Índice Empresarial da Igualdade anual da Campanha pelos Direitos Humanos pelo 14.º ano consecutivo.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2016 do Banco.

	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Colaboradoras (com base nos títulos corporativos globais, equivalentes a tempo inteiro)¹			
Diretoras Executivas e Diretoras	21,3 %	20,5 %	19,4 %
Diretoras	32,8 %	32,5 %	31,7 %
Não diretoras	55,6 %	55,5 %	55,4 %
Total de colaboradoras	41,5 %	41,7 %	41,7 %
Idade (em %, total)			
até 29 anos	17,1 %	18,4 %	18,8 %
30–39 anos	29,9 %	29,7 %	29,3 %
40–49 anos	28,2 %	28,6 %	29,6 %
Mais de 49 anos	24,8 %	23,3 %	22,3 %
Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)	12,9 %	13,1 %	13,2 %
Taxa de aprendizazes na Alemanha	3,9 %	4,0 %	3,8 %
	2016	2015	2014
Índice de compromisso ²	58 %	63 %	68 %
Taxa de rotação de voluntários	7,2 %	7,3 %	6,6 %
Taxa de saúde (em %) ³	94,3 %	94,8 %	94,9 %

¹ Excluindo pessoas jurídicas fora do sistema de títulos corporativos do DB, em particular do Postbank. DB Investment Services integrado em 2016, Sal. Oppenheim integrado em 2015.

² As pontuações de 2016 e 2015 excluem o total do Postbank; as pontuações de 2014 excluem o Postbank, à exceção das respetivas entidades de serviços de banca (isto é, 5% da população total no âmbito do inquérito).

³ Taxa de saúde: $100 - ((\text{total de dias de ausência por doença} \times 100) / \text{total de dias de trabalho normais})$; Alemanha, excluindo em particular o Postbank; DB Investment Services integrado em 2016, Sal. Oppenheim integrado em 2015.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do nosso presidente e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser

consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- **Existência** – os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- **Integridade** – todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- **Avaliação** – os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- **Direitos, obrigações e propriedade** – os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- **Apresentação e divulgações** – a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
- **Salvaguarda dos ativos** – as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno do relato financeiro

Os controlos no âmbito do sistema de ICOFR são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas na análise da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do ICOFR envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: Finanças, Direção de Operações e Risco.

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios do Grupo. No âmbito das finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo de preparação geral:

- **Especialistas financeiros para empresas ou entidades** são responsáveis pela revisão da qualidade dos dados financeiros, através de validação e controlo. Estão em contacto estreito com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades jurídicas, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões, associadas ao relato financeiro, decorrentes de produtos e transações, validando reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor.
- **Group Finance** (Finanças do Grupo) é responsável pelas atividades ao nível do Grupo, que incluem a preparação das informações financeiras e de gestão do Grupo, previsão e planeamento e relato de risco. O comité financeiro define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos administradores sénior e por consultores externos.
- **Grupo de Política de Contabilidade e Assessoria (APAG)** é responsável pelo desenvolvimento da nossa interpretação enquanto Grupo das normas internacionais de relato financeiro e pela sua aplicação consistente dentro do Grupo. O APAG presta assessoria contabilística e serviços de consultoria à função de Finanças e aos negócios em geral, sendo responsável pela resolução atempada de questões de natureza contabilística a nível corporativo e a nível de transações específicas.
- **Avaliações ao nível do Grupo** e especialistas de avaliação com orientação para os negócios são responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contacto único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).
- **Fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax)** é responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos sobre o rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

O funcionamento do ICOFR é igualmente apoiado de forma significativa pela Direção de Operações e Risco. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções seguintes contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

- A **Direção de Operações** é responsável por confirmar as transações com contrapartes e por realizar, interna e externamente, reconciliações de informações financeiras entre sistemas, registos e bolsas. A área de direção de operações também realiza todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.
- **Risk** é responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. O Risco identifica e avalia a adequação das provisões para crédito e operacionais.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

- em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções,
- que operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais.
- são preventivos ou têm propósitos de deteção.
- têm um impacto direto ou indireto nas próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indireto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rubrica do balanço.
- componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba cada um dos seguintes aspetos do sistema de ICOFR:

- **Conceção e implementação da política contabilística.** Controlos para promover o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.
- **Dados de referência.** Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e a transações extrapatrimoniais, incluindo dados de referência do produto.
- **Aprovação, captação e confirmação de novos produtos e transações.** Os controlos destinam-se a garantir a integridade e a exatidão das transações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de ajudar a garantir que os detalhes da transação são corroborados.
- **Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente.** São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.
- **Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços (IPV).** A área de Finanças realiza controlos IPV pelo menos mensalmente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da avaliação do front office. Os resultados dos processos IPV são avaliados mensalmente pelo comité de supervisão do controlo da avaliação (Valuation Control Oversight Committee).
- **Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam verificações independentes de preços no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.**
- **Fiscalidade.** Os controlos são concebidos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.
- **Reservas e ajustamentos baseados em juízos de valor.** São concebidos controlos para garantir que as reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.
- **Fundamentação do balanço.** Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para promover a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.
- **Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício.** No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.
- **Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras.** Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requi-

sitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte da direção da área de finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respetivo Comité de Auditoria.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema ICOFR é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da direção no que diz respeito à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2016 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 35, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2016 na sua carteira de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhum direito podia ser exercido. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedem 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmam direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Podereis do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2018, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2016 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2021, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e excluindo direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a utilizar tais ações próprias para emitir de ações para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2016 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (*forward*). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações quando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2020.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. A opção de compra só poderá ser exercida se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-A e 315.º, n.º 5 do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-A e 315.º, n.º 5 do Código Comercial alemão, está disponível no nosso sítio Web, através da hiperligação <https://www.db.com/ir/en/reports.htm>, bem como no capítulo "3 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-A e 315.º, n.º 5 do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade".

2 -

Demonstrações financeiras consolidadas

297	Demonstração consolidada dos resultados	23 –	Ativos penhorados e recebidos como garantia – 379
298	Demonstração consolidada do rendimento integral	24 –	Ativos fixos tangíveis – 380
299	Balanço consolidado	25 –	Locações – 381
300	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	26 –	Goodwill e outros ativos intangíveis – 382
302	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	27 –	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 392
303	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	28 –	Outros ativos e outros passivos – 396
1 –	Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 303	29 –	Depósitos – 396
2 –	Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 330	30 –	Provisões – 397
3 –	Aquisições e alienações – 334	31 –	Compromissos de crédito – 414
4 –	Segmentos de negócio e informação associada – 335	32 –	Outros empréstimos a curto prazo – 415
340	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	33 –	Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 415
5 –	Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 340	34 –	Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 416
6 –	Rendimentos de serviços e comissões – 342	418	Notas adicionais
7 –	Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 342	35 –	Ações ordinárias – 418
8 –	Outros rendimentos – 343	36 –	Benefícios dos empregados – 419
9 –	Despesas gerais e administrativas – 343	37 –	Impostos sobre o rendimento – 435
10 –	Reestruturação – 343	38 –	Derivados – 437
11 –	Resultados por ação – 344	39 –	Operações com partes relacionadas – 439
346	Notas ao balanço consolidado	40 –	Informações sobre subsidiárias – 442
12 –	Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 346	41 –	Entidades estruturadas – 443
13 –	Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, “Reclassificação de ativos financeiros” – 347	42 –	Contratos de seguro e de investimento – 448
14 –	Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 350	43 –	Ativos e passivos correntes e não correntes – 449
15 –	Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 367	44 –	Acontecimentos após o período de relato – 451
16 –	Ativos financeiros disponíveis para venda – 370	45 –	Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB – 452
17 –	Instrumentos financeiros detidos até à maturidade – 370	46 –	Relatórios por país – 453
18 –	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 370	47 –	Participações acionistas – 455
19 –	Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 371	479	Confirmações
20 –	Empréstimos – 376		
21 –	Provisão para perdas de crédito – 376		
22 –	Transferências de ativos financeiros – 377		

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2016	2015	2014
Juros e rendimentos similares	5	25 636	25 967	25 001
Gasto de juros	5	10 929	10 086	10 729
Rendimento de juros líquido	5	14 707	15 881	14 272
Provisão para perdas de crédito	21	1 383	956	1 134
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		13 324	14 925	13 138
Rendimentos de serviços e comissões	6	11 744	12 765	12 409
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	1 401	3 842	4 299
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	7	653	203	242
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	18	455	164	619
Resultados líquidos de títulos detidos até à maturidade	17	0	0	0
Outro resultado	8	1 053	669	108
Rendimento total excluindo juros		15 307	17 644	17 677
Remunerações e benefícios	36	11 874	13 293	12 512
Despesas gerais e administrativas	9	15 454	18 632	14 654
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros		374	256	289
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	26	1 256	5 776	111
Atividades de reestruturação	10	484	710	133
Despesas totais (excluindo juros)		29 442	38 667	27 699
Resultado antes do imposto sobre o rendimento		(810)	(6 097)	3 116
Despesa de imposto sobre o rendimento	37	546	675	1 425
Resultado líquido		(1 356)	(6 772)	1 691
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias		45	21	28
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		(1 402)	(6 794)	1 663

Resultados por ação

em euros	Notas	2016	2015	2014
Resultados por ação: ^{1,2}	11			
Básicos		(1,21 €)	(5,06 €)	1,34 €
Diluído		(1,21 €)	(5,06 €)	1,31 €
Número de ações em milhões: ¹				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		1 388,1	1 387,9	1 241,9
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas ³		1 388,1	1 387,9	1 269,5

¹ O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de junho de 2014 por forma a refletir o efeito da componente de bônus da emissão de direitos de subscrição em junho de 2014 relativa ao aumento de capital.

² Os lucros foram ajustados em 276 e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2016 e abril de 2015.

³ Devido à situação de perda líquida para 2016 e 2015, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto diminuiria a perda líquida por ação. No entanto, numa situação de resultado líquido, o número de ações de média ponderada ajustada após a conversão assumida teria aumentado em 27 milhões de ações para 2016 e 2015.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	(1 356)	(6 772)	1 691
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	(861)	203	(403)
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	344	(213)	407
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(2)	(242)	1 912
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(571)	(163)	(87)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	62	1	(6)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(2)	20	339
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	529	662	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(1 191)	0	(3)
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	203	2 156	2 955
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(2)	4	3
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	11	48	(35)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	117	19	(672)
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	(1 364)	2 493	4 410
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	(2 721)	(4 278)	6 102
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	52	45	54
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(2 773)	(4 323)	6 048

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanco consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central		181 364	96 940
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		11 606	12 842
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	22, 23	16 287	22 456
Títulos obtidos por empréstimo	22, 23	20 081	33 557
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		171 044	196 035
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		485 150	515 594
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		87 587	109 253
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 16, 22, 23, 38	743 781	820 883
Ativos financeiros disponíveis para venda	16, 22, 23	56 228	73 583
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	18	1 027	1 013
Empréstimos	20, 21, 22, 23	408 909	427 749
Títulos detidos até à maturidade	17	3 206	0
Ativos fixos tangíveis	24	2 804	2 846
Goodwill e outros ativos intangíveis	26	8 982	10 078
Outros ativos	27, 28	126 045	118 137
Ativos por impostos correntes	37	1 559	1 285
Ativos por impostos diferidos	37	8 666	7 762
Total do ativo		1 590 546	1 629 130
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	29	550 204	566 974
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	22, 23	25 740	9 803
Títulos cedidos por empréstimo	22, 23	3 598	3 270
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 16, 38		
Passivos detidos para negociação		57 029	52 304
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		463 858	494 076
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		60 492	44 852
Passivos por contratos de investimento		592	8 522
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados		581 971	599 754
Outros empréstimos a curto prazo	32	17 295	28 010
Outros passivos	27, 28	155 440	175 005
Provisões	21, 30	10 973	9 207
Passivos por impostos correntes	37	1 329	1 699
Passivos por impostos diferidos	37	486	746
Dívida a longo prazo	33	172 316	160 016
Títulos fiduciários preferenciais	33	6 373	7 020
Obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Total do passivo		1 525 727	1 561 506
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	35	3 531	3 531
Capital realizado adicional		33 765	33 572
Lucros não distribuídos		18 987	21 182
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	35	0	(10)
Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		3 550	4 404
Total do capital acionista		59 833	62 678
Componentes de capital adicionais		4 669	4 675
Participações minoritárias		316	270
Total do capital próprio		64 819	67 624
Total do passivo e do capital próprio		1 590 546	1 629 130

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	Resultados líquidos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos aplicáveis e outros ²
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2 610	26 204	28 376	(13)	0	303
Total do rendimento integral, após impostos ¹	0	0	1 663	0	0	1 372
Ações ordinárias emitidas	921	7 587	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(765)	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	5	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(103)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	840	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	(32)	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(65)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(9 187)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	8 352	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(6)	0	0	0	0
Outros	0	41	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3 531	33 626	29 279	(8)	0	1 675
Total do rendimento integral, após impostos ¹	0	0	(6 794)	0	0	(291)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(1 034)	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(228)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(10)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(80)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	880	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(34)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(9 177)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	8 295	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(3)	0	0	0	0
Outros	0	63	(31)	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3 531	33 572	21 182	(10)	0	1 384
Total do rendimento integral, após impostos ¹	0	0	(1 402)	0	0	(472)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(276)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(517)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	64	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	239	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	2	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(129)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(5 264)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	5 035	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(7)	0	0	0	0
Outros	0	263	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3 531	33 765	18 987	0	0	912

¹ Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

² Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Resultados líquidos não realizados em derivada de cobertura de exposição à variabilidade dos fluxos, de caixa, após impostos ²	Resultados líquidos não realizados em ativos classificados como detidos para venda, após impostos ²	Conversão cambial, líquida de impostos ²	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos ¹	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais ³	Participações minoritárias	Total do capital próprio
(101)	2	(2 713)	53	(2 457)	54 719	0	247	54 966
181	(2)	2 865	(35)	4 380	6 043	0	54	6 097
0	0	0	0	0	8 508	0	0	8 508
0	0	0	0	0	(765)	0	(4)	(769)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	5	0	0	5
0	0	0	0	0	(103)	0	0	(103)
0	0	0	0	0	840	0	0	840
0	0	0	0	0	(32)	0	0	(32)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(65)	0	0	(65)
0	0	0	0	0	(9 187)	0	0	(9 187)
0	0	0	0	0	8 352	0	0	8 352
0	0	0	0	0	(6)	0	0	(6)
0	0	0	0	0	41	4 619 ⁴	(44)	4 616
79	0	151	18	1 923	68 351	4 619	253	73 223
18	662	2 044	48	2 481	(4 313)	0	45	(4 269)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(1 034)	0	(10)	(1 044)
0	0	0	0	0	(228)	0	0	(228)
0	0	0	0	0	(10)	0	0	(10)
0	0	0	0	0	(80)	0	0	(80)
0	0	0	0	0	880	0	0	880
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(34)	0	0	(34)
0	0	0	0	0	(9 177)	0	0	(9 177)
0	0	0	0	0	8 295	0	0	8 295
0	0	0	0	0	(3)	0	0	(3)
0	0	0	0	0	33	56 ⁵	(17)	72
97	662	2 196	66	4 404	62 678	4 675	270	67 624
46	(662)	223	11	(854)	(2 256)	0	52	(2 204)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	(11)	(11)
0	0	0	0	0	(276)	0	0	(276)
0	0	0	0	0	(517)	0	0	(517)
0	0	0	0	0	64	0	0	64
0	0	0	0	0	239	0	0	239
0	0	0	0	0	2	0	0	2
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(129)	0	0	(129)
0	0	0	0	0	(5 264)	0	0	(5 264)
0	0	0	0	0	5 035	0	0	5 035
0	0	0	0	0	(7)	0	0	(7)
0	0	0	0	0	263	(6) ⁵	4	262
143	0	2 418	77	3 550	59 833	4 669	316	64 819

³ Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.

⁴ Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais.

⁵ Inclui receitas líquidas da compra e venda de componentes de capital adicionais.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultados líquidos	(1 356)	(6 772)	1 691
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	1 383	956	1 134
Atividades de reestruturação	484	710	133
Ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(899)	(430)	(391)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	(312)	(987)	673
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	3 745	8 908	4 567
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(183)	(708)	(569)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	2 862	1 677	7 238
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos sem bancos centrais	(2 814)	30 096	8 959
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	19 440	(10 108)	5 450
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	20 337	12 935	70 639
Empréstimos	18 190	(14 015)	(26 909)
Outros ativos	(7 847)	26 756	(28 812)
Depósitos	(15 237)	26 537	1 551
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento	8 686	6 101	(54 334)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	16 362	(1 120)	(2 963)
Outros empréstimos a curto prazo	(10 632)	(16 149)	(17 875)
Outros passivos	(12 888)	(14 177)	22 183
Dívida sênior a longo prazo	12 328	13 536	14 315
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	30 341	13 788	4 288
Outros, líquido	(8 518)	(8 605)	(1 678)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	70 610	67 252	2 052
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	26 855	18 027	11 974
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	6 029	3 986	8 745
Maturidades de títulos detidos até à maturidade	0	0	0
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	50	165	124
Venda de ativos fixos tangíveis	206	272	133
Aquisição de:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(21 639)	(29 665)	(34 158)
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(81)	(95)	(78)
Ativos fixos tangíveis	(725)	(432)	(669)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	2 023	555	1 931
Outros, líquido	(1 479)	(1 055)	(826)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	11 239	(8 242)	(12 824)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	815	2 942	101
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(1 102)	(2 043)	(3 142)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	121	788	49
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(840)	(5 114)	(2 709)
Ações ordinárias emitidas	0	0	8 508
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(5 264)	(9 177)	(9 187)
Venda de ações próprias (tesouraria)	4 983	8 316	8 318
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	0	0	4 676
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(207)	(407)	(921)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	202	442	888
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(333)	(269)	0
Dividendos pagos a participações minoritárias	(11)	(10)	(4)
Variação líquida em participações minoritárias	(13)	(17)	(17)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	0	(1 034)	(765)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	(1 649)	(5 583)	5 795
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	(28)	94	897
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	80 172	53 521	(4 080)
Caixa e seus equivalentes no início do período	105 478	51 960	56 041
Caixa e seus equivalentes no fim do período	185 649	105 478	51 960
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	1 572	902	377
Juros pagos	10 808	10 808	11 423
Juros e dividendos recebidos	25 835	26 177	25 404
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos de bancos centrais (não inclui depósitos a prazo remunerados em bancos centrais)	178 292	94 923	47 169
Saldos interbancários (sem bancos centrais) (não inclui: depósitos a prazo com bancos de 7079 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, 4304 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e 31 612 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014)	7 599	10 555	4 791
Total	185 891	105 478	51 960

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 – Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anônima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (o "Grupo"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como elaboradas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

Algumas das divulgações de IFRS incorporadas no relatório de gestão fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações incluem os resultados de operações dos segmentos e de toda a entidade sobre componentes de proveitos líquidos nos termos da IFRS 8, "Segmentos operacionais", fornecidos na análise operacional e financeira do relatório de gestão. Além disso, o Relatório de Riscos inclui divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações", divulgações de capital conforme requerido ao abrigo da IAS 1, "Apresentação de declarações financeiras" e divulgações relativas aos contratos de seguro conforme descrito na IFRS 4, "Contratos de seguro". Estas divulgações auditadas são identificadas por parênteses nas margens do relatório de gestão. Além disso, no que diz respeito à tabela intitulada "Modelo transitório para capital regulamentar, RWA e rácios de capital" apresentada no Relatório de risco na secção "Desempenho de capital e risco: Capital e rácio de alavancagem Evolução do capital regulamentar", as colunas com a indicação "CRR/CRD IV" para 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (mas não as colunas com a indicação "CRR/CRD IV *fully loaded*") são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, não obstante não serem identificadas por parênteses nas margens. Estas divulgações são também auditadas.

Estimativas contábilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contábilísticas do Grupo são descritas em "Principais políticas contábilísticas".

Algumas das políticas contábilísticas do Grupo requerem estimativas contábilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contábilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de

operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas pelas quais a administração poderia razoavelmente optar no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de associadas (ver “Associadas” abaixo)
- a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros – ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”)
- a determinação do justo valor (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - determinação do justo valor”)
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - reconhecimento de lucros à data da operação”)
- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais”)
- a imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis (ver abaixo “*Goodwill* e outros ativos intangíveis”)
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver “Impostos sobre o rendimento” abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver “Provisões” abaixo)

Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Salvo conforme anteriormente descrito, estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e são desconsolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

Associadas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Se o Grupo detinha inicialmente uma participação no capital de uma entidade (por exemplo, disponível para venda) e posteriormente adquiriu uma influência significativa, a participação de capital anteriormente detida é reavaliada ao justo valor e qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados à participação de capital anteriormente

detida seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de aquisição da influência significativa, como se o Grupo tivesse alienado a participação de capital anteriormente detida.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada). Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

Estimativas contabilísticas críticas: Visto que a avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera que esta é uma estimativa contabilística crítica.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças na conversão em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em outro rendimento integral e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados em que o item não monetário é vendido como parte do ganho ou perda geral sobre a venda do item.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo, passivo e capital de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

As receitas são reconhecidas quando o valor de receitas e custos associados possa ser medido com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito é aplicado às principais atividades geradoras de receitas do Grupo como se segue.

Resultado líquido de juros – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que são consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos.

No caso de uma perda por imparidade ser reconhecida num crédito, investimento detido até à maturidade ou ativo financeiro ou instrumentos de dívida, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento dos juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de medição da perda por imparidade. Num crédito, esta seria a taxa de juro efetiva original, mas uma nova taxa de juro efetiva seria estabelecida em cada imparidade de um instrumento de dívida disponível para venda porque a imparidade é avaliada ao justo valor e iria basear-se numa taxa de mercado atual.

Rendimentos de serviços e comissões – O reconhecimento dos proveitos de serviços e comissões é determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existir um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (*yield*). No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas não reconhecidas em resultados quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico são reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo são reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que não são contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre

um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com performance são reconhecidas quando os critérios de *performance* são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissão são predominantemente decorrentes de serviços fornecidos ao longo de um período de tempo: taxas de gestão de fundos de investimento, honorários fiduciários, honorários do agente de custódia, comissões de consultoria e de gestão de carteira e outra gestão, comissões relacionadas com crédito e rendimento de comissões. Os honorários predominantemente obtidos através da prestação de serviços de transação-tipo incluem as comissões de colocação, taxas de finanças corporativas e taxas de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em "Rendimentos de serviços e comissões".

Acordos que envolvem múltiplos serviços ou produtos – Se o Grupo for contratado para prestar múltiplos produtos, serviços ou direitos a uma contraparte, avalia-se se deve ser afetada uma comissão global aos diferentes componentes do acordo para efeitos de reconhecimentos de receitas. A avaliação tem em conta o valor dos elementos entregues ou serviços prestados de modo a assegurar que o envolvimento continuado do Grupo em outros aspetos do acordo não é essencial aos elementos entregues. Também se avalia o valor dos elementos ainda não entregues e, se existir o direito de devolução dos elementos entregues, a probabilidade da futura entrega dos restantes elementos ou serviços. Se for determinado que é conveniente considerar os acordos como componentes separados, os montantes recebidos são afetados com base no valor relativo de cada componente.

Se não existirem evidências objetivas e fidedignas do valor do elemento entregue ou se for necessário reconhecer um elemento individual ao justo valor, é utilizado o método residual. O método residual calcula o montante a ser reconhecido para o componente entregue como sendo o valor remanescente depois da afetação do valor apropriado de receitas a todos os outros componentes.

Ativos e passivos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos, detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda (*financial assets available for sale – AFS*) e outros passivos financeiros. A classificação adequada dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no "Balanço consolidado".

Os instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como AFS são reconhecidos ou desreconhecidos à data da transação, que é a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou emissão ou recomprar o passivo financeiro.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica certos ativos financeiros e passivos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. São contabilizados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, respetivamente. Os resultados realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Ativos e passivos detidos para negociação – Os instrumentos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação. Os passivos detidos para negociação consistem principalmente em passivos derivados e posições curtas.

Instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos ativos e passivos financeiros que não correspondem à definição de ativos e passivos detidos para negociação são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para ser designado ao justo valor através de resultados, os ativos e passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os ativos e passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito, títulos de dívida e de capital e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Compromissos de crédito

Determinados compromissos de crédito são classificados como derivados detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados sob a opção do justo valor. Todos os restantes compromissos de crédito continuam a ser extrapatrimoniais. Por conseguinte, o Grupo não reconhece nem valoriza alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos *spreads* de crédito. No entanto, como se especifica em “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

Empréstimos

Os créditos incluem ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão admitidos à cotação num mercado ativo e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, detidos até à maturidade ou como ativos financeiros disponíveis para venda. Um mercado ativo existe quando as cotações estão pronto e regularmente disponíveis a partir de um câmbio, agente, corretor, grupo da indústria, serviço de preços ou agência reguladora e essas cotações representam transações de mercador reais que ocorrem regularmente ocorrem com base nos valores normais de mercado.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos são reconhecidos inicialmente ao preço da transação que representa o justo valor, que é o valor em numerário adiantado ao devedor. Adicionalmente, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e incrementais são incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. Deste grupo fazem parte os créditos relativamente aos quais tenha sido identificada pelo adquirente uma perda por imparidade antes do seu reconhecimento inicial pelo Grupo. O justo valor à data de aquisição integra os fluxos de caixa esperados que têm em conta a qualidade creditícia destes créditos, incluindo perdas incorridas, e torna-se a nova base do custo amortizado. Os juros e rendimentos similares são reconhecidos com recurso ao método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se há provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais”. Se os empréstimos são determinados como estando em imparidade, então uma provisão para perdas com empréstimos é reconhecido com um encargo correspondente à rubrica Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Os desembolsos deste tipo de

provisões para perdas com empréstimos identificadas após o seu reconhecimento inicial estão contemplados na rubrica Provisão para perdas de crédito. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos em que não se tenha registado qualquer montante para perdas são reconhecidas imediatamente através de um ajustamento do valor escriturado corrente, sendo o correspondente ganho reconhecido em juros e rendimentos similares.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e uma maturidade fixa que o Grupo tem a intenção positiva e capacidade de deter até à maturidade e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, créditos ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados inicialmente ao justo valor, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis e são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se há provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”. Se um investimento detido até à maturidade for considerado em imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que não são classificados ao justo valor através de resultados, créditos ou detidos até à maturidade são classificados como disponíveis para venda. Um ativo financeiro classificado como disponível para venda é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica “Rendimento de juros líquido”. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas em outro rendimento integral, a menos que o ativo seja objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto são registadas em outros rendimentos. Para ativos financeiros monetários classificados como disponíveis para venda (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados são reconhecidas em outro rendimento integral, como referido acima. Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda que são itens não monetários (instrumentos de capital), o ganho ou a perda que é reconhecido em outro rendimento integral inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, as evidências objetivas incluem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.

Se existirem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. Esta perda por imparidade para o período corresponde à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida disponível para venda em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque são consideradas como mais imparidades. Quaisquer aumentos subsequentes também são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados até que o ativo não seja mais considerado como estando em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida disponível para venda recupera para, pelo menos, o custo amortizado este já não se considera como estando em imparidade e as subsequentes alterações no justo valor são reportadas em outro rendimento integral.

A reversão de perdas por imparidade em investimentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas através da demonstração consolidada dos resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade são reconhecidos em outro rendimento integral.

Os ganhos e perdas realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os resultados não realizados registados em outro rendimento integral são transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda.

Estimativas Contabilísticas Críticas – Visto que a avaliação de provas objetivas de imparidade requer substanciais pareceres de gestão e a estimativa de imparidade poderia mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera a imparidade dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda enquanto estimativa contabilística crítica. Para informações adicionais, consulte a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda”.

Passivos financeiros

Com exceção dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros são valorizados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida.

Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo pode reclassificar determinados ativos financeiros das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ativos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda, para a categoria de créditos ou detidos até à maturidade. Para os ativos serem reclassificados tem de existir uma alteração clara da intenção da administração para com os ativos desde o reconhecimento inicial, e o ativo financeiro tem de se enquadrar na definição de crédito ou investimento detido até à maturidade à data da reclassificação. Além disso, tem que haver uma intenção e a capacidade para deter o ativo num futuro previsível, à data da reclassificação. Para investimentos detidos até à maturidade tem de existir uma intenção positiva e capacidade de deter o ativo até à maturidade.

Os ativos financeiros são reclassificados ao seu justo valor à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda já reconhecido na demonstração consolidada dos resultados não é revertido. O justo valor do instrumento à data de reclassificação passa a ser o novo custo amortizado do instrumento. Os fluxos de caixa esperados nos instrumentos financeiros são estimados à data de reclassificação e estas estimativas são utilizadas para calcular uma nova taxa de juro efetiva para os instrumentos. Se ocorrer um aumento subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados em ativos reclassificados em resultado de um aumento da recuperabilidade, o efeito desse aumento é reconhecido como um ajustamento à taxa de juro efetiva desde a data da alteração da estimativa, e não como um ajustamento ao valor escriturado do ativo à data da alteração da estimativa. Se ocorrer uma diminuição subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados, o ativo será objeto de um teste de imparidade como se descreve na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”. Qualquer alterações do momento dos fluxos de caixa de ativos reclassificados que não são considerados como imparidade são registadas como ajustamento ao valor escriturado do ativo.

Para instrumentos reclassificados de disponíveis para venda em créditos ou detidos até à maturidade, os eventuais ganhos ou perdas não realizados reconhecidos noutra rendimento integral são subsequentemente amortizados em juros e rendimentos similares utilizando a taxa de juro efetiva do instrumento. Se o instrumento for subsequentemente objeto de imparidade, qualquer perda não realizada detida noutra rendimento integral acumulado para aquele instrumento àquela data é imediatamente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Na medida em que os ativos classificados como créditos sejam reembolsados, reestruturados ou mesmo vendidos e o montante recebido seja inferior ao valor escriturado àquela data, será reconhecida uma perda na demonstração consolidada dos resultados como componente da provisão para perdas de crédito, se o crédito se encontrar em imparidade, ou em outros rendimentos, se o crédito não se encontrar em imparidade.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são liberados por agências de compensação central, tais como a Câmara de Compensação de Londres. O Grupo compensa igualmente os acordos de recompra e recompra inversos para os quais tem o direito de compensar e pretende liquidar numa base líquida ou realizar um ativo, bem como liquidar um passivo simultaneamente. Para mais informações, consulte a Nota 19, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

- os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Nos termos das IFRS, os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instru-

mentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controles e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" e a Nota 15, "Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor".

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

Estimativas contabilísticas críticas – A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados ao justo valor no balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, a componente derivada é designada por derivado embutido, enquanto a componente não derivada representa o contrato de acolhimento (*host contract*). Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento, e o próprio contrato híbrido não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do balanço consolidado do contrato de acolhimento. Alguns contratos híbridos são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

Contabilidade de cobertura

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros resultados. Na cobertura do risco cambial de títulos disponíveis para venda, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título são igualmente registados em outros resultados. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros resultados e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subseqüentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de

juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respectivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

O Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a direção possa determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes são revistas periodicamente. Esta avaliação tem em conta informações atuais e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Se existirem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda corresponde à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação e venda. A quantia escriturada dos créditos é reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serve para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que sejam individualmente significativos mas para os quais não existem evidências objetivas de imparidade, ou que não sejam individualmente significativos mas para os quais existe, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pode ser razoavelmente estimado. O montante da perda tem três componentes. A primeira componente é o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existem grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante é calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente é um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogêneos de menor valor, que são créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos são agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo é determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira componente representa uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não foram inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogêneos de menor valor. Os empréstimos que foram considerados não estar em imparidade quando avaliados numa base individual são incluídos no âmbito desta componente da dedução.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	
302	Confirmações – 479

Assim que um empréstimo é identificado como estando em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o acréscimo do valor presente líquido do montante abatido do empréstimo devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do empréstimo.

À data de cada balanço, todos os empréstimos em imparidade são revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida é reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considera que não existem perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já foi realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada são abatidos (o crédito e a provisão relacionada são retirados do balanço). Os créditos individualmente significativos para os quais existam provisões de perdas de crédito específicas são avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora é um facto indicativo, mas não determinante, para o reconhecimento de perdas. O reconhecimento de perdas só terá lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na posição financeira do devedor que o impeça de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixarem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.

No caso de créditos avaliados coletivamente, que são maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do reconhecimento de perdas depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo, bem como das exigências legais na jurisdição onde tem origem o empréstimo.

As recuperações subsequentes, se existirem, são creditadas na conta de dedução e são registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão para posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda são reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuir e a diminuição decorrer de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade é revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão é reconhecida em resultados.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados nos testes de imparidade individuais e coletivos podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidade nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente em circunstâncias de incerteza económica e financeira, como as vividas na recente crise financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, consequentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos que são considerados individualmente significativos a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação da dedução para carteiras de empréstimos homogêneos de menor saldo e para aqueles empréstimos que são individualmente significativos mas para os quais não existe nenhuma evidência objetiva de imparidade é calculada utilizando modelos estatísticos. Esses modelos estatísticos incorporam numerosas estimativas e juízos de

valor. O Grupo efetua uma revisão periódica dos modelos e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 20, “Créditos” e na Nota 21, “Provisão para perdas de crédito”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à recepção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”. Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção “Derivados e contabilidade de cobertura”. As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por “interesses retidos”). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads*. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de recompra inversos

Os títulos comprados com acordos de revenda (“acordos de recompra inversos”) e os títulos vendidos com “acordos de recompra” são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 23, “Ativos penhorados e recebidos como garantia”.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de acordos de recompra e acordos de recompra inversos que são geridas com base no justo valor.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Gasto de juros”.

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

O montante em dinheiro adiantado ou recebido é registado, respetivamente, nas rubricas "Títulos obtidos por empréstimo" e "Títulos cedidos por empréstimo" do balanço consolidado.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos emprestados a contrapartes que não são desreconhecidos do Balanço Consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 23, "Ativos penhorados e recebidos como garantia".

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Determinados investimentos não integrados não são atribuídos a uma unidade geradora de caixa. O teste de imparidade é realizado separadamente para cada um destes ativos.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de *software* de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de *software* capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou quando existirem indícios de imparidade depois do *software* estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 26, "Goodwill e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como "Juros e encargos similares".

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Estimativas contabilísticas críticas – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" ou a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento", respetivamente. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 30, "Provisões" contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se invertem no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de investimentos detidos para venda coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionada com o imposto diferido for reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

A atividade de seguros do Grupo no Reino Unido (Abbey Life Assurance Company Limited) esteve (até à sua alienação) sujeita a impostos sobre o rendimento aplicáveis aos retornos de investimento dos tomadores de seguros (imposto sobre os tomadores de seguros). Este imposto foi incluído nos gastos/benefícios de impostos sobre o rendimento do Grupo ainda que economicamente se tratasse de benefícios/despesa de impostos sobre o rendimento do tomador do seguro, o que reduziu/aumentou a responsabilidade do Grupo para com o tomador do seguro.

Estimativas contabilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade.

O Grupo crê que a estimativa contábilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contábilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A Nota 37, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (*additional paid-in capital* – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de venda e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, benéficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como *software* (só sistemas operativos). As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo benéficiações iniciais em imóveis adquiridos). As benéficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da benéficiação (que geralmente varia entre 3 a 18 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

As propriedades locadas por locação financeira são capitalizadas como ativos em ativos fixos tangíveis e depreciadas ao longo do período da locação.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de instalações, na qualidade de locatário. Os termos e condições destes contratos são avaliados e as operações de locação são classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras são inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador é incluído no balanço consolidado como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos de locação é a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação for viável, ou a taxa de empréstimo incremental. As rendas contingentes são reconhecidas como custos nos períodos em que ocorrem.

As rendas a pagar em locações operacionais são reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tem início quando o locatário passa a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação são tratados como uma redução do custo das rendas e são igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais são reconhecidas como custos no período em que ocorrem.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 36, "Benefícios dos empregados" contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rentabilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Obrigações de compra de ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como "Juros e encargos similares". Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio ("abordagem de gestão"). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sênior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sênior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio Global Markets e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sênior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

Seguros

A atividade de seguros do Grupo emitiu anteriormente dois tipos de contratos:

Contratos de seguro – São contratos de anuidade ou renda vitalícia e de seguro de vida universal ao abrigo dos quais o Grupo aceitou um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador do seguro), concordando em compensar o tomador do seguro no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar adversamente. Esses contratos mantêm-se como contratos de seguro até todos os direitos e obrigações se extinguirem ou expirarem. Conforme permitido pelas IFRS, o Grupo manteve as políticas contabilísticas de contratos de seguro que aplicava antes da adoção das IFRS (ou GAAP nos Estados Unidos). Estas políticas contabilísticas são descritas mais à frente.

Contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”) – Estes contratos não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. São medidos e reportados em consonância com outros passivos financeiros, que são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros detidos para garantir contratos de renda vitalícia foram classificados como instrumentos financeiros detidos para venda. Os ativos financeiros detidos para outros contratos de seguro e de investimento foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contratos de seguro

Os prémios de produtos de prémio único foram reconhecidos como rendimento quando recebidos. Esse momento correspondeu à data a partir da qual a apólice entrou em vigor. No caso de contratos de prémios periódicos, os valores a receber foram reconhecidos à data em que os pagamentos eram devidos. Os prémios foram apresentados antes da dedução de comissões. Quando as apólices foram anuladas por não recebimento dos prémios, todos os rendimentos relacionados com prémios acumulados mas não recebidos a partir da data em que foram considerados como anulados, líquidos de custos relacionados, foram compensados contra os prémios.

Os sinistros foram registados como custo à data em que são incorridos, e refletiram o custo de todos os sinistros reclamados durante o ano, incluindo participações nos resultados dos tomadores de seguros afetadas em antecipação de uma declaração de participação.

As reservas de apólices agregadas para contratos de seguro de vida universal foram iguais ao saldo da conta, que representa os prémios recebidos e retornos de investimento creditados à apólice, menos deduções por custos de

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

mortalidade e encargos. Relativamente a outros contratos de seguro ligados a fundos de investimento (*unit-linked insurance contracts*), a reserva de apólices representava o justo valor dos ativos subjacentes.

Relativamente aos contratos de renda vitalícia, o passivo foi calculado através da estimativa dos fluxos de caixa futuros ao longo da duração dos contratos em vigor e descontando-os à data da avaliação dando conta da probabilidade de ocorrência. Os pressupostos foram fixados à data de aquisição com provisões para desvios adversos adequadas. Este valor de passivo calculado foi testado face a um valor calculado utilizando as melhores estimativas de pressupostos e taxas de juro com base na taxa de rendibilidade (*yield*) sobre o custo amortizado dos ativos subjacentes. Se este teste tivesse gerado um valor mais elevado, o montante do passivo teria sido reajustado.

As reservas de apólices agregadas incluíram passivos por certas opções associadas aos produtos de pensões ligados a fundos de investimento (*unit-linked pension products*) do Grupo. Estes passivos foram calculados com base em obrigações contratuais utilizando pressupostos atuariais.

Os testes de adequação das responsabilidades foram realizados às carteiras de seguros com base em sinistros futuros estimados, custos, prémios obtidos e rendimentos de investimento proporcionais. No caso de contratos de longa duração, se a experiência real relativa a taxas de rendibilidade de investimento, mortalidade, morbilidade, cessação ou encargos indicar que as responsabilidades contratuais existentes, juntamente com o valor presente dos prémios brutos futuros, não seriam suficientes para cobrir o valor presente de benefícios futuros e para recuperar custos de aquisição de apólices diferidos, então seria reconhecida uma deficiência de prémios.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de seguros incrementais e investimentos foram diferidos na medida em que se espera que fossem recuperáveis a partir das futuras margens de lucro nestes contratos. Estes custos seriam amortizados sistematicamente ao longo de um período não superior ao período em que se espera que sejam recuperados a partir destas margens futuras.

Contratos de investimento

Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento. Estas responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço.

Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Os ativos financeiros por contratos de investimento são registados ao justo valor, sendo as alterações do justo valor e compensação de alterações do justo valor dos passivos financeiros correspondentes registadas em resultados.

Resseguro

Os prémios cedidos a resseguros e recuperações de resseguros sobre benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros são reportados em gastos e rendimentos, consoante o caso. Os ativos e passivos relacionados com resseguros são reportados numa base bruta quando significativos. Os montantes cedidos a resseguradoras de reservas para contratos de seguros são estimados de forma consistente com o risco ressegurado. Por conseguinte, os proveitos e custos relacionados com contratos de resseguro são reconhecidos de forma consistente com o risco subjacente ao negócio ressegurado.

Todos os novos acordos de resseguro material estão sujeitos à aprovação do Conselho local. Depois de transacionados, são sujeitos a uma revisão regular de risco de crédito, incluindo uma avaliação da exposição total e eventual provisão de crédito e garantia. A imparidade é determinada em conformidade com a política contabilística do Grupo, "Imparidade de ativos financeiros".

02 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contabilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contabilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2016 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 1

Em 1 de janeiro de 2016, o Grupo adotou as alterações à IAS 1, "Apresentação de demonstrações financeiras", que resultaram como parte de uma iniciativa para melhorar a apresentação e divulgação dos relatórios financeiros. Estas alterações clarificam que o princípio de materialidade aplica-se à totalidade das demonstrações financeiras, que o parecer profissional deverá ser aplicado na determinação de divulgações e que a inclusão de dados imateriais pode reduzir a eficácia das divulgações. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Melhorias para o ciclo das IFRS 2012-2014

Em 1 de janeiro de 2016, o Grupo adotou alterações a várias normas IFRS, resultado dos projetos anuais de melhorias do IASB no ciclo 2012-2014. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contabilísticas

As seguintes diretrizes contabilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

Pagamentos baseado em ações da IFRS 2

Em junho de 2016, o IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade) emitiu alterações de âmbito limitado à IFRS 2, "Pagamento baseado em ações", que clarificam a contabilidade para determinados tipos de transações relativas ao pagamento baseado em ações. As alterações que foram desenvolvidas pelo Comitê de Interpretação das IFRS clarificam a contabilidade para as transações relativas ao pagamento baseado em ações, liquidado em numerário, que incluem uma condição de desempenho, a classificação de transações relativas ao pagamento baseado em ações com liquidação líquida e a contabilidade para modificações de transações relativas ao pagamento baseado em ações de liquidação em numerário para liquidação em capital próprio. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto das clarificações da IFRS 2. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

IFRS 9, Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", que substitui a IAS 39, "Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição". A IFRS 9 introduz novos requisitos para o modo como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros, requer alterações para o relato de "crédito próprio" no que diz respeito aos passivos de dívida emitidos que são designados ao justo valor, substitui as regras atuais para a imparidade de ativos financeiros e altera os requisitos de contabilidade de cobertura. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 9 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. A norma foi aprovada pela UE. Com base em dados de 31 de dezembro de 2016 e no estado atual de implementação da IFRS 9, tal como descrito mais detalhadamente abaixo, o

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Grupo estima a adoção da IFRS 9 para conduzir a uma redução geral no total do capital acionista do Grupo de aproximadamente mil milhões de euros antes de impostos. Esta redução é predominantemente levada a cabo pelos requisitos de imparidade da IFRS 9.

Programa de implementação

O Grupo tem um programa para a IFRS 9 gerido centralmente, promovido pelo diretor financeiro do Grupo e que inclui especialistas na matéria da metodologia, origem de dados e modelos, relato e processamento informático. O trabalho do Grupo até à data abrangeu a execução de uma avaliação da população de instrumentos financeiros afetados pelos requisitos de classificação e medição da IFRS 9 e o desenvolvimento de uma metodologia de imparidade para apoiar o cálculo da provisão de perdas de crédito esperadas. Especificamente, ao longo de 2016, o Grupo desenvolveu a sua abordagem quanto à avaliação do aumento significativo no risco de crédito, introduzindo informações relativas ao futuro, incluindo os fatores macroeconómicos (a serem implementados em 2017) e à preparação dos sistemas informáticos necessários e arquitetura de processos. O Grupo prevê a execução de aplicações paralelas em 2017 para assegurar a leitura processual, melhorando assim ainda mais a qualidade de dados dos novos dados necessários.

O governo geral do programa de implementação é feito através do Comité de Orientação da IFRS 9 e inclui representação dos departamentos financeiro, de gestão do risco e informático. As orientações e o enquadramento da IFRS 9 no Grupo são feitos em todos os negócios e funcionam como parte dos sistemas de controlo interno do Grupo. O Grupo está em processo de melhoramento do seu quadro de governação existente de modo a assegurar que vigoram controlos e validações adequadas no que diz respeito a novos processos-chave e áreas significativas de juízo. A governação no que diz respeito ao processo de cálculo das perdas de crédito esperadas é dividida entre os departamentos de risco e financeiro.

Classificação e medição de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9 requer que o modelo de negócio de uma entidade e os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro determinem a respetiva classificação e medição nas demonstrações financeiras. Aquando do reconhecimento inicial, cada um dos ativos financeiros será classificado como justo valor através de resultados (fair value through profit or loss, "FVTPL"), custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral (fair value through Other Comprehensive Income, "FVOCI"). Como os requisitos nos termos da IFRS 9 são diferentes das avaliações nos termos das regras existentes da IAS 39, são de esperar algumas diferenças de classificação e medição de ativos financeiros, ao abrigo da IAS 39. A classificação e medição de passivos financeiros permanecem amplamente inalteradas nos termos da IFRS 9 quanto a requisitos atuais.

Em 2016, o Grupo fez uma determinação inicial de modelos de negócios e avaliou as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros para determinar as potenciais alterações de classificação e medição como resultado da IFRS 9. Como resultado da análise levada a cabo até agora, o Grupo identificou uma população de ativos financeiros que se espera virem a ser medidos ou a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral, que estará sujeito às regras de imparidade da IFRS 9. Contudo, o impacto efetivo que a classificação e medição da IFRS 9 terá no Grupo está essencialmente dependente dos modelos de negócios e do inventário de ativos financeiros que existem na data de entrada em vigor e como tal, o Grupo reconduzirá a nossa análise durante 2017, tendo em conta quaisquer alterações nas estratégias de negócio e a composição de ativos financeiros.

Sempre que os passivos de dívida emitidos são designados ao justo valor, os movimentos de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio de uma entidade serão reconhecidos no outro rendimento integral, em vez de serem reconhecidos na Demonstração dos resultados. A norma também permite ao Grupo a opção de eleger a aplicação antecipada da apresentação de movimentos de justo valor do risco de crédito de uma entidade em Outro rendimento integral antes de adotarem totalmente a IFRS 9. O Grupo não adotou antecipadamente este requisito.

Imparidade de ativos financeiros

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se aos ativos financeiros que são medidos a custo amortizado ou a FVOCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente «ativos financeiros»).

A determinação das perdas e dedução por imparidade passará de um modelo de perdas de crédito incorridas em que as perdas de crédito são reconhecidas quando um evento de perda definida ocorrer nos termos da IAS 39 para um modelo de perda esperada nos termos da IFRS 9, em que as provisões são retiradas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro (ou na data em que o Grupo se torna parte do compromisso de crédito ou garantia financeira), com base em expectativas de perdas de crédito potenciais àquela data nos termos da IFRS 9. Atualmente, o Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade disponíveis durante a avaliação individual.

Nos termos da IFRS 9 para ativos financeiros originados ou comprados, o Grupo irá reconhecer uma provisão para perda num montante igual a 12 meses de perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito à data de reporte não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial (Fase 1). Este montante representa as perdas de crédito esperadas resultantes dos eventos de incumprimento possíveis nos próximos 12 meses. Os proveitos de juros são calculados no montante bruto do valor escriturado para os ativos financeiros na Fase 1.

A IFRS 9 exige o reconhecimento das perdas de crédito na duração restante dos ativos financeiros ("perdas esperadas na duração") que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito (Fase 2) e dos ativos financeiros com imparidade de crédito à data de reporte (Fase 3). As perdas de crédito esperadas na duração representam todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um instrumento financeiro. O Grupo potencializa os indicadores de gestão do risco existentes (por ex., lista de vigilância e mecanismo de desencadeamento de indulgência), alterações na notação de crédito e a tomada em consideração de informações razoáveis e suportáveis que permitem ao Grupo identificar se o risco de crédito de ativos financeiros aumentou ou não significativamente. Este processo inclui informações que são consideradas relativas ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos. Para além disso, os ativos financeiros serão transferidos para a Fase 2 em caso de vencimento igual ou superior a 30 dias. Os proveitos de juros são calculados no montante bruto do valor escriturado para os ativos financeiros na Fase 2.

Como principal definição de ativos financeiros com imparidade de crédito transferidos para a Fase 3, o Grupo vai aplicar a definição de incumprimento estabelecida no artigo 178.º do CRR. Os proveitos de juros são calculados com base no montante líquido escriturado apenas para aqueles ativos financeiros. Têm de ser tidas em consideração as informações relativas ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos para medir as perdas de crédito esperadas nos termos da IFRS 9.

A IFRS 9 não distingue entre instrumentos financeiros individualmente significativos dos que não são individualmente significativos. Por conseguinte, o Grupo decidiu medir a provisão para perdas de crédito numa base de transação individual. De forma idêntica, a avaliação da transferência de ativos financeiros entre as Fases 1, 2 e 3 será feita numa base de transação individual. Para informações detalhadas relativas à abordagem atual sobre imparidades nos termos da IAS 39, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

O Grupo utiliza três componentes principais para medir as perdas de crédito esperadas, que são a probabilidade de incumprimento ("PD"), a perda em caso de incumprimento ("LGD") e a exposição a incumprimento ("EAD"). Deste modo, o Grupo potencializa tanto quanto possível os parâmetros existentes do quadro regulamentar e das práticas de gestão do risco ao nível das transações. Para fins da IFRS 9, a provisão para perdas de crédito é afetada por uma variedade de características-chave, tais como, entre outras, o saldo esperado em incumprimento e o perfil de amortização relacionado, assim como a duração esperada do ativo financeiro. Como consequência, a provisão para perdas de crédito para os ativos financeiros da Fase 2 irão aumentar com a duração esperada ou a exposição a incumprimento esperada. Incorporar previsões de condições económicas futuras na medição das perdas de crédito esperadas irá

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

também causar um impacto na provisão para perdas de crédito em cada uma das fases. Para calcular as perdas de crédito esperadas na duração, o cálculo do Grupo inclui a obtenção de probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões econômicas. Para determinar se um ativo financeiro tem imparidade de crédito, tendo por isso de ser classificado como Fase 3, um ou mais eventos têm de ser identificados como tendo um impacto prejudicial nos fluxos de caixa estimados futuros.

Como resultado da IFRS 9, existirá um aumento na subjetividade já que a provisão para perdas de crédito será baseada em informações razoáveis e suportáveis relativas ao futuro que têm em consideração os cenários macroeconômicos futuros, tais como fornecidos pelo Deutsche Bank Research. Estes cenários macroeconômicos são monitorizados continuamente e para além de serem usados para o cálculo das perdas de crédito esperadas do Grupo, esta informação forma igualmente a base para a execução do planeamento de capital e testes de esforços do Grupo. Esta informação fornecida pelo Deutsche Bank Research é usada para gerar possíveis cenários futuros ao utilizar a infraestrutura de testes de esforço do Grupo com alterações adequadas para se alinhar com os requisitos da IFRS 9. O Grupo está em processo de análise de sinergias com os processos de previsão de capital e de testes de esforço. O impacto de transição e os efeitos resultantes da aplicação contínua da IFRS 9 refletem-se no planeamento de capital do Grupo para 2018 e em diante. O uso geral de informação relativa ao futuro, incluindo fatores macroeconômicos assim como ajustes que têm em conta os fatores extraordinários, será monitorizado por um quadro de governação.

Estima-se que a IFRS 9 resulte num aumento do nível global de provisões para perdas de crédito, tal como indicado acima. Este aumento estimado é motivado pelo requisito de registar uma provisão igual a 12 meses de perdas de crédito esperadas cujo risco de crédito não aumentou significativamente desde o conhecimento inicial e por uma população maior de ativos financeiros aos quais têm de ser aplicadas as perdas esperadas na duração.

Contabilidade de cobertura

Na IFRS 9 também estão integradas novas regras de contabilidade de cobertura que têm por objetivo alinhar a contabilidade de cobertura com práticas de gestão do risco. De um modo geral, foram retiradas algumas restrições ao abrigo das regras atuais e foi disponibilizada uma grande variedade de instrumentos de cobertura e elementos cobertos para a contabilidade de cobertura.

IFRS 15, Proveitos de contratos com clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15, “Proveitos de contratos com clientes”, que especifica como e quando os proveitos são reconhecidos, mas que não possui impacto no reconhecimento de rendimento relacionado com os instrumentos financeiros no âmbito da IAS 39/IFRS 9. A IFRS 15 substitui várias outras normas e interpretações IFRS que regulam atualmente o reconhecimento dos proveitos nos termos da IFRS e fornece um modelo simples de cinco passos baseado em princípios a ser aplicado a todos os contratos com clientes. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 15 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. A IFRIC 15 não terá um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. A norma foi aprovada pela UE.

IFRS 16, Locações

Em janeiro de 2016, o IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade) emitiu a IFRS 16, “Locações”, que introduz um modelo de contabilização de locatário único e que requer que um locatário reconheça os ativos e os passivos para todas as locações com um termo que não seja superior a 12 meses, a não ser que os ativos subjacentes tenham um valor reduzido. É exigido que um locatário reconheça um ativo com direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação. Haverá apenas pequenas alterações na contabilização atual dos locadores. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 16 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 16. A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2016, 2015 e 2014

Durante 2016, 2015 e 2014, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Aquisições e alienações de participações minoritárias com retenção do controle

Durante 2016 e 2015, o Grupo não participou em aquisições ou alienações de participações minoritárias enquanto retinha o controle das respectivas subsidiárias.

Postbank

Com a conclusão do acordo de domínio com o Deutsche Postbank AG (“Postbank”) em 2012, o Deutsche Bank desreconheceu, no total do capital próprio do Grupo, a participação minoritária remanescente de 248 milhões de euros no Postbank, uma vez que os acionistas minoritários deixaram de aceder aos riscos e benefícios da detenção de ações do Postbank. Até 31 de dezembro de 2014, um total de aproximadamente 0,5 milhões de ações do Postbank (iguais a aproximadamente 0,22% do total de ações em circulação do Postbank) foram oferecidas por acionistas minoritários ao Deutsche Bank ao abrigo do acordo de domínio, aumentando deste modo a participação direta do Grupo no capital do Postbank para aproximadamente 94,1% na altura.

Em 22 de abril de 2015, o Deutsche Bank assinou um acordo para comprar 5,9 milhões (2,7%) das ações do Postbank, aumentando a participação do Grupo de 94,1% para 96,8%. No geral, a transação resultou numa perda antes do imposto sobre o rendimento de aproximadamente 92 milhões de euros registados em C&A no segundo trimestre de 2015. Em 27 de abril de 2015, o Deutsche Bank solicitou ao Postbank que preparasse uma aquisição aos acionistas minoritários em seguimento do artigo 327.º-A et seq. da lei alemã relativa às sociedades por ações. Na solicitação de aquisição especificada feita ao Postbank em 7 de julho de 2015, o montante da compensação em numerário foi estabelecido em 35,05 euros por ação do Postbank. Após a aprovação da aquisição na Assembleia-Geral Anual do Postbank que teve lugar em 28 de agosto de 2015, foi registada uma perda antes do imposto sobre o rendimento de 69 milhões de euros, no terceiro trimestre de 2015, em C&A. Após um procedimento de autorização em sede do Tribunal Regional Superior de Colónia, a aquisição foi introduzida no registo comercial em 21 de dezembro de 2015. Na liquidação efetuada em 30 de dezembro de 2015, o Deutsche Bank adquiriu os restantes 3,2% de ações do Postbank para uma contrapartida total de 245 milhões de euros, passando assim a deter direta e indiretamente 100% das ações do Postbank.

As ações do Postbank foram retiradas de todas as bolsas de valores entre 21 de dezembro de 2015 e 13 de janeiro de 2016.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

Alienações

Em 2016, 2015 e 2014, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações incluem principalmente negócios que o Grupo já tinha anteriormente classificado como detidos para venda, incluindo os da Abbey Life e Maher Terminals Port Elizabeth, que foram alienados em 2016 (para mais informações sobre estas duas transações, consulte a Nota 27 “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”). A contrapartida total em numerário, recebida por estas alienações em 2016, 2015 e 2014, foi de 2,0 mil milhões de euros, 555 milhões de euros e 1,9 mil milhões de euros, respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2016	2015	2014
Caixa e seus equivalentes	0	0	0
Todos os restantes ativos	14 858	443	8 346
Total do ativo alienado	14 858	443	8 346
Total do passivo alienado	12 250	52	6 602

04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

A partir do primeiro trimestre de 2014, o rendimento de juros líquido como uma componente da receita líquida, resultado antes do imposto sobre o rendimento e rácios conexos, é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA de Global Markets. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta alteração na apresentação resultou num aumento do rendimento de juros líquido da Global Markets de 126,4 milhões de euros no exercício de 2016 (122,8 milhões de euros no exercício de 2015 e 65,4 milhões de euros no exercício de 2014). Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&A. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável do rendimento de juros líquido, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 35%. Os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA detidos pela NCOU não estão a ser apresentados num equivalente plenamente tributável devido a abordagens diferentes na gestão de atividades essenciais e não essenciais.

Segmentos de negócio

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. De uma forma geral, as reexpressões devido a alterações na estrutura organizacional foram implementadas na apresentação de elementos comparáveis do período anterior, se tiverem sido consideradas nos sistemas de relatório de gestão do Grupo.

A partir de 2016 em diante e em conformidade com os nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, as nossas operações de negócio foram organizadas de acordo com os seguintes segmentos:

- Global Markets (“GM”),
- Corporate & Investment Banking (“CIB”),
- Private, Wealth and Commercial Clients (“PW&CC”),
- Deutsche Asset Management (“Deutsche AM”),
- Postbank (“PB”) e

– Non-Core Operations Unit (“NCOU”)

As principais alterações em 2016 são descritas abaixo.

Global Markets (“GM”) – A partir do primeiro trimestre de 2016, o segmento GM incluiu as atividades de vendas e negociação do nosso antigo segmento Corporate Banking & Securities (“CB&S”). Os proveitos relacionados com determinadas atividades de financiamento anteriormente incluídos em “Produtos de crédito” no segmento CB&S foram incluídos em “Sales & Trading - dívida e outros produtos”. Os ganhos/perdas do valor de mercado relacionados com a redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) no ajustamento da avaliação de crédito (CVA), ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) e determinados ajustamentos na metodologia de cálculo do CVA reportados anteriormente nos proveitos de “Sales & Trading” foram incluídos em “Outros”. O ajustamento da avaliação de dívida (DVA) continuou a ser reportado em “Outros”. Esta categoria incluiu também transferências de e para o nosso segmento Corporate & Investment Banking (“CIB”), resultando da cobertura de clientes e distribuição de produtos. Para além disso, no segundo trimestre de 2016, a transferência de negócios do segmento Deutsche AM para o GM resultou na reatribuição de *goodwill* com base em valores relativos em conformidade com a IFRS. A revisão de imparidade subsequente conduziu a uma perda por imparidade de 285 milhões de euros no segmento Global Markets.

Corporate & Investment Banking (“CIB”) – A partir do primeiro trimestre de 2016, o segmento CIB combinou os componentes de negócio de Corporate Finance das nossas antigas áreas de negócio Corporate Banking and Securities (“CB&S”) e Global Transaction Banking (“GTB”). As transferências de e para o nosso segmento Global Markets relacionadas com a cobertura de clientes e distribuição de produtos foram incluídas em “Produtos de crédito & Outros”.

Private, Wealth and Commercial Clients (“PW&CC”) – No segmento PW&CC, no primeiro trimestre de 2016, combinámos as nossas áreas de negócios Private and Commercial Clients (“PCC”) alemã e internacional, anteriormente incluídas no segmento Private & Business Clients (“PBC”) com as atividades de Wealth Management (“WM”) anteriormente incluídas no Deutsche Asset & Wealth management (“DeAWM”). Os proveitos do Hua Xia Bank são apresentados separadamente no segmento PW&CC para refletir a alienação deste investimento como parte dos nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015.

Deutsche Asset Management (“Deutsche AM”) – A partir do primeiro trimestre de 2016, o segmento Deutsche AM passou a conter as atividades de Asset Management incluídas no nosso anterior segmento DeAWM e a centrar-se em disponibilizar soluções de investimento a instituições e intermediárias que servem clientes individuais. No segundo trimestre de 2016, a transferência de negócios para o segmento GM resultou numa reatribuição de *goodwill* do Deutsche AM para o GM com base em valores relativos em conformidade com as IFRS.

Postbank (“PB”) – Para refletir a desconsolidação planeada tal como formulada nos nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, em vigor a partir do primeiro trimestre de 2016, o PB foi apresentado como um segmento em separado, combinando tanto componentes essenciais como não essenciais do Postbank anteriormente registados no nosso segmento NCOU. Os números comunicados no segmento Postbank irão desviar-se do relato individual separado do Postbank como consequência dos efeitos de consolidação e do impacto das rubricas de afetação do preço de compra.

Non-core Operations Unit (“NCOU”) – Constituindo uma das alterações principais se realizarmos uma comparação com a nossa estrutura anterior, a partir do primeiro trimestre de 2016, o nosso segmento NCOU já não contém os componentes não essenciais supramencionados relacionados com o Postbank.

As perdas por imparidade de *goodwill* nos nossos resultados de 2015 relacionados com o CB&S e PBC foram afetadas aos novos segmentos Global Markets/Corporate & Investment Banking e PW&CC/Postbank, respetivamente, com base nos balanços de *goodwill* relacionados com estas unidades de negócio, anteriores à imparidade do terceiro trimestre de 2015.

Determinadas atividades de Liquidity Management anteriormente incluídas nos nossos segmentos de negócio, são agora geridas centralmente pela Tesouraria e, por conseguinte, foram transferidas para Consolidation & Adjustments, a partir do primeiro trimestre de 2016, e são refletidas nos nossos segmentos de negócios numa base de afetação. No

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

segundo trimestre de 2016, a nossa área de negócio Liquidity Portfolio da Ásia excluindo Japão foi transferida do segmento Global Markets para a Tesouraria.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada no "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Grupo Deutsche Bank: divisões corporativas: Consolidation & Adjustments". A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS raramente são utilizados nos relatórios de gestão do Grupo e representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição ao justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS (por exemplo, no caso de determinados instrumentos financeiros nos registos contabilísticos do Grupo referentes às divisões GM e PW&CC) e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (sobretudo na GM) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como um componente de resultados antes de impostos para as unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&A) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam o resultado líquido de juros externo do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento, com preços de transferência referentes ao acesso de financiamento do Grupo nos mercados grossistas. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o crédito de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas de avaliação incluem:

Capital próprio médio dos acionistas – O capital próprio médio dos acionistas é calculado como uma média do total do capital acionista nos termos das IFRS, no início e no fim do período. O montante total do capital próprio médio dos acionistas atribuído continua a ser determinado com base no valor mais elevado da nossa exposição ao risco económico global e procura de capital regulamentar. A partir de 2016, o Grupo aperfeiçoou a respetiva afetação de capital e passou a afetar o capital próprio médio dos acionistas em vez do capital próprio ativo médio aos segmentos de negócio. Ao abrigo da nova metodologia, o capital detido por conta de *goodwill* e outros intangíveis encontra-se agora afetado de forma mais abrangente, permitindo a determinação de capital próprio tangível dos acionistas afetado para refletir o objetivo de rentabilidade comunicado. O requisito de exposição de risco económico global do Grupo é conduzido pelos nossos limites de adequação de capital interno para o estatuto de "normal", tal como definido no quadro de apetência pelo risco do Grupo DB. A partir de janeiro de 2016, a procura de capital regulamentar é baseada nos nossos rácios alvo comunicados externamente, por ex., um rácio alvo *Common Equity Tier 1* de 12,5% (10% no início de 2015 e 11% a partir de junho de 2015 em diante) e num rácio alvo de alavancagem de 4,5% (3,5% no início de 2015 e 5% a partir de junho de 2015 em diante), ambos a nível do Grupo e assumindo a implementação completa das regras

CRR/CRD IV. Se o Grupo exceder o rácio alvo de *Common Equity Tier 1* e o rácio alvo de alavancagem, é atribuído o capital próprio médio dos acionistas em excesso à divisão C&A. A afetação de capital próprio médio dos acionistas a segmentos de negócio reflete a contribuição a ambos os objetivos supramencionados. O capital próprio médio dos acionistas do segmento em dezembro de 2014 representa os valores à vista para o período. A diferença entre os valores à vista dos segmentos e o montante médio do grupo é captada na divisão C&A.

Resultados de operações dos segmentos

Para os resultados dos segmentos de negócios, incluindo a reconciliação para o resultado operacional consolidado sob a IFRS, consultar "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: resultados de operações dos segmentos".

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre as componentes de receitas líquidas, consultar o "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respetivamente. A informação apresentada para as divisões GM, CIB, PW&CC, AM, PB e NCOU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para C&A são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&A é detida centralmente.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

em milhões de euros	2016	2015	2014
Alemanha:			
Global Markets	533	444	538
Corporate & Investment Banking	1 391	1 498	1 595
Private, Wealth & Commercial Clients	4 198	4 162	4 513
Deutsche Asset Management	888	963	906
Postbank	3 366	3 113	3 259
Non-Core Operations Unit	221	105	132
Total da Alemanha	10 597	10 284	10 942
Reino Unido:			
Global Markets	3 411	4 114	2 739
Corporate & Investment Banking	888	1 192	998
Private, Wealth & Commercial Clients	83	77	76
Deutsche Asset Management	836	748	679
Postbank	0	(0)	(0)
Non-Core Operations Unit	(322)	(73)	8
Total do Reino Unido	4 896	6 059	4 498
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
Global Markets	261	305	550
Corporate & Investment Banking	1 278	1 337	1 275
Private, Wealth & Commercial Clients	2 360	2 110	2 317
Deutsche Asset Management	502	407	351
Postbank	0	0	0
Non-Core Operations Unit	23	9	2
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	4 425	4 167	4 494
Américas (principalmente Estados Unidos):			
Global Markets	3 140	3 526	4 176
Corporate & Investment Banking	2 803	2 696	2 565
Private, Wealth & Commercial Clients	624	691	588
Deutsche Asset Management	578	727	538
Postbank	0	0	(21)
Non-Core Operations Unit	(305)	754	345
Total das Américas	6 840	8 394	8 192
Ásia e Pacífico:			
Global Markets	1 945	2 469	2 067
Corporate & Investment Banking	1 122	1 323	1 234
Private, Wealth & Commercial Clients	451	469	375
Deutsche Asset Management	216	176	169
Postbank	0	(0)	0
Non-Core Operations Unit	1	(0)	2
Total de Ásia e Pacífico	3 736	4 436	3 847
Consolidation & Adjustments	(479)	184	(26)
Proveitos líquidos consolidados¹	30 014	33 525	31 949

¹ Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros

	2016	2015	2014
Juros e rendimentos similares:			
Depósitos remunerados em bancos	684	499	683
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	359	377	408
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	1 313	1 292	1 341
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	205	300	97
Empréstimos	12 311	12 219	11 820
Rendimento de juros em títulos detidos até à maturidade	67	0	0
Outros	1 417	783	848
Total de juros e rendimentos similares não ao justo valor através de resultados	16 357	15 470	15 196
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	9 279	10 496	9 805
Total de juros e rendimentos similares	25 636	25 967	25 001
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	2 583	2 764	3 210
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	255	153	160
Outros empréstimos a curto prazo	179	229	214
Dívida a longo prazo	1 759	1 480	1 882
Títulos fiduciários preferenciais	437	568	785
Outros	1 083	357	214
Total de gastos de juros ao justo valor através de resultados	6 295	5 552	6 465
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4 634	4 534	4 264
Total de gasto de juros	10 929	10 086	10 729
Rendimento de juros líquido	14 707	15 881	14 272

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 63 milhões de euros, 67 milhões de euros e 94 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014, respetivamente.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2016	2015	2014
Rendimentos de negociação:			
Sales & Trading (ações)	608	542	2 125
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	3 462	4 108	3 203
Total Sales & Trading	4 071	4 649	5 329
Outros rendimentos de negociação	(3 524)	(775)	(922)
Total de rendimentos de negociação	547	3 874	4 407
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	(3)	3	(15)
Títulos obtidos/cedidos por empréstimo	1	0	0
Créditos e compromissos de crédito	(109)	(453)	(20)
Depósitos	(28)	0	(1)
Dívida a longo prazo ¹	303	761	(538)
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	691	(344)	467
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	854	(32)	(108)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 401	3 842	4 299

¹ Inclui 0 milhões de euros, (0,5) milhões de euros e 48 milhões de euros decorrentes de estruturas de titularização nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014, respetivamente. Os movimentos de justo valor em instrumentos relacionados de 0 milhões de euros, 0,8 milhões de euros e (315) milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014, respetivamente, são reportados em rendimentos de negociação. O total destes ganhos e perdas representa a quota do Grupo das perdas nestas estruturas de titularização consolidadas.

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2016	2015	2014
Rendimento de juros líquido	14 707	15 881	14 272
Rendimentos de negociação ¹	547	3 874	4 407
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	854	(32)	(108)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1 401	3 842	4 299
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	16 108	19 723	18 570
Sales & Trading (ações)	1 979	2 887	2 639
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	7 452	8 215	7 328
Total Sales & Trading	9 431	11 102	9 967
Outros	(204)	(360)	(785)
Global Markets	9 227	10 742	9 182
Corporate & Investment Banking	2 090	2 215	1 969
Private, Wealth & Commercial Clients	3 877	3 862	3 973
Deutsche Asset Management	364	255	398
Postbank	2 175	2 316	2 165
Non-Core Operations Unit	(1 261)	(353)	(310)
Consolidation & Adjustments	(363)	685	1 193
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	16 108	19 723	18 570

¹ Os rendimentos de negociação incluem os resultados de derivados não qualificados para contabilidade de cobertura.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre rendimento de juros líquido ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão do Grupo e por produto dentro da divisão Global Markets.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2016	2015	2014
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões	14 999	16 412	15 746
Encargos com serviços e comissões	3 255	3 647	3 337
Resultado líquido de serviços e comissões	11 744	12 765	12 409

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultado líquido de serviços e comissões:			
Rendimento líquido de serviços e comissões de atividades fiduciárias	4 287	4 480	3 745
Comissões líquidas, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários	3 305	4 134	4 033
Comissões líquidas por outros serviços aos clientes	4 152	4 151	4 632
Resultado líquido de serviços e comissões	11 744	12 765	12 409

07 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos em títulos de dívida:	229	48	153
Resultados líquidos na alienação	230	58	144
Imparidades	(1)	(10)	9
Resultados líquidos em títulos de capital:	79	104	109
Resultados líquidos na alienação/remedição	96	156	121
Imparidades	(17)	(52)	(12)
Resultados líquidos em empréstimos:	6	52	(9)
Resultados líquidos na alienação	21	83	16
Imparidades	(15)	(31)	(25)
Reversão de imparidades	0	0	0
Resultados líquidos em outros interesses de capital:	339	1	(12)
Resultados líquidos na alienação	348	14	9
Imparidades	(9)	(13)	(21)
Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	653	203	242

Ver também a Nota 16, "Ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

08 – Outros rendimentos

em milhões de euros	2016	2015	2014
Outros rendimentos:			
Rendimento líquido de propriedades de investimento	31	40	57
Resultados líquidos na alienação de propriedades de investimento	(45)	(18)	5
Resultados líquidos na alienação de subsidiárias consolidadas	(3)	(24)	18
Resultados líquidos na alienação de créditos	(128)	237	(2)
Prêmios de seguros ¹	89	108	141
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(370)	(910)	(1 349)
Investimentos consolidados	362	470	949
Outros rendimentos restantes ²	1 118	763	290
Total de outro resultado	1 053	669	108

¹ Líquidos de prêmios de resseguros pagos. A evolução deve-se sobretudo à Abbey Life Assurance Company Limited.

² Inclui ganhos líquidos de 744 milhões de euros, 237 milhões de euros e 111 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respetivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2016	2015	2014
Despesas gerais e administrativas:			
Despesas de TI	3 872	3 664	3 333
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 972	1 944	1 978
Taxas de serviços profissionais	2 305	2 283	2 029
Comunicações e serviços de dados	761	807	725
Despesas de deslocação e representação	450	505	521
Encargos bancários e de transações	664	598	660
Despesas de <i>marketing</i>	285	294	293
Investimentos consolidados	334	406	811
Outras despesas ¹	4 812	8 129	4 305
Despesas totais gerais e administrativas	15 454	18 632	14 654

¹ Inclui despesas relacionadas com litígios de 2,4 mil milhões de euros em 2016, 5,2 mil milhões de euros em 2015 e 1,6 mil milhões de euros em 2014. Para mais informações sobre litígios ver Nota 30, "Provisões".

10 – Reestruturação

A reestruturação forma parte dos objetivos do Grupo originalmente anunciados em outubro de 2015. Contém iniciativas para reposicionar a banca de investimentos, reformular o negócio do retalho, racionalizar a pegada geográfica e transformar o modelo operacional - com o objetivo de conseguir poupanças líquidas de 1,0 a 1,5 mil milhões até 2018.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prêmios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

em milhões de euros	2016	2015	2014
Global Markets	(127)	(89)	(92)
Corporate & Investment Banking	(165)	(39)	(29)
Private, Wealth & Commercial Clients	(141)	(585)	(9)
Deutsche Asset Management	(47)	2	3
Non-Core Operations Unit	(4)	1	(4)
Consolidation & Adjustments	0	0	(1)
Total de encargos líquidos de reestruturação	(484)	(710)	(133)

A maioria dos gastos líquidos de reestruturação de 2016 relaciona-se com as funções de infraestrutura que são afetadas às divisões, ao passo que o pessoal de infraestrutura afetado pelos programas de reestruturação é mostrado separadamente na tabela abaixo.

em milhões de euros	2016	2015	2014
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	(491)	(663)	(124)
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	(432)	(602)	(94)
Aceleração de retenção	(54)	(61)	(29)
Segurança social	(5)	(0)	(1)
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	7	(46)	(9)
Total de encargos líquidos de reestruturação	(484)	(710)	(133)

As provisões para reestruturação ascenderam a 741 milhões de euros e 651 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos dois anos seguintes.

Durante 2016, 1 451 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2015: 662).

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2016	2015
Global Markets	162	134
Corporate & Investment Banking	194	103
Private, Wealth & Commercial Clients	453	141
Deutsche Asset Management	101	22
Non-Core Operations Unit	0	1
Infraestrutura e Gestão regional	541	261
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	1 451	662

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de	
caixa – 302	Confirmações – 479

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos¹	(1 678)	(7 022)	1 663
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo e opções	0	0	0
Dívida convertível	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos¹	(1 678)	(7 022)	1 663
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	1 388,1	1 387,9	1 241,9
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	0,0	0,0	27,6
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	27,6
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	1 388,1	1 387,9	1 269,5

¹ Os lucros foram ajustados em 276 e 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2016 e abril de 2015.

Resultados por ação

em euros	2016	2015	2014
Resultados por ação básicos	(1,21)	(5,06)	1,34
Resultados por ação diluídos	(1,21)	(5,06)	1,31

Em 25 de junho de 2014, o Deutsche Bank AG realizou um aumento de capital com direitos de subscrição. Como o preço de subscrição das novas ações era inferior ao preço de mercado das ações existentes, o aumento de capital incluiu um bônus. De acordo com a IAS 33, o bônus é o resultado de uma alteração implícita no número de ações em circulação para todos os períodos anteriores ao aumento de capital sem uma alteração totalmente proporcional nos recursos. Como consequência, o número médio ponderado de ações em circulação foi ajustado, retrospectivamente.

Devido à situação de perda líquida para 2016 e 2015, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto seria contra a diluição e diminuiria a perda líquida por ação.

Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos¹

Número de ações em milhões	2016	2015	2014
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,1
Ações diferidas	69,6	52,5	0,0

¹ Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	156 926	179 256
Outros ativos detidos para negociação ¹	14 117	16 779
Total de ativos detidos para negociação	171 044	196 035
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	485 150	515 594
Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação	656 194	711 630
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	47 404	51 073
Títulos obtidos por empréstimo	21 136	21 489
Empréstimos	7 505	12 451
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	11 541	24 240
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	87 587	109 253
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	743 781	820 883

¹ Inclui empréstimos negociados no valor de 13,2 mil milhões de euros e 15,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	56 592	51 326
Outros passivos detidos para negociação	437	977
Total de passivos detidos para negociação	57 029	52 303
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	463 858	494 076
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação:	520 887	546 380
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	50 397	31 637
Compromissos de crédito	40	79
Dívida a longo prazo	6 473	8 710
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3 582	4 425
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	60 492	44 852
Passivos por contratos de investimento¹	592	8 522
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	581 971	599 754

¹ Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 42, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 76 mil milhões de euros e de 85 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor nos créditos¹ e compromissos de crédito atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte²

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Empréstimos	Compromissos de crédito	Empréstimos	Compromissos de crédito
Valor nominal de créditos e compromissos de crédito expostos a risco de crédito	3 604	3 357	4 455	8 604
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	9	45	(0)	(46)
Varição cumulativa do justo valor ³	9	37	9	29
Valor nominal de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	358	4 997	257	4 203
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(1)	(3)	(2)	1
Varição cumulativa do justo valor ³	(2)	(6)	(4)	(154)

¹ Quando os créditos estão sobrecolateralizados não existe qualquer movimento significativo na avaliação durante o ano ou cumulativamente devido a movimentos no risco de crédito da contraparte.

² Foram utilizados modelos de avaliação que excluem o impacto no justo valor associado ao risco de mercado.

³ As variações são atribuíveis a créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício, que podem diferir dos detidos em períodos anteriores. Não foram efetuados ajustamentos ao ano anterior para refletir diferenças nos subjacentes.

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo¹

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015 ²
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(73)	(78)
Varição cumulativa do justo valor	11	71

¹ O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros¹

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Incluindo compromissos de crédito não utilizados ²	8 396	10 513
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	2 779	2 203

¹ Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.

² Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

13 – Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, “Reclassificação de ativos financeiros”

De acordo com as alterações à IAS 39 e à IFRS 7, emitidas em outubro de 2008, alguns ativos financeiros foram reclassificados no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda para a categoria de créditos. Desde o primeiro trimestre de 2009 não foram efetuadas reclassificações.

O Grupo identificou ativos, elegíveis de acordo com as alterações, para os quais à data de reclassificação existia uma mudança clara de intenção e capacidade de detenção num futuro previsível, diferente da saída ou da negociação a curto prazo. As reclassificações foram efetuadas ao justo valor dos ativos à data de reclassificação.

Ativos financeiros reclassificados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos:	Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos:
Valor escriturado à data de reclassificação	26,6	11,4
Perdas de justo valor não realizadas em outro rendimento integral acumulado	0,0	(1,1)
Taxas de juro efetivas à data de reclassificação:		
intervalo superior	13,1 %	9,9 %
intervalo inferior	2,8 %	3,9 %
Fluxos de caixa recuperáveis esperados à data de reclassificação	39,6	17,6

Valores escriturados e justos valores por tipo de ativo reclassificados em 2008 e 2009

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	340	260	1 382	1 346
Títulos de dívida	0	0	396	405
Empréstimos	174	154	916	857
Total de ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	514	414	2 695	2 608
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	105	105	1 540	1 470
Títulos de dívida	0	0	168	179
Total de ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos	105	105	1 708	1 648
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	619¹	519	4 403	4 256

¹ Há um efeito associado sobre o valor escriturado da contabilidade de cobertura do justo valor efetivo pelo risco de taxa de juro para o valor escriturado dos ativos reclassificados apresentados na tabela acima. Este efeito aumenta o valor contabilístico em 0 milhões de euros e diminui em 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respetivamente.

Até 31 de dezembro de 2016, todos os ativos reclassificados foram geridos pela NCOU e as decisões de alienação nesta carteira são tomadas pela NCOU em conformidade com as respetivas competências para tomar decisões de redução do risco. Para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2016, o Grupo vendeu ativos reclassificados com um valor escriturado de 3,4 mil milhões de euros, resultando em perdas líquidas de 154 milhões de euros em posições vendidas.

Além das vendas, a diminuição do valor escriturado dos ativos anteriormente classificados para negociação reduziu devido a resgates de 29 milhões de euros. A redução no valor escriturado de ativos anteriormente classificados como disponíveis para venda inclui resgates de 428 milhões de euros.

Resultados de justo valor não realizados, que teriam sido reconhecidos em resultados ou resultados líquidos que teriam sido reconhecidos em Outro rendimento integral, se as reclassificações não tivessem sido feitas

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultados de justo valor não realizados em ativos para negociação reclassificados, antes de provisões para perdas de crédito	0	141	342
Imparidade (perdas)/reversão sobre os ativos financeiros reclassificados disponíveis para venda que estavam em imparidade	0	12	(6)
Resultados líquidos reconhecidos em outro rendimento integral representativos de Resultados de justo valor não realizados adicionais em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados que não estavam em imparidade	1	(32)	137

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Demonstração consolidada das demonstrações financeiras consolidadas – 303	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

Contribuição antes de impostos de todos os ativos reclassificados na demonstração de resultados

em milhões de euros	2016	2015	2014
Juros e rendimentos similares	45	127	161
Provisão para perdas de crédito	(74)	28	(40)
Outros rendimentos ¹	(4)	199	5
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos para negociação reclassificados	(33)	353	126
Juros e rendimentos similares	7	54	97
Provisão para perdas de crédito	34	16	(13)
Outros rendimentos ¹	(150)	72	0
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados	(110)	142	84

¹ Refere-se aos resultados decorrentes da venda de ativos reclassificados.

Ativos financeiros reclassificados: Valores escriturados e justos valores por classe de ativos

Todos os ativos reclassificados no âmbito da IAS 39 foram transferidos para a NCOU aquando da criação da nova divisão no quarto trimestre de 2012. A NCOU foi incumbida de acelerar a redução do risco para diminuir os requisitos de capital total e os ativos da IFRS. Um conjunto de fatores é considerado para determinar se e quando vender ativos, incluindo a declaração de rendimentos, capital regulamentar e impactos da alavancagem. Os movimentos no valor escriturado e justo valor são ilustrados na tabela seguinte:

Valores escriturados e justos valores por classe de ativos reclassificados em 2008 e 2009

em milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Resultados não realizados	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Resultados não realizados
Ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados:						
Obrigações municipais dos EUA	0	0	0	405	423	19
Empréstimos a estudantes ABS	0	0	0	1 456	1 478	22
CDO/CLO	143	126	(17)	534	498	(36)
Obrigações cobertas	298	235	(63)	298	234	(64)
Títulos hipotecários comerciais	3	3	0	175	176	1
Hipotecas residenciais ABS	0	0	0	92	93	1
Outros ¹	0	0	0	529	498	(31)
Total de ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados	445	364	(81)	3 487	3 400	(88)
Empréstimos reclassificados:						
Hipotecas comerciais	0	0	0	56	54	(1)
Hipotecas residenciais	174	154	(20)	810	753	(57)
Outros	0	0	0	50	49	(1)
Total de empréstimos reclassificados	174	154	(20)	916	857	(59)
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	619	519	(100)	4 403	4 256	(147)

¹ Inclui títulos garantidos por ativos relacionados com a indústria de aviação e uma mistura de outros ativos de titularização e títulos de dívida.

Ativos titularizados e títulos de dívida

CDO/CLO – Inclui uma carteira diversificada com uma variedade de ativos subjacentes e os níveis de tranches na estrutura de capital. O principal movimento no valor contabilístico deve-se às vendas no período.

Obrigações cobertas – O restante da exposição da carteira é a emitentes governamentais de Espanha.

Empréstimos

Hipotecas residenciais – Esta categoria inclui hipotecas residenciais em Itália, Espanha e Alemanha. O valor contabilístico reduziu no período, sobretudo devido à venda de hipotecas residenciais no Reino Unido.

14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requerem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), liquidez e risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*). Os ajustamentos de avaliação com base em *bid-offer* são determinados a partir dos preços de *bid-offer* observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

(*midmarket*). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis *bid/offer* para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (*credit valuation adjustments – CVA*) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclui já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (*netting agreement*) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap – CDS*). Sempre que não estiverem disponíveis *spreads* de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações estruturadas designados ao justo valor através de resultados) integra o ajustamento da avaliação de dívida (DVA) para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo associado ao passivo financeiro. No caso de passivos por derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia ao avaliar a potencial exposição futura de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta garantias (colaterais) prestadas, o efeito de acordos-quadro de compensação (*master netting agreements*), perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default – LGD*) e a própria probabilidade de incumprimento do Grupo com base no nível de mercado de *swaps* de CDS do Grupo. A alteração no risco de crédito próprio do Grupo para obrigações estruturadas é calculada descontando os fluxos de caixa contratuais do instrumento usando a taxa à qual instrumentos semelhantes seriam emitidos na data de medição, visto que isto reflete o valor da perspectiva de um participante do mercado que detém o item idêntico como um ativo.

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (*funding valuation adjustments – FVA*) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

Antecipamos uma alteração nas estimativas de justo valor para o DVA relativo ao passivo derivado sem garantia durante o primeiro trimestre de 2017 de modo a refletir a alteração na legislação alemã referente à hierarquia de credores na insolvência bancária introduzida pela lei alemã do mecanismo de resolução (*Abwicklungsmechanismusgesetz*), em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017. Ao abrigo das provisões respetivas da Lei bancária alemã, com a alteração implementada pela lei alemã do mecanismo de resolução, as obrigações dos bancos resultantes de deter-

minados instrumentos de dívida sénior não garantidos têm menos prioridade face às outras obrigações sénior não garantidas em caso de insolvência ou resolução. Como resultado, os vários credores, tais como as contrapartes de derivados, recebem maior proteção devido ao amortecedor adicional de instrumentos de dívida sénior não garantidos de menor prioridade. O efeito sobre o passivo derivado não garantido é de elevá-los do nível de passivo sénior não garantido para a classe preferencial de passivo sénior não garantido na cascata de capitais. Esperamos por isso que este facto tenha um efeito no justo valor da carteira destes derivados relativamente ao risco próprio de não-desempenho devido à respetiva taxa de recuperação esperada mais alta para a nossa contraparte em caso de insolvência ou resolução. Isto irá resultar numa redução no DVA e, por conseguinte, provocar uma perda, estimada entre 100 milhões de euros e 200 milhões de euros.

Validação e controlo – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado no departamento financeiro, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monorramo; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor¹

em milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	89 943	70 415	10 686	90 031	93 253	12 751
Títulos para negociação	89 694	62 220	5 012	89 718	82 869	6 669
Outros ativos detidos para negociação	248	8 195	5 674	313	10 384	6 082
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	13 773	461 579	9 798	5 629	500 520	9 445
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	10 118	75 867	1 601	18 024	86 751	4 478
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 695	23 380	4 153	43 260	25 449	4 874
Outros ativos financeiros ao justo valor	28	3 618 ²	33	0	3 136 ²	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	142 558	634 860	26 271	156 943	709 109	31 549
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	41 664	15 311	52	40 185	12 102	18
Títulos para negociação	41 664	14 874	52	40 154	11 155	18
Outros passivos detidos para negociação	0	437	0	30	947	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	13 616	441 386	8 857	5 528	480 668	7 879
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4	58 259	2 229	2	41 797	3 053
Passivos por contratos de investimento ³	0	592	0	0	8 522	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	0	4 647 ²	(848) ⁴	0	6 492 ²	(1 146) ⁴
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	55 283	520 195	10 290	45 715	549 581	9 805

¹ Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

² Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.

³ Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 42, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

⁴ Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*hostcontract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Em 2016, existiram transferências do nível 2 para o nível 1 em títulos para negociação (5 mil milhões de euros de ativos) com base em procedimentos de teste de liquidez.

Técnicas de avaliação

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities – MBS/ABS*) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emittentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os ABS são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que integram os dados observáveis disponíveis. Os modelos externos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread*, *yield* ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como *swaps* de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e *swap* de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

Alguns dos instrumentos no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados como ativos e passivos brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição no exercício deve-se, principalmente, a uma combinação de vendas e liquidações compensadas por compras e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, *spreads* de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multidivisas; e certos *swaps* de risco de incumprimento para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

Durante o quarto trimestre de 2016 foram implementados vários aperfeiçoamentos no processo de nivelamento da hierarquia do justo valor na nossa área de negócios das taxas incluindo a utilização tanto de testes de sensibilidade adicionais como a inclusão de fatores como de dados de negociação de uma forma mais direta ao avaliar a observabilidade. Consenso prévio e dados de cotações de corretores foram utilizados principalmente na decisão de nivelamento, que, por sua vez, foi testada periodicamente para os dados de negociação. Ao implementar estas alterações, foi estabelecida uma nova matriz de observabilidade com base no produto, parâmetro, divisa e maturidade. A abordagem de considerar a observabilidade para efeitos de hierarquia de justo valor dos *spreads* de crédito da contraparte em determinadas transações de derivados sem garantia foi também aperfeiçoada. Estas melhorias permitem a consideração de todos os parâmetros inobserváveis no total no teste de sensibilidade e o instrumento é designado como de nível 3 se o impacto total destas entradas inobserváveis for significativo para a validação do instrumento. O impacto destas alterações foi a transferência para o nível 3 a partir do nível 2 de aproximadamente 2,4 mil milhões de euros e 1,6 mil milhões de euros de passivos financeiros; esta transferência é refletida nas transferências para a coluna do nível 3 de Conciliação de instrumentos financeiros classificados no nível 3 desta divulgação.

O aumento marginal de ativos deveu-se a transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensado pelas liquidações. O aumento dos passivos deveu-se a transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado pelas liquidações.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de	
caixa – 302	Confirmações – 479

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em créditos transacionados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O saldo diminuiu no exercício devido a vendas e liquidações compensadas por compras, emissões e transferências entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e responsabilidades estruturadas que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. Os ativos diminuíram durante o exercício devido a vendas, liquidações, transferências entre o nível 2 e o nível 3 e devido a desconsolidação de entidades. O passivo diminuiu no exercício devido a liquidações e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado pelas emissões.

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem carteiras de empréstimos em incumprimento para as quais não existe qualquer intenção de negociação e instrumentos de capital não cotados em que não há nenhuma representação semelhante e o mercado é muito ilíquido. A diminuição nos ativos no exercício deveu-se às vendas e liquidações, compensadas por compras.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31.12.2016										
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades consolidadas	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emis-sões ²	Liqui-dações ³	Transferên-cias para o Nível 3 ⁴	Transferên-cias para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	6 669	(0)	143	1 736	(3 605)	0	(990)	1 589	(528)	5 012
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9 445	(60)	(88)	0	0	0	(1 290)	4 158	(2 367)	9 798
Outros ativos detidos para negociação	6 082	66	56	2 196	(3 606)	735	(1 527)	2 616	(944)	5 674
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4 478	(509)	40	2	(273)	131	(1 073)	86	(1 282)	1 601
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 874	(1)	255 ⁵	920	(630)	0	(1 377)	187	(74)	4 153
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	0	0	0	0	0	0	33	0	33
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	31 549	(504)	405^{6,7}	4 853	(8 114)	866	(6 257)	8 669	(5 195)	26 271
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	18	0	0	0	0	0	34	0	(0)	52
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	7 879	(317)	620	0	0	0	(508)	3 316	(2 134)	8 857
Outros passivos detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3 053	0	(75)	0	0	587	(729)	245	(851)	2 229
Outros passivos financeiros ao justo valor	(1 146)	0	135	0	0	0	3	(26)	187	(848)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	9 805	(317)	680^{6,7}	0	0	587	(1 200)	3 534	(2 799)	10 290

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

⁵ O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui uma perda de 94 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 187 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados.

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 4 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 50 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

	31.12.2015									
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de socie- dades com solidadas	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emis- sões ²	Liqui- dações ³	Transfe- rências para o Nível 3 ⁴	Transfe- rências para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	8 957	0	512	1 844	(2 432)	0	(1 007)	766	(1 971)	6 669
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9 559	(0)	539	0	0	0	(1 363)	1 683	(973)	9 445
Outros ativos detidos para negociação	4 198	0	413	2 527	(1 507)	1 264	(1 461)	970	(321)	6 082
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4 152	0	234	467	(36)	1 172	(1 227)	239	(523)	4 478
Ativos financeiros disponí- veis para venda	4 427	(0)	439 ⁵	1 058	(254)	0	(1 183)	469	(82)	4 874
Outros ativos financeiros ao justo valor ⁶	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	31 294	(0)	2 136^{6,7}	5 896	(4 230)	2 436	(6 240)	4 126	(3 869)	31 549
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	43	0	5	0	0	0	9	0	(39)	18
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	6 553	0	716	0	0	0	(487)	1 904	(807)	7 879
Outros passivos detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2 366	0	196	0	0	1 249	(692)	155	(221)	3 053
Outros passivos finance- iros ao justo valor	(552)	0	(352)	0	0	0	(65)	(177)	0	(1 146)
Total de passivos finance- iros detidos ao justo valor	8 410	0	564^{6,7}	0	0	1 249	(1 234)	1 882	(1 067)	9 805

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

⁵ O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 92 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e uma perda de 13 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados.

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 524 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 161 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando

valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2016 poderia ter aumentado o justo valor em 1,8 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,0 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2015, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 2,1 mil milhões de euros ou ter baixado o justo valor em tanto quanto 1,5 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis de 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2016 mostram as reduções materiais tanto no movimento positivo de justo valor como no movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis.

Ambos estes movimentos são conduzidos pela redução global na população do nível 3 no mesmo período (por ex., a diminuição dos ativos de nível 3 do Grupo de 31,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 para 26,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), constituindo esta largamente o resultado da redução de risco, particularmente na Non-Core Operations Unit (a diminuição dos ativos de nível 3 de 5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 para mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

O nosso cálculo de sensibilidade dos parâmetros inobserváveis para o nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente¹. Esta utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente. A sensibilidade negativa pode estar limitada em alguns casos onde o justo valor é já comprovadamente prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

¹ A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos ao justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza da valorização nos termos do regulamento delegado da Comissão (UE) n.º 2016/101, que complementa o artigo 34.º do regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), obrigando as instituições a aplicar uma dedução do CET 1 ao montante de quaisquer ajustes de valores adicionais em todos os ativos medidos ao justo valor, calculado em conformidade com o artigo 105.º, n.º 14.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento¹

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	213	137	212	158
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	13	12	12	11
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	46	40	38	31
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	154	85	161	116
Títulos de capital	116	68	179	105
Derivados:				
Crédito	238	158	489	627
Capital próprio	209	150	183	131
Relacionados com os juros	429	187	364	147
Divisas	32	21	17	13
Outros	143	92	161	100
Empréstimos:				
Empréstimos	377	227	539	261
Compromissos de crédito	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Total	1 758	1 040	2 144	1 542

¹ Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos *spreads* de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com *spreads* mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores *spreads* de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetro, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O *spread* de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao Banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento.

mento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate* – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate* – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (*enterprise value* – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31.12.2016

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	294	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0 % 119	103 % 2 000
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	1 071	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0 % 105 0 % 0 % 0 %	110 % 2 000 100 % 18 % 29 %
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	1 365	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	3 626	1 757	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0 % 26	169 % 882
Detido para negociação	3 373	52				
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3 373					
Disponível para venda	253					
Designado ao justo valor	0	1 705				
Títulos de capital	937	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	60 % 1	100 % 12
Detido para negociação	274	0				
Disponível para venda	633		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8 %	22 %
Designado ao justo valor	30					
Empréstimos	7 571	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de incumprimento constante	0 % 180 0 %	180 % 4 612 24 %
Detido para negociação	4 105	0				
Designado ao justo valor	980					
Disponível para venda	2 486			Taxa de recuperação	25 %	80 %
Compromissos de crédito	0	40	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	0 30 %	481 99 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros	2 974 ²	485 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	3 % 178	24 % 214
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	16 474	2 282				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

² Outros ativos financeiros incluem 1,6 mil milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 592 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 780 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.

³ Outros passivos financeiros incluem 444 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 41 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

		Justo valor		31.12.2016		
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	5 587	3 446	Fluxo de caixa des- contado	Taxa de <i>swap</i> (bps)	(0)	2 309
				Taxa de <i>swap</i> sobre a inflação	(1) %	16 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	15 %
				Taxa de pré-pagamento constante	0 %	19 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	5 %
				Volatilidade das taxas de juros	0 %	123 %
				Correlação IR - IR	(12) %	99 %
				Correlação híbrida	(50) %	93 %
Derivados de crédito	829	1 126	Fluxo de caixa des- contado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	0	8 427
				Taxa de recuperação	0 %	100 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13 %	85 %
Derivados de ações	1 142	2 098	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	10 %	67 %
				Volatilidade de índice	10 %	44 %
				Índice - correlação de índice	73 %	88 %
				Ação - correlação de ação	8 %	88 %
				Ações - contratos a prazo	0 %	8 %
				Índice - contratos a prazo	0 %	20 %
Derivados FX	1 654	1 780	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(8) %	39 %
Outros derivados	586	(441) ¹	Fluxo de caixa des- contado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	5 %	110 %
				Correlação de matérias-primas	(21) %	85 %
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9 798	8 008				

¹ Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

31.12.2015

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, desig- nados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecá- rios e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipote- cários comerciais	224	0	Baseado no preço Fluxo de caixa des- contado	Preço <i>Spread</i> de crédito (bps)	0 % 370	105 % 1 500
Títulos garantidos por créditos hipote- cários e por outros ativos	1 891	0	Baseado no preço Fluxo de caixa des- contado	Preço <i>Spread</i> de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento cons- tante Taxa de pré-pagamento cons- tante	0 % 32 0 % 0 % 0 %	111 % 2 000 100 % 24 % 51 %
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2 115	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4 721	1 654	Baseado no preço Fluxo de caixa des- contado	Preço <i>Spread</i> de crédito (bps)	0 % 9	230 % 984
Detido para negociação	4 229	18				
Títulos de dívida empresariais, so- beranos e outros títulos de dívida	4 229					
Disponível para venda	330					
Designado ao justo valor	163	1 636				
Títulos de capital	1 248	0	Abordagem de mer- cado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	70 % 1	100 % 18
Detido para negociação	325	0				
Disponível para venda	901		Fluxo de caixa des- contado	Custo médio ponderado do capital	8 %	12 %
Designado ao justo valor	21					
Empréstimos	12 626	0	Baseado no preço Fluxo de caixa des- contado	Preço <i>Spread</i> de crédito (bps) Taxa de incumprimento cons- tante Taxa de recuperação	0 % 103 0 % 10 %	146 % 2 787 24 % 82 %
Detido para negociação	6 076	0				
Designado ao justo valor	3 672					
Disponível para venda	2 879					
Compromissos de crédito	0	84	Fluxo de caixa des- contado	<i>Spread</i> de crédito (bps) Taxa de recuperação	5 20 %	1 257 75 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros	1 394 ²	1 333 ³	Fluxo de caixa des- contado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	4 % 125	24 % 277
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	22 104	3 071				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

² Outros ativos financeiros incluem 6 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 623 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 765 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.

³ Outros passivos financeiros incluem 1,2 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 84 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

		Justo valor		31.12.2015		
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	3 775	2 337	Fluxo de caixa des- contado	Taxa de <i>swap</i> (bps)	(20)	915
				Taxa de <i>swap</i> sobre a inflação	0 %	8 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	6 %
				Taxa de pré-pagamento constante	2 %	19 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	8 %
				Volatilidade das taxas de juros	9 %	176 %
				Correlação IR - IR	(25) %	100 %
				Correlação híbrida	(70) %	99 %
Derivados de crédito	2 626	1 771	Fluxo de caixa des- contado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	3	8 526
				Taxa de recuperação	0 %	100 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13 %	89 %
Derivados de ações	695	1 402	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	9 %	89 %
				Volatilidade de índice	12 %	85 %
				Índice - correlação de índice	45 %	93 %
				Ação - correlação de ação	5 %	93 %
Derivados FX	1 613	1 604	Modelo de preços de opção	Volatilidade	2 %	24 %
Outros derivados	736	(380) ¹	Fluxo de caixa des- contado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	0	0
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	7 %	36 %
				Correlação de matérias-primas	(21) %	90 %
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9 445	6 733				

¹ Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração consolidada dos resultados.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	28	378
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1 597	658
Outros ativos detidos para negociação	(80)	42
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(1)	156
Ativos financeiros disponíveis para venda	90	47
Outros ativos financeiros ao justo valor	(6)	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	1 628	1 282
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(2)	(0)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(1 001)	(967)
Outros passivos detidos para negociação	(0)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	59	(134)
Outros passivos financeiros ao justo valor	(139)	384
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(1 082)	(717)
Total	547	565

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2016	2015
Saldo, início do exercício	955	973
Novas operações durante o período	454	493
Amortização	(297)	(365)
Operações vencidas	(158)	(137)
Transição subsequente para observabilidade	(39)	(14)
Alterações das taxas de câmbio	0	5
Saldo, fim do exercício	916	955

15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

As técnicas de avaliação utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço e a respetiva categorização hierárquica ao justo valor pelas IFRS são compatíveis com as descritas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Tal como se descreve na Nota 13, "Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, Reclassificação de ativos financeiros", o Grupo reclassificou certos ativos elegíveis das categorias de negociação e disponíveis para venda para créditos. O Grupo continua a aplicar as técnicas de avaliação relevantes estabelecidas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" aos ativos reclassificados.

Outros instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos numa base de justo valor como, por exemplo, créditos e depósitos do segmento de retalho e linhas de crédito concedidas a clientes empresariais. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Instrumentos financeiros de curto prazo – O valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor para os seguintes instrumentos financeiros que são, predominantemente, de curto prazo:

Ativos	Passivo
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos	Outros passivos

Relativamente aos instrumentos financeiros de longo prazo inseridos nestas categorias, o justo valor é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base nas taxas que poderiam ser obtidas em ativos com maturidades residuais e risco de crédito semelhantes e, no caso de passivos, as taxas a que poderiam ser emitidas obrigações com maturidades residuais semelhantes, à data do balanço.

Empréstimo – O justo valor é determinado através de modelos de fluxos de caixa descontados que integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou *swaps* de risco de incumprimento, quando disponíveis e se apropriado.

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogêneos (p. ex. hipotecas residenciais alemãs), o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro neste tipo de empréstimo. Para carteiras de crédito do segmento de retalho semelhantes, fora da Alemanha, o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando taxas de juro sem risco. Seguidamente, este cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito descontando às margens que poderiam ser obtidas em créditos semelhantes se emitidos à data do balanço. Para outras carteiras, o cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito calculando a perda esperada ao longo da vida estimada do crédito, com base em vários parâmetros, incluindo a probabilidade de incumprimento, a perda em caso de incumprimento e o nível de colateralização. O justo valor de carteiras de empréstimos a empresas é estimado descontando uma margem projetada sobre maturidades esperadas, utilizando parâmetros derivados dos valores de mercado correntes de transações de títulos garantidos por obrigações de crédito (*collateralized loan obligation* – CLO), colateralizadas por carteiras de crédito semelhantes à carteira de empréstimos a empresas do Grupo.

Títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo, títulos vendidos com acordos de recompra e títulos cedidos por empréstimo – O justo valor é derivado de técnicas de avaliação através do desconto de fluxos de caixa futuros, utilizando a adequada taxa de desconto ajustada ao risco de crédito. A taxa de desconto ajustada ao risco de crédito inclui a contrapartida das garantias recebidas ou penhoradas na transação. Estes produtos são normalmente de curto prazo e extremamente colateralizados, pelo que o justo valor não é significativamente diferente do valor escriturado.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – O justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta o restante dinheiro contratual a uma taxa à qual um instrumento com características similares poderia ser emitido na data do balanço.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço¹

em milhões de euros	31.12.2016				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	181 364	181 364	181 364	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	11 606	11 606	58	11 548	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	16 287	16 287	0	16 287	0
Títulos obtidos por empréstimo	20 081	20 081	0	20 081	0
Empréstimos	408 909	407 834	0	28 703	379 132
Títulos detidos até à maturidade	3 206	3 305	3 305	0	0
Outros ativos financeiros	112 479	112 468	0	112 468	0
Passivos financeiros:					
Depósitos	550 204	550 402	2 232	548 170	0
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	25 740	25 739	0	25 739	0
Títulos cedidos por empréstimo	3 598	3 598	0	3 598	0
Outros empréstimos a curto prazo	17 295	17 289	0	17 268	21
Outros passivos financeiros	135 273	135 273	1 282	133 991	0
Dívida a longo prazo	172 316	171 178	0	161 976	9 201
Títulos fiduciários preferenciais	6 373	6 519	0	6 263	257

em milhões de euros	31.12.2015				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	96 940	96 940	96 940	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	12 842	12 842	1 540	11 302	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	22 456	22 456	0	22 456	0
Títulos obtidos por empréstimo	33 557	33 557	0	33 557	0
Empréstimos	427 749	426 365	0	30 040	396 325
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	101 901	101 868	0	101 868	0
Passivos financeiros:					
Depósitos	566 974	566 652	3 638	563 014	0
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	9 803	9 803	0	9 803	0
Títulos cedidos por empréstimo	3 270	3 270	0	3 270	0
Outros empréstimos a curto prazo	28 010	28 003	0	28 000	3
Outros passivos financeiros	149 994	149 994	1 106	148 888	0
Dívida a longo prazo	160 016	160 065	0	152 297	7 768
Títulos fiduciários preferenciais	7 020	7 516	0	7 087	430

¹ Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Empréstimo – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado surgiu, predominantemente, devido a um aumento nas taxas de incumprimento previstas e a uma redução da liquidez conforme implícita dos preços de mercado desde o reconhecimento inicial. Estas reduções do justo valor são compensadas por um aumento do justo valor devido a movimentos das taxas de juro em instrumentos de taxa fixa.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

16 – Ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Títulos de dívida:		
Governo alemão	9 405	18 042
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	7 652	2 890
Governos locais (municipais) dos EUA	3 261	3 103
Outros governos estrangeiros	23 779	34 123
Empresas	6 849	8 922
Outros títulos garantidos por ativos	84	588
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	17	28
Outros títulos de dívida	470	570
Total de títulos de dívida	51 516	68 266
Títulos de capital:		
Ações de capital	1 027	1 166
Certificados de investimento e fundos de investimento	122	75
Total de títulos de capital	1 149	1 241
Outros interesses de capital	804	974
Empréstimos	2 759	3 102
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	56 228	73 583

Ver também a Nota 7, "Resultados Líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

17 – Instrumentos financeiros detidos até à maturidade

No primeiro trimestre de 2016, o Grupo começou a utilizar a categoria de detido até à maturidade para apresentar mais adequadamente a volatilidade de rendimentos e capitais na carteira bancária da sociedade. Para além de gerir a exposição da carteira bancária existente da empresa às taxas de juro, a nova classificação contabilística irá apoiar alguns dos objetivos de gestão de ativos e passivos do Grupo, por ex., a transformação de maturidade.

O Grupo reclassificou 3,2 mil milhões de euros de títulos detidos como disponíveis para venda em investimentos detidos até à maturidade, com efeitos a partir de 4 de janeiro de 2016. Todos os ativos reclassificados são obrigações governamentais, supranacionais e de agências de alta qualidade e são geridos pela Tesouraria do Grupo como parte da Reserva de liquidez estratégica do Grupo.

Valores escriturados e justos valores de ativos financeiros reclassificados de disponíveis para venda para detidos até à maturidade

em milhões de euros	4.1.2016	31.12.2016	
	Valor escriturado (CV)	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)
Títulos de dívida reclassificados:			
Obrigações governamentais do G7	432	428	446
Outras obrigações governamentais, supranacionais e de agências	2 809	2 778	2 859
Total de ativos financeiros reclassificados para detidos até à maturidade	3 241	3 206	3 305

18 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de	
caixa – 302	Confirmações – 479

O Grupo detém participações em 92 (2015: 91) associadas e 14 (2015: 15) entidades conjuntamente controladas. No seguimento da venda do investimento na Hua Xia Bank Company, não existem outros investimentos individuais que sejam substanciais para o Grupo.

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	1 027	1 013
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	183	177
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	11	4
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	194	181

19 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (*master netting arrangement*) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativos

	31.12.2016						
	Montantes não compensados no balanço						
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos com- pensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresenta- dos no balanço	Impacto de acordos- quadro de compensa- ção	Garantia em numerá- rio	Garantia de instrumen- tos financei- ros ¹	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	17 755	(4 020)	13 735	0	0	(13 719)	16
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2 552	0	2 552	0	0	(2 225)	327
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	18 470	0	18 470	0	0	(17 637)	832
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	1 611	0	1 611	0	0	(1 555)	56
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	171 520	(477)	171 044	0	(101)	(884)	170 059
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	592 048	(126 523)	465 525	(386 727)	(51 790)	(9 349)	17 658
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	19 625	0	19 625	0	(2 055)	(1 244)	16 327
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	95 802	(40 998)	54 804	(2 748)	(928)	(46 670)	4 457
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	32 783	0	32 783	0	0	(21 074)	11 709
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	911 778	(167 998)	743 781	(389 475)	(54 874)	(79 221)	220 211
Empréstimos	408 909	0	408 909	0	(13 039)	(47 703)	348 167
Outros ativos	153 732	(27 686)	126 045	(39 567)	(589)	(104)	85 786
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	8 830	(5 314)	3 516	(2 719)	(589)	(104)	104
Restantes ativos não sujeitos a compensação	275 442	0	275 442	0	(423)	(307)	274 712
Total do ativo	1 790 249	(199 704)	1 590 546	(429 042)	(68 925)	(162 473)	930 106

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Passivo

	31.12.2016						
	Montantes líquidos			Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	550 204	0	550 204	0	0	0	550 204
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	21 209	(4 020)	17 189	0	0	(17 189)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	8 551	0	8 551	0	0	(8 403)	149
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	3 524	0	3 524	0	0	(3 524)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	75	0	75	0	0	(50)	25
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	57 902	(873)	57 029	0	0	0	57 029
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	569 064	(124 325)	444 739	(386 612)	(35 124)	(9 325)	13 678
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	19 119	0	19 119	0	(1 721)	(897)	16 501
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	82 421	(39 031)	43 390	(2 748)	0	(40 642)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	17 694	0	17 694	0	(7 910)	(7 664)	2 120
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	746 200	(164 228)	581 971	(389 360)	(44 755)	(58 528)	89 328
Outros passivos	186 896	(31 456)	155 440	(56 679)	(1 298)	0	97 463
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	5 793	(1 200)	4 593	(2 834)	(1 297)	0	463
Restantes passivos não sujeitos a compensação	208 773	0	208 773	0	0	0	208 773
Total do passivo	1 725 431	(199 704)	1 525 727	(446 039)	(46 053)	(87 693)	945 942

Ativos

em milhões de euros	31.12.2015						
	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	21 309	(5 174)	16 135	0	0	(16 127)	8
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	6 321	0	6 321	0	0	(5 910)	411
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	13 956	0	13 956	0	0	(13 448)	508
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	19 601	0	19 601	0	0	(18 583)	1 018
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	196 478	(442)	196 035	0	(12)	(592)	195 431
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	612 412	(113 977)	498 435	(407 171)	(55 896)	(13 218)	22 150
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	17 159	0	17 159	0	0	0	17 159
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	86 596	(30 801)	55 796	(2 146)	(1 167)	(44 437)	8 045
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	53 457	0	53 457	0	0	(28 793)	24 664
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	966 102	(145 219)	820 883	(409 317)	(57 075)	(87 041)	267 449
Empréstimos	427 768	(19)	427 749	0	(14 296)	(49 117)	364 335
Outros ativos	134 742	(16 605)	118 137	(58 478)	(7)	0	59 652
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	8 272	(5 137)	3 136	(2 461)	0	0	674
Restantes ativos não sujeitos a compensação	206 348	0	206 348	0	(555)	(549)	205 245
Total do ativo	1 796 146	(167 016)	1 629 130	(467 795)	(71 933)	(190 775)	898 627

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Passivo

em milhões de euros	31.12.2015						
	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	566 993	(19)	566 974	0	0	0	566 974
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	9 089	(5 135)	3 954	0	0	(3 954)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	5 849	0	5 849	0	0	(5 130)	719
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1 795	0	1 795	0	0	(1 795)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	1 475	0	1 475	0	0	(951)	524
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	53 215	(910)	52 304	0	0	0	52 304
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	588 281	(117 306)	470 975	(403 267)	(53 149)	(14 559)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	23 101	0	23 101	0	0	(2 867)	20 234
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	50 690	(29 929)	20 761	(2 105)	0	(18 657)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	32 612	0	32 612	0	0	(11 077)	21 535
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	747 899	(148 145)	599 754	(405 372)	(53 149)	(47 160)	94 073
Outros passivos	188 723	(13 718)	175 005	(68 626)	0	0	106 379
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	8 615	(2 250)	6 365	(6 365)	0	0	0
Restantes passivos não sujeitos a compensação	206 699	0	206 699	0	0	0	206 699
Total do passivo	1 728 522	(167 016)	1 561 506	(473 998)	(53 149)	(58 990)	975 368

A coluna “Montantes brutos compensados no balanço” demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

A coluna “Impacto de acordos-quadro de compensação” demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica “Outros passivos” e “Outros ativos”, respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

20 – Empréstimos

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015 ¹
Intermediação financeira	49 618	61 739
Indústria	29 290	28 131
dos quais:		
Metais básicos e produtos de metal fabricados	4 027	4 276
Equipamento elétrico e ótico	4 680	3 334
Equipamento de transporte	3 655	3 869
Químicos e produtos químicos	3 906	4 077
Maquinaria e equipamento	2 461	2 907
Produtos alimentares	3 214	2 501
Famílias (excluindo hipotecas)	37 093	45 317
Famílias – hipotecas	150 776	154 689
Setor público	15 740	17 244
Comércio grossista e de retalho	16 744	18 327
Atividades imobiliárias comerciais	27 369	22 879
Financiamento por locação	561	561
Atividades de gestão de fundos	26 129	26 091
Outros	60 223	58 572
dos quais:		
Aluguer de maquinaria e outras atividades comerciais	22 298	20 235
Transporte, armazenamento e comunicação	12 005	12 237
Mineração e exploração de materiais produtores de energia	3 365	4 772
Fornecimento de eletricidade, gás e água	4 369	4 328
Créditos brutos	413 544	433 549
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	88	772
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	413 455	432 777
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	4 546	5 028
Total de créditos	408 909	427 749

¹ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

21 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma reserva para perdas de empréstimos concedidos e uma reserva para posições extrapatrimoniais.

Discriminação dos movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo

em milhões de euros	2016			2015			2014		
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Provisão, início do exercício	2 252	2 776	5 028	2 364	2 849	5 212	2 857	2 732	5 589
Provisão para perdas de crédito	743	604	1 347	334	548	882	499	631	1 129
Reconhecimento de perdas líquidas:									
Reconhecimento de perdas	(894)	(870)	(1 764)	(482)	(612)	(1 094)	(997)	(512)	(1 509)
Recuperações	(979)	(972)	(1 951)	(538)	(717)	(1 255)	(1 037)	(613)	(1 650)
Outras alterações	85	101	187	56	105	161	40	101	141
Outras alterações	(30)	(35)	(65)	36	(8)	28	5	(2)	3
Provisão, fim do exercício	2 071	2 475	4 546	2 252	2 776	5 028	2 364	2 849	5 212

Atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo (passivos contingentes e compromissos de crédito)

em milhões de euros	2016			2015			2014		
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Provisão, início do exercício	144	168	312	85	141	226	102	114	216
Provisão para posições extrapatrimoniais	24	12	36	58	16	74	(13)	18	4
Utilização	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras alterações	(5)	3	(2)	1	10	11	(4)	10	6
Provisão, fim do exercício	162	183	346	144	168	312	85	141	226

22 – Transferências de ativos financeiros

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os *swaps* de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	30 089	26 752
Acordos para empréstimo de títulos	40 405	51 300
Swaps de retorno total	2 083	2 648
Outros	426	642
Total de títulos para negociação	73 003	81 342
Outros ativos detidos para negociação	85	12
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	241	2 192
Empréstimos	68	536
Total	73 398	84 082
Montante escriturado de passivos associados	51 264	52 717

Informação sobre ativos transferidos não elegíveis para desreconhecimento e em que o passivo associado é o único recurso para esses ativos transferidos¹

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Títulos para negociação	0	0	300	300
Outros ativos detidos para negociação	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	1 372 ²	1 372
Empréstimos	0	0	18	19
Total	0	0	1 690	1 691
Passivo associado	0	0	1 460	1 460
Posições líquidas	0	0	230	231

¹ Os passivos associados são notas emitidas por titularizações consolidadas patrocinadas pelo Grupo.

² O programa Muni Tender Option Bond Trusts foi suspenso e as obrigações relacionadas de 1,4 mil milhões foram vendidas a uma nova entidade do DBY DB Munico Ltd.

Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Montante escriturado dos ativos originais transferidos:		
Títulos para negociação	0	21
Ativos financeiros disponíveis para venda	332	0
Empréstimos	40	96
Montante escriturado dos ativos que continuam a ser reconhecidos:		
Títulos para negociação	0	21
Ativos financeiros disponíveis para venda	263	0
Empréstimos	16	33
Montante escriturado de passivos associados	58	37

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com *swaps* de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo:

em milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹
Empréstimos:						
Notas de titularização	3	3	57	56	56	132
Outros	12	12	12	12	12	12
Total de créditos	15	15	69	68	68	144
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Notas de titularização	0	0	0	134	134	134
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	32	32	32	11	11	11
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	32	32	32	145	145	145
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Notas de titularização	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	47	47	101	214	214	289
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	64	64	0	57	57	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	64	64	0	57	57	0

¹ A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nominal de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a activos transferidos totalmente desreconhecidos:

em milhões de euros	31.12.2016			31.12.2015		
	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	0	6	0	86	97	0 ¹
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	163	385	0	119	716	0
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em activos desreconhecidos	163	392	0	205	813	0

¹ Normalmente, as vendas de activos como veículos de titularização reportavam-se a activos que eram classificados como justo valor através de resultados, e por isso qualquer resultado da sua alienação é imaterial.

23 – Ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo penhora activos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

Valor escriturado dos activos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes¹

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	49 045	51 904
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 081	3 554
Empréstimos	73 649	45 776
Outros	376	302
Total	139 150	101 535

¹ Exclui activos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

Total de activos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora¹

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	76 335	80 480
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 814	819
Empréstimos	0	347
Total	90 149	81 646

¹ Inclui activos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Títulos e outros activos financeiros aceites como garantia	260 065	286 032
dos quais:		
garantia vendida ou repenhorada	217 419	238 236

24 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Total
Custo da aquisição:					
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1 560	2 947	2 379	141	7 027
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	8	(37)	(72)	0	(101)
Adições	4	153	162	114	432
Transferências	(2)	76	181	(129)	126
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(5)	82	1	(2)	77
Alienações	132	267	61	0	461
Alterações das taxas de câmbio	(1)	107	72	6	184
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 432	3 060	2 662	130	7 284
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	24	(1)	0	23
Adições	134	199	111	281	725
Transferências	35	(4)	144	(171)	4
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(17)	0	0	(0)	(17)
Alienações	67	908	117	(0)	1 092
Alterações das taxas de câmbio	(1)	34	21	1	55
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 516	2 406	2 820	240	6 982
Depreciação e imparidade acumuladas:					
Saldo em 1 de janeiro de 2015	498	2 121	1 500	0	4 118
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	(31)	(64)	0	(96)
Depreciação	35	234	170	0	439
Perdas por imparidade	6	16	3	1	27
Reversão de perdas por imparidade	0	9	0	0	9
Transferências	(3)	21	93	(1)	109
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(0)	58	7	0	65
Alienações	73	239	38	0	349
Alterações das taxas de câmbio	2	86	46	(0)	134
Saldo em 31 de dezembro de 2015	464	2 257	1 716	0	4 438
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	19	(6)	0	12
Depreciação	28	226	191	0	445
Perdas por imparidade	87 ¹	6	0	0	93
Reversão de perdas por imparidade	0	(0)	0	0	0
Transferências	39	(14)	6	(0)	30
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(0)	(1)	(1)	0	(2)
Alienações	46	803	42	0	891
Alterações das taxas de câmbio	(2)	31	23	0	52
Saldo em 31 de dezembro de 2016	572	1 720	1 886	0	4 178
Valor escriturado:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	967	802	946	130	2 846
Saldo em 31 de dezembro de 2016	944	685	934	240	2 804

¹ Dos quais foram incluídos 86 milhões de euros, refletindo uma imparidade de um único imóvel, como resultado de um teste de imparidades ao abrigo da IAS 36.102.

As perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor contabilístico de itens de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de € 46 million em 31 de dezembro de 2016.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de € 139 million no fim de 2016.

25 – Locações

O Grupo é locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis.

Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais.

Valor escriturado líquido de ativos de locação abrangidos por locações financeiras

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Terrenos e edifícios	12	14
Mobiliário e equipamento	2	2
Outros	0	0
Valor escriturado líquido	14	15

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	6	6
Entre um ano e cinco anos	18	20
Após cinco anos	67	70
Total de futuros pagamentos mínimos de locação	91	97
Menos: Futuros encargos com juros	63	66
Valor presente dos compromissos de locação financeira	28	30
Futuros pagamentos mínimos de locação que se espera receber	3	4
Rendas contingentes reconhecidas na demonstração de resultados¹	0	0

¹ A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo beneficia de uma redução.

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda a maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que contém cinco opções de prorrogação do prazo da locação, cada uma por um período de cinco anos, não tendo esta locação específica qualquer opção de compra.

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	707	773
Entre um ano e cinco anos	2 092	2 398
Após cinco anos	1 093	1 999
Total de futuros pagamentos mínimos de rendas	3 893	5 170
Menos: Futuras rendas mínimas a receber	89	91
Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas	3 804	5 079

A redução no total de futuros pagamentos mínimos de rendas no fim de 2016 em comparação com o número do ano anterior reflete também a ausência de obrigações de locação futuras devido à venda da Maher Terminals Port Elizabeth no quarto trimestre de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluía 323 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O

Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação.

Em 2016, as rendas pagas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 832 milhões de euros. Isto incluiu 844 milhões de euros em encargos com pagamentos mínimos de locação e 6 milhões de euros em rendas contingentes, bem como 18 milhões de euros associados a rendas de sublocação recebidas.

26 – *Goodwill* e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de *goodwill*

As alterações do valor escriturado de *goodwill*, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de *goodwill*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC). A partir de 1 de janeiro de 2016, a estrutura das unidades geradoras de caixa principais foi alterada, no seguimento da reorganização de operações de negócio nos termos da nova estrutura de segmentos. Consulte a Nota 4, “Segmentos de negócio e informações conexas” para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private & Commercial Clients	Wealth Manage- ment	Deutsche Asset Manage- ment	Postbank	Non-Core Operations Unit ¹	Outras	Total
Saldo em									
1 de janeiro de 2015	1 459	1 032	999	506	3 625	1 764	0	134	9 518
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	(47)	(1)	0	(138)	(186)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	(1)	0	0	0	0	(1)
Perdas por imparidade ²	(1 568)	(600)	(1 002)	0	0	(1 763)	0	0	(4 933)
Alterações das taxas de câmbio/outras	109	87	3	26	262	0	0	5	492
Saldo em									
31 de dezembro de 2015	0	519	0	530	3 839	0	0	1	4 890
Montante bruto do goodwill	2 597	1 513	963	530	3 839	1 763	667	607	12 479
Perdas por imparidade acumuladas	(2 597)	(994)	(963)	0	0	(1 763)	(667)	(606)	(7 589)
Saldo em									
1 de janeiro de 2016	0	519	0	530	3 839	0	0	1	4 890
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	285	0	0	0	(285)	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	(12)	0	0	0	(12)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade ²	(285)	0	0	0	(500)	0	0	0	(785)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	13	0	33	(37)	0	0	0	10
Saldo em									
31 de dezembro de 2016	0	532	0	564	3 006	0	0	1	4 103
Montante bruto do goodwill	2 953	1 553	998	564	3 506	1 763	669	1	12 007
Perdas por imparidade acumuladas	(2 953)	(1 021)	(998)	0	(500)	(1 763)	(669)	0	(7 904)

¹ Inclui as UGC principais NCOU Wholesale Assets e NCOU Operating Assets.

² As perdas por imparidade de goodwill são registradas como imparidade de goodwill e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das UGC principais, os segmentos GM e NCOU têm um goodwill resultante da aquisição de investimentos não integrados que não estão afetados às UGC principais dos respectivos segmentos. Esse goodwill é sintetizado em "Outros" no quadro acima. Os investimentos não integrados na NCOU consistiram na Maher Terminals LLC e Maher Terminals of Canada Corp. Estes investimentos antigos foram alienados durante o quarto trimestre de 2016 e terceiro trimestre de 2015, respectivamente.

Em 2016, as alterações ao goodwill incluíam principalmente imparidades de 785 milhões de euros no segmento GM (285 milhões de euros) e Deutsche AM (500 milhões de euros). A imparidade no segmento GM foi o resultado da transferência de determinados negócios do Deutsche AM para o GM no segundo trimestre de 2016. A transferência resultou na reatribuição de 285 milhões de euros de goodwill para o Deutsche AM, com base em valores relativos em conformidade com as IFRS. A revisão de imparidade subsequente do segmento GM conduziu a uma perda por imparidade de 285 milhões de euros do goodwill reatribuído. A imparidade de goodwill no Deutsche AM foi registrada no quarto trimestre de 2016 relativamente à venda do negócio da Abbey Life e à formação de um grupo de alienação detido para venda. Imediatamente antes da respectiva classificação inicial como um grupo de alienação, os montantes escriturados de todos os ativos e passivos incluídos no grupo de alienação da Abbey Life foram medidos e reconhecidos em conformidade com as IFRS aplicáveis. Com a venda da Abbey Life a realizar-se por um montante mais baixo do que o seu valor escriturado, não se esperava que a proporção de goodwill da unidade geradora de caixa do Deutsche AM atribuível ao negócio da Abbey Life pudesse ser recuperada com a venda do grupo de alienação. Por conseguinte, o montante de goodwill atribuído de 500 milhões de euros, assim como outros ativos intangíveis (valor de negócio adquirido, VOBA) de 515 milhões de euros incluídos no grupo de alienação foram considerados em imparida-

de e abatidos através da imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis. Para mais informações sobre o impacto da alienação do negócio da Abbey Life, consulte a secção "Ativos intangíveis amortizados" nesta Nota, assim como na Nota 27 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda".

Em 2015, as alterações ao *goodwill* (além das relacionadas com as alterações à taxa de câmbio) incluíram principalmente imparidades de 4933 milhões de euros registados no terceiro trimestre de 2015. Estes foram relatados nas antigas unidades geradoras de caixa do segmento CB&S (2168 milhões de euros) e PBC (2765 milhões de euros). No seguimento da ressegmentação do Grupo no primeiro trimestre de 2016, os montantes de imparidade foram reajustados para os novos segmentos/unidades geradoras de caixa do segmento GM/CIB e PW&CC/Postbank, com base nos saldos de *goodwill* relacionados com estas unidades de negócio anteriores à imparidade do terceiro trimestre de 2015. Por conseguinte, do montante de imparidade de 4933 milhões de euros, 1568 milhões de euros foram atribuídos ao segmento GM, 600 milhões de euros ao CIB, 1002 milhões de euros ao PCC e 1763 milhões de euros ao Postbank. Estes encargos tinham sido o resultado do teste a imparidades de *goodwill* efetuado no terceiro trimestre de 2015. O teste foi acionado pela substanciação adicional da nossa estratégia no terceiro trimestre de 2015, amplamente motivada pelo impacto dos então requisitos de capital regulamentares que se esperavam mais elevados para ambos os antigos segmentos CB&S e PBC, bem como as expectativas de alienação na PBC. Em ligação à venda das operações portuárias canadianas da Maher Terminals, foi atribuído *goodwill* de 138 milhões de euros ao grupo de alienação classificado como detido para venda no primeiro trimestre de 2015.

Em 2014, as alterações de *goodwill* incluíam a imparidade de 49 milhões de euros registada no segmento NCOU com o abatimento de *goodwill* relacionado com o investimento não integrado na Maher Terminals LLC (anteriormente incluídos na coluna "Outros" da tabela acima). O valor escriturado da Maher Terminals LLC excede o montante recuperável, resultando numa perda global por imparidade de 194 milhões de euros, que foi registada como imparidade de *goodwill* e de outros ativos intangíveis. Desse montante de imparidade, 49 milhões de euros foram alocados para abater totalmente o *goodwill* respetivo e outros 145 milhões de euros foram alocados a outros ativos intangíveis na UGC (ver "Outros ativos intangíveis amortizados" nesta Nota).

Teste de imparidade de *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradora de caixa (UGC). Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O "outro" *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

O teste anual de imparidade de *goodwill* levado a cabo em 2016 não teve como resultado uma perda por imparidade nas principais UGC com *goodwill* do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas UGC foram superiores aos dos respetivos valores escriturados.

A atualização adicional da respetiva estratégia do Grupo constituiu um evento que levou a um teste de imparidade no terceiro trimestre de 2015. O teste de imparidades de *goodwill* efetuado resultou em imparidades de *goodwill* no valor total de 4933 milhões de euros, que consistem em 2168 milhões e 2765 milhões nas unidades geradoras de caixa CB&S e PBC, respetivamente. A imparidade na CB&S foi principalmente motivada por alterações na mistura de negócio à luz dos requisitos de capital regulamentares que se esperam mais elevados, levando a um montante recuperável de aproximadamente 26,1 mil milhões de euros. A imparidade na PBC foi, além dos requisitos de capital alterados, principalmente motivada pelas expectativas de alienação relativamente à Hua Xia Bank Co. Ltd. e ao Postbank, que resultaram num valor recuperável de aproximadamente 12,3 mil milhões para a unidade geradora de caixa.

Os valores recuperáveis de todas as restantes unidades geradoras de caixa, exceto as da NCOU, excederam substancialmente os seus respetivos valores escriturados. Uma análise do evento acionador em 31 de dezembro de 2015 confirmou que não houve indicação de que o restante *goodwill* nas unidades geradoras de caixa principais tinha imparidades.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou alguns riscos políticos ou globais para a atividade bancária, como um retorno da dívida soberana na Europa, incertezas quanto à implementação de regulamentação já adotada e a introdução de legislação que está a ser debatida, ou um abrandamento do crescimento do PIB, podem ter um impacto negativo nas previsões de desempenho de algumas unidades geradoras de caixa do Grupo, resultando assim numa imparidade de *goodwill* no futuro.

Valor escriturado

O valor escriturado de uma UGC é apurado usando um modelo de afetação de capital. A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas *Tier 1* adicionais (“Notas AT1”) que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do *goodwill* atribuível a participações minoritárias.

Na afetação de capitais, o capital próprio dos acionistas (ajustado para investimentos não integrados) é alocado às UGC principais num processo de duas fases alinhado com a determinação do valor recuperável e o quadro de alocação de capital próprio atual do Deutsche Bank. A abordagem de duas fases funciona como se segue: alocação do capital próprio dos acionistas usando primeiro uma chave baseada em solvabilidade, até ser cumprido o rácio CET 1 alvo (CRR/CRD IV numa base *fully loaded*) e depois, se aplicável, a alocação de capital incremental para considerar os requisitos do rácio de alavancagem. A alocação baseada em solvabilidade contém a atribuição de ativos intangíveis em linha com o respetivo tratamento regulamentar. Adicionalmente, inclui alocações de capital próprio baseadas na quota relativa de ativos com ponderação de risco das UGC, em itens com dedução de capital bem como em itens de reconciliação regulamentar. No segundo passo, se aplicável, as UGC recebem alocações de capital próprio com base no seu rácio de alavancagem proporcional relativamente ao Grupo. Adicionalmente, as participações minoritárias (além do ajustamento complementar para *goodwill* atribuível a participações minoritárias) são consideradas nos montantes escriturados das respetivas UGC principais. As Notas AT1 são alocadas às UGC principais de forma proporcional ao seu défice do rácio de alavancagem específico; com o défice do rácio de alavancagem a constituir uma função do rácio de alavancagem alvo do Grupo, a exposição do rácio de alavancagem das UGC e do capital CET 1 alocado.

O valor escriturado dos investimentos não integrados é determinado com base nas suas respetivas ações.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das UGC principais com base no justo valor menos os custos da alienação (nível 3 da hierarquia do justo valor) e emprega um modelo de fluxo de caixa descontado (FCD), que reflete a especificidade do negócio da banca e do seu contexto regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor escriturado.

O modelo FCD usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização (com rácios de capital a aumentar dos níveis atuais para um rácio *Common Equity Tier 1* confortavelmente acima dos 13% e um rácio de alavancagem de 4,5% a médio prazo, ambos de acordo com as definições *fully loaded*) com base em planos financeiros de cinco anos, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento a longo prazo constante de até 2,8 % (2015: 3,2%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto.

Principais unidades geradoras de caixa com *goodwill*

	Taxa de desconto (após impostos)	
	2016	2015 ¹
Corporate & Investment Banking	8,8 %	–
Wealth Management	8,4 %	–
Deutsche Asset Management	9,9 %	–

¹ Comparação não significativa dado que a estrutura das UGC foi alterada em 2016.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Wealth Management	<p>- Estratégia continuamente informada pelos desenvolvimentos e tendências de mercado, incluindo a criação e concentração global de riqueza, digitalização, envelhecimento da população e transferência para a geração seguinte.</p> <p>- Expandir a atividade comercial junto dos clientes com património líquido elevado e ultraelevado com uma forte cobertura dos mercados desenvolvidos e emergentes selecionados</p> <p>- Criar a gestão discricionária de carteiras global e soluções de consultoria de investimentos</p> <p>- Otimizar o benefício da liderança no mercado nacional alemão, em combinação com uma forte estratégia de crescimento orgânico na Ásia-Pacífico e Américas</p> <p>- Quota de mercado igual ou maior no ambiente competitivo fragmentado</p> <p>- Poupança de custos devido à otimização da plataforma operacional</p> <p>- Investimento direcionado para melhorias na plataforma, soluções de investimento e capacidades digitais</p> <p>- Fornecer um forte desempenho de produtos de investimento</p> <p>- Expandir o conjunto de produtos em áreas de crescimento (por ex., esquemas de investimento SAG, alternativas, multiativos, passivos), racionalizando ao mesmo tempo estratégias não essenciais</p> <p>- Crescimento consistente de capital novo líquido potencializando a liderança da quota de mercado na Alemanha e no resto da Europa através do DWS e crescimento contínuo na Ásia-Pacífico e Américas</p> <p>- Diversificação da cobertura intermediária relativamente a canais de elevado crescimento, maior aprofundamento das relações institucionais/de seguros essenciais e implementação de soluções digitais para servir novos canais</p> <p>- Maior eficiência através de processos operacionais essenciais melhorados, otimização de plataformas e racionalização de produtos</p> <p>- Compressão de margem antecipada do regulamento (MIFID II)</p>	<p>- Importantes ameaças setoriais, ou seja, volatilidade do mercado e das taxas de juro, peso da dívida pública, aumento dos custos decorrentes de regulamentação futura</p> <p>- Ambiente de continuação de taxas de juro baixas</p> <p>- Investidores continuam a manter ativos fora dos mercados, refúgio em tesouraria ou produtos mais simples e com comissões mais baixas e a reduzir as atividades de negociação</p> <p>- Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido devido à incerteza no mercado, instabilidade de franquia, reputação do DB, perda de gestores de clientes de elevada qualidade</p> <p>- Dificuldades de execução das estratégias de crescimento orgânico devido a certas restrições, por ex. incapacidade de contratar gestores de clientes, ciclo de desenvolvimento de produtos mais longo</p> <p>- Poupança de custos decorrentes de ganhos de eficiência e melhorias de processos/TI esperadas não são realizadas como previsto</p> <p>- Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às nossas estratégias de investimento</p> <p>- Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos</p> <p>- Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado</p> <p>- Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas</p> <p>- Impacto de riscos de reputação provenientes de litígios antigos do DB</p>
Deutsche Asset Management	<p>- Otimização do parâmetro de clientes através de saídas estratégicas e melhoria visada da rentabilidade</p> <p>- Maximizar a oferta de franquias motivadas pelos clientes oferecendo um conjunto amplo de produtos da banca de investimentos em geração de ações (Equity Origination) e geração de dívida (Debt Origination), assim como Consultoria (Advisory) em combinação com Trade, Cash e Security Services na banca de transação</p> <p>- Recuperação económica modesta na Europa, ao passo que se espera que o crescimento nas Américas beneficie do estímulo fiscal e de mais aumentos de taxas</p> <p>- Espera-se que o negócio da geração de ações (Equity Origination) e geração de dívida (Debt Origination) continue a reforçar no momento positivo a partir da segunda metade de 2016</p> <p>- Atenuar os aumentos de capital motivados pela regulamentação através da gestão de carteira e reinvestimento para melhorar a rentabilidade</p> <p>- Eficiência de custos motivada pela gestão contínua de custos e colaboradores</p>	<p>- O ambiente de mercado permanece desafiante, particularmente na Europa</p> <p>- Aumento no risco político devido às futuras eleições nacionais na Europa e ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia</p> <p>- A otimização da carteira estratégica e decisões de perímetros de negócios podem não gerar o crescimento de receitas esperado e a otimização de clientes pode ter mais do que o impacto esperado nas receitas</p> <p>- Maior compressão de margens potencial</p> <p>- O declínio nos custos esperados provenientes das atividades estratégicas não se materializa no período planeado</p> <p>- Recuperação mais lenta do que o antecipado na economia mundial e respetivo impacto nos volumes de transações, taxas de juros e taxas de câmbio</p>
Corporate & Investment Banking		

Sensibilidades: Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). A administração considera que as alterações possíveis e razoáveis nos pressupostos-chave poderiam provocar perdas por imparidade nas divisões CIB, WM e DeAM, em que os valores recuperáveis excediam os respectivos valores escriturados em 12% ou 1,5 mil milhões de euros (CIB), 49% ou 1,3 mil milhões de euros (WM) e 32% ou 1,8 mil milhões de euros (DeAM).

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	CIB	DeAM	WM
Aumento na taxa de desconto (após impostos) de	8,8 %/9,5 %	9,9 %/11,3 %	8,4 %/11,0 %
Lucros futuros previstos em cada período	(9) %	(34) %	(21) %
Taxas de crescimento a longo prazo	N/S	N/S	N/S

N/S – Não significativo, dado que uma taxa de 0% levaria ainda a um valor recuperável superior ao valor escriturado.

Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos									
	Não amortizado					Amortizado				
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Valor de negócio adquirido	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Amortizado Software	Total de outros ativos intangíveis
Custo de aquisição/fabrico:										
Saldo em 1 de janeiro de 2015	951	441	1 392	1 529	888	720	1 025	4 162	3 715	9 269
Adições	0	0	0	26	0	0	21	47	1 217	1 265
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(3)	(3)	0	0	0	(1)	(1)	(3)	(7)
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0	193	193
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(42)	0	0	(13)	(55)	0	(55)
Transferências	0	0	0	0	0	0	42	42	(11)	31
Alterações das taxas de câmbio	110	2	112	45	53	75	39	212	121	446
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 061	440	1 501	1 559	941	795	1 112	4 407	4 846	10 755
Adições	0	0	0	27	0	0	49	76	1 499	1 575
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(155)	(806)	0	(13)	(974)	0	(975)
Alienações	0	0	0	1	0	0	148	149	123	272
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(747)	(203)	(950)	0	(950)
Transferências	0	0	0	0	0	0	65	65	(29)	36
Alterações das taxas de câmbio	33	0	33	1	(135)	22	9	(103)	42	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 094	440	1 534	1 431	0	70	871	2 372	6 235	10 140
Amortização e imparidade acumulada:										
Saldo em 1 de janeiro de 2015	240	3	243	976	243	343	781	2 343	1 249	3 835
Amortização do exercício	0	0	0	87	44	36	45	212	499	710 ¹
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(3)	(3)	0	0	0	(1)	(1)	(3)	(7)
Alienações	0	0	0	0	0	0	(1)	(1)	190	189
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(25)	0	0	(4)	(29)	0	(29)
Perdas por imparidade	0	416	416	397	0	14	16	427	191	1 034 ²
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	(1)	0	28	27	(24)	3
Alterações das taxas de câmbio	28	2	30	41	14	35	29	119	61	210
Saldo em 31 de dezembro de 2015	268	418	686	1 476	300	429	893	3 098	1 782	5 567
Amortização do exercício	0	0	0	39	37	24	36	136	679	815 ³
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(155)	(808)	0	(15)	(978)	(10)	(988)
Alienações	0	0	0	1	0	0	146	147	99	246
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(359)	(94)	(453)	0	(453)
Perdas por imparidade	0	6	6	0	515	0	0	515	60	580 ⁴
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	39	10	49	0	49 ⁵
Transferências	0	0	0	3	0	0	45	48	(20)	28
Alterações das taxas de câmbio	8	0	8	1	(43)	10	6	(26)	26	7
Saldo em 31 de dezembro de 2016	276	424	700	1 363	0	65	715	2 143	2 418	5 261
Valor escriturado:										
Em 31 de dezembro de 2015	793	22	815	83	641	367	218	1 309	3 064	5 188
Em 31 de dezembro de 2016	818	15	833	68	0	5	156	229	3 817	4 879

¹ Os 710 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

² Dos quais 843 milhões de euros foram incluídos numa imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis, consistindo em imparidades de ativos intangíveis de marcas registadas não amortizadas (416 milhões de euros) bem como relacionados com os clientes e amortizados (397 milhões de euros), baseados em contratos (14 milhões de euros) e ativos intangíveis com marcas registadas (16 milhões de euros). Além disso, 191 milhões de euros em imparidades relacionadas com o desenvolvimento interno de software foram registados em despesas gerais e administrativas.

³ Os 815 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

⁴ Dos quais 521 milhões de euros foram incluídos numa imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis, consistindo em imparidades de um ativo intangível de marcas registadas não amortizado (6 milhões de euros), assim como o abatimento do valor de negócio adquirido (VOBA; 515 milhões de euros). Além disso, 60 milhões de euros em imparidades relacionadas com o desenvolvimento interno de software foram registados em despesas gerais e administrativas.

⁵ Foram registados 49 milhões de euros como reversão de imparidade de um ano anterior relacionados com a venda da Maher Terminals LLC (NCOU) e estão incluídos em imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis.

Ativos intangíveis amortizados

Em 2016, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu num valor líquido de 327 milhões de euros. Os componentes principais deste desenvolvimento incluíram aumentos devidos a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,5 mil milhões de euros, o que representa a capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Estes foram compensados pelas despesas de amortização de 815 milhões de euros, principalmente relacionadas com o consumo de ativos agendados do software de desenvolvimento próprio (679 milhões de euros), e alterações de imparidades de 580 milhões de euros, refletindo essencialmente o abatimento do valor de negócio adquirido (VOBA; 515 milhões de euros) como consequência da alienação da Abbey Life (Deutsche AM). Para além disso, a reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à depreciação do software de desenvolvimento próprio (60 milhões de euros). Antes da venda do investimento antigo NCOU na operação Maher Terminals' Port Elizabeth no quarto trimestre de 2016, a respetiva reclassificação para a categoria de detido para venda no terceiro trimestre de 2016 tinha levado a uma redução líquida de 497 milhões de euros nos outros ativos intangíveis baseados em contratos e designações comerciais.

Durante 2015, as principais alterações na amortização de outros ativos intangíveis incluíram acrescentos a ativos intangíveis gerados internamente no valor de 1,2 mil milhões de euros, que representam a capitalização de despesas incorridas em conjunto com as atividades do Grupo relacionadas com o desenvolvimento de software próprio. Por outro lado, e como resultado da reavaliação da plataforma de software atual, bem como do software em construção, o Grupo registou imparidades no software autodesenvolvido no valor de 191 milhões de euros. Em 27 de abril de 2015, o Deutsche Bank anunciou o seu novo mapa estratégico, em que a venda do Postbank era uma parte integrante. A atualização adicional da nova estratégia do grupo constituiu um facto gerador em que o *goodwill* e outros ativos não financeiros incluídos na UGC PBC tiveram de ser testados relativamente à sua imparidade. A valorização efetuada no terceiro trimestre de 2015 sobre o novo plano estratégico resultou numa imparidade da antiga UGC PBC. Após a afetação da imparidade ao abatimento total do antigo *goodwill* da PBC (2,8 mil milhões de euros; consulte a secção "Alterações no *goodwill*" acima para a respetiva reexpressão nas UGC nos termos da nova estrutura de segmentos de 2016), foi reconhecida uma perda por imparidade de 837 milhões de euros relacionada com outros ativos intangíveis nas antigas UGC do segmento PBC (dos quais 834 milhões de euros referem-se às UGC do Postbank), refletindo a alteração na intenção estratégica e a desconsolidação esperada do Postbank. A imparidade baseou-se no justo valor menos os custos do modelo de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Dessa imparidade, 427 milhões de euros estão relacionados com a amortização de ativos intangíveis, que incluem principalmente abatimentos de ativos intangíveis relacionados com o cliente (397 milhões de euros), intangível de marcas registadas BHW (16 milhões de euros) e ativos intangíveis baseados em contratos (14 milhões de euros). O restante foi alocado para o abatimento do ativo intangível da marca registada Postbank sem amortização (410 milhões de euros, ver abaixo).

Em 2014, imparidades de 146 milhões de euros registadas noutros ativos intangíveis adquiridos foram largamente atribuíveis à Maher Terminals LLC (NCOU; dos quais 116 milhões de euros em direitos de locação ("baseados em contratos") e 29 milhões de euros em marcas comerciais (software e outros)), na sequência das perspetivas negativas continuadas para volumes de negócios e contentores. A imparidade de 48 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado da reavaliação da atual plataforma de software em desenvolvimento ao abrigo do Programa OpEx.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balço consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de	
caixa – 302	Confirmações – 479

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em anos
Ativos intangíveis gerados internamente:	
<i>Software</i>	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Ativos intangíveis baseados em contratos	até 8
Outros	até 80

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 818 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à UGC da Deutsche AM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à DWS Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. pelo Grupo em 2002.

O valor recuperável do ativo de 818 milhões de euros foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos e a taxa de comissão efetiva. As taxas de desconto (custo de capital) aplicadas no cálculo foram de 10,7 % em 2016 e 11,0 % em 2015. As análises da valorização para os anos 2016 e 2015 não resultaram em nenhuma imparidade nem na reversão das imparidades anteriores. Em 2014, foi reconhecida e registada uma reversão de imparidades de 84 milhões de euros na imparidade de *goodwill* e de ativos intangíveis na demonstração de resultados, principalmente devido a uma previsão de fluxos positiva graças ao reforço da franquia, a uma combinação de ativos favorável e a uma diminuição na taxa de desconto.

Marcas registadas: Os outros ativos intangíveis não amortizados incluíram as marcas registadas Postbank (atribuída à UGC do Postbank) e Sal. Marcas registadas Oppenheim (atribuídas à UGC da Deutsche AM), que foram ambas adquiridas em 2010. A marca registada Postbank foi inicialmente reconhecida em 2010 com um valor de 382 milhões de euros. Ao concluir a atribuição do preço de aquisição em 2011, o justo valor da marca registada Postbank aumentou para 410 milhões de euros. A Sal. Oppenheim foi reconhecida com um valor de 27 milhões de euros. Uma vez que se previa que ambas as marcas registadas criassem fluxos de caixa por um período de duração indefinida, foram classificadas como ativos intangíveis não amortizados. Ambas as marcas foram registadas ao justo valor na data de aquisição, com base em avaliações feitas por terceiros. Os valores recuperáveis foram calculados como o justo valor subtraído dos custos de alienação das marcas registadas com base na abordagem de rendimento através do método dispensa de royalty. Refletindo na alteração da intenção estratégica e da desconsolidação esperada do Postbank, a marca registada Postbank (410 milhões de euros) foi totalmente abatida no terceiro trimestre de 2015. Em seguimento de uma análise do modelo de valorização da marca registada Sal. Oppenheim, foi registada uma depreciação de 6

milhões de euros no quarto trimestre de 2015. A descontinuidade do seu uso fora do mercado alemão conduziu a uma outra depreciação de 6 milhões de euros registrados no quarto trimestre de 2016.

27 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Numerário, montantes a receber e depósitos em bancos, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	243	0
Ativos detidos para negociação, derivados, ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	29	0
Empréstimos	46	28
Ativos fixos tangíveis	174	43
Outros ativos	42	3 420
Total de ativos classificados como detidos para venda	563	3 491
Depósitos, recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda	570	0
Passivos detidos para negociação, derivados, passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	29	0
Dívida a longo prazo	0	0
Outros passivos	102	37
Total de passivos classificados como detidos para venda	701	37

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os resultados líquidos não realizados de 0 milhões de euros e 662 milhões de euros, respetivamente, associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

Maher Terminals, Port Elizabeth

Em 15 de abril de 2016, o Grupo anunciou que tinha chegado a um acordo com a Macquarie Infrastructure Partners III (“MIP III”), um fundo gerido pela Macquarie Infrastructure and Real Assets (“MIRA”), para vender a Maher Terminals USA, LLC (“Maher Terminals”), um terminal de contentores multiutilizador em Port Elizabeth, Nova Jérсия. Ao abrigo da transação, a MIP III concordou em adquirir 100% da Maher Terminals, sujeita a aprovações dos reguladores. No seguimento dos progressos adicionais conseguidos no terceiro trimestre de 2016, a partir de 30 de setembro de 2016, a Maher Terminals tinha sido classificada como um grupo de alienação detido para venda. A reclassificação não resultou numa perda por imparidade. Antes da respetiva reclassificação, a Maher Terminals tinha sido contabilizada como um investimento antigo consolidado detido dentro da divisão NCOU. A venda foi concluída com êxito em 16 de novembro de 2016.

Abbey Life

Em 28 de setembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo com a Phoenix Life Holdings Limited (“Phoenix Life”), uma subsidiária da Phoenix Group Holdings (“Phoenix Group”), para vender o respetivo negócio da Abbey Life (Abbey Life Assurance Company Limited, Abbey Life Trustee Services Limited e Abbey Life Trust Securities Limited) que eram detidas na divisão Deutsche AM. Nos termos da transação, a Phoenix Life concordou em adquirir 100% do negócio da Abbey Life por um preço de compra, líquido de determinados ajustes, de 933 milhões de libras esterlinas (1087 milhões de euros, com base na taxa de juros do final do exercício) e uma proteção de indemnização de até 175 milhões de libras esterlinas, cobrindo um período de até 8 anos de potenciais desfechos em relação a uma revisão iminente pela Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA).

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

A transação foi objeto de aprovações dos reguladores, incluindo a da Autoridade Reguladora Prudencial do Reino Unido (PRA), assim como de um voto dos acionistas do Phoenix Group e da conclusão de uma publicação de direitos pelo Phoenix Group para financiar a transação. Com os acionistas do Phoenix Group a votar na aprovação da transação em 24 de outubro de 2016 e a publicação de direitos concluída em 8 de novembro de 2016, o Phoenix Group anunciou em 13 de dezembro de 2016 que a PRA tinha consentido a compra da Abbey Life. A conclusão da transação ocorreu em 30 de dezembro de 2016. Por conseguinte, as entidades da Abbey Life foram desconsolidadas do balanço do Grupo no final do exercício de 2016.

Com os requisitos acima cumpridos e antes da data de fecho da transação, as entidades da Abbey Life foram objeto das regras contábilísticas de detenção para venda. Por conseguinte e imediatamente antes da respetiva classificação inicial como detida para venda, o grupo de alienação, que continha também ativos intangíveis de 1015 milhões de euros [englobando o *goodwill* de 500 milhões de euros afetado da unidade geradora de caixa na alienação da Deutsche AM assim como o VOBA de 515 milhões de euros (valor de negócio adquirido; consultar Nota 26 “*Goodwill* e outros ativos intangíveis”)], foi inicialmente medido e reconhecido em conformidade com as regras contábilísticas aplicáveis. Uma comparação do justo valor menos custos de venda e ativos líquidos do grupo de alienação resultou numa imparidade inicial de 1015 milhões de euros registada no segmento de resultados da divisão Deutsche AM do quarto trimestre de 2016 como uma imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis.

Com a conclusão da venda, as perdas cumulativas de 49 milhões de euros decorrentes do término do programa de coberturas de fluxos de caixa do negócio da Abbey Life, que eram anteriormente uma componente de outro rendimento integral, foram divulgadas nos resultados. Estas foram compensadas por outros rendimentos conduzindo a 72 milhões de euros de receitas positivas líquidas como resultado da venda. Juntamente com a imparidade de intangíveis de 1015 milhões de euros já reconhecidos, no quarto trimestre de 2016, o Grupo registou uma perda antes de impostos global na transação de 943 milhões de euros.

A venda tem um impacto de capital positivo líquido com a conclusão da transação e melhorou o rácio *Common Equity Tier 1* do Deutsche Bank (CRR/CRD IV *fully loaded*) a partir de 31 de dezembro de 2016 em aproximadamente 10 pontos base. A transação não possui um impacto material nos itens distribuíveis disponíveis do Deutsche Bank.

Sal. O negócio da manutenção de ativos da Oppenheim sediada no Luxemburgo

Em 22 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que celebrou um contrato de venda da administração de fundos e serviços de custódia da Sal. A Oppenheim Luxembourg para o banco privado Hauck & Aufhäuser. Por conseguinte, o balanço do negócio relacionado, que é detido na divisão Deutsche AM, foi classificado como um grupo de alienação detido para venda. A reavaliação do grupo de alienação resultou numa perda por imparidade de 34 milhões de euros, registados em Outros resultados do quarto trimestre de 2016. A conclusão da transação, que compreende a venda de duas entidades no Luxemburgo e respetivo pessoal, é objeto das habituais condições de fecho e aprovações reguladoras e espera-se que seja concluída em doze meses.

Alienações em 2016

Divisão	Alienação	Impacto financeiro ¹	Data da alienação
Private, Wealth & Commercial Clients	Em 28 de dezembro de 2015, o Deutsche Bank tinha acordado na venda de toda a sua quota de 19,99% na Hua Xia Bank Company Limited ("Hua Xia") à PICC Property and Casualty Company Limited ("PICC Property & Casualty"). Em conformidade e no final do exercício de 2015, o investimento pelo método de equivalência patrimonial na Hua Xia de 3,3 mil milhões de euros foi reclassificado na categoria de detido para venda. A conclusão da transação foi objeto das habituais condições de fecho e aprovações dos reguladores, incluindo a da Comissão de Regulação do Setor Bancário da China, que concedeu a sua aprovação para que a PICC Property and Casualty, no quarto trimestre de 2016, comprasse a quota do Deutsche Bank na Hua Xia.	Devido à reavaliação do investimento detido para venda e até à sua alienação no quarto trimestre de 2016, o Grupo registou perdas de reavaliação de 122 milhões de euros durante 2016 no ativo não corrente, assinalando a descida para os 3,1 mil milhões de euros. As perdas de reavaliação registadas em outros resultados foram sobretudo resultado do declínio na cotação da ação da Hua Xia e de um desenvolvimento adverso nas taxas de câmbio. Devido à contrapartida acordada para a quota da Hua Xia, outros efeitos relacionados com a transação compensaram parcialmente o declínio na cotação da ação. Adicionalmente, outro rendimento integral acumulado de 662 milhões de euros relacionado com o investimento foi reclassificado na demonstração de resultados. A transação global relacionada com o ganho líquido em 2016 ascendeu aos 624 milhões de euros.	Quarto trimestre de 2016
Private, Wealth & Commercial Clients	O Deutsche Bank celebrou o contrato definitivo anteriormente anunciado de venda do seu negócio U.S. Private Client Services (PCS) à Raymond James Financial, Inc. a partir de 6 de setembro de 2016.	Nenhum	Terceiro trimestre de 2016
Deutsche Asset Management	Em agosto de 2015, o Deutsche Bank tinha anunciado que tinha chegado a um acordo de venda do seu negócio de gestão de ativos indiano à Pramerica Asset Managers Pvt. Ltd. Em março de 2016, todas as aprovações reguladoras tinham sido obtidas e a venda foi concluída.	Nenhum	Primeiro trimestre de 2016.

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanço consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2015

Divisão	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda	Impacto financeiro ¹	Informações adicionais
Private, Wealth & Commercial Clients	Em 28 de dezembro de 2015, o Deutsche Bank tinha acordado na venda de toda a sua quota de 19,99% na Hua Xia Bank Company Limited ("Hua Xia") à PICC Property and Casualty Company Limited. Em conformidade e no final do exercício de 2015, o investimento pelo método de equivalência patrimonial na Hua Xia de 3,3 mil milhões de euros foi reclassificado na categoria de detido para venda.	Antes da reclassificação, a Hua Xia tinha sido contabilizada como associada ao abrigo do método de equivalência patrimonial. A reavaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial ao seu justo valor (preço de mercado cotado menos custos de alienação num mercado ativo (nível 1)), resultou numa inversão parcial de 162 milhões de euros do montante inicial de imparidade de 649 milhões de euros registados durante o terceiro trimestre de 2015. Em conformidade, a imparidade líquida de 487 milhões de euros foi registada na antiga PBC e relatada no resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial. O acordo para vender a quota na Hua Xia combinado com o desenvolvimento da cotação da ação resultou numa perda líquida geral de 697 milhões no total.	Quarto trimestre de 2015
Private, Wealth & Commercial Clients	Em linha com a agenda do Deutsche Bank de focagem em prioridades estratégicas, o Grupo anunciou que entrou num acordo de compra definitiva de ativos para vender a sua unidade U.S. Private Client Services ("PCS") à Raymond James Financial, Inc.	Nenhum	Quarto trimestre de 2015

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Alienações em 2015

Divisão	Alienação	Impacto financeiro ¹	Data da alienação
Non-Core Operations Unit	No primeiro trimestre de 2015, o Grupo classificou o seu investimento no Fairview Container Terminal em Port of Prince Rupert, no Canadá, que é um segmento da Maher Terminals, uma operadora de terminais de contentores multiutilizador, como um grupo de alienação detido para venda. Ao abrigo da transação de alienação, a DP World, uma operadora de terminais de contentores sedeada no Dubai, concordou em adquirir 100% da Fairview Container Terminal por uma contrapartida de 391 milhões de euros (580 milhões CAD).	Nenhum.	Terceiro trimestre de 2015
Infraestrutura	Piecemeal - venda de partes da infraestrutura de tecnologia de informação bancária grossista do Grupo à Hewlett Packard.	Nenhum em 2015.	Segundo trimestre de 2015

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

28 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Outros ativos:		
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	57 924	60 421
Valores a receber de corretagem prime	9 859	10 575
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	6 409	4 221
Valores a receber de operações <i>regular way</i> não liquidadas	30 908	19 722
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	105 100	94 939
Juros acumulados a receber	2 433	2 649
Ativos detidos para venda	563	3 491
Outros	17 950	17 058
Total de outros ativos	126 045	118 137

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Outros passivos:		
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	70 706	71 161
Valores a pagar de corretagem prime	20 155	40 854
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2 668	3 847
Valores a pagar de operações <i>regular way</i> não liquidadas	28 490	18 776
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	122 019	134 637
Juros acumulados a pagar	2 712	2 607
Passivos detidos para venda	701	37
Outros	30 008	37 725
Total de outros passivos	155 440	175 005

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 27, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda".

29 – Depósitos

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à ordem não remunerados	200 122	192 010
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	129 654	153 559
Depósitos a prazo	130 299	124 196
Depósitos de poupança	90 129	97 210
Total de depósitos remunerados	350 082	374 964
Total de depósitos	550 204	566 974

30 – Provisões

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Atividade de poupança e crédito habitação	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Pedidos de recompra de hipotecas	Outro ¹	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1 150	422	761	2 448	120	669	880	6 450
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	2	2
Novas provisões	316	170	1 296	4 067	688	16	915	7 468
Montantes utilizados	301	17	562	2 504	118	123	554	4 179
Montantes não utilizados revertidos	1	289	112	69	40	231	380	1 121
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(32)	18	38	119	1	78	39	261
Transferências	0	12	(4)	(13)	4	0	21	20
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 132	315	1 418	4 048	656	409	922	8 900
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(0)	0	0	(8)	0	(66)	(74)
Novas provisões	213	123	1 192	1 616	535	25	582	4 286
Montantes utilizados	213	23	403	82	333	273	545	1 872
Montantes não utilizados revertidos	37	93	278	34	110	10	131	693
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(36)	0	12	84	4	13	5	82
Transferências	0	(13)	72	(24)	(1)	0	(31)	3
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 059	309	2 014	5 607	741	164	735	10 629

¹ Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 21, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

Classes de provisões

As provisões para poupança e crédito habitação (*home savings*) decorrem da atividade de poupança e crédito habitação do Grupo Deutsche Postbank e Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft. Em poupança e crédito habitação, um cliente celebra um contrato de crédito para construção, mediante o qual esse cliente passa a ter o direito de pedir empréstimos sobre essa linha de crédito para construção assim que depositar junto do banco credor um determinado valor em dinheiro. No âmbito do contrato de crédito para construção há lugar ao débito de comissões de abertura de crédito e ao pagamento de juros sobre os montantes depositados a uma taxa que é, tipicamente, mais baixa do que aquela que é paga sobre outro tipo de depósitos bancários. Na eventualidade do cliente decidir não contrair empréstimos, o cliente passa a ter direito a um bônus de juros retroativos, que corresponde à diferença entre a baixa taxa de juro contratual aplicada à poupança e uma taxa de juro fixa, atualmente bastante acima da taxa de mercado. A provisão para poupança e crédito habitação diz respeito à obrigação de reembolso da comissão de abertura de crédito e o potencial bônus de juros. O modelo de cálculo da obrigação com o potencial bônus de juros inclui parâmetros relativos à percentagem de base de clientes afetada, taxa de bônus aplicável, estatuto do cliente e momentos de pagamento. Outros fatores que influenciam a provisão são dados estatísticos disponíveis sobre o comportamento de clientes e a conjuntura geral que poderá vir a afetar o negócio no futuro.

Operacional provisões que surgem do risco operacional e que excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões.

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão de risco, pois exclui o risco de perda resultante dos processos civis ou de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

Processos civis as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As **provisões para reestruturação** decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações, ver a Nota 10, "Reestruturação".

As provisões para **pedidos de recompra de hipotecas** decorrem da atividade de créditos hipotecários residenciais do Deutsche Bank nos Estados Unidos. Entre 2005 e 2008, como parte da atividade de créditos hipotecários residenciais, o Deutsche Bank vendeu aproximadamente 84 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em títulos *private label* e 71 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em títulos de crédito através de vendas *whole loan*. Têm sido apresentados ao Deutsche Bank pedidos de recompra de créditos da parte de compradores, investidores e seguradores financeiros, com base em alegadas violações materiais de representações e garantias ou pedidos de indemnização dessas pessoas relativamente às alegadas perdas sofridas em consequência. A prática geral do Deutsche Bank é processar os pedidos de recompra válidos que são submetidos em conformidade com os direitos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank tinha, aproximadamente, 847 milhões de dólares dos Estados Unidos em pedidos de recompra de hipotecas pendentes (com base no saldo de capital original dos créditos). Estes pedidos consistem, principalmente, em pedidos efetuados relativamente a titularizações *private label* pelos respetivos mandatários ou executores. Face a estes pedidos pendentes, o Deutsche Bank registou provisões de 173 milhões de dólares dos Estados Unidos (164 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2016. O Deutsche Bank é o beneficiário de acordos de indemnização dos originadores ou vendedores de alguns empréstimos hipotecários sujeitos a estes pedidos, quanto aos quais o Deutsche Bank reconheceu valores a receber de 64 milhões de dólares dos Estados Unidos (61 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2016. As provisões líquidas face a estes pedidos após dedução de tais valores a receber foram de 109 milhões de dólares dos Estados Unidos (103 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank tinha concluído recompras, obtido acordos de rescisão, liquidado ou rejeitado como reclamações inoportunas sobre empréstimos com um saldo principal original de aproximadamente 8,8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos. No âmbito daquelas recompras, acordos e liquidações, o Deutsche Bank conseguiu a liberação de potenciais reclamações num montante aproximado de 98,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em créditos vendidos pelo Deutsche Bank, conforme atrás descrito.

Podem surgir novos pedidos de recompra de hipotecas relativamente a créditos vendidos pelo Deutsche Bank, mas este não pode estimar com fiabilidade a respetiva data ou montante. Em 11 de junho de 2015, o tribunal de segunda instância de Nova Iorque emitiu um parecer afirmando o indeferimento de reclamações de recompra de hipotecas afirmadas em litígios relacionados com títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação emitidos pelo Deutsche Bank com base no início inoportuno da ação. O tribunal afirmou que os pedidos de recompra, cujas alegadas violações de representações contratuais e garantias pertencentes aos créditos em questão, foram acumulados a partir da data de fecho da titularização e, por conseguinte, prescreveram ao abrigo do prazo de prescrição de seis anos de Nova Iorque. Esta decisão e as decisões relacionadas podem ter um impacto no âmbito em que os pedidos de recompra futuros sejam feitos ao Deutsche Bank e com base na probabilidade de êxito de tais reclamações.

O Deutsche Bank não atuou como executor dos créditos integrais vendidos a terceiros (o que constitui praticamente metade de todos os créditos hipotecários residenciais vendidos nos Estados Unidos entre 2005 e 2008) e, após a venda, o Deutsche Bank deixou de ter acesso a informação sobre o respetivo desempenho. Embora o desempenho dos créditos esteja publicamente disponível nos créditos hipotecários titularizados pelo Deutsche Bank, não há uma

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

correlação direta entre o respetivo desempenho e os pedidos de recompra recebidos. Receberam-se pedidos referentes a créditos incumpridos, bem como referentes a créditos correntes e a créditos totalmente pagos.

Outras provisões incluem vários itens específicos resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas e provisões para taxas bancárias.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis. Esta tendência aumentou acentuadamente no seguimento da crise financeira global e da crise de dívida soberana europeia.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 encontram-se apresentados na tabela acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões pois o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2016, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota mas menos do que provável era de cerca de 1,5 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2015: 1,4 mil milhões de euros) e 0,8 mil milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2015: mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incurta quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda.

Litígio Fundos Esch. Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA ("Sal. Oppenheim") esteve, anteriormente à respetiva aquisição pelo Deutsche Bank em 2010, envolvida no marketing e financiamento de participações em fundos imobiliários fechados. Estes fundos foram estruturados como sociedades civis ao abrigo do direito alemão. Normalmente, a Josef Esch Fonds-Projekt GmbH efetuou o planeamento e desenvolvimento de projetos. Sal. Oppenheim deteve participação indireta nesta empresa através de um empreendimento conjunto. Relativamente a este negócio, foram apresentadas várias queixas cíveis contra a Sal. Oppenheim Algumas, mas não todas, destas queixas são também dirigidas aos antigos sócios-gerentes da Sal. Oppenheim e outros indivíduos. As queixas levantadas contra a Sal. Oppenheim referem-se a investimentos originalmente de cerca de 1,1 mil milhões de euros. Depois de determinadas reclamações terem sido rejeitadas ou resolvidas, as reclamações relacionadas com investimentos de aproximadamente 330 milhões de euros continuam pendentes. Atualmente, os valores agregados solicitados nas intervenções pendentes são de aproximadamente 390 milhões de euros. Os investidores estão a tentar dissolver a respetiva participação de fundos e ser compensados por potenciais perdas e dívida relacionadas com o investimento. As queixas são parcialmente baseadas num alegado incumprimento da Sal. Oppenheim em fornecer informação adequada sobre os riscos relacionados e outros aspetos materiais importantes para a decisão dos investidores. Com base nos

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

factos dos casos individuais, alguns tribunais decidiram a favor e alguns contra a Sal. Oppenheim Existem recursos pendentes. O Grupo registou provisões e passivos contingentes relativamente a estes casos mas não divulgou os montantes dos mesmos porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que estão a investigar as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank realizou a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

Em 19 de outubro de 2016, a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA, Divisão de Execução (“CFTC”) emitiu uma carta (“Carta da CFTC”) a notificar o Deutsche Bank de que a CFTC “não levará a cabo qualquer outra ação, de momento, e encerrou a investigação ao Deutsche Bank” relativamente a divisas. Como é hábito, a Carta da CFTC afirma que a CFTC “mantém a discricionariedade para decidir reabrir a investigação a qualquer momento no futuro”. A Carta da CFTC não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank, que permanecem pendentes.

Em 7 de dezembro de 2016, foi anunciado que o Deutsche Bank celebrou um acordo com a CADE, a agência brasileira de execuções antitrust, para resolver uma investigação de conduta no mercado cambial por um operador de mercado do Deutsche Bank sediado no Brasil. Isto teve o efeito de concluir o processo administrativo da CADE referente ao Deutsche Bank.

Em 13 de fevereiro de 2017, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (“DOJ”), Divisão Criminal, Secção de Fraude, emitiu uma carta (“Carta do DOJ”) a notificar o Deutsche Bank de que o DOJ encerrou o seu inquérito criminal “respeitante a possíveis violações da legislação criminal federal em ligação com os mercados cambiais”. Como é hábito, a Carta do DOJ afirma que o DOJ poderá reabrir o seu inquérito caso obtenha informações adicionais ou provas referentes ao inquérito. A Carta do DOJ não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank, que permanecem pendentes.

As investigações levadas a cabo por determinadas outras agências reguladoras e de aplicação da lei continuam a decorrer e o Deutsche Bank está a cooperar com estas investigações.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em várias ações coletivas putativas no tribunal distrital dos E.U.A. para o Distrito do Sul de Nova Iorque alegando violações da lei *antitrust* e da lei Commodity Exchange Act dos EUA relacionadas com a alegada manipulação das taxas cambiais. As queixas nas ações judiciais não especificam as indemnizações procuradas. Em 28 de janeiro de 2015, o tribunal que supervisionou as ações coletivas concedeu a moção de anulação com extinção do processo nas duas ações que envolvem queixosos extra EUA mas recusou a moção de anulação na ação que envolve queixosos dos EUA, que se encontrava então pendente. Foram ajuizadas ações adicionais desde a ordem do tribunal em 28 de janeiro de 2015. Existem agora quatro ações pendentes. A primeira ação pendente é uma ação consolidada que foi apresentada em nome de um grupo putativo de negociantes do mercado de balcão (*over-the-counter*) e um grupo putativo de negociantes de um centro de comercialização, domiciliados ou negociados nos Estados Unidos ou nos seus territórios e alega acordos ilegais para restringir a concorrência relativa às, e para manipular as taxas de referência e as taxas *spot*, particularmente os *spreads* cotados nestas taxas *spot*; a queixa alega ainda que essas supostas conspirações, por sua vez, resultaram em preços artificiais em bolsas centralizadas para opções e futuros das taxas de câmbio. A petição de anulação da ação consolidada do Deutsche Bank foi deferida parcialmente e recusada parcialmente em 20 de setembro de 2016. Uma segunda ação faz o rastreio das alegações na ação consolidada e afirma que tal suposta conduta deu origem e resultou numa violação dos deveres fiduciários dos réus ao abrigo da lei dos EUA relativa a garantias de rendimento por reforma de trabalhadores de 1974 (ERISA). A terceira ação coletiva putativa foi apresentada no mesmo tribunal a 21 de dezembro de 2015, pela Axiom Investment Advisors, LLC, alegando que o Deutsche Bank tinha rejeitado ordens de FX colocadas em plataformas de negociação eletrónica através da aplicação de uma função referida como “Last Look” e que estas ordens foram apresentadas posteriormente a preços menos favoráveis a membros do grupo putativo (a ação “Last Look”). O queixoso apresentou ações por violação contratual, reclamações quase contratuais e reclamações ao abrigo da lei estatutária

de Nova Iorque. Apresentada em 26 de setembro de 2016, a quarta ação coletiva putativa (a ação “Compradores indiretos”) controla as alegações na ação consolidada e afirma que tal suposta conduta lesou os instrumentos cambiais dos “compradores indiretos”. Estas queixas são apresentadas nos termos da Lei Sherman, da Lei Donnelly de Nova Iorque, da Lei Cartwright da Califórnia e da Lei da Concorrência Desleal da Califórnia.

Em 24 de agosto de 2016, o tribunal deferiu a petição dos réus para anular a ação ERISA. Os queixosos nessa ação apresentaram um recurso no tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a segunda circunscrição em 9 de janeiro de 2017. Em 14 de fevereiro de 2017, o tribunal deferiu parcialmente e recusou parcialmente a petição de anulação da ação Last Look do Deutsche Bank. O Deutsche Bank avançou para anular a ação dos compradores indiretos em 24 de janeiro de 2017. A fase de instrução já foi iniciada nas ações consolidadas e Last Look. A fase de instrução ainda não foi iniciada nas ações ERISA e dos compradores indiretos.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em dois processos coletivos canadenses apresentados nas províncias de Ontário e Quebec. Apresentadas em 10 de setembro de 2015, estas ações coletivas afirmam alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indenizações ao abrigo da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

Questões relativas a taxas interbancárias. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.* O Deutsche Bank recebeu vários pedidos de informação de diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei, incluindo vários procuradores-gerais dos E.U.A., relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias oferecidas. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Como anteriormente relatado, o Deutsche Bank chegou a um acordo com a Comissão Europeia em 4 de dezembro de 2013, como parte de um acordo coletivo para resolver as investigações da mesma em relação à conduta anticoncorrencial no comércio de derivados de taxa de juro do euro e derivados de taxa de juro do iene. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank concordou em pagar um total de 725 milhões de euros. Esta coima foi paga na totalidade e não forma parte das provisões do Banco.

Também como relatado anteriormente, em 23 de abril de 2015, o Deutsche Bank celebrou liquidações separadas com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos (DOJ), a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (CFTC), a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) para resolver investigações de conduta indevida relativamente à fixação das taxas LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Nos termos destes acordos, o Deutsche Bank concordou em pagar penalizações de 2 175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos ao DOJ, CFTC e DFS e 226,8 milhões de libras esterlinas à FCA. Estas multas foram totalmente pagas na totalidade e não formam parte das provisões do Deutsche Bank, exceto 150 milhões de dólares dos Estados Unidos que são pagos ao DOJ, sujeitas a aprovação do tribunal (atualmente agendadas para 28 de março de 2017), no seguimento da sentença da DB Group Services (UK) Ltd. (uma subsidiária indireta totalmente detida pelo Deutsche Bank) em ligação com a respetiva confissão de culpa do delito de fraude em transferências. Como parte da resolução com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos, o Deutsche Bank celebrou um acordo de adiamento da acusação com um termo de três anos em seguimento do qual concordou (entre outras coisas) em apresentar a informação junto do tribunal distrital dos Estados Unidos para o Distrito do Connecticut acusando o Deutsche Bank de cometer fraude em transferências e de fixar preços, violando a Lei Sherman.

Em 29 de novembro de 2016, os colaboradores da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) informaram o Deutsche Bank de que concluíram a respetiva investigação da IBOR e que não tencionam recomendar uma ação de execução pela Comissão.

Em 21 de dezembro de 2016, a Comissão da Concorrência suíça, a WEKO, anunciou formalmente as decisões de acordo relacionadas com a IBOR, abordando vários bancos, incluindo o Deutsche Bank AG, relativamente à EURIBOR e à LIBOR em ienes. O Deutsche Bank será obrigado a pagar uma multa de 5,0 milhões de francos suíços relativos à Libor em ienes e aproximadamente 0,4 milhões de francos suíços para taxas da WEKO. O Deutsche Bank recebeu imunidade total de multas para a EURIBOR em troca de ter sido a primeira parte a notificar tal conduta à WEKO. Este montante do acordo já se encontra totalmente refletido nas provisões dos litígios existentes.

Tal como comunicado acima, o Deutsche Bank é objeto de um inquérito por um grupo de trabalho dos procuradores-gerais dos E.U.A., relativamente à fixação da LIBOR, EURIBOR e TIBOR. O Deutsche Bank continua a cooperar no inquérito com os procuradores-gerais dos E.U.A.

Outras investigações do Deutsche Bank relativas ao estabelecimento de várias taxas interbancárias continuam a decorrer e o Deutsche Bank permanece exposto a possíveis ações. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Visão geral dos processos civis. O Deutsche Bank é uma parte de 47 ações judiciais relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias que se encontram descritas nos parágrafos seguintes. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas salvo seis das ações judiciais foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As seis ações judiciais pendentes contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos também se encontram pendentes no

distrito sul de Nova Iorque e incluem duas ações relativas à LIBOR em ienes e à TIBOR em euro-ienes, uma ação relativa à taxa EURIBOR, uma ação consolidada relativa à LIBOR em libra esterlina (GBP), uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF) e uma ação relativa a duas taxas de referência em dólares de Singapura (SGD), a taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e a taxa de *swap* (SOR).

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 47 ações judiciais discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos (CEA) e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) e demais legislação estatal e federal. Em todos os casos, salvo cinco, o valor das indemnizações foi articulado formalmente pelos queixosos. Os cinco casos que alegam um valor específico de indemnizações são ações individuais consolidadas no litígio multidistrital da LIBOR em dólares dos Estados Unidos e procuram um mínimo de mais de 1,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em indemnizações de forma agregada de todos os réus, incluindo o Deutsche Bank. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Com duas exceções, todas as ações civis relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o "MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos") no distrito sul de Nova Iorque. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações civis incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e dezembro de 2016 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas *antitrust*, queixas CEA e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição, que são atualmente objeto de informação adicional; estão pendentes mais decisões.

Em 23 de maio de 2016, o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a segunda circunscrição emitiu uma opinião readmitindo as queixas *antitrust* contra os réus no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, e encontram-se no tribunal distrital para consideração superior. Em 20 de dezembro de 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas *antitrust* e a permitir que outras avancem.

A fase de instrução está em curso em vários dos casos, com petições para classificação coletiva agendada para informação em agosto de 2017.

Em 10 de janeiro de 2017, o Deutsche Bank entrou num acordo preliminar com os queixosos para resolver a ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, reivindicando queixas com base em alegadas transações nos futuros e opções do euro/dólar negociadas na bolsa de mercadorias de Chicago (Chicago Mercantile Exchange) (*FTC Capital GmbH v. Credit Suisse Group AG*). O montante do acordo já está totalmente refletido nas reservas de contencioso existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo. O acordo está sujeito a futura documentação e aprovação por parte do tribunal.

Por último, uma das ações do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi anulada por completo, incluindo (quanto ao Deutsche Bank e outros réus estrangeiros) de acordo com a jurisdição pessoal, e os queixosos apresentaram um recurso à segunda circunscrição.

Ambos os casos de não MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos foram rejeitados. Os queixosos no processo não MDL no distrito sul de Nova Iorque prosseguiram para a alteração da sua queixa e está pendente uma decisão relativa a essa petição. A anulação do outro caso não MDL, que estava em curso no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito central da Califórnia, foi confirmada pela nona circunscrição em dezembro de 2016.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

LIBOR em ienes e TIBOR em euro-ienes. Em 24 de janeiro de 2017, o Deutsche Bank entrou num acordo preliminar com os queixosos para resolver duas ações coletivas putativas pendentes no distrito sul de Nova Iorque alegando manipulação da LIBOR em ienes e da TIBOR em euro-ienes (*Laydon v. Mizuho Bank, Ltd. e Sonterra Capital Master Fund Ltd. v. UBS AG*), e retirou as respetivas petições pendentes de anulação da ação *Sonterra*. (A ação *Laydon* já foi sujeita a decisões pelo tribunal sobre petições de anulação e está neste momento em fase de instrução.) O montante do acordo já está totalmente refletido nas reservas de contencioso existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo. O acordo está sujeito a futura documentação e aprovação por parte do tribunal.

EURIBOR. Em 24 de janeiro de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo preliminar com os queixosos para resolver uma ação coletiva putativa pendente no distrito sul de Nova Iorque alegando manipulação da EURIBOR (*Sullivan v. Barclays PLC*) e retirou as respetivas petições pendentes de anulação da ação. O montante do acordo já está totalmente refletido nas reservas de contencioso existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo. O acordo está sujeito a futura documentação e aprovação por parte do tribunal.

LIBOR em libras esterlinas, LIBOR em francos suíços, SIBOR e SOR. As ações coletivas putativas alegando manipulação da LIBOR em libras esterlinas (GBP), LIBOR em francos suíços (CHF), taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e a taxa de *swap* (SOR), respetivamente, estão todas pendentes no distrito sul de Nova Iorque. Cada uma destas ações é objeto de petições de anulação totalmente informadas. As decisões estão pendentes.

Queixas relativas à taxa swap de letras de banco. A 16 de agosto de 2016, foi apresentada uma ação coletiva putativa no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque contra o Deutsche Bank e outros réus, apresentando queixas baseadas em alegado conluio e manipulação em relação à Taxa "swap" de letras de banco do Australian Bank ("BBSW"). A queixa alega que os réus, entre outras coisas, se envolveram em transações do mercado monetário destinadas a influenciar a fixação da BBSW, efetuaram submissões falsas da BBSW e utilizaram o seu controlo das regras da BBSW para aumentar a alegada má conduta. Os queixosos instauraram o processo em nome de pessoas e entidades que estiveram envolvidas em transações baseadas nos EUA em instrumentos financeiros ligados à BBSW, desde 2003. Foi apresentada uma queixa alterada em 16 de dezembro de 2016, bem como moções de anulação pelos réus.

Investigações sobre as práticas de contratação designada e determinadas relações empresariais. Determinados órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições, incluindo o Securities and Exchange Commission dos EUA e o Departamento da Justiça dos EUA, estão a investigar, entre outros assuntos, a conformidade do Deutsche Bank com a lei Foreign Corrupt Practices Act dos EUA e com outras leis, no que diz respeito às práticas de contratação do Banco relativas aos candidatos designados por clientes, potenciais clientes e funcionários governamentais, e ao envolvimento de localizadores consultores. O Deutsche Bank encontra-se a responder e continua a cooperar nestas investigações. Determinados órgãos reguladores noutras jurisdições também foram informados sobre estas investigações. O Grupo registou uma provisão relativa a algumas destas investigações regulamentares. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado destas investigações regulamentares. Com base nos factos atualmente conhecidos, não é, de momento, possível para o Banco prever o tempo de resolução.

Ações judiciais da Kaupthing relativas a títulos de dívida indexados a crédito. Em junho de 2012, a Kaupthing hf, uma sociedade por ações islandesa (atuando por intermédio da sua Comissão Liquidatária), apresentou ações de recuperação (clawback) ao abrigo da legislação islandesa relativas a aproximadamente 509 milhões de euros (acrescidos de custas e juros, calculados com base na taxa de prejuízo e de juros de mora) contra o Deutsche Bank, tanto na Islândia como em Inglaterra. As ações dizem respeito a títulos de dívida indexados a crédito ("CLN") alavancados, referentes à Kaupthing, emitidos pelo Deutsche Bank para dois veículos de finalidade especial ("SPV") das Ilhas Virgens Britânicas em 2008. Os SPV eram, em última instância, propriedade de particulares com património líquido elevado. A Kaupthing alegou ter financiado os SPV e sustentou que o Deutsche Bank tinha ou devia ter tido conhecimento de que a própria Kaupthing estava economicamente exposta nas transações. A Kaupthing alegou que as transações eram anuláveis pela Kaupthing com base numa série de fundamentos alternativos, incluindo com base no fundamento de que as transações eram impróprias já que um dos alegados propósitos das transações era permitir à Kaupthing influenciar o mercado no que respeita aos spreads dos seus próprios CDS (swaps de risco de incumprimento) e, conseqüente, às suas obrigações cotadas. Adicionalmente, em novembro de 2012, foi instaurada uma ação

ao abrigo da legislação inglesa (com alegações semelhantes às constantes das ações ao abrigo da legislação islandesa) pela Kaupthing contra o Deutsche Bank em Londres (em conjunto com os processos islandeses, os "Processos da Kaupthing"). O Deutsche Bank apresentou uma defesa no processo islandês em finais de fevereiro de 2013. Em fevereiro de 2014, os processos em Inglaterra foram suspensos até à decisão final do processo islandês. Além disso, em dezembro de 2014, os SPV e os seus liquidatários conjuntos notificaram o Deutsche Bank de ações substancialmente semelhantes resultantes das transações de títulos de dívida indexados a crédito contra o Deutsche Bank e outros réus em Inglaterra (os "Processos de SPV"). Os SPV estão a reclamar aproximadamente 509 milhões de euros (acrescidos de custos e juros), apesar de o valor dessa recuperação de juros ser inferior ao da Islândia. O Deutsche Bank chegou a acordo relativamente aos Processos da Kaupthing e de SPV no primeiro trimestre de 2017. O montante do acordo já está totalmente refletido nas reservas de contencioso existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo.

Kirch. O Ministério Público em Munique (Staatsanwaltschaft München I) levou a cabo e está presentemente a levar a cabo investigações de natureza criminal relativamente ao caso Kirch no que diz respeito, entre outros, aos antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank. O caso Kirch envolveu vários processos civis entre o Deutsche Bank AG e o Dr. Leo Kirch, assim como empresas dos meios de comunicação controladas por ele. A questão central era se uma entrevista dada em 2002 pelo Dr. Rolf Breuer, porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank na altura, à rede de televisão Bloomberg, durante a qual o Dr. Breuer comentou a incapacidade do Dr. Kirch (e das suas empresas) de obter financiamento, foi a causa da insolvência das empresas Kirch. Em fevereiro de 2014, o Deutsche Bank e os sucessores de Kirch chegaram a um acordo global, que terminou todas as disputas legais entre eles.

As alegações do Ministério Público são as de que os antigos membros relevantes do Conselho de Administração não corrigiram em tempo útil declarações factuais feitas pelo advogado de contencioso do Deutsche Bank em submissões apresentadas num caso civil entre Kirch e o Deutsche Bank AG perante o tribunal regional superior de Munique e o Tribunal Federal de Justiça, após ter alegadamente tomado conhecimento de que tais declarações não estavam corretas e/ou terem feito declarações incorretas em tais processos, respetivamente.

Em 25 de abril de 2016, após o julgamento perante o tribunal distrital de Munique relativo à investigação principal que envolveu Juergen Fitschen e quatro outros antigos membros do Conselho de Administração, o tribunal distrital de Munique absolveu todos os acusados, bem como o Banco, que foi um participante secundário em tais processos. Em 26 de abril de 2016, o Ministério Público apresentou um recurso. Um recurso está limitado a uma revisão de erros jurídicos e não de factos. Em 18 de outubro de 2016, algumas semanas após a redação da sentença, o Ministério Público notificou que irá dar provimento apenas ao recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Juergen Fitschen, Dr. Rolf Breuer e Dr. Josef Ackermann e que irá retirar o recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Dr. Clemens Boersig e Dr. Tessen von Heydebreck para quem a absolvição se torna vinculativa.

As restantes investigações do Ministério Público (que também estão ligadas a tentativas de fraude litigiosas nos processos cíveis Kirch) ainda estão a decorrer. O Deutsche Bank está a cooperar plenamente com o Ministério Público de Munique.

O Grupo não espera que estas intervenções tenham consequências financeiras significativas e não foi registada uma provisão ou passivo contingente relativamente às mesmas.

Índice KOSPI, matérias de dissolução. No seguimento do declínio do índice 200 de cotações compostas de ações da Coreia ("KOSPI 200") no encerramento de leilão em 11 de novembro de 2010 em cerca de 2,7%, o Serviço de Supervisão Financeira da Coreia ("FSS") iniciou uma investigação e expressou a preocupação de que a queda no KOSPI 200 foi atribuível a uma venda pelo Deutsche Bank de um conjunto de ações, no valor de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros, que foi detido como parte de uma posição de arbitragem do índice no KOSPI 200. Em 23 de fevereiro de 2011, a Comissão dos Serviços Financeiros da Coreia, que supervisiona o funcionamento do Serviço de Supervisão Financeira da Coreia, reviu as conclusões e recomendações deste FSS e resolveu aplicar as seguintes medidas: (i) apresentar uma queixa criminal perante o Ministério Público da Coreia por alegada manipulação de mercado contra cinco colaboradores do grupo Deutsche Bank e da subsidiária do Deutsche Bank, a Deutsche Securities

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das demonstrações financeiras consolidadas – 303	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balço rendimento integral – 298	Notas adicionais – 418
Balço consolidado – 299	Confirmações – 479
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	

Korea Co. (DSK), por responsabilidade por atos corporativos criminosos de terceiros, e (ii) impor uma suspensão de seis meses, com início em 1 de abril de 2011 e término em 30 de setembro de 2011, das atividades empresariais da DSK por negociação proprietária de ações negociadas a prazo e derivados listados e negociação de ações negociadas a prazo de DMA (acesso direto ao mercado), e o requisito de que a DSK suspenda o emprego de um colaborador mencionado por seis meses. Houve uma exceção à suspensão da atividade empresarial que permitiu à DSK continuar a atuar como fornecedor de liquidez para os valores mobiliários indexados aos derivados existentes. Em 19 de agosto de 2011, o Ministério Público da Coreia anunciou a sua decisão de indiciar a DSK e quatro colaboradores do grupo Deutsche Bank sobre acusações de manipulação de mercado indexada à vista/futura. O julgamento penal começou em janeiro de 2012. Em 25 de janeiro de 2016, o Tribunal Distrital Central de Seul proferiu um veredicto de culpado contra um negociante da DSK e um veredicto de culpado contra a DSK. Foi imposta a aplicação de uma multa de 1,5 mil milhões KRW (menos de 2 milhões de euros) sobre a DSK. O tribunal também ordenou a perda de direitos sobre os lucros gerados com a atividade de negociação subjacente. O Grupo escoou os lucros na atividade de negociação subjacente em 2011. O veredito do julgamento criminal encontra-se sujeito a recurso pelo procurador e pelos réus.

Adicionalmente, foram interpostas várias ações judiciais em tribunais da Coreia contra o Deutsche Bank e a DSK por algumas partes que alegam que incorreram em perdas como consequência da queda no KOSPI 200 em 11 de novembro de 2010. As decisões do tribunal de primeira instância tomadas contra o Banco e a DSK em alguns destes casos tiveram início no quarto trimestre de 2015. As reclamações conhecidas pendentes representam um valor agregado de, aproximadamente, 50 milhões de euros (com as taxas de câmbio presentes). O Grupo registou uma provisão relativa a estas matérias civis pendentes. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Investigação a liquidações de seguros de vida. As autoridades de aplicação da lei federais norte-americanas estão a investigar o negócio de liquidações de seguros de vida históricos do Deutsche Bank. Os problemas a serem examinados incluem a origem e aquisição de investimentos de ativos de seguros de vida durante o período de 2005 a 2008. De um modo relacionado, o Banco está a levar a cabo a sua própria revisão interna do negócio de liquidações de seguros de vida. O Banco tem prestado toda a sua colaboração com as autoridades de investigação.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigação e matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. *Assuntos regulamentares e governamentais.* O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por “Deutsche Bank”) receberam citações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (*U.S. Financial Fraud Enforcement Task Force*), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda, avaliação e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (*residential mortgage-backed securities – RMBS*), títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais (CMBS), obrigações com garantia real, outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

As discussões com o Ministério da Justiça dos Estados Unidos (“DOJ”) relativas a uma liquidação de potenciais queixas que o DOJ considerou apresentar com base na sua investigação das atividades de origem e segurança de RMBS do Deutsche Bank começaram com um requisito inicial de 14 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, em 12 de setembro de 2016. Em 23 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que chegou a acordo em princípio com o DOJ para resolver potenciais queixas relacionadas com os seus negócios de RMBS realizados de 2005 a 2007. O acordo tornou-se final e foi anunciado pelo DOJ em 17 de janeiro de 2017. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank pagou uma penalização monetária de 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos e aceitou fornecer 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor.

Em setembro de 2016, o Deutsche Bank recebeu intimações administrativas do Procurador-Geral de Maryland para obtenção de informações relativas aos negócios de RMBS e CDO do Deutsche Bank de 2002 a 2009. Em 10 de

janeiro de 2017, o Deutsche Bank e o Procurador-Geral de Maryland chegaram a acordo em princípio para resolver o assunto num valor de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos em numerário e 80 milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor (a serem atribuídos a partir da obrigação de dedução do consumidor global de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos acordado como parte da liquidação do Deutsche Bank junto do DOJ). O acordo permanece sujeito à documentação do acordo.

O Grupo registou provisões relativas a algumas das investigações regulamentares pendentes, mas não a outras. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução destas investigações regulamentares.

Emitente e tomador do processo civil. O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva respeitante à sua função como um dos tomadores de seis ofertas de RMBS emitidas pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O processo judicial foi iniciado pelos queixosos que representam uma classe de investidores que adquiriram certificados nestas ofertas. As partes chegaram a acordo em princípio para resolver o assunto por um total de 165 milhões de dólares dos Estados Unidos, do qual parte será paga pelo Banco. O Deutsche Bank espera que, quando o acordo estiver totalmente documentado, existirá um processo de aprovação em tribunal que irá decorrer ao longo de vários meses antes do acordo se tornar definitivo.

O Aozora Bank, Ltd. (Aozora) apresentou processos judiciais contra as entidades do Deutsche Bank (entre outras), reivindicando queixas de fraude e relacionadas quanto aos investimentos do Aozora em várias obrigações com garantia real, que alegadamente diminuíram em valor. Em 14 de janeiro de 2015, o tribunal concedeu a moção do Deutsche Bank AG e respetiva subsidiária Deutsche Bank Securities Inc. de anulação na ação apresentada contra ambas as entidades pelo Aozora e relacionada com uma obrigação com garantia real identificada como Blue Edge ABS CDO, Ltd. O Aozora apelou desta decisão e em 31 de março de 2016, o tribunal da relação confirmou a anulação da instância inferior. O Aozora não apresentou qualquer recurso adicional. Separadamente, outra subsidiária do Deutsche Bank, a Deutsche Investment Management Americas, Inc., é um dos réus em conjunto com a UBS AG e afiliadas, numa ação apresentada pelo Aozora relacionada com uma obrigação com garantia real identificada como Brooklyn Structured Finance CDO, Ltd. Em 13 de outubro de 2015, o tribunal negou a moção dos réus de anulação das queixas do Aozora de fraude e apoio e instigação de fraude e os réus apelaram da decisão. A argumentação oral teve lugar em 14 de setembro de 2016 e, em 3 de novembro de 2016, o tribunal da relação inverteu a decisão da instância inferior e concedeu aos réus moções de anulação das queixas do Aozora. O Aozora não apresentou qualquer recurso adicional e, em 15 de dezembro de 2016, o tribunal pronunciou a decisão de anulação da queixa.

O Deutsche Bank foi constituído réu em três ações relacionadas com as ofertas de RMBS interpostas pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) na qualidade de recetor para: (a) Colonial Bank (alegando um mínimo de 189 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização contra todos os réus), (b) Guaranty Bank (alegando um mínimo de 901 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização agregada contra todos os réus) e (c) Citizens National Bank e Strategic Capital Bank (alegando um mínimo de 66 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização contra todos os réus). Em ações separadas interpostas pela FDIC na qualidade de recetor para o Colonial Bank e o Guaranty Bank, os tribunais de recurso readmitiram queixas anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição. No caso relativo ao Guaranty Bank, as petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas e a fase de instrução ainda está a decorrer. No caso relativo ao Colonial Bank, foi rejeitada uma petição para nova audiência e, em 6 de outubro de 2016, os réus apresentaram uma petição para certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos, que foi rejeitada em 9 de janeiro de 2017. Em 18 de

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

janeiro de 2017 foi igualmente rejeitado um recurso semelhante na ação interposta pela FDIC na qualidade de recetor para o Citizens National Bank e o Strategic Capital Bank.

A Residential Funding Company apresentou uma ação de recompra contra o Deutsche Bank por violação de representações e garantias em créditos vendidos à Residential Funding Company e para indemnização por perdas incorridas como resultado de queixas relacionadas com RMBS e ações alegadas contra a Residential Funding Company. A queixa não especificou o montante da indemnização procurada. Em 20 de junho de 2016, as partes executaram um acordo confidencial e, em 24 de junho de 2016, o Tribunal anulou o caso com extinção do processo.

O Deutsche Bank chegou recentemente a acordo para resolver as queixas interpostas pelo Federal Home Loan Bank de São Francisco em duas retitularizações dos certificados de RMBS por um valor que não se revestiu de índole material para o Banco. No seguimento deste acordo e de dois outros acordos parciais anteriores de queixas, o Deutsche Bank permaneceu réu no caso referente a uma oferta de RMBS, para a qual o Deutsche Bank, como tomador, recebeu indemnização contratual. Em 23 de janeiro de 2017, foi executado um acordo para resolver as queixas relacionadas com essa oferta de RMBS. O Deutsche Bank espera que o caso seja anulado brevemente.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação interposta pela Royal Park Investments (como suposto cessionário dos pedidos de um veículo especial criado para adquirir determinados ativos do Fortis Bank) alegando reclamações da lei comum relativas à compra de RMBS. A queixa não especificou o montante da indemnização procurada. Em 29 de abril de 2016, o Deutsche Bank apresentou uma moção de anulação, que está atualmente pendente.

Em junho de 2014, a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação no tribunal estatal de Nova Iorque contra o Deutsche Bank para reativar uma ação anterior, alegando que o Deutsche Bank falhou a reaquisição dos créditos hipotecários na oferta de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-SL2. A ação de reativação encontra-se paralisada durante a pendência de um recurso de anulação de uma ação separada na qual a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação contra o Deutsche Bank alegando violações de representações e garantias estabelecidas pelo Deutsche Bank relativas a créditos hipotecários na mesma oferta. Em 29 de março de 2016, o tribunal anulou a ação de reativação e, em 29 de abril de 2016, o queixoso apresentou uma notificação de interposição de recurso.

O Deutsche Bank foi nomeado réu num processo civil apresentado pela Charles Schwab Corporation procurando a rescisão da sua compra de um único certificado de RMBS emitido pela Countrywide. No quarto trimestre de 2015, o Bank of America, que indemnizou o Deutsche Bank no caso, chegou a um acordo de liquidação relativamente ao certificado único em emissão para o Deutsche Bank. Em 16 de março de 2016, o tribunal finalizou a anulação com extinção da Deutsche Bank Securities Inc. como réu.

A 18 de fevereiro de 2016, o Deutsche Bank e a Amherst Advisory & Management LLC (Amherst) chegaram a acordos de liquidação para resolverem a violação de ações contratuais relacionadas com cinco "trusts" RMBS. Em 30 de junho de 2016, as partes chegaram a acordos de liquidação, alterando e reajustando os acordos assinados pelas partes em 18 de fevereiro de 2016. Após um voto, em agosto de 2016, dos titulares de certificados a favor do acordo, o mandatário aceitou os acordos de liquidação e anulou as ações. Em 17 de outubro de 2016, as partes apresentaram estipulações de cessação com extinção do processo, que foram ordenadas pelo tribunal em 18 e 19 de outubro de 2016, resolvendo assim as cinco ações. Parte dos fundos de liquidação paga pelo Deutsche Bank foi reembolsada por uma parte exterior aos litígios.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação interposta pela Phoenix Light SF Limited (como suposto cessionário dos pedidos de veículos especiais criados e/ou geridos pela WestLB AG), alegando reclamações da lei comum e da lei federal relativas à aquisição de RMBS. Em 14 de outubro de 2016, as partes finalizaram um acordo para resolver o assunto por um valor que não se revestiu de índole material para o Banco. Em 2 de novembro de 2016, o tribunal ordenou uma estipulação de cessação com extinção do processo, resolvendo assim a ação.

Em 3 de fevereiro de 2016, a Lehman Brothers Holding, Inc. (Lehman) instituiu um processo contencioso no tribunal de falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque contra, entre outros, a MortgageIT, Inc. (MIT) e o Deutsche Bank AG, como alegado sucessor da MIT, alegando a violação de representações e garantias estabelecidas

em determinados acordos de compra de crédito de 2003 e 2004 relativos a 63 créditos hipotecários que a MIT vendeu à Lehman, e que a Lehman, por sua vez, vendeu à Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e à Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac). A queixa procura a indemnização por perdas incorridas pela Lehman em ligação com as liquidações celebradas com a Fannie Mae e a Freddie Mac como parte do processo de falência da Lehman para resolver reclamações relativas a esses créditos. Em 29 de dezembro de 2016, a Lehman apresentou a segunda queixa alterada contra a DB Structured Products, Inc. e MIT, alegando aproximadamente 10,3 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Processos civis do mandatário. O Deutsche Bank foi constituído réu em oito processos civis separados interpostos por vários grupos de investidores relativos à sua função como mandatário de determinados "trusts" RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de "trusts" de 1939, com base no alegado incumprimento por parte dos mandatários de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de "trusts". As oito ações incluem duas ações coletivas putativas interpostas por um grupo de investidores, incluindo fundos geridos pela BlackRock Advisors, LLC, PIMCO-Advisors, L.P. e outros (as ações coletivas da BlackRock), uma ação coletiva putativa interposta pela Royal Park Investments SA/NV e cinco processos judiciais individuais. Uma das ações coletivas da BlackRock está pendente no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque em relação a 62 "trusts", que alegadamente sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de 9,8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização. Em 23 de janeiro de 2017, o tribunal deferiu parcialmente e recusou parcialmente a moção de anulação dos mandatários. Numa conferência a 2 de fevereiro de 2017, o Tribunal anulou as queixas de representações e garantias dos queixosos relativas a 21 "trusts", cujos originadores ou patrocinadores declararam falência. As únicas reclamações que permanecem são por violação da lei de escritura de "trusts" de 1939, relativamente a alguns "trusts", e violação contratual. A fase de instrução está a decorrer. A segunda ação coletiva da BlackRock está pendente no Tribunal Superior da Califórnia em relação a 465 "trusts", que alegadamente sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de 75,7 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização. Os mandatários apresentaram uma anuição pretendendo anular as alegações de responsabilidade delitual efetuadas pelos queixosos e uma moção de anulação de determinados elementos da queixa de violação contratual e, em 18 de outubro de 2016, o tribunal manteve a anuição dos mandatários, rejeitando as alegações de responsabilidade delitual, mas recusou a moção de anulação. A fase de instrução está a decorrer para essa ação. A ação coletiva putativa interposta pela Royal Park Investments SA/NV está pendente no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque e diz respeito a dez "trusts", que alegadamente sofreram perdas colaterais realizadas totais superiores a 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização. A moção de certificação da ação da Royal Park foi totalmente informada mas ainda não foi decidida. A fase de instrução está a decorrer.

Os outros cinco projetos judiciais individuais incluem ações apresentadas (a) pelo Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 97 "trusts", que alegadamente sofreu perdas colaterais realizadas totais no valor de 17,2 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização; (b) algumas obrigações com garantia real (coletivamente, "Phoenix Light") que detêm certificados de RMBS emitidos por 43 "trusts" RMBS e que pretendem obter mais de 527 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização; (c) a Western and Southern Life Insurance Company e cinco entidades relacionadas (coletivamente, a "Western & Southern"), na qualidade de investidoras em 18 "trusts" RMBS, contra o mandatário de 10 desses "trusts", que alegadamente sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de "dezenas de milhões de dólares de prejuízo", apesar de a queixa não especificar um montante de indemnização; (d) o Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 "trusts" RMBS, pretendendo recuperar alegadamente "centenas de milhões de dólares em perdas;" e (e) o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank AG (coletivamente, o "IKB"), na qualidade de investidor de 37 "trusts" RMBS, pretendendo obter mais de 268 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização. No caso NCUA, a moção de anulação do mandatário pela falha em apresentar uma alegação está pendente e a fase de instrução encontra-se paralisada. No caso Phoenix Light, a fase de instrução está

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

a decorrer quanto aos 43 "trusts" que permanecem no caso. No caso Western & Southern, o mandatário apresentou a sua resposta à queixa alterada a 18 de novembro de 2016 e a fase de instrução está a decorrer quanto aos dez "trusts" que permanecem no caso. No caso Commerzbank, a moção de anulação do mandatário pela falha em apresentar uma alegação foi parcialmente deferida e parcialmente recusada a 10 de fevereiro de 2017 e a fase de instrução está a decorrer quanto aos 50 "trusts" no caso. No caso IKB, foi apresentada uma moção de anulação a 5 de outubro de 2016 que está pendente; a fase de instrução limitada foi iniciada quanto a 34 "trusts" que permanecem no caso.

O Grupo acredita que existe um passivo contingente relativamente a estes oito casos, mas atualmente, o montante do passivo contingente não é passível de ser estimado de forma fiável.

Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank. Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG. Em 7 de outubro de 2010, o Banco publicou o documento oficial relativo à oferta. Na sua oferta de aquisição, o Deutsche Bank ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. A oferta de aquisição foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceitado a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi determinado de acordo com a legislação aplicável da República Federal da Alemanha. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Deutsche Postbank AG, o mais tardar, em 2009. A queixosa afirma que, o mais tardar, em 2009, os direitos de voto da Deutsche Post AG na Deutsche Postbank AG tinham de ter sido atribuídos à Deutsche Bank AG nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Deutsche Postbank AG na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para 57,25 € por ação.

O Tribunal Distrital de Colónia indeferiu a ação em 2011 e o Tribunal da Relação de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anulou a decisão do Tribunal da Relação de Colónia e remeteu o processo para o Tribunal da Relação. Na sua decisão, o Tribunal Federal afirmou que o Tribunal da Relação não tinha tido em suficiente consideração a alegação da queixosa de que o Deutsche Bank AG e o Deutsche Post AG realizaram uma "ação concertada" em 2009. O tribunal da relação de Colónia agendou uma audiência adicional para 8 de novembro de 2017.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Deutsche Postbank AG, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estão pendentes no tribunal distrital de Colónia, e três destes queixosos solicitaram processos de casos modelo (Musterverfahren) ao abrigo da lei de casos modelo do mercado de capitais alemão. O tribunal distrital de Colónia ouviu estes assuntos de seguimento em 27 de janeiro de 2017 e anunciou a sua intenção de publicar uma decisão em 28 de abril de 2017.

Em setembro de 2015, antigos acionistas do Deutsche Postbank AG apresentaram no tribunal distrital de Colónia ações de acionistas contra o Deutsche Postbank AG para anular a resolução de afastamento tomada na reunião de acionistas do Deutsche Postbank AG, em agosto de 2015. Entre outras questões, os queixosos alegam que o Deutsche Bank AG esteve sujeito a uma suspensão de direitos de voto relativamente às suas ações no Postbank com base na alegação de que o Deutsche Bank AG não apresentou uma oferta de aquisição obrigatória a um preço superior em 2009. O afastamento é final e o processo não tem qualquer efeito reversível, mas pode resultar no pagamento de indemnizações. Os requerentes neste processo referem argumentos jurídicos semelhantes aos afirmados no processo Effecten-Spiegel descrito acima. O tribunal distrital de Colónia indicou a sua intenção de anunciar uma decisão na primavera de 2017.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios relativos a metais preciosos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a investigações de

negociação de metais preciosos e conduta relacionada. O Deutsche Bank está a cooperar com estas investigações e a envolver-se com as autoridades relevantes, conforme apropriado. Paralelamente, o Deutsche Bank tem vindo a realizar a sua própria análise interna da participação histórica do Deutsche Bank nas referências de metais preciosos e noutros aspetos do respetivo negócio de metais preciosos.

O Deutsche Bank foi constituído réu em dois processos de ações coletivas consolidados, pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque. Os processos alegam violações da lei *antitrust* dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei estatal relacionada que surge da alegada manipulação dos preços do ouro e prata através da participação nas Gold and Silver Fixes, mas não especificam as indemnizações pretendidas. O Deutsche Bank chegou a acordo para resolver ambas as ações, cujos termos financeiros não se revestem de índole material para o Deutsche Bank. Os acordos permanecem sujeitos a aprovação final do tribunal.

Adicionalmente, o Deutsche Bank foi constituído réu nos processos de ações coletivas do Canadá, na província de Ontário, relativos a ouro, e nas províncias de Ontário e Quebec, relativos a prata. Cada um dos processos procura indemnizações por alegadas violações da lei da concorrência do Canadá, bem como outras causas de ação.

O Grupo registou provisões relativas a algumas destas matérias. O Grupo não divulgou o valor destas provisões, nem divulgou se estabeleceu provisões relativas a outras matérias mencionadas acima ou qualquer passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido. O Deutsche Bank investigou as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres que se compensam uma à outra. O volume total das transações sob análise é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e políticas e do ambiente de controlo interno relacionado foi concluída e o Deutsche Bank está a avaliar as conclusões identificadas durante a investigação; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank, bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank tomou medidas disciplinares relativas a determinados indivíduos nesta matéria e irá continuar a fazê-lo relativamente a outros, conforme garantido.

Em 30 e 31 de janeiro de 2017, o Departamento de serviços financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) e a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) anunciaram acordos com o Banco relacionados com as suas investigações deste assunto. Os acordos concluem as investigações do DFS e da FCA da função de controlo anti-branqueamento de capitais (AML) do banco na sua divisão de banca de investimento, incluindo em relação à negociação de ações descrita acima. Nos termos do acordo com o DFS, o Deutsche Bank adotou medidas preventivas e aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de 425 milhões de dólares dos Estados Unidos e atribuir um monitor independente, por um prazo de até dois anos. Nos termos do acordo com a FCA, o Deutsche Bank aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de, aproximadamente, 163 milhões de libras esterlinas. Os montantes de liquidação já estavam refletidos de forma significativa em reservas de contencioso existentes.

O Deutsche Bank está a cooperar com outros órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei (incluindo o DOJ e a reserva federal), que têm as suas próprias investigações em curso relativas a estas negociações de títulos. O Grupo registou uma provisão relativa a estas investigações em curso. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA). O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

O Deutsche Bank foi constituído réu em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" e da lei comum dos EUA, relacionadas

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações de SSA. Estes casos estão nas fases iniciais e em processo de consolidação.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Litígio relativo a títulos fiduciários preferenciais. O Deutsche Bank, algumas das suas afiliadas e alguns dos seus diretores antigos são alvo de uma ação coletiva putativa consolidada, apresentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, envolvendo alegações ao abrigo das leis federais relativas a valores mobiliários, em nome de pessoas que compraram determinados títulos fiduciários preferenciais emitidos pelo Deutsche Bank e suas afiliadas entre outubro de 2006 e maio de 2008. Em 25 de julho de 2016, o tribunal emitiu uma decisão de revogação de todas as queixas referentes a três das cinco ofertas em questão, mas permitiu que determinadas queixas relativas às ofertas de novembro de 2007 e fevereiro de 2008 prosseguissem. Em 17 de novembro de 2016, os queixosos apresentaram moções para classificação coletiva quanto à oferta de novembro de 2007. Em 1 de dezembro de 2016, o tribunal manteve todos os processos na ação. Em 20 de janeiro de 2017, os queixosos alteraram a sua moção para classificação coletiva para incluir a oferta de fevereiro de 2008 e tentaram adicionar um indivíduo adicional como proposto representante da classe. Em 10 de fevereiro de 2017, o tribunal (i) ordenou que os queixosos da oferta de novembro de 2007 fornecessem provas de que venderam com perda ou mantiveram o reembolso e, de outro modo, mantiveram todos os processos relativos à oferta de novembro de 2007 e (ii) manteve todos os processos relativos à oferta de fevereiro de 2008 enquanto se aguarda uma decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos no caso *California Public Employees' Retirement System v. ANZ Securities*, no qual o Tribunal Supremo deverá considerar se a apresentação de uma ação coletiva putativa serve para suspender a limitação de três anos no artigo 13.º da lei dos valores mobiliários relativamente às queixas dos membros do grupo putativo. É esperada uma decisão antes do final de junho de 2017.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Questões relacionadas com embargos impostos pelos EUA. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de algumas agências dos EUA reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei sobre o historial de processamento de ordens de pagamento em dólares dos Estados Unidos por instituições financeiras americanas em nome de terceiros de países sujeitos às leis de embargo americanas. Estas agências estão a investigar se esse processamento respeitava as leis federais e estatais americanas. Em 2006, o Deutsche Bank decidiu voluntariamente de que não se envolveria em novos negócios em dólares dos Estados Unidos com contrapartes no Irão, Sudão, Coreia do Norte e Cuba e com alguns bancos da Síria, e sair de negócios existentes em dólares dos Estados Unidos com tais contrapartes na medida do legalmente possível. Em 2007, o Deutsche Bank decidiu que não se envolveria em novos negócios, em qualquer divisa, com contrapartes no Irão, Sudão e Coreia do Norte e que sairia de negócios existentes, em qualquer divisa, com tais contrapartes na medida do legalmente possível; decidiu também limitar os seus negócios em dólares que não sejam dos Estados Unidos com contrapartes em Cuba. Em 3 de novembro de 2015, o Deutsche Bank celebrou acordos com o Departamento de serviços financeiros do Estado de Nova Iorque e com o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque para resolver as suas investigações junto do Deutsche Bank. O Deutsche Bank pagou às duas agências 200 milhões de dólares dos Estados Unidos e 58 milhões de dólares dos Estados Unidos, respetivamente, e concordou em rescindir os contratos de determinados funcionários, não recontratar determinados ex-funcionários e instalar um monitor independente durante um ano. Adicionalmente, o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque ordenou determinadas medidas corretivas, especificamente, o requisito de assegurar um programa de conformidade OFAC eficaz e uma revisão anual de tal programa por uma parte independente até o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque estar satisfeito com a sua eficácia. As investigações das agências de aplicação da lei dos Estados Unidos (incluindo o DOJ) continuam a decorrer.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios de títulos de tesouraria dos Estados Unidos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a

leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

O Deutsche Bank foi constituído réu em várias ações coletivas, alegando violações da lei *antitrust* dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei comum relacionada com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos estão em fase inicial e foram consolidados no distrito sul de Nova Iorque.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

31 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de *fronting*, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de *performance*, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Compromissos de crédito irrevogáveis	166 063	174 549
Passivos contingentes	52 341	57 325
Total	218 404	231 874

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas de uma forma seletiva. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha, pelas Export Credit Agencies da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia ou pela Export Credit Agency da China (China Export & Insurance Corporation (Sinosure)) atuando em nome da República Popular da China.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), o Fundo Único de Resolução (SRF) e os sistemas estatutários de proteção de depósitos alemães atingiram um valor de 280,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e 155,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

32 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	3 219	9 327
Outros	14 076	18 683
Total de outros empréstimos a curto prazo	17 295	28 010

33 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2017	Vencimento em 2018	Vencimento em 2019	Vencimento em 2020	Vencimento em 2021	Vencimento após 2021	Total 31.12.2016	Total 31.12.2015
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	18 379	8 402	11 327	7 498	17 112	22 206	84 924	86 255
Taxa variável	8 477	4 882	6 876	3 435	5 455	7 956	37 082	38 963
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	0	70	28	1 096	0	3 688	4 882	4 602
Taxa variável	231	70	0	0	0	1 605	1 906	1 811
Outros	1 672	29 891	1 870	904	842	8 344	43 523	28 385
Total de dívida a longo prazo	28 758	43 315	20 102	12 933	23 409	43 799	172 316	160 016

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2016 e 2015.

Títulos fiduciários preferenciais¹

em milhões de euros

	31.12.2016	31.12.2015
Taxa fixa	5 302	6 067
Taxa variável	1 071	953
Total de títulos fiduciários preferenciais	6 373	7 020

¹ Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

34 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

em milhões de euros	31.12.2016				
	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	200 122	0	0	0	0
Depósitos remunerados	129 704	147 531	46 176	17 027	11 247
Passivos detidos para negociação ¹	57 029	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	463 858	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	18 949	38 641	4 343	2 676	6 460
Passivos por contratos de investimento ²	0	0	592	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	573	737	2 427	856
Recursos de bancos centrais adquiridos	353	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	19 980	2 401	2 386	715	0
Títulos cedidos por empréstimo	4 168	11	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	13 322	1 995	1 802	0	0
Dívida a longo prazo	6	7 462	24 440	118 607	46 812
Títulos fiduciários preferenciais	0	78	2 539	4 361	0
Outros passivos financeiros	128 400	2 642	583	407	3 246
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	160 099	0	0	0	0
Garantias financeiras	20 966	0	0	0	0
Total⁴	1 216 955	201 333	83 599	146 219	68 621

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 42, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

	31.12.2015				
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	192 010	0	0	0	0
Depósitos remunerados	153 788	156 710	42 680	15 382	12 004
Passivos detidos para negociação ¹	52 303	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	494 076	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	18 450	25 067	3 964	4 357	5 985
Passivos por contratos de investimento ²	0	104	873	1 701	5 843
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	556	918	1 908	2 983
Recursos de bancos centrais adquiridos	574	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	7 498	1 919	519	0	0
Títulos cedidos por empréstimo	2 818	16	0	1	414
Outros empréstimos a curto prazo	17 782	2 771	6 865	0	0
Dívida a longo prazo	62	16 834	12 414	92 914	52 169
Títulos fiduciários preferenciais	0	831	628	5 772	1 285
Outros passivos financeiros	146 684	3 791	456	361	36
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	166 236	0	0	0	0
Garantias financeiras	19 828	0	0	0	0
Total⁴	1 272 109	208 600	69 317	122 396	80 719

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 42, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

35 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2015	1 379 273 131	(260 182)	1 379 012 949
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(326 647 008)	(326 647 008)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	326 532 326	326 532 326
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2015	1 379 273 131	(374 864)	1 378 898 267
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(355 069 462)	(355 069 462)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	355 240 884	355 240 884
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016	1 379 273 131	(203 442)	1 379 069 689

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

As ações compradas para tesouraria são ações detidas pelo Grupo por um dado período de tempo, assim como quaisquer ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário e, em algumas circunstâncias, por contrapartidas que não em numerário. Em 31 de dezembro de 2016 o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 1 760 000 000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2020. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
352 000 000 €	Numerário ou não	Podem ser excluídos se o aumento de capital for realizado numa forma que não numerário e tiver intenção de aquisição de uma sociedade ou participação numa sociedade e podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações	30.4.2020
1 408 000 000 €	Numerário	Pode ser excluído enquanto for necessário para conceder aos titulares de direitos de opções, obrigações convertíveis e direitos participativos convertíveis emitidos pela empresa (ver estatutos, secção 4).	30.4.2020

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants*. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com *warrants* podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

	Data de expiração da emissão de direitos de opção e/ou conversão
Capital condicional	
230 400 000 €	30.4.2017
256 000 000 €	30.4.2019

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respetivamente.

	2016 ¹ (proposto)	2015	2014
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	393	0	1 034
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,19	0,00	0,75

¹ Tendo em conta que as ações esperadas serão emitidas antes da Assembleia-Geral Anual em maio de 2017, o dividendo por ação de 0,19 euros pago do lucro distribuível para 2016 contém o pagamento do lucro distribuível transportado de 2015 de aproximadamente 165 milhões de euros e um dividendo de 0,11 euros por ação do lucro distribuível remanescente para 2016.

36 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações.

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Disposições de reforma antecipada	Elegibilidade
2016	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹	Sim	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
		1/4: 24 meses ¹		
		1/4: 36 meses ¹		
		1/4: 48 meses ¹		
		Ou aquisição imediata de direitos (<i>cliff vesting</i>) após 54 meses ¹	Sim ²	Membros da Conselho de Administração ou Gestores Seniores do Grupo
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão ³	Não	Colaboradores regulamentados
	Prémio de posição-chave (Key Position Award - KPA) ⁴	Aquisição imediata de direitos (Cliff-vesting) após 4 anos ³	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
2015/	Prémio anual	1/3: 12 meses ¹	Sim	Colaboradores selecionados como
2014/		1/3: 24 meses ¹		baseada no desempenho anual remuneração
2013		1/3: 36 meses ¹		Membros da Conselho de Administração ou Gestores Seniores do Grupo
		Ou aquisição imediata de direitos (<i>cliff vesting</i>) após 54 meses ¹	Sim ²	
		Retenção/nova contratação	Especificação individual	
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão ⁵	Não	Colaboradores regulamentados
2012/	Prémio anual	1/3: 12 meses ⁶	Sim	Colaboradores selecionados como
2011		1/3: 24 meses ⁶		baseada no desempenho anual remuneração
		1/3: 36 meses ⁶		Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
		Retenção/nova contratação	Especificação individual	
	Prémio anual - <i>Upfront</i>	Aquisição imediata na concessão ⁵	Não	

¹ Para os membros do Conselho de Administração ou da Administração sénior do Grupo e todos os restantes colaboradores regulamentados, aplica-se um período de retenção adicional de seis meses.

² As disposições de reforma antecipada não se aplicam aos membros do Conselho de Administração.

³ Para todos os colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.

⁴ Uma proporção predefinida do KPA do indivíduo está sujeita a um obstáculo de cotação da ação, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação antes da aquisição de direitos.

⁵ Para os membros do Conselho de Administração, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de três anos. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

⁶ Para os membros do Conselho de Administração, aplica-se um calendário diferente. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, mais de 15 250 colaboradores de 21 países inscreveram-se no oitavo ciclo, que começou em novembro de 2016.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela seguinte mostra as unidades de atribuição de ações pendentes nas datas respetivas, que representam um direito contingente de receber ações comuns do Deutsche Bank após um período específico de tempo. Também inclui os prémios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

	Ações (em milhares)	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2014	52 449	31,60 €
Saldo em 31 de dezembro de 2015	53 651	28,18 €
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90 292	20,22 €

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 15 milhões de euros, 19 milhões de euros e 21 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014, respetivamente.

Em de 31 de dezembro de 2016, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prémio era aproximadamente de 1,6 mil milhões de euros. Desses, 1,1 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a 0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

Além dos montantes apresentados no quadro anterior, foram emitidas cerca de 3,4 e 9,4 milhões de ações para participantes no plano, em fevereiro e março de 2017, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prémios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores (das quais 0,1 milhões de unidades para fevereiro e 0,1 milhões de unidades para março de 2017 dos ciclos de aquisição de direitos ao abrigo da variante em numerário do DB Equity Plan).

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

	31.12.2016				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4 884	791	443	741	6 859
Participantes em estado diferido	2 139	2 559	560	99	5 357
Participantes em estado de pagamento	4 955	1 146	545	251	6 897
Total da obrigação com benefícios definidos	11 978	4 496	1 548	1 091	19 113
Justo valor dos ativos dos planos	10 975	5 352	1 219	973	18 519
Rácio de financiamento (em %)	92	119	79	89	97

	31.12.2015				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4 352	796	436	845	6 429
Participantes em estado diferido	1 883	2 350	538	196	4 967
Participantes em estado de pagamento	4 548	1 177	533	300	6 558
Total da obrigação com benefícios definidos	10 783	4 323	1 507	1 341	17 954
Justo valor dos ativos dos planos	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085
Rácio de financiamento (em %)	96	123	78	90	101

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça, Ilhas do Canal e Bélgica. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas dos indivíduos com base no salário atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma. No Reino Unido, o principal plano de pensões de benefícios definidos foi reestruturado em 2011 para os colaboradores ativos ainda elegíveis no plano para reduzir a exposição de risco global a longo prazo para o Grupo. Nos Países Baixos, o Grupo converteu o plano de benefícios definido num plano de contribuição definido coletivo em 2016.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de € 201 million e € 196 million a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam um risco limitado para o Grupo.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2016	403	132	123	76	734
Benefícios que deverão ser pagos 2017	406	69	84	66	625
Benefícios que deverão ser pagos 2018	417	73	82	64	636
Benefícios que deverão ser pagos 2019	436	79	89	63	667
Benefícios que deverão ser pagos 2020	453	88	85	62	688
Benefícios que deverão ser pagos 2021	468	94	88	64	714
Benefícios que deverão ser pagos 2022 - 2026	2 644	601	472	330	4 047
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	15	23	13	14	16

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV, juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivos relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. De acordo com as divulgações mais recentes do BVV, não há nenhum défice atual no plano que possa afetar o montante das futuras contribuições do Grupo. Além disso, quaisquer excedentes do plano resultantes no futuro serão distribuídos aos membros do plano e, como tal, não podem reduzir as futuras contribuições do Grupo. Em junho de 2016, a Assembleia-Geral Anual do BVV aprovou uma redução dos benefícios das futuras contribuições para determinados grupos de funcionários. De forma similar a outras empresas participantes, o Grupo comprometeu-se a compensar os níveis de benefícios reduzidos, aumentando as contribuições do BVV a partir de 1 de janeiro de 2017. Foi assinado um acordo de trabalho correspondente com a comissão de trabalhadores alemã.

As despesas do Grupo com os planos de contribuição definida também incluem as contribuições anuais para o fundo de pensões do Deutsche Postbank AG destinado a funcionários dos serviços postais na Alemanha. A responsabilidade pelo pagamento destes benefícios recai sobre o governo alemão.

Governança e risco

O Grupo mantém um Comité de Risco de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente, reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração e é apoiado pelo Comité de Operações de Pensões.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governança e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, *spread* de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprova-

ção dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos *spreads* de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas desenvolvidas pelo Grupo para esta finalidade.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. A política de financiamento do Grupo visa manter a cobertura da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90 % a 100 % da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência à política de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta a posição ampla de financiamento total e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência à política de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação aos atuários locais para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comité de Operações de Pensões do Grupo.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

	31.12.2016				31.12.2015			
	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros
Taxa de desconto (em %)	1,7	2,6	4,0	2,3	2,4	3,9	4,2	2,6
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,7	3,6	2,2	2,0	1,6	3,4	2,3	2,2
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,1	4,6	2,3	2,8	2,1	4,4	2,3	2,5
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,6	3,5	2,2	1,1	1,5	3,3	2,3	1,1
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	19,1	23,4	22,4	22,0	19,0	23,5	21,8	21,6
Mulher com 65 anos à data de medição	23,2	25,5	23,9	24,5	23,1	25,0	24,0	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	21,8	25,1	23,9	23,7	21,6	25,1	23,5	23,4
Mulher com 45 anos à data de medição	25,7	27,4	25,4	26,1	25,6	26,9	25,6	25,8
Tabelas de mortalidade aplicadas								
	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS (S2) Light com projeções CMI 2015	RP2014 White-collar com projeções MP2016	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS (S1) Light com projeções CMI 2015	RP2014 Agregado com projeções MP 2014	Tabelas específicas do país

¹ Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Para períodos de duração mais longa, onde se encontra disponível informação limitada de obrigações, são aplicados métodos de extrapolação da curva de rendimentos, utilizando as respetivas taxas de *swaps* e pressupostos de *spread* de crédito. São utilizadas taxas de desconto consistentes em todos os planos em cada zona monetária, baseadas no pressuposto aplicável para o(s) maior(es) plano(s) do Grupo nessa zona. Para os planos nos outros países, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações da dívida pública ou de empresas de alta qualidade aplicáveis na respetiva moeda, conforme apropriado à data de cada medição com uma duração completamente compatível com as obrigações do respetivo plano.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com a boa prática corrente nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

em milhões de euros	2016				Total
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	10 783	4 323	1 507	1 341	17 954
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	190	23	21	62	296
Custos com juros	256	151	61	35	503
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	2	5	0	(39) ¹	(32)
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1 142	1 251	42	141	2 576
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	4	(6)	(3)	(5)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	2	(66)	0	(3)	(67)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	19	22
Benefícios pagos	(403)	(132)	(123)	(76)	(734)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(393) ¹	(393)
Aquisições/alienações	0	(402) ²	0	0	(402)
Alterações das taxas de câmbio	0	(661)	46	(8)	(623)
Outros ³	3	0	0	15	18
Saldo, fim do exercício	11 978	4 496	1 548	1 091	19 113
dos quais:					
Não financiadas	4	13	206	123	346
Financiadas	11 974	4 483	1 342	968	18 767
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	249	185	48	32	514
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	484	1 042	10	97	1 633
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	19	22
Contribuições pagas pelo empregador	271	22	56	73	422
Benefícios pagos ⁴	(402)	(132)	(110)	(56)	(700)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(393) ¹	(393)
Aquisições/alienações	0	(282) ²	0	0	(282)
Alterações das taxas de câmbio	0	(804)	36	(19)	(787)
Outros ³	(1)	0	0	12	11
Custos de administração do plano	0	(1)	(3)	(2)	(6)
Saldo, fim do exercício	10 975	5 352	1 219	973	18 519
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(1 003)	856	(329)	(118)	(594)
Alteração no excedente irre recuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irre recuperável	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	0	0	0	0	0
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(1 003)	856	(329)	(118)	(594)⁵

¹ Plano de benefícios definido convertido num plano de contribuição definido coletivo nos Países Baixos.

² Abbey Life.

³ Inclui o saldo inicial de um plano na Bélgica ao qual foi aplicada anteriormente a contabilização de um plano de contribuição definida e outros planos mais pequenos.

⁴ Apenas para planos com fundos constituídos.

⁵ Destes, € 934 million reconhecidos em outros ativos e € 1,528 million em outros passivos.

	2015				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	11 263	4 295	1 375	1 260	18 193
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	202	30	24	61	317
Custos com juros	224	170	58	29	481
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	4	4	0	1	9
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(551)	(143)	(39)	(50)	(783)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	(66)	0	0	(66)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	22	(103)	15	(9)	(75)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	13	16
Benefícios pagos	(383)	(123)	(85)	(69)	(660)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	259	159	54	472
Outros ¹	(1)	0	0	51	50
Saldo, fim do exercício	10 783	4 323	1 507	1 341	17 954
dos quais:					
Não financiadas	2	14	203	114	333
Financiadas	10 781	4 309	1 304	1 227	17 621
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10 634	5 095	1 072	1 109	17 910
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	213	201	45	26	485
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(463)	(152)	(49)	(41)	(705)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	13	16
Contribuições pagas pelo empregador	367	2	64	51	484
Benefícios pagos ²	(383)	(122)	(72)	(47)	(624)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	304	124	49	477
Outros ¹	0	0	0	51	51
Custos de administração do plano	0	(6)	(2)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(412)	999	(325)	(131)	131
Alteração no excedente irre recuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irre recuperável	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	0	0	0	0	0
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(412)	999	(325)	(131)	131 ³

¹ Inclui o saldo inicial de um plano na Índia ao qual foi aplicada anteriormente a contabilização de um plano de contribuição definida.

² Apenas para planos com fundos constituídos.

³ Destes, € 1,161 million reconhecidos em outros ativos e € 1,030 million em outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo dos impactos adversos das alterações na posição de financiamento dos seus planos de pensão definidos em métricas financeiras essenciais, com um enfoque principal na imunização do estado de fundos constituídos da IRFS dos planos, ao mesmo tempo que considera o impacto dos planos noutras métricas, tais como o capital regulamentar e as contas locais de resultados. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comitês de investimento.

Para atingir o objetivo principal de imunizar o estado dos fundos constituídos da IFRS para planos de benefício essenciais definidos, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivos (*liability driven investment – LDI*). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, *spreads* de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões. Para os planos de pensões onde uma abordagem LDI completa pode ter um impacto adverso sobre outras métricas financeiras essenciais importantes para a posição financeira geral do Grupo, o Grupo pode desviar-se desta estratégia principal de investimento. Em 2015, o Grupo decidiu ajustar temporariamente a estratégia de investimento aos ativos do plano principal de pensões da Alemanha reduzindo a taxa de juro e a cobertura do *spread* de crédito. O Grupo monitoriza estreitamente esta divergência da estratégia de investimento principal e implementou mecanismos de governação para garantir uma análise regular do desvio da abordagem LDI.

Quando o nível de cobertura desejado para estes riscos não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, *swaps* de inflação de taxas de juro e *swaps* de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rentabilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos “cotados” (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

em milhões de euros	31.12.2016					31.12.2015				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha ³	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1 085	115	45	73	1 318	777	138	27	86	1 028
Instrumentos de capital ¹	1 129	634	116	87	1 966	1 027	648	113	272	2 060
Obrigações <i>investment-grade</i> ²										
Governamentais	2 264	1 898	405	166	4 733	3 697	1 918	524	287	6 426
Obrigações não governamentais	5 627	2 272	521	154	8 574	4 271	2 456	400	346	7 473
Obrigações <i>non-investment-grade</i>										
Governamentais	166	0	0	45	211	130	0	0	11	141
Obrigações não governamentais	305	70	15	25	415	310	79	8	19	416
Produtos estruturados	38	237	65	22	362	35	259	45	12	351
Seguros	1	0	0	27	28	1	0	0	14	15
Alternativos										
Imobiliário	222	117	0	37	376	200	137	0	39	376
Matérias-primas	6	13	0	0	19	7	7	0	8	22
Capital privado	58	0	0	0	58	51	0	0	0	51
Outros	667	34	0	330	1 031	641	38	0	100	779
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	(614)	133	51	(2)	(432)	(812)	(60)	65	21	(786)
Crédito	80	(1)	1	1	81	(11)	0	0	0	(11)
Inflação	0	(197)	0	7	(190)	0	(245)	0	(8)	(253)
Divisas	(59)	2	0	0	(57)	42	(6)	0	2	38
Outros	0	25	0	1	26	5	(47)	0	1	(41)
Total do justo valor dos ativos dos planos	10 975	5 352	1 219	973	18 519	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085

¹ A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

² *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

³ Os números do ano anterior foram reajustados devido a uma abordagem de classificação refinada para componentes de ativos do plano selecionados na Alemanha.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31.12.2016					31.12.2015				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha ¹	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1 145	115	42	39	1 341	1 241	138	29	68	1 476
Instrumentos de capital	1 066	635	115	78	1 894	984	648	113	272	2 017
Obrigações <i>investment-grade</i>										
Governamentais	723	1 893	404	78	3 098	1 898	1 917	522	183	4 520
Obrigações não governamentais	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0
Obrigações <i>non-investment-grade</i>										
Governamentais	0	0	0	32	32	0	0	0	0	0
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos estruturados	0	0	0	0	0	0	259	0	11	270
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	4	0	0	0	4	6	0	0	0	6
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	8	0	0	0	8	32	0	0	6	38
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	(1)	0	11	0	10	0	0	17	(1)	16
Crédito	0	(1)	0	1	0	0	0	0	0	0
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisas	0	2	0	0	2	42	(6)	0	2	38
Outros	1	0	0	0	1	5	0	0	1	6
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	2 946	2 644	572	231	6 393	4 208	2 956	681	542	8 387

¹ Os números do ano anterior foram reajustados devido a uma abordagem de classificação refinada para componentes de ativos do plano selecionados na Alemanha.

Todos os ativos restantes são investidos em "outros" ativos, a maioria dos quais sendo investidos em ativos de nível 2, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em obrigações empresariais *investment-grade*. Um elemento relativamente pequeno encontra-se em ativos do nível 3, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em imobiliário, apólices de seguros e contratos derivadas.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de outros definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

31.12.2016							
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(54)	112	144	1 062	20	34	1 318
Instrumentos de capital	279	103	847	279	321	137	1 966
Obrigações governamentais (<i>investment-grade</i> e superior)	738	1 840	447	975	210	523	4 733
Obrigações governamentais (<i>non-investment-grade</i>)	1	18	5	13	7	167	211
Obrigações não governamentais (<i>investment-grade</i> e superior)	472	1 819	2 458	2 939 ¹	763	123	8 574
Obrigações não governamentais (<i>non-investment-grade</i>)	9	50	186	130	28	12	415
Produtos estruturados	36	210	66	7	6	37	362
Subtotal	1 481	4 152	4 153	5 405	1 355	1 033	17 579
Ação (em %)	8	24	24	31	8	6	100
Outras categorias de ativos							940
Justo valor dos ativos dos planos							18 519

¹ A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Itália e Países Baixos.

31.12.2015 ¹							
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(450)	147	81	1 195	26	29	1 028
Instrumentos de capital	270	137	865	282	375	131	2 060
Obrigações governamentais (<i>investment-grade</i> e superior)	1 842	1 895	549	1 454	225	461	6 426
Obrigações governamentais (<i>non-investment-grade</i>)	0	0	0	5	4	132	141
Obrigações não governamentais (<i>investment-grade</i> e superior)	427	1 838	2 184	2 081 ²	864	79	7 473
Obrigações não governamentais (<i>non-investment-grade</i>)	19	48	168	140	29	12	416
Produtos estruturados	34	219	42	39	16	1	351
Subtotal	2 142	4 284	3 889	5 196	1 539	845	17 895
Ação (em %)	12	24	22	29	9	5	100
Outras categorias de ativos							190
Justo valor dos ativos dos planos							18 085

¹ Os números do ano anterior foram reajustados devido a uma abordagem de classificação refinada para componentes de ativos do plano selecionados na Alemanha.

² A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Itália e Países Baixos.

Os ativos do plano em 31 de dezembro de 2016 incluíam transações de derivativos com entidades do Grupo com um valor de mercado negativo de aproximadamente € 550 million. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Adicionalmente, o Grupo estima e permite posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento, que podem ter impacto nos ativos dos planos do Grupo. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de desconto deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de desconto baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de desconto. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensão de benefícios definidos, as alterações às condições dos mercados de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais - principalmente, a taxa de desconto e a taxa de inflação de preços - bem como os ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem LDI, a exposição global a alterações do Banco é reduzida. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado de capitais, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações com benefícios definidos e aos ativos do plano devido a uma alteração no fator de risco de mercado relacionado ou no pressuposto atuarial subjacente; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

As análises de sensibilidade foram refinadas quanto a taxas de desconto e *spreads* de crédito em 50 pontos base (100 pontos base utilizados anteriormente) para refletir o baixo nível de vários pressupostos-chave financeiros. Para efeitos de coerência, as sensibilidades demonstradas para 31 de dezembro de 2015 foram ajustadas em conformidade.

em milhões de euros	31.12.2016				31.12.2015			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de desconto (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(900)	(500)	(50)	(65)	(775)	(440)	(45)	(105)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	600	555	35	25	330	515	40	65
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(300)	55	(15)	(40)	(445)	75	(5)	(40)
Taxa de desconto (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	835	450	40	60	725	395	35	95
(Diminuição) esperada nos ativos do plano ¹	(600)	(555)	(35)	(25)	(330)	(515)	(40)	(65)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	235	(105)	5	35	395	(120)	(5)	30
Spreads de crédito (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(900)	(500)	(100)	(70)	(775)	(440)	(90)	(110)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	500	115	25	10	230	125	25	20
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(400)	(385)	(75)	(60)	(545)	(315)	(65)	(90)
Spreads de crédito (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	835	450	95	65	725	395	85	100
(Diminuição) esperada nos ativos do plano ¹	(500)	(115)	(25)	(10)	(230)	(125)	(25)	(20)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	335	335	70	55	495	270	60	80
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):²								
Diminuição em DBO	340	395	0	25	305	340	0	50
(Diminuição) esperada nos ativos do plano ¹	(220)	(350)	0	(15)	(215)	(355)	0	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	120	45	0	10	90	(15)	0	40
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):²								
(Aumento) em DBO	(350)	(435)	0	(30)	(315)	(370)	0	(55)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	220	350	0	15	215	355	0	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(130)	(85)	0	(15)	(100)	15	0	(45)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	75	25	0	15	70	15	0	15
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(75)	(25)	0	(15)	(70)	(15)	0	(15)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:³								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(305)	(130)	(30)	(15)	(260)	(110)	(25)	(25)

¹ As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contém a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.

² Incorpora a sensibilidade a alterações no aumento nominal de pensões a pagamento na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.

³ Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2017, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2017
	Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	300
BVV	70
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	90
Outros planos de contribuições definidas	310
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	30
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	800

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2, respetivamente.

em milhões de euros	2016	2015	2014
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço	272	326	296
Custos líquidos com juros (rendimento)	(11)	(4)	3
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	261	322	299
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	50	53	51
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	95	95	97
Outros planos de contribuições definidas	284	264	228
Total dos encargos com planos de contribuição definida	429	412	376
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	690	734	675
Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança social alemã	237	231	229
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio ¹	620	816	860
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário ¹	3	15	11
Encargos com planos de retenção de numerário ¹	487	738	815
Encargos com indemnizações por cessação de funções ²	149	184	205

¹ Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.

² Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados.

37 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2016	2015	2014
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	881	1 385	764
Ajustamentos de anos anteriores	(23)	277	(12)
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	858	1 662	752
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	(276)	(378)	644
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(3)	140	44
Ajustamentos de anos anteriores	(33)	(749)	(15)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	(312)	(987)	673
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	546	675	1 425

A despesa de imposto sobre o rendimento inclui impostos dos titulares de apólices atribuíveis aos rendimentos dos titulares de apólices, ascendendo a uma despesa de imposto sobre o rendimento de 23 milhões de euros em 2016, um benefício com impostos sobre o rendimento de 0,4 milhões de euros em 2015 e um benefício com impostos sobre o rendimento de 2 milhões de euros em 2014.

O gasto total de impostos correntes inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, que reduziu o encargo de impostos correntes em 7 milhões de euros em 2016. Em 2015 e 2014, estes efeitos reduziram a despesa atual com impostos em 3 milhões de euros e 5 milhões de euros, respetivamente.

Os benefícios totais com impostos diferidos incluem benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que aumentou os benefícios com impostos diferidos em 38 milhões de euros em 2016. Em 2015 e 2014, estes efeitos fizeram reduzir o benefício com impostos diferidos em 187 milhões de euros e a despesa com impostos diferidos em 303 milhões de euros.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2016	2015	2014
Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,0% em 2015 e 2014)	(254)	(1 890)	966
Diferenças cambiais	(38)	(157)	88
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(599)	(345)	(371)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(19)	(21)	(93)
Custos não dedutíveis	1 074	1 288	649
Imparidades de <i>goodwill</i>	250	1 407	0
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos¹	(45)	184	(308)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(3)	140	44
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	66	(5)	78
Efeito dos impostos dos titulares de apólices	23	0	(2)
Outros ¹	91	74	374
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	546	675	1 425

¹ Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. Em 2015 e 2014, a rubrica "Outros" do quadro anterior inclui sobretudo os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

O resultado da eleição federal dos Estados Unidos pode representar alterações significativas da política tributária. As propostas de reformas tributárias atualmente em estudo contemplam uma redução significativa das taxas de imposto sobre rendimentos de negócios e alterações significativas ao quadro global de tributação, cujo âmbito e aplicação na

indústria de serviços financeiros não são claros. Uma redução na taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas poderá ter impacto na taxa de imposto efetiva do Grupo em períodos futuros. Os ativos por impostos diferidos do Grupo também poderão ser afetados e poderá ser necessário medi-los novamente. De momento, não é possível determinar o impacto específico na condição financeira do Deutsche Bank.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobre taxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% nos exercícios de 2016 e 31% nos exercícios de 2015 e 2014.

Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2016	2015	2014
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	344	(213)	407
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	20	104	(457)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	81	10	5
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(14)	3	(7)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	1	(6)	(146)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(71)	(90)	(68)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	100	(2)	1
Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral	461	(194)	(265)
Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio	93	72	(21)

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	3 931	3 477
Créditos fiscais não utilizados	358	215
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação	7 248	7 748
Ativos fixos tangíveis	458	468
Outros ativos	1 606	1 640
Valorização de títulos	80	92
Provisão para perdas com empréstimos	1 039	982
Outras provisões	1 079	1 310
Outros passivos	1 353	1 028
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	17 152	16 960
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação	7 128	7 446
Ativos fixos tangíveis	57	64
Outros ativos	560	954
Valorização de títulos	381	523
Provisão para perdas com empréstimos	29	50
Outras provisões	355	351
Outros passivos	462	556
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	8 972	9 944

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Apresentados como ativos por impostos diferidos	8 666	7 762
Apresentados como passivos por impostos diferidos	486	746
Ativos líquidos por impostos diferidos	8 180	7 016

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. Isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro,

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

(3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31.12.2016 ¹	31.12.2015 ¹
Diferenças temporárias dedutíveis	1	(277)
Não a expirar	(4 368)	(4 372)
A expirar no período subsequente	(189)	(2)
A expirar após o período subsequente	(746)	(1 067)
Perdas fiscais não utilizadas	(5 303)	(5 441)
A expirar após o período subsequente	(13)	(95)
Créditos fiscais não utilizados	(14)	(97)

¹ Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 5,8 mil milhões de euros e 5,0 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, sucursais e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 67 milhões de euros e 93 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

38 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivativos do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivativos a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (*bid*) ou de venda (*offer*) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivativos para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivativos que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivativos. A utilização de instrumentos financeiros derivativos é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivativos cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Contabilidade de cobertura de justo valor

O Grupo efetua coberturas de justo valor utilizando sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos do justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado.

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo
Derivados detidos como cobertura de justo valor ¹	6 893	1 749	6 764	2 193

¹ Em 2016, o Grupo alterou a apresentação dos montantes de uma apresentação de valores líquidos (após a compensação) para uma apresentação de valores brutos (antes da compensação). Os números comparativos para 31 de dezembro de 2015 foram ajustados em conformidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foram reconhecidas perdas de 0,6 mil milhões de euros e de 1,1 mil milhões de euros e um ganho de 1,0 mil milhões de euros, respetivamente, nos instrumentos de cobertura. Nos mesmos períodos, os resultados sobre as rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, traduziram-se num ganho de 1,0 mil milhões de euros, um ganho de 1,0 mil milhões de euros e uma perda de 1,3 mil milhões de euros, respetivamente.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

O Grupo efetua coberturas de fluxos de caixa utilizando *swaps* de taxa de juro e *swaps* sobre índices de ações, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro e ações.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	242	0	239	0

Períodos em que se prevê que os fluxos de caixa ocorram e afetem a demonstração de resultados

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Entradas de caixa de ativos	33	34	5	0
Entradas de caixa de passivos	0	0	0	0
Fluxos de caixa líquidos em 2016	33	34	5	0
Em 31 de dezembro de 2015				
Entradas de caixa de ativos	32	49	0	0
Entradas de caixa de passivos	(20)	(33)	(26)	(15)
Fluxos de caixa líquidos em 2015	12	16	(26)	(15)

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Reportados em capital ¹	198	138	118
dos quais relacionados com programas cessados	0	(14)	(15)
Resultados afetos ao capital no exercício findo	62	1	(6)
Resultados retirados do capital no exercício findo	2	(20)	(339)
Ineficácia registada nos resultados	(17)	(1)	(3)

¹ "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado na demonstração consolidada do rendimento integral.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2021.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Utilizando contratos a prazo e swaps cambiais, o Grupo efetua coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas *spot* de fim do período.

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	286	4 076	226	5 379

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foram reconhecidas perdas de 437 milhões de euros, 425 milhões de euros e 357 milhões de euros, respetivamente, devido à ineficácia da cobertura, que inclui o elemento *forward points* dos instrumentos de cobertura.

39 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

- pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família de pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2016	2015	2014
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	40	31	26
Benefícios pós-emprego	9	6	4
Outros benefícios de longo prazo	7	11	7
Benefícios por cessação do vínculo laboral	0	20	0
Pagamento baseado em ações	12	15	5
Total	68	83	42

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2016, a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2015 e a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2014.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2016, contam-se créditos e compromissos de 49 milhões de euros e depósitos de 7 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2015 as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 11 milhões de euros e depósitos de 8 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e a membros íntimos das respectivas famílias.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respectivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Empréstimos

em milhões de euros	2016	2015
Créditos pendentes, início do ano	396	321
Movimento em empréstimos durante o período ¹	(86)	89
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(31)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(13)	18
Créditos pendentes, fim do ano²	297	396
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	0	1
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	62	263

¹ O impacto líquido de empréstimos emitidos e reembolsos de empréstimos durante o ano é apresentado como "Movimento em empréstimos durante o período".

² O montante de créditos vencidos era de 7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Para os créditos supramencionados, o Grupo recebeu uma garantia (colateral) de 22 milhões de euros e de 69 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2016	2015
Depósitos pendentes, início do ano	162	128
Movimento em depósitos durante o período ¹	(74)	31
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(0)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(1)	2
Depósitos pendentes, fim do ano	87	162

¹ O impacto líquido de depósitos recebidos e depósitos reembolsados durante o ano é apresentado como "Movimento em depósitos durante o período".

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e a 32 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2016	2015
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	0	0
Outros ativos	0	0
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	22	41
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	(547)	(793)
Valor nominal de derivados com uma contraparte do Grupo	8 755	10 516

40 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 938 (2015: 1 217) entidades consolidadas, das quais 349 (2015: 545) entidades estruturadas consolidadas. 678 (2015: 796) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100 % das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 260 (2015: 421) das entidades consolidadas (participações minoritárias). A partir de 31 de dezembro de 2015 e de 2016, as participações minoritárias não são nem individualmente nem cumulativamente substanciais para o Grupo.

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC.
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
- Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

Ativos restritos

em milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	163 292	1 314	78 263	2 190
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	743 781	54 711	820 883	79 222
Ativos financeiros disponíveis para venda	56 228	19 870	73 583	11 046
Empréstimos	408 909	74 172	427 749	46 352
Outros	218 336	7 693	239 441	9 294
Total	1 590 546	157 760	1 629 130	148 105

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nestes casos, não é viável identificar rubricas individuais do balanço que não podem ser transferidas. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 37,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015: 19,7 mil milhões de euros).

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

41 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas;
- Um objetivo estreito e bem definido;
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades no valor de 3 milhões de euros e 251 milhões de euros, respectivamente.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 11,3 mil milhões de euros e 13,4 mil milhões de euros, respectivamente.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

Frequentemente, o Grupo transfere ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nominais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2016, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 145 mil milhões de euros, 644 mil milhões de euros e 27 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2015, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 255 mil milhões de euros, 606 mil milhões de euros e 31 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- **Fundos** – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nominal de derivativos quando a participação do Grupo é composta por derivativos.
- **Titularizações** – Valor nominal de notas em emissão quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivativos quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivativos.
- **Entidades de financiamento de terceiros** – Total do ativo nas entidades
- **Reagrupamento e entidades de investimento** – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nominal da exposição que o Grupo tem à entidade.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Também fornece uma indicação da dimensão das entidades estruturadas. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

	31.12.2016				
em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari- zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	(15)	0	0	345	331
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	68	87	18	3 113	3 286
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	11 643	11 643
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 231	3 068	6 332	54 943	65 576
Ativos detidos para negociação	659	2 309	6 211	15 031	24 210
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	538	262	111	7 587	8 499
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	34	497	10	32 326	32 867
Ativos financeiros disponíveis para venda	62	599	271	1 008	1 940
Empréstimos	157	36 710	20 219	19 604	76 690
Outros ativos	50	40	181	20 454	20 726
Total do ativo	1 554	40 504	27 022	111 111	180 192
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	354	36	27	11 036	11 453
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	354	36	27	11 036	11 453
Total do passivo	354	36	27	11 036	11 453
Exposições extrapatrimoniais	0	5 150	10 591	11 448	27 189
Total	1 200	45 619	37 586	111 523	195 928
Dimensão da entidade estruturada	9 487	65 234	454 950	1 888 491	

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

	31.12.2015				
em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central ¹	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (s/ bancos centrais) ¹	18	0	110	422	550
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	20	1 445	1 465
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	66	23 045	23 111
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 924	3 106	14 203	66 109	85 455
Ativos detidos para negociação	1 256	1 339	13 886	18 709	35 303 ²
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	619	114	94	6 525	7 352
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	48	1 653	223	40 876	42 800
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	421	568	1 722	2 711
Empréstimos	135	34 340	25 026	20 958	80 459
Outros ativos	103	2 150	565	18 365	21 182
Total do ativo	2 179	40 017	40 558	132 065	214 932²
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	319	150	669	9 961	11 099
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	319	150	669	9 961	11 099
Total do passivo	319	150	669	9 961	11 099
Exposições extrapatrimoniais	2	7 724	9 408	13 459	30 710 ²
Total	1 863	47 591	49 297	135 563	234 544
Dimensão da entidade estruturada	10 607	63 187	896 028³	2 694 148	

¹ A partir de 31 de dezembro de 2015, a caixa e disponibilidades em bancos para o futuro mudou para caixa e saldos de bancos centrais e depósitos remunerados em bancos mudou para saldos interbancários (sem bancos centrais).

² Inclui 113 milhões para os ativos totais e 116 milhões para a exposição extrapatrimonial para as Outras entidades.

³ A informação da dimensão de 2015 foi ajustada para eliminar uma contagem duplicada de dados subjacentes.

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, de 24,2 mil milhões de euros e 35,3 mil milhões de euros, principalmente compostos por 6,2 mil milhões de euros e 13,8 mil milhões de euros em titularizações e 15 mil milhões de euros e 18,7 mil milhões de euros em entidades estruturadas por fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os Fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 consistem num investimento de 76,7 mil milhões de euros e 80,4 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 no valor de 20,7 mil milhões de euros e de 21,2 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal (*Prime Brokerage*) e saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foi de 145 milhões de euros e 20,2 milhões de euros, respetivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2016 de 894 milhões de euros para titularização e 20 milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2015, existiam 981 milhões de euros para titularização e 281 milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

42 – Contratos de seguro e de investimento

Em 30 de dezembro de 2016, a venda de 100% do capital da Abbey Life Assurance Company à Phoenix Group Ltd foi concluída. Como consequência desta venda, todas as atividades de contratos de seguros do Grupo e a maioria das atividades de contratos de investimento foram alienadas, deixando apenas 592 milhões de euros num programa remanescente.

O impacto da transferência da Abbey Life para a categoria detida para venda, da imparidade do VOBA e da venda da Abbey Life é debatido na Nota 27 “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

Responsabilidades decorrentes dos contratos de seguro e de investimento

em milhões de euros	31.12.2015		
	Bruto	Resseguro	Líquido
Contratos de seguros	4 921	(78)	4 843
Contratos de investimento	8 522	0	8 522
Total	13 443	(78)	13 365

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

Valor escriturado

O quadro seguinte apresenta a análise da alteração das responsabilidades com contratos de seguro e de investimento em 2015.

em milhões de euros	2015	
	Contratos de seguros	Contratos de investimento
Saldo, início do exercício	4 750	8 523
Novos negócios	120	48
Sinistros/resgates pagos	(426)	(708)
Outras alterações nos negócios existentes	195	191
Alterações das taxas de câmbio	282	468
Saldo, fim do exercício	4 921	8 522

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo não detinha quaisquer responsabilidades contratuais de seguros. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo detinha responsabilidades contratuais de seguros que ascendiam a 4,9 mil milhões de euros. Destes, 2,8 mil milhões de euros representam rendas vitalícias tradicionais a pagamento; 1,7 mil milhões de dólares representam contratos de seguro de vida universal e 431 milhões de euros representam contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas garantidas para a renda vitalícia (constituído por uma responsabilidade ligada a fundos de investimento de 283 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 148 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias).

43 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2016

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total 31.12.2016
	até 1 ano	após 1 ano	
Caixa e saldos do banco central	181 364	0	181 364
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	10 996	610	11 606
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	15 756	531	16 287
Títulos obtidos por empréstimo	20 081	0	20 081
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	725 099	18 682	743 781
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 211	47 016	56 228
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1 027	1 027
Empréstimos	115 673	293 236	408 909
Títulos detidos até à maturidade	0	3 206	3 206
Ativos fixos tangíveis	0	2 804	2 804
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	8 982	8 982
Outros ativos	118 246	7 799	126 045
Ativos por impostos correntes	1 329	230	1 559
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1 197 755	384 124	1 581 880
Ativos por impostos diferidos			8 666
Total do ativo			1 590 546

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2016

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2016
Depósitos	522 885	27 319	550 204
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	25 035	705	25 740
Títulos cedidos por empréstimo	3 598	0	3 598
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	576 336	5 635	581 971
Outros empréstimos a curto prazo	17 295	0	17 295
Outros passivos	150 253	5 187	155 440
Provisões	10 973	0	10 973
Passivos por impostos correntes	723	606	1 329
Dívida a longo prazo	28 758	143 558	172 316
Títulos fiduciários preferenciais	2 197	4 176	6 373
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1 338 054	187 186	1 525 240
Passivos por impostos diferidos			486
Total do passivo			1 525 727

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2015

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2015
Caixa e saldos do banco central	96 940	0	96 940
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	12 620	223	12 842
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	21 240	1 216	22 456
Títulos obtidos por empréstimo	33 556	1	33 557
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	783 383	37 499	820 883
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 359	66 225	73 583
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1 013	1 013
Empréstimos	130 483	297 266	427 749
Títulos detidos até à maturidade	0	0	0
Ativos fixos tangíveis	0	2 846	2 846
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	10 078	10 078
Outros ativos	111 653	6 484	118 137
Ativos por impostos correntes	997	288	1 285
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1 198 231	423 139	1 621 368
Ativos por impostos diferidos			7 762
Total do ativo			1 629 130

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2015

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2015
Depósitos	541 557	25 417	566 974
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	9 803	0	9 803
Títulos cedidos por empréstimo	2 857	414	3 270
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	584 474	15 280	599 754
Outros empréstimos a curto prazo	28 010	0	28 010
Outros passivos	168 205	6 800	175 005
Provisões	9 207	0	9 207
Passivos por impostos correntes	1 086	613	1 699
Dívida a longo prazo	26 129	133 887	160 016
Títulos fiduciários preferenciais	995	6 025	7 020
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1 372 324	188 436	1 560 760
Passivos por impostos diferidos			746
Total do passivo			1 561 506

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

44 – Acontecimentos após o período de relato

Em 13 de janeiro de 2017, o Deutsche Bank assinou um contrato para alienar a sua participação não estratégica de 16,8% no prestador de serviços de pagamento alemão Concardis GmbH. A transação deverá ser concluída no primeiro semestre de 2017, objeto de aprovações regulamentares. É esperado que a transação tenha um impacto positivo nos resultados do semestre.

Como anunciado em 5 de março de 2017, o Deutsche Bank espera emitir novas ações, com um volume esperado de receitas de cerca de 8 mil milhões de euros. O Grupo pretende concluir este aumento de capital na primeira quinzena de abril e planeia aplicar uma série de medidas adicionais e definir novos objetivos financeiros que substituem os objetivos anteriores. Estas medidas incluem uma revisão da estrutura de segmentos do Grupo que deverá ser implementada ao longo de 2017 que, quando especificado, irá acionar uma reexpressão das nossas divulgações de segmentos e uma revisão de imparidade subsequente relacionada com os saldos de "goodwill". Além disso, o Conselho de Administração reviu a estratégia de dividendos e irá propor o pagamento de um dividendo de 0,19 euros por ação, tendo em conta as ações esperadas após o aumento de capital supramencionado para a Assembleia-Geral Anual em maio de 2017. O banco espera pagar o montante total de, aproximadamente, 400 milhões de euros, em maio de 2017.

45 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rendibilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2016	2015
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	9 819	11 163
Encargos de segurança social	2 055	2 130
dos quais: relacionados com pensões	671	724
Total	11 874	13 292

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2016 era de 101 182 (2015: 99 423) dos quais 44 660 (2015: 44 071) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 55 557 (2015: 53 623) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

A remuneração total do Conselho de Administração (de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17) foi de € 26,691,178 e de 23 913 876 euros para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente, dos quais 0 euros por componentes variáveis em ambos os anos.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 35 305 889 euros e 17 429 709 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75 % da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2016 uma remuneração total de 5 016 667 euros (2015: 4 850 000 euros), dos quais 3 904 167 euros foram pagos em fevereiro de 2017 (fevereiro de 2016: 3 710 417), de acordo com as provisões dos estatutos.

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanço consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 479
302	

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 222 953 147 euros e 210 146 088 euros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 8 433 662 de euros e a 8 914 864 de euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 40 005 403 de euros e a 712 861 de euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 160 944 euros em 2016.

Rendibilidade dos ativos

O artigo 26a da lei bancária alemã define a rentabilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de -0,08% e -0,38% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente.

Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Discriminação dos honorários cobrados pelo auditor do Grupo

Categoria de honorários em milhões de euros	2016	2015
Honorários por serviços de auditoria	49	51
dos quais à KPMG AG	18	24
Honorários relacionados com auditoria	26	19
dos quais à KPMG AG	16	12
Honorários por serviços de consultoria fiscal	6	5
dos quais à KPMG AG	3	2
Todas as outras comissões	1	1
dos quais à KPMG AG	1	0
Total de honorários	82	76

46 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26a da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países e consistem essencialmente em dividendos pagos.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 47 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

	31.12.2016			
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	Resultado antes do imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
Argentina	57	71	39	(14)
Austrália	382	528	56	(35)
Áustria	20	111	(3)	(0)
Barbados	0	0	(0)	0
Bélgica	192	666	16	(6)
Brasil	181	226	92	(2)
Canadá	22	22	13	(3)
Ilhas Caimão	18	32	1	0
Chile	74	11	61	(23)
China	218	511	109	(27)
Colômbia	(1)	0	(1)	0
República Checa	9	44	3	(1)
Finlândia	(0)	0	1	(0)
França	65	224	13	1
Alemanha	11 790	44 708	1 941	(171)
Grã-Bretanha	5 038	8 575	(1 548)	185
Grécia	(0)	9	0	(0)
Guernsey	14	32	7	0
Hong Kong	635	1 303	(3)	15
Hungria	18	54	5	(1)
Índia	660	11 569	464	(221)
Indonésia	158	306	97	(32)
Irlanda	38	645	8	(1)
Israel	6	11	(1)	(0)
Itália	1 007	3 880	(4)	(36)
Japão	600	661	245	(93)
Jersey	23	90	3	(1)
Letónia	1	0	0	0
Luxemburgo	1 953	512	1 605	(148)
Malásia	82	226	45	(11)
Malta	39	0	37	9
Maurícia	147	217	132	(3)
México	30	65	(7)	2
Países Baixos	446	752	126	0
Nova Zelândia	34	0	26	(2)
Noruega	(0)	0	(0)	0
Paquistão	15	74	6	(3)
Peru	1	0	(5)	(1)
Filipinas	29	1 965	12	(3)
Polónia	259	2 142	43	(14)
Portugal	54	392	(6)	1
Catar	(0)	3	0	(0)
Roménia	5	681	9	(2)
Federação da Rússia	81	1 246	30	(7)
Arábia Saudita	30	74	0	(8)
Singapura	1 115	2 089	276	14
África do Sul	50	113	23	(5)
Coreia do Sul	110	288	31	(9)
Espanha	513	2 542	(92)	26
Sri Lanca	20	68	9	(3)
Suécia	2	35	3	(1)
Suíça	324	697	45	(9)
Taiwan	68	178	31	(6)
Tailândia	42	122	15	(3)
Turquia	49	136	22	(5)
Emirados Árabes Unidos	28	180	(8)	(1)
Ucrânia	8	31	5	(1)
Uruguai	(0)	0	(0)	0
EUA	6 617	10 558	(1 498)	88
Venezuela	0	0	0	0
Vietname	18	69	9	(2)

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

47 – Participações acionistas

- 456 Subsidiárias
- 466 Entidades estruturadas consolidadas
- 472 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
- 474 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
- 478 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão (“HGB”).

Notas de rodapé:

- 1 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
- 2 Controlada.
- 3 A sociedade fez uso da isenção oferecida pela Secção 264b do HGB.
- 4 Parceria geral (Ilhas Caimão).
- 5 Fundo especial.
- 6 Parceria limitada (China).
- 7 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 8 Não controlada.
- 9 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
- 10 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 11 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 12 Fundos próprios preliminares no valor de 6963,4 milhões de euros/ Resultado preliminar no valor de 487,1 milhões de euros (Exercício de 2016).
- 13 Não consolidada nem contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificada como títulos disponíveis para venda.
- 14 Fundos próprios preliminares no valor de 8946,3 milhões de euros/ Resultado preliminar no valor de 175,6 milhões de euros (Exercício de 2016).
- 15 Fundos próprios no valor de 3 milhões de euros / Resultado no valor de 12,9 milhões de euros (Exercício de 2015).
- 16 Fundos próprios no valor de 103,7 milhões de euros / Resultado no valor de 10,2 milhões de euros (Exercício de 2015).
- 17 Não existe influência significativa.
- 18 Fundos próprios no valor de 13,7 milhões de euros / Resultado no valor de 2,9 milhões de euros (Exercício de 2015).
- 19 Fundos próprios no valor de 20,1 milhões de euros / Resultado no valor de 1,9 milhões de euros (Exercício de 2016).
- 20 Fundos próprios no valor de 0,0 milhões de euros / Resultado no valor de 20,5 milhões de euros (Exercício de 2015).

Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	
2	ABFS I Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
3	ABS Leasing Services Company	Chicago		Prestadora de serviços de apoio	100,0
4	ABS MB Ltd.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
5	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
6	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
7	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
8	Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
9	Alfred Herrhausen Gesellschaft - Das internationale Forum der Deutschen Bank - mbH	Berlim		Outra empresa	100,0
10	Americas Trust Servicios de Consultoria, S.A.	Madrid		Outra empresa	100,0
11	Argent Incorporated	Baltimore		Instituição de crédito	100,0
12	Atrium 99, Europäische VV SE	Frankfurt		Outra empresa	100,0
13	B.T.I. Investments (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
14	Baincor Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
15	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
16	Bankers Trust International Finance (Jersey) Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
17	Bankers Trust International Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
18	Bankers Trust Investments Limited	Londres		Outra empresa	100,0
19	Barkly Investments Ltd.	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
20	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		Sociedade financeira	100,0
21	Bebek Varlik Yönetim A.S.	Istambul		Sociedade financeira	100,0
22	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
23	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hamel		Sociedade financeira	100,0
24	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hamel		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
25	BHW Gesellschaft für Vorsorge mbH	Hamel		Sociedade financeira	100,0
26	BHW Holding AG	Hamel		Sociedade holding financeira	100,0
27	BHW Invest, Société à responsabilité limitée	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
28	BHW Kreditservice GmbH	Hamel		Prestadora de serviços de apoio	100,0
29	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
30	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
31	Blue Cork, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
32	BNA Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
33	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		Outra empresa	100,0
34	BRIMCO, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Outra empresa	100,0
35	BT Commercial Corporation	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
36	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
37	BT Maulbronn GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
38	BT Milford (Cayman) Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
39	BT Muritz GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
40	BT Vordertaunus Verwaltungs- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
41	BTAS Cayman GP	George Town	1	Sociedade financeira	100,0
42	BTD Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
43	Buxtal Pty. Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
44	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colônia	1	Sociedade financeira	100,0
45	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colônia	1	Sociedade financeira	100,0
46	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colônia	1	Sociedade financeira	100,0
47	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colônia		Sociedade financeira	100,0
48	Caneel Bay Holding Corp.	Chicago	2	Sociedade financeira	0,0
49	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
50	CapeSuccess Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
51	CapeSuccess LLC	Wilmington		Sociedade financeira	82,6
52	Cardales Management Limited	Porto de S.Pedro		Firma de transação de títulos	100,0
53	Cardales UK Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
54	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
55	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
56	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles		Outra empresa	100,0
57	Career Blazers LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
58	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
59	Career Blazers New York, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
60	Career Blazers of Ontario Inc.	Londres, Ontário		Outra empresa	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
61	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.		Outra empresa	100,0
62	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		Sociedade financeira	100,0
63	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
64	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	2	Sociedade financeira	0,0
65	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	100,0
66	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis		Sociedade financeira	100,0
67	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Port Louis		Sociedade financeira	67,6
68	CBI NY Training, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
69	Cedar (Luxemburgo) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
70	Centennial River 1 Inc.	Denver		Outra empresa	100,0
71	Centennial River 2 Inc.	Austin		Outra empresa	100,0
72	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington		Outra empresa	100,0
73	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington		Outra empresa	100,0
74	Centennial River Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
75	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
76	Consumo Finance S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
77	CREDA Objektanlage- und verwaltungsgesellschaft mbH	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
78	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH i.L.	Munique		Sociedade financeira	100,0
79	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
80	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
81	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
82	DAHOC (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
83	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
84	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
85	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
86	DB (Pacific) Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
87	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
88	DB Abalone LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
89	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
90	DB Alps Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
91	DB Alternative Trading Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
92	DB Alternatives and Fund Solutions Shanghai Investment Company Ltd	Xangai		Firma de transação de títulos	100,0
93	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
94	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
95	DB Boracay LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
96	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		Sociedade holding financeira	100,0
97	DB Capital Partners Asia G.P. Limited (em dissolução voluntária)	George Town		Sociedade financeira	100,0
98	DB Capital Partners General Partner Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
99	DB Capital Partners Latin America, G.P. Limited (em dissolução voluntária)	George Town		Sociedade financeira	100,0
100	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
101	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		Prestadora de serviços de apoio	100,0
102	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
103	DB Commodity Services LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
104	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
105	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Sociedade financeira	100,0
106	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
107	DB Delaware Holdings (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
108	DB Direkt GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
109	DB Energy Commodities Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
110	DB Energy Trading LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
111	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
112	DB Enfield Infrastructure Investments Limited (em dissolução)	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
113	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
114	DB Equity Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
115	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
116	DB Finanz-Holding GmbH	Frankfurt		Sociedade holding financeira	100,0
117	DB Fund Services LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
118	DB Funding LLC #5	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
119	DB Global Technology SRL	Bucareste		Prestadora de serviços de apoio	100,0
120	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
121	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
122	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
123	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
124	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
125	DB iCON Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
126	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	1	Sociedade financeira	100,0
127	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	1, 3	Sociedade financeira	100,0
128	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		Sociedade financeira	100,0
129	DB Infrastructure Holdings (UK) No.3 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
130	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
131	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
132	DB International Investments Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
133	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
134	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
135	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
136	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
137	DB Investments (GB) Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
138	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
139	DB Like-Kind Exchange Services Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
140	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
141	DB Management Support GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
142	DB Managers, LLC	West Trenton		Firma de transação de títulos	100,0
143	DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
144	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
145	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
146	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
147	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Prestadora de serviços de apoio	100,0
148	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
149	DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo	1	Sociedade financeira	100,0
150	DB Omega Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
151	DB Omega Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
152	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo	1	Sociedade financeira	100,0
153	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Barcelona		Prestadora de serviços de apoio	99,9
154	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
155	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
156	DB Portfolio Southwest, Inc.	Austin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
157	DB Print GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
158	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
159	DB Private Equity GmbH	Colônia		Empresa de gestão de investimentos	100,0
160	DB Private Equity International S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
161	DB Private Equity Treuhand GmbH	Colônia		Sociedade financeira	100,0
162	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
163	DB PWM Private Markets I GP	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
164	DB Re S.A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
165	DB RMS Leasing (Cayman) L.P.	George Town	1	Sociedade financeira	100,0
166	DB Samay Finance No. 2, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
167	DB Securities S.A.	Varsóvia		Firma de transação de títulos	100,0
168	DB Service Centre Limited	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
169	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		Instituição de crédito	100,0
170	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
171	DB Services New Jersey, Inc.	West Trenton		Prestadora de serviços de apoio	100,0
172	DB Servicios México, Sociedad Anónima de Capital Variable	Cidade do México		Prestadora de serviços de apoio	100,0
173	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
174	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Prestadora de serviços de apoio	100,0
175	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
176	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
177	DB Trips Investments Limited	George Town	2	Sociedade financeira	0,0
178	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
179	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
180	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
181	DB UK Australia Finance Limited (em dissolução voluntária)	George Town		Sociedade financeira	100,0
182	DB UK Australia Holdings Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
183	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
184	DB UK Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
185	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
186	DB USA Corporation	Wilmington		Sociedade holding financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanço consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
187	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
188	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
189	DB Vanquish (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Instituição de crédito	100,0
190	DB Vantage (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Instituição de crédito	100,0
191	DB Vantage No.2 (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Instituição de crédito	100,0
192	DB Vita S.A.	Luxemburgo		Companhia de seguros	75,0
193	db x-trackers (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Firma de transação de títulos	100,0
194	DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
195	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
196	DBCIBZ1	George Town		Sociedade financeira	100,0
197	DBCIBZ2	George Town		Sociedade financeira	100,0
198	DBFIC, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
199	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
200	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
201	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	100,0
202	DBR Investments Co. Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
203	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
204	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
205	DBRMSGP1	George Town	1, 4	Sociedade financeira	100,0
206	DBRMSGP2	George Town	1, 4	Sociedade financeira	100,0
207	DBUK PCAM Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
208	DBUKH No. 2 Limited	Londres	2	Sociedade financeira	0,0
209	DBUSBZ1, LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
210	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
211	DBX Advisors LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
212	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
213	dbX-Commodity 1 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
214	dbX-Convertible Arbitrage 14 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	87,0
215	dbX-Credit 2 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
216	dbX-Credit 4 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	87,4
217	dbX-CTA 11 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
218	dbX-CTA 16 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
219	dbX-CTA 18 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	75,6
220	dbX-CTA 2 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
221	dbX-CTA 9 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
222	dbX-Emerging Markets Macro 1 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
223	dbX-Event Driven 2 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
224	dbX-Global Long/Short Equity 10 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	89,0
225	dbX-Global Macro 4 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
226	dbX-Global Macro 7 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
227	dbX-Global Macro 9 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
228	dbX-Risk Arbitrage 1 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
229	dbX-US Long/Short Equity 13 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
230	dbX-US Long/Short Equity 15 Fund	St. Helier	5	Sociedade financeira	100,0
231	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
232	DeAM Infrastructure Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
233	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	1	Prestadora de serviços de apoio	100,0
234	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
235	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
236	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
237	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
238	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição de crédito	100,0
239	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição de crédito	100,0
240	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
241	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Paiania		Outra empresa	80,0
242	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
243	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris		Outra empresa	100,0
244	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
245	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
246	Deutsche AM Distributors, Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
247	Deutsche AM Service Company	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
248	Deutsche AM Trust Company	Salem		Firma de transação de títulos	100,0
249	Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
250	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Sociedade holding financeira	100,0
251	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura		Firma de transação de títulos	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
252	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Firma de transação de títulos	100,0
253	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Firma de transação de títulos	100,0
254	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		Firma de transação de títulos	100,0
255	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Firma de transação de títulos	100,0
256	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
257	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
258	Deutsche Asset Management International GmbH	Frankfurt		Firma de transação de títulos	100,0
259	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de investimentos	100,0
260	Deutsche Asset Management S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de investimentos	100,0
261	Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		Empresa de gestão de investimentos	100,0
262	Deutsche Asset Management USA Corporation	Wilmington		Sociedade holding financeira	100,0
263	Deutsche Australia Limited	Sydney		Instituição de crédito	100,0
264	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
265	Deutsche Bank (Chile)	Santiago		Outra empresa	100,0
266	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
267	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
268	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
269	Deutsche Bank (Perú) S.A.	Lima		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
270	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
271	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
272	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
273	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Sociedade holding financeira	100,0
274	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
275	Deutsche Bank Corretora de Valores S.A.	São Paulo		Firma de transação de títulos	100,0
276	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
277	Deutsche Bank Financial Company	George Town		Sociedade financeira	100,0
278	Deutsche Bank Financial Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
279	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
280	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore		Outra empresa	100,0
281	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
282	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
283	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
284	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	Porto de S.Pedro		Outra empresa	100,0
285	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		Sociedade financeira	100,0
286	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
287	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
288	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
289	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Instituição de crédito	100,0
290	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
291	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
292	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
293	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		Prestadora de serviços de apoio	100,0
294	Deutsche Bank S.A.	Buenos Aires		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
295	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
296	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
297	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		Firma de transação de títulos	100,0
298	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 303
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 298	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 340
Balanco consolidado – 299	Notas ao balanço consolidado – 346
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
299	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	99,9
300	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
301	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
302	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
303	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Sociedade holding financeira	100,0
304	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	Porto de S. Pedro		Prestadora de serviços de apoio	100,0
305	Deutsche Bank Österreich AG	Viena		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
306	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	99,8
307	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Instituição de crédito	100,0
308	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	100,0
309	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
310	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
311	Deutsche Cayman Ltd.	George Town		Outra empresa	100,0
312	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	100,0
313	Deutsche Commodities Trading Co., Ltd.	Xangai		Firma de transação de títulos	100,0
314	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão		Instituição de crédito	100,0
315	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
316	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B.V.	Amsterdão		Prestadora de serviços de apoio	99,9
317	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Firma de transação de títulos	100,0
318	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei		Instituição prestadora de serviços financeiros	60,0
319	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra		Outra empresa	100,0
320	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
321	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
322	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
323	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
324	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Instituição de crédito	100,0
325	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
326	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
327	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd	Singapura		Firma de transação de títulos	100,0
328	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
329	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Prestadora de serviços de apoio	100,0
330	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
331	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Prestadora de serviços de apoio	100,0
332	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
333	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Outra empresa	99,8
334	Deutsche Haussmann S.à r.l.	Luxemburgo		Firma de transação de títulos	100,0
335	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
336	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
337	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Floriania		Sociedade holding financeira	100,0
338	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
339	Deutsche Holdings Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
340	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
341	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
342	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
343	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
344	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Sociedade holding financeira	100,0
345	Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
346	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		Sociedade financeira	100,0
347	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
348	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
349	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin		Firma de transação de títulos	100,0
350	Deutsche International Trust Company N.V.	Amsterdão		Outra empresa	100,0
351	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis		Outra empresa	100,0
352	Deutsche Inversiones Dos S.A.	Santiago		Sociedade holding financeira	100,0
353	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		Sociedade financeira	100,0
354	Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
355	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdão		Sociedade financeira	100,0
356	Deutsche Investments Australia Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
357	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Instituição de crédito	100,0
358	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
359	Deutsche IT License GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
360	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Prestadora de serviços de apoio	100,0
361	Deutsche Malta Company Ltd	Floriania		Prestadora de serviços de apoio	100,0
362	Deutsche Managed Investments Limited	Sydney		Instituição de crédito	100,0
363	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
364	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
365	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
366	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres		Instituição de crédito	100,0
367	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
368	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
369	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
370	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
371	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
372	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn		Firma de transação de títulos	100,0
373	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
374	Deutsche Postbank AG	Bona		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
375	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
376	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		Outra empresa	100,0
377	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Banco de transação de títulos	100,0
378	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Firma de transação de títulos	100,0
379	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
380	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		Firma de transação de títulos	100,0
381	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		Banco de transação de títulos	100,0
382	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Banco de transação de títulos	100,0
383	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Sociedade financeira	100,0
384	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Firma de transação de títulos	100,0
385	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis		Firma de transação de títulos	100,0
386	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		Firma de transação de títulos	100,0
387	Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland		Firma de transação de títulos	100,0
388	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires		Firma de transação de títulos	100,0
389	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade		Banco de transação de títulos	100,0
390	Deutsche Securities SpA	Santiago		Sociedade financeira	100,0
391	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas		Sociedade financeira	100,0
392	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Firma de transação de títulos	100,0
393	Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
394	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
395	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	100,0
396	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown		Outra empresa	100,0
397	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio		Outra empresa	100,0
398	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
399	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
400	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
401	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		Outra empresa	78,0
402	DFC Residual Corp.	Carson City		Sociedade financeira	100,0
403	DG China Clean Tech Partners	Tianjin	1, 2, 6	Sociedade financeira	49,9
404	DI Deutsche Immobilien Baugesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
405	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
406	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Outra empresa	100,0
407	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Düsseldorf		Outra empresa	100,0
408	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
409	DNU Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
410	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona	1	Prestadora de serviços de apoio	100,0
411	DSL Portfolio Verwaltungen GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
412	DTS Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
413	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
414	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	99,2
415	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
416	Elba Finance GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
417	Elizabethan Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
418	Elizabethan Management Limited	George Town		Outra empresa	100,0
419	Estate Holdings, Inc.	St. Thomas	2	Outra empresa	0,0
420	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres	1	Sociedade financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
421	Exinor SA (dissolução voluntária)	Bastogne		Outra empresa	100,0
422	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH i.L.	Colónia		Sociedade financeira	100,0
423	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
424	Farezco I, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
425	Farezco II, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
426	Fenix Administración de Activos S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
427	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão		Firma de transação de títulos	100,0
428	Finanza & Futuro Banca SpA	Milão		Instituição de crédito	100,0
429	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
430	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,9
431	G Finance Holding Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
432	Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
433	German American Capital Corporation	Baltimore		Instituição de crédito	100,0
434	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	2	Sociedade financeira	0,0
435	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	94,9
436	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	0,0
437	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
438	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	36,1
439	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	64,7
440	Hac Investments Ltd.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
441	Hakkeijima Godo Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	95,0
442	Herengracht Financial Services B.V.	Amesterdão		Outra empresa	100,0
443	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia	1	Sociedade holding industrial	100,0
444	IKARIA Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
445	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	0,0
446	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	50,0
447	Immobilienfonds Mietwohnhäuser Quadraht-Ichendorf GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	0,0
448	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	0,0
449	IOS Finance E F C S.A.	Barcelona		Sociedade financeira	100,0
450	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
451	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
452	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
453	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	100,0
454	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
455	Kidson Pte Ltd	Singapura		Sociedade financeira	100,0
456	Kingfisher Nominees Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
457	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
458	Kradavim UK Lease Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
459	LA Water Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	75,0
460	Lammermuir Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
461	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Sociedade financeira	100,0
462	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
463	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
464	Long-Tail Risk Insurers, Ltd.	Hamilton		Companhia de seguros	100,0
465	LWC Nominees Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
466	MAC Investments Ltd. (em dissolução voluntária)	George Town		Sociedade financeira	100,0
467	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		Sociedade financeira	100,0
468	Maxblue Americas Holdings, S.A.	Madrid		Sociedade financeira	100,0
469	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
470	MEFIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	62,0
471	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		Companhia de seguros	100,0
472	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
473	Mortgage Trading (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
474	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
475	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
476	Navegator – SGFTC, S.A.	Lisboa		Prestadora de serviços de apoio	100,0
477	NCKR, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
478	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia		Sociedade financeira	100,0
479	Nevada Mezz 1 LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
480	Nevada Parent 1 LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
481	Nordwestdeutscher Wohnungsbau-träger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
482	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
483	North American Income Fund PLC	Dublin		Sociedade financeira	67,3
484	North Las Vegas Property LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
485	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
486	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
487	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
488	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
489	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
490	OPB-Holding GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
491	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
492	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
493	OPB-Quarta GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
494	OPB-Quinta GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
495	OPB-Septima GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
496	Oppenheim Asset Management Services S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de gestão de investimentos	100,0
497	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
498	Oppenheim Eunomia GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
499	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia	1	Sociedade financeira	83,3
500	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
501	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
502	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
503	OPS Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
504	OVT Trust 1 GmbH	Colónia		Outra empresa	100,0
505	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
506	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
507	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
508	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
509	PB Firmenkunden AG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
510	PB International S.A.	Schuettringen		Sociedade financeira	100,0
511	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		Prestadora de serviços de apoio	98,4
512	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
513	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
514	Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque		Prestadora de serviços de apoio	100,0
515	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
516	Polydeuce LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
517	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamel		Outra empresa	100,0
518	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
519	Postbank Direkt GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
520	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Sociedade financeira	100,0
521	Postbank Finanzberatung AG	Hamel		Outra empresa	100,0
522	Postbank Immobilien GmbH	Hamel		Outra empresa	100,0
523	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
524	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona	1	Prestadora de serviços de apoio	90,0
525	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
526	Postbank Service GmbH	Essen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
527	Postbank Systems AG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
528	Private Equity Asia Select Company III S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
529	Private Equity Global Select Company IV S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
530	Private Equity Global Select Company V S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
531	Private Equity Select Company S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
532	Private Financing Initiatives, S.L.	Barcelona		Sociedade financeira	51,0
533	PS plus Portfolio Software + Consulting GmbH	Rodermark		Outra empresa	80,2
534	PT Deutsche Securities Indonesia	Jacarta		Banco de transação de títulos	99,0
535	PT. Deutsche Verdhana Indonesia	Jacarta	2	Firma de transação de títulos	40,0
536	Sociedade anónima pública "Deutsche Bank DBU"	Kiev		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
537	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
538	Real Estate Secondary Opportunities Fund, LP	Londres	1	Sociedade financeira	100,0
539	Regula Limited	Road Town		Outra empresa	100,0
540	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
541	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
542	Royster Fund Management S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
543	RREEF America L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
544	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
545	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
546	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
547	RREEF Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de investimentos	99,9
548	RREEF Management GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
549	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		Outra empresa	100,0
550	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de investimentos	100,0
551	RTS Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
552	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel		Sociedade financeira	100,0
553	Sagamore Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
554	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
555	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
556	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
557	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
558	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
559	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
560	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
561	Sechste Salomon Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	2	Sociedade financeira	0,0
562	Service Company Four Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
563	Sharps SP I LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
564	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
565	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
566	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Sociedade financeira	100,0
567	Tempurrite Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
568	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Bangucoque		Sociedade financeira	100,0
569	Tianjin Deutsche AM Fund Management Co., Ltd.	Tianjin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
570	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
571	Trevona Limited	Road Town		Outra empresa	100,0
572	Tripleason Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
573	UKE Grundstücksgesellschaft mbH	Troisdorf	2	Sociedade financeira	0,0
574	UKE, s.r.o.	Belá		Outra empresa	100,0
575	Ullmann - Esch Grundstücksgesellschaft Kirchnerstraße GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	0,0
576	Ullmann - Esch Grundstücksverwaltungsgesellschaft Disternich GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	0,0
577	Ullmann Ullmann Krockow Krockow Esch GbR	Troisdorf	1, 2	Outra empresa	0,0
578	VCM MIP 2002 GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	1	Sociedade financeira	90,0
579	VCM MIP II GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	1	Sociedade financeira	90,0
580	VCM Treuhand Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
581	VCP Treuhand Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
582	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Colónia		Sociedade financeira	100,0
583	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
584	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
585	VÖB-ZVD Processing GmbH	Frankfurt		Instituição de pagamento	100,0
586	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan		Sociedade financeira	100,0
587	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
588	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
589	5000 Yonge Street Toronto Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
590	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
591	Aqueduct Capital S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
592	Argentina Capital Protected Investments Limited	George Town	7	Outra empresa	
593	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amsterdão	7	Sociedade financeira	
594	Atena SPV S.r.l	Conegliano		Sociedade financeira	60,0
595	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
596	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
597	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
598	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
599	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Sociedade financeira	0,0
600	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	7	Outra empresa	
601	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	7	Empresa de resseguros	
602	Axiom Shelter Island LLC	San Diego		Prestadora de serviços de apoio	100,0
603	Azurix AGOSBA S.R.L.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
604	Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
605	Azurix Buenos Aires S.A. (en liquidación)	Buenos Aires		Prestadora de serviços de apoio	100,0
606	Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
607	Azurix Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
608	Azurix Latin America, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
609	Baltics Credit Solutions Latvia SIA	Riga		Sociedade financeira	
610	BC Mumbai Shipping Limited	St. John's		Outra empresa	
611	BC San Francisco Shipping Limited	St. John's		Outra empresa	
612	Block 1949, LLC	Wilmington	2	Prestadora de serviços de apoio	0,0
613	Bürohaus Hauptstraße Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
614	Büropark Heimstetten Vermögensverwaltungs Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
615	Castlebay Asia Flexible Fund SICAV-FIS - Taiwan Bond Fund	Luxemburgo		Outra empresa	
616	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan		Outra empresa	
617	Cathay Capital Company Limited	Port Louis		Sociedade financeira	9,5
618	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	
619	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town		Sociedade financeira	
620	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	
621	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
622	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
623	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
624	Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
625	China Recovery Fund LLC	Wilmington		Sociedade financeira	85,0
626	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
627	CLASS Limited	St. Helier	7	Outra empresa	
628	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town		Sociedade financeira	
629	Concept Fund Solutions Public Limited Company	Dublin	7	Outra empresa	0,2
630	Crofton Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
631	Danube Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
632	Dariconic Limited	Dublin		Sociedade financeira	
633	Dawn-BV II LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
634	Dawn-BV LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
635	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Prestadora de serviços de apoio	100,0
636	DB Aircraft Leasing Master Trust	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
637	DB Alternative Strategies Limited	George Town		Firma de transação de títulos	100,0
638	DB Apex (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
639	DB Apex Management Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
640	DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
641	DB Aster II, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
642	DB Aster III, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
643	DB Aster, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
644	DB Aster, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
645	DB Avila Ltd.	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
646	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
647	DB Chambers Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
648	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	90,0
649	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
650	DB Dawn, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
651	DB Elara LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
652	db ETC Index plc	St. Helier	7	Prestadora de serviços de apoio	
653	db ETC plc	St. Helier	7	Prestadora de serviços de apoio	
654	DB Finance International GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
655	DB Ganymede 2006 L.P.	Camana Bay	1	Instituição de crédito	100,0
656	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
657	DB Global Masters Multi-Strategy Trust	George Town		Sociedade financeira	100,0
658	DB Global Masters Trust	George Town	7	Firma de transação de títulos	
659	DB Green Holdings Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
660	DB Green, Inc.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
661	DB Hypernova LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
662	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
663	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG	Frankfurt		Sociedade financeira	74,0
664	DB Immobilienfonds 4 GmbH & Co. KG i.L.	Frankfurt		Outra empresa	0,2
665	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
666	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
667	DB Infrastructure Holdings (UK) No.1 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
668	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
669	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
670	DB Io LP	Wilmington	1	Sociedade financeira	100,0
671	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
672	DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	29,3
673	DB Munico Ltd.	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
674	DB Platinum II	Luxemburgo	7	Outra empresa	1,5
675	DB PWM	Luxemburgo	7	Outra empresa	
676	DB PWM - Active Asset Allocation Growth II	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
677	DB PWM II - LiquidAlts UCITS (Euro)	Luxemburgo		Outra empresa	69,5
678	DB RC Holdings, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
679	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0
680	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
681	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
682	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
683	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
684	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
685	db x-trackers	Luxemburgo	7	Outra empresa	0,7
686	db x-trackers II	Luxemburgo	7	Outra empresa	1,3
687	dbInvestor Solutions Public Limited Company	Dublin	7	Sociedade financeira	
688	DBRE Global Real Estate Management US IA, L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
689	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
690	DBRMS4	George Town	1, 4	Sociedade financeira	100,0
691	DBX ETF Trust	Wilmington	7	Outra empresa	
692	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		Sociedade financeira	
693	DeAM Capital Protect 2014	Frankfurt		Outra empresa	
694	DeAM Capital Protect 2019	Frankfurt		Outra empresa	
695	DeAM Capital Protect 2024	Frankfurt		Outra empresa	
696	DeAM Capital Protect 2029	Frankfurt		Outra empresa	
697	DeAM Capital Protect 2034	Frankfurt		Outra empresa	
698	DeAM Capital Protect 2039	Frankfurt		Outra empresa	
699	DeAM Capital Protect 2044	Frankfurt		Outra empresa	
700	DeAM Capital Protect 2049	Frankfurt		Outra empresa	
701	Deloraine Spain SL	Madrid		Sociedade financeira	
702	Deutsche Bank Best Allocation - Protect 80	Luxemburgo		Outra empresa	
703	Deutsche Bank Best Allocation - Protect 90	Luxemburgo		Outra empresa	
704	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
705	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
706	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
707	Deutsche Bank Capital Trust I	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
708	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
709	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
710	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
711	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
712	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
713	Deutsche Bank Contingent Capital Trust III	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
714	Deutsche Bank Contingent Capital Trust IV	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
715	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
716	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	7	Outra empresa	
717	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	7	Outra empresa	
718	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		Firma de transação de títulos	100,0
719	Deutsche Income Trust - Deutsche Limited Maturity Quality Income Fund	Boston		Outra empresa	100,0
720	Deutsche Income Trust - Deutsche Ultra-Short Investment Grade Fund	Boston		Outra empresa	100,0
721	Deutsche Institutional Money plus	Luxemburgo		Outra empresa	
722	Deutsche Institutional USD Money plus	Luxemburgo		Outra empresa	
723	Deutsche International Fund, Inc. - Deutsche Emerging Markets Frontier Fund	Baltimore		Outra empresa	100,0
724	Deutsche Invest I	Luxemburgo	7	Outra empresa	
725	Deutsche Investment Trust - Deutsche CROCI U.S. Fund	Boston		Outra empresa	100,0
726	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
727	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
728	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
729	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
730	Deutsche Postbank Funding LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
731	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
732	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
733	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
734	Deutsche Postbank Funding Trust IV	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
735	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
736	Drehscheibe Bochum GmbH & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	100,0
737	Dusk LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
738	DWS (CH) - Pension Garant 2017	Zurique		Outra empresa	
739	DWS Garant 80 FPI	Luxemburgo		Sociedade financeira	
740	DWS Garant Top Dividende 2018	Luxemburgo		Outra empresa	
741	DWS Vorsorge - Premium Balance Plus	Luxemburgo		Outra empresa	
742	DWS World Protect 90	Luxemburgo		Outra empresa	
743	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Sociedade financeira	
744	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington		Sociedade financeira	
745	Earls Eight Limited	George Town	7	Outra empresa	
746	Earls Four Limited	George Town	7	Outra empresa	
747	EARLS Trading Limited	George Town		Sociedade financeira	
748	ECT Holdings Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
749	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à.r.l & Co. KG	Colônia		Outra empresa	
750	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	7	Sociedade financeira	
751	Eirles Two Designated Activity Company	Dublin	7	Sociedade financeira	
752	Elmo Funding GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
753	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
754	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		Instituição de crédito	100,0
755	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	7	Outra empresa	
756	Emeris	George Town		Firma de transação de títulos	
757	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
758	Equinox Credit Funding Public Limited Company	Dublin	7	Sociedade financeira	
759	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
760	Eurohome (Italy) Mortgages S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
761	European Strategic Real Estate Fund ICAV	Dublin		Outra empresa	
762	Feale Sp. z o.o.	Wolica		Outra empresa	
763	Finaqua Limited	Londres		Sociedade financeira	
764	Fondo Privado de Titulización Activos Reales 1 B.V.	Amsterdão		Outra empresa	
765	Fondo Privado de Titulización PYMES I Limited	Dublin		Sociedade financeira	
766	Fortis Flexi IV - Bond Medium Term RMB	Luxemburgo		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
767	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
768	Fullgoal China Access RQFII Fund SPC - Fullgoal RQFII Bond Sub-Fund	George Town		Outra empresa	
769	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatório Federal 4870-1	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
770	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatórios Federais DB I	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
771	Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Global Markets	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
772	GAC-HEL II, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
773	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
774	Gladyr Spain, S.L.	Madrid		Sociedade financeira	
775	Glamour Bulk 1 Maritime Limited	Monróvia		Outra empresa	
776	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
777	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
778	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
779	Global Opportunities Co-Investment, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
780	Grundstücksverwaltung Martin-Behaim-Strasse Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt	1	Outra empresa	
781	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
782	Hamildak Limited	Dublin		Sociedade financeira	
783	Harbour Finance Limited	Dublin	2	Instituição de crédito	0,0
784	Harvest Select Funds - Harvest China Fixed Income Fund II	Hong Kong		Outra empresa	
785	Iberia Inversiones II Limited	Dublin		Sociedade financeira	
786	Iberia Inversiones Limited	Dublin		Sociedade financeira	
787	India Debt Opportunities Fund	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	
788	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town		Sociedade financeira	
789	Inn Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
790	Investor Solutions Limited	St. Helier	7	Outra empresa	
791	Isar Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
792	iShares Edge MSCI Australia Minimum Volatility ETF	Melbourne		Outra empresa	99,2
793	iShares Edge MSCI Australia Multifactor ETF	Melbourne		Outra empresa	97,3
794	iShares Edge MSCI World Minimum Volatility ETF	Melbourne		Outra empresa	99,5
795	iShares Edge MSCI World Multifactor ETF	Melbourne		Outra empresa	97,3
796	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	
797	JB Hotel Private Placement Real Estate Trust No. 1	Seul		Outra empresa	100,0
798	Kelsey Street LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
799	Kingfisher Canada Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
800	Kingfisher Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
801	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
802	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf	1	Prestadora de serviços de apoio	96,1
803	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf	1	Prestadora de serviços de apoio	97,0
804	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Sociedade financeira	
805	La Fayette Dedicated Basket Ltd.	Road Town		Firma de transação de títulos	
806	Lagoon Finance Designated Activity Company	Dublin	7	Sociedade financeira	
807	Leo Consumo 1 S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
808	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	70,0
809	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
810	Leonardo Charitable 1 Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	
811	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Alternate GP of GP), LP	Wilmington	1	Sociedade financeira	
812	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Alternate GP), LP	Wilmington	1	Sociedade financeira	
813	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (GP) Limited	George Town		Sociedade financeira	
814	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Limited Partner) Limited	George Town		Sociedade financeira	
815	Leonardo Secondary Opportunities III (SLP GP) Limited	Edimburgo		Sociedade financeira	
816	Leonardo Secondary Opportunities III SLP, LP	Edimburgo	1	Sociedade financeira	0,3
817	Life Mortgage S.r.l.	Roma		Sociedade financeira	
818	Macondo Spain SL	Madrid		Outra empresa	100,0
819	Manta Acquisition LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
820	Manta Group LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
821	Mars Investment Trust II	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
822	Mars Investment Trust III	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
823	Master Aggregation Trust	Wilmington		Outra empresa	
824	Maxima Alpha Bomaral Limited (em dissolução)	St. Helier		Firma de transação de títulos	
825	Merlin I	George Town		Firma de transação de títulos	
826	Merlin II	George Town		Firma de transação de títulos	
827	Merlin XI	George Town		Firma de transação de títulos	
828	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Sociedade financeira	
829	Mexico Capital Protected Investments Limited	George Town	7	Outra empresa	
830	Micro-E Finance S.r.l.	Roma		Sociedade financeira	
831	Midsel Limited	Londres		Outra empresa	100,0
832	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt	1	Prestadora de serviços de apoio	100,0
833	Moon Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
834	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	1	Sociedade financeira	100,0
835	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
836	MS "JPO TUCANA" Schiffahrtsgesellschaft mbH & Co. KG i.L.	Stade		Outra empresa	
837	NCW Holding Inc.	Vancouver		Sociedade financeira	100,0
838	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
839	Nineco Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
840	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	2	Sociedade financeira	0,0
841	Oder Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
842	Odin Mortgages Limited	Londres		Sociedade financeira	
843	Oona Solutions, Fonds Commun de Placement	Luxemburgo	7	Outra empresa	
844	OPAL, em dissolução voluntária	Luxemburgo	7	Outra empresa	
845	Operadora de Buenos Aires S.R.L.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
846	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia		Sociedade financeira	
847	Oran Limited	George Town		Sociedade financeira	
848	Orchid Pubs & Restaurants Limited	Londres		Outra empresa	
849	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	7	Sociedade financeira	
850	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	7	Sociedade financeira	
851	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	7	Sociedade financeira	
852	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
853	PARTS Student Loan Trust 2007-CT1	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
854	PD Germany Funding Company II, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
855	PD Germany Funding Company IV, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
856	PD Germany Funding Company V, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
857	PEIF II SLP Feeder, L.P.	Edimburgo		Sociedade financeira	0,7
858	Peruda Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
859	Perus 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
860	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila		Instituição prestadora de serviços financeiros	95,0
861	PIMCO PARS I - Poste Vite	George Town		Outra empresa	
862	PIMCO PARS V - Poste Vite	George Town		Outra empresa	
863	Pinehurst Securities SA	Luxemburgo	7	Sociedade financeira	
864	Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
865	Private Markets ICAV	Dublin		Outra empresa	
866	Pyxis Nautica S.A.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	
867	Quantum 13 LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
868	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	2	Sociedade financeira	0,0
869	Reference Capital Investments Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
870	Regal Limited	George Town	7	Outra empresa	
871	REO Properties Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
872	REO Properties Corporation II	Wilmington	2	Prestadora de serviços de apoio	0,0
873	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto		Sociedade financeira	
874	Rhine Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
875	RM Ayr Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
876	RM Chestnut Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
877	RM Fife Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
878	RM Multi-Asset Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
879	RM Sussex Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
880	RM Triple-A Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
881	RREEF Global Opportunities Fund III, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
882	RREEF North American Infrastructure Fund A, L.P.	Wilmington		Sociedade financeira	99,9
883	RREEF North American Infrastructure Fund B, L.P.	Wilmington		Sociedade financeira	99,9
884	SABRE Securitisation Limited	Sydney		Outra empresa	
885	SCB Al্পspitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Sociedade financeira	
886	Schiffahrts-Gesellschaft "HS DEBUSSY" mbH & Co. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	
887	Schiffahrts-Gesellschaft "HS WAGNER" mbH & Co. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	
888	Select Access Investments Limited	Sydney	7	Outra empresa	
889	Silrendel, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
890	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
891	Sixco Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
892	SMART SME CLO 2006-1, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
893	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
894	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	100,0
895	Strategic Global Opportunities Limited - Class A Main USD	Nassau		Sociedade financeira	
896	STTN, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
897	Swabia 1 Limited	Dublin		Sociedade financeira	
898	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
899	Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa		Sociedade financeira	100,0
900	The Canary Star Trust	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
901	The GIII Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
902	The India Debt Opportunities Fund Limited	Ebène City		Prestadora de serviços de apoio	
903	The PEB Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
904	The SLA Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
905	Threadneedle Lending Limited	Londres		Sociedade financeira	
906	Tintin III SPC	George Town		Firma de transação de títulos	
907	Trave Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
908	TRS Aria LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
909	TRS Birch II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
910	TRS Birch LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
911	TRS Cypress II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
912	TRS Elm II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
913	TRS Leda LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
914	TRS Maple II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
915	TRS Oak II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
916	TRS Oak LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
917	TRS Poplar II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
918	TRS Scorpio LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
919	TRS Spruce II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
920	TRS SVCO LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
921	TRS Sycamore II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
922	TRS Tupelo II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
923	TRS Tupelo LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
924	TRS Venor LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
925	TRS Walnut II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
926	TRS Walnut LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
927	VCM Golding Mezzanine GmbH & Co. KG	Munique	1	Sociedade financeira	0,0
928	Vermögensfondmandat Flexible (80 % teilgeschützt)	Luxemburgo		Outra empresa	
929	Wendelstein 2015-1 UG (haftungsbeschränkt - responsabilidade limitada)	Frankfurt		Sociedade financeira	
930	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
931	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
932	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
933	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben II KG i.L.	Düsseldorf	1	Prestadora de serviços de apoio	98,1
934	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
935	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG i.L.	Düsseldorf	1	Prestadora de serviços de apoio	98,2
936	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
937	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
938	Zurich - DWS Life Cycle Balance II	Luxemburgo		Outra empresa	

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
939	AcadiaSoft, Inc.	Wilmington		Outra empresa	4,5
940	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
941	Argantis GmbH i.L.	Colônia		Sociedade holding industrial	50,0
942	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		Sociedade holding industrial	49,8
943	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
944	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	49,0
945	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	8	Sociedade holding industrial	99,9
946	BHS tabletop Aktiengesellschaft	Selb		Outra empresa	28,9
947	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Sociedade financeira	50,0
948	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Sociedade financeira	50,0
949	Comfund Consulting Limited	Bangalore		Outra empresa	30,0
950	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		Banco de transação de títulos	49,9
951	Cyber Defence Alliance Limited	Londres	9	Prestadora de serviços de apoio	0,0
952	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		Sociedade financeira	34,6
953	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		Sociedade financeira	25,9
954	DD Finansman Anonim Sirketi	Sisli		Instituição de crédito	49,0
955	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
956	Deutsche Financial Capital I Corp.	Greensboro		Sociedade financeira	50,0
957	Deutsche Financial Capital Limited Liability Company	Greensboro		Instituição de crédito	50,0
958	Deutsche Gulf Finance	Riade		Instituição de crédito	29,1
959	Deutsche Regis Partners Inc	Makati		Firma de transação de títulos	49,0
960	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Bangueroque		Firma de transação de títulos	49,0
961	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
962	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		Outra empresa	25,1
963	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
964	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Sociedade holding financeira	21,1
965	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
966	EOL2 Holding B.V.	Amsterdão		Sociedade financeira	45,0
967	eolec	Issy-les-Moulineaux		Outra empresa	33,3
968	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		Outra empresa	50,0
969	EVROENERGIAKI S.A.	Atenas		Outra empresa	40,0
970	Finance in Motion GmbH	Frankfurt		Firma de transação de títulos	19,9
971	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
972	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
973	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	15,7
974	GALLOP, LLC	Lexington	9	Outra empresa	0,0
975	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdão		Instituição de crédito	50,0
976	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Sociedade holding industrial	36,7
977	giropay GmbH	Frankfurt		Outra empresa	33,3
978	Gordian Knot Limited	Londres		Firma de transação de títulos	32,4
979	Graphite Resources (Knightsbridge) Limited	Londres		Outra empresa	45,0
980	Graphite Resources Holdings Limited	Londres	8	Sociedade holding industrial	70,0
981	Great Future International Limited	Road Town		Sociedade financeira	43,0
982	Grundstücksgesellschaft Bürohäuser Köln Rheinhallen GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	15,6
983	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	3,4
984	Grundstücksgesellschaft Köln Messe 15-18 GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	10,5
985	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
986	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
987	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	44,9
988	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
989	Grundstücksgesellschaft Schillingsrotter Weg GbR	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
990	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Firma de transação de títulos	30,0
991	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Sociedade financeira	40,7
992	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
993	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	10,0
994	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colônia	1	Outra empresa	7,0
995	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	7,7
996	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	1	Outra empresa	9,7
997	Immobilienfonds Troisdorf Hannoversche Straße / Frieslandring GbR	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
998	ISWAP Limited	Londres		Firma de transação de títulos	13,3
999	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter	Düsseldorf		Sociedade financeira	21,1

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
	Haftung				
1000	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		Outra empresa	21,6
1001	Kenanga Deutsche Futures Sdn Bhd	Kuala Lumpur		Firma de transação de títulos	27,0
1002	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Sociedade financeira	30,0
1003	KölnArena Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Colónia		Sociedade financeira	20,8
1004	Lion Residential Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	17,4
1005	MidOcean (Europe) 2003 LP	St. Helier		Sociedade financeira	20,0
1006	MidOcean Partners, LP	Nova Iorque		Sociedade financeira	20,0
1007	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	8	Outra empresa	96,7
1008	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
1009	Parkhaus an der Börse GbR	Colónia	1	Outra empresa	37,7
1010	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1011	Private Equity Gesellschaft bürgerlichen Rechts	Colónia	1, 9	Sociedade financeira	0,0
1012	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-A L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	33,0
1013	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-B L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	33,3
1014	Raymond James New York Housing Opportunities Fund II L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	19,5
1015	Raymond James New York Upstate Housing Opportunities Fund I L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	24,9
1016	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
1017	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1018	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1019	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1020	Robuterra AG	Zurique	9	Sociedade financeira	0,0
1021	Sakaras Holding Limited	Birkirkara	9	Sociedade financeira	0,0
1022	Schiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG MS "DYCKBURG" i.l.	Hamburgo		Outra empresa	41,3
1023	Shunfeng Catering & Hotel Management Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	6,4
1024	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
1025	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	49,9
1026	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		Outra empresa	45,0
1027	TradeWeb Markets LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	5,0
1028	Triton Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Sociedade holding industrial	33,1
1029	Turquoise Global Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	7,1
1030	E.U.A Institutional Tax Credit Fund C L.P.	Dover		Sociedade holding industrial	18,9
1031	E.U.A Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Dover		Sociedade holding industrial	13,8
1032	E.U.A Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Wilmington		Sociedade holding industrial	23,5
1033	E.U.A ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	8	Sociedade holding industrial	99,9
1034	UKE Beteiligungs-GmbH	Troisdorf	9	Sociedade financeira	0,0
1035	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
1036	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
1037	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	1, 9	Outra empresa	0,0
1038	Volbroker.com Limited	Londres		Sociedade financeira	22,5
1039	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1040	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	25,0
1041	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		Banco de transação de títulos	33,3
1042	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1043	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Sociedade financeira	25,0
1044	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4

Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1045	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1046	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1047	AC VI Initiatoren GmbH & Co. KG	Munique	10	Sociedade financeira	25,0
1048	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
1049	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1050	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1051	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1052	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1053	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1054	Adara S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
1055	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1056	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1057	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1058	Agena S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
1059	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1060	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1061	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1062	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1063	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1064	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1065	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1066	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1067	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1068	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1069	BAL Servicing Corporation	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1070	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1071	BAMAR Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1072	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	10	Sociedade financeira	50,0
1073	Belzen Pty. Limited	Sydney	11	Sociedade financeira	100,0
1074	Benefit Trust GmbH	Luetzen	11, 12	Sociedade financeira	100,0
1075	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1076	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	33,2
1077	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	32,0
1078	BrisConnections Holding Trust	Kedron	13	Outra empresa	35,6
1079	BrisConnections Investment Trust	Kedron	13	Outra empresa	35,6
1080	Cabarez S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
1081	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	11	Sociedade financeira	100,0
1082	City Leasing Limited	Londres	11	Sociedade financeira	100,0
1083	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	11, 14	Outra empresa	96,4
1084	DB Petri LLC	Wilmington	11	Instituição de crédito	100,0
1085	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l.	Luxemburgo	10	Sociedade financeira	49,0
1086	Deutz-Mülheim Grundstücksgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	40,2
1087	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1088	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1089	Donlen Exchange Services Inc.	Boston	11	Outra empresa	100,0
1090	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1091	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1092	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1093	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1094	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1095	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	10	Sociedade financeira	50,0
1096	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1097	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1098	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1099	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1100	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1101	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Valley-Oberlaindern	13	Outra empresa	21,2
1102	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH i.L.	Gruenwald	11	Sociedade financeira	100,0
1103	Hertz Car Exchange Inc.	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1104	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim	10	Sociedade financeira	20,5
1105	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	10, 15	Outra empresa	49,0
1106	IOG Denali Upton, LLC	Dover	13	Outra empresa	23,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1107	IQG NOD I, LLC	Dover	13	Outra empresa	22,5
1108	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
1109	Kinneil Leasing Company	Londres	10	Sociedade financeira	35,0
1110	Lindsell Finance Limited	St. Julian's	11	Prestadora de serviços de apoio	100,0
1111	London Industrial Leasing Limited	Londres	11	Sociedade financeira	100,0
1112	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	8, 13, 16	Sociedade financeira	77,1
1113	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo	10	Sociedade financeira	49,7
1114	Magalhães S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
1115	Manuseamento de Cargas – Manicargas, S.A.	Matosinhos	17, 18	Outra empresa	38,3
1116	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG	Hamburgo	13	Outra empresa	35,3
1117	Memax Pty. Limited	Sydney	11	Sociedade financeira	100,0
1118	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	40,0
1119	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG i.L.	Gruenwald	13	Outra empresa	29,6
1120	Mountaintop Energy Holdings LLC	Wilmington	10	Sociedade financeira	38,7
1121	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	13	Outra empresa	22,3
1122	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	13	Outra empresa	25,6
1123	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	13	Outra empresa	25,6
1124	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1125	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1126	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1127	New Energy Biomasse Hellas GmbH i.L.	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1128	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1129	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1130	Nortfol Pty. Limited	Sydney	11	Sociedade financeira	100,0
1131	NV Profit Share Limited	George Town	10	Outra empresa	42,9
1132	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colônia	1, 2, 11	Sociedade financeira	27,7
1133	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1134	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1135	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1136	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1137	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1138	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1139	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1140	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1141	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1142	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1143	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1144	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1145	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1146	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1147	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1148	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1149	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1150	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1151	PPCenter, Inc.	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1152	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1153	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1154	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1155	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1156	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1157	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1158	PTL Fleet Sales, Inc.	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1159	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1160	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1161	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1162	QI Exchange, LLC	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1163	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1164	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1165	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1166	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1167	Safron NetOne Partners, L.P.	George Town	13	Sociedade financeira	21,7
1168	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1169	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1170	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	58,5
1171	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1172	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1173	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1174	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1175	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1176	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1177	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1178	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colônia	10	Sociedade financeira	33,2
1179	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1180	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	71,1
1181	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1182	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanderstraße KG	Düsseldorf	11	Outra empresa	95,0
1183	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1184	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1185	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1186	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1187	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1188	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1189	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1190	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1191	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	94,7
1192	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle II KG i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	100,0
1193	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	8, 10	Sociedade financeira	100,0
1194	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1195	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1196	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1197	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1198	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1199	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1200	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1201	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	83,8
1202	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1203	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1204	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1205	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1206	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1207	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale	10	Outra empresa	30,5
1208	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1209	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1210	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1211	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1212	SPhinX, Ltd. (em dissolução voluntária)	George Town	10	Outra empresa	43,6
1213	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Outra empresa	100,0
1214	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1215	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1216	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1217	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Sociedade financeira	100,0
1218	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1219	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1220	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1221	Sunbelt Rentals Exchange Inc.	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1222	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1223	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1224	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1225	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1226	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1227	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1228	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1229	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1230	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das rendimentos integral – 298	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
Balanco consolidado – 299	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 300	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 302	Notas ao balanço consolidado – 346
	Notas adicionais – 418
	Confirmações – 479

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1231	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1232	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1233	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1234	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1235	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1236	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1237	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1238	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	25,0
1239	TIQI Exchange, LLC	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1240	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1241	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1242	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	10	Sociedade financeira	50,0
1243	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1244	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1245	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Sociedade financeira	100,0
1246	Triton Fund III G L.P.	St. Helier	8, 10, 19	Sociedade financeira	62,5
1247	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1248	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1249	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1250	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1251	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
1252	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo	8, 10, 20	Outra empresa	95,0
1253	VCM Initiatoren III GmbH & Co. KG	Munique	10	Sociedade financeira	24,9
1254	VCM Partners GmbH & Co. KG	Munique	10	Sociedade financeira	25,0
1255	VEXCO, LLC	Wilmington	11	Outra empresa	100,0
1256	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1257	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1258	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1259	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1260	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1261	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Darmstadt	10	Sociedade financeira	50,0
1262	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1263	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1264	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1265	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1266	XERIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.l.	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1267	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1268	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1269	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1270	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	25,0
1271	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1272	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1273	Zenwix Pty. Limited	Sydney	11	Sociedade financeira	100,0
1274	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1275	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1276	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1277	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1278	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1279	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1280	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1281	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1282	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	50,0
1283	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1284	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1285	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1286	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Sociedade financeira	50,0
1287	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1288	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1289	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
1290	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Sociedade financeira	25,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1291	ABRAAJ Holdings	George Town		Sociedade financeira	8,8
1292	Accunia A/S	Copenhaga		Firma de transação de títulos	9,9
1293	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		Instituição de crédito	5,6
1294	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		Instituição de crédito	8,5
1295	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição de crédito	8,4
1296	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição de crédito	6,3
1297	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição de crédito	8,2
1298	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição de crédito	5,6
1299	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição de crédito	8,7
1300	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição de crédito	8,7
1301	Cecon ASA	Arendal		Outra empresa	9,6
1302	China Polymetallic Mining Limited	George Town		Outra empresa	5,7
1303	Concardis GmbH	Eschborn		Instituição de pagamento	16,8
1304	Damovo Group Holdings Limited	Camana Bay		Sociedade financeira	16,0
1305	K.K. D&M Holdings	Kawasaki		Outra empresa	14,8
1306	Kenanga Investment Bank Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	8,3
1307	Landgesellschaft Mecklenburg-Vorpommern mit beschränkter Haftung	Leezen		Outra empresa	11,0
1308	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
1309	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i.l.	Frankfurt		Outra empresa	19,5
1310	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	9,0
1311	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição de crédito	6,0
1312	PT Buana Listya Tama Tbk	Jakarta		Outra empresa	14,6
1313	Reorganized RFS Corporation	Wilmington		Sociedade holding para companhias de seguros	6,2
1314	RREEF America REIT III, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	7,9
1315	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	11,8
1316	Sterling Resources Ltd.	Calgary		Sociedade financeira	13,7
1317	The Ottoman Fund Limited	St. Helier		Outra empresa	13,6
1318	The Topiary Fund II Public Limited Company	Dublin		Firma de transação de títulos	10,5
1319	TRIUVA Kapitalverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Empresa de gestão de investimentos	6,0
1320	United Information Technology Co. Ltd.	George Town		Sociedade holding industrial	12,2
1321	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Firma de transação de títulos	7,1

Demonstração consolidada dos resultados – 297	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 303
rendimento integral – 298	Notas à
Balanco consolidado – 299	Demonstração consolidada dos resultados – 340
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 346
alterações no capital próprio – 300	Notas adicionais – 418
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	
302	Confirmações – 479

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft e das suas subsidiárias, incluindo aquelas a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, o balanço consolidado, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro de 2016 a a 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Esta responsabilidade inclui a preparação destas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela União Europeia e com os requisitos complementares da legislação alemã, nos termos do artigo 315a (1) HGB (Handelsgesetzbuch: Código comercial alemão) e todas as IFRS (NIIF) para dar uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos, da situação financeira e dos resultados de operações do grupo em conformidade com estes requisitos. A administração da sociedade também é responsável pelos controlos internos que determina serem necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria de acordo com o parágrafo 317 do HGB e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para a auditoria das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW). Nesse sentido, somos obrigados a cumprir os requisitos deontológicos e a planear e realizar a auditoria com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos de auditoria com vista a obter provas sobre os montantes e as divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas. A seleção dos procedimentos de auditoria depende do parecer profissional do auditor. Isto inclui a avaliação do risco de distorções materialmente relevantes das demonstrações financeiras consolidadas devidas a fraudes ou erros. Na avaliação desses riscos, o auditor averigua se o sistema de controlo interno é adequado para a entidade preparar demonstrações financeiras consolidadas que apresentem uma visão verdadeira e justa. O objetivo é planear e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não visa expressar uma opinião sobre a eficácia do sistema de controlo interno do grupo. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas realizadas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras consolidadas.

Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer de auditoria.

Parecer de auditoria

Nos termos do artigo 322.º, n.º 3, 1.ª frase do HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos materiais, as IFRS (NIIF) adotadas pela União Europeia, os requisitos suplementares da legislação comercial alemã, nos termos do artigo 315.º-A, n.º 1, todas as IFRS. Assim, estas demonstrações dão uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2016, bem como dos resultados das operações para o exercício findo nessa data, de acordo com todos aqueles requisitos.

Relatório sobre o relatório de gestão do grupo

Auditámos o relatório de gestão do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016. A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração do relatório de gestão do grupo em conformidade com os requisitos aplicáveis da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315a (1) HGB [Handelsgesetzbuch: Código Comercial Alemão]. Realizámos a nossa auditoria de acordo com o artigo 317.º, n.º 2 do HGB e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para a auditoria do relatório de gestão do grupo promulgado pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW). Nesse sentido, somos obrigados a planear e a realizar a auditoria do relatório de gestão do grupo com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as informações do relatório de gestão do grupo são consistentes com as demonstrações financeiras consolidadas, se está em conformidade com os requisitos estatutários alemães e, em termos globais, se fornece uma visão apropriada da posição do Grupo e se apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos do desenvolvimento futuro.

Nos termos do artigo 322.º, n.º 3, 1.ª frase do HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre a auditoria do relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e ao relatório de gestão do grupo, o relatório de gestão do grupo é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas e, está em conformidade com os requisitos estatutários alemães e, em termos globais, fornece uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Frankfurt am Main, 15 de março de 2017

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski
Wirtschaftsprüfer

Beier
Wirtschaftsprüfer

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 14 de março de 2017



John Cryan



Kimberly Hammonds



Stuart Lewis



Sylvie Matherat



Nicolas Moreau



Garth Ritchie



Karl von Rohr



Marcus Schenck



Christian Sewing



Werner Steinmüller



Jeffrey Urwin

3 -

Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-A e 315.º, n.º 5 do Código Comercial alemão/
Relatório de Governo da Sociedade

- 483 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
- 499 Relato e Transparência
- 500 Operações com partes relacionadas
- 500 Auditoria e controlo

- 503 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade de acordo com os artigos 289.º-A e 315.º, n.º 5 do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas em 17 de fevereiro de 2017.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos do Deutsche Bank AG e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com diretrizes uniformes e exerce o controle global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei ou pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as diretrizes internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controle e gestão do risco, bem como controle empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração. Ao nomear pessoas para as funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e empenha-se, especialmente, em obter uma representação adequada de mulheres.

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planejamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de administração no exercício de 2016

As seguintes alterações de pessoal do Conselho de Administração ocorreram em 2016: Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, Garth Ritchie e Jeffrey Urwin foram nomeados membros do Conselho de Administração, por um período de três anos cada. Com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016, Kimberly Hammonds e Werner Steinmüller foram nomeados membros do Conselho de Administração, por um período de três anos cada. Com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016, Nicolas Moreau foi nomeado membro do Conselho de Administração, também por um período de três anos.

Jürgen Fitschen saiu do Conselho de Administração do banco com efeitos a partir do término da Assembleia-Geral em 19 de maio de 2016. Quintin Price, que foi nomeado membro do Conselho de Administração com efeitos a partir

de 1 de janeiro de 2016, por um período de três anos, retirou-se do Conselho de Administração com efeitos a partir de 15 de junho de 2016.

Em seguida, são apresentadas informações sobre os atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. Adicionalmente, são especificados os seus outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Grupo Deutsche Bank.

John Cryan

Ano de nascimento: 1960

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2020

John Cryan tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de julho de 2015 e tem sido o presidente único do Conselho de Administração a partir do término da Assembleia-Geral Anual em 19 de maio de 2016. De acordo com o plano de afetação de negócios do Conselho de Administração, é responsável, entre outras coisas, pelas áreas de Communications & Corporate Social Responsibility (CSR) (Comunicação e Responsabilidade social corporativa), Group Audit (Auditoria do Grupo), Corporate Strategy (Estratégia corporativa), Research and Incident & Investigation Management (Pesquisa e Gestão de incidentes e investigação), bem como Conflicts Office.

Foi também responsável pela Non-Core Operations Unit (NCOU) até esta ser fechada em finais de dezembro de 2016. Em maio de 2016, assumiu a responsabilidade global pela Gestão Regional e é também responsável pela região EMEA (excluindo a Alemanha e o Reino Unido).

O Sr. Cryan tornou-se membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank em 2013, onde serviu como presidente do Comitê de Auditoria e membro do Comitê de Risco. Após se ter tornado copresidente do Conselho de Administração em 2015, saiu do Conselho de Fiscalização. De 2012 a 2014, o Sr. Cryan foi presidente para a Europa, diretor para África, diretor da Portfolio Strategy e diretor da Credit Portfolio da Temasek Holdings Pte. Ltd., a sociedade singapurense de investimento. Anteriormente, foi diretor financeiro de grupo da UBS AG de 2008 a 2011, tendo trabalhado nas funções de financiamento de empresas e de consultoria de clientes na UBS e no SG Warburg em Londres, Munique e Zurique desde 1987.

Começou a sua carreira como estagiário de revisor oficial de contas na Arthur Andersen em Londres. Licenciou-se pela Universidade de Cambridge.

O Sr. Cryan é diretor não executivo do MAN Group Plc.

Kimberly Hammonds

Ano de nascimento: 1967

Nomeado em: 2016

Data de termo do mandato: 2019

Kimberly Hammonds tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016. É a diretora de operações e diretora de informações do Grupo e é responsável por Technology and Operations (Tecnologia e Operações), Information Security (Segurança da informação), Data Management (Gestão de dados), Digital Transformation (Transformação digital) e Corporate Services (Serviços corporativos).

Kimberly Hammonds ingressou no Deutsche Bank em 2013 como codiretora de Group Technology & Operations (Tecnologia e Operações do Grupo). Trabalhou na Boeing de 2008 a 2013, mais recentemente como diretora de informações (CIO). Antes de trabalhar na Boeing, desempenhou vários cargos de gestão na Dell e na Ford Motor Company, na liderança de engenharia de produtos, fabrico, marketing e tecnologias da informação.

Tem um MBA da Western Michigan University e uma licenciatura em engenharia mecânica da University of Michigan, EUA.

Ms. Hammonds é membro do Conselho de Administração da Red Hat Inc., EUA.

Stuart Lewis

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2020

Stuart Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de junho de 2012. É o diretor de risco e é responsável, entre outras coisas, pelas funções de gestão de Risco de crédito, Risco operacional, Risco de mercado e Risco de liquidez, bem como por outras entidades de infraestruturas de risco.

Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Banking de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres. Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis foi membro não executivo do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Londres até 27 de abril de 2016.

Sylvie Matherat

Ano de nascimento: 1962
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2018

Sylvie Matherat tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015. É a nossa diretora regulamentar e é responsável pelas funções de Compliance (Conformidade), Anti-Financial Crime (AFC, Combate aos crimes financeiros), Regulatory Affairs (Assuntos reguladores) e Government & Public Affairs (Assuntos públicos e governamentais).

A Sr.^a Matherat ingressou no Deutsche Bank após desempenhar funções no Banque de France, onde foi diretora-geral adjunta e responsável pelas questões de regulação e estabilidade financeira, pelo pagamento e liquidação de infraestruturas, serviços de banca e pelo projeto Target 2 Securities. Anteriormente, a Sr.^a Matherat ocupou vários cargos na autoridade de supervisão bancária e no setor privado.

Estudou Direito público e Finanças no Institut d'Études Politiques de Paris, França, e possui um mestrado em Direito e Ciências políticas. Em 2014, recebeu o Légion d'Honneur.

A Sr.^a Matherat não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Nicolas Moreau

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2019

Nicolas Moreau tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de outubro de 2016. É o diretor do Deutsche Asset Management.

O Sr. Moreau foi presidente e diretor-geral da AXA France e membro do Comitê de Gestão do Grupo AXA, bem como vice-presidente do Comitê de investimentos do Grupo. O Sr. Moreau esteve 25 anos no Grupo AXA, onde deteve vários cargos, incluindo diretor-geral da AXA Investment Managers e diretor-geral da AXA UK & Ireland.

Estudou na École Polytechnique em Paris, França, e tem um mestrado em engenharia. O Sr. Moreau é também um atuário qualificado. Em 2015, recebeu o Légion d'Honneur.

O Sr. Moreau não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Garth Ritchie

Ano de nascimento: 1968
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2018

Garth Ritchie tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2016. É o diretor da nossa divisão Global Markets e é o diretor-geral regional para o Reino Unido e Irlanda.

O Sr. Ritchie ingressou no Deutsche Bank em 1996 e tornou-se diretor de ações na divisão Corporate Banking & Securities em 2010. Ocupou vários cargos na área de negociação e derivados durante mais de duas décadas.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Ritchie ocupou vários cargos na Fergusson Brothers e no First National Bank of South Africa.

Possui uma licenciatura em Finanças e Economia pela Universidade de Port Elizabeth (África do Sul).

O Sr. Ritchie não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2018

Karl von Rohr tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015. Ele é o nosso diretor administrativo e é responsável por Assuntos jurídicos, Governo global e Recursos humanos. Em 2016, também se tornou responsável pela coordenação da organização de direção de operações de gestão regional.

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1997. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos Humanos do Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha) e Lausanne (Suíça), bem como na Universidade Cornell (EUA).

O Sr. von Rohr é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização desde 24 de junho de 2016: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse e.V..

Dr. Marcus Schenck

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2018

O Dr. Marcus Schenck tornou-se membro do Conselho de Administração em 21 de maio de 2015. É o diretor financeiro e é responsável, entre outras coisas, pelas funções de Finanças, Fiscalidade ao nível do Grupo e Tesouraria do Grupo, bem como de Fusões e Aquisições corporativas (M&A) e Corporate Investments desde janeiro de 2017.

Em janeiro de 2015, o Dr. Schenck ingressou no Deutsche Bank após desempenhar funções na Goldman Sachs International, onde foi parceiro e diretor de Serviços de Investment Banking para a Europa, o Médio Oriente e África. Adicionalmente, foi membro do Comité Operacional da divisão Investment Banking da Goldman Sachs. De 2006 a 2013, o Dr. Schenk foi diretor financeiro e membro do Conselho de Administração do fornecedor de energia alemão E.ON SE. De 1997 a 2006, deteve uma série de cargos seniores na Goldman Sachs em Frankfurt. Antes disso, foi consultor na McKinsey & Company.

É graduado em "Diplom-Volkswirt" (economia) pela Universidade de Bona e possui um doutoramento em Economia pela Universidade de Colónia.

O Dr. Schenck não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2017

Christian Sewing tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015. Desde janeiro de 2016 que é o nosso diretor de Private, Wealth & Commercial Clients, bem como diretor-geral regional para a Alemanha. De janeiro a junho de 2015, foi responsável no Conselho de Administração pelos Assuntos jurídicos, pelo Grupo de gestão de incidentes e pela Auditoria do Grupo e, posteriormente, assumiu a responsabilidade pela divisão Private & Business Clients.

Antes de assumir o cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito do Deutsche Bank (de 2010 a 2012).

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Werner Steinmüller

Ano de nascimento: 1954
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2019

Werner Steinmüller tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016. É o nosso diretor regional para a Ásia e Pacífico.

O Sr. Steinmüller ingressou no Deutsche Bank em 1991. Foi diretor da Global Transaction Banking de 2004 a 2016, diretor de operações da Global Transaction Banking de 2003 a 2004, diretor da Global Banking Division Europe de 1998 a 2003, e codiretor da Corporate Finance Germany de 1996 a 1998.

De 1979 a 1991, trabalhou no Citibank.

Tem um Diploma em Gestão de Empresas e Engenharia mecânica da TU Darmstadt.

O Sr. Steinmüller não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Jeffrey Urwin

Ano de nascimento: 1956
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2018

Jeffrey Urwin tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2016. É o nosso diretor de Corporate & Investment Banking e é o membro do Conselho de Administração responsável pelas Américas.

O Sr. Urwin ingressou no Deutsche Bank em 2015 como codiretor do Corporate Banking & Securities e diretor do Corporate Finance.

Entrou para a JP Morgan, onde, mais recentemente, desempenhou funções como codiretor global de Serviços de tesouraria, Corporate Banking e Investment Banking. Durante a sua carreira na JP Morgan, foi presidente e diretor-geral da JP Morgan Asia, diretor de Global Investment Banking, codiretor de Investment Banking da América do Norte e diretor da Investment Banking Coverage das Américas. Ingressou na JP Morgan no seguimento da aquisição desta de Bear Stearns Inc.

Possui um LLB pela Universidade de Birmingham (Reino Unido) e é advogado.

O Sr. Urwin não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. Trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da empresa. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas recomendações do Comité do Presidente, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remuneração, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. O Conselho de Fiscalização também é regularmente informado e, em caso de deficiências graves sem demora injustificada, de quaisquer deficiências sérias identificadas pela Auditoria do Grupo e de quaisquer deficiências substanciais que ainda não foram retificadas. O presidente do Conselho de Fiscalização é informado em conformidade sobre quaisquer conclusões graves contra os membros do Conselho de Administração. Além dos princípios de comunicação já existentes, o Conselho de Fiscalização, consultando o Conselho de Administração, adotou um Regime de informação com especificações detalhadas relativas à comunicação do Conselho de Administração ao Conselho de Fiscalização, bem como regras relacionadas com consultas efetuadas pelo Conselho de Fiscalização ao Conselho de Administração.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Tem a autoridade para emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, a coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e a interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. Entre reuniões, o presidente do Conselho de Fiscalização, e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, mantêm contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão de risco, administração, conformidade e casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo presidente do Conselho de Administração sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Administração entra em diálogo com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na Secção 13 dos nossos estatutos. O Conselho de Fiscalização reúne-se, se necessário, sem o Conselho de Administração. Após a devida consideração e na medida materialmente apropriada, o Conselho de Fiscalização, ou qualquer um dos respetivos comités, pode, para o desempenho das suas funções, consultar auditores, consultores jurídicos e outros consultores internos ou externos. No desempenho das suas funções, o presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes das comissões permanentes e os membros do Conselho de Fiscalização são apoiados pelo Gabinete do Conselho de Fiscalização, que é independente do Conselho de Administração.

Em 2016, tiveram lugar 82 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Tal como nos anos anteriores, realizaram-se reuniões conjuntas sobre tópicos relevantes para vários comités.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é constituído por 20 membros. De acordo com a Lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes dos acionistas e representantes dos funcionários.

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013, exceto o Dr. Paul Achleitner, Peter Löscher e o Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler, que foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012. Louise M. Parent foi eleita na Assembleia-Geral Anual de 21 de maio de 2015 e Katherine Garrett-Cox, bem como Richard Meddings, foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2016. Em 23 de agosto de 2016, o Professor Dr. Stefan Simon foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização

pelo tribunal, até à conclusão da Assembleia-Geral Anual de 2017. Substituiu Georg Thoma, que deixou o Conselho de Fiscalização como representante dos acionistas em 28 de maio de 2016.

A eleição dos representantes dos funcionários decorreu em 16 de abril de 2013, exceto para Jan Duscheck, que foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização pelo tribunal, em 2 de agosto de 2016, até à próxima eleição dos representantes dos funcionários. Substituiu Rudolf Stockem, que saiu do Conselho de Fiscalização em 31 de julho de 2016. Alfred Herling deixou de ser representante dos funcionários do Conselho de Fiscalização em 31 de dezembro de 2016. Até então, foi vice-presidente do Conselho de Fiscalização. Durante o período restante do seu mandato, está a ser substituído pelo membro eleito como seu substituto, Stefan Rudschäfski, que foi eleito vice-presidente do Conselho de Fiscalização pelo mesmo com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, os anos em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargos de direção não executiva e outras posições. Os representantes dos funcionários são indicados com um asterisco (*).

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Dr. Paul Achleitner Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017	Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Bayer AG; Daimler AG; Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comitê dos Acionistas)
Wolfgang Böhr* Ano de nascimento: 1963 Promovido ao cargo como Membro Alternativo: 2015 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Düsseldorf Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank, Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank	Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG (membro do Conselho Consultivo)
Frank Bsirske* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	RWE AG (vice-presidente); Deutsche Postbank AG (vice-presidente); IBM Central Holding GmbH; Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) (membro do Conselho de Administração de Fiscalização); innogy SE (vice-presidente) (desde julho de 2016)
Dina Dublon Ano de nascimento: 1953 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018		Accenture Plc (até fevereiro de 2017); PepsiCo Inc.
Jan Duscheck* Ano de nascimento: 1984 Nomeação pelo tribunal: 2016 Data de termo do mandato: 2018	Diretor do grupo de trabalho nacional da banca, o sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Katherine Garrett-Cox Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2011 Data de termo do mandato: 2021	Diretora-geral da Alliance Trust Plc (até fevereiro de 2016), Dundee	Alliance Trust Savings Ltd. (presidente executiva) (até janeiro de 2016); Alliance Trust Investments Ltd. (diretora-geral) (até fevereiro de 2016)
Timo Heider* Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Postbank AG; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Kreditservice GmbH; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG/ Postbank Finanzberatung AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	Deutsche Postbank AG; BHW Bausparkasse AG (vice-presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVa.G. (Vice-Presidente)
Sabine Irrgang* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Diretora de Recursos Humanos do Deutsche Bank AG, em Baden-Württemberg	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Professor Dr. Henning Kagermann Ano de nascimento: 1947 Ano de eleição: 2000 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Munique	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft; Deutsche Post AG; BMW Bayerische Motoren Werke AG
Martina Klee* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo diretor de operações Eschborn/Frankfurt do Deutschen Bank	Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank VVa.G.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Peter Löscher Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017	Presidente do Conselho de Fiscalização da OMV AG, Viena (desde maio de 2016)	Renova Management AG (diretor-geral) (até abril de 2016); TBG AG (até abril de 2016); OMV AG (presidente) (desde maio de 2016); Sulzer AG (Presidente do Conselho de Administração); Telefonica S.A. (desde abril de 2016)
Henriette Mark* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e sul da Baviera do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Richard Meddings Ano de nascimento: 1958 Nomeação pelo tribunal: 2015 Data de termo do mandato: 2021		HM Treasury Board; Legal & General Group Plc
Louise M. Parent Ano de nascimento: 1950 Nomeação pelo tribunal: 2014 Data de termo do mandato: 2018	Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, Nova Iorque	Zoetis Inc.
Gabriele Platscher* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)
Bernd Rose* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores da Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Postbank; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	Deutsche Postbank AG; Postbank Filialvertrieb AG; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft (vice-presidente)
Stefan Rudschäfski* Ano de nascimento: 1965 Promovido ao cargo como Membro Alternativo: 2017 Data de termo do mandato: 2018	Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (desde janeiro de 2017); Vice-Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Hamburgo	Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG (membro do Conselho Consultivo)
Prof. Dr. Stefan Simon Ano de nascimento: 1969 Nomeação pelo tribunal: 2016 Data de termo do mandato: 2017	Sócio-Gerente da SIMON GmbH, Colónia	Membro do Advisory Council of Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG, Bergneustadt
Dr. Johannes Teysen Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE, Düsseldorf	Uniper SE (vice-presidente) (desde abril de 2016)
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützscher Ano de nascimento: 1948 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017		Sartorius AG; Wuppermann AG (presidente); Zwiesel Kristallglas AG (presidente); Wilh. Werhahn KG

* Representantes dos colaboradores.

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização e estado de implementação.

De acordo com a lei bancária alemã, os membros do Conselho de Fiscalização devem ser de confiança e têm de possuir os conhecimentos necessários para desempenhar a sua função de controlo e para avaliar e supervisionar os negócios que a sociedade opera, tendo ainda de despende tempo suficiente no desempenho das suas tarefas. Tendo em conta estes requisitos em conformidade com a Secção 5.4.1 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização estabeleceu os seguintes objetivos para a sua composição em outubro de 2010, que foram alterados pela última vez em fevereiro de 2017.

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG tem de ser composto de forma a que os seus membros enquanto um todo possuam os conhecimentos, as competências e a experiência necessários ao bom desempenho das funções que lhes competem e os membros do Conselho de Fiscalização e do Comité de Auditoria têm de estar familiarizados com o setor bancário. Em particular os membros do Conselho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

Além disso, o Conselho de Fiscalização terá um número adequado de membros independentes e não deverá ter mais de dois ex-membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Partindo do princípio que o facto de os representantes dos trabalhadores exercerem um mandato no Conselho de Fiscalização não pode constituir um argumento para duvidar do cumprimento dos critérios de independência segundo a secção 5.4.2 do código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização deve ter, no mínimo, um total de 16 membros considerados independentes (conforme a definição do Código). Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes na aceção da secção 5.4.2. do Código. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários no que respeita a um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem deter mais do que o número máximo de mandatos do Conselho de Fiscalização permitidos de acordo com o artigo 25.º-D da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes.

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subseqüentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização. Relativamente aos membros do Conselho de Fiscalização a serem eleitos ou nomeados no futuro, o Conselho de Fiscalização decidiu em outubro de 2015 que o período de tempo de cada participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 15 anos.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais e vidas privadas dos quatro membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comitê de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Em 2008, aquando do processo de seleção para as eleições do Conselho de Fiscalização, foi prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Há muitos anos que o Conselho de Fiscalização é constituído por 30% de mulheres e, desde 2013, 30% dos representantes de acionistas têm sido mulheres. Atualmente, sete membros do Conselho de Fiscalização são mulheres, ou seja, 35% de todos os membros. O Conselho de Fiscalização empenha-se por manter este número. Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral.

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição.

Em conformidade com a Secção 5.4.2 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização determinou que possui aquilo que considera ser um número adequado de membros independentes.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou sete comissões especializadas permanentes. Na medida necessária, os comités coordenam o seu trabalho e consultam-se uns aos outros numa base ad hoc. Os presidentes dos comités reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório anual de 2016 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

Comité do Presidente: É responsável por, nomeadamente: preparar as reuniões do Conselho de Fiscalização e lidar com o negócio atual entre reuniões do Conselho de Fiscalização; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização sobre a nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, tendo em conta as recomendações do Comitê de Nomeações; celebrar, alterar e cessar contratos de emprego e relativos a pensões, tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, um Comitê de Nomeações; tomar nota e, quando necessário, expressar uma opinião sobre contratos e/ou alterações a contratos para um Gestor Geral (*Generalbevoll-mächtiger*) do Deutsche Bank AG designado como membro previsto do Conselho de Administração; lidar com outras atividades contratuais com membros ativos e anteriores do Conselho de Administração nos termos do artigo 112.º da lei alemã relativa às sociedades por ações; e aprovar mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank. O Comitê do Presidente é também responsável por: aprovar o fornecimento de dados internos comerciais relativos a um membro do Conselho de Administração, consultando o presidente do Conselho de Administração e/ou o diretor-adjunto de risco, exceto se existir conflito de interesses; aprovar contratos celebrados com os membros do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo 114.º da lei alemã relativa às sociedades por ações; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade, decidir sobre os lugares do Conselho de Fiscalização num ajuste da Declaração de Conformidade anual quanto a circunstâncias efetivas alteradas e verificar a conformidade com a Declaração de Conformidade. As suas tarefas também incluem: tomar notas e, quando necessário, exprimir uma opinião sobre os custos do Conselho de Fiscalização e respetivos comités de consultas com auditores, especialistas, consultores jurídicos e outros consultores externos; bem como preparar recomendações para decisões do Conselho de Fiscalização sobre levar a cabo queixas por danos ou tomar outras medidas contra mem-

broso antigos ou em funções do Conselho de Administração. Conforme e quando necessário, o Comité do Presidente beneficia dos conhecimentos do Presidente do Comité de Integridade.

O Comité do Presidente reuniu-se 23 vezes em 2016, sendo que uma das reuniões foi conjunta com o Comité de Controlo de Remunerações.

Os atuais membros do Comité do Presidente são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Professor Dr. Henning Kagermann e Stefan Rudschäfski

Comité de Nomeações: É responsável por, em particular, apoiar o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao executar esta tarefa, o Comité de Nomeações deverá ter em conta o equilíbrio e a diversidade de conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração, preparar uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indicar o compromisso de tempo associado às tarefas. Além disso, é responsável, em particular, por elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir este objetivo e a avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações sobre esta questão ao Conselho de Fiscalização. O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente, e analisa os princípios para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, têm em conta os critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição, bem como o equilíbrio e diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Fiscalização, preparar uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indicar o compromisso de tempo associado às tarefas.

O Comité de Nomeações realizou seis reuniões em 2016.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Professor Dr. Henning Kagermann, Stefan Rudschäfski e Dr. Johannes Teyssen.

Comité de Auditoria: Apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na monitorização de processos de contabilidade e enviar recomendações ou sugestões ao Conselho de Fiscalização para garantir a integridade do processo de relato financeiro. Além disso, o Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interno, a auditoria de demonstrações financeiras, especialmente quanto à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor e à correção imediata do Conselho de Administração – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor e funções de controlo interno do banco com base em auditorias internas e externas, particularmente quanto a debilidades nos controlos de riscos, bem como não conformidade com políticas, leis e requisitos regulamentares. O Comité pode inspecionar todos os documentos de negócios do banco, incluindo as informações de negócios armazenadas em vetores de dados. O Comité de Auditoria pré-analisa a documentação relacionada com as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e discute os relatórios de auditoria com o auditor. Prepara ainda as decisões do Conselho de Fiscalização no estabelecimento das demonstrações financeiras anuais, a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas e discute alterações importantes aos métodos de auditoria e de contabilidade. O Comité de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comité de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia-Geral de eleição do auditor. O Comité de Auditoria auxilia o Conselho de Fiscalização na emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito na Assembleia Geral, apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e pode especificar áreas prioritárias de auditoria. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiên-

cia do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. Os mandatos para serviços não relacionados com auditoria fornecidos ao auditor ou a empresas com as quais o auditor está relacionado em termos legais, económicos ou de pessoal necessitam do consentimento prévio do Comité de Auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo, a partir da página 462 da Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade). O Comité de Auditoria estabelece políticas de trabalho do pessoal – incluindo antigos trabalhadores – do auditor pela empresa. Providencia os meios necessários para ser informado regularmente sobre o trabalho realizado pela Auditoria de Grupo, sobre a eficácia do sistema de auditoria interno e, particularmente, sobre as áreas de foco da sua atividade de auditoria e os resultados das suas auditorias. O Conselho de Administração informa o Comité de Auditoria sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excecionais por parte de autoridades reguladoras da banca alemã e estrangeira. O Comité obtém regularmente relatórios sobre a receção e processamento de queixas dos funcionários do banco e respetivas subsidiárias, acionistas do Deutsche Bank AG e terceiros. Particularmente, as queixas relativas a contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria e outras questões sobre relatórios financeiros têm de ser enviadas ao Comité sem demora injustificada. Os relatórios relacionados com questões de conformidade são apresentados regularmente nas reuniões do Comité. O Presidente do Comité de Auditoria tem direito, além do Presidente do Conselho de Fiscalização, a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade. O Comité de Auditoria é responsável por reconhecer comunicações sobre cortes significativos no orçamento para questões de conformidade e por receber e processar o relatório do Diretor de Conformidade sobre a adequação e eficácia dos princípios, métodos e procedimentos de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, 2.ª frase, ponto 5 da lei alemã relativa às transações de títulos (WpHG) (Relatório de Conformidade), realizado, pelo menos, uma vez por ano. Além disso, o Comité tem direito a receber, junto do presidente, informações relacionadas com as suas funções do auditor, do Conselho de Administração, do responsável pela auditoria de grupo e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

O Comité de Auditoria reuniu-se catorze vezes em 2016, sendo que três das reuniões foram conjuntas com o Comité de Risco e uma das reuniões foi conjunta com o Comité de Integridade.

Os atuais membros do Comité de Auditoria são Richard Meddings (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Bernd Rose e Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler.

Comité de Risco: Aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à futura apetência para o risco global e estratégia de risco global e monitoriza a implementação da apetência para o risco e estratégia de risco afirmada pelo nível sénior de direção. O Comité de Risco monitoriza os aspetos materiais dos processos de classificação e avaliação. Ao assumir esta responsabilidade, recebe relatórios do Conselho de Administração sobre as operações dos sistemas de notação de crédito do banco e sobre exceções ou alterações significativas às políticas estabelecidas que irão afetar significativamente as operações dos sistemas de notação de crédito do banco. O Comité de Risco recebe relatórios do Conselho de Administração que são adequados para monitorizar se as condições do negócio baseadas no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Caso não seja este o caso, o Comité de Risco exige propostas do Conselho de Administração sobre o modo como os termos e condições no negócio baseado no cliente podem ser estruturados e alinhados com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco, e monitoriza a sua implementação. O Comité de Risco analisa se os incentivos definidos pelo sistema de compensação tomam em consideração a estrutura de risco, capital e liquidez da sociedade, bem como a probabilidade e o sincronismo dos ganhos. O Comité de Risco também realiza todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras. Trata dos empréstimos que requerem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos Estatutos. Neste contexto, aprova, entre outras coisas, a aquisição dos participantes como definido pelo artigo 13.º, n.º 1, alínea d) dos Estatutos do Deutsche Bank AG, na medida em que o valor da participação não exceda os 3% do capital de garantia e a participação não permaneça na posse do banco, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Se este período de tempo for excedido, o presidente do Comité informa o Conselho de Fiscalização de forma atempada e obtém a sua aprovação. Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, reputação, bem como riscos operacionais e jurídicos. O Conselho de Administração também informa sobre a estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos que requerem aprovação do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos estatutos, questões de recursos de capital e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam (para obter informações adicionais sobre a

divulgação dos objetivos de gestão do risco e políticas para as categorias de risco individual, consulte o Relatório de Risco a partir da página 88 do Relatório Financeiro).

O Comité de Risco reuniu-se catorze vezes em 2016, incluindo quatro reuniões conjuntas com o Comité de Controlo de Remunerações, três reuniões conjuntas com o Comité de Auditoria e uma reunião conjunta com o Comité de Integridade.

Os membros atuais do Comité de Risco são Dina Dublon (presidente), Dr. Paul Achleitner, Wolfgang Böhr, Richard Meddings e Louise M. Parent.

Comité de Integridade: Aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração nomeadamente se a gestão assegura o desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, respeitando os princípios da gestão segura e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais da empresa e protegendo os recursos naturais do ambiente [questões sociais, ambientais e de governação (SAG)], e se a gestão empresarial está em linha com estes valores com o objetivo de uma cultura empresarial holística. O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração que asseguram a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa (controlo preventivo de conformidade). Analisa regularmente o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Banco a fim de promover uma conduta por parte dos colaboradores da empresa totalmente exemplar, tanto dentro como fora da empresa e que tal conduta não esteja apenas alinhada à conformidade formal com requisitos estatutários. Apoia, a pedido, o Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos em termos legais e de reputação que são materiais para o banco. Para o efeito, aconselha o Conselho de Administração sobre a forma de promover sensibilidade para a importância de tais riscos (por ex., no Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Banco). Apoia, a pedido, a preparação das recomendações do Comité do Presidente para as decisões do Conselho de Fiscalização na interposição de recursos ou tomando outras medidas contra os membros do Conselho de Administração antigos ou atuais, que são apresentados pelo presidente ao Comité do Presidente. O Comité mantém e monitoriza a lista, aprovada pelo Conselho de Fiscalização, dos casos de litígio que estão a ser monitorizados de perto pelo Conselho de Fiscalização.

O Comité de Integridade reuniu-se doze vezes em 2016, incluindo uma reunião conjunta com o Comité de Auditoria e uma reunião conjunta com o Comité de Risco.

Os atuais membros do Comité de Integridade são Louise M. Parent (presidente), Dr. Johannes Teysen (vice-presidente), Dr. Paul Achleitner, Sabine Irrgang, Timo Heider, Martina Klee e Peter Löscher.

Comité de Controlo de Remunerações: Apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração. Monitoriza também a estrutura adequada dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração e funcionários, em particular, a estrutura adequada de remuneração dos diretores de controlo de risco e de conformidade e dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global do banco. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração dos funcionários da empresa e avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. Este prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara também as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a definição do montante total de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 45.º (2), frase 1, n.º 5a da Lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração o artigo 7.º do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVergV), e sobre a definição dos parâmetros de remuneração adequados, das metas para as contribuições por desempenho, dos períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu

apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a Seção 45 (2), frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a Seção 7 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVergV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comité está autorizado a obter, junto do presidente, informações relacionadas com as tarefas do Comité do responsável pelo departamento de auditoria interna e dos responsáveis pelas unidades organizacionais que lidam com a estruturação dos sistemas de remuneração.

O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se doze vezes em 2016, incluindo quatro reuniões conjuntas com o Comité de Risco e uma reunião conjunta com o Comité do Presidente.

Os atuais membros do Comité de Controlo de Remunerações são Dr. Paul Achleitner (presidente), Frank Bsirske, Professor Dr. Henning Kagermann e Stefan Rudschäfski.

Comité de Mediação: Para além destas seis comissões especializadas permanentes, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário.

O Comité de Mediação não realizou quaisquer reuniões em 2016.

Os atuais membros do Comité de Mediação são Dr. Paul Achleitner (presidente), Wolfgang Böhr, Professor Dr. Henning Kagermann e Stefan Rudschäfski.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, o Comité de Nomeações, o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Integridade e o Comité de Controlo de Remunerações constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os termos de referência para o Conselho de Fiscalização (consulte: www.db.com/ir/en/documents.htm).

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 36 “Benefícios dos colaboradores” adicional nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prêmios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prêmios em ações
Dr. Paul Achleitner	0	0
Wolfgang Böhr	0	0
Frank Bsirske	0	0
Dina Dublon	0	0
Jan Duscheck	0	0
Katherine Garrett-Cox	0	0
Timo Heider	0	0
Sabine Irrgang	773	10
Professor Dr. Henning Kagermann	0	0
Martina Klee	1 479	10
Peter Löscher	0	0
Henriette Mark	1 016	0
Richard Meddings	0	0
Louise Parent	0	0
Gabriele Platscher	1 103	10
Bernd Rose	0	0
Stefan Rudschäfski	482	10
Professor Dr. Stefan Simon	0	0
Dr. Johannes Teyssen	0	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	2 950	0
Total	7 803	40

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 7 803 ações, ascendendo a menos de 0,01% das nossas ações em 17 de fevereiro de 2017.

Conforme listado na coluna “Número de prêmios em ações” na tabela, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prêmios correspondentes concedidos no âmbito do Plano de Compra de Ações Global, que está programado para lhes ser entregue em 1 de novembro de 2017.

Conforme descrito no “Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização”, 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em dinheiro, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do ano seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento. A tabela na secção especificada acima mostra o número de ações teóricas que foram creditadas em fevereiro de 2017 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2016.

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 39 "Operações com partes relacionadas".

Auditoria e controle

Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Richard Meddings e o Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler, que são membros do Comitê de Auditoria, são "especialistas financeiros do Comitê de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002. Estes especialistas financeiros do Comitê de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos. Em conformidade com as disposições das Seções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Seção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

Especialista de Remuneração do Comitê de Controle de Remunerações

Nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comitê de Controle de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controle de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner e o Professor Dr. Henning Kagermann, membros do Comitê de Controle de Remunerações, preenchem os requisitos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controle do risco.

Para obter uma descrição da experiência dos membros do Conselho de Fiscalização referidos nos dois parágrafos acima, consulte o "Relatório de gestão: Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização" nas páginas 450 a 455 do Relatório Anual.

Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

Código de Conduta Empresarial e Código de Ética

O Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank descreve os valores e as normas de conduta ética empresarial que todos os nossos funcionários devem respeitar. Estes valores e

normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. O Código contém um compromisso voluntário do Conselho de Administração. Reflete os nossos valores e convicções. Além disso, é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotamos um código de ética do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos nossos "Responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, os presidentes do Conselho de Administração do Deutsche Bank, o diretor financeiro, o controlador do Grupo e outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este código de ética em 2016.

As versões atuais dos códigos de ética do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

No exercício de 2016, o Deutsche Bank introduziu a função de Governo global, de modo a definir, implementar e monitorizar ainda mais o enquadramento do governo da sociedade do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank, desenvolvido pela iniciativa "Casa de governação". O Governo global aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os princípios do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da empresa em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios de governo da empresa claros e abrangentes, que estão documentados nos Fundamentos do governo da sociedade do banco.

Os princípios podem ser agrupados em quatro categorias:

- Princípios fundamentais, que orientam o Conselho de Administração e respetivos representantes delegados nas suas ações e decisões.
- Princípios para a interação baseada na confiança entre o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização e as principais partes interessadas externas, particularmente, autoridades reguladoras.
- Princípios para sistemas de governo interno como base das estruturas operacionais e para delegar autoridades e responsabilidades no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank.
- Principais princípios organizacionais que criam o quadro da organização do Grupo Deutsche Bank.

O Conselho de Administração e a direção apoiam os Fundamentos do governo da sociedade e assumiram o compromisso de trabalhar no sentido da sua total implementação.

Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para os exercícios de 2015 e 2016.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Categoria de honorários em milhões de euros	2016	2015
Honorários por serviços de auditoria	49	51
Honorários relacionados com auditoria	26	19
Honorários por serviços de consultoria fiscal	6	5
Todas as outras comissões	1	1
Total de honorários¹	82	76

Os honorários de auditoria não incluem os honorários de auditoria ao Postbank e às respetivas subsidiárias, visto que estas entidades não são auditadas pela KPMG. Os honorários relacionados com auditoria incluem honorários para consultoria em matéria contabilística, serviços de *due diligence* relativos a aquisições e alienações (reais ou potenciais), serviços de certificação legal de contas e outros serviços processuais acordados. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais. Os Outros Honorários dizem respeito a serviços de consultoria relativos a projetos.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2015 e 2016, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2016)

A declaração de conformidade nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2015, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 27 de outubro de 2016. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam de acordo com a Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações:

A última declaração de conformidade foi publicada em 28 de outubro de 2015. Desde esse momento que o Deutsche Bank AG tem cumprido as recomendações da "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão com data de 5 de maio de 2015, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 12 de junho de 2015, com as exceções que se seguem:

- Relacionadas com o n.º 5.3.3, de acordo com o qual o Conselho de Fiscalização tem de formar um Comité de Nomeações composto apenas por representantes dos acionistas. O artigo 25.º-D da lei bancária alemã estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG tem de assumir novas tarefas que não tenham de ser realizadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Por esta razão, o Comité de Nomeações irá também incluir representantes dos funcionários. Contudo, será assegurado que as recomendações do candidato para as propostas de eleição à Assembleia Geral serão feitas exclusivamente pelos representantes de acionistas do Comité.
- Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), de acordo com a qual o montante da remuneração para os membros do Conselho de Administração tem de ser limitado, tanto no geral como no que diz respeito aos componentes de remuneração variável. Os contratos de trabalho existentes (em conjunto com as condições do plano de capitais) dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG fornecem um limite (limite máximo) na atribuição da remuneração total e dos respetivos componentes de remuneração variável. Neste contexto, contudo, alguns sustentam que tais limites teriam de ser aplicados não apenas à concessão e atribuição dos componentes de remuneração, mas também ao respetivo pagamento posterior. Apesar de o Deutsche Bank AG não considerar convincente esta visão, sustentamos apenas como uma medida cautelar que um limite (limite máximo) não foi definido para o montante de pagamento da remuneração diferida com base em ações e que, por isso, o Deutsche Bank AG desviou-se da recomendação na frase 6 do n.º 4.2.3 (2), segundo esta interpretação.

Declaração sobre as sugestões do código de governo das sociedades alemão

O Deutsche Bank AG cumpre voluntariamente as sugestões incluídas na versão do Código com data de 5 de maio de 2015, com as exceções que se seguem:

- Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem os direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral até ao momento em que a votação se inicie. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet (Código n.º 2.3.2). Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet

também termina, o mais tardar, ao meio-dia, o que significa que os acionistas que apenas participam na Assembleia-Geral através de procuradores não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião depois desta hora.

- A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet (Código n.º 2.3.3) abrange a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e a apresentação do relatório do Conselho de Administração. Os acionistas ficam, deste modo, livres para manterem as suas discussões com a administração sem os constrangimentos de uma transmissão pública para uma vasta audiência.

Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 35 %. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

A 12 de setembro de 2015, o Conselho de Fiscalização estabeleceu como objetivo que o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG tem de ter, pelo menos, um membro feminino a 30 de junho de 2017. O número de mulheres, quando a decisão foi tomada, era zero. Entretanto, foram nomeados dois membros do sexo feminino para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG: Sylvie Matherat e Kimberly Hammonds.

Além disso, a 16 de setembro de 2015, o Conselho de Administração estabeleceu objetivos para a percentagem de mulheres de 17% para o primeiro nível de gestão e de 21% para o segundo nível de gestão. Estes devem ser alcançados até 30 de junho de 2017 (quando a decisão foi tomada, a percentagem de mulheres no primeiro nível era de 14% e de 18% no segundo nível de gestão).

Os colaboradores do primeiro nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e os gestores com responsabilidades semelhantes; os do segundo nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de gestão.

Implementar a legislação relativa à quota de género alemã no Deutsche Bank AG

em % (exceto se indicado em contrário)	Estado em 31 dez. 2015	Estado em 31 dez. 2016	Objetivo para 30 jun. 2017	Objetivo para 31 dez. 2020
Mulheres no Conselho de Fiscalização	35,0 %	35,0 %	30,0 % ¹	30,0 % ¹
Mulheres no Conselho de Administração	1	2	pelo menos 1	pelo menos 1
Primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	17,9 %	15,7 %	17,0 %	20,0 %
Segundo nível abaixo do Conselho de Administração	15,3 %	19,5 %	21,0 %	25,0 %

¹ Requisito legal.

4.

Informações Adicionais

506	Medidas financeiras não-GAAP
513	Declaração de aval
514	Impressão/Publicações

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, respetivamente.

Os resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como resultados líquidos, excluindo o resultado (perda) após impostos atribuível a participações minoritárias. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de (67)% no exercício de 2016, (11)% para 2015 e 46% para 2014. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 35% para os respetivos períodos.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio dos acionistas tangível para os segmentos é calculado deduzindo goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio ativo como atribuído aos segmentos, tal como descrito na Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” para as demonstrações financeiras consolidadas na secção “Medição dos resultados dos segmentos”. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rentabilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

								2016
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjust- ments e Outros	Total
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	16	1 691	1 068	(204)	367	(3 207)	(541)	(810)
Despesa de imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	0	0	0	(546)
Resultados líquidos	11	1 106	698	(133)	240	(2 097)	(1 180)	(1 356)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	0	(45)	(45)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	11	1 106	698	(133)	240	(2 097)	(1 226)	(1 402)
Capital próprio médio dos acionistas	24 695	12 076	9 008	6 221	6 006	4 037	38	62 082
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(1 805)	(1 199)	(1 611)	(4 599)	(329)	(448)	114	(9 876)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	22 890	10 877	7 397	1 622	5 677	3 590	152	52 206
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	0 %	9 %	8 %	(2) %	4 %	N/S	N/S	(2) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	0 %	10 %	9 %	(8) %	4 %	N/S	N/S	(3) %

¹ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível reflete, a nível do Grupo, a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo.

	2015							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjust- ments e Outros	Total
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	(1 817)	1 439	(774)	684	(2 596)	(2 264)	(770)	(6 097)
Despesa de imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	0	0	0	(675)
Resultados líquidos	(1 174)	930	(500)	442	(1 677)	(1 463)	(3 331)	(6 772)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	0	(21)	(21)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	(1 174)	930	(500)	442	(1 677)	(1 463)	(3 353)	(6 794)
Capital próprio médio dos acionistas	24 675	12 483	10 265	5 719	7 798	6 755	1 361	69 055
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(2 160)	(1 336)	(2 301)	(4 797)	(2 247)	(585)	(482)	(13 909)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	22 515	11 146	7 964	922	5 551	6 170	879	55 146
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(5) %	7 %	(5) %	8 %	(22) %	N/S	N/S	(10) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	(5) %	8 %	(6) %	48 %	(30) %	N/S	N/S	(12) %

¹ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível reflete, a nível do Grupo, a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo.

								2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Global Markets	Corporate & Investment Banking	Private, Wealth and Commercial Clients	Deutsche Asset Management	Postbank	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjust- ments e Outros	Total
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	1 843	2 306	1 070	674	(123)	(2 419)	(236)	3 116
Despesa de imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	0	0	0	(1 425)
Resultados líquidos	1 198	1 499	696	438	(80)	(1 572)	(488)	1 691
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	0	(28)	(28)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	1 198	1 499	696	438	(80)	(1 572)	(516)	1 663
Capital próprio médio dos acionistas	20 569	10 512	9 183	5 144	8 134	7 724	143	61 410
Adicionar (dedução): Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(1 880)	(1 093)	(2 094)	(4 485)	(2 808)	(600)	(1 339)	(14 299)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	18 690	9 419	7 089	658	5 326	7 124	(1 196)	47 111
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	6 %	14 %	8 %	9 %	(1) %	N/S	N/S	3 %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	6 %	16 %	10 %	67 %	(2) %	N/S	N/S	4 %

¹ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível reflete, a nível do Grupo, a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo.

Custos ajustados

Custos ajustados é um dos principais indicadores de desempenho descritos nos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015. Custos ajustados é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável com os gastos operacionais (excluindo juros) da medida financeira das IFRS. Os custos ajustados são calculados ajustando os gastos operacionais (excl. juros) ao abrigo das IFRS para (i) imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, (ii) litígio, (iii) benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e (iv) reestruturação e indemnizações. Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros decorreram do negócio da Abbey Life Assurance, que foi vendida em finais de 2016, pelo que não irão ocorrer em períodos futuros. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais.

Grupo, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	29 442	38 667
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	1 256	5 776
Contencioso	2 397	5 218
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	374	256
Reestruturação e indemnização	681	965
Custo ajustado	24 734	26 451

Global Markets, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	9 084	12 599
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	285	1 568
Contencioso	591	2 603
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-
Reestruturação e indemnização	191	166
Custo ajustado	8 017	8 262

Corporate & Investment Bank, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	5 119	6 266
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	-	600
Contencioso	17	329
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-
Reestruturação e indemnização	192	88
Custo ajustado	4 910	5 249

Private, Wealth and Commercial Clients, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	6 394	7 983
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	-	1 011
Contencioso	(1)	41
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-
Reestruturação e indemnização	177	595
Custo ajustado	6 219	6 336

Deutsche Asset Management, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	3 223	2 336
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	1 021	-
Contencioso	(0)	1
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	374	256
Reestruturação e indemnização	69	8
Custo ajustado	1 759	2 071

Postbank, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	2 815	5 497
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	-	2 597
Contencioso	58	14
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-
Reestruturação e indemnização	29	83
Custo ajustado	2 729	2 802

Non-Core Operations Unit, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	2 701	3 006
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	(49)	-
Contencioso	1 750	1 849
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-
Reestruturação e indemnização	23	25
Custo ajustado	977	1 132

Consolidation & Adjustments e Outros, em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Gastos operacionais (excl. juros)	106	980
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	-	-
Contencioso	(18)	380
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	-	-
Reestruturação e indemnização	1	-
Custo ajustado	123	600

Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	59 833	62 678	68 351	(2 845)	(5)	(5 673)	(8)
Goodwill e outros ativos intangíveis	(8 982)	(10 078)	(14 951)	1 096	(11)	4 873	(33)
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	50 851	52 600	53 400	(1 749)	(3)	(800)	(1)

Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2016	2015	2014	Aumento (redução) em 2016 relativamente a 2015		Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Número de ações	1 379,3	1 379,3	1 379,3	0	0	0	0
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(0,2)	(0,4)	(0,3)	0,2	(45,8)	(0,1)	44,1
Prêmios em ações com direitos adquiridos	20,8	8,9	6,8	11,9	133,7	2,1	31,6
Ações básicas em circulação	1 399,9	1 387,8	1 385,8	12,1	0,9	2,0	0,1
Valor contabilístico por ação básica em circulação em €	42,74	45,16	49,32	(2,42)	(5,4)	(4,16)	(8,4)
Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €	36,33	37,90	38,53	(1,57)	(4,1)	(0,63)	(1,6)

Medidas do CRR/CRD IV fully loaded

Os nossos ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do mesmo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD IV. O CRR/CRD IV fornece regras "transitórias" (ou phase-in), nos termos das quais os instrumentos de capital que já não são elegíveis ao abrigo das novas regras podem ser descontinuados gradualmente à medida que as novas regras relativas aos ajustamentos regulamentares são integradas gradualmente, bem como relativamente à ponderação de risco de determinadas categorias de ativos. Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5. As regras transitórias relatam, por ex., a ponderação de risco de determinadas categorias de ativos. Exceto se indicado em contrário, as nossas medidas de solvência CRR/CRD IV de 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 definidas neste documento refletem estas regras transitórias.

Definimos também neste documento essas medidas CRR/CRD IV numa base "fully loaded", refletindo a aplicação integral do quadro CRR/CRD IV final sem ter em consideração as disposições transitórias nos termos do CRR/CRD IV, exceto conforme descrito abaixo.

As regras transitórias incluem regras que permitem a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%, em vez de uma ponderação de risco de 190% e 370% determinada com base no Artigo 155.º do CRR aplicável ao abrigo das regras "fully loaded" do CRR/CRD IV. Apesar de a regra de anterioridade dos investimentos em ações não se aplicar ao abrigo da aplicação integral do quadro final do CRR/CRD IV, continuamos a aplicar a mesma na nossa metodologia em conformidade com o CRR/CRD IV "fully loaded" para um subconjunto limitado de posições de capital, com base na nossa intenção de mitigar o impacto da expiração da regra de anterioridade através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração até ao final de 2017. Estamos a monitorizar de perto o mercado e o potencial impacto de mercados ilíquidos ou outras dificuldades semelhantes que poderiam impossibilitar a saída destas posições.

A 31 de dezembro de 2016, a nossa carteira de transações à qual aplicámos a regra de anterioridade dos investimentos em ações para o cálculo do RWA "fully loaded" consistiu em 15 transações, num valor de 220 milhões de euros em exposições. Se não tivéssemos aplicado a regra de anterioridade a estas transações, o RWA "fully loaded" teria sido apenas de 816 milhões de euros e, por conseguinte, o RWA "fully loaded" do Grupo teria sido apenas de 358,1 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, em vez do RWA "fully loaded" do Grupo de 357,5 mil milhões de euros que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade. Além disso, se tivéssemos calculado o rácio CET 1 "fully loaded", o rácio Tier 1 e o rácio Total a 31 de dezembro de 2016, utilizando os RWA "fully loaded" sem a aplicação da regra de anterioridade, tais rácios teriam permanecido inalterados (devido ao arredondamento) a 11,8%, 13,1% e 16,6%, respetivamente, do que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade.

A 31 de dezembro de 2015, a nossa carteira de transações à qual aplicámos a regra de anterioridade dos investimentos em ações para o cálculo do RWA "fully loaded" ascendeu a 1,5 mil milhões de euros em exposições. Se não tivéssemos aplicado a regra de anterioridade a estas transações, o RWA "fully loaded" teria sido apenas de 5,4 mil milhões de euros e, por conseguinte, o RWA "fully loaded" do Grupo teria sido apenas de 400,7 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2015, em vez do RWA "fully loaded" do Grupo de 396,7 mil milhões de euros que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade. Além disso, se tivéssemos calculado o rácio CET 1 "fully loaded", o rácio Tier 1 e o rácio Total a 31 de dezembro de 2015, utilizando os RWA "fully loaded" sem a aplicação da regra de anterioridade, tais rácios teriam sido 11%, 12,1% e 15,2%, respetivamente, em vez de 11,1%, 12,3% e 15,4%, respetivamente, do que reportámos numa base "fully loaded" com a aplicação da regra de anterioridade.

Uma vez que a implementação final do CRR/CRD IV pode diferir das nossas expectativas e, uma vez que os pressupostos e estimativas da nossa concorrência relativamente a essa implementação poderão variar, as nossas medidas "fully loaded" do CRR/CRD IV poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

Acreditamos que estes cálculos CRR/CRD IV fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às novas normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos CRR/CRD IV numa base fully loaded.

Para descrições destas medidas "fully loaded" do CRR/CRD IV e as diferenças das medidas mais diretamente comparáveis nos termos das regras transitórias do CRR/CRD IV, consulte "Relatório de gestão: Relatório de risco: Desempenho de capital e risco: Rácio de capital e de alavancagem", particularmente, as subsecções intituladas "Evolução do capital regulamentar", "Evolução de ativos ponderados pelo risco" e "Rácio de alavancagem".

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres	Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra
Deutsche Asset Management International GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
Deutsche Asset Management Investment GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura
Deutsche Asset Management S.A., Luxemburgo	Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC, Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Nederland N.V., Amsterdão (até 30 de junho de 2017) ¹	Sociedade anónima pública “Deutsche Bank DBU”, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO “Deutsche Bank”, Moscovo
Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia
Deutsche Bank S.A., Buenos Aires (até 30 de abril de 2017) ²	
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	

¹ Revogámos e cessámos a declaração de aval para o Deutsche Nederland N.V. (anteriormente Deutsche Bank Nederland N.V.), Amsterdão, esta última referida no Relatório Anual de 2015, em vigor até 30 de junho de 2017.

² Tal como publicado no nosso relatório intercalar de 30 de setembro de 2016 e no nosso sítio Web, chegámos a um acordo de venda do Deutsche Bank S.A., Buenos Aires ao Banco Comafi S.A., em 26 de agosto de 2016. A conclusão da transação está prevista para o segundo trimestre de 2017. Por conseguinte, revogámos e cessámos a declaração de aval para o Deutsche Bank S.A., Buenos Aires, esta última referida no Relatório Anual de 2015, em vigor até 30 de abril de 2017.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft

Taunusanlage 12

60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

Relações com os investidores
+49 69 91 03 80 80
db.ir@db.com

Teremos todo o gosto em
enviar-lhe
as seguintes publicações
relacionadas com o nosso
relato financeiro

- Relatório Anual de 2016
(Alemão/Inglês)
- Demonstrações financeiras
anuais e Relatório de Gestão de
Deutsche Bank AG 2016
(Alemão/Inglês)

Como encomendar
E-Mail – Internet
service-center@bertelsmann.de
www.db.com/16

Correio
arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank
Gottlieb-Daimler-Straße 1
D-33428 Harsewinkel
Alemanha

Online
Todas as publicações relativas
aos nossos relatos
financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/16

Publicação
Publicado em 20 de março de
2017.

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de actualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros. Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de 20 de março de 2017, sob o título "Fatores de risco". Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em www.db.com/ir.

2017

Calendário Financeiro

27 de abril de 2017
Relatório intercalar de 31 de março de 2017

18 de maio de 2017
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

27 de julho de 2017
Relatório intercalar de 30 de junho de 2017

26 de outubro de 2017
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2017

2018

Calendário Financeiro

2 de fevereiro de 2018
Resultados preliminares referentes ao
exercício de 2017

16 de março de 2018
Relatório Anual de 2017 e Formulário 20-F

25 de abril de 2018
Relatório intercalar de 31 de março de 2018

24 de maio de 2018
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

26 de julho de 2018
Relatório intercalar de 30 de junho de 2018

25 de outubro de 2018
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2018

Relatório Anual de 2016



- ▶ Versão impressa
- ▶ Transferência de PDF
- ▶ Versão online:
db.com/16

Relatório de Responsabilidade Corporativa 2016



- ▶ Transferência de PDF
- ▶ Versão online:
cr-report.db.com/16

Recursos humanos 2016



- ▶ Transferência de PDF
- ▶ Versão online:
cr-report.db.com/16

Deutsche Bank

Demonstrações financeiras anuais e Relatório de gestão do Deutsche Bank AG de 2016



Índice

1-	Relatório de gestão
5	Análise operacional e financeira
21	Perspetivas
32	Riscos e oportunidades
35	Relatório de Risco
67	Relatório de Remuneração
119	Controlo interno sobre o relato financeiro
123	Indicadores-chave de desempenho não financeiro
129	Informações de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
2- Demonstrações financeiras anuais	
135	Balanço a 31 de dezembro, 2016
137	Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016
138	Notas ao balanço e à demonstração de resultados
3- Confirmações	
200	Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração
201	Relatório do auditor

1-

Relatório de gestão

5	Análise operacional e financeira
	A nossa Organização – 5
	Ambiente Económico – 9
	Demonstração de resultados – 13
	Balanço – 18
21	Perspetivas
32	Riscos e oportunidades
35	Relatório de Risco
	Princípios de gestão do risco – 35
	Quadro de gestão do risco – 36
	Os riscos do Deutsche Bank AG na rede do Grupo – 37
	Organização de gestão do risco – 37
	Estratégia e apetência pelo risco – 41
	Ferramentas de medição do risco – 43
	Tipos de risco – 44
	Perfil de risco – 51
	Risco de crédito – 52
	Risco de mercado – 55
	Risco operacional – 56
	Rácio de alavancagem – 57
	Risco de liquidez – 60
	Adequação e requisitos de capital – 61
67	Relatório de Remuneração
	Relatório de Remuneração do Conselho de Administração – 68
	Relatório de Remuneração dos colaboradores – 99
	Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 115
119	Controlo interno sobre o relato financeiro
123	Indicadores-chave de desempenho não financeiro
129	Informações de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Análise operacional e financeira

A nossa Organização

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1591 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Nessa data empregávamos o equivalente a 99 744 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 70 países, com um total de 2 656 agências no mundo, das quais 67% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2016, estávamos organizados nestas seguintes seis divisões corporativas:

- Global Markets (GM)
- Corporate & Investment Banking (CIB)
- Private, Wealth and Commercial Clients (PW&CC)
- Deutsche Asset Management (Deutsche AM)
- Postbank (PB)
- Non-Core Operations Unit (NCOU)

As seis divisões corporativas são apoiadas por funções de infraestrutura. Criámos também uma função de gestão regional, que engloba as responsabilidades regionais a nível mundial. Os períodos anteriores apresentados ao longo do presente relatório foram reajustados para refletir a nossa nova estrutura de segmentos, anunciada no final de 2015. Em linha com os objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, a Non-Core Operations Unit (NCOU) deixará de existir como divisão corporativa separada do Grupo a partir de 2017.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem:

- subsidiárias e agências em muitos países;
- escritórios de representação em muitos outros países; e
- um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Para o Deutsche Bank AG, as agências mais importantes, além das nossas operações na Alemanha, estão localizadas em Londres, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Singapura.

No início de 2016, dividimos a nossa antiga divisão corporativa Corporate Banking & Securities (CB&S) em duas: uma nova divisão corporativa, **Global Markets (GM)** e a nossa unidade de negócio Corporate Finance, que faz agora parte da nossa divisão corporativa Corporate & Investment Banking. A divisão de negócio Global Markets oferece produtos financeiros em todo o mundo, incluindo serviços de negociação e cobertura, a clientes institucionais e corporativos.

A divisão de negócio Global Markets agrega a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e produtos titularizados. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do grupo de clientes institucionais (Institutional Client Group) e da unidade

Equity Sales, ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controles de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

A divisão **Corporate & Investment Banking (CIB)** reúne os conhecimentos especializados do Deutsche Bank em banca comercial, finanças corporativas e banca de transações numa divisão corporativa comum. É composta pelos nossos negócios Corporate Finance e Global Transaction Banking. A CIB presta serviços de aconselhamento e execução relativamente aos múltiplos requisitos financeiros dos nossos clientes corporativos e institucionais.

A Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições, bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas de cobertura regional e setorial asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos clientes corporativos e institucionais do banco. A consultoria abrange ofertas públicas de aquisição, consultoria de defesa, fusões e alienações, processos de vendas *dual track*, revisões de carteiras de negócios e pesquisas de aquisições, estratégias e análises de concorrência, otimização do balanço e governo da sociedade. O negócio de geração de dívida (Debt Origination) junta a cobertura de clientes de tesouraria regional do Banco com a geração, estruturação, sindicância e emissão de dívida e produtos da carteira de crédito. O negócio de geração de ações (Equity Origination) fornece produtos de ações primários, incluindo OPI, ofertas subsequentes, emissões de direitos, transações em bloco, processos de colocação acelerada ("accelerated bookbuilding") e obrigações convertíveis e passíveis de troca.

A Global Transaction Banking (GTB) é um dos líderes mundiais na prestação de serviços de financiamento ao comércio, gestão de tesouraria e títulos, fornecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários comerciais a clientes corporativos e instituições financeiras em todo o mundo. Trade Finance oferece conhecimentos especializados locais, um leque de produtos e serviços para transações internacionais (incluindo financiamento), soluções personalizadas para transações estruturadas e a tecnologia mais moderna traduzida numa rede internacional que permite aos nossos clientes uma melhor gestão dos riscos e questões associadas às suas transações nacionais e transfronteiriças. Cash Management supre as necessidades de uma base diversificada de empresas e instituições financeiras. Dispomos de um vasto leque de soluções inovadoras que nos permite gerir as complexidades impostas pelas funções de tesouraria regionais e globais dos clientes, incluindo serviços de acesso, pagamento e cobrança, gestão de liquidez, informação e contabilidade, bem como soluções de apresentação e pagamento de faturas eletrónicas. Securities Services fornece um conjunto de serviços fiduciários, de pagamento, administrativos e conexos relativamente a títulos e transações financeiras selecionadas, bem como custódia nacional de títulos em mais de 30 mercados.

Nos clientes incluem-se grandes empresas, instituições financeiras, patrocinadores financeiros, governos e entidades soberanas em todo o mundo. Os nossos conhecimentos setoriais especializados abrangem serviços ao consumidor e de retalho, instituições financeiras, patrocinadores financeiros, saúde, indústria, tecnologia, meios de comunicação e telecomunicações, recursos naturais e imobiliário, bem como alojamento e lazer.

A divisão corporativa **Private, Wealth & Commercial Clients (PW&CC)** agrega os conhecimentos especializados do Banco em banca privada e comercial, bem como em soluções de gestão de património. Prestamos aconselhamento de elevada qualidade e uma vasta gama de serviços financeiros, tanto no mercado nacional do Banco, a Alemanha, como a nível internacional. O nosso objetivo é ser um banco de consultoria com uma rede global, com sólidos conhecimentos em mercados de capitais e soluções de financiamento e com serviços digitais de última geração.

A nossa divisão corporativa é composta pelas seguintes unidades de negócio:

A divisão **Private & Commercial Clients Germany (PCC Germany)** centra-se nos clientes privados e comerciais na Alemanha. Para clientes corporativos de pequena e média dimensão, oferecemos um modelo de cobertura bancária comercial integrada, melhorando a proximidade com o cliente e a colaboração interdivisões, tirando partido dos conhecimentos especializados do Grupo Deutsche Bank.

A divisão Private & Commercial Clients International (PCC International) presta serviços bancários e outros serviços financeiros a clientes privados, comerciais e corporativos na Europa e na Índia.

As nossas unidades de negócio PCC Germany e PCC International oferecem uma gama semelhante de produtos e serviços na Europa e na Índia, com algumas variações impostas pelos requisitos locais de alguns países em termos de mercados, regulamentação e clientes. Nos produtos e serviços incluem-se serviços de pagamento e de conta corrente, produtos de investimento e seguros, depósitos, bem como produtos de crédito. Para clientes corporativos de pequena e média dimensão, as unidades de negócio PCC oferecem adicionalmente produtos de média capitalização fornecidos por outras divisões no âmbito da nossa joint venture de média capitalização no Deutsche Bank.

A divisão Wealth Management serve clientes individuais e administradores de famílias com património, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW), oferecendo aos nossos clientes uma vasta gama de produtos e soluções de investimento tradicionais e alternativos, bem como produtos de empréstimo e depósito. Tirando partido da nossa rede global e dos conhecimentos especializados de todo o Deutsche Bank, disponibilizamos conhecimentos especializados em mercados de capitais e soluções internacionais adaptadas às necessidades individuais dos clientes. Estas soluções incluem o planeamento de patrimónios ao longo de gerações e atravessando fronteiras internacionais, gestão discricionária de carteiras, gestão estruturada do risco, bem como o desenvolvimento de soluções personalizadas para particulares ou instituições selecionadas, em estreita colaboração com peritos em Global Markets, Corporate & Investment Banking e Asset Management.

Com mais de 700 mil milhões de euros de ativos investidos em 31 de dezembro de 2016, a **Deutsche AM** é um dos principais organismos de gestão de investimentos do mundo, proporcionando o acesso aos mercados financeiros mundiais e fornecendo soluções a clientes em todo o mundo. A Deutsche AM visa proporcionar um futuro financeiro sustentável a todos os seus clientes: aos investidores individuais e às instituições que os servem. Em 2016, a Deutsche AM tomou uma série de medidas para se tornar um gestor de ativos mais focado, separando-se do negócio de gestão de património do Deutsche Bank, transferindo as atividades de negociação e atividades dependentes do balanço para a divisão Global Markets e abandonando negócios não estratégicos, incluindo o negócio da Abbey Life.

As soluções de investimento da Deutsche AM abrangem estratégias ativas e passivas e um leque diversificado de classes de ativos, incluindo ações, investimentos de rendimento fixo, investimentos de liquidez, investimentos imobiliários, investimentos em infraestruturas, investimentos em capitais privados e investimentos sustentáveis. A Deutsche AM fornece soluções alfa e beta para responder às necessidades de longevidade, responsabilidade e liquidez dos investidores, tirando partido de informações privilegiadas e tecnologia.

O **Postbank** é um prestador de serviços financeiros alemão para clientes de retalho, empresariais e corporativos, bem como para outros prestadores de serviços financeiros. Como banco multicanal, o Postbank fornece os seus produtos na sua rede de agências em toda a Alemanha, através de agentes de vendas móveis, de serviços de banca direta (online e móveis) e de call centers, bem como mediante vendas a terceiros por agentes. A empresa também oferece serviços postais e de encomendas nas suas agências, em parceria com a Deutsche Post DHL AG. As atividades de negócio do Postbank centram-se na banca de retalho e na banca empresarial (banca de transações e financiamento) na Alemanha. A separação operacional do Grupo Deutsche Bank foi concluída no final do primeiro semestre de 2016.

No segundo semestre de 2012, a unidade **Non-Core Operations Unit (NCOU)** foi estabelecida como o quinto pilar da nossa estrutura de negócios. O seu objetivo era ajudar o Banco a reduzir os riscos associados com ativos de capital intensivo que não são fundamentais para a estratégia, reduzindo assim a necessidade de capital. Tal como indicado nos nossos anteriores anúncios sobre estratégia, os nossos objetivos que presidiram à criação da NCOU, eram maior transparência exterior das nossas posições não essenciais; uma gestão mais focada nos nossos negócios essenciais, mediante a separação das atividades não essenciais; e uma redução acelerada e direcionada do risco.

Em conformidade com os nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, a NCOU executou com êxito a sua estratégia de redução de risco e reduziu a dimensão da carteira para menos de 10 mil milhões de euros em RWA, para alcançar o objetivo de final do exercício. Na condução deste mandato, a NCOU centrou-se ativamente em iniciativas que proporcionaram uma contribuição de capital eficiente e resultados de desalavancagem, permitindo

ao Banco reforçar o rácio Common Equity Tier 1 fully loaded. Consequentemente, a NCOU deixou de existir como divisão autónoma a partir de 2017.

Os restantes ativos antigos têm um valor no balanço do Grupo de aproximadamente 6 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, passando agora a ser geridos pelos segmentos operacionais essenciais correspondentes, predominantemente Global Markets e Private, Wealth and Commercial Clients.

As **funções de infraestrutura** executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como a gestão de risco, liquidez e capital.

A **Gestão Regional** tem a tarefa de proteger a integridade e reputação do Grupo e de coordenar e alinhar a atividade local e desenvolvimento estratégico entre as empresas do grupo, infraestruturas e pessoas jurídicas.

Todas as despesas e proveitos incorridos nas áreas da Infraestrutura e da Gestão Regional são alocados na totalidade às nossas cinco (anteriormente seis) divisões corporativas.

Ambiente Económico

A economia global

Crescimento económico (em %)	2016	2015	Principal fator responsável
Economia global¹	3,0	3,3	O crescimento económico global enfraqueceu em 2016 devido ao abrandamento nos países industrializados. O crescimento nos mercados emergentes manteve-se inalterado.
Dos quais:			
Países industrializados ¹	1,6	2,1	Os elevados níveis de endividamento e um comércio global, uma vez mais, dececionante penalizaram o crescimento.
Dos quais: Mercados emergentes ¹	4,1	4,1	A orientação da política monetária dos principais bancos centrais fortaleceu a economia.
Economia da área do euro¹	1,7	1,9	Os baixos preços do petróleo e a política monetária extremamente expansiva tiveram um efeito favorável, mas a diminuição das existências e as exportações líquidas negativas resultaram num enfraquecimento global do crescimento.
Dos quais: Economia alemã	1,9	1,7	O crescimento mais forte do consumo mais do que compensou o efeito atenuante das exportações líquidas.
Economia dos Estados Unidos	1,6	2,6	Crescimento mais fraco desde 2011, com o comércio externo, os investimentos em maquinaria e equipamento e o ciclo de existências negativo a penalizaram o crescimento. O sólido crescimento do consumo estabilizou.
Economia japonesa¹	1,0	1,2	O consumo privado recuperou, mas foi amplamente anulado pelo enfraquecimento das exportações e dos investimentos.
Economia asiática^{1,2}	6,0	6,1	Continuou a registar-se um crescimento moderado, penalizado pela fraca procura dos países industrializados e da China.
Dos quais: Economia chinesa	6,7	6,9	O crescimento voltou a abrandar na China, observando-se um menor dinamismo em todos os setores. O governo estabilizou a situação com investimentos adicionais e procurou limitar os riscos.

Fonte: Autoridades nacionais

¹ Os dados de 2016 são provenientes das previsões do Deutsche Bank Research.

² Exclui o Japão.

O setor bancário

Os empréstimos ao setor privado na área do euro continuaram a registar um crescimento muito moderado em 2016. Os volumes de empréstimos concedidos a empresas estagnaram tal como no ano anterior, na sequência de uma contração global de quase um décimo nos três anos anteriores. Os empréstimos às famílias registaram um crescimento moderado (cerca de 2% em termos homólogos), principalmente devido à expansão no negócio hipotecário. Relativamente ao passivo, manteve-se o forte crescimento nos depósitos de empresas (aproximadamente 6% ao ano), e as entradas de depósitos de famílias subiram para quase 4%, apesar das taxas de juro mínimas. De um modo geral, o ritmo de crescimento recuperou ligeiramente para os depósitos, aumentando a sua vantagem relativamente ao crescimento dos empréstimos. As taxas de juro continuaram em queda. O ligeiro aumento nos volumes foi insuficiente para compensar o decréscimo em termos homólogos nas margens de aproximadamente 7%, prevendo-se, assim, que o rendimento de juros líquido dos bancos continue em ligeira queda, após uma subida temporária em 2014 e 2015.

No negócio de financiamento, a Alemanha aumentou a sua vantagem em relação à área do euro em 2016, após no ano anterior o crescimento dos empréstimos ter sido igualmente fraco em ambas as regiões. Os empréstimos a empresas subiram mais de 2% em termos homólogos graças a um segundo semestre de 2016 forte, ao passo que o valor para as famílias foi de 3%, atribuível sobretudo ao sólido crescimento dos empréstimos hipotecários. Paradoxalmente, o crescimento dos depósitos do setor privado acelerou para aproximadamente 5%, apesar de as taxas de juro se manterem abaixo da média europeia. Com efeito, a taxa de juro agregada dos depósitos de empresas entrou em terreno negativo pela primeira vez na história. No entanto, isto não coibiu as empresas de depositarem um montante crescente de liquidez nos bancos. O setor empresarial na Alemanha relevou-se invulgar de uma perspetiva bancária na medida em que se apresentou como aforrador líquido, isto é, os seus depósitos excederam os volumes de empréstimos.

Os empréstimos nos Estados Unidos inicialmente aceleraram ainda mais em 2016 relativamente a um nível de partida já elevado, antes de abrandarem ligeiramente no quarto trimestre de 2016. De um modo geral, contudo, a atividade

tradicional no balanço manteve um forte dinamismo, com os empréstimos concedidos ao setor de retalho a aumentarem cerca de 5% em termos homólogos e os empréstimos a empresas a subirem mais de 8%. Este último valor superou os valores anteriores à crise em termos nominais, atingindo um novo máximo histórico, impulsionado pela ampla recuperação baseada em créditos imobiliários comerciais e em empréstimos a empresas tradicionais. O segmento de retalho beneficiou do aumento contínuo do crédito ao consumo, bem como da reviravolta no negócio hipotecário, que registou o seu primeiro crescimento sólido desde a crise. Os depósitos do setor privado continuaram a crescer a um ritmo extraordinariamente rápido, tendo acelerado ainda mais recentemente (com uma subida de aproximadamente 8% em termos homólogos). O seu volume total duplicou desde 2004.

O total de créditos pendentes no Japão continuou a expandir-se a mais de 2% em termos homólogos, enquanto a entrada de depósitos no setor bancário acelerou – o aumento atingiu os 6%, o nível mais alto desde que se iniciaram as estatísticas em 2001.

Na China, os empréstimos às famílias apresentaram sinais de sobreaquecimento. Os volumes de empréstimos subiram 23% em termos homólogos, principalmente devido a empréstimos a médio e longo prazo. O seu volume duplicou em apenas três anos e meio, ao passo que o crescimento cumulativo da economia chinesa é de apenas 39% em termos nominais desde o final de 2012. Em contrapartida, o aumento dos empréstimos dos bancos a empresas abrandou recentemente para uns meros 8% em termos homólogos. Os bancos estão a beneficiar do facto de o ritmo de crescimento do lado do financiamento ter acelerado recentemente, com os depósitos do setor privado atualmente 14% superiores aos registados no final de 2015.

Desempenho do Deutsche Bank

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nas IFRS e nas divisões do Grupo e não em empresas individuais do grupo. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Uma vez que o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da lei bancária alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, os rácios de capital regulamentar são aplicáveis apenas ao nível do Grupo. Por conseguinte, abordamos o desempenho global baseado nos dados financeiros do grupo.

Os resultados de 2016 foram fortemente afetados por medidas decisivas da administração com vista à melhoria e modernização do banco, por encargos com litígios e por turbulência nos mercados para o Deutsche Bank. Fizemos progressos significativos na implementação de decisões estratégicas e tomámos medidas para reforçar ainda mais a nossa infraestrutura de controlo. Fizemos também progressos consideráveis na nossa estratégia continuada de redução de risco, bem como no sentido da resolução de questões adicionais de litígio pendentes. O fluxo de notícias negativas em torno das negociações com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos em outubro de 2016 afetou os nossos proveitos e os saldos de clientes. Contudo, acreditamos que provámos a nossa resiliência neste ano de desafios, uma vez que muitos destes clientes regressaram, à medida que continuámos a fazer progressos na implementação dos nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, e terminámos o ano com fortes rácios de capital e de liquidez.

Os principais indicadores de desempenho do Grupo são os seguintes:

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2016	Situação no final de 2015
Receitas líquidas	30,0 mil milhões de euros	33,5 mil milhões de euros
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(0,8) mil milhões de euros	(6,1) mil milhões de euros
Resultado líquido	(1,4) mil milhões de euros	(6,8) mil milhões de euros
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	(2,7 %)	(12,3 %)
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ¹	(2,3 %)	(9,8 %)
Custos ajustados ²	24,7 mil milhões de euros	26,5 mil milhões de euros
Rácio custo/rendimento ³	98,1 %	115,3 %
Ativos ponderados pelo risco (RWA) ⁴	357,5 mil milhões de euros	396,7 mil milhões de euros
Rácio <i>Common Equity Tier 1 fully loaded</i> em conformidade com o CRR/CRD IV ⁵	11,8 % ⁶	11,1 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV <i>fully loaded</i> ⁷	3,5 %	3,5 %

¹ Baseado no resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do Relatório Anual do Grupo.

² Despesas totais (excluindo juros), excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio, benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e reestruturação e indemnizações. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do Relatório Anual do Grupo.

³ Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁴ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

⁵ O rácio *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

⁶ Reflete a decisão do Conselho de Administração de propor um dividendo por ação de 0,19 euros proveniente dos lucros distribuíveis para 2016, tendo em consideração as ações que se espera serem emitidas antes da Assembleia-Geral Anual em maio de 2017. O dividendo contém o pagamento proveniente dos lucros distribuíveis transitados de 2015 de aproximadamente 165 milhões de euros e um dividendo de 0,11 euros por ação proveniente dos lucros distribuíveis remanescentes para 2016. De um modo geral, esperamos pagar um dividendo total de aproximadamente 400 milhões de euros em 2017.

⁷ O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2016 foram de 30,0 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,5 mil milhões de euros face a 2015. Este decréscimo foi sobretudo motivado pelas perdas de redução de risco na NCOU e pela diminuição dos proveitos na GM e na CIB devido às difíceis condições de mercado, a um ambiente de baixas taxas de juro na Europa, às perceções negativas dos mercados relativamente ao Deutsche Bank e à execução estratégica. O decréscimo foi parcialmente compensado por um ganho com a venda de participações na Hua Xia Bank Co. Ltd. na PW&CC, bem como na VISA Europe Ltd. no Postbank e na PW&CC.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2016 foram de 29,4 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 24% face a 2015. A redução dos gastos operacionais (excl. juros) deveu-se principalmente a uma menor imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, menores encargos com litígios e menor remuneração relacionada com o desempenho. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 1,3 mil milhões de euros em 2016, incluindo 1,0 mil milhões de euros relacionados com a venda da Abbey Life, face a 5,8 mil milhões de euros em 2015. As despesas de litígio em 2016 totalizaram 2,4 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 2,8 mil milhões de euros face a 2015. O decréscimo dos gastos operacionais (excl. juros) foi parcialmente anulado por maiores despesas de TI e por um aumento dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

As perdas antes de impostos sobre o rendimento foram de 810 milhões de euros em 2016, em comparação com perdas antes de impostos sobre o rendimento de 6,1 mil milhões de euros em 2015. A melhoria de 5,3 mil milhões de euros em 2016 deveu-se principalmente a uma redução significativa da imparidade de goodwill e outros intangíveis, bem como dos encargos com litígios. A perda líquida foi de 1,4 mil milhões de euros em 2016, em comparação com uma perda líquida de 6,8 mil milhões de euros em 2015.

O nosso rácio Common Equity Tier 1 fully loaded em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 11,8% no final de 2016, uma subida face aos 11,1% registados no final de 2015, resultante de atividades de redução de risco e de benefícios de alienações de ativos. O rácio CET 1 de integração progressiva no final de 2016 de 13,4% está bastante acima dos 10,76% exigidos.

O BCE notificou o Deutsche Bank das conclusões para 2017 do seu Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), estabelecendo requisitos mínimos de Pilar 2 para o rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) de 9,51% numa base de integração progressiva do CRR/CRD IV, em comparação com os quais registámos 12,76% em 1 de janeiro de 2017. Os requisitos mínimos do SREP para 2017 são compostos por um requisito mínimo de Pilar 1 de 4,5%, um

requisito adicional de Pilar 2 de 2,75%, um amortecedor de conservação de capital de 1,25%, um amortecedor contracíclico atualmente de 0,01% e o amortecedor de G-SIB de 1,0%.

Sumário Executivo para o Deutsche Bank AG

Em 2016, o Deutsche Bank AG registou um resultado líquido de 282 milhões de euros, após um resultado líquido de 30 milhões de euros em 2015. Este aumento resultou de uma série de desenvolvimentos consideráveis, mas com um efeito parcial de contrabalanço. Um aumento dos lucros operacionais de 879 milhões de euros e uma diminuição das despesas com impostos de 396 milhões de euros foram parcialmente contrabalançados por um acréscimo de 500 milhões de euros ao fundo para riscos bancários gerais (2015: libertação líquida de 650 milhões de euros). Os gastos não operacionais líquidos registaram uma redução de 127 milhões de euros.

O aumento dos lucros operacionais em 2016 de 879 milhões de euros face a 2015 deveu-se principalmente a uma melhoria em outros gastos operacionais líquidos, que diminuíram 4,0 mil milhões de euros, a uma redução dos gastos administrativos, que baixaram 955 milhões de euros, e ao provisionamento de risco, que diminuiu 382 milhões de euros. Anulando parcialmente estes desenvolvimentos positivos, os proveitos caíram 4,5 mil milhões de euros.

A diminuição de 4,5 mil milhões de euros de proveitos para 17,7 mil milhões de euros, constituídos pelo rendimento de juros líquido, pelo rendimento de comissões líquido e pelos resultados de negociação líquidos, deveu-se a uma diminuição no resultado de negociação líquido de 1,7 mil milhões de euros e a uma redução no rendimento de juros líquido, que diminuiu 2,3 mil milhões de euros. Esta última foi motivada por uma diminuição no rendimento corrente, influenciada sobretudo pelo desenvolvimento no rendimento corrente de investimentos em afiliadas e pela agregação de lucros. O rendimento de juros proveniente de empréstimos, transações do mercado monetário e obrigações após a compensação dos gastos de juros correspondentes manteve-se praticamente estável, subindo 34 milhões de euros. O rendimento de comissões líquido diminuiu 504 milhões de euros.

O total de gastos administrativos em 2016 diminuiu 955 milhões de euros para 14,4 mil milhões de euros face a 2015. Este desenvolvimento deveu-se principalmente a uma diminuição nos gastos com pessoal de 512 milhões de euros e a menores custos de serviços prestados entre empresas do grupo, um decréscimo de 440 milhões de euros. Em ligação com a rubrica anterior, registou-se uma diminuição no rendimento de comissões proveniente de serviços prestados a empresas do grupo, um decréscimo de 355 milhões de euros.

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais passou de 3,6 mil milhões de euros negativos em 2015 a 471 milhões de euros positivos em 2016. Isto deveu-se sobretudo aos encargos com litígios, que desceram 2,8 mil milhões de euros, bem como ao resultado de juros líquido de provisões relativas aos colaboradores, que melhorou 639 milhões de euros. Para o desenvolvimento positivo contribuíram adicionalmente ganhos de 557 milhões de euros relacionados com a fusão de uma empresa afiliada.

O total de custos de provisionamento de risco, composto por provisões de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, diminuiu 382 milhões de euros para 124 milhões de euros em 2016 face a 2015. Um aumento no resultado positivo líquido da reserva de liquidez, que subiu 713 milhões de euros, sobrecompensou o aumento no provisionamento de risco de crédito líquido de 332 milhões de euros.

O saldo de outros rendimentos/gastos ordinários diminuiu 299 milhões de euros para 2,1 mil milhões de euros negativos face a 2015. Os principais fatores para a diminuição do saldo negativo foram uma menor assunção de perdas, no total de 15 milhões de euros (2015: 680 milhões de euros). As perdas em 2015 ficaram a dever-se principalmente a uma imparidade em investimentos em empresas associadas registada numa subsidiária. Esta diminuição foi parcialmente contrabalançada pelo resultado negativo líquido de ajustes de valor e vendas de subsidiárias, que aumentou 418 milhões de euros.

O resultado extraordinário líquido esteve relacionado com a reestruturação e ascendeu a 306 milhões de euros (2015: 133 milhões de euros).

Os acréscimos ao fundo para riscos bancários gerais ascenderam a 500 milhões de euros em 2016 (2015: libertação de 650 milhões de euros).

O total de despesas com impostos ascendeu a 476 milhões de euros em 2016 (2015: 872 milhões de euros).

O total de ativos desceu 63 mil milhões de euros para 1373 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido a diminuições nos valores de mercado positivos e negativos de derivados na carteira de negociação.

O banco manteve a sua base de elevada liquidez e financiamento estável e manteve uma posição sólida de capital regulamentar, reduzindo os ativos ponderados pelo risco. Para mais pormenores, consulte as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Em 2016, o capital próprio dos acionistas (excluindo lucros distribuíveis) sofreu uma ligeira queda de 42 milhões de euros para 45,6 mil milhões de euros, devido a efeitos negativos líquidos resultantes da compra e venda de ações próprias.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que seja distribuído um dividendo de 19 cêntimos de euro por ação e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

Demonstração de resultados

Diminuição do rendimento de juros líquido

O rendimento de juros líquido diminuiu 2,3 mil milhões de euros para 10,0 mil milhões de euros, regressando a níveis normais após o aumento significativo do último ano. Esta alteração deveu-se quase exclusivamente ao rendimento corrente (incluindo rendimento de empresas afiliadas), que desceu 2,3 mil milhões de euros. No âmbito deste desenvolvimento, o rendimento de ações de capital desceu 853 milhões de euros. O rendimento corrente de ações em empresas afiliadas e participações financeiras, incluindo contratos de transferência de lucros, desceu 1,5 mil milhões de euros. Tal como no ano anterior, o rendimento de empresas afiliadas deveu-se, em parte, à realização de reservas latentes nestas empresas.

O resultado líquido de empréstimos e títulos, deduzido dos custos de financiamento, manteve-se praticamente estável, com uma subida de 34 milhões de euros. O rendimento superior de empréstimos e transações do mercado monetário, com uma subida de 821 milhões de euros, foi quase completamente anulado pela diminuição do rendimento de obrigações (258 milhões de euros) e por gastos de juros superiores, com uma subida de 529 milhões de euros.

Diminuição do rendimento de comissões líquido

O rendimento de comissões líquido de 7,0 mil milhões de euros desceu 504 milhões de euros face ao ano anterior. Este desenvolvimento deveu-se, em larga medida, ao menor rendimento proveniente de serviços prestados a empresas do grupo, com uma descida de 355 milhões de euros. O restante desenvolvimento deveu-se principalmente a comissões mais baixas no setor de títulos, com uma descida de 248 milhões de euros, parcialmente anulada pelo aumento de 105 milhões de euros das comissões no setor de crédito.

Resultado de negociação líquido significativamente inferior

O Deutsche Bank AG apresentou um resultado de negociação líquido de 694 milhões de euros em 2016, o que representa uma descida de 1,7 milhões de euros face ao ano anterior. Esta diminuição deveu-se a dois fatores. O resultado de negociação líquido operacional desceu 1,4 mil milhões de euros, devendo-se principalmente a perdas em títulos, apenas parcialmente compensadas por ganhos em divisas, derivados e valores a receber negociados. Além disso, uma libertação de 350 milhões de euros, no ano anterior, da reserva especial relacionada com negociação, em conformidade com o artigo 340.^o-E, n.^o 4 do HGB, contribuiu para a redução face ao ano anterior.

Diminuição nos gastos com pessoal e custos operacionais

Os gastos com pessoal diminuíram 512 milhões de euros para 5,3 mil milhões de euros. Isto deveu-se principalmente a uma redução dos salários e vencimentos, incluindo pagamentos variáveis, de 826 milhões de euros. Esta redução foi parcialmente anulada por um aumento de 314 milhões de euros dos encargos de segurança social e dos encargos com benefícios de reforma. Aqui incluem-se os efeitos pontuais de 78 milhões de euros relativos à conversão de um plano de pensões holandês num plano de contribuição definida.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação geográfica dos nossos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro).

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) ¹	31.12.2016	31.12.2015	Alterar
Alemanha	11 840	11 824	+16
Europa (excl. Alemanha)	9 973	9 276	+697
Américas	2 238	2 124	+114
África/Ásia/Austrália	6 186	6 211	(25)
Total	30 237	29 435	+802

¹ Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes.

O aumento do número de colaboradores na Europa (excluindo a Alemanha) é principalmente motivado pela internalização de funções externas sobretudo no diretor de operações (COO) e deve-se ao reforço das funções de controlo (Conformidade, Combate à criminalidade financeira, Risco, Auditoria) no Reino Unido e ao resultado de uma fusão com uma empresa afiliada nos Países Baixos. O aumento do número de colaboradores nas Américas deve-se sobretudo ao reforço das nossas funções de infraestrutura (principalmente Risco, Auditoria, Tecnologia).

Outros gastos administrativos (excluindo depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis) diminuíram 599 milhões de euros para 8,3 mil milhões de euros. Isto deve-se principalmente a menores despesas resultantes de encargos interempresas, com uma descida de 440 milhões de euros. Esta rubrica é parcialmente compensada por um aumento das comissões provenientes de serviços prestados a empresas do grupo, apresentadas nas comissões líquidas. Adicionalmente, as taxas bancárias desceram 118 milhões de euros líquidos, em virtude de um novo regulamento que permite compensar a contribuição para o Fundo Único de Resolução relativa às nossas operações no Reino Unido contra a taxa bancária local do Reino Unido. Esta descida foi parcialmente anulada por um aumento dos encargos para o Fundo Único de Resolução.

A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascendeu a 831 milhões de euros em 2016 (2015: 675 milhões de euros).

Melhoria significativa do saldo líquido de rendimentos/gastos operacionais

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais passou de 3,6 mil milhões de euros negativos a 471 milhões de euros positivos. Isto deveu-se principalmente a uma descida de 2,8 mil milhões de euros nos encargos com litígios e à melhoria do juro líquido de provisões relacionadas com colaboradores reduzidas em 639 milhões de euros. Este último desenvolvimento incluiu o efeito pontual de uma alteração no horizonte temporal para calcular a taxa de desconto para as obrigações com pensões, estipulado pelo artigo 253.º, n.º 6 do HGB. O montante de 437 milhões de euros está sujeito a provisões de bloqueio de dividendos. Para o desenvolvimento positivo contribuíram adicionalmente ganhos de 557 milhões de euros relacionados com a fusão de uma empresa afiliada.

Provisionamento de risco líquido inferior

Em 2016, o total de provisionamento de risco, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, desceu 382 milhões de euros para 124 milhões de euros. Este desenvolvimento foi principalmente atribuível a resultados positivos líquidos superiores de títulos detidos na reserva de liquidez, com uma subida de 713 milhões de euros. Aqui incluiu-se o ganho com a venda de ações na Hua Xia Bank Co. Ltd., que contribuiu com 691 milhões de euros para este desenvolvimento. Esta situação foi parcialmente anulada pela subida de 332 milhões de euros no provisionamento de risco no setor de crédito, devido sobretudo à continuação da debilidade da indústria naval.

Diminuição do saldo líquido negativo de outros rendimentos/gastos ordinários

O saldo de outros rendimentos e gastos ordinários totalizou (2,1) mil milhões de euros (2015: 2,4 mil milhões de euros). Esta diminuição nas despesas deveu-se principalmente às despesas da assunção de perdas de determinadas subsidiárias, que desceram para 15 milhões de euros (2015: 680 milhões de euros). As perdas do ano anterior foram causadas por ajustes de valor de investimentos em empresas afiliadas incorridos por uma subsidiária.

Esta situação foi parcialmente contrabalançada pelo resultado negativo líquido de ajustes de valor e vendas de subsidiárias, que aumentou 418 milhões de euros. As despesas relativas a ajustes de valor de investimentos em empresas afiliadas aumentaram 2,0 mil milhões de euros para uma despesa líquida de 3,7 mil milhões de euros, sobretudo relacionada com as nossas operações nos Estados Unidos. Este aumento foi, na sua maioria, compensado por ganhos com vendas de ações em subsidiárias consolidadas, com uma subida de 1,5 mil milhões de euros, devido principalmente a reestruturações internas do Grupo.

Os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 64 milhões de euros em 2016 (2015: 116 milhões de euros).

Rendimentos e gastos extraordinários

Os rendimentos e gastos extraordinários traduziram-se num resultado extraordinário de 306 milhões de euros negativos (2015: despesas de 133 milhões de euros). Esta alteração foi principalmente motivada por um aumento das despesas de reestruturação.

Acréscimo ao fundo para riscos bancários gerais

O acréscimo ao fundo para riscos bancários gerais em conformidade com o artigo 340.º-G do HGB ascendeu a 500 milhões de euros (2015: libertação de 650 milhões de euros). O acréscimo reflete os riscos descritos na secção Riscos e oportunidades do Relatório de gestão, em particular os que se encontram listados em Considerações específicas para o Deutsche Bank AG.

Impostos

Em 2016 foi registada uma despesa com impostos de 476 milhões de euros, face a uma despesa com impostos de 872 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva para o ano em curso deveu-se sobretudo a despesas não dedutíveis para efeitos fiscais e a rendimentos isentos de impostos.

Lucro líquido

O Deutsche Bank AG registou em 2016 um lucro líquido de 282 milhões de euros após um resultado líquido de 30 milhões de euros no ano anterior.

Este resultado foi fortemente influenciado nos seus componentes individuais pela atuação do Deutsche Bank AG como empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank. As imparidades em subsidiárias, no valor de 3,7 mil milhões de euros (2015: 1,6 mil milhões de euros), foram parcialmente compensadas por ganhos com vendas e ajustes de valor positivos de subsidiárias no valor de 2,1 mil milhões de euros, relacionados com reestruturações internas do Grupo. Aqui inclui-se um ganho de 557 milhões de euros de uma fusão, apresentado em outros rendimentos operacionais. Além disso, a venda da Hua Xia Bank Corp. levou a um ganho no valor de 691 milhões de euros. Tendo em consideração as despesas da assunção de perdas, a agregação de lucros e o rendimento de dividendos, o rendimento corrente de subsidiárias e participações financeiras registou uma redução de 797 milhões de euros. De um modo geral, o resultado líquido relativo às subsidiárias manteve-se quase inalterado.

A redução de 1,1 mil milhões de euros em gastos administrativos permitiu apenas uma compensação parcial da descida de 1,4 mil milhões de euros no resultado operacional de negociação líquido e da redução de 853 milhões de euros no rendimento corrente de ações. Além disso, as despesas de litígio inferiores (com uma descida de 2,8 mil milhões de euros) foram parcialmente anuladas por alterações no resultado do fundo para riscos bancários gerais de 1,2 mil milhões de euros e por um aumento das despesas de reestruturação de 172 milhões de euros. Considerando as alterações nas restantes rubricas, o lucro antes de impostos desceu 145 milhões de euros. Esta descida foi excedida por uma redução nas despesas com impostos de 396 milhões de euros para 476 milhões de euros.

Afetação de lucros proposta

Os lucros distribuíveis ascenderam a 447 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. O Banco irá propor à Assembleia-Geral Anual a afetação destes lucros distribuíveis ao pagamento de um dividendo de 0,19 euros por ação. Os lucros distribuíveis de 2016 provenientes dos lucros transitados do ano anterior, no valor de 165 milhões de euros, serão utilizados para o pagamento de um dividendo de 0,08 euros por ação, incluindo ações emitidas no aumento de capital. Os lucros distribuíveis serão também utilizados para o pagamento de um dividendo adicional de 0,11 euros por ação, incluindo ações emitidas no aumento de capital. Será ainda proposto que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados. Dependendo do número de ações em circulação à data de registo, o valor transitado será de 54 milhões de euros ou superior.

Demonstração condensada dos resultados do Deutsche Bank AG

em milhões de euros	Alterar			
	2016	2015	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros ¹	10 927	10 363	564	5
Rendimento corrente ²	6 397	8 711	(2 314)	(27)
Rendimento de juros total	17 323	19 074	(1 751)	(9)
Gastos de juros	7 336	6 807	529	8
Rendimento de juros líquido	9 987	12 267	(2 280)	(19)
Rendimento de comissões	8 256	9 065	(810)	(9)
Gastos com comissões	1 225	1 531	(305)	(20)
Rendimento de comissões líquido	7 030	7 535	(504)	(7)
Resultado de negociação líquido	694	2 404	(1 710)	(71)
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º do HGB	0	350	(350)	N/S
Salários e vencimentos	4 162	4 988	(826)	(17)
Contribuições obrigatórias para a segurança social ³	1 098	784	314	40
Gastos com pessoal	5 260	5 772	(512)	(9)
Outros gastos administrativos ⁴	9 095	9 538	(443)	(5)
Gastos administrativos	14 355	15 310	(955)	(6)
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	471	(3 565)	4 036	N/S
Provisionamento de risco	124	506	(382)	(75)
Lucros operacionais	3 703	2 824	879	31
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	(2 140)	(2 439)	299	(12)
Resultado extraordinário	(306)	(133)	(172)	129
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	(500)	650	(1 150)	N/S
Resultados antes de impostos	758	902	(145)	(16)
Impostos	476	872	(396)	(45)
Resultado líquido	282	30	252	N/S
Lucros transitados do ano anterior	165	135	30	22
	447	165	282	171
Alocações a reservas de receitas	0	0	0	N/S
– a outras reservas de receitas	0	0	0	N/S
Lucros distribuíveis	447	165	282	171

N/S – Não significativo

¹ De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo, créditos inscritos no registo da dívida pública e setor de leasing.

² De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros).

³ Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores.

⁴ Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis.

Balanço

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 1372,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. A diminuição de 63,4 mil milhões de euros, ou 4,4%, deveu-se principalmente a alterações nos valores de mercado de derivados de negociação, sobretudo relacionadas com produtos de taxa de juro e cambiais em resultado de aumentos nos spreads de swaps. Esta diminuição foi parcialmente compensada por um aumento da reserva de caixa, nomeadamente em saldos junto de bancos centrais, devido a um aumento das atividades de recompra, bem como de outras atividades como a redução gerida de obrigações.

Total de crédito concedido

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) aumentou 23,3 mil milhões de euros, ou 8,4%, para 299,7 mil milhões de euros. Foi concedido um total de 215,2 mil milhões de euros de crédito (um aumento de 24,2 mil milhões de euros) a clientes corporativos e institucionais, enquanto os empréstimos a Private & Business Clients totalizaram 10,9 mil milhões de euros (uma descida de 202 milhões de euros). Os empréstimos a bancos, relatados no total de crédito concedido, subiram 3,4 mil milhões de euros para 61,5 mil milhões de euros.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação do total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos).

em mil milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
Créditos sobre clientes	238,2	218,4	19,9	9,1
com um período residual de				
até 5 anos ¹	211,6	191,1	20,5	10,7
mais de 5 anos	26,6	27,3	(0,7)	(2,7)
Empréstimos a bancos	61,5	58,0	3,4	5,9
com um período residual de				
até 5 anos ¹	38,6	46,7	(8,1)	(17,3)
mais de 5 anos	22,9	11,3	11,6	102,1
Total	299,7	276,4	23,3	8,4

¹ Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido.

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação diminuíram 35,2 mil milhões de euros para 105,3 mil milhões de euros face ao ano anterior.

Títulos

A nossa carteira de títulos (excluindo ativos detidos para negociação) diminuiu em termos globais, com as obrigações e outros títulos de rendimento fixo a registarem uma descida de 14,5 mil milhões de euros para 44,4 mil milhões de euros e as ações de capital e outros títulos de rendimento variável a registarem uma descida de 471 milhões de euros para 580 milhões de euros. A redução nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo esteve sobretudo relacionada com atividades de vendas na Reserva de liquidez estratégica com o intuito de reduzir os ativos ponderados pelo risco, e a diminuição das ações de capital e outros títulos de rendimento variável deve-se principalmente à participação na Hua Xia Bank Co. Ltd., que foi vendida.

Ativos detidos para negociação

Os ativos detidos para negociação ascenderam a 715,3 mil milhões de euros. Os valores de mercado positivos de derivados, sendo o maior componente, diminuíram 45,7 mil milhões de euros para 461,7 mil milhões de euros. A diminuição foi predominantemente motivada por derivados de taxa de juro e derivados relacionados com FX e resultou de aumentos nos spreads de swaps.

Participações financeiras

As participações relatadas como participações financeiras diminuíram 45 milhões de euros para 387 milhões de euros face ao ano anterior.

Investimentos em empresas afiliadas

Os investimentos em empresas afiliadas aumentaram 626 milhões de euros para 44,0 mil milhões de euros. Os acréscimos de investimentos em empresas afiliadas ascenderam a 21,7 mil milhões de euros, em comparação com diminuições de 21,3 mil milhões de euros. O aumento foi principalmente atribuível à transferência de empresas afiliadas previamente detidas indiretamente e a um impacto positivo da conversão cambial. Este aumento foi, em grande parte, anulado pela transferência de empresas afiliadas previamente detidas diretamente e por depreciações líquidas de 3,7 mil milhões de euros.

Depósitos e passivos titularizados

As dívidas a bancos diminuíram 8,6 mil milhões de euros para 252,8 mil milhões de euros. Este desenvolvimento foi sobretudo atribuível a uma diminuição nos depósitos reembolsáveis à vista de 15,6 mil milhões de euros, parcialmente contrabalançada por um aumento nos depósitos a prazo de 6,9 mil milhões de euros.

Os depósitos de subsidiárias bancárias diminuíram 18,3 mil milhões de euros para 97,0 mil milhões de euros.

Os depósitos de clientes diminuíram 12,5 mil milhões de euros para 269,9 mil milhões de euros. O principal fator responsável foi uma diminuição nos depósitos de clientes corporativos e institucionais, que desceram 16,2 mil milhões de euros, e nos depósitos de clientes de retalho, que desceram 5,5 mil milhões de euros, parcialmente compensada por um aumento dos depósitos do setor público, que subiram 9,2 mil milhões de euros.

As dívidas representadas por títulos diminuíram 15,5 mil milhões de euros para 106,4 mil milhões de euros. Os certificados do mercado monetário emitidos desceram 11,5 mil milhões de euros e as obrigações emitidas diminuíram 2,7 mil milhões de euros.

Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
Dívidas a bancos	252,8	261,4	(8,6)	(3,3)
reembolsáveis à vista	127,5	143,1	(15,6)	(10,9)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	125,3	118,3	6,9	5,9
Responsabilidades para com clientes	269,9	282,4	(12,5)	(4,4)
depósitos de poupança	3,6	4,3	(0,7)	(16,1)
outros passivos				
reembolsáveis à vista	178,8	202,3	(23,5)	(11,6)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	87,5	75,8	11,7	15,5
Passivo na forma de certificados	106,4	121,8	(15,5)	(12,7)
obrigações emitidas	99,6	102,2	(2,7)	(2,6)
outros passivos na forma de certificados	6,8	19,6	(12,8)	(65,3)
dos quais: instrumentos do mercado monetário	5,8	17,3	(11,5)	(66,6)

Os passivos subordinados subiram 45 milhões de euros para 12,5 mil milhões de euros.

Passivos detidos para negociação

Os passivos detidos para negociação totalizaram 646,6 mil milhões de euros, uma descida de 31,5 mil milhões de euros. Os valores de mercado negativos de derivados, sendo o maior componente, diminuíram 44,6 mil milhões de euros para 450,7 mil milhões de euros face ao ano anterior. Este desenvolvimento ficou a dever-se aos mesmos motivos que levaram ao aumento dos valores de mercado positivos.

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional ascenderam a 5,1 mil milhões de euros. Estas notas de Tier 1 adicional foram emitidas em 2014, não tendo sido emitidas mais notas desde então.

Capital e reservas

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG (incluindo os seus lucros distribuíveis de 447 milhões de euros) ascenderam a 46,1 mil milhões de euros, uma subida de 239 milhões de euros. O aumento deve-se principalmente ao resultado líquido do exercício de 2016, parcialmente anulado por efeitos negativos líquidos da compra e venda de ações próprias.

O Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da lei bancária alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar, calculando agora esta base de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank (consultar a página 56).

Perspetivas

A economia global

Pre vemos que o crescimento económico global registre um aumento moderado para 3,5% em 2017, após ter alcançado apenas uma taxa de crescimento de 3,0% em 2016, o seu aumento mais fraco desde a crise financeira global em 2009. Antecipamos que a taxa de inflação global deverá acelerar para 5,2% em 2017, sobretudo devido à evolução ascendente dos preços das matérias-primas. Para os países industrializados, prevemos que o crescimento acelere para 1,9% e que os preços ao consumidor aumentem 1,6% em 2017. Pre vemos que o crescimento económico nos mercados emergentes aumente para 4,6% em 2017, com a inflação nos 7,8%.

As perspetivas económicas para a área do euro mantêm-se difíceis e antecipamos que o crescimento do PIB abrande para 1,3% em 2017. As eleições decisivas que se aproximam em grandes Estados-Membros da UE e a incerteza a elas associada pode inibir o crescimento no primeiro semestre de 2017. Assumindo que os riscos políticos não se concretizarão, prevemos que a economia ganhe ímpeto no segundo semestre de 2017, no seguimento de uma retoma significativa da economia dos Estados Unidos, de um potencial desagravamento fiscal e da orientação favorável da política monetária do Banco Central Europeu (BCE). Em dezembro de 2016, o BCE anunciou a prorrogação do seu programa de compra de ativos por nove meses até ao final de 2017. No entanto, planeia reduzir as compras mensais a 60 mil milhões de euros a partir de abril de 2017. Pre vemos que os preços ao consumidor subam 1,4% em 2017. Após um crescimento do PIB de 1,9% em 2016, prevemos que a economia alemã registre uma expansão de 1,1% em 2017, impulsionada exclusivamente pela economia interna. Aproximadamente metade do abrandamento resultará do menor número de dias úteis.

Pre vemos que o crescimento económico nos Estados Unidos acelere para 2,6% em 2017. Pre vemos que o efeito atenuante dos baixos preços do petróleo no setor da energia, da redução nas existências e das exportações líquidas inibidoras do crescimento diminua progressivamente, uma vez que o défice comercial tem aumentado recentemente. A combinação de reduções de impostos, desregulamentação e investimentos em infraestruturas anunciados pela nova administração nos Estados Unidos pode impulsionar significativamente o crescimento, particularmente no segundo semestre de 2017. Pre vemos um aumento de 2,1% dos preços ao consumidor. A política monetária da Reserva Federal norte-americana deverá conferir estímulos adicionais à economia dos Estados Unidos globalmente. Pre vemos que a Reserva Federal suba a sua taxa diretora três vezes para 1,375% até ao final do exercício de 2017.

Pre vemos que a economia japonesa seja sobretudo impulsionada pelo crescimento interno em 2017, parecendo expandir-se a um ritmo ligeiramente mais rápido do que no ano anterior, a 1,1%. Pre vemos que esta tendência continue a ser sustentada pela política monetária do país. O Banco do Japão está concentrado em controlar a curva de rendimentos, esperando-se que o ritmo de expansão monetária abrande. Pre vemos que a inflação seja de 0,6%. Projetamos que o crescimento económico nos mercados emergentes suba para 4,6% em 2017 e que na Ásia (excluindo o Japão) permaneça mais ou menos inalterado nos 5,9%, com a inflação nos 3,0%. Pre vemos uma expansão da economia chinesa de apenas 6,5% em 2017, com a inflação a aumentar para 2,5%. Contudo, isto assume um aumento adicional dos empréstimos, que acresce ao risco de uma bolha imobiliária e às crescentes saídas de capital. O Banco Popular da China poderá expandir a oferta de crédito para reforçar o setor imobiliário. Não prevemos um ajuste da sua taxa de juro de referência em 2017.

A incerteza inerente à nossa previsão global permanece relativamente elevada devido a numerosos riscos. A reação dos mercados financeiros globais poderá ser bastante mais negativa do que o previsto se a retoma esperada da nova administração dos Estados Unidos ficar aquém das expectativas ou se reverter para políticas protecionistas. Por outro lado, uma retoma na economia dos Estados Unidos poderá provocar um aumento mais acentuado do que o previsto das taxas de juro. Isto poderia ter um impacto negativo sobre as despesas das famílias e das empresas em todo o mundo e resultar em saídas de capital muito superiores dos mercados emergentes. De igual modo, uma forte desaceleração na China poderá provocar uma agitação global. Além disso, os riscos geopolíticos poderão intensificar-se, especialmente os decorrentes de conflitos no Médio Oriente. Na Europa, uma saída não estruturada do Reino Unido

da União Europeia, um reacendimento do debate sobre o futuro da política monetária e da área do euro, uma suspensão na implementação de reformas estruturais ou um alargamento no apoio a partidos populistas têm o potencial para afetar de modo substancialmente adverso as nossas previsões. Os esforços de independência regional continuam a ser um desafio para a estabilidade da União Europeia. Além disso, outra crise de refugiados poderá exacerbar ainda mais os desacordos políticos na União Europeia.

O setor bancário

É provável que 2017 se torne um ano de importantes decisões políticas sobre a futura orientação da atividade bancária global. Em primeiro lugar, os debates em curso no Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) sobre as suas reformas reguladoras do acordo de Basileia III (normalmente denominadas como “Basileia IV”) podem implicar ajustes significativos aos requisitos de capital, embora não seja possível excluir a hipótese de as negociações virem a fracassar. Se for alcançado um acordo, as consequências podem incluir uma clara mudança de modelos de risco interno para o método padrão. Para muitos bancos, isto implicaria provavelmente um aumento significativo nos ativos ponderados pelo risco. Em segundo lugar, uma década após a crise financeira, os Estados Unidos parecem determinados em assistir a uma mudança de paradigma de uma regulamentação cada vez mais estrita e abrangente para um desagravamento significativo do ambiente regulamentar. Tal poderia ter um potencial impacto sobre a tendência geral na regulamentação dos mercados financeiros globais. Em terceiro lugar, espera-se que a prevista futura saída do Reino Unido da União Europeia traga alterações fundamentais na natureza, extensão e, em particular, na localização dos serviços financeiros na Europa e fora dela. A saída do maior centro financeiro nacional do mercado único europeu irá, sem dúvida, enfraquecer a capacidade de o setor financeiro europeu como um todo competir a nível mundial.

Além da incerteza decorrente das negociações relativas à saída do Reino Unido da União Europeia, a Europa enfrenta também eleições decisivas em grandes Estados-Membros da UE, que podem assistir a um aumento adicional da pressão exercida por partidos populistas. Existem três motivos pelos quais isto poderia revelar-se problemático para a atividade bancária: em primeiro lugar, o aumento do nacionalismo, do protecionismo e da pressão sobre os bancos e as empresas complicariam as transações transfronteiriças dentro do mercado único europeu. Em segundo lugar, à luz das transgressões do passado, a atividade bancária poderia tornar-se cada vez mais o alvo de ataques populistas. Estes poderiam conduzir a uma regulamentação mais rigorosa, a impostos mais elevados ou a outras medidas punitivas, como uma influência crescente dos governos nas estratégias empresariais. Em terceiro lugar, iniciativas políticas fundamentais a nível da UE, tais como a União dos Mercados de Capitais, a última da União Bancária ou regimes gerais para a promoção do crescimento e inovação, poderiam ser bloqueadas por vetos nacionais e efetivamente suspensas. As perspectivas de negócio a médio prazo para os bancos europeus deteriorar-se-iam numa Europa incapaz desta forma.

Além do elevado nível de incerteza política, os bancos europeus poderão assistir este ano a melhorias operacionais moderadas. Com o crescimento moderado contínuo, uma política monetária muito flexível e um potencial ligeiro aumento das taxas de juro graças à inversão do ambiente de taxas de juro nos Estados Unidos, poderão fazer-se progressos na redução dos níveis ainda elevados de empréstimos improdutivos, particularmente no sul da Europa. O crescimento dos empréstimos deverá ser limitado, uma vez que se prevê que as empresas continuem a abster-se de novos investimentos, em grande parte devido à fraca procura externa. De um modo geral, isto deverá significar que o crescimento dos depósitos continuará a superar o dos empréstimos. Uma situação de financiamento mais favorável significa que os bancos europeus podem beneficiar de um ligeiro aumento das taxas de juro para gerar um maior rendimento proveniente das margens, pelo menos para os empréstimos originados em 2017.

Na Alemanha, os sólidos indicadores económicos subjacentes significam que o setor bancário tradicional deverá, no geral, continuar a superar um pouco o da área do euro em 2017, apesar de uma ligeira quebra na dinâmica macroeconómica. Continua a prestar-se especial atenção ao setor imobiliário residencial, em grande parte devido a tensões nalguns segmentos de mercado (particularmente as áreas metropolitanas), e ao financiamento hipotecário, que tem potencial para continuar a crescer.

Nos Estados Unidos, a atual recuperação cíclica nos volumes de empréstimos dura há quase seis anos e tem vindo a aumentar de ritmo de forma consistente, o que significa que será de esperar um abrandamento cíclico à luz das taxas de crescimento relativamente elevadas nos últimos anos. Contudo, no seguimento da mudança de governo e do anúncio de um programa de estímulo substancial, é possível uma continuação das rápidas taxas de crescimento de ambos os lados do balanço dos bancos dos Estados Unidos. Juntamente com novos aumentos das taxas de juro por parte da Reserva Federal e a consequente melhoria das margens, prevê-se que a rentabilidade dos bancos dos Estados Unidos atinja novos recordes em termos nominais a curto prazo. A médio prazo, as perdas de crédito podem aumentar novamente e o crescimento dos empréstimos pode abrandar.

Nem a China nem o Japão deverão assistir a alterações significativas das perspetivas de negócio para os bancos em 2017, uma vez que se prevê que o crescimento macroeconómico mantenha, em grande medida, o nível em termos homólogos, e não existem sinais de uma mudança súbita da política económica. Para as empresas e famílias chinesas, resta saber até que ponto é viável o aumento significativo do nível de endividamento, que representa um risco considerável a médio prazo.

No que diz respeito às perspetivas regulamentares, prevemos que este ano a atenção incida sobre várias iniciativas específicas além das já acima descritas: o estabelecimento de requisitos mínimos mais elevados relativamente ao rácio de alavancagem para bancos sistematicamente importantes a nível global, a transição futura na contabilidade das perdas de crédito do método de "perdas incorridas" para o método de "perda esperada" e o estabelecimento do nível de fundos próprios e passivos elegíveis para um resgate interno a ser mantido pelos grandes bancos na área do euro para uma possível resolução (MREL). O BCBS pode também publicar uma proposta de introdução de requisitos de capital para exposições soberanas. Além disso, a Europa pode fazer progressos no estabelecimento da União dos Mercados de Capitais e a experiência recente pode garantir um debate sobre a necessidade de alterar a diretiva de recuperação e resolução bancárias (BRRD) e o Mecanismo Único de Resolução (MUR). Um vasto leque de reformas fundamentais irá entrar em vigor no final do ano, nomeadamente partes significativas do acordo de Basileia III, MiFID II e o rácio de financiamento estável líquido (NSFR).

O Deutsche Bank

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas que se seguem englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo.

O Grupo Deutsche Bank

Assistimos à constituição do Deutsche Bank como um banco europeu líder com um alcance global, apoiado por uma base sólida na Alemanha, a maior economia da Europa. O Banco serve as necessidades da economia real dos seus clientes corporativos, institucionais, de gestão de ativos e privados, prestando serviços nas áreas de banca de transações, finanças corporativas e mercados de capitais, gestão de ativos, gestão de património e banca de retalho.

Planeamos reformular o nosso negócio em três divisões distintas: Corporate & Investment Bank (CIB), Private & Commercial Bank (PCB) e Deutsche Asset Management (Deutsche AM). Esperamos que esta reformulação nos permita centrar-nos em mercados, produtos e clientes onde estamos mais bem posicionados para nos dedicarmos a oportunidades de crescimento.

Em 2016, tomámos medidas decisivas para melhorar, modernizar e simplificar o banco. Como resultado, encerrámos 2016 com sólidos rácios de capital e de liquidez e esperamos alcançar uma reviravolta no nosso desempenho global em 2017. No âmbito da comunicação da nossa estratégia atualizada em março de 2017 ajustámos a composição e as características dos nossos objetivos financeiros mais importantes. Visamos alcançar os nossos objetivos de custos

ajustados até 2018 e 2021, respetivamente, e os nossos restantes indicadores-chave de desempenho a longo prazo, de forma consistente com um banco mais simples e mais seguro. Estes indicadores-chave de desempenho são apresentados na tabela abaixo.

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho do Grupo ¹	Situação no final de 2016	KPI alvo
Rácio Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV (<i>fully loaded</i>) ²	11,8 %	confortavelmente acima de 13,0%
Rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV ³	4,1% ⁴	4,5 %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio (após impostos) ⁵	(2,7) %	cerca de 10,0%
Custos ajustados ⁶	24,7 mil milhões de euros	2018: cerca de 22 mil milhões de euros 2021: cerca de 21 mil milhões de euros

¹ O nosso plano para 2017 baseia-se em taxas de câmbio de EUR/USD 1,01 e EUR/GBP 0,88.

² O rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

³ Mais pormenores sobre o cálculo do rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV encontram-se no Relatório de risco.

⁴ O rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio de alavancagem de acordo com as regras transitórias (numa base de integração progressiva).

⁵ Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. O cálculo para o exercício de 2016 baseia-se numa taxa de imposto efetiva de (67)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

⁶ Custos ajustados como gastos operacionais (excl. juros), excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, litígio e reestruturação e indemnizações. Em 2016 e anos anteriores, também relatámos custos ajustados, que, adicionalmente, excluíram benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros provenientes da Abbey Life Assurance, que foi vendida no final de 2016. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

O aumento de capital por nós proposto de 8 mil milhões de euros visa permitir-nos reforçar substancialmente a nossa capitalização e espera-se vir a resultar num rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* (rácio CET 1 *fully loaded*) em conformidade com o CRR/CRD IV de aproximadamente 14% e num rácio de alavancagem *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV de aproximadamente 4% pró-forma em 31 de dezembro de 2016. Em termos de perspetivas futuras, esperamos que a venda planeada de uma participação minoritária na Deutsche Asset Management, por meio de uma oferta pública inicial (OPI) nos próximos 24 meses, e a alienação de outros negócios gerem, através da redução de ativos ponderados pelo risco (RWA) e impactos de capital, um equivalente de até 2,0 mil milhões de euros de capital.

No exercício de 2017, prevemos aumentos em RWA, nomeadamente resultantes de risco operacional, alterações de metodologia e crescimento de negócios selecionados. Até ao final de 2017, esperamos que o nosso rácio CET 1 *fully loaded* seja de aproximadamente 13% e o nosso rácio de alavancagem *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV seja de aproximadamente 4% (aproximadamente 4,5% numa base de integração progressiva).

Para 2017, esperamos que os proveitos se mantenham amplamente inalterados face a 2016. Contudo, excluindo alienações já concluídas, bem como alienações antecipadas e o impacto da NCOU em 2016, prevemos um aumento dos proveitos, impulsionado por um ambiente operacional mais favorável para o Deutsche Bank e melhores perspetivas macroeconómicas. As perspetivas refletem a modesta recuperação económica esperada na Europa, ao passo que se prevê que o crescimento nas Américas beneficie de um estímulo fiscal, bem como do impacto positivo de uma melhoria do ambiente das taxas de juro. Esperamos uma retoma significativa da atividade dos clientes em 2017, da qual já vimos indícios no início deste ano, e tencionamos continuar a simplificar as nossas estruturas e a tornar os processos mais eficientes.

Estamos empenhados em trabalhar para concretizar o nosso objetivo de 10% de rentabilidade do capital próprio tangível médio (após impostos), assumindo um ambiente de proveitos normalizado e com base na consecução dos nossos objetivos de custos. As medidas atualmente em curso e as planeadas para implementação em 2017 e nos anos seguintes são elementos-chave para alcançar esse objetivo. Contudo, devido à continuação dos encargos principalmente decorrentes de custos de litígios e de reestruturação, prevemos atualmente apenas uma melhoria moderada da nossa rentabilidade do capital próprio tangível médio (após impostos) em 2017.

No âmbito do nosso programa de redução de custos ao nível do Grupo, planeamos implementar uma otimização da nossa rede de agências, melhorar a eficiência através da digitalização de processos e racionalizar as funções próprias do diretor de operações (COO) e de infraestrutura para reduzir o número de colaboradores e os custos. Paralelamente, planeamos continuar os nossos investimentos no reforço das funções de controlo e do ambiente da infraestrutura de apoio.

Temos como alvo aproximadamente 22 mil milhões de euros de custos ajustados em 2018, que incluem custos ajustados do Postbank, e prevemos uma redução adicional para aproximadamente 21 mil milhões de euros até 2021. Em 2017, esperamos registar um fluxo de reduções de custos líquidos resultantes de investimentos efetuados no ano passado, bem como do impacto de reduções previstas no número de colaboradores e da conclusão bem-sucedida das nossas alienações na NCOU. Além disso, esperamos concluir os encerramentos de agências de retalho previamente por nós anunciados, principalmente no primeiro semestre de 2017. Planeamos regressar aos nossos programas de remuneração normais em 2017, após o Conselho de Administração ter decidido limitar substancialmente o pagamento de bónus para 2016. De um modo geral, esperamos que os nossos custos ajustados continuem a descer em 2017 face a 2016.

Visamos um rácio de distribuição de dividendos competitivo para o exercício de 2018 e posteriores. Se relatarmos níveis suficientes de lucros distribuíveis nas nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o exercício de 2017, esperamos vir a recomendar, pelo menos, o pagamento de um dividendo mínimo de 0,11 euros por ação para o exercício de 2017.

Os nossos segmentos de negócio

Futuramente, em 2017, de acordo com o anúncio da nossa estratégia em 5 de março de 2017, as nossas operações de negócio serão reorganizadas numa nova estrutura de divisões, compreendendo as divisões Corporate & Investment Bank (CIB), Private and Commercial Bank (PCB) e Deutsche Asset Management (Deutsche AM).

As perspetivas para as nossas operações de negócio na secção que se segue são apresentadas de acordo com o atual alinhamento de divisões. Para realçar a futura configuração organizativa, apresentamos as nossas atuais divisões ao abrigo das divisões visadas – CIB, PCB e Deutsche AM.

Corporate & Investment Bank

A nossa divisão Global Markets (GM) será incorporada na já existente Corporate & Investment Banking (CIB) para criar uma divisão única e integrada, Corporate & Investment Bank (CIB). De acordo com esta decisão, os nossos atuais segmentos de negócio da GM, Debt Sales & Trading e Equity Sales & Trading, serão conjugados com os negócios existentes da CIB, Corporate Finance e Transaction Banking, para integrarem a divisão reconfigurada CIB.

A mais longo prazo, estamos empenhados em ser uma franquia da CIB líder no mercado europeu com escala e solidez para nos dedicarmos a opções de crescimento a nível global, integrando com sucesso o nosso negócio GM. Com uma posição de capital melhorada após um aumento de capital anunciado em 5 de março de 2017, a divisão CIB integrada planeia expandir o seu negócio corporativo, conservando ao mesmo tempo uma presença institucional mais focada. A CIB também pretende manter a sua sólida posição em mercados secundários, principalmente para apoiar a emissão primária, a cobertura e outras necessidades de intermediação dos seus clientes corporativos, governamentais e instituições financeiras.

Para os clientes, espera-se que a CIB integrada reúna numa só divisão os conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco e infraestrutura de todo o Deutsche Bank. A CIB pretende alinhar recursos e capital a todo o perímetro de clientes e produtos da CIB integrada para oferecer benefícios adicionais aos clientes prioritários do Banco. O Banco espera que o perímetro da sua CIB integrada esteja mais bem alinhado com as aspirações do Deutsche Bank, em termos da natureza e dimensão das oportunidades. Com uma abordagem integrada à cobertura de clientes e à rentabilidade das relações com os mesmos, a CIB visa captar uma maior quota das despesas dos clientes através de uma melhoria das vendas cruzadas e soluções direcionadas para os clientes prioritários do Banco. O Deutsche Bank acredita que esta oportunidade é particularmente considerável no segmento corporativo, onde o Banco prevê um potencial de subida significativo em segmentos de clientes como transportes, infraestruturas e energia e na Ásia, em paralelo com as suas necessidades de produtos em áreas como pagamentos e soluções de tesouraria, ofertas FX integradas, consultoria estratégica, financiamento alavancado, liquidez e garantia.

Espera-se também que o crescimento na atividade dos clientes corporativos crie oportunidades no segmento dos clientes institucionais. De um modo geral, o Deutsche Bank espera que a maioria do crescimento advenha sobretudo da melhoria da rentabilidade dos recursos existentes, aplicando capital de forma mais seletiva a clientes prioritários.

A nova divisão CIB combinada espera alcançar uma redução dos seus custos ajustados de aproximadamente 0,7 mil milhões de euros até 2018 através de uma racionalização da sua infraestrutura para aumentar a eficiência nas funções de negociação e controlo das operações da CIB e na infraestrutura de apoio, sem abandonar linhas de negócio completas. Além disso, para melhorar o ambiente de controlo, a CIB pretende instituir uma prestação de contas integral única da divisão relativamente aos processos internos e ambiente de dados. Estes esforços manter-nos-ão concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta. Também pretendemos continuar a investir em Global Transaction Banking – tanto na remediação de deficiências regulamentares na infraestrutura existente como na melhoria da nossa oferta global de produtos para impulsionar o crescimento dos proveitos.

Corporate & Investment Banking

Relativamente aos nossos negócios Corporate Finance e Global Transaction Banking, prevemos que os proveitos de Corporate Finance se mantenham relativamente estáveis em termos globais em comparação com 2016, esperando-se que o crescimento advenha dos nossos negócios de geração de dívida e ações, com base na dinâmica positiva no segundo semestre de 2016. Em Global Transaction Banking, esperamos que os proveitos beneficiem de novos aumentos previstos das taxas de juro nos Estados Unidos; contudo, subsistem desafios devido à persistência de um ambiente de baixas taxas de juro na Europa, à redução nos volumes de comércio global, bem como à racionalização estratégica do nosso perímetro de clientes e países.

Os riscos para as perspetivas incluem uma flexibilização adicional da política monetária em mercados-chave, condições de mercado voláteis, um aumento do risco político devido às eleições nacionais que se aproximam na Europa e incerteza em torno do processo de saída do Reino Unido da União Europeia. Embora se preveja que, em geral, o crescimento global melhore em 2017, esperamos que as disparidades nas taxas de crescimento regional tenham um impacto heterogéneo na CIB, e em Corporate Finance em particular, com um crescimento mais forte nos Estados Unidos contrabalançado por um abrandamento na Europa e na China.

Global Markets

Para Debt Sales & Trading e Equity Sales & Trading, esperamos que a melhoria na conjuntura de negócios no segundo semestre de 2016 continue em 2017. Em 2017, até ao momento, temos assistido a solidez na dívida, particularmente nos mercados de crédito, em parte apoiada por um estreitamento dos spreads. Contudo, os fluxos de clientes de ações têm sido um pouco lentos desde o início do ano até à data, em parte devido a uma moderada volatilidade.

Para o exercício de 2017, esperamos que os proveitos do setor Debt Sales & Trading sejam mais elevados em termos homólogos com a acentuação das curvas de rendimento e a política monetária divergente a impulsionarem um aumento da procura de produtos de taxas e produtos FX. O estímulo fiscal nos Estados Unidos pode também aumentar a procura de financiamento de infraestruturas. Adicionalmente, esperamos que os proveitos do setor Equity Sales & Trading sejam mais elevados em 2017. Nas nossas plataformas de Debt e Equities, esperamos que a GM reconquiste quota de mercado em 2017, tendo em conta a melhoria da solidez financeira do Deutsche Bank no seguimento de um aumento de capital anunciado em 5 de março de 2017, aliada à resolução de questões de litígio significativas por volta do final do exercício de 2016.

Os riscos para as perspetivas da GM incluem a exposição do crescimento macroeconómico global a desenvolvimentos políticos na Europa, incluindo o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, a evolução das políticas dos bancos centrais e desenvolvimentos regulamentares em curso. Os mercados financeiros podem também sofrer o impacto de desafios, incluindo riscos de eventos e um abrandamento na atividade dos clientes.

Fizemos progressos significativos no que diz respeito às medidas previamente por nós anunciadas para a carteira estratégica, relacionadas com a reafectação de recursos financeiros da GM e com uma série de saídas de negócios e esforços de racionalização. Alcançámos aproximadamente metade dos nossos objetivos de RWA e alavancagem, mas já concluímos substancialmente a reformulação da nossa carteira de negócios, incluindo a racionalização da presença da GM a nível de países. Adicionalmente, fizemos bastantes progressos na racionalização do nosso perímetro de clientes – esperamos usufruir dos benefícios daí decorrentes nos próximos anos, traduzindo-se sobretudo em menores custos e complexidade.

No seguimento da comunicação da nossa estratégia em março de 2017, revalidámos os RWA e os planos de exposição de alavancagem em conformidade com o CRD IV da GM. Continuamos a esperar eficiências adicionais em termos de capital e de balanço em toda a plataforma, incluindo em subsegmentos de negócios de alto desempenho. Contudo, também esperamos ser capazes de aplicar o excedente de capital em clientes e subsegmentos de negócio específicos (p. ex., nos nossos negócios de financiamento de crédito).

Mantemo-nos empenhados em reduzir os custos e em promover a eficiência da plataforma, melhorando simultaneamente a conformidade regulamentar, controlo e conduta. Não obstante, a curto prazo, esperamos continuar a enfrentar pressões sobre a nossa rentabilidade, à medida que continuamos a registar aumentos de RWA, principalmente devido a RWA de risco operacional, e à medida que fazemos progressos em questões pendentes relacionadas com litígios. Apesar da persistência de perspetivas de incerteza, acreditamos que as prioridades estratégicas anunciadas nos posicionarão favoravelmente para enfrentar potenciais desafios e capitalizar futuras oportunidades no âmbito da nossa divisão CIB integrada.

Private & Commercial Bank

A PW&CC, em conjunto com o Postbank integrado, formará a divisão Private & Commercial Bank (PCB). Será assim criado o maior banco privado e comercial da Alemanha, com mais de 20 milhões de clientes no mercado nacional, oferecendo uma cobertura de clientes integrada. A entidade combinada irá operar com duas marcas distintas, abrangendo toda a base de clientes, desde os clientes de retalho até aos clientes de Wealth Management (WM) orientados para consultoria e empresas de média capitalização. A nossa marca PW&CC visa centrar-se em clientes abastados, com património e comerciais, ao passo que o Postbank integrado fornecerá uma oferta altamente padronizada à base de clientes de retalho mais alargada.

Private, Wealth & Commercial Clients

Nos nossos negócios de Private & Commercial Clients (PCC), prevemos um aumento significativo dos proveitos de produtos de investimento e seguros em 2017, após estes terem sido negativamente afetados por uma conjuntura de mercado turbulenta com baixa atividade dos clientes em 2016. Espera-se que os proveitos dos produtos de depósito continuem a ser prejudicados pelo ambiente de baixas taxas de juro ao longo de 2017, resultando num decréscimo em termos homólogos semelhante a 2016. Antecipamos que os proveitos dos produtos de crédito cresçam em 2017 a um ritmo ligeiramente superior ao de 2016, assumindo uma procura sustentada dos consumidores e refletindo também a nossa estratégia de expandir seletivamente a nossa carteira de empréstimos. Espera-se que o nosso negócio de Wealth Management aumente ligeiramente os proveitos em todas as principais regiões de cobertura de clientes, excluindo o impacto da venda da Private Client Services (PCS) dos Estados Unidos, concluída em 2016. Em 2016, os proveitos da PW&CC incluíram uma contribuição significativa de aproximadamente 620 milhões de euros do Hua Xia Bank, refletindo principalmente o impacto da venda da quota no quarto trimestre de 2016. A partir de 2017, não esperamos mais nenhuma contribuição significativa da quota do Hua Xia Bank.

Após a venda de carteiras selecionadas as nossas provisões para perdas de crédito foram inferiores em 2016 e esperamos que aumentem em 2017, para alcançar níveis comparáveis aos dos anos anteriores.

Em conformidade com o anúncio da nossa estratégia em maio de 2017 e com os nossos objetivos de padronização, simplificação e integração do Postbank, planeamos continuar a otimizar a nossa rede de agências e a melhorar a nossa eficiência, esperando desta forma que o número de colaboradores da PW&CC diminua ainda mais em 2017. Embora se espere que a diminuição resultante em despesas de remuneração e o impacto de desconsolidação da venda da PCS reduzam a nossa base de custo, prevemos que o gasto de investimento continuado e o efeito da inflação irão contrariar parcialmente esta situação. De um modo geral, esperamos que os gastos operacionais (excl. juros) diminuam ligeiramente em 2017.

As incertezas quanto ao nosso desempenho em 2017 incluem um crescimento económico mais lento nos principais países em que operamos e uma volatilidade superior ao esperado em mercados acionistas e de crédito, que poderia afetar adversamente a apetência pelo risco dos investidores e o fluxo de ativos, bem como a descida das taxas de juro a nível global. Adicionalmente, a concorrência feroz, os requisitos regulamentares mais rigorosos e os atrasos na execução dos nossos projetos estratégicos poderiam ter um impacto negativo quer na capacidade de geração de proveitos quer na nossa base de custo.

Postbank

De acordo com a nossa decisão de reter o Postbank (PB), visamos disponibilizar uma oferta padronizada para uma base mais ampla de clientes de retalho, através da criação de uma oferta digital líder na Alemanha. A nossa posição enquanto banco “digital e pessoal” continua a ser o pilar fundamental da nossa estratégia e simultaneamente reforçamos a nossa abordagem de negócios orientada para o cliente.

Devido à mudança nos comportamentos dos nossos clientes, pretendemos centrar-nos na simplificação do modelo de distribuição, continuando a melhorar os nossos serviços multicanal. A fim de satisfazer as necessidades futuras dos nossos clientes tencionamos investir em ofertas digitais e serviços locais. Por conseguinte, esperamos continuar a otimizar a nossa rede de agências na Alemanha através do estabelecimento de novos formatos de agências, como centros de vendas, e através de um aumento das ofertas de autosserviços, reduzindo simultaneamente o número total de agências. Os investimentos que apoiam a transformação digital do nosso modelo de negócio através da implementação de processos integrais totalmente digitalizados, especialmente no financiamento ao consumo e contas correntes, também fazem parte da nossa agenda.

Em 2017, esperamos que os nossos proveitos permaneçam estáveis. Prevemos que os proveitos de empréstimos aumentem, refletindo a procura continuada dos clientes, bem como a nossa abordagem estratégica para expandir a carteira de empréstimos. Pretendemos reforçar o nosso setor de crédito através da criação de crescimento do volume de empréstimos, sobretudo no negócio hipotecário, bem como do desenvolvimento dos negócios e das relações com clientes empresariais existentes. Prevemos que os proveitos de poupanças sejam afetados negativamente também pela conjuntura de juros baixos, ao passo que esperamos que os proveitos das contas correntes melhorem ligeiramente devido aos novos modelos de preços para contas correntes estabelecidos em novembro de 2016. Pretendemos atingir uma melhoria notável em proveitos de produtos de seguro e de investimento através da nossa abordagem de consultoria holística melhorada para clientes interessados em títulos. Esperamos que os proveitos da NCOU do Postbank melhorem ligeiramente, sobretudo devido a passivo de interesse elevado prestes a vencer. Para outros proveitos, esperamos um nível inferior face ao exercício de 2016 devido à falta de alienação de ativos.

Esperamos que as provisões para perdas de crédito, que se mantiveram em níveis muito baixos em 2016, sejam ligeiramente superiores em 2017, devido sobretudo ao aumento previsto na nossa carteira de empréstimos.

Em conformidade com o nosso objetivo de aumentar a rentabilidade no futuro, esperamos que as despesas totais (excluindo juros) sejam afetadas por investimentos adicionais relativos à execução das medidas de transformação e integração acima referidas. No entanto, esperamos que as despesas diminuam ligeiramente, refletindo os esforços continuados para continuar a aumentar a eficiência. Procuramos constantemente melhorar tanto o nosso capital como a eficiência de custo através de diversas medidas, incluindo a redução de mais passivos já existentes de retorno elevado.

Os proveitos e os gastos operacionais (excl. Juros) podem ser afetados externamente por novos requisitos regulamentares e pela conjuntura persistente de taxas de juro baixas com taxas negativas em determinados mercados principais, o que pode ter um efeito adverso na rentabilidade. Internamente, as incertezas quanto ao desempenho em 2017 incluem o ritmo de integração, especialmente no que respeita ao objetivo de uma plataforma integrada para melhorar a eficiência e a uniformização.

Deutsche Asset Management

A Deutsche Asset Management (Deutsche AM) continua a ser um negócio essencial para o Deutsche Bank. Para desbloquear oportunidades de crescimento futuro e reconhecer o seu valor intrínseco, pretendemos vender uma participação minoritária no negócio Deutsche AM através de uma oferta pública inicial. Isto tem por objetivo posicionar o negócio como uma franquia de gestão de ativos global líder no mercado e proporcionar-lhe flexibilidade para melhorar o modelo de negócio e otimizar recursos.

Acreditamos que a Deutsche AM está posicionada para responder aos desafios do setor e captar oportunidades com uma combinação de amplas capacidades de investimento e gestão e execução diligente do negócio. Em 2017, prevemos volatilidade nos mercados acionistas e de crédito e incerteza no cenário político e económico, aliadas a uma concorrência feroz e a um aumento dos custos associados à regulação. Esperamos que o crescimento nas economias em desenvolvimento se mantenha relativamente inalterado: os Estados Unidos deverão registar um fortalecimento do crescimento, enquanto o crescimento europeu deverá abrandar moderadamente; é expectável que muitos mercados emergentes registem um crescimento mais lento e um aumento da volatilidade. Espera-se que estas tendências afetem a apetência dos investidores pelo risco e, possivelmente, afetem as comissões de gestão e os fluxos de ativos. Globalmente, são possíveis períodos de maior volatilidade nos mercados, juntamente com uma política monetária cada vez mais divergente entre os Estados Unidos e o resto do mundo. Durante este período de incerteza para os investidores, a Deutsche AM permanece focada em ser um parceiro de confiança e um fornecedor de soluções para os nossos clientes.

Estamos otimistas quanto ao facto de as tendências de crescimento do setor a longo prazo favorecerem as nossas capacidades em produtos passivos, incluindo produtos baseados em índices e negociados em bolsa, e produtos ativos através de investimentos tradicionais e alternativos, incluindo ativos reais e soluções multiativos. Além disso, esperamos uma procura contínua por soluções de reforma e orientadas para os resultados, particularmente nos mercados desenvolvidos como resultado dos marcadores demográficos do envelhecimento. Não obstante, temos algumas

reservas quanto às expectativas para novos ativos líquidos e proveitos para 2017, no seguimento da volatilidade de fluxo líquido e das oscilações do mercado em 2016. A médio prazo, com os produtos existentes e os novos lançamentos planeados, a Deutsche Asset Management procura aumentar a sua quota de mercado.

Esperamos que o ativo global e os agregados de proveitos cresçam, embora a uma taxa orgânica mais baixa do que nos anos anteriores, colocando pressão adicional sobre a economia do setor que já enfrenta os desafios da compressão de comissões, do aumento de custos de regulação e da forte concorrência. Perante este desafio, pretendemos equilibrar as nossas iniciativas de crescimento com a manutenção de uma base de custo disciplinada. Em 2017, pretendemos concretizar eficiências a partir de investimentos em plataformas concluídas, como a implementação de uma solução de TI de investimento unificada de *front e middle office*, e implementar outras melhorias na plataforma operacional para melhorar o serviço ao cliente, os controlos do negócio e a eficiência.

Em 2017, esperamos que as receitas líquidas sejam inferiores aos proveitos de 2016 excluindo os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life, no seguimento da venda dos negócios da Abbey Life e da Deutsche AM India. A Deutsche AM pretende gerir cuidadosamente a sua base de custos para contrabalançar a diminuição de proveitos prevista no seguimento da alienação das unidades de negócio supramencionadas, bem como através de poupanças resultantes da maior eficiência operacional.

Riscos e oportunidades

Refletimos sobre as nossas Perspetivas de riscos e oportunidades, que acreditamos serem suscetíveis de ocorrer. A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas perspetivas.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com a expectativa nas nossas Perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

Os níveis continuamente elevados de incerteza política podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia em geral e podem contribuir para um desenrolar de aspetos relacionados com a integração europeia, conduzindo, potencialmente, a declínios nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas nos nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

O impacto macroeconómico global da decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia, que dependerá da resposta política europeia ao Brexit, é difícil de prever. Em geral, esperamos um período prolongado de incerteza relativamente ao estatuto futuro do Reino Unido na UE. Por conseguinte, espera-se a persistência de investimento mais débil e crescimento económico mais lento durante as negociações para a saída do Reino Unido. Em consequência, iremos monitorizar de perto os desenvolvimentos e o seu impacto no nosso modelo de negócio e operacional. Isto poderá exigir assumir imparidades em ativos.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os swaps de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não se encontrar disponíveis para compensar estas perdas.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas.

Os custos diretos e os impactos no negócio relacionados descritos acima e na nossa Perspetiva, caso sejam significativamente superiores ao que esperamos atualmente, teriam um impacto no cálculo dos “elementos disponíveis para distribuição” (ADI) para o Deutsche Bank AG, que constitui a base da capacidade de pagamento nos nossos títulos Tier 1 Adicional (AT1). Se os resultados HGB individuais do Deutsche Bank AG não proporcionarem ADI suficientes, isso terá impacto na nossa capacidade de realizar distribuições nos nossos instrumentos AT1. Isso poderá levar a custos de financiamento mais elevados e afetar negativamente as perceções em relação ao Deutsche Bank nos mercados, com efeitos potencialmente adversos nos nossos resultados de operações e situação financeira. Tais impactos colocariam também pressão adicional sobre os nossos rácios de capital, liquidez e outros rácios regulamentares.

Reformas regulamentares

As reformas reguladoras promulgadas e propostas em resposta às fraquezas no setor financeiro, juntamente com o maior controlo regulador e discrição irão impor custos significativos sobre nós. Isto também cria uma incerteza significativa para nós e poderá afetar adversamente os nossos planos de negócios e a nossa capacidade para executar os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultado operacional, bem como o ambiente

concorrencial em geral. Outras reformas reguladoras, tais como taxas bancárias, também podem aumentar materialmente os nossos custos operacionais previstos. As reformas reguladoras, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar os nossos acionistas e credores.

Ações judiciais, tributárias e processos regulamentares

Estamos sujeitos a um conjunto de ações judiciais, inspeções fiscais e investigações regulamentares, cujo resultado é difícil de estimar e que podem afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspetivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco de mercado, crédito, liquidez e operacional, estes poderão não ser totalmente eficazes em mitigar as nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos de mercados ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto.

Estratégia

Se não conseguirmos implementar com êxito a nossa estratégia, que também está sujeita aos fatores anteriormente mencionados, podemos não conseguir alcançar os nossos objetivos financeiros, ou poderemos incorrer em perdas ou baixa rentabilidade ou erosões da nossa base de capital, e a nossa situação financeira, os resultados de operações e a cotação da ação podem ser afetados de forma significativa e adversa.

Considerações específicas para o Deutsche Bank AG

Para o Deutsche Bank AG enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, existem riscos adicionais em relação ao plano do Grupo com base nas IFRS, no qual determinadas transações num determinado ano conduzem a perdas mais elevadas ou lucros mais baixos num determinado ano do que nas demonstrações financeiras do Grupo. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º 2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura persistente de taxas de juro baixas e a despesa de cupões nos instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.
- Se os cupões AT1 não puderem ser pagos devido a itens distribuíveis disponíveis insuficientes, ao abrigo do HGB num determinado ano, isto poderia resultar em custos de financiamento mais elevados para o Deutsche Bank AG.

Além disso, existe o risco de que, de forma diferente do passado, os proveitos ou lucros não distribuídos das empresas afiliadas não permitam pagamentos de dividendos suficientes para cobrir completamente as perdas reconhecidas no Deutsche Bank AG.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como as perspectivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

Estratégia

A nossa estratégia procura transformar-nos numa organização mais simples e mais eficiente, menos arriscada, mais bem capitalizada e mais bem gerida. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Considerações específicas para o Deutsche Bank AG

Para o Deutsche Bank AG enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, existem oportunidades adicionais comparativamente com o plano do Grupo baseado nas IFRS em que determinadas transações são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS num determinado ano. Além disso, existe a possibilidade de que o Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe apresente lucros mais altos num determinado ano em comparação com o seu contributo para o resultado líquido do Grupo, com base no modelo de distribuição de lucros de empresas afiliadas.

Relatório de Risco

Princípios de gestão do risco

Procuramos promover em toda a nossa organização uma sólida cultura de risco. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputação. Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios de cultura do risco no âmbito do nosso Grupo

- O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
- Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
- O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

Os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento dos riscos. Os colaboradores devem assumir comportamentos que apoiem uma sólida cultura de risco. Para promover isso, as nossas políticas exigem que a avaliação comportamental seja incorporada na avaliação de desempenho e nos processos de remuneração. Comunicámos os seguintes comportamentos em consonância com uma sólida cultura de risco através de diversos veículos de comunicação:

- Assumir a plena responsabilidade pelos nossos riscos;
- Avaliar o risco de forma rigorosa, prospetiva e abrangente;
- Convidar, fornecer e respeitar os desafios;
- resolver os problemas coletivamente; e
- Colocar o Deutsche Bank e a sua reputação no centro de todas as decisões.

Para fortalecer estes comportamentos esperados e fortalecer a nossa cultura de risco, desenvolvemos um conjunto de atividades no Grupo. Os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo. Para apoiar estes comportamentos, em 2016, realizámos uma campanha pedagógica interna com o título “We’re all risk managers” (Somos todos gestores de risco), que incluía um vídeo e mensagens na intranet de membros da Administração e de outros líderes seniores.

O processo de sinais de alerta continua a garantir uma ligação entre a conduta relacionada com o risco e a gestão do desempenho. Permite monitorizar a adesão de determinadas políticas e processos relacionados com o risco, em que uma violação conduz a um sinal de alerta adequadamente ponderado pelo risco. Em 2016, o processo foi aperfeiçoado através da introdução de comunicação através de TI. Os resultados de sinais de alerta individuais são considerados em decisões de promoção, remuneração e gestão de desempenho.

Continuamos a desenvolver o nosso currículo de formação para promover a sensibilização para o risco. Em 2016, lançámos um curso de sensibilização para o risco revisto para todos os colaboradores, que incluía novas secções sobre risco de reputação e apetência para o risco.

Quadro de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- As responsabilidades essenciais de gestão do risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas a diretores de risco seniores e comités de gestão do risco seniores com funções de execução e supervisão.
- Operamos um modelo de gestão do risco com três linhas de defesa (“3LoD”). A 1.ª linha de defesa (“1st LoD”) é composta por todas as divisões e serviços comerciais que fornecem áreas de infraestruturas [Group Technology and Operations (Tecnologia e Operações do Grupo) e Corporate Services (Serviços Corporativos)], que são as “proprietárias” do risco. A 2.ª linha de defesa (“2nd LoD”) é composta por todas as funções independentes de risco e controlo de infraestruturas. A 3.ª linha de defesa (“3rd LoD”) é uma Group Audit (Auditoria do Grupo), que garante a eficácia dos controlos. O modelo 3LoD e os princípios subjacentes de conceção aplicam-se a todos os níveis da organização, i.e., nível de grupo, regiões, países, agências e entidades jurídicas. As 3LoD são autónomas e responsáveis pela manutenção de estruturas que garantam o cumprimento dos princípios de conceção a todos os níveis.
- A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
- O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
- Todos os tipos significativos de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco de reputação, são geridos através de processos de gestão do risco. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos significativos de risco. O risco de reputação está implicitamente coberto no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico. Para mais informações, consultar a secção “Gestão do risco e do capital” no processo de gestão dos nossos riscos materiais.
- Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
- Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
- O planeamento de recuperação estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de governação da gestão de crise e fornece à direção um conjunto de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
- O planeamento de resolução é da responsabilidade da nossa autoridade de resolução, o Conselho Único de Resolução. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para prevenir perturbações graves no sistema financeiro ou na economia em geral através da manutenção de serviços críticos.

Os riscos do Deutsche Bank AG na rede do Grupo

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas separadas do Deutsche Bank. Existem inúmeros motivos para isto:

- A estrutura interna do Grupo, de acordo com as divisões do Grupo, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica externa é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura interna. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa está distribuída por várias empresas do Grupo ou se está concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria o potencial risco para o Grupo e, indiretamente, o Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados, e em alguns casos são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir consideravelmente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Nesta medida, todos os montantes apresentados neste relatório de risco são referentes ao Grupo Deutsche Bank, salvo disposto em contrário.

O Deutsche Bank AG cumpre todos os requisitos jurídicos e regulamentares. Para um debate mais detalhado sobre a gestão do risco na rede do Grupo, consulte o relatório de riscos do Grupo no Relatório Anual do Grupo.

Organização de gestão do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com o quadro CRR/CRD IV e respetivas implementações na lei alemã.

As autoridades de regulação bancária europeias usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção “Capital regulamentar” deste relatório.

Diversos níveis de gestão garantem uma governação do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Foram formados vários comités para gerir tarefas específicas.
 - Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de carteiras de risco fundamentais, estratégia de risco e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a posição de risco agregado e a estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da implementação desta estratégia.
 - O Comité de Integridade monitoriza, entre outras matérias, as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. É também responsável por rever o Código de Conduta Empresarial e o Código de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
 - O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. O Conselho de Administração criou o Comité de Risco do Grupo (“GRC”) em abril de 2016 como fórum central para a revisão e decisão em matérias de risco significativo, fundindo o Comité de Capital e Risco (“CaR”) e o Comité Executivo de Risco (“Risk ExCo”). O GRC é apoiado por quadro subcomités: o Comité de Risco de Reputação do Grupo (“GRRC”), o Comité de Risco Não Financeiro (“NFRC”), o Comité de Risco da Sociedade (“ERC”) e o Comité de Gestão de Liquidez (“LMC”), cujas funções estão descritas em maior pormenor abaixo.

Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O GRC tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo a aprovação de princípios fundamentais de gestão de risco ou recomendação dos mesmos para aprovação pelo Conselho de Administração, recomendação do plano de recuperação do Grupo e do plano de financiamento de contingência para aprovação pelo Conselho de Administração, recomendação de parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e ativações de recuperação para aprovação pelo Conselho de Administração, definição de limites de risco para recursos de risco disponíveis para as divisões de negócio e apoio ao Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital de todo o grupo. Outros deveres incluem a revisão de carteiras de risco de elevado nível e de evoluções de exposição ao risco, a revisão de resultados dos testes de esforço internos e regulamentares em todo o grupo e a realização de recomendações de medidas necessárias e monitorização da evolução da cultura de risco no Grupo.
- O NFRC supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo. Está incumbido de definir um quadro de apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar o modelo operacional de risco não financeiro, incluindo os princípios 3LoD e interdependências entre divisões de negócio e funções de controlo e no âmbito das funções de controlo.

- O GRRC é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospectiva e lições aprendidas adequado. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comitês Regionais de Risco de Reputação (“RRRC”) e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas unidades de negócio. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomitês do GRRC, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
- O ERC foi criado como sucessor do Comité de Risco de Carteira (“PRC”), estando incumbido de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. O ERC aprova as visões gerais da carteira de risco de país anuais, estabelece limites de produtos, analisa as concentrações de carteiras de risco em todo o Grupo, monitoriza testes de esforço em todo o Grupo utilizados para gerir a apetência pelo risco do Grupo e analisa tópicos com implicações de risco em toda a empresa, como a cultura de risco.
- O LMC toma decisões quanto às medidas de mitigação a aplicar durante períodos de esforço de liquidez antecipado ou real ou qualquer evento relevante. Nessa qualidade, o comité é responsável por realizar uma avaliação detalhada da posição de liquidez do Banco, incluindo a capacidade de cumprir todas as obrigações de pagamento sob condições de esforço relacionadas com o mercado, esforço idiossincrático ou uma combinação de ambos. O LMC é também responsável por supervisionar a execução de contramedidas de liquidez de forma oportuna e monitorizar a posição de liquidez do Banco de forma contínua, durante o período de esforço.

O nosso Gestor do Risco (“CRO”), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado e riscos operacionais, bem como pelo controlo global dos riscos, incluindo o risco de liquidez, e pelo desenvolvimento contínuo de métodos de medição do risco. Além disso, o CRO é responsável por monitorizar, analisar e reportar o risco numa base global.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta das várias funções de gestão do risco que são criadas com o objetivo de:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Para além das funções de gestão de risco especializadas, a função da nossa Gestão de Risco da Sociedade (ERM) abrange aspetos globais da gestão do risco. O seu objetivo é reforçar a gestão holística do risco e a supervisão do risco cruzado para otimizar a condução da nossa carteira de risco. Os principais objetivos são:

- Promover iniciativas estratégicas de risco cruzado e uma maior coesão entre a estratégia definida para a carteira e a execução da governação;
- Fornecer uma perspetiva estratégica e prospetiva das principais questões de risco para discussão ao nível superior no Banco (apetência pelo risco, quadro de testes de esforço);
- fortalecer a cultura de risco no banco; e
- Promover a aplicação de normas de gestão do risco consistentes nas nossas entidades locais.

A ERM também desenvolve a estrutura de gestão do risco em todo o Banco, que visa identificar e controlar os riscos em toda a instituição dentro dos limites de apetência pelo risco acordados.

As funções de gestão do risco especializadas e a ERM têm uma linha de comunicação com o CRO.

As nossas funções de Finanças, de Risco e de Auditoria do Grupo atuam independentemente das nossas divisões. É da responsabilidade dos departamentos financeiro e de risco quantificar e verificar o risco que assumimos. A auditoria do Grupo, sendo a nossa terceira linha de defesa, examina, avalia e comunica de forma independente a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de controlo interno, incluindo os sistemas de gestão do risco.

A integração da gestão do risco da nossa subsidiária Deutsche Postbank AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e procedimentos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes. As principais características da governação conjunta são:

- função hierárquica de relato da direção de Gestão do risco do Postbank à do Deutsche Bank;
- A participação de membros com direito de voto do Deutsche Bank provenientes das respetivas funções de risco nos principais comités de risco do Postbank e vice-versa para os principais comités selecionados; e
- Alinhamento das nossas políticas fundamentais de risco do Grupo

Os principais comités de gestão do risco do Postbank são:

- O Comité de risco do banco, que apoia o Conselho de administração do Postbank na determinação da apetência pelo risco global e da afetação de risco e de capital;
- O Comité de risco de crédito, que é responsável pela atribuição de limites e pela definição de um quadro de limites apropriado;
- O Comité de risco de mercado, que decide sobre a atribuição de limites e o posicionamento estratégico da carteira bancária e de negociação do Postbank e a gestão do risco de liquidez;
- O Comité de Gestão do Risco Operacional, que define o quadro de risco apropriado, bem como a afetação de limites às diferentes áreas de negócio; e
- O Comité de Risco do Modelo e de Validação, que monitoriza a validação de todos os sistemas de notação de crédito e modelos de gestão do risco.

O diretor de risco do Postbank ou os diretores de risco seniores do Deutsche Bank são membros com direitos de voto dos comités listados acima.

Estratégia e apetência pelo risco

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado de risco que estamos dispostos a assumir no âmbito da nossa capacidade de risco para alcançar os nossos objetivos de negócio, conforme definido por um conjunto de indicadores quantitativos mínimos e de demonstrações qualitativas. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir antes de entrar em incumprimento de restrições regulamentares e das nossas obrigações perante partes interessadas.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso Plano e Estratégia de Risco, de modo a promover a coerência entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, com o contexto de negócios e regulamentar e com os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco. Avaliamos especificamente uma sequência de indicadores em esforço (rácio de Common Equity Tier 1 (CET 1) em conformidade com o CRR/CRD IV inicial e fully loaded e rácio de alavancagem ("LR"), rácio de adequação de capital interno ("ICA") e posição de liquidez líquida em esforço ("SNLP")) no âmbito dos testes de esforço de referência e dos testes de esforço mais graves regularmente realizados ao nível do grupo.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, em cenários normais ou de esforço, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités. As alterações à apetência pelo risco e capacidade de risco devem ser aprovadas pelo Comité de risco do grupo ou pela totalidade do Conselho de administração, dependendo da sua importância.

Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as nossas áreas/unidades de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intranual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspectivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão que, pela primeira vez este ano, são compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo ano é planeado por trimestre e do terceiro até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um importante banco universal do mundo centrado no cliente e que visa garantir:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Os limites específicos – por exemplo, para procura de capital regulamentar, capital económico e exposições a alavancagem – são derivados do Plano estratégico e de capital para garantir a coerência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho em todos os níveis relevantes da organização.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, para evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvência comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (“SREP”) tal como expressos pelo nosso supervisor interno. Em 8 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2017, na sequência dos resultados do SREP de 2016. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva de pelo menos 9,51% numa base consolidada, com início a 1 de janeiro de 2017. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o amortecedor de conservação de capital inicial de 1,25%, o amortecedor contracíclico (atualmente de 0,01%) e o amortecedor G-SII de capital inicial, na sequência da designação do Deutsche Bank como instituição de importância sisté-

mica global ("G-SII"), de 1,00%. O novo requisito de capital CET 1 de 9,51% para 2017 é inferior ao requisito de capital CET 1 de 10,76%, aplicável ao Deutsche Bank em 2016. Do mesmo modo, os requisitos de 2017 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão a 11,01% e para o seu total de rácio de capital a 13,01%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2016, o BCE comunicou-nos uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de "Pilar 2", correntemente designado por "orientação de Pilar 2". O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de "Pilar 2", ainda que esta não seja juridicamente vinculativa e que o incumprimento da orientação de "Pilar 2" não acione automaticamente qualquer tomada de medidas legais.

Ferramentas de medição do risco

Utilizamos um leque abrangente de metodologias quantitativas e qualitativas de avaliação e gestão dos riscos. Temos por política avaliar continuamente a adequação e a fiabilidade dos nossos instrumentos e métricas quantitativos à luz do nosso contexto de risco em mutação. Alguns desses instrumentos são comuns a uma série de categorias de risco, enquanto outros são adaptados às características próprias de categorias específicas de risco. Os principais e mais avançados instrumentos e métricas internos que utilizamos atualmente para medir, gerir e relatar o nosso risco são:

- **Ativos ponderados pelo risco (RWA)** Os RWA constituem o fator central na determinação da adequação de capital regulamentar do banco, tal como refletido no rácio Common Equity Tier 1. Os RWA são usados para determinar objetivos para o crescimento dos nossos negócios e monitorizados nos nossos sistemas de relatórios de gestão. Regra geral, os RWA são calculados de acordo com o quadro de CRR/CRD IV atualmente em vigor, conforme transposto para a legislação alemã (se necessário) e utilizado no âmbito dos nossos processos de planeamento prospetivo de risco e de capital.
- **Exposição a rácio de alavancagem.** Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base fully loaded, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013. A nossa exposição total ao rácio de alavancagem consiste em derivados de componentes, Transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT). A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura.
- **Value-at-risk.** Utilizamos a abordagem value-at-risk (valor em risco) no cálculo de medidas quantitativas para os riscos de mercado da nossa carteira de negociação em condições de mercado normais e através do valor em risco em situação de esforço num contexto de condições de mercado de esforço. Os nossos respetivos números de valor em risco são importantes para o nosso relato interno e externo (regulamentar). O valor em risco mede as potenciais perdas futuras (em termos de valor do mercado) de determinada carteira que, em condições de mercado normais/em situação de esforço, se espera não sejam excedidas com um nível de confiança definido e num período definido. O valor em risco para o total duma carteira representa a medida do nosso risco de mercado diversificado (agregado, utilizando correlações previamente determinadas) dessa carteira, em condições de mercado normais/em esforço.

- **Capital económico.** O capital económico mede o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das nossas exposições. “Muito graves”, neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98 % as perdas inesperadas agregadas no período de um ano. Calculamos o capital económico relativo ao risco de crédito, ao risco de mercado, incluindo o risco de incumprimento em transações, ao risco operacional e ao risco de negócio.
- **Liquidez.** Dentro do Grupo, os riscos de liquidez e de financiamento são geridos no âmbito de um quadro coerente de gestão do risco de liquidez e de governação. Aplicamos diversas ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar as nossas posições de liquidez operacional, tática e estratégica. A liquidez operacional tem como objetivo salvaguardar a nossa posição de liquidez intradia e de final do dia, enquanto a tática garante que temos acesso ao financiamento por grosso (garantido e não garantido). A nossa liquidez estratégica tem como objetivo garantir um perfil de liquidez equilibrado e a diversificação do financiamento e o acesso aos mercados de capital. Realizamos testes de esforço de liquidez para determinar a posição de liquidez líquida em esforço (“SNLP”), um componente-chave do nosso quadro de apetência pelo risco. Isto deriva de uma simulação quantitativa do financiamento de desenvolvimento do Banco em diferentes cenários. Adicionalmente, medimos o nosso rácio de cobertura de liquidez tal como definido pelo Comité de Basileia e adotado pela EBA.

Assumimos o compromisso rigoroso de realizar testes de esforço regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em referências definidas internamente e em cenários de crise macroeconómica global mais graves. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é, geralmente, de um ano e pode ser alargado a mais anos, se necessário pelos pressupostos do cenário. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Validação e Governação de Modelos Globais – GMVG), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como por requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. São exemplos de testes de esforço regulamentares realizados em 2016 o teste de esforço da ABE ao nível do Grupo e o teste de esforço do CCAR para a entidade dos Estados Unidos. Além disso, é realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Um procedimento integrado permite-nos avaliar o impacto de cenários ad-hoc que simulam potenciais choques financeiros ou geopolíticos iminentes.

Tipos de risco

O Deutsche Bank AG está exposto a vários riscos, entre os quais o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional, o risco de liquidez, o risco de reputação, o risco do modelo e o risco de negócio (risco estratégico).

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações fazem normalmente parte das nossas atividades tradicionais de concessão de crédito (tais como empréstimos e passivos contingentes). Além disso, as obrigações negociadas e os títulos de dívida fazem parte da nossa atividade de negociação direta com os clientes (por exemplo, derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro). Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e avaliação da relevância, o Risco de crédito contém quatro categorias materiais, nomeadamente o risco de incumprimento, o risco setorial, o risco de país e o risco de produto.

O risco de crédito é medido por notação de crédito, procura de capital interna e regulamentar e principais métricas de crédito. A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Para além da notação de crédito, o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, corresponde aos limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante a vida de uma operação. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

Risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. Um dos principais objetivos da gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que a exposição de risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro de limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as “unidades de negócio”) e outros grupos de apoio e controlo.

Assumimos o risco de mercado quer em atividades de negociação quer em atividades não relacionadas com negociação. Utilizamos uma combinação de sensibilidades de risco, valor em risco, testes de esforço e métricas de capital económico para gerir os riscos de mercado e estabelecer limites. O capital económico é a métrica utilizada para descrever e agregar todos os riscos de mercado, quer em carteiras de negociação quer em carteiras não relacionadas com negociação.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as áreas de negócio.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de Apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela Gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às respetivas unidades individuais de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos, igualmente, de direções da área de negócio alinhadas na Gestão do risco de mercado para estabelecer limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais ou regiões geográficas.

Os limites do valor em risco, capital económico e Testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a Gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Também são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos.

Embora o valor em risco, calculado diariamente, forneça previsões para potenciais perdas avultadas em condições normais de mercado, não é adequado para medir os riscos de cauda ou o potencial de eventos de perda extremos das carteiras. Portanto, também realizamos testes de esforço regulares nos quais valorizamos as nossas carteiras de negociação sob cenários de mercado graves não cobertos pelo intervalo de confiança do modelo do valor em risco.

Os cenários derivam dos choques graves historicamente observados nesses fatores de risco, aumentados por avaliações subjetivas em que apenas estão disponíveis dados históricos limitados ou em que o desenvolvimento de mercado é considerado um indicador insuficiente dos possíveis cenários de mercado futuros. O risco de cauda ou o potencial de eventos de perda extremos para além do valor em risco reportado são captados através dos parâmetros valor em risco em situação de esforço, capital económico, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Também são captados através de testes de esforço.

Estes testes de esforço constituem a base da nossa avaliação do capital económico que prevemos ser necessário para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das nossas exposições ao longo do período de um ano. "Muito graves", neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98% todas perdas inesperadas num período de um ano.

Em dezembro de 2011, recebemos da BaFin a aprovação dos modelos para o valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Trata-se de métodos suplementares que utilizamos para medir as exposições ao risco de mercado.

- Valor em risco em situação de esforço: calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período contínuo de um ano de tensão de mercado significativa.
- Requisitos de capital para riscos adicionais: capta riscos de incumprimento e de migração de crédito além dos riscos já captados no valor em risco em posições sensíveis ao crédito na carteira de negociação.
- Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço.
- O método padrão de risco de mercado calcula o capital regulamentar para efeitos de titularização e derivados de crédito de incumprimento de "n-ésimo".

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Banco está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação está a ser calculado através da aplicação da metodologia padrão do risco de mercado comercial EC (modelo CE baseado em SVaR) ou através da utilização de modelos de risco de mercado não comercial específicos a cada classe de risco e que consideram, entre outros

fatores, grandes movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Risco operacional

Por risco operacional entende-se o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos e inclui risco de conformidade e jurídico. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional.

O Grupo Gestão de risco operacional faz parte da função do Grupo Risco, dirigido pelo Diretor de Risco. O Diretor de Risco nomeia o responsável pelo Grupo de Gestão de risco operacional.

Na ORM do Grupo, o responsável pelo mesmo tem a responsabilidade pela conceção, implementação e manutenção de um eficaz e eficiente ORMF do Grupo, incluindo o modelo de capital de risco operacional.

O Comité de Risco Não Financeiro, copresidido pelo Diretor de Risco e o Diretor Regulamentar, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva holística e transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter algum impacto no perfil de risco das nossas divisões e cargos da infraestrutura.

O responsável pela gestão do risco operacional do Grupo é totalmente responsável pelo estabelecimento e manutenção do ORMF, incluindo a adesão a todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. É proprietário do modelo de capital de risco operacional do Grupo e supervisiona a sua evolução contínua, bem como o processo de cálculo do capital. Enquanto proprietário do modelo, gere os riscos relevantes do modelo e estabelece controlos adequados. Aprova alterações quantitativas e qualitativas que afetem o capital regulamentar ou económico do Grupo, dentro dos limites definidos pelo Diretor de Risco.

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e funções de infraestrutura, a ORM do Grupo supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do ORMF em todo o Banco.

Em 2016, continuámos a incorporar e refinar o nosso modelo “Três linhas de defesa” em todo o Banco. Uma das nossas principais preocupações foi que os líderes das áreas de negócios continuassem a assumir responsabilidade primária pelos riscos e controlos nas suas unidades e que os controladores do tipo de risco da segunda linha de defesa desenvolvessem as suas capacidades de gestão do risco através da implementação de normas mínimas.

Para cobrir o vasto leque de tipos de risco subjacentes ao risco operacional, o nosso quadro contém uma série de técnicas de gestão do risco operacional. Estas técnicas destinam-se a gerir com eficácia o risco operacional da nossa atividade, sendo utilizadas para identificar, avaliar e atenuar os riscos operacionais.

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA).

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respectivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez (“ILAAP”) anual, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto, como é que estes riscos são identificados, monitorizados e medidos e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do banco, bem como a apetência para o risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo (“GRC”). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicados ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do banco, atuando o Controlo de risco de liquidez como função de controlo independente, responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, por propor a apetência pelo risco ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pelo Tesouro, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Para além disso, a Tesouraria trabalha em conjunto com o Controlo de risco de liquidez (“LRC”) e a empresa, para analisar e compreender as características de liquidez subjacentes das carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares e frequentes para compreenderem as alterações na posição do banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados objetivos de negócio dedicados para garantir que o Grupo cumpre a liquidez global e a apetência para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho de acordo com estas métricas de apetência para o risco, através de um quadro de pontuações de liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

Os testes de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são uma das principais ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Complementa o processo de gestão de liquidez operacional intradiário e a estratégia de liquidez de longo prazo, representada pela Matriz de financiamento.

Risco (estratégico) do negócio

Risco estratégico é o risco de sofrer défice de rendimento operacional devido a uma diminuição nos proveitos, que não pode ser compensada por redução dos custos. É um tipo de risco significativo que pode resultar da incapacidade de executar a nossa estratégia, de posicionar o Banco estrategicamente ou de darmos uma resposta ineficaz a desvios do plano negativos significativos causados por fatores externos ou internos.

A gestão do risco estratégico implica minimizar o défice de rendimento operacional potencial que pode ter um impacto adverso no capital do Grupo. Isto é alcançado utilizando controlos de risco ao nível do Grupo e nas nossas diferentes unidades de negócio.

Risco reputacional

No nosso processo de gestão do risco, definimos o risco de reputação como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do DB e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O nosso risco de reputação rege-se pelo Quadro de risco de reputação (o Quadro). O Quadro foi estabelecido para fornecer normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com risco de reputação. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a reputação do DB, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, pela referência ou comunicação das questões relacionadas com risco de reputação recai sobre as divisões de negócio do DB. Cada colaborador tem a obrigação de, no âmbito das suas atividades, estar atento a quaisquer potenciais causas de risco de reputação e abordá-las de acordo com o Quadro.

Quando um potencial risco de reputação é identificado, exige-se que seja encaminhado para consideração superior na divisão através do processo de avaliação de risco de reputação da unidade. Na eventualidade de um assunto ser considerado como apresentando um risco de reputação material e/ou de cumprir um dos critérios de referência obrigatória, tem de ser comunicado a um dos quatro Comitês Regionais de Risco de Reputação (RRRC) para análise adicional, como segunda linha de defesa. Os RRRC são subcomitês do Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC), que é ele próprio um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC), e são responsáveis pela supervisão, pelo governo e pela coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões do Deutsche Bank em nome do Conselho de Administração. Em circunstâncias excecionais, os assuntos também podem ser referidos pelos RRRC ao GRRC.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Risco do modelo

O risco de modelo é o potencial para consequências adversas de resultados do modelo incorretos ou mal utilizados e dos relatórios que utilizam estes resultados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. Neste contexto, o termo “modelo” refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

O risco de modelo é gerido através de modelos de preços, modelos de risco e capital e outros modelos:

- Os modelos de preço são utilizados para gerar medições de justo valor de ativos e passivos comunicados em documentos e registos oficiais e/ou sensibilidades de risco que são integradas nos processos de Gestão do risco de mercado (MRM);
- Os modelos de risco e capital estão relacionados com riscos utilizados para requisitos de capital internos e regulamentares, por exemplo VaR, IMM, testes de esforço, etc.;
- Outros modelos são os que se situam fora dos modelos de preços e de risco e capital do Banco.

A apetência pelo risco de modelo está em sintonia com as demonstrações qualitativas do Grupo, assegurando que a gestão do risco de modelo está integrada numa cultura de risco forte e que os riscos são minimizados tanto quanto possível.

A gestão do risco de modelo inclui:

- Efetuar uma validação de modelo independente robusta, que confere um desafio eficaz ao processo de desenvolvimento do modelo e que inclui a identificação de condições de utilização, limitações metodológicas que podem requerer ajustes ou sobreposições e descobertas de validação que requerem correção;
- Estabelecer uma gestão do risco de modelo e um enquadramento de governação sólidos, incluindo fóruns de seniores para monitorização e comunicação dos tópicos relacionados com o risco de modelo;
- Criar políticas relacionadas com o risco de modelo em todo o Banco, em sintonia com os requisitos regulamentares, tendo funções e responsabilidades claras para as partes interessadas fundamentais em todo o ciclo de vida do modelo; e
- Avaliar o ambiente de controlo do modelo e relatar ao Conselho de Administração regularmente.

Perfil de risco

O nosso mix de diferentes atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico (EC) total não diversificado, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios antes de ter em conta os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo.

Perfil de risco das nossas divisões corporativas medido pelo capital económico total

31.12.2016

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	GM	CIB	PW&CC	Deutsche AM	Postbank	NCOU	Cons. & Adj. e Outros	Total	Total em %
Risco de crédito	4 984	3 202	1 726	62	2 582	108	442	13 106	37
Risco de mercado	4 444	897	360	2 197	1 352	332	5 010	14 592	41
Risco operacional	6 567	1 763	833	561	604	160	0	10 488	30
Risco de negócio	4 582	171	32	100	0	245	(32)	5 098	14
Vantagem de diversificação ¹	(4 990)	(1 018)	(477)	(441)	(562)	(110)	(248)	(7 846)	(22)
Total de CE em milhões de euros	15 587	5 015	2 473	2 480	3 976	735	5 172	35 438	100
em %	44	14	7	7	11	2	15	100	N/S

N/S – Não significativo

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).31 dez 2015 ¹

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	GM	CIB	PW&CC	Deutsche AM	Postbank	NCOU	Cons. & Adj. e Outros	Total	Total
Risco de crédito	4 838	3 899	1 678	90	2 601	537	42	13 685	36
Risco de mercado	4 971	819	2 564	2 095	1 611	899	4 478	17 437	45
Risco operacional	6 274	1 613	958	282	600	452	64	10 243	27
Risco de negócio	5 154	405	1	0	0	261	110	5 931	15
Vantagem de diversificação ²	(5 123)	(1 172)	(964)	(373)	(647)	(369)	(204)	(8 852)	(23)
Total de CE em milhões de euros	16 113	5 564	4 237	2 094	4 165	1 780	4 490	38 442	100
em %	42	14	11	5	11	5	12	100	N/S

N/S – Não significativo

¹ Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2016.² Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco de Global Markets (GM) é dominado pela negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam risco de mercado e risco de crédito. A quota do risco operacional no perfil de risco da GM reflete o perfil de perda elevado no setor e perdas internas. O remanescente do perfil de risco de GM deriva do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A utilização de capital económico para o risco de negócio e mercado diminuiu em 2016, parcialmente compensada pela utilização aumentada para risco operacional. A diminuição na utilização de capital económico para o risco de mercado é motivada por uma exposição inferior ao componente do risco de incumprimento negociado e pela venda da Abbey Life.

Os proveitos de Corporate & Investment Banking (CIB) são gerados a partir de vários produtos com diferentes perfis de risco. A maioria dos seus riscos diz respeito a risco de crédito na área de negócio Trade Finance e Corporate Finance, enquanto outros negócios envolvem baixo ou nenhum risco. A utilização de capital económico para o risco de

crédito diminuiu em 2016, principalmente devido a um componente de risco de contraparte inferior. O risco de mercado resulta principalmente da modelação da negociação e depósitos dos clientes.

O perfil de risco de Private, Wealth & Commercial Clients (PW&CC) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho, dos empréstimos a Pequenas e Médias Empresas (PME) e das atividades de gestão de património (WM), bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento, da modelação dos depósitos dos clientes e o risco de spread de crédito. O desinvestimento do Hua Xia Bank resultou numa diminuição significativa na utilização de capital económico para mercado não relacionado com a negociação face ao exercício de 2015.

O principal fator de risco do negócio da Deutsche Asset Management (Deutsche AM) são as garantias sobre fundos de investimento, que relatamos como risco de mercado não relacionado com a negociação. De resto, o negócio da Deutsche AM centrado na consultoria e em comissões gera sobretudo risco operacional. A utilização de capital económico para risco operacional e risco de negócio aumentou em comparação com o exercício de 2015.

O perfil de risco do Postbank é motivado principalmente pelo negócio de empréstimos e depósitos com os clientes de retalho e corporativos a atrair risco de crédito, riscos de spread de crédito na carteira bancária cobertos pelo risco de mercado e algum risco operacional.

A carteira da Non-Core Operations Unit (NCOU) inclui atividades não essenciais à futura estratégia do banco; ativos destinados à redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos legais. O perfil de risco da NCOU abrange riscos em todas as nossas operações incluindo principalmente riscos de crédito e de mercado direcionados sempre que possível para redução acelerada do risco. A utilização de capital económico para o risco de mercado foi inferior em comparação com o exercício de 2015, principalmente devido à dissolução geral de ativos não estratégicos.

A Consolidation & Adjustments abrange, principalmente, o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de remuneração em capital. O aumento da utilização de capital económico para o risco de crédito em 2016 deveu-se principalmente a alterações na estrutura de negócios do Banco.

Risco de crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), empréstimos negociados, obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- Os “empréstimos” são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.
- Os “compromissos de crédito irrevogáveis” consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.
- Os “passivos contingentes” consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os “derivados OTC” são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
- Os “empréstimos negociados” são empréstimos comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.

- As “obrigações negociadas” incluem obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os “títulos de dívida disponíveis para venda” incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenham classificado como disponíveis para venda.
- Os “acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra” consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber, posições de titularização tradicionais, bem como investimentos em ações.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

	31.12.2016								
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida ⁴	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁵	Total
Global									
Markets	62 567	22 006	656	42 711	11 240	72 180	3 296	91 561	306 216
Corporate & Investment Banking	82 620	126 593	48 123	520	1 756	162	272	6 574	266 619
Private, Wealth & Commercial Clients	159 658	9 139	2 664	317	0	1	139	0	171 918
Deutsche Asset Management	343	55	21	27	7	2 569	26	0	3 047
Postbank	104 728	7 837	320	420	0	0	17 220	4 290	134 816
Non-Core Operations Unit	3 133	131	434	175	191	257	0	34	4 355
Consolidation & Adjustments e Outros	407	302	123	24	0	6 124	33 768	2 450	43 197
Total	413 455	166 063	52 341	44 193	13 193	81 293	54 722	104 909	930 169

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Inclui títulos de dívida sobre ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.

⁵ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

	31.12.2015								
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Global Markets	58 092	25 467	1 292	44 824	13 905	85 454	3 454	110 581	343 069
Corporate & Investment Banking	97 280	129 420	51 005	503	1 176	147	326	9 986	289 843
Private, Wealth & Commercial Clients	163 772	11 383	3 738	314	0	13	161	0	179 381
Deutsche Asset Management	265	63	22	406	10	4 296	3 281	0	8 343
Postbank	103 525	5 798	336	344	0	0	17 128	7 132	134 263
Non-Core Operations Unit	9 335	1 642	784	2 625	368	6 934	1 932	14	23 634
Consolidation & Adjustments e Outros	508	775	149	37	0	6 368	41 985	862	50 684
Total	432 777	174 549	57 325	49 053	15 459	103 212	68 266	128 575	1 029 217

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de 8,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição de crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

Como parte da nossa ressegmentação, todas as atividades de Tesouraria foram movidas em 2016 para Consolidation & Adjustments. O principal contribuidor para as exposições de crédito incluídas em Consolidation & Adjustments são as reservas de liquidez da Tesouraria. Os recursos financeiros associados a atividades de Tesouraria são atribuídos aos ativos totais de divisões e não a uma linha de ativos individual. Esta atribuição nas categorias de exposição ao crédito principal reduziria a exposição ao crédito total em Consolidation & Adjustments para 8,9 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2016 e 9,2 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2015 e aumentaria os outros totais de divisão, respetivamente.

A nossa principal exposição ao crédito registou uma redução de 99,0 mil milhões de euros.

- Numa perspetiva de divisão, as diminuições na exposição observam-se em todas as divisões, exceto no Postbank. A nossa exposição em Global Markets diminuiu 36,9 mil milhões de euros e em Corporate & Investment Banking diminuiu 23,2 mil milhões de euros. A nossa Non-Core Operations Unit alcançou uma redução gerida de 19,3 mil milhões de euros.
- A nível de produtos, registaram-se fortes reduções da exposição para acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, obrigações negociadas, empréstimos e títulos de dívida.
- Numa perspetiva de setor, a nossa exposição ao crédito é inferior face ao ano anterior, principalmente devido a uma diminuição em Intermediação financeira de 52,8 mil milhões de euros e no Setor público de 15,6 mil milhões de euros, motivada por uma exposição inferior a Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra inferiores e a obrigações negociadas, bem como uma diminuição na categoria de Famílias de 15,5 mil milhões de euros, principalmente atribuível a uma exposição a empréstimos reduzida.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 7% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2016, em comparação com 6% em 31 de dezembro de 2015. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário.

No âmbito do negócio de derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa Ocidental (excluindo Alemanha) e na América do Norte. Do ponto de vista da indústria, as exposições de derivados OTC, bem como acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra têm uma parcela significativa em empresas de intermediação financeira com elevada notação. Em ativos negociáveis, uma grande percentagem de exposição é também em empresas do setor público.

Risco de mercado

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatórios regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos requisitos de capital e ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T*, *skew-T*, *Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emittentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação em grelha.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades de negociação. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação “retrospectiva” pode fazer com que o VaR subestime o risco (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
- As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
- Podem existir riscos na carteira de negociação que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

As tabelas abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de taxa de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial ¹		Risco de preço das matérias-primas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Médio	32,0	43,3	(35,0)	(40,9)	19,7	20,3	26,6	30,9	9,3	16,6	10,7	15,0	0,7	1,3
Máximo	59,4	65,6	(57,6)	(59,2)	29,5	30,2	32,5	40,3	52,4	28,3	16,7	25,0	3,3	4,0
Mínimo	20,4	28,7	(25,6)	(31,0)	14,8	16,2	22,3	24,0	4,4	9,2	3,6	6,0	0,2	0,5
Final do período	30,1	33,3	(36,9)	(38,8)	19,9	18,3	24,3	26,2	10,0	11,7	12,6	15,1	0,2	0,9

¹ Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

O valor em risco médio em 2016 foi de 32,0 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 11,2 milhões de euros face ao ano completo de 2015. A redução na média foi motivada por diminuições no spread de crédito, divisas e classes de ativos de capital resultantes de uma diminuição na exposição direcional sobre a média face ao exercício de 2015. O pico no valor em risco em dezembro de 2016 deveu-se a atividade nas carteiras de negociação por um curto período de tempo durante a facilitação de transações de clientes.

Risco operacional

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na Abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de Abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perdas históricas.

No seio do modelo de Abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo dum horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. O capital económico é definido num nível para absorver um percentil de 99,98% de perdas inesperadas agregadas muito graves no período de um ano. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de Capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação do capital, a ORM do Grupo visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do modelo de risco do Grupo.

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

em milhões de euros	2016	2015 ¹
Clientes, produtos e práticas comerciais	2 566	3 346
Fraude interna	396	2 176
Fraude externa	18	(197)
Execução, entrega e gestão de processos	160	381
Outros	23	20
Grupos	3 163	5 726

¹ Números de 2015 relativos à perda, alterados devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

Em dezembro de 2016, as perdas operacionais com base nos resultados diminuíram 2,6 mil milhões de euros, ou 45%, face a 2015. A diminuição foi motivada predominantemente pelos tipos de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” e “fraude interna” devido a acordos alcançados e a reservas de litígio acrescidas para casos ainda a decorrer em 2015.

Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC). No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (*fully loaded*)

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco. Embora o quadro CRR/CRD IV atualmente não faculte um rácio de alavancagem mínimo obrigatório para as instituições financeiras relevantes, uma proposta legislativa publicada pela Comissão Europeia a 23 de novembro de 2016 sugere a introdução de um rácio de alavancagem mínimo de 3%. A proposta

legislativa prevê que o rácio de alavancagem seja aplicável dois anos após a entrada em vigor da proposta e continue sujeito a debate político nas instituições da UE.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base *fully loaded*, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem consiste em derivados de componentes, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de ativos a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela de divulgação comum de rácio de alavancagem. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de um derivado de crédito comprado no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

O componente de SFT inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1.

As tabelas seguintes mostram a exposição a rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem, ambos num base *fully loaded*, nas tabelas de divulgação das normas técnicas de execução (ITS) que foram adotadas pela Comissão Europeia através do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2016/200 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 16 de fevereiro de 2016:

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em milhões de euros

	31.12.2016	31.12.2015
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1 591	1 629
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	0	3
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(276)	(263)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	20	25
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	102	109
Outros ajustamentos	(90)	(107)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1 348	1 395

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31.12.2016	31.12.2015
Total de exposições a derivados	177	215
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	135	164
Total de exposições extrapatrimoniais	102	109
Outros ativos	948	924
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital <i>Tier 1 fully loaded</i>	(15)	(17)
Rácio de capital <i>Tier 1 fully loaded</i>	46,8	48,7
Total de exposições	1 348	1 395
Rácio de alavancagem – utilizando uma definição <i>fully loaded</i> de capital <i>Tier 1</i> (em %)	3,5	3,5

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2016

A 31 de dezembro de 2016, o nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV fully loaded era de 3,5%, comparado com 3,5% em 31 de dezembro de 2015, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2016, um capital Tier 1 fully loaded de 46,8 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1348 mil milhões de euros (48,7 mil milhões de euros e 1395 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV em conformidade com provisões transitórias era de 4,1% a 31 de dezembro de 2016, calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 55,5 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1350 mil milhões de euros. A medida de exposição ao abrigo das regras transitórias é 2 mil milhões de euros superior à medida de exposição fully loaded, pois os montantes de ativos deduzidos na determinação de capital Tier 1 são inferiores nos termos das regras transitórias.

Durante o ano de 2016, a nossa exposição a rácio de alavancagem diminuiu 48 mil milhões de euros, para 1348 mil milhões de euros. Isto reflete principalmente uma diminuição em exposições a derivados de 38 mil milhões de euros, principalmente no âmbito de complementos inferiores para potencial exposição futura e valores nominais efetivos de derivados de crédito vendidos após a compensação. Adicionalmente, houve uma diminuição de 29 mil milhões de euros em exposições a SFT, que reflete a diminuição global no balanço nas rubricas relacionadas com SFT (títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, ambos sob regime contabilístico pelo justo valor e apurado, e valores a receber de corretagem prime). Adicionalmente, as exposições extrapatrimoniais diminuíram 7 mil milhões de euros, correspondentes a valores nominais inferiores por compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes. As diminuições mencionadas na exposição a rácio de alavancagem são parcialmente compensadas por um aumento de 25 mil milhões de euros em outros ativos, principalmente de caixa e saldos do banco central superiores no nosso balanço, parcialmente compensados por reduções no nosso balanço em ativos detidos para negociação não derivados, empréstimos e ativos financeiros disponíveis para venda.

A diminuição da exposição a rácio de alavancagem em 2016 inclui impactos cambiais de 11 mil milhões de euros, principalmente devido à depreciação do euro face ao dólar dos Estados Unidos, que foi parcialmente compensada pela sua valorização face à libra esterlina.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total dos ativos em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 25 em 31 de dezembro de 2016, comparativamente com 24 em 31 de dezembro de 2015.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção “Capital regulamentar” neste relatório.

Risco de liquidez

Gestão do risco de financiamento

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de maturidade de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de maturidade de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) podem ser excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados quaisquer excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. Mantemos também uma matriz de financiamento autónoma em USD e GBP que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos) a 10 mil milhões de euros e 5 mil milhões de euros, respetivamente. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento de moedas agregadas, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos).

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado diário que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total das nossas reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez apenas incluem ativos que podem ser transferidos livremente dentro do Grupo ou aplicados para compensar saídas em esforço de entidades locais. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente na nossa empresa-mãe e nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos. Detemos as nossas reservas nas principais divisas, sendo que a sua dimensão e composição são alvo de revisão regular pela direção.

Composição das nossas reservas de liquidez livremente transferíveis por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	178	178	98	98
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	136	136	75	75
Subsidiárias	42	42	23	23
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	27	25	100	94
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	25	24	78	73
Subsidiárias	2	1	22	21
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais	14	9	17	13
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	9	6	14	11
Subsidiárias	5	3	3	2
Total de reservas de liquidez	219	212	215	205
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	171	166	167	159
Subsidiárias	48	46	48	46

Em 31 de dezembro de 2016, as nossas reservas de liquidez totalizavam 219 mil milhões de euros, por oposição a 215 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Embora o crescimento líquido nas reservas de liquidez tenha sido de apenas 3 mil milhões de euros, a caixa e seus equivalentes aumentaram 80 mil milhões de euros, enquanto os títulos não onerados diminuíram 76 mil milhões de euros. Isto deve-se em grande parte a medidas tomadas durante o ano para aumentar os montantes em circulação de financiamentos garantidos, bem como a reduções mais gerais no inventário de negócios, nomeadamente durante o último trimestre de 2016. Esta foi considerada uma medida a curto prazo prudente à luz de uma conjuntura difícil para o Grupo durante este período. As nossas reservas de liquidez médias durante o ano foram de 212,4 mil milhões de euros, por oposição a 202,2 mil milhões de euros durante 2015. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

Adequação e requisitos de capital

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como implementado na Lei alemã. As informações constantes nesta secção baseiam-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Quando nos referimos a resultados em conformidade com a aplicação plena do quadro CRR/CRD IV final (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo “CRR/CRD IV *fully loaded*”. Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5. Estes estão relacionados, por exemplo, com a ponderação de risco de determinadas categorias de ativos e incluem regras que permitem a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%. Neste sentido, assumimos na nossa metodologia em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* para um subconjunto limitado de posições de capital que o impacto da expiração destas regras transitórias será mitigado através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração das disposições da cláusula de anterioridade até ao final de 2017.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de instituições consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. As nossas companhias de seguros estão incluídas num cálculo de adequação de capital adicional (também designado “margem de solvência”) ao abrigo do decreto alemão relativo à solvência de conglomerados financeiros. A nossa margem de solvência enquanto conglomerado financeiro mantém-se dominada pelas nossas atividades bancárias.

Ativos ponderados pelo risco

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00%, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50% de capital Tier 1 adicional e até 2,00% de capital Tier 2.

Os ativos ponderados pelo risco incluem o total de riscos de crédito, de mercado e operacionais. No cálculo dos ativos ponderados pelo risco o Deutsche Bank utiliza modelos internos para a totalidade dos três tipos de risco que foram aprovados pelo Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht (Autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha – BaFin). Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados do mercado de balcão com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS. O nosso rácio de cobertura do método IRB avançado, excluindo o Postbank, excedeu, com 97,3% em termos do valor de exposição em caso de incumprimento (exposure at default – EAD), bem como com 93,4% em termos de RWA (ativos ponderados pelo risco) em 31 de dezembro de 2016, o requisito regulamentar europeu, permanecendo praticamente inalterado relativamente aos níveis registados em 31 de dezembro de 2015 (97,0% EAD e 92,8% por RWA), adotando medidas aplicáveis de acordo com o artigo 11.º do decreto SolvV. Estes rácios excluíram as exposições permanentemente atribuídas ao método padrão (de acordo com o artigo 150.º do CRR), outras exposições calculadas pelo método IRB, bem como posições de titularização. Os requisitos mínimos regulamentares relacionados com os respetivos limiares de rácio de cobertura foram sempre cumpridos.

A componente de risco de mercado do Deutsche Bank é um múltiplo do valor em risco, que é calculado para fins regulamentares com base nos nossos modelos internos e aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha. Com início a 31 de dezembro de 2011, o componente de risco de mercado inclui um múltiplo do valor em risco em situação de esforço e do valor em risco, bem como os requisitos de capital para riscos adicionais e a medida de risco global na carteira de negociação de correlação do Grupo. Todos são calculados com base nos modelos internos aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha do Grupo. A componente de risco de mercado também inclui titularizações na carteira de negociação fora da carteira de negociação de correlação medida com o método padrão em conformidade com o CRR. Outros métodos de cálculo padrão são utilizados para as restantes posições de risco de mercado.

Para cálculos de risco operacional, o Grupo utiliza a denominada Abordagem de medição avançada (“AMA”) em conformidade com os artigos 321.º a 324.º do CRR.

Os RWA para CVA de cobertura do risco de perdas por valorização pelos preços de mercado no risco de contraparte esperado relacionado com exposições a derivados OTC são predominantemente calculados no nosso próprio modelo interno conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Ativos ponderados pelo risco do Grupo Deutsche Bank

em milhões de euros

	31.12.2016	31.12.2015
	CRR/CRD IV	CRR/CRD IV
Risco de crédito	220 345	242 019
Risco de liquidação	36	9
Ajustamento da avaliação de crédito	9 416	15 877
Risco de mercado	33 762	49 553
Risco operacional	92 675	89 923
Total dos ativos ponderados pelo risco	356 235	397 382

Capital regulamentar

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2016, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganho de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão em AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão em T2 consolidado. Para se qualificarem como instrumentos de capital T2 ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded* estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 60% em 2016, sendo que este limite desce 10% em cada ano.

Visão geral do capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o CRR/CRD IV

em milhões de euros

	31.12.2016	31.12.2015
	CRR/CRD IV	CRR/CRD IV
Capital Common Equity Tier 1 antes de ajustamentos regulamentares ¹	59 104	62 042
Total de ajustamentos regulamentares ao capital <i>Common Equity Tier 1</i> (CET 1)	(11 321)	(9 613)
Capital <i>Common Equity Tier 1</i> (CET 1)	47 782	52 429
Capital <i>Tier 1</i> adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	11 191	11 157
Total de ajustamentos regulamentares ao capital <i>Tier 1</i> adicional (AT1)	(3 488)	(5 365)
Capital <i>Tier 1</i> adicional (AT1)	7 703	5 793
Capital <i>Tier 1</i> (T1 = CET 1 + AT1)	55 486	58 222
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	6 988	6 622
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	(316)	(323)
Capital <i>Tier 2</i> (T2)	6 672	6 299
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	62 158	64 522
Total dos ativos ponderados pelo risco	356 235	397 382
Rácios de capital		
Rácio de capital <i>Common Equity Tier 1</i> (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,4	13,2
Rácio de capital <i>Tier 1</i> (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,6	14,7
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,4	16,2

¹ Reflete a decisão tomada pelo Conselho de Administração de propor um dividendo por ação de 0,19 euros para 2015 e 2016, tomando em consideração as ações a emitir previstas antes da Assembleia-Geral Anual em maio de 2017.

A 31 de dezembro de 2016, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 55,5 mil milhões de euros, sendo composto por um capital Common Equity Tier 1 (CET 1) de 47,8 mil milhões de euros e um capital Tier 1 adicional (AT1) de 7,7 mil milhões de euros. O capital Tier 1 de CRR/CRD IV era 2,7 mil milhões de euros mais baixo do que no final de 2015, principalmente, motivado por um decréscimo no capital CET 1 de 4,6 mil milhões de euros desde o final de 2015, enquanto o capital AT1 aumentou 1,9 mil milhões de euros no mesmo período.

A diminuição de 4,6 mil milhões de euros em capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV foi, em grande parte, o resultado de ajustamentos regulamentares aumentados devido à taxa de integração progressiva mais elevada de 60% em 2016 comparativamente com 40% em 2015 e da perda líquida atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais de 1,4 mil milhões de euros em 2016. A Decisão (UE) (2015/4) do BCE exige o reconhecimento da perda do final do exercício em capital CET 1. A 5 de março de 2017, o Conselho de Administração decidiu recomendar um dividendo de 0,19 euros para 2015 e 2016 na Assembleia-Geral Anual de 2017 agendada para maio de 2017, tomando em consideração as ações previstas após o aumento de capital proposto do Banco. Com base nesta nova decisão, o capital regulamentar no fim do exercício de 2016 foi afetado por uma dedução de acumulação de 0,4 mil milhões de euros. Esta acumulação de dividendos está em sintonia com a Decisão do BCE (UE) (2015/4) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou de final do exercício no capital CET 1. O efeito positivo numa base anual de 0,6 mil milhões de euros em conformidade com as regras transitórias do CRR/CRD IV resultante da reversão das deduções relacionadas com o limiar de 15% devido à venda da nossa participação no Hua Xia Bank foi mais do que compensado por um conjunto de efeitos negativos, incluindo perdas de remedição relacionadas com planos de benefícios definidos de 0,5 mil milhões de euros, bem como uma dedução de capital adicional de 0,3 mil milhões de euros que foi imposta ao Deutsche Bank com efeitos a partir de outubro de 2016 em diante, com base numa notificação do BCE ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e das alíneas b) e j) do n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1024/2013.

O aumento de 1,9 mil milhões de euros no capital AT1 em conformidade com o CRR/CRD IV foi sobretudo o resultado de ajustamentos regulamentares reduzidos (1,9 mil milhões de euros inferior ao valor no final de 2015), descontinuados do capital AT1. Estes itens refletem o montante residual de determinadas deduções de CET 1 que foram subtraídas do capital CET 1 pelas regras *fully loaded*, mas permitem reduzir o capital AT1 durante o período de transição. A taxa de integração progressiva destas deduções a nível do capital CET 1 aumentou para 60% em 2016 (40% em 2015) e diminuiu de forma correspondente a nível do capital AT1 para 40% em 2016 (60% em 2015).

O nosso capital Tier 1 de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* em 31 de dezembro de 2016 era de 46,8 mil milhões de euros, comparado com 48,7 mil milhões de euros no final de 2015. O nosso capital CET 1 de acordo com o

CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 42,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, comparado com 44,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. O nosso capital Tier 1 adicional de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 4,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2016, inalterado, quando comparado com o final de 2015.

A diminuição do nosso capital CET 1 *fully loaded* de 1,8 mil milhões de euros em comparação com o capital no final do exercício de 2015 deveu-se em grande parte ao nosso resultado líquido negativo de 1,4 mil milhões de euros e à acumulação de dividendos de 0,4 mil milhões de euros. O efeito positivo em termos homólogos de 1,8 mil milhões de euros resultantes da reversão das deduções relacionadas com o limiar de 15% devido à venda da nossa participação no Hua Xia Bank foi quase inteiramente compensado por um conjunto de efeitos negativos, incluindo deduções de capital CET 1 mais elevadas de ativos por impostos diferidos sobre perdas fiscais não utilizadas de 0,5 mil milhões de euros, perdas de remedição relacionadas com planos de benefícios definidos de 0,5 mil milhões de euros, a dedução de capital adicional de 0,3 mil milhões de euros que foi imposta ao Deutsche Bank com efeitos a partir de outubro de 2016 em diante e uma diminuição adicional de 0,5 mil milhões de euros, principalmente devido a perdas não realizadas líquidas sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

Processo de avaliação da adequação capital interno

O Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) obriga os bancos a identificarem e avaliarem riscos, a disporem de capital suficiente para lidar com esses riscos e a aplicarem técnicas de gestão de risco adequadas para manter a capitalização adequada de forma contínua, ou seja, para garantir que a oferta interna de capital é superior à procura interna de capital (os respetivos valores são descritos com mais detalhe na secção “Adequação de capital interno”).

Ao nível do Grupo, cumprimos o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno conforme exigido nos termos do Pilar 2 de Basileia 3 e da respetiva implementação na Alemanha e com os Requisitos Mínimos para Gestão do Risco (MaRisk), através da respetiva estrutura de gestão e governação do risco, metodologias, processos e infra-estruturas.

Em conformidade com os requisitos MaRisk e de Basileia, os principais instrumentos para nos ajudar a manter a capitalização adequada contínua e prospetiva do Grupo são:

- Um processo de planeamento estratégico que alinha a estratégia e apetência de risco com objetivos comerciais;
- Um processo de monitorização contínuo das metas de risco, alavancagem e capital definidas e aprovadas;
- Relatórios regulares de risco, alavancagem e capital destinados à gestão e
- Um quadro de testes de esforço e de capital económico que também inclui testes de esforço específicos para sustentar os nossos processos de monitorização de recuperação.

Adequação de capital interno

A principal medida do nosso Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) é a avaliação da nossa adequação de capital interno com base na nossa abordagem de “negócio liquidado” (*gone concern*), calculada como o rácio entre a nossa oferta total de capital e os nossos requisitos de capital total, conforme a tabela abaixo. Existe um maior alinhamento da nossa definição de oferta de capital com os requisitos de fundos próprios do CRR/CRD IV no primeiro trimestre de 2016. Consequentemente, o goodwill e outros ativos intangíveis são agora deduzidos da oferta de capital do Pilar 2, ao invés de serem adicionados à procura de capital. A informação relativa ao exercício anterior foi revista.

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31.12.2016	31.12.2015
Oferta de capital		
Capital próprio dos acionistas	59 833	62 678
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(440)	(407)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida ²	(945)	(1 173)
Ativos por impostos diferidos	(8 666)	(7 762)
Ajustamentos de avaliação adicionais ³	(1 398)	(1 877)
Défice para perda esperada	(297)	(106)
Proteção de poupanças e financiamento para créditos à habitação	(231)	(291)
Participações nos instrumentos de capital próprios	(45)	(62)
Ajustamentos do justo valor para ativos reclassificados em que não está disponível financiamento equivalente ⁴	(557)	(147)
Participações minoritárias ⁵	0	0
Ativos intangíveis	(8 982)	(10 078)
Instrumentos híbridos de capital <i>Tier 1</i>	11 259	11 962
Instrumentos de capital <i>Tier 2</i>	8 003	8 016
Oferta de capital	57 534	60 754
Total de procura de capital económico		
Risco de crédito	13 105	13 685
Risco de mercado	14 593	17 436
Risco operacional	10 488	10 243
Risco de negócio	5 098	5 931
Vantagem de diversificação	(7 846)	(8 852)
Procura de capital	35 438	38 442
Rácio de adequação de capital interno	162 %	158 %

¹ Inclui a dedução de ganhos ao justo valor relativos a efeitos de crédito relacionados com passivos próprios designados ao abrigo da opção de justo valor, bem como os ajustamentos da avaliação de dívida.

² Relatado como ativos líquidos (ativos menos passivos) de um fundo de pensões definidas, ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.

³ Conforme aplicado na secção de capital regulamentar.

⁴ Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento equivalente. Não é tido em consideração um ajustamento positivo.

⁵ Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 162% em 31 de dezembro de 2016 face a 158% em 31 de dezembro de 2015. A mudança do rácio deveu-se ao facto de a oferta de capital ter diminuído proporcionalmente menos do que a procura de capital. O capital próprio dos acionistas diminuiu 2,8 mil milhões de euros, principalmente devido ao resultado líquido inferior atribuível aos nossos acionistas. Os instrumentos híbridos de capital Tier 1 diminuíram 703 milhões de euros, principalmente devido ao reembolso de instrumentos. A diminuição na procura de capital deveu-se a requisitos de capital económico inferiores conforme explicado na secção "Perfil de risco".

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo consolidado, globalmente (incluindo o Postbank), e são parte integrante da nossa estrutura de Gestão de risco e capital.

Relatório de Remuneração

O Relatório de Remuneração fornece informações sobre os princípios e o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. Cumpre os requisitos do n.º 9 do artigo 285.º do Código Comercial alemão (HGB), da norma de contabilidade alemã n.º 17 “Relato da remuneração dos órgãos executivos”, do regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Instituts-Vergütungsverordnung), bem como das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Introdução

O Relatório de Remuneração de 2016 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O relatório de remuneração inclui as seguintes três secções:

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

A primeira secção do Relatório determina a estrutura e a conceção do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Apresenta o sistema de remuneração para o exercício de 2016, para o qual a estrutura de remuneração variável foi complementada por um componente adicional em comparação com o sistema de remuneração para o exercício de 2015. Após a apresentação das estruturas de remuneração existentes, é apresentado o sistema de remunerações aplicável a partir do exercício de 2017, sobre o qual a Assembleia Geral votará em maio de 2017. Adicionalmente, o relatório contém informações sobre a remuneração individual concedida pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

A segunda secção do relatório de remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (exceto o Deutsche Postbank AG, que publica um Relatório de Remuneração separado). O relatório fornece detalhes sobre o novo enquadramento de remuneração que foi apresentado em 2016 e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2016. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que correm riscos materiais (MRT), em conformidade com o regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Institutsvergütungsverordnung – InstVV).

Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

O relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch – HGB), da norma de contabilidade alemã n.º 17 (DRS 17) “Relato da remuneração dos órgãos executivos”, do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Governo da Remuneração do Conselho de Administração

Comité de Controlo de Remunerações:

Prepara as resoluções relativas ao sistema e ao nível de remunerações e apresenta-as ao Conselho de Fiscalização.

Conselho de Fiscalização

Toma decisões relativas ao sistema e ao nível de remunerações. O sistema de remunerações concluído é apresentado na Assembleia-Geral Anual.

Assembleia-Geral Anual

Toma decisões relativas à aprovação do sistema de remunerações.

O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comité de Controlo de Remunerações. O Comité de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada do sistema de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comité de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultará consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

Atualmente, o Comité de Controlo de Remunerações é constituído por quatro membros. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação do quadro remuneratório, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista pela Lei bancária alemã sobre a adequação da remuneração do Conselho de Administração (*Gesetz zur Angemessenheit der Vorstandsvergütung – VorstAG*) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Fiscalização apresentou o sistema de remuneração para o exercício de 2016 à Assembleia Geral para aprovação em maio de 2016. No entanto, a Assembleia Geral não concedeu aprovação por maioria. Devido a este resultado da votação, o Conselho de Fiscalização alterou subsequentemente o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017. Em maio de 2017, a Assembleia-Geral terá a oportunidade de votar numa resolução sobre a aprovação do sistema de remuneração alterado.

Princípios da Remuneração do Conselho de Administração e do Sistema de Remunerações

Vários fatores devem ser tidos em conta ao estruturar o sistema de remuneração e determinar remunerações individuais. Estes fatores podem ser resumidos como princípios de remuneração específicos. A visão geral seguinte mostra os princípios de remuneração fundamentais que têm impacto tanto no sistema de remunerações como nas remunerações individuais e, por isso, devem ser tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução em matéria de remunerações.

Ao aprovar uma resolução sobre a estrutura e determinação de remuneração, o Conselho de Fiscalização tem em consideração nomeadamente:

<p>Governo</p>	<p>A estruturação do sistema de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos requisitos regulamentares, um pacote de remuneração que continue a estar em consonância com as práticas de mercado habituais e, portanto, que seja competitivo.</p>
<p>Group Strategy (estratégia do Grupo)</p>	<p>Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.</p>
<p>Desempenho Coletivo e Individual dos Membros do Conselho de Administração</p>	<p>A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade.</p>
<p>Limites de remuneração regulamentares ou outros</p>	<p>De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada para 1:2 com uma maioria de 90,84%. O sistema de remuneração deliberado pelo Conselho de Fiscalização também prevê limites fixos para os componentes de remuneração variável individuais. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2017, o limite adicional é de 9,85 milhões de euros.</p>
<p>Aspetos de sustentabilidade</p>	<p>Atualmente, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. Desde 2017, uma parcela de pelo menos 75% da remuneração variável diferida será concedida sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (<i>cliff vesting</i>)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente será concedida como um componente de remuneração não baseado em ações e a ser obtido em tranches idênticas durante um período de quatro anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a</p>

remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de perda de direitos.

Interesses dos acionistas

Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a sua aplicação e distribuição, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank e, desde 2017, atribuindo componentes de remuneração com base em ações que correspondam, no mínimo, a 75% do total da remuneração variável. Ao determinar a remuneração variável, os componentes da remuneração baseados em ações estão diretamente vinculados ao desempenho da cotação das ações do Deutsche Bank e o respetivo pagamento só pode ser efetuado após um período de vários anos.

O sistema de remunerações e as estruturas de remuneração que este abrange encontram-se refletidos nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

Estrutura de remuneração até 2016

O Conselho de Fiscalização alterou a estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração para o exercício de 2016 em comparação com o sistema de remuneração em 2015. O sistema de remuneração alterado acompanha, assim, a reorganização da estrutura de liderança do Banco. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, as quatro principais divisões (*front offices*) são representadas diretamente por membros no Conselho de Administração. Para os membros do Conselho de Administração com responsabilidade de *front office*, os componentes de remuneração variável anteriores foram complementados pelo prémio de desempenho da divisão apresentado recentemente, que procurava refletir os requisitos de mercado e assegurar níveis de pagamento competitivos. Além da implementação do componente supramencionado, os valores alvo e máximos dos componentes de remuneração variável foram ajustados.



O sistema de remuneração para o exercício de 2016 consiste em componentes não relacionados com o desempenho e componentes relacionados com o desempenho.

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste principalmente num salário-base, bem como em contribuições para o plano de pensões da empresa.

em euros	2016	2015
Salário-base		
Copresidentes	3 800 000	3 800 000
Membro ordinário do Conselho de Administração	2 400 000	2 400 000
em euros	2016	2015
Contribuições para o plano de pensões da empresa		
Copresidentes	650 000	650 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB) ¹	2 000 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (GM/AM) ¹	1 000 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (PW&CC)	650 000	400 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)	400 000	400 000

¹ Em 2015, os Copresidentes foram responsáveis por estas divisões de *front office*.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem “Outros benefícios”. Os “Outros benefícios” compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

A remuneração variável está relacionada com o desempenho e consiste em três componentes **Prémio anual de desempenho**, **Prémio de desempenho de longo prazo** e **Prémio de desempenho da divisão**.

Prémio anual de desempenho (APA)

O APA recompensa o cumprimento dos objetivos corporativos e de política de negócio, de curto e médio prazo, que foram estabelecidos como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos.

Para o exercício de 2016, foram acordados os seguintes valores financeiros fundamentais ao nível do Grupo, que se aplicam de igual modo a todos os membros do Conselho de Administração:

- **Categoria Capital:** Rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1) e rácio de alavancagem;
- **Categoria Custos:** Rácio custo/rendimento (CIR);
- **Categoria Competências:** Valor acrescentado,
- **Categorias Cultura/Clientes:** Empenho, comportamento e reputação do colaborador.

Ao avaliar o componente de desempenho individual, foi acordado com cada membro do Conselho de Administração um objetivo quantitativo das categorias **Capital/Custos/Competências** e um objetivo qualitativo das categorias **Cultura/Clientes**.

No total, a soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 80% do APA global, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. O Conselho de Fiscalização pode

decidir meramente sobre a parcela remanescente para premiar contributos extraordinários, incluindo contributos específicos de projetos como parte da sua ampla autoridade discricionária. Se os objetivos não forem alcançados, não será concedido um APA.

Prémio de desempenho de longo prazo (LTPA)

O nível do LTPA é determinado com base no desempenho relativo da ação do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas (Retorno total relativo dos acionistas, RTSR) com base numa avaliação de três anos e, através da inclusão adicional de parâmetros não financeiros (o denominado fator de cultura e cliente), é também orientado para a forma como os objetivos são atingidos.

Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares para o RTSR inclui as seguintes instituições: BNP Paribas, Société Générale, Barclays, Credit Suisse, UBS, Bank of America, Citigroup, Goldman Sachs, JP Morgan Chase e Morgan Stanley.

O objetivo coletivo para todos os membros do Conselho de Administração para o exercício de 2016 foi a instalação de um ambiente de controlo robusto no Grupo Deutsche Bank. Para uma avaliação do objetivo como "excelente", é atribuído 150% do valor alvo do fator cultura e cliente, 100% para "bom" e 50% para "média". No caso "abaixo da média", o valor da parcela do prémio definido como zero.

Prémio de desempenho da divisão (DPA)

O DPA recompensa o cumprimento dos objetivos estratégicos e de política de negócio, de curto e médio prazo do Banco, que foram estabelecidos como parte do processo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. Os principais objetivos subjacentes à determinação do DPA são concebidos para contribuir para os objetivos estratégicos e de política de negócio aplicáveis da divisão relevante, em linha com a respetiva estratégia de negócio e risco e os objetivos individuais definidos separadamente para cada membro do Conselho de Administração tendo por base a área de responsabilidade do membro.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. Se as metas não forem alcançadas durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar a não atribuição do APA.

Remuneração máxima

Após a implementação dos requisitos regulamentares e com base nos componentes de remuneração individuais supramencionados para o exercício de 2016, os valores seguintes para os membros do Conselho de Administração são os que se seguem:

Remuneração total/Valores alvo e máximo

em euros					2016	2015
	Salário-base	APA	LTPA	DPA	Remuneração total	Remuneração total
Copresidentes						
Alvo	3 800 000	1 500 000	3 800 000	0	9 100 000	9 100 000
Máximo	3 800 000	3 000 000	5 700 000	0	12 500 000	12 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)¹						
Alvo	2 400 000	1 650 000	2 800 000	1 650 000	8 500 000	0
Máximo	2 400 000	3 300 000	4 200 000	3 300 000	13 200 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (GM/AM)¹						
Alvo	2 400 000	1 200 000	2 200 000	1 200 000	7 000 000	0
Máximo	2 400 000	2 400 000	3 300 000	2 400 000	10 500 000	0
Membro ordinário do Conselho de Administração (PW&CC)						
Alvo	2 400 000	800 000	1 800 000	800 000	5 800 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	1 600 000	2 700 000	1 600 000	8 300 000	8 000 000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)						
Alvo	2 400 000	1 000 000	2 400 000	0	5 800 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	2 000 000	3 600 000	0	8 000 000	8 000 000

¹ Em 2015, os Copresidentes foram responsáveis por estas divisões de *front office*.

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a um limite separado de 9,85 milhões de euros, que foi definido pelo Conselho de Fiscalização para a remuneração total geral para o exercício de 2016. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior.

Estrutura de remunerações em janeiro de 2017

- Simplificação das estruturas de remuneração
- Ligações óbvias entre a remuneração e os objetivos previamente acordados
- Forte ênfase nos interesses dos acionistas

As estruturas do sistema de remuneração aplicáveis a partir do exercício de 2017 são definidas abaixo, realçando as alterações ao sistema previamente aplicável e apresentando razões para as alterações individuais. Em maio de 2017, a Assembleia-Geral terá a oportunidade de aprovar uma resolução sobre a aprovação do sistema de remuneração alterado.

Estrutura e elementos de remunerações do novo sistema de remunerações



O sistema de remuneração aplicável a partir de janeiro de 2017 continua a consistir em componentes não relacionados com o desempenho (fixo) e componentes relacionados com o desempenho (variável).

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em contribuições para o plano de pensões da empresa e “outros benefícios”.

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado comparável é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação de mercado deve ter em consideração que os requisitos regulamentares nos termos do InstVV determinam um limite para remuneração variável em 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração competitiva em consonância com as práticas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. O limite regulamentar foi implementado em 2014. Consequentemente, os salários-base globais foram aumentados e, em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou os aumentos respetivos com uma grande maioria.

O InstVV prevê a possibilidade de definir contribuições para o plano de pensões da empresa como remuneração fixa e, por conseguinte, incluí-las na base para o cálculo do rácio entre componentes de remuneração fixa e variável. O Conselho de Fiscalização analisa a anterior estrutura de direitos das contribuições para o plano de pensões da empresa e, se aplicável, ajusta-a.

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem “Outros benefícios”. Os “Outros benefícios” compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

Para o exercício financeiro de 2016, os componentes de remuneração variável foram complementados por um componente recentemente criado, o prémio de desempenho da divisão. A implementação do novo componente procurou refletir e recompensar as características específicas dos *front offices* representados no Conselho de Administração nos objetivos relacionados. Em maio de 2016, as alterações ao sistema não receberam uma aprovação por maioria por parte da Assembleia Geral. No que respeita ao componente de remuneração criado recentemente, este recebeu a crítica de que a estrutura se tinha tornado ainda mais complexa e menos transparente, a introdução dos componentes de remuneração para apenas parte do Conselho de Administração não era compreensível e a associação do componente aos objetivos subjacentes não era convincente.

Face às críticas manifestadas, o Conselho de Fiscalização simplificou substancialmente as estruturas da remuneração variável para 2017 e associou a remuneração a critérios de desempenho transparentes. No entanto, a estrutura ainda permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as práticas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho. A partir do exercício de 2017, a remuneração variável consistirá num componente a curto prazo e num componente a longo prazo:

- o Prémio de curto prazo e
- o Prémio de longo prazo.

Prémio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de objetivos de curto prazo e longo prazo. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir claramente objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

- o Componente de Grupo e
- o Componente individual.

Componente de grupo

Os objetivos a ser alcançados constituem a base para o cálculo do componente de grupo como parte do STA. O objetivo fundamental do componente do grupo é associar a remuneração variável para o Conselho de Administração ao desempenho global do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da nossa estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração com o sistema de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho subjacentes ao componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para o componente de grupo do STA em 2017.

Em conformidade com os nossos objetivos originalmente anunciados em outubro de 2015, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

Rácio de Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded)	O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos seus ativos ponderados pelo risco.
Rácio de alavancagem	O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.
Custos ajustados	Despesas totais (excluindo juros), reestruturação, indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros intangíveis e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

No final de um exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização determina de que modo cada uma destas métricas de desempenho se desenvolveu em comparação com os valores alvo publicados e determina um nível de consecução para cada métrica de desempenho.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

Componente individual

O componente individual do STA recompensa a consecução de objetivos a curto e médio prazo individuais e relacionados com *front office*. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Os objetivos para os componentes individuais podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os fatores e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que serão utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. É estabelecido um máximo de três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração. A soma dos objetivos acordados individualmente e comerciais ascende a um máximo de 90% do componente individual do STA, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. O Conselho de Fiscalização decide meramente sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários, incluindo contributos específicos de projetos, ao longo do exercício, como parte da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

Valores mínimo, alvo e máximo

A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Isto é concebido para assegurar que o valor da remuneração variável não seja determinado principalmente pelos objetivos individuais. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

Prémio de longo prazo (LTA)

O Conselho de Fiscalização decidiu focar-se claramente na consecução de objetivos a longo prazo ao determinar a remuneração variável. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos e/ou individuais para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.

60% da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com o componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determina um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Comparativamente com o sistema de remuneração anterior, foi adicionado um terceiro objetivo adicional ao componente a longo prazo. Cada objetivo é igualmente ponderado a 1/3 na avaliação do LTA.

O desempenho relativo da ação do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas continua a ser um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. No entanto, a parcela deste objetivo do LTA foi diminuída de 2/3 para 1/3, a fim de alcançar um equilíbrio melhor. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva do retorno total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo selecionado de pares (cálculo em euros). Esta parcela do LTA é calculada a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores). Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização analisou criticamente o grupo de pares como parte da conceção do novo sistema de remuneração e decidiu ajustar este grupo em comparação com o grupo aplicável previamente. À luz das atividades comerciais do Banco, foi decidida a remoção das instituições financeiras centradas na banca de investimento Goldman Sachs e Morgan Stanley do grupo de pares, devido à estratégia comercial divergente em comparação com um banco universal. No entanto, o grupo de pares reduzido será complementado pelo HSBC, que é utilizado também para comparação no que se refere a fins de referência interna.

Assim, o grupo de pares para o RTSR inclui os seguintes bancos:

Grupo de pares do Deutsche Bank

BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

O segundo objetivo está associado ao crescimento e reforço do Banco. Com a noção de **crescimento orgânico do capital** numa base líquida, o Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover este crescimento.

Conforme descrito anteriormente, o terceiro objetivo é tirado da categoria “**Cultura e Clientes**”. Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes. No exercício de 2017, um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é novamente a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank.

O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidos os valores financeiros e/ou fatores dos quais o nível de consecução dos objetivos deriva de forma transparente. A margem para a decisão discricionária está estritamente limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
Prémio de curto prazo (STA)	Componente de grupo ⁽¹⁾	
	Rácio CET1	25%
	Rácio de alavancagem	25%
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25%
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	25%
	Componente individual (exemplar) ⁽²⁾	
	Crescimento de receitas/IBIT ao longo do ano versus plano	30%
	Objetivos relacionados com o projeto (realização, gestão)	30%
Índice de compromisso do colaborador (% ao longo do ano)/Objetivos de diversidade	30%	
Ajustes baseados em opiniões fundamentadas	10%	
Prémio de longo prazo (LTA)⁽³⁾	Retorno total relativo dos acionistas	33,34%
	Crescimento orgânico do capital (líquido)	33,33%
	"Fator de cultura e cliente"/Grupo de classificação do ambiente de controlo	33,33%

(1) Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB.

(2) Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos.

(3) Objecões ao nível do grupo a longo prazo.

Remuneração máxima

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização voltou a definir um limite de 9,85 milhões de euros para a remuneração total global para o exercício de 2017. Consequentemente, a remuneração está limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros, ainda que o nível de consecução do objetivo resultasse numa remuneração superior.

Será facultada uma apresentação detalhada dos valores num documento separado no sítio Web do Banco, que não faz parte do Relatório de gestão.

Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Um máximo de 40% da remuneração variável total poderão ser atribuídos numa base não diferida. No entanto, pelo menos metade desta percentagem deverá consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida. O sistema de remuneração aplicável até e incluindo 2016 previa que os componentes de curto prazo (APA e DPA) fossem em princípio concedidos sob a forma de componentes de remuneração não baseada em ações (“Prémios restritos de incentivo”). No entanto, o componente a longo prazo (LTPA) foi concedido exclusivamente sob a forma de componentes de remuneração com base em ações (“Prémios restritos de ações”).

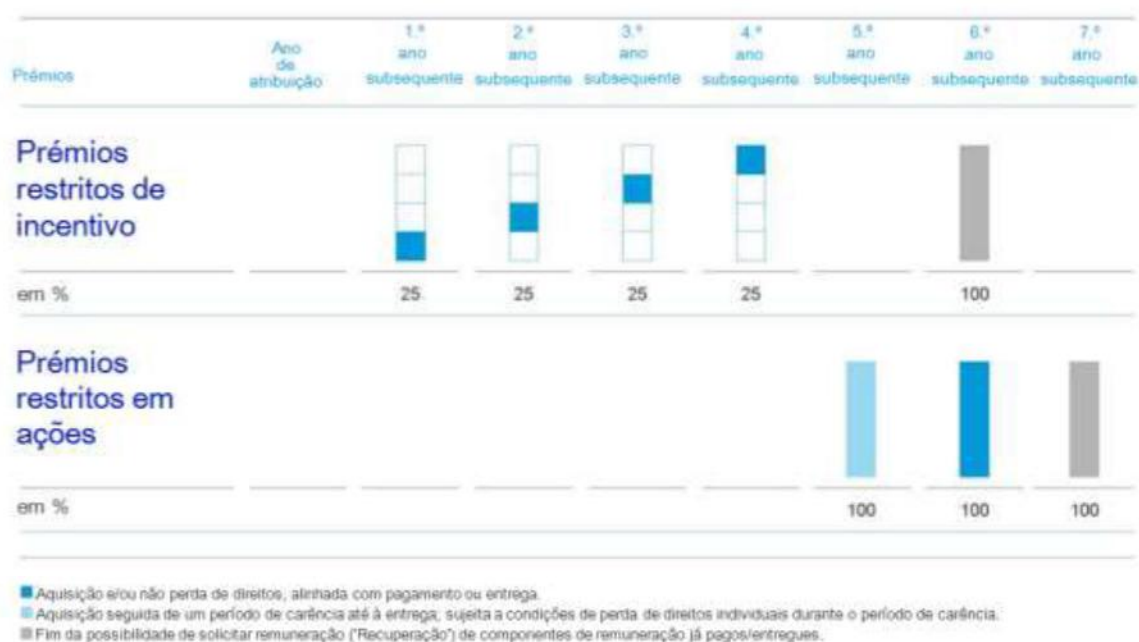
75% da remuneração variável, no mínimo, é concedida com base em ações

A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2017 o componente de longo prazo (LTA), e na verdade não menos de 75% da remuneração variável total, continuará a ser concedido apenas sob a forma de prémios restritos de ações. No entanto, apenas o componente de curto prazo (STA), um máximo de 25% da remuneração variável total, é concedido sob a forma de prémios restritos de incentivo.

Os prémios restritos de incentivo são obtidos durante um período de quatro anos. Com base nos novos requisitos regulamentares, os prémios restritos de ações são obtidos após cinco anos em uma tranche (aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*)) e têm um período de retenção adicional de um ano. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem vender as suas ações depois de seis anos. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos para o Conselho de Administração (a partir de 2017)



Condições de perda de direitos/recuperação (*clawback*)

O diferimento ou faseamento de alguns dos componentes da remuneração ao longo de vários anos (prêmios restritos de incentivo e prêmios restritos em ações) assegura um efeito de incentivo de longo prazo, porque esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição dos direitos ou ao final dos períodos de carência, para criar um incentivo de longo prazo. Os prêmios podem ser total ou parcialmente perdidos, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, o prémio restrito de ações será totalmente perdido se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

A versão preliminar da alteração do InstVV prevê, entre outros, que as denominadas "disposições de recuperação" deverão ser acordadas com os membros do órgão de gestão (*Geschäftsleiter*) das instituições relevantes. Contrariamente às condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização acordará uma cláusula deste tipo com os membros do Conselho de Administração.

Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se tornasse impraticável para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador do Banco, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

- Compromisso de longo prazo dos membros do Conselho de Administração para com o Banco
- Identificação com o Deutsche Bank e respetivos acionistas
- Ligação ao desempenho do Banco através de remuneração diferida

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

O número de ações a deter atingiu um montante equivalente a duas vezes o salário-base anual do copresidente e uma vez o salário-base anual dos membros ordinários do Conselho de Administração.

em euros	Diretrizes de participações
Presidente	7 600 000
Membro ordinário do Conselho de Administração	2 400 000

Há, em princípio, um período de espera de 36 meses para o copresidente e 24 meses para membros ordinários do Conselho de Administração até ao qual estes requisitos devem obrigatoriamente ser cumpridos. Em cada caso, o período de espera é prorrogado por 12 meses para cada ano fiscal que recaia no período de espera em que o membro do Conselho de Administração não receba qualquer remuneração variável. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte. Em 2016, todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de carência para ações.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2016

Salário-base

No exercício de 2016, o salário-base anual dos copresidentes do Conselho de Administração foi de 3.800.000 euros cada e o de um membro ordinário do Conselho de Administração foi de 2.400.000 euros.

Remuneração variável

Devido ao desempenho financeiro do Deutsche Bank em 2016 e às medidas drásticas tomadas pelo Conselho de Administração perante este cenário relativamente à remuneração para colaboradores para o ano fiscal de 2016, o Conselho de Administração tomou unanimemente a decisão de renunciar irrevogavelmente a qualquer direito de determinação e concessão de remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2016. O Conselho de Administração declarou a sua renúncia ao Conselho de Fiscalização. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização absteve-se de determinar qualquer remuneração variável para os membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2016.

Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2016 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 25 883 333 euros (2015: € 22 660 000). Este montante destinava-se apenas aos salários-base. 0 euros (2015: 0 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2016 e 2015, como se segue:

em euros					2016	2015
	Salário-base	APA ¹	LTPA ²	DPA ³	Remuneração total	Remuneração total
John Cryan ⁴	3 800 000	0	0	0	3 800 000	1 900 000
Jürgen Fitschen ⁵	1 583 333	0	0	0	1 583 333	3 800 000
Kim Hammonds ⁶	1 000 000	0	0	0	1 000 000	–
Stuart Lewis	2 400 000	0	0	0	2 400 000	2 400 000
Sylvie Matherat ⁷	2 400 000	0	0	0	2 400 000	400 000
Nicolas Moreau ⁸	600 000	0	0	0	600 000	–
Quintin Price ⁹	1 100 000	0	0	0	1 100 000	–
Garth Ritchie ¹⁰	2 400 000	0	0	0	2 400 000	–
Karl von Rohr ⁷	2 400 000	0	0	0	2 400 000	400 000
Dr. Marcus Schenck ¹¹	2 400 000	0	0	0	2 400 000	1 460 000
Christian Sewing	2 400 000	0	0	0	2 400 000	2 400 000
Werner Steinmüller ⁶	1 000 000	0	0	0	1 000 000	–
Jeffrey Urwin ¹⁰	2 400 000	0	0	0	2 400 000	–
Anshuman Jain ¹²	–	–	–	–	–	1 900 000
Stefan Krause ¹³	–	–	–	–	–	2 400 000
Dr. Stephan Leithner ¹⁴	–	–	–	–	–	2 000 000
Rainer Neske ¹²	–	–	–	–	–	1 200 000
Henry Ritchoffe ¹⁵	–	–	–	–	–	2 400 000
Total	25 883 333	0	0	0	25 883 333	22 660 000

¹ APA: Prémio anual de desempenho.

² LTPA: Prémio de desempenho de longo prazo.

³ DPA: Prémio de desempenho da divisão.

⁴ Membro desde 1 de julho de 2015.

⁵ Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

⁶ Membro desde 1 de agosto de 2016.

⁷ Membro desde 1 de novembro de 2015.

⁸ Membro desde 1 de outubro de 2016.

⁹ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

¹⁰ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

¹¹ Membro desde 22 de maio de 2015.

¹² Membro até 30 de junho de 2015.

¹³ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

¹⁴ Membro até 31 de outubro de 2015.

¹⁵ Membro até 31 de dezembro de 2015.

Prémios em ações

Os membros do Conselho de Administração declararam ao Conselho de Fiscalização que renunciam à determinação e concessão de qualquer remuneração variável para o exercício financeiro de 2016. O Conselho de Fiscalização tinha decidido em 2016 não atribuir aos membros do Conselho de Administração qualquer remuneração variável para o exercício de 2015.

Consequentemente, nenhum prémio em ações foi concedido nos exercícios financeiros de 2015 e 2016.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração.

Uma contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, a contribuição efetuada é creditada com um pagamento de juros anual de 4 % até à data da reforma.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão. Em determinadas condições, o pagamento da pensão também pode vencer antes de ocorrer um evento típico de acionamento da pensão (limite de idade, invalidez ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2016 e 2015, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2016 a partir de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração em euros	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	John Cryan ¹	754 000	393 250	0	0	1 147 250	393 250	821 114	439 065	1 221 303
Jürgen Fitschen ²	270 834	650 000	52 696	95 272	0 ⁹	2 549 796	232 666	624 192	0	2 576 287
Kim Hammonds ³	250 001	0	0	0	250 001	0	270 466	0	275 563	0
Stuart Lewis	556 000	576 000	0	0	2 342 938	1 786 938	546 402	516 969	2 555 844	1 551 547
Sylvie Matherat ⁴	500 000	86 668	0	0	586 668	86 668	517 352	128 506	613 025	130 231
Nicolas Moreau ⁵	347 500	0	0	0	347 500	0	442 672	0	450 380	0
Quintin Price ⁶	416 667	0	0	0	0 ¹⁰	0	525 143	0	0	0
Garth Ritchie ⁷	1 550 000	0	0	0	1 550 000	0	1 443 171	0	1 475 820	0
Karl von Rohr ⁴	556 000	96 001	0	0	652 001	96 001	546 402	131 141	647 482	132 799
Dr. Marcus Schenck ⁸	556 000	528 001	0	0	1 084 001	528 001	546 402	478 387	1 041 150	490 386
Christian Sewing	1 085 500	692 000	0	0	1 777 500	692 000	984 198	559 197	1 592 460	572 899
Werner Steinmüller ³	166 667	0	0	0	166 667	0	164 232	0	169 445	0
Jeffrey Urwin ⁷	2 000 000	0	0	0	2 000 000	0	2 036 367	0	2 090 722	0

¹ Membro desde 1 de julho de 2015.

² Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

⁴ Membro desde 1 de novembro de 2015.

⁵ Membro desde 1 de outubro de 2016.

⁶ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

⁷ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

⁸ Membro desde 22 de maio de 2015.

⁹ No momento de aposentação do Conselho de Administração, o saldo acumulado da conta de 2 873 326 euros foi capitalizado e pago num montante único.

¹⁰ O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 416 667 euros.

Outros benefícios aquando de cessação prematura

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração em euros	Componentes de remuneração baseados em ações		Valor despendido com Componentes de remuneração baseados em numerário	
	2016	2015	2016	2015
	Jürgen Fitschen ¹	621 077 ²	1 013 489	1 203 434
Stuart Lewis	(136 084) ³	633 658	466 922	633 466

¹ Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

² Com a cessação das funções no Conselho de Administração todas as despesas de prémios pendentes foram precipitadas para os resultados.

³ A remuneração com base em ações dos membros do Conselho de Administração é geralmente avaliada com base na cotação da ação em cada data de relato respetiva e conduz a um resultado negativo neste caso.

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 17 de fevereiro de 2017 e em 19 de fevereiro de 2016, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração	2017	2016	Número de ações
John Cryan	2017	2016	9 160 0
Kim Hammonds ¹	2017	2016	22 800 0
Stuart Lewis	2017	2016	51 347 51 347
Sylvie Matherat	2017	2016	0 0
Nicolas Moreau ²	2017	2016	0 0
Garth Ritchie	2017	2016	28 778 28 778
Karl von Rohr	2017	2016	3 737 2 747
Dr. Marcus Schenck	2017	2016	26 445 26 445
Christian Sewing	2017	2016	36 249 36 249
Werner Steinmüller ¹	2017	2016	79 792 79 792
Jeffrey Urwin	2017	2016	120 690 120 690
Total	2017	2016	378 998 266 256

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 378 998 ações do Deutsche Bank em 17 de fevereiro de 2017, correspondente a aproximadamente 0.03 % das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 17 de fevereiro de 2017 e 19 de fevereiro de 2016, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em				Saldo em 17.2.2017
	19.2.2016	Concedidas	Entregues	Caducadas	
John Cryan	17 441	–	17 441	0	0
Kim Hammonds ¹	–	–	–	–	88 072
Stuart Lewis	166 538	0	0	0	166 538
Sylvie Matherat	3 217	7 541	0	0	10 758
Nicolas Moreau ²	–	–	–	–	0
Garth Ritchie	244 227	305 424	0	0	549 651
Karl von Rohr	22 846	22 623	2 013	0	43 456
Dr. Marcus Schenck	132 517	84 462	0	0	216 979
Christian Sewing	85 508	0	0	0	85 508
Werner Steinmüller ¹	–	–	–	–	191 879
Jeffrey Urwin	379 808	263 125	0	0	642 933

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por prémios restritos de incentivo e prémios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2016 e 2015:

Remuneração concedida em 2016 (2015), de acordo com o GCGC

em euros	2016				John Cryan ¹ 2015	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000	1 900 000	1 900 000
Benefícios marginais	41 795	41 795	41 795	41 795	29 697	29 697
Total	3 841 795	3 841 795	3 841 795	3 841 795	1 929 697	1 929 697
Remuneração variável	0	5 300 000	0	8 700 000	0	2 650 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 500 000	0	3 000 000	0	750 000
Prémios restritos em ações	0	3 800 000	0	5 700 000	0	1 900 000
Total	0	5 300 000	0	8 700 000	0	2 650 000
Custos do serviço de pensões	821 114	821 114	821 114	821 114	439 065	439 065
Remuneração total (GCGC)	4 662 909	9 962 909	4 662 909	13 362 909	2 368 762	5 018 762
Remuneração total²	3 800 000	9 100 000	3 800 000	12 500 000	1 900 000	4 550 000

¹ Membro desde 1 de julho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Jürgen Fitschen ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 583 333	1 583 333	1 583 333	1 583 333	3 800 000	3 800 000
Benefícios marginais	38 937	38 937	38 937	38 937	102 016	102 016
Total	1 622 270	1 622 270	1 622 270	1 622 270	3 902 016	3 902 016
Remuneração variável	0	2 208 333	0	3 625 000	0	5 300 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	625 000	0	1 250 000	0	1 500 000
Prémios restritos em ações	0	1 583 333	0	2 375 000	0	3 800 000
Total	0	2 208 333	0	3 625 000	0	5 300 000
Custos do serviço de pensões	232 666	232 666	232 666	232 666	624 192	624 192
Remuneração total (CGGC)	1 854 936	4 063 269	1 854 936	5 479 936	4 526 208	9 826 208
Remuneração total²	1 583 333	3 791 667	1 583 333	5 208 333	3 800 000	9 100 000

¹ Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Kim Hammonds ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	0	0
Benefícios marginais	6 035	6 035	6 035	6 035	0	0
Total	1 006 035	1 006 035	1 006 035	1 006 035	0	0
Remuneração variável	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	416 667	0	833 333	0	0
Prémios restritos em ações	0	1 000 000	0	1 500 000	0	0
Total	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
Custos do serviço de pensões	270 466	270 466	270 466	270 466	0	0
Remuneração total (CGGC)	1 276 501	2 693 168	1 276 501	3 609 834	0	0
Remuneração total²	1 000 000	2 416 667	1 000 000	3 333 333	0	0

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Stuart Lewis	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	77 938	77 938	77 938	77 938	97 624	97 624
Total	2 477 938	2 477 938	2 477 938	2 477 938	2 497 624	2 497 624
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	2 400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	546 402	546 402	546 402	546 402	516 969	516 969
Remuneração total (CGGC)	3 024 340	6 424 340	3 024 340	8 624 340	3 014 593	6 414 593
Remuneração total¹	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	2 400 000	5 800 000

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	400 000	400 000
Benefícios marginais	12 905	12 905	12 905	12 905	5 226	5 226
Total	2 412 905	2 412 905	2 412 905	2 412 905	405 226	405 226
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	166 667
Prêmios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
Custos do serviço de pensões	517 352	517 352	517 352	517 352	128 506	128 506
Remuneração total (GCGC)	2 930 257	6 330 257	2 930 257	8 530 257	533 732	1 100 399
Remuneração total²	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	400 000	966 667

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	600 000	600 000	600 000	600 000	0	0
Benefícios marginais	5 239	5 239	5 239	5 239	0	0
Total	605 239	605 239	605 239	605 239	0	0
Remuneração variável	0	1 150 000	0	2 025 000	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	600 000	0	1 200 000	0	0
Prêmios restritos em ações	0	550 000	0	825 000	0	0
Total	0	1 150 000	0	2 025 000	0	0
Custos do serviço de pensões	442 672	442 672	442 672	442 672	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 047 911	2 197 911	1 047 911	3 072 911	0	0
Remuneração total²	600 000	1 750 000	600 000	2 625 000	0	0

¹ Membro desde 1 de outubro de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 100 000	1 100 000	1 100 000	1 100 000	0	0
Benefícios marginais	13 783	13 783	13 783	13 783	0	0
Total	1 113 783	1 113 783	1 113 783	1 113 783	0	0
Remuneração variável	0	2 108 333	0	3 712 500	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	1 100 000	0	2 200 000	0	0
Prêmios restritos em ações	0	1 008 333	0	1 512 500	0	0
Total	0	2 108 333	0	3 712 500	0	0
Custos do serviço de pensões	525 143	525 143	525 143	525 143	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 638 926	3 747 259	1 638 926	5 351 426	0	0
Remuneração total²	1 100 000	3 208 333	1 100 000	4 812 500	0	0

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Sylvie Matherat¹

Nicolas Moreau¹

Quintin Price¹

em euros	2016				Garth Ritchie ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015	2015
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	0	0
Benefícios marginais	110 241	110 241	110 241	110 241	0	0
Total	2 510 241	2 510 241	2 510 241	2 510 241	0	0
Remuneração variável	0	4 600 000	0	8 100 000	0	0
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	2 400 000	0	4 800 000	0	0
Prémios restritos em ações	0	2 200 000	0	3 300 000	0	0
Total	0	4 600 000	0	8 100 000	0	0
Custos do serviço de pensões	1 443 171	1 443 171	1 443 171	1 443 171	0	0
Remuneração total (GCGC)	3 953 412	8 553 412	3 953 412	12 053 412	0	0
Remuneração total²	2 400 000	7 000 000	2 400 000	10 500 000	0	0

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Karl von Rohr ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015	2015
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	400 000	400 000
Benefícios marginais	47 730	47 730	47 730	47 730	2 348	2 348
Total	2 447 730	2 447 730	2 447 730	2 447 730	402 348	402 348
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	166 667
Prémios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	566 667
Custos do serviço de pensões	546 402	546 402	546 402	546 402	131 141	131 141
Remuneração total (GCGC)	2 994 132	6 394 132	2 994 132	8 594 132	533 489	1 100 156
Remuneração total²	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	400 000	966 667

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Dr. Marcus Schenck ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015	2015
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	1 460 000	1 460 000
Benefícios marginais	23 720	23 720	23 720	23 720	38 370	38 370
Total	2 423 720	2 423 720	2 423 720	2 423 720	1 498 370	1 498 370
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 600 000	0	2 068 333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	1 000 000	0	2 000 000	0	608 333
Prémios restritos em ações	0	2 400 000	0	3 600 000	0	1 460 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	2 068 333
Custos do serviço de pensões	546 402	546 402	546 402	546 402	478 387	478 387
Remuneração total (GCGC)	2 970 122	6 370 122	2 970 122	8 570 122	1 976 757	4 045 090
Remuneração total²	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	1 460 000	3 528 333

¹ Membro desde 22 de maio de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Christian Sewing					
	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	204 758	204 758	204 758	204 758	19 471	19 471
Total	2 604 758	2 604 758	2 604 758	2 604 758	2 419 471	2 419 471
Remuneração variável	0	3 400 000	0	5 900 000	0	3 400 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	1 600 000	0	3 200 000	0	1 000 000
Prêmios restritos em ações	0	1 800 000	0	2 700 000	0	2 400 000
Total	0	3 400 000	0	5 900 000	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	984 198	984 198	984 198	984 198	559 197	599 197
Remuneração total (GCGC)	3 588 956	6 988 956	3 588 956	9 488 956	2 978 668	6 378 668
Remuneração total¹	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 300 000	2 400 000	5 800 000

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Werner Steinmüller ¹					
	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	0	0
Benefícios marginais	165 001	165 001	165 001	165 001	0	0
Total	1 165 001	1 165 001	1 165 001	1 165 001	0	0
Remuneração variável	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	416 667	0	833 333	0	0
Prêmios restritos em ações	0	1 000 000	0	1 500 000	0	0
Total	0	1 416 667	0	2 333 333	0	0
Custos do serviço de pensões	164 232	164 232	164 232	164 232	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 329 233	2 745 900	1 329 233	3 662 566	0	0
Remuneração total²	1 000 000	2 416 667	1 000 000	3 333 333	0	0

¹ Membro desde 1 de agosto de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Jeffrey Urwin ¹					
	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	0	0
Benefícios marginais	59 763	59 763	59 763	59 763	0	0
Total	2 459 763	2 459 763	2 459 763	2 459 763	0	0
Remuneração variável	0	6 100 000	0	10 800 000	0	0
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	3 300 000	0	6 600 000	0	0
Prêmios restritos em ações	0	2 800 000	0	4 200 000	0	0
Total	0	6 100 000	0	10 800 000	0	0
Custos do serviço de pensões	2 036 367	2 036 367	2 036 367	2 036 367	0	0
Remuneração total (GCGC)	4 496 130	10 596 130	4 496 130	15 296 130	0	0
Remuneração total²	2 400 000	8 500 000	2 400 000	13 200 000	0	0

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Anshuman Jain ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1 900 000	1 900 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	337 718	337 718
Total	0	0	0	0	2 237 718	2 237 718
Remuneração variável	0	0	0	0	0	2 650 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	750 000
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	1 900 000
Total	0	0	0	0	0	2 650 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	1 553 203	1 553 203
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	3 790 921	6 440 921
Remuneração total²	0	0	0	0	1 900 000	4 550 000

¹ Membro até 30 de junho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Stefan Krause ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	105 099	105 099
Total	0	0	0	0	2 505 099	2 505 099
Remuneração variável	0	0	0	0	0	3 400 000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	1 000 000
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	2 400 000
Total	0	0	0	0	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	498 908	498 908
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	3 004 007	6 404 007
Remuneração total²	0	0	0	0	2 400 000	5 800 000

¹ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2016				Dr. Stephan Leithner ¹	
	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	2015 Definido	2015 Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	2 000 000	2 000 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	72 570	72 570
Total	0	0	0	0	2 072 570	2 072 570
Remuneração variável	0	0	0	0	0	2 833 333
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	833 333
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	2 000 000
Total	0	0	0	0	0	2 833 333
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	442 033	442 033
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	2 514 603	5 347 936
Remuneração total²	0	0	0	0	2 000 000	4 833 333

¹ Membro até 31 de outubro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Rainer Neske ¹					
	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1 200 000	1 200 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	61 347	61 347
Total	0	0	0	0	1 261 347	1 261 347
Remuneração variável	0	0	0	0	0	1 700 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	500 000
Prêmios restritos em ações	0	0	0	0	0	1 200 000
Total	0	0	0	0	0	1 700 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	550 484	550 484
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	1 811 831	3 511 831
Remuneração total²	0	0	0	0	1 200 000	2 900 000

¹ Membro até 30 de junho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Henry Ritchotte ¹					
	2016				2015	
	Definido	Alvo	Min.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	0	0	0	0	382 390	382 390
Total	0	0	0	0	2 782 390	2 782 390
Remuneração variável	0	0	0	0	0	3 400 000
dos quais:						
Prêmios restritos de incentivo	0	0	0	0	0	1 000 000
Prêmios restritos em ações	0	0	0	0	0	2 400 000
Total	0	0	0	0	0	3 400 000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	502 274	502 274
Remuneração total (GCGC)	0	0	0	0	3 284 664	6 684 664
Remuneração total²	0	0	0	0	2 400 000	5 800 000

¹ Membro até 31 de dezembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos em/para os exercícios de 2016 e 2015:

Desembolsos pagos em 2016 (2015) de acordo com o GCGC

em euros	John Cryan ¹		Jürgen Fitschen ²		Kim Hammonds ³		Stuart Lewis	
	Copresidente		Copresidente					
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	3 800 000	1 900 000	1 583 333	3 800 000	1 000 000	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	41 795	29 697	38 937	102 016	6 035	0	77 938	97 624
Total	3 841 795	1 929 697	1 622 270	3 902 016	1 006 035	0	2 477 938	2 497 624
Remuneração variável	0	0	0	285 529	0	0	0	0
Prêmios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	285 529	0	0	0	0
Total	0	0	0	285 529	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	821 114	439 065	232 666	624 192	270 466	0	546 402	516 969
Remuneração total (GCGC)	4 662 909	2 368 762	1 854 936	4 811 737	1 276 501	0	3 024 340	3 014 593

¹ Membro desde 1 de julho de 2015. Libertação de 227 163,68 euros, respetivamente 17 440,59 prêmios de ações do Deutsche Bank, que foram concedidos como compensação pela perda de direitos de componentes de remuneração diferida de um antigo empregador em 2015.

² Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Sylvie Matherat ¹		Nicolas Moreau ²		Quintin Price ³		Garth Ritchie ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	2 400 000	400 000	600 000	0	1 100 000	0	2 400 000	0
Benefícios marginais	12 905	5 226	5 239	0	13 783	0	110 241	0
Total	2 412 905	405 226	605 239	0	1 113 783	0	2 510 241	0
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	517 352	128 506	442 672	0	525 143	0	1 443 171	0
Remuneração total (GCGC)	2 930 257	533 732	1 047 911	0	1 638 926	0	3 953 412	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

³ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

⁴ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

em euros	Karl von Rohr ¹		Dr. Marcus Schenck ²		Christian Sewing		Werner Steinmüller ³	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	2 400 000	400 000	2 400 000	1 460 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	0
Benefícios marginais	47 730	2 348	23 720	38 370	204 758	19 471	165 001	0
Total	2 447 730	402 348	2 423 720	1 498 370	2 604 758	2 419 471	1 165 001	0
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	546 402	131 141	546 402	478 387	984 198	559 197	164 232	0
Remuneração total (GCGC)	2 994 132	533 489	2 970 122	1 976 757	3 588 956	2 978 668	1 329 233	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Membro desde 22 de maio de 2015.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Jeffrey Urwin ¹		Anshuman Jain ²		Stefan Krause ³		Dr. Stephan Leithner ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	2 400 000	0	0	1 900 000	0	2 400 000	0	2 000 000
Benefícios marginais	59 763	0	0	337 718	0	105 099	0	72 570
Total	2 459 763	0	0	2 237 718	0	2 505 099	0	2 072 570
Remuneração variável	0	0	0	0	0	303 115	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	303 115	0	0
Total	0	0	0	0	0	303 115	0	0
Custos do serviço de pensões	2 036 367	0	0	1 553 203	0	498 908	0	442 033
Remuneração total (GCGC)	4 496 130	0	0	3 790 921	0	3 307 122	0	2 514 603

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Membro até 30 de junho de 2015.

³ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

⁴ Membro até 31 de outubro de 2015.

em euros	Rainer Neske ¹		Henry Ritchotte ²	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração fixa	0	1 200 000	0	2 400 000
Benefícios marginais	0	61 347	0	382 390
Total	0	1 261 347	0	2 782 390
Remuneração variável	0	0	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:				
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	0	550 484	0	502 274
Remuneração total (GCGC)	0	1 811 831	0	3 284 664

¹ Membro até 30 de junho de 2015.

² Membro até 31 de dezembro de 2015.

Em 2016, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda e/ou desembolso em 2016 para os membros do Conselho de Administração, Fitschen e Lewis, que ainda se encontravam a exercer no período de relato, bem como para nove antigos membros do Conselho de Administração que já tinham abandonado o Conselho de Administração antes do período de relato. Assim, a tabela acima não contém os respetivos elementos de remuneração que não foram desembolsados (ou entregues - em caso de elementos com base em ações) em 2016.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2017, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2016 foram cumpridas.

Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2016, uma remuneração no total de 26 691 178 euros (2015: 23 913 876 euros) pelo seu serviço no Conselho de Administração. Dos quais, 25 883 333 euros (2015: 22 660 000 euros) constituíram salários-base, 807 845 euros (2015: 1 253 876 euros) para benefícios marginais e 0 euros (2015: 0 euros) para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2016 e 2015, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

Remuneração de acordo com o GAS 17

em euros	John Cryan ¹ Copresidente		Jürgen Fitschen ² Copresidente		Kim Hammonds ³		Stuart Lewis	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3 800 000	1 900 000	1 583 333	3 800 000	1 000 000	0	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	41 795	29 697	38 937	102 016	6 035	0	77 938	97 624
Total	3 841 795	1 929 697	1 622 270	3 902 016	1 006 035	0	2 477 938	2 497 624

¹ Membro desde 1 de julho de 2015.

² Membro até 19 de maio de 2016/cessação de contrato a 31 de maio de 2016.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Sylvie Matherat ¹		Nicolas Moreau ²		Quintin Price ³		Garth Ritchie ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	400 000	600 000	0	1 100 000	0	2 400 000	0
Benefícios marginais	12 905	5 226	5 239	0	13 783	0	110 241	0
Total	2 412 905	405 226	605 239	0	1 113 783	0	2 510 241	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2015.

² Membro desde 1 de outubro de 2016.

³ Membro desde 1 de janeiro de 2016 até 15 de junho de 2016.

⁴ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

em euros	Karl von Rohr ¹		Dr. Marcus Schenck ²		Christian Sewing		Werner Steinmüller ³	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	400 000	2 400 000	1 460 000	2 400 000	2 400 000	1 000 000	0
Benefícios marginais	47 730	2 348	23 720	38 370	204 758	19 471	165 001	0
Total	2 447 730	402 348	2 423 720	1 498 370	2 604 758	2 419 471	1 165 001	0

¹ Membro desde 1 de novembro de 2016.

² Membro desde 22 de maio de 2015.

³ Membro desde 1 de agosto de 2016.

em euros	Jeffrey Urwin ¹		Anshuman Jain ²		Stefan Krause ³		Dr. Stephan Leithner ⁴	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	0	0	1 900 000	0	2 400 000	0	2 000 000
Benefícios marginais	59 763	0	0	337 718	0	105 099	0	72 570
Total	2 459 763	0	0	2 237 718	0	2 505 099	0	2 072 570

¹ Membro desde 1 de janeiro de 2016.

² Membro até 30 de junho de 2015.

³ Membro até 31 de outubro de 2015/cessação de contrato a 31 de dezembro de 2015.

⁴ Membro até 31 de outubro de 2015.

em euros	Rainer Neske ¹		Henry Ritchotte ²		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Remuneração						
Componentes relacionados com o desempenho						
Com incentivos de longo prazo						
Baseados em numerário						
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0
Com base em ações						
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho						
Salário-base	0	1 200 000	0	2 400 000	25 883 333	22 660 000
Benefícios marginais	0	61 347	0	382 390	807 845	1 253 876
Total	0	1 261 347	0	2 782 390	26 691 178	23 913 876

¹ Membro até 30 de junho de 2015.

² Membro até 31 de dezembro de 2015.

Em 2016, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda e/ou desembolso em 2016 para os membros do Conselho de Administração, Fitschen e Lewis, que ainda se encontravam a exercer no período de relato, bem como para nove antigos membros do Conselho de Administração que já tinham abandonado o Conselho de Administração antes do período de relato. Assim, a tabela acima não contém os Prémios Restritos de Incentivo que não foram desembolsados em 2016.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2017, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2016 foram cumpridas.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

Visão geral sobre decisões de remuneração para 2016

Remunerar os colaboradores do Banco de forma transparente e sustentável é um elemento importante para a construção de um Deutsche Bank melhor. Perante este cenário, um dos principais objetivos da nossa estratégia é coordenar melhor o sistema de recompensa com a conduta dos colaboradores e com as rentabilidades do Grupo. Para 2016, o Conselho de Administração tomou duas decisões importantes, que demonstram o compromisso do Banco em atingir esta meta.

Primeiramente, o Banco apresentou um novo enquadramento de remuneração, que foi concebido para encorajar e recompensar o desempenho sustentável em todos os níveis do Banco. Introduziu uma lógica coerente para estruturar a Remuneração total ao fornecer orientações sobre o rácio alvo dos componentes de remuneração fixa e variável, dependendo do grau de antiguidade e da divisão ou função do colaborador. A Remuneração variável (VC), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o “Componente de grupo” e o “Componente individual”. O “Componente de grupo” é concebido para associar a remuneração variável do colaborador de forma direta e transparente aos resultados e êxitos do Banco na consecução das metas estratégicas, enquanto o “Componente individual” está associado ao desempenho individual e da divisão numa base discricionária.

Em segundo lugar, o Conselho de Administração decidiu atribuir apenas um montante de remuneração variável limitado à luz dos resultados para 2016. Durante o ano de 2016, o Banco mostrou uma grande resiliência, nomeadamente devido ao trabalho árduo e à dedicação dos seus colaboradores. Neste contexto, o Banco também conseguiu fazer progressos significativos para a concretização dos seus objetivos estratégicos, resolvendo questões essenciais e reestruturando o Banco. Embora o Banco tenha feito estes progressos, para tomar a decisão sobre a remuneração também foi necessário reconhecer que 2016 foi um ano difícil para o Banco de um modo geral. O Conselho de Administração está consciente de que há ainda algum caminho a percorrer no sentido de tornar o Banco mais forte e novamente rentável. Adicionalmente, nas decisões sobre a remuneração variável para 2016 foi necessário ter em conta o impacto financeiro da resolução de questões essenciais, bem como o desempenho financeiro resultante do Banco. Por conseguinte, o Conselho de Administração decidiu que uma limitação substancial do montante de remuneração variável para 2016 seria inevitável para refletir os resultados financeiros e para equilibrar adequadamente os interesses dos acionistas e dos colaboradores. Isto é especialmente verdade num momento em que muitos postos de trabalho estão a ser eliminados e os acionistas estão a receber apenas um dividendo anual. Perante este cenário, os colaboradores sénior do Banco (títulos corporativos de “Vice-presidente”, um “Diretor” e “Diretor executivo”) receberam um “Componente de grupo”, mas não um “Componente individual” para o exercício de 2016. Esta decisão foi o principal fator a causar um montante global de remuneração variável para 2016 de 0,5 mil milhões de euros, representando uma diminuição de aproximadamente 77% face a 2015.

Embora o Conselho de Administração tenha reconhecido plenamente as restrições adicionais que esta decisão acarreta para os colaboradores, também acredita acerrimamente que esta decisão é do melhor interesse do Banco a longo prazo e que é essencial para construir um Deutsche Bank mais bem-sucedido. Para realçar isto, o Conselho de Administração decidiu voluntariamente renunciar à sua remuneração variável para o exercício de 2016.

Um número limitado de colaboradores em cargos cruciais para a continuação do sucesso do Banco recebeu “Prémios de fidelidade” como incentivo especial a longo prazo no início de 2017, em grande parte sob a forma de ações. Este incentivo é plenamente diferido por um período de até cinco anos, acrescido de um período de retenção adicional de doze meses.

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do Grupo do Banco. O Banco tenta estar na linha da frente das mudanças regulamentares no que se refere à remuneração e continuará a trabalhar estreitamente com o seu supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (“BCE”), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito aos requisitos CRD IV globalmente, conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e o *Institutsvergütungsverordnung* (InstVV). O Banco adotou as regras para todas as subsidiárias e agências a nível mundial, na medida necessária de acordo com o artigo 27.º do InstVV. O Banco também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (“Colaboradores que correm riscos materiais” ou “MRT”) em conformidade com critérios estipulados sob o Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014 de 4 de março de 2014. Os colaboradores que correm riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e também ao nível de uma única entidade jurídica para instituições significativas no âmbito do artigo 17.º do InstVV.

Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Banco está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere aos componentes de remuneração fixa e variável, que poderá ser aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas. Na Assembleia-Geral Anual do Banco em 22 de maio de 2014 e de acordo com o artigo 25.º-A, n.º 5, da lei bancária alemã, foi concedida aprovação dos acionistas para aumentar o rácio para 1:2 com uma taxa de aprovação de 95,27%. Com vista a enfatizar a percentagem fixa de remuneração para colaboradores de funções de controlo, o Banco determinou que os indivíduos no âmbito de funções de controlo acionista, conforme definido no Quadro de controlo interno do Banco, permanecem sujeitos a um rácio de 1:1.

Como resultado de legislação específica do setor e em conformidade com o InstVV, algumas subsidiárias de gestão de ativos recaem no âmbito da “Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos” (“DGFIA”) ou da Diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (“OICVM”) e estão sujeitas às respetivas disposições de remuneração. Uma diferença notável para a CRD IV e respetiva implementação na lei alemã é o facto de as pessoas que correm riscos na DGFIA/OICVM não serem sujeitas ao rácio de remuneração fixa e variável estipulado na CRD IV. O Banco identifica colaboradores que correm riscos materiais em subsidiárias reguladas pela DGFIA/OICVM em conformidade com a regulamentação respetiva e aplica as disposições de remuneração para colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV e também da DGFIA/OICVM, exceto para o rácio de 1:2 no que se refere aos componentes fixos e variáveis.

O Banco também está ciente das diretrizes no âmbito da “Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros” (DMIF) direcionada para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do Banco. A MaComp Circular publicada em janeiro de 2014 pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha realça aspetos de remuneração da DMIF e requer a implementação de uma política de remuneração específica que aborde os requisitos gerais, uma análise dos planos de remuneração e identificação de populações de colaboradores considerados “Pessoas relevantes”. Todos os requisitos do InstVV se aplicam a esta população na mesma medida.

O Banco cumpre também os requisitos relativos aos acordos de remuneração incluídos na regulamentação definitiva, que implementa o artigo 619.º da Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores globalmente (a “Regra Volcker”).

Além do acima disposto, o Banco está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados por determinados órgãos reguladores locais. Embora muitos destes requisitos estejam em sintonia com o InstVV, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com os órgãos reguladores permitiram ao Banco cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração global geral do Banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de “Colaboradores cobertos” nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, o Banco aplica globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

O Banco continuará a monitorizar de perto o contexto regulamentar. Para 2017, o Banco acredita que o impacto mais significativo resultará da adoção do novo InstVV pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha. Uma análise exaustiva mostra que o sistema de remuneração do Banco já está em grande parte em consonância com as novas disposições. No entanto, haverá algumas alterações consideráveis no sistema de remuneração, como a introdução das denominadas disposições de recuperação (*clawback*).

Governo das remunerações

O Banco estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC) e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

Estrutura de governo dos prémios



¹ As tarefas relevantes são desempenhadas pelo SECC em nome do Conselho de Administração

Comité de Controlo de Remunerações

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC em conformidade com o artigo 25.º-D, n.º 12 da lei bancária alemã. É composto pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três outros membros do Conselho de Fiscalização, dois de entre os representantes dos colaboradores, e tiveram doze reuniões no exercício de 2016, quatro das quais reuniões conjuntas com o Comité de Risco e uma reunião conjunta com o Comité do Presidente.

As responsabilidades do CCC incluem apoiar o Conselho de Fiscalização no estabelecimento e monitorização da estrutura adequada do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Adicionalmente, o CCC monitoriza a estrutura adequada do sistema de remuneração para os colaboradores, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e pelo Comité Executivo Sénior de Remuneração. O CCC verifica regularmente se o montante total de RV é adequado e se está em conformidade com o InstVV.

O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

Responsável pelas remunerações

De acordo com o artigo 23.º do InstVV, o Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um Responsável de remuneração. O Responsável de remuneração apoia o Conselho de Fiscalização e o CCC no desempe-

nho das suas funções no que diz respeito aos sistemas de remuneração e coopera de perto com o Presidente do CCC. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente.

Comité Executivo Sénior de Remuneração

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração e a política de remuneração do Grupo. O SECC também utiliza fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2016, o SECC é composto pelo diretor administrativo e diretor financeiro, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (todos membros do Conselho de Administração), pelo diretor global dos recursos humanos e um representante financeiro adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e um dos codiretores globais de gestão e recompensa de desempenho de RH eram membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 13 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2016.

Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que o seu sistema de remunerações desempenha um papel vital no apoio dos objetivos estratégicos. Permite ao Banco atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do Banco. Encoraja também os funcionários a alcançar a plenitude do seu potencial. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com os objetivos estratégicos do Grupo e com os seus valores e convicções corporativos.

Cinco objetivos fundamentais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária global centrada no cliente do Banco, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de países
- Apoiar o desempenho e desenvolvimento sustentável a longo prazo do Banco e estratégia de risco correspondente
- Promover e apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras, através de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade sustentável com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Aplicar e promover os valores corporativos do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

Princípios de remuneração fundamentais

- Alinhar a remuneração com os interesses dos acionistas e rentabilidade ao nível do banco sustentada, tendo em conta o risco
- Maximizar o desempenho sustentável, ao nível dos colaboradores e do banco
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar a remuneração para refletir diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares

A política de remuneração do Grupo é um documento interno destinado a informar e educar os colaboradores quanto à estratégia de remuneração, estruturas e processos de governo do Banco, bem como quanto às práticas e estruturas

de remuneração. Em conjunto, a estratégia de remuneração do Grupo e a política de remuneração do Grupo proporcionam uma ligação clara e documentada entre as práticas de remuneração e a estratégia mais vasta do Grupo. Ambos os documentos foram publicados no site de intranet do Banco e estão disponíveis para todos os colaboradores.

Estrutura de remuneração total

Como parte da estratégia de remuneração, o Banco emprega a denominada “Filosofia de remuneração total”, que consiste em pagamentos fixos e remunerações variáveis. A remuneração total confere uma base equitativa para diferenciar resultados de níveis de pagamento, reforçando simultaneamente a estratégia global do Banco no âmbito de um quadro de governação e gestão do risco sólido, tendo devida consideração pelos fatores de mercado e requisitos regulamentares.

Em 2016, o Banco apresentou um novo enquadramento de remuneração para alinhar ainda mais estreitamente a remuneração dos colaboradores com os objetivos estratégicos e comerciais do Banco, reduzindo simultaneamente a complexidade. O novo enquadramento de remuneração também coloca uma ênfase mais forte no pagamento fixo sobre as remunerações variáveis e visa assegurar que estes componentes estão adequadamente equilibrados.

A remuneração fixa é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. Desempenha um papel essencial para permitir ao Banco o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos colaboradores, a remuneração fixa constitui o principal componente de remuneração e a parte de remuneração fixa dentro da remuneração total é muito superior a 50%. Isto é apropriado para muitos negócios e continuará a ser uma característica significativa da remuneração total a manter.

A remuneração variável tem a vantagem de permitir a diferenciação do desempenho individual e de incentivar o comportamento, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. Ao abrigo do novo enquadramento de remuneração, a remuneração variável é geralmente composta por dois elementos: o “componente de grupo” e o “componente individual”.

Em particular, um dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração é reforçar a associação entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para tal, o Conselho de Administração decidiu alinhar o “componente de grupo” de modo direto e compreensível para os colaboradores com as conquistas do Banco no que diz respeito à consecução dos objetivos estratégicos. Para avaliar o progresso dos objetivos estratégicos, o Conselho de Administração decidiu utilizar quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) que constituem indicadores importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do Banco: rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (fully loaded), rácio de alavancagem, base de custo ajustada (sem o Postbank e a NCOU) e rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI são relevantes para os órgãos reguladores, os investidores e outras partes interessadas externas, uma vez que mostram o progresso da implementação da estratégia e, deste modo, reconhecem que cada colaborador contribui para o êxito do Banco.

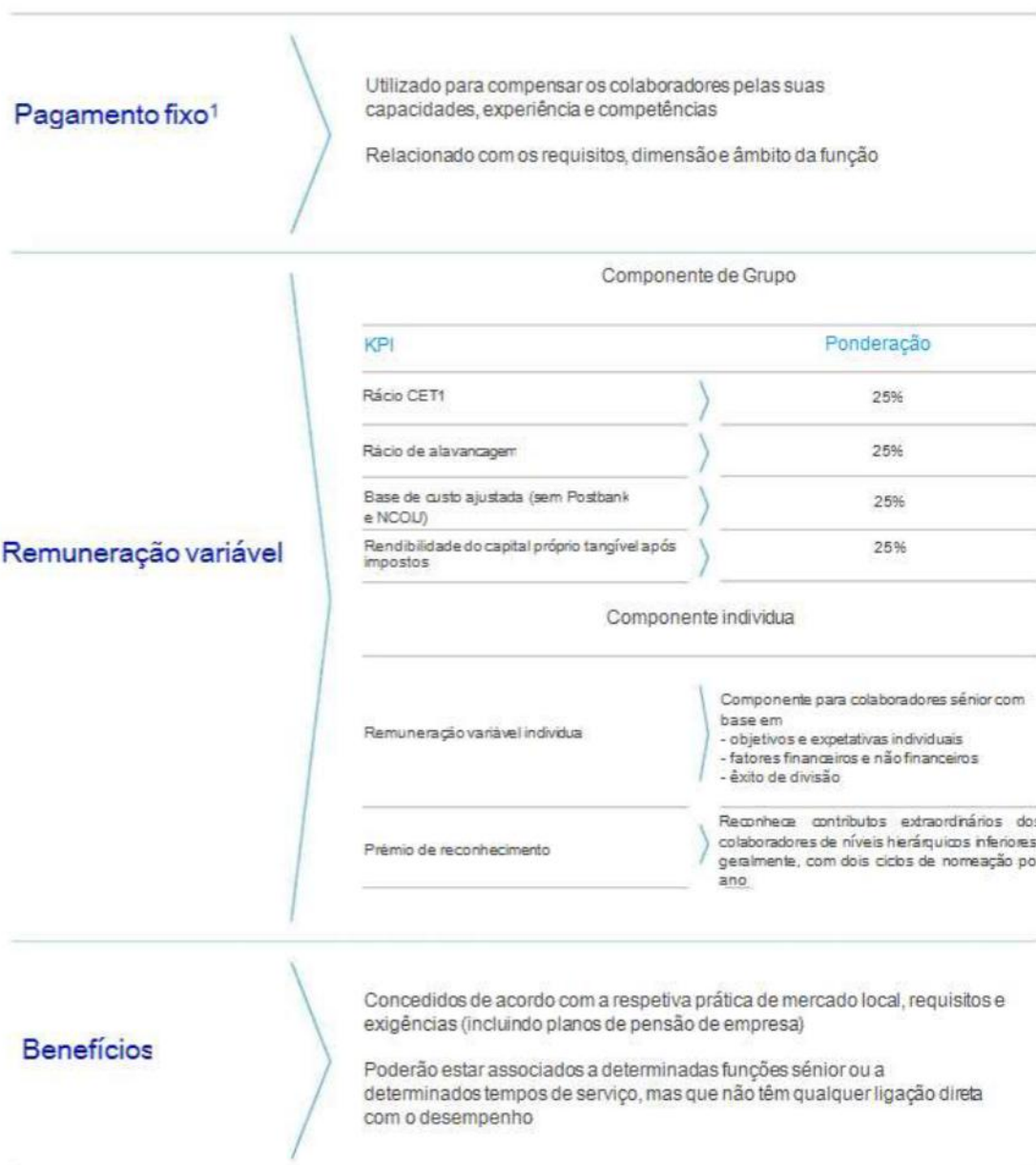
Em função da elegibilidade, o “componente individual” é atribuído na forma de remuneração variável individual ou de prémio de reconhecimento.

Enquanto o “componente de grupo” está associado ao desempenho do Grupo, a remuneração variável individual tem em consideração vários fatores financeiros e não financeiros. Estes incluem o desempenho da divisão aplicável, a conduta e o desempenho individual do colaborador, as relatividades dentro do grupo de pares do colaborador e as contrapartidas de fidelização.

O programa de prémio de reconhecimento destina-se a colaboradores não pautais nos níveis hierárquicos inferiores. Proporciona uma oportunidade de reconhecer e de premiar contributos extraordinários da população-alvo de modo transparente e oportuno. Em geral, existem dois ciclos de nomeações por ano.

Ao abrigo do novo enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente.

Visão geral dos elementos de remuneração



¹ A remuneração fixa poderá incluir um suplemento adicional à remuneração fixa, subsídios regionais ou outros subsídios ou elementos não salariais, sempre que aplicável.

Determinação da remuneração variável – Metodologia

O Banco tem implementada uma metodologia robusta, destinada a garantir que a determinação da remuneração variável reflete o desempenho ajustado ao risco, bem como a posição de capital do Banco e das respetivas divisões. O montante de RV do Grupo é motivado principalmente pela (i) acessibilidade do Grupo (ou seja, o que “pode” o Banco atribuir de acordo com os requisitos regulamentares) e pela (ii) estratégia do Grupo (o que “deve” o Banco atribuir de modo a proporcionar uma remuneração adequada ao mesmo tempo que protege a saúde de longo prazo da franquia). Em 2016, o Banco reviu a metodologia para refletir o novo enquadramento de remuneração e os respetivos elementos de remuneração.

Determinação da remuneração variável

Parâmetro	Descrição
Avaliação da acessibilidade do Grupo	A acessibilidade do Grupo é avaliada, como primeiro passo, para determinar se o Banco está em posição de atribuir a RV. Inclui realizar o denominado “Teste de resultados líquidos” e rever o resultado no contexto dos parâmetros de acessibilidade do Grupo definidos. Os parâmetros de acessibilidade utilizados estão totalmente alinhados com o Quadro de apetência pelo risco do Banco e incluem: rácio CET 1, rácio de adequação do capital económico, rácio de alavancagem, posição de liquidez líquida em esforço e rácio de cobertura de liquidez. O montante de RV do Grupo é considerado como sendo acessível se alinhado com estes parâmetros essenciais e se consistente com o cumprimento projetado dos objetivos estratégicos e regulamentares futuros.
Componente do Grupo	O Componente do Grupo alinha uma parte da remuneração de todos os colaboradores com o desempenho do banco face às metas estratégicas. O Componente do Grupo é determinado com base no desempenho de quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) igualmente ponderados: rácio CET 1 (fully loaded), rácio de alavancagem, base de custo ajustada (sem Postbank e NCOU) e rentabilidade do capital próprio tangível após impostos. Estes quatro KPI representam métricas importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do Banco e fornecem uma boa indicação do desempenho sustentável do banco.
RV individual	O Banco referencia um conjunto de considerações como parte da metodologia de determinação de RV individuais. Para as Divisões, o ponto de partida de qualquer determinação dos montantes é o desempenho financeiro. Este é avaliado no contexto das metas das divisões e apropriadamente ajustado ao risco, referenciando, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Banco pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestruturas, a avaliação de desempenho é baseada na consecução de metas de controlo e desempenho de custos. Embora os montantes de RV de infraestrutura estejam dependentes do desempenho global do Banco, não estão dependentes do desempenho da divisão que supervisionam, alinhados com os requisitos regulamentares. Além disso, o Banco retém a capacidade de ajustar o montante total de RV individuais com base numa decisão discricionária com a devida consideração pelos fatores quantitativos e qualitativos, incluindo fatores qualitativos estratégicos, como, por ex., progresso nos objetivos estratégicos, equilíbrio da proteção dos colaboradores e retorno dos acionistas, importância estratégica da divisão para o Grupo, necessidades da estratégia empresarial futura, tal como proteção e crescimento da franquia, desempenho relativo vs. posição/tendências de mercado e pares.
Prémio de reconhecimento	O objetivo do Prémio de reconhecimento é reconhecer contributos extraordinários dos colaboradores de níveis hierárquicos inferiores do Banco. A dimensão do programa de prémio de reconhecimento está diretamente associada a uma percentagem definida do pagamento fixo para a população de colaboradores no âmbito e é geralmente paga duas vezes por ano.

Decisões de remuneração para 2016

Tendo em conta o atual ambiente operacional, o Conselho de Administração decidiu que um montante de remuneração variável limitada para 2016 é do melhor interesse a longo prazo da franquia e é necessário para equilibrar adequadamente os interesses dos acionistas e dos colaboradores.

Em específico, o Conselho de Administração decidiu que os colaboradores seniores do Banco (com os títulos corporativos de “Vice-presidente”, “Diretor” e “Diretor executivo”) receberiam apenas um “componente de grupo” e nenhum “componente individual”. Para proteger os colaboradores com menor senioridade, os colaboradores até ao nível de “Vice-presidente assistente” não elegíveis para um prémio de reconhecimento continuaram a ser elegíveis para uma remuneração variável individual limitada. Pelo mesmo motivo, existiram, conforme planeado, dois ciclos de nomeações para os prémios de reconhecimento no exercício de 2016. Além disso, foram celebrados acordos contratuais vinculativos, como bónus abrangidos por contratos de trabalho coletivos. As subsidiárias que ainda não introduziram o novo enquadramento de remuneração em 2016, atribuíram apenas montantes de remuneração variável limitada. Os respetivos montantes de remuneração variável foram, em seguida, distribuídos de acordo com os enquadramentos relevantes.

O “componente de grupo” foi atribuído a todos os colaboradores elegíveis de acordo com a avaliação dos quatro KPI definidos, conforme descrito nas páginas anteriores. Com base nos sólidos progressos ao longo de 2016 para a melhoria de três dos quatro KPI no que diz respeito aos objetivos públicos do Banco, o Conselho de Administração determinou uma taxa de cumprimento dos objetivos de 50%. Essa taxa constituiu a base para determinar o pagamento do “componente de grupo” específico dos colaboradores.

No total, essas decisões resultaram num montante de remuneração variável global para 2016 de 0,5 mil milhões de euros, que representa uma diminuição de aproximadamente 77% face à remuneração variável para o ano de 2015, atribuída em março de 2016.

Em comparação com 2015, a remuneração fixa para 2016 aumentou ligeiramente cerca de 3%, de 8,1 mil milhões de euros para 8,3 mil milhões de euros. O principal motivo para esse aumento consistiu num reequilíbrio dos elementos de remuneração fixa e variável no contexto da introdução do novo enquadramento de remuneração.

Além disso, no início de 2017, vários colaboradores em cargos fundamentais para um maior êxito do Banco receberam os chamados “prémios de fidelidade” como um incentivo de longo prazo especial, parcialmente na forma de ações, totalmente diferido por um prazo máximo de cinco anos e com um período de carência adicional de doze meses. Esse incentivo não visa compensar os beneficiários pelo seu desempenho em 2016, não sendo, por conseguinte, parte integrante da remuneração de 2016. Foi atribuído para fomentar a fidelidade dos beneficiários. Poderá encontrar informações adicionais no capítulo “Programa de prémios de fidelidade para 2017”.

Taxas de remuneração variável e de diferimento



Despesas com remuneração para 2016

	2016							2015	
em milhões de euros (salvo indicação em contrário) ¹	GM	CIB	PW&CC	Deutsche AM	NCOU	Funções de controlo independentes ²	Funções corporativas ³	Total – Grupo ⁴	Total – Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) no fim do período	4 737	7 116	24 514	2 547	116	6 084	36 518	99 744	101 104
Remuneração total	1 203	1 208	1 826	400	28	622	2 534	8 887	10 528
dos quais:									
Fixa	1 054	1 068	1 739	356	26	598	2 435	8 341	8 122
Variável	149	140	87	44	2	24	99	546	2 406

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² De acordo com as diretrizes regulamentares, as "funções de controlo independentes" para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Diretora Regulamentar e da Auditoria do Grupo. A nível interno, o Banco identificou funções de infraestrutura adicionais como "funções de controlo independente" às quais o Banco aplica também o rácio da remuneração fixa e variável de 1:1.

³ As "funções corporativas" incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes para efeitos desta tabela.

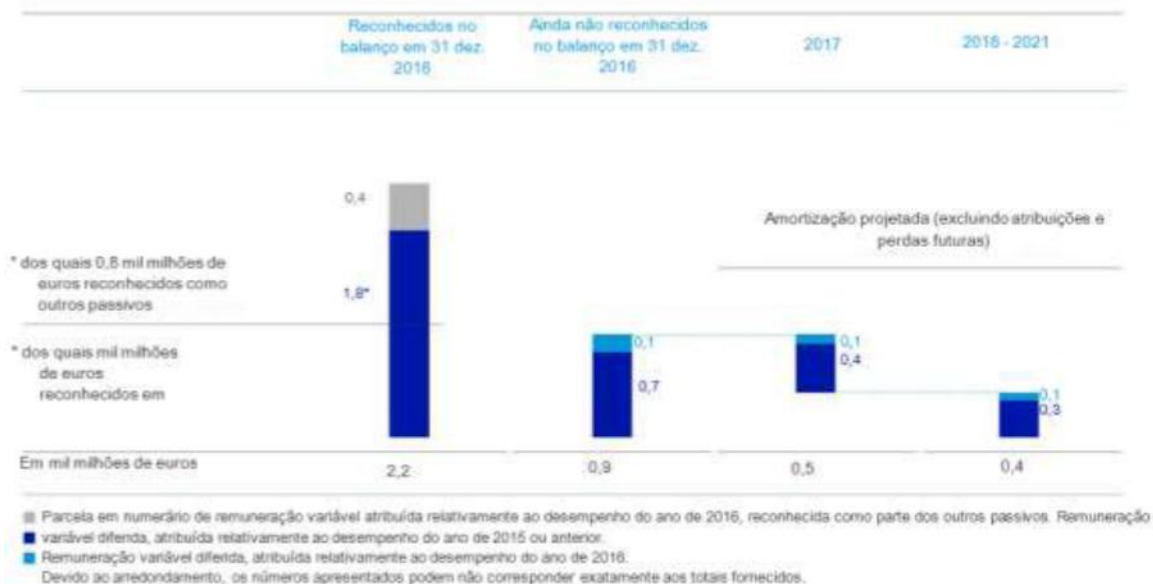
⁴ Além da informação incluída no nível da divisão, o Total – Grupo para 2016 inclui também colaboradores do Grupo Postbank (18 112 colaboradores) e montantes da remuneração fixa total do Postbank (1065 milhões de euros). A remuneração variável atribuída pelo Grupo Postbank não está incluída no montante variável acima referido. Para o Grupo Postbank, prevê-se um montante total de remuneração variável de 85,6 milhões de euros.

Reconhecimento e amortização da remuneração variável

Em 31 de dezembro de 2016, incluindo prémios atribuídos no início de março de 2017 para o exercício de 2016, os custos com remuneração variável diferida não amortizada eram de aproximadamente 0,9 mil milhões de euros. O gráfico seguinte apresenta o montante de remuneração variável reconhecido no balanço de 2016 e a amortização futura projetada de remuneração variável pendente nos próximos exercícios (exclui atribuições e perdas futuras).

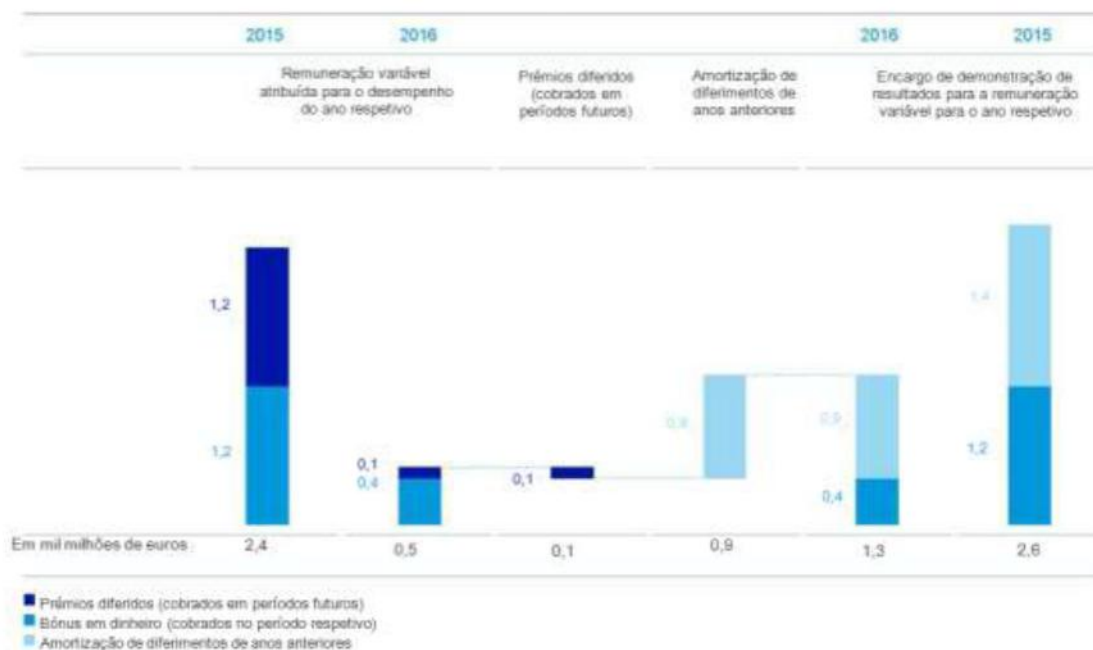
Remuneração variável

Reconhecimento em 31 de dezembro de 2016 e amortização projetada de compensação diferida atribuída.



Da remuneração variável para 2016, 0,4 mil milhões de euros são debitados na demonstração de resultados para 2016 e 0,1 mil milhões de euros serão debitados nos anos futuros. Para além disso, a demonstração de resultados para 2016 foi cobrada com uma remuneração variável de 0,9 mil milhões de euros decorrente de diferimentos dos anos anteriores.

Reconciliação entre a amortização da remuneração variável e o montante imputado aos resultados



Estruturas e veículos de remuneração variável

As estruturas de remuneração do Banco não visam fornecer qualquer incentivo para participar numa tomada de risco em excesso. Estas destinam-se a garantir que o alinhamento da remuneração variável com o desempenho sustentável do Grupo aumenta com o nível de responsabilidade e o montante global da remuneração atribuída. Neste contexto, o Banco continua a acreditar que a utilização de ações ou instrumentos baseados em ações para efeitos de remuneração é um modo eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho a longo prazo do Banco e os interesses dos acionistas. Através da utilização de ações do Deutsche Bank, o valor da remuneração individual está associado à cotação das ações do Banco ao longo do período de aquisição de direitos e do período de carência, se aplicável, estando, por conseguinte, vinculado ao desempenho a longo prazo do Banco.

Tal como nos anos anteriores, o Banco decidiu ultrapassar determinadas restrições regulamentares no que diz respeito à remuneração variável, o que significa que o Banco está a implementar estruturas e restrições mais exigentes do que determinados requisitos regulamentares. 40% da remuneração variável (60% para Diretores Executivos) para colaboradores que correm riscos materiais é diferida por um período de quatro anos num calendário de aquisição de direitos *pro rata*. Além disso, o Banco identificou o chamado “quadro de liderança sénior” composto pelos colaboradores com maior senioridade do Banco, que são os influenciadores e administradores importantes da saúde e do desempenho a longo prazo do Banco. De modo a permitir um maior alinhamento da remuneração deste grupo com um desempenho sustentado do Banco, os respetivos prémios diferidos em ações estão sujeitos a um período de aquisição imediata de direitos (*cliff-vesting*) de quatro anos e meio. No que diz respeito aos Diretores Executivos, a taxa de diferimento é de 60%.

Todos os colaboradores que correm riscos materiais recebem os respetivos prémios diferidos em 50% de ações restritas e em 50% de numerário restrito. Além disso, 50% do prémio inicial de remuneração variável é também atribuído em ações. Todos os prémios em ações para colaboradores que correm riscos materiais estão sujeitos a um período de carência adicional após a aquisição de direitos de cada tranche, durante o qual os colaboradores não podem vender as suas ações. De acordo com as orientações respetivas fornecidas pelo BaFin, estes requisitos não se aplicam a colaboradores que correm riscos materiais cuja remuneração variável seja inferior a 50 000 euros. Devido ao montante de remuneração variável limitada para 2016, 1947 colaboradores que correm riscos materiais estavam abaixo desse limiar e, por conseguinte, receberam o prémio de remuneração variável integralmente em numerário.

O Banco optou por aplicar as estruturas de remuneração de colaboradores que correm riscos materiais consistentemente a todos os outros colaboradores seniores (com os títulos corporativos de “Vice-presidente”, “Diretor” e “Diretor executivo”) não identificados como colaboradores que correm riscos materiais, à exceção da parcela inicial de remuneração variável que é atribuída 100% em numerário. As parcelas de ações diferidas também não estão sujeitas a um período de carência adicional.

Visão geral da estrutura de prémios

Award Type	Weighting	Proportion	Deferral Period	Retention Period
Upfront Compensation	60% of VC ¹	50% cash (Cash Bonus) ²	N/A	N/A
		50% equity (Equity Upfront Award (“EUA”)) ²	N/A	12 months ³
Deferred Compensation	40% of VC ¹	50% cash (Restricted Incentive Award (“RIA”))	Pro rata over 4 years	N/A
		50% equity (Restricted Equity Award (“REA”))	Pro rata over 4 years; 4.5 year cliff vesting for SLC	6 months ³

N/A – Não aplicável.

¹ 40% de diferimento para prémios \geq 50 000 euros (60% para Diretores Executivos e quadro de liderança sénior); os colaboradores com uma remuneração variável < 50 000 euros recebem 100% em numerário.

² Os colaboradores que não correm riscos materiais recebem 100% da respetiva remuneração inicial em numerário.

³ Aplicável apenas a colaboradores que correm riscos materiais.

Ajustamento *ex post* de risco da remuneração variável

As condições de desempenho e perda de direitos são elementos-chave das estruturas de remuneração diferida do Banco e suportam o alinhamento dos prémios com conduta e desempenho de colaboradores futuros ao mesmo tempo que também permitem testes *a posteriori* da avaliação de desempenho inicial. Embora todos os prémios diferidos estejam sujeitos a várias condições de desempenho e perdas de direitos, a aplicabilidade específica depende do componente do prémio, da divisão dos colaboradores e de qualquer identificação como um colaborador que corre riscos materiais. A seguir poderá encontrar uma visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos.

Visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos da remuneração variável

Provisão	Descrição	Perda
Rácio CET 1 do Grupo	Se, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos e entrega, o rácio CET 1 do Grupo for inferior a um determinado limiar	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (100% de todos os prémios iniciais em ações não entregues) ¹
IBIT do Grupo negativo	Se o Conselho de Administração determinar que, antes da entrega, o IBIT do Grupo é negativo	A próxima tranche do prémio diferido baseado em ações a entregar (também se aplica ao prémio diferido baseado em numerário de MRT) ²
IBIT de divisão negativo	Se o Conselho de Administração determinar, antes da entrega, o IBIT da divisão é negativo	A próxima tranche do prémio diferido a entregar (aplica-se apenas a MRT em Divisões, excluindo MRT de NCOU) ²
Imparidades	Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão, ou se uma operação, negociação ou transação atribuível a um colaborador tiver um efeito adverso significativo	Até 100% dos prémios não entregues
Violação de política/violação regulamentar	Em caso de violação de uma política interna ou procedimento ou violação de legislação ou regulamento aplicável	Até 100% dos prémios não entregues
Falha de controlo de material	Se ocorrer uma falha de controlo de material, que seja considerada como atribuível ao colaborador	Até 100% dos prémios não entregues
Requisitos regulamentares	Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor	Até 100% dos prémios não entregues

¹ Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (*cliff-vesting*), o prémio total caducará caso, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou liquidação, o rácio CET 1 do Grupo seja inferior ao limiar.

² Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (*cliff-vesting*), uma determinada parcela do prémio (20% para REA do quadro de liderança sénior) caducará no prazo de um ano, se o IBIT for negativo para esse ano.

No que diz respeito a prémios diferidos de exercícios anteriores planeados para serem atribuídos no primeiro trimestre de 2017, o Conselho de Administração confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo e da divisão para o exercício de 2016 foram cumpridas.

Programa de prémios de fidelidade para 2017

Um incentivo de longo prazo especial (“prémio de fidelidade”) foi atribuído a um número limitado de colaboradores no início de 2017. Para atenuar os riscos de fidelização e proteger a franquia, o Conselho de Administração decidiu atribuir prémios de fidelidade aos colaboradores que são os contribuidores-chave para o êxito futuro do Banco, que estão em funções fundamentais, com elevada procura no mercado e extremamente difíceis de substituir.

Esses prémios de fidelidade não visam compensar os beneficiários pelo seu desempenho em 2016, não sendo, por conseguinte, parte integrante da remuneração de 2016. Os prémios foram atribuídos para fomentar a fidelidade dos beneficiários. Por oposição à remuneração variável anual, os prémios são 100% diferidos, sem quaisquer elementos iniciais de remuneração, 50% na forma de ações e 50% em numerário. Os prémios são diferidos por um período de três a cinco anos e estão sujeitos às mesmas medidas de ajustamento *ex-post* ao risco descritas na página anterior. Assim, a data de pagamento mais próxima de partes desses prémios é o início de 2018 para colaboradores que não assumem riscos materiais e 2020 para colaboradores que assumem riscos materiais, respetivamente. As parcelas de ações para colaboradores que assumem riscos materiais estão sujeitas a um período de carência adicional, o que significa que as respetivas parcelas de prémios são apenas atribuídas após um período máximo de seis anos. Para beneficiarem desses prémios, os beneficiários do prémio de fidelidade têm de permanecer no Deutsche Bank. No caso de irem trabalhar para um concorrente, qualquer parcela não atribuída de um prémio caducará.

Em geral, os prémios de fidelidade foram atribuídos a 5522 colaboradores ou aproximadamente 5% dos funcionários globais do Deutsche Bank. 554 milhões de euros foram atribuídos em numerário diferido, por um período de três a cinco anos, e 554 milhões de euros foram atribuídos em ações diferidas. De modo a permitir um maior alinhamento dos prémios com a saúde a longo prazo do Banco e os interesses dos acionistas, esta parcela de ações não será obtida, o que significa que essa parcela expirará, caso a cotação das ações do Banco não atinja uma determinada cotação-alvo. Se a cotação-alvo das ações for atingida, a parcela de ações é paga após três anos no caso dos colaboradores que não assumem riscos materiais e após cinco a seis anos no caso dos colaboradores que assumem riscos materiais.

Visão geral da estrutura dos prémios de fidelidade

População	Ponderação	Proporção	Período de diferimento	Período de retenção
Colaboradores que correm riscos materiais	100% diferida	50% de numerário (RIA)	50% no ano 4, 50% no ano 5	N/A
		50% de ações (REA)	50% no ano 4, 50% no ano 5	12 meses
Colaboradores que não assumem	100% diferida	50% de numerário (RIA)	Aquisição de direitos pro rata de 3 anos com tranches anuais	N/A
		50% de ações (REA)	Aquisição imediata de direitos (<i>cliff-vesting</i>) após 3 anos	N/A

N/A – Não aplicável.

Divulgação da remuneração nos termos do artigo 16.º do InstVV e art. 450.º do CRR.

Globalmente, 3056 colaboradores foram identificados como colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV para o exercício de 2016. Os elementos de remuneração coletivos para os colaboradores que correm riscos materiais do InstVV são detalhados nas tabelas abaixo de acordo com o artigo 16.º do InstVV e art. 450.º do CRR.

Remuneração agregada para colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV

em milhões de euros (salvo indicação em contrário) ¹	Unidades de negócio								2016	2015
	Direção ²	GM	CIB	PW&CC	Deutsche AM	Funções de controlo independentes ³	Funções corporativas ⁴	Total - Grupo	Total - Grupo	
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	203	1 098	784	314	202	24	153	278	3 056	3 005
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	202	1 095	783	313	201	24	153	276	3 047	2 997
Pagamento total	187	585	427	148	104	13	58	127	1 648	2 670
Remuneração fixa total	164	515	381	117	77	12	53	118	1 438	1 423
Remuneração variável total para o período	23	70	45	31	27	1	4	9	210	1 246
dos quais:										
em numerário	12	46	30	21	13	1	4	7	134	498
em ações	11	24	16	10	9	0	1	1	71	745
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	5	0	0	0	5	3
Remuneração variável total para o período, diferida	14	32	19	18	21	0	1	1	106	904
dos quais:										
em numerário	7	16	9	9	8	0	0	1	51	317
em ações	7	16	9	9	8	0	0	1	51	587
noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	5	0	0	0	5	0
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iii) do CRR em conjunto com o artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (iv) do CRR relativo à remuneração variável diferida dos anos anteriores e relativo a ajustes explícitos ao risco										
Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício que foi diferido nos anos anteriores	382	810	613	152	135	22	32	173	2 318	2 283
dos quais:										
adquiridos	114	395	292	67	54	10	14	64	1 009	1 058
não adquiridos	268	415	321	85	81	13	18	109	1 309	1 225
Remuneração variável diferida atribuída, paga ou reduzida durante o período										
atribuída durante o período	154	399	325	101	83	9	20	69	1 160	1 131
paga durante o período	85	275	204	42	58	7	10	45	725	1 137
reduzida através de ajustes explícitos ao risco									13	26
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), ponto (v) do CRR relativo a bónus de contratação										
Número de beneficiários da remuneração variável garantida (bónus de contratação)	7	15	10	2	1	0	4	3	42	94
Montante total da remuneração variável atribuída (bónus de contratação)	21	19	19	1	0	0	1	0	61	66
Artigo 450.º, n.º 1, alínea h), pontos (v) e (vi) do CRR relativo a pagamentos por cessação de funções										
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos	0	12	7	6	6	0	5	6	42	38
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos por total/equivalentes a tempo inteiro	0	48	24	6	19	1	4	12	114	70
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo									4	5

¹ Os montantes poderão incluir diferenças de arredondamento.

² Refere-se a membros do Conselho de Administração e Diretores Executivos de instituições importantes nos termos da Secção 17.º do InstVV e a membros do Quadro de Liderança Sénior. Os membros do Conselho de Fiscalização/Diretores Não Executivos estão também incluídos no total (dos quais 47) e em equivalentes a tempo inteiro (dos quais 46) da "Direção", mas não noutras linhas, dado que recebem elementos de remuneração não variável para essas atividades e os respetivos elementos de remuneração fixa não são significativos.

³ De acordo com as diretrizes regulamentares, as “funções de controlo independentes” para efeitos desta tabela incluem as áreas do Diretor de Risco, da Diretora Regulamentar e da Auditoria do Grupo. A nível interno, o Banco identificou mais funções de infraestrutura como “funções de controlo independente” às quais o Banco aplica também o rácio da remuneração fixa e variável de 1:1.

⁴ As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo independentes para efeitos desta tabela.

Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2016
	Número de colaboradores
Pagamento total	
1 000 000 a 1 499 999	183
1 500 000 a 1 999 999	62
2 000 000 a 2 499 999	36
2 500 000 a 2 999 999	15
3 000 000 a 3 499 999	14
3 500 000 a 3 999 999	2
4.000.000 a 4 499 999	1
4 500 000 a 4 999 999	0
5 000 000 a 5 999 999	1
6 000 000 a 6 999 999	2

No total, 316 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2016, em comparação com 756 colaboradores em 2015.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa (“Remuneração do Conselho de Fiscalização”). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31.12.2016	
	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200 000	100 000
Comité de Risco	200 000	100 000
Comité de Nomeações	100 000	50 000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200 000	100 000
Comité do Presidente	100 000	50 000
Comité de Controlo de Remunerações	100 000	50 000

75 % da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2016

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2016 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Remuneração no exercício de 2016		Remuneração no exercício de 2015	
	Fixa	Da qual a pagar em fevereiro de 2017	Fixa	Da qual a pagar em fevereiro de 2016
Dr. Paul Achleitner	800 000	600 000	808 333	606 250
Alfred Herling ¹	300 000	300 000	300 000	225 000
Wolfgang Böhr	141 667	106 250	8 333	6 250
Frank Bsirske	250 000	187 500	250 000	187 500
John Cryan	0	0	200 000	200 000
Dina Dublon	300 000	225 000	291 667	218 750
Jan Duscheck ²	41 667	31 250	0	0
Katherine Garrett-Cox ³	125 000	104 167	100 000	75 000
Timo Heider	200 000	150 000	200 000	150 000
Sabine Irrgang	200 000	150 000	200 000	150 000
Prof. Dr. Henning Kagermann	250 000	187 500	250 000	187 500
Martina Klee	200 000	150 000	200 000	150 000
Peter Löscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Henriette Mark	200 000	150 000	200 000	150 000
Richard Meddings	400 000	300 000	100 000	75 000
Louise Parent	333 333	250 000	200 000	150 000
Gabriele Platscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Bernd Rose	200 000	150 000	200 000	150 000
Prof. Dr. Stefan Simon ⁴	33 333	25 000	0	0
Rudolf Stockem ⁵	116 667	116 667	200 000	150 000
Stephan Szukalski ⁶	0	0	91 667	91 667
Dr. Johannes Teysen	216 667	162 500	150 000	112 500
Georg Thoma ⁷	108 333	108 333	300 000	225 000
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	200 000	150 000	200 000	150 000
Total	5 016 667	3 904 167	4 850 000	3 710 417

¹ Membro até 31 de dezembro de 2016.

² Membro desde 2 de agosto de 2016.

³ Membro reeleito a 19 de maio de 2016.

⁴ Membro desde 23 de agosto de 2016.

⁵ Membro até 31 de julho de 2016.

⁶ Membro até 30 de novembro de 2015.

⁷ Membro até 28 de maio de 2016.

Após o envio das faturas em fevereiro de 2017, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2016 foi convertida em ações nocionais da empresa com base num preço das ações de 18,455 euros (preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2017, calculado com três dígitos após o símbolo decimal). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2016 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas em fevereiro de 2017 como parte da respetiva remuneração de 2016, bem como o número de ações nocionais acumuladas durante a participação no Conselho de Fiscalização e os montantes pagos em fevereiro de 2017 para os membros que saíram ou foram reeleitos.

	Número de ações nacionais			
	Convertidas em fevereiro de 2017 como parte da remuneração de 2016	Montantes totais do ano anterior, de 2013 a 2015	Total (acumulado)	A pagar em fevereiro de 2017 em euros ¹
Membros do Conselho de Fiscalização				
Dr. Paul Achleitner	10 837,171	24 005,183	34 842,354	0
Alfred Herling ²	0,000	8 254,647	8 254,647	152 340
Wolfgang Böhr	1 919,082	120,250	2 039,332	0
Frank Bsirske	3 386,616	6 425,919	9 812,535	0
Dina Dublon	4 063,939	6 381,695	10 445,634	0
Jan Duscheck ³	564,436	0,000	564,436	0
Katherine Garrett-Cox ⁴	1 128,872	3 093,464	4 222,336	57 090
Timo Heider	2 709,293	5 161,183	7 870,476	0
Sabine Irrgang	2 709,293	5 161,183	7 870,476	0
Prof. Dr. Henning Kagernann	3 386,616	7 130,910	10 517,526	0
Martina Klee	2 709,293	5 443,179	8 152,472	0
Peter Löscher	2 709,293	5 443,179	8 152,472	0
Henriette Mark	2 709,293	6 186,930	8 896,223	0
Richard Meddings	5 418,586	1 443,001	6 861,587	0
Louise Parent	4 515,488	3 778,536	8 294,024	0
Gabriele Platscher	2 709,293	5 904,933	8 614,226	0
Bernd Rose	2 709,293	5 622,937	8 332,230	0
Prof. Dr. Stefan Simon ⁵	451,549	0,000	451,549	0
Rudolf Stockem ⁶	0,000	5 904,933	5 904,933	108 976
Dr. Johannes Teysen	2 935,067	4 037,444	6 972,511	0
Georg Thoma ⁷	0,000	7 510,895	7 510,895	138 614
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	2 709,293	6 186,930	8 896,223	0
Total	60 281,766	123 197,331	183 479,097	457 020

¹ A um valor de 18,455 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2017.

² Membro até 31 de dezembro de 2016.

³ Membro desde 2 de agosto de 2016.

⁴ Membro reeleito a 19 de maio de 2016.

⁵ Membro desde 23 de agosto de 2016.

⁶ Membro até 31 de julho de 2016.

⁷ Membro até 28 de maio de 2016.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske, Rudolf Stockem (até 31 de julho de 2016) e Jan Duscheck (desde 2 de agosto de 2016), são nossos colaboradores. No exercício de 2016, pagámos a esses membros um montante total de 1,05 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2016, reservámos 0,08 milhões para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se regulamentado nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício das suas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 225 000 euros (2015: 203 000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 234.488 euros (2015: 233 867 euros) foram pagos durante o exercício de 2016.

Declaração de Governo da Sociedade de acordo com o artigo 289.º-A do HGB

A versão integral da Declaração de Governo da Sociedade está disponível no nosso sítio Web em www.db.com/ir/en/reports.htm.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do nosso presidente e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- **Existência** – os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- **Integridade** – todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- **Avaliação** – os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- **Direitos, obrigações e propriedade** – os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- **Apresentação e divulgações** – a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
- **Salvaguarda dos ativos** – as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno do relato financeiro

Os controlos no âmbito do sistema de ICOFR são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas na análise da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do ICOFR envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: Finanças, Direção de Operações e Risco.

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios do Grupo. No âmbito das finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo de preparação geral:

- **Especialistas financeiros para empresas ou entidades** são responsáveis pela revisão da qualidade dos dados financeiros, através de validação e controlo. Estão em contacto estreito com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades jurídicas, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões, associadas ao relato financeiro, decorrentes de produtos e transações, validando reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor.
- **Group Finance** (Finanças do Grupo) é responsável pelas atividades ao nível do Grupo, que incluem a preparação das informações financeiras e de gestão do Grupo, previsão e planeamento e relato de risco. O comité financeiro define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos administradores sénior e por consultores externos.
- **Grupo de Política de Contabilidade e Assessoria (APAG)** é responsável pelo desenvolvimento da nossa interpretação quanto Grupo das normas internacionais de relato financeiro e pela sua aplicação consistente dentro do Grupo. O APAG presta assessoria contabilística e serviços de consultoria à função de Finanças e aos negócios em geral, sendo responsável pela resolução atempada de questões de natureza contabilística a nível corporativo e a nível de transações específicas.
- **Avaliações ao nível do Grupo** e especialistas de avaliação com orientação para os negócios são responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contacto único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).
- **Fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax)** é responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos sobre o rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

O funcionamento do ICOFR é igualmente apoiado de forma significativa pela Direção de Operações e Risco. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções seguintes contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

- A **Direção de Operações** é responsável por confirmar as transações com contrapartes e por realizar, interna e externamente, reconciliações de informações financeiras entre sistemas, registos e bolsas. A área de direção de operações também realiza todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.
- **Risk** é responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. O Risco identifica e avalia a adequação das provisões para crédito e operacionais.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

- em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções,
- que operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais.
- são preventivos ou têm propósitos de deteção.
- têm um impacto direto ou indireto nas próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indireto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rubrica do balanço.
- componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba cada um dos seguintes aspetos do sistema de ICOFR:

- **Conceção e implementação da política contabilística.** Controlos para promover o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.
- **Dados de referência.** Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e a transações extrapatrimoniais, incluindo dados de referência do produto.
- **Aprovação, captação e confirmação de novos produtos e transações.** Os controlos destinam-se a garantir a integridade e a exatidão das transações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de ajudar a garantir que os detalhes da transação são corroborados.
- **Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente.** São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.
- **Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços (IPV).** A área de Finanças realiza controlos IPV pelo menos mensalmente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da avaliação do front office. Os resultados dos processos IPV são avaliados mensalmente pelo comité de supervisão do controlo da avaliação (Valuation Control Oversight Committee).
- **Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios** concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam verificações independentes de preços no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.
- **Fiscalidade.** Os controlos são concebidos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.
- **Reservas e ajustamentos baseados em juízos de valor.** São concebidos controlos para garantir que as reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.
- **Fundamentação do balanço.** Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para promover a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.
- **Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício.** No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.
- **Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras.** Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requisitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte da direção da

área de finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respectivo Comitê de Auditoria.

Os controles acima referidos são efetuados para as IFRS e os GAAP principais e aplicam-se ao HGB em conformidade. Além destes controles estão implementados controles específicos relacionados com o HGB que incluem:

- **Eliminação intrassociedade.** A reconciliação e eliminação interagências são realizadas para saldos específicos do HGB.
- **Revisão analítica.** Revisão dos itens de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível da empresa-mãe e das agências.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema ICOFR é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da direção no que diz respeito à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2016 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Indicadores-chave de desempenho não financeiro

A secção a seguir aplica-se ao Grupo e não está limitada à empresa-mãe.

Responsabilidade corporativa

A abordagem do Deutsche Bank à responsabilidade corporativa concentra-se em três dimensões de sustentabilidade para criar valor económico, ambiental e social. O objetivo é definir a direção da estratégia empresarial orientada para o futuro que equilibra o sucesso económico com a responsabilidade social e ambiental.

O Banco procura promover um negócio sustentável, aumentar a transparência e evitar impactos sociais e ambientais negativos das suas principais áreas de negócio. Além disso, o Banco esforça-se no sentido de gerir as suas operações comerciais de modo sustentável e assume as respetivas responsabilidades enquanto empresa com responsabilidade corporativa.

A compreensão de responsabilidade do Banco está em conformidade com o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética e reflete-se nos respetivos procedimentos, políticas e processos. Assenta no compromisso formal com as normas e os princípios internacionais como, por exemplo, os dez Princípios da Global Compact da ONU.

Consulte o “Relatório de Responsabilidade Corporativa” online do Deutsche Bank em cr-report.db.com/16 e db.com/society para obter informações adicionais sobre:

- **Riscos ambientais e sociais:** A abordagem do Deutsche Bank na gestão de risco ambiental e social (ES) baseia-se num quadro de políticas que faz parte do nosso quadro de risco reputacional. O quadro de políticas ambientais e sociais especifica os requisitos para *due diligence ES* e os critérios para a referência obrigatória à função de sustentabilidade do Banco. O número de clientes e de transações analisado no âmbito deste quadro pela equipa de sustentabilidade do Banco diminuiu em 2016 para 727 (31 de dezembro de 2015: 1 346), como resultado de critérios de encaminhamento revistos e reforçados, e melhorou a implementação do Quadro por parte do Banco através de formação. Além disso, o Banco continuou a aprovar a respetiva Declaração de Direitos Humanos em conformidade com as orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos. Em 2016, o foco consistiu numa maior sensibilização e compreensão da importância das questões de direitos humanos na organização e na implementação da lei relativa à escravatura moderna do Reino Unido.
- **Fatores SAG na gestão de ativos** No final de 2016, os ativos geridos da Deutsche Asset Management (Deutsche AM) de aproximadamente 10 mil milhões de euros foram investidos com base em critérios SAG (31 de dezembro de 2015: 7,7 mil milhões de euros). Em 2016, a Deutsche AM desenvolveu uma Declaração de Investimento Responsável. Esta define a posição da Deutsche AM no que diz respeito a questões SAG, os princípios internacionais que comunicam a sua abordagem e o modo como os fatores SAG estão integrados nas atividades comerciais e de investimento.
- **Combater as alterações climáticas:** Em 2016, o Deutsche Bank reviu a respetiva abordagem para financiar a energia e extração de carvão e alterou a sua posição formal e diretrizes internas, com efeitos a partir de dezembro de 2016. O Banco e as respetivas subsidiárias não atribuirão novo financiamento para a extração de carvão térmico em terreno inexplorado e para a construção da nova central a carvão. Além disso, o Banco reduzirá gradualmente a sua exposição atual ao setor da extração de carvão térmico. O Deutsche Bank obteve igualmente 3,9 mil milhões de euros em financiamento de projeto para a produção de energia renovável de mais de 3480 megawatts. O Deutsche Bank foi o primeiro banco comercial a nível global a tornar-se acreditado para agir como entidade implementadora para o Fundo Verde da ONU. Em 2016, o Fundo aprovou um investimento de aproximadamente

- 74,4 milhões de euros ao abrigo do programa de acesso a energia ecológica, um novo fundo da Deutsche AM para acesso a energia renovável em África. O investimento contribuirá para os objetivos de desenvolvimento sustentável.
- **Operações neutras em termos de emissões de carbono:** O Deutsche Bank continua a operar em 2016 numa base neutra em termos de emissões de carbono, investindo em projetos de eficiência energética, utilizando eletricidade renovável e compensando as emissões inevitáveis através da compra e retirada de certificados de compensação de qualidade elevada.
 - **Cidadania empresarial:** A estratégia de responsabilidade corporativa do Deutsche Bank destina-se a apoiar fatores de prosperidade para indivíduos, comunidades e economias. Ao abrigo do “Born to Be”, o Banco apoia projetos de educação que preparam os jovens para serem a força de trabalho do futuro. Com o programa “Made for Good”, o Banco auxilia as empresas que ajudam a impulsionar uma mudança positiva na sociedade a dar o primeiro passo e a alcançarem o nível seguinte. Nas comunidades onde opera, o Deutsche Bank ajuda as mesmas a ficarem mais fortes e mais inclusivas, capacita os desfavorecidos e contribui para a revitalização de áreas com problemas. Trabalha com parceiros dos setores público e privado que partilham a mesma filosofia e com o empenho dos respetivos funcionários. Além disso, a carteira de doações e voluntariado “Plus You” do Banco incentiva os colaboradores a contribuir para determinadas causas do seu interesse. O apoio público continua a reforçar o impacto dos programas de responsabilidade corporativa do Banco. Com um investimento total de 73,5 milhões de euros em 2016 (31 de dezembro de 2015: 76,8 milhões de euros), o Deutsche Bank e as respetivas fundações continuaram a ser um dos expoentes mais ativos da cidadania empresarial. Aproximadamente 4,9 milhões (31 de dezembro de 2015: 4,7 milhões) de pessoas beneficiaram das suas iniciativas e o alcance do programa de envolvimento juvenil “Born to Be” do Banco aumentou para 1,35 milhões de pessoas (31 de dezembro de 2015: 1,3 milhões). Mais de 9800 empresas sociais beneficiaram de ofertas do programa “Made for Good” em 2016. 16 651 colegas, 20% do pessoal global (31 de dezembro de 2015: 17 382, 22% do pessoal global), ofereceram voluntariamente cerca de 188 000 horas do seu tempo, competências e conhecimentos.

Reestruturação como parte da nossa estratégia

A agenda dos colaboradores do Deutsche Bank e as atividades de RH em 2016 caracterizaram-se pelas medidas de transformação e reestruturação do Banco, as quais constituem parte integrante dos objetivos inicialmente anunciados em outubro de 2015. Para tornar a organização mais eficiente em termos de custos, foi anunciada em 2015 uma redução do pessoal de 9000 postos de trabalho individuais conforme medido a nível global em termos de equivalentes a tempo inteiro, com 4000 localizados na Alemanha. Ao longo de 2016, o Banco conduziu um diálogo transparente e construtivo com os representantes dos colaboradores na Alemanha e noutros locais. O processo de negociação multifásico na Alemanha incluiu uma fase inicial de negociações para um acordo-quadro de equilíbrio de interesses e um plano-quadro social. Isto foi seguido por três fases de negociação de acordos de equilíbrio de interesses específicos para todas as divisões e funções de infraestrutura afetadas no mercado nacional, os quais foram celebrados em 2016.

A nível internacional, o Deutsche Bank registou igualmente progressos na racionalização da sua presença e na redução dos respetivos funcionários. Entre as medidas iniciadas em 2016 encontram-se a venda das subsidiárias do Banco na Argentina, no México, nos EUA e no Reino Unido, bem como o encerramento dos escritórios de representação nacionais.

Foco na mobilidade interna da carreira

Como parte dos objetivos inicialmente anunciados em outubro de 2015, o Deutsche Bank está empenhado no preenchimento de vagas – em todos os níveis de senioridade – com candidatos internos adequados, sempre que possível. De acordo com a respetiva política de contratação, todas as vagas são anunciadas aos colaboradores internos primeira e exclusivamente durante, no mínimo, duas semanas antes de serem procurados candidatos externos. Em 2016, mais do que uma em cada três vagas, ou 39%, foram preenchidas com um candidato interno. Uma taxa ainda mais elevada de 71% (2015: 60%) foi observada na Alemanha. Ao longo do ano, 9715 colaboradores – ou 11,1% de todos os funcionários – mudaram de função dentro da organização, tendo as mudanças interdivisões aumentado 6% a partir de 2015.

Abordagem equilibrada à aquisição de talentos

No quarto trimestre de 2016, o Banco implementou restrições de contratação de modo a concentrar a contratação externa em funções empresariais essenciais – desde que não existam candidatos internos adequados – e na reserva de colaboradores jovens apenas. Ao longo do ano, foram contratados aproximadamente 5300 diretores e 4200 não diretores, em particular nas áreas da tecnologia e digitalização, bem como em funções de controlo. Em 2016, 813 recém-formados (2015: 766) entraram para a nossa empresa a nível global, com 741 novos aprendizes contratados na Alemanha (2015: 863).

Manutenção de um forte foco na cultura corporativa: resultados do Inquérito aos recursos humanos de destaque de 2016

O apoio aos esforços dos RH do Deutsche Bank consiste num compromisso contínuo de incorporação da respetiva cultura corporativa e valores em todas as atividades e processos relacionados com os colaboradores. A função de RH disponibiliza enquadramentos claros para ajudar os gestores a serem responsáveis pela tomada de decisões corretas relacionadas com os colaboradores, define as normas e as orientações para essas decisões e intervém quando essas normas e valores empresariais não são cumpridos e existe um risco para o Banco.

Através de um inquérito anual, é solicitado um feedback com regularidade aos colaboradores para fornecer perspetivas dos níveis de envolvimento, compromisso e capacitação na organização. Em maio de 2016, o Deutsche Bank inquiriu uma amostra aleatória e representativa dos respetivos colaboradores, equivalente a 22,7% dos seus funcionários. A taxa de resposta permaneceu em 47%. No que diz respeito aos participantes no inquérito, 76% referiram que cumprem ativamente os valores empresariais do Deutsche Bank e mais de 70% estão convictos de que os valores terão um impacto positivo na consecução dos objetivos estratégicos do Banco. Mais de 60% observam neste momento alterações no comportamento. Estes são desenvolvimentos significativamente positivos em comparação com os anos anteriores.

O nível de compromisso entre os colaboradores em 2016 diminuiu para 58% (2015: 63%) entre a transformação em curso das empresas e a conseqüente redução de postos de trabalho, que representou uma fonte de preocupação e incerteza entre os colaboradores. Em termos de envolvimento e identificação do respetivo trabalho, 86% dos colaboradores (2015: 87%) assinalaram que estão preparados para ir muito além do esperado na sua função, tendo a maioria considerado os seus postos de trabalho estimulantes e interessantes, o que lhes permite utilizar da melhor forma as suas capacidades. O índice de envolvimento permaneceu em 62% em 2016 (2015: 68 %).

Desenvolvimento do desempenho

Os líderes empenhados e competentes, em conjunto com uma força de trabalho qualificada e motivada, são essenciais para o Deutsche Bank – sobretudo em períodos de mudanças significativas. Por este motivo, o Banco está comprometido em criar competências de liderança e investir em futuros líderes, bem como apoiar o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os colaboradores. Uma terceira prioridade consiste na preocupação contínua com a aprendizagem e com a formação obrigatória em matéria de conformidade e combate aos crimes financeiros para todos os colaboradores perante um cenário de aumento das regulamentações.

Apresentados pela primeira vez em 2015, o Deutsche Bank realiza dois programas “Management Fundamentals”, obrigatórios para novos gestores. Um programa principal destina-se a novos gestores, até ao nível de Vice-presidente, que assumam responsabilidades de gestão de pessoal no Banco pela primeira vez. Um programa executivo está adaptado às necessidades dos Diretores Executivos e dos Diretores. Ambos os programas foram criados em torno de

três áreas principais: liderar pessoas, impulsionar o negócio e moldar a cultura. O programa “Management Fundamentals” visa ajudar os participantes a crescer e a desenvolver-se como gestores de pessoal. Em 2016, mais de 1000 colaboradores participaram nos programas interdivisões “Management Fundamentals” em mais de 20 locais em todo o mundo.

Além disso, um novo programa interdivisão para gestores de gestores – “Leadership Fundamentals” – foi criado e realizado em 2016. O foco consiste em reforçar as competências de liderança dos participantes para que estejam em melhores condições de cumprir os compromissos estratégicos do Banco. Em 2016, mais de 180 colaboradores participaram no programa interdivisão “Leadership Fundamentals” em quatro locais em todo o mundo.

O programa interdivisão “Vice President Acceleration” do Deutsche Bank foi lançado em maio de 2016, com um período de desenvolvimento dos participantes de seis meses e métodos de formação que incluem simulações empresariais interativas. Em 2016, 482 Vice-presidentes de todo o Banco iniciaram o programa, realizado em vários centros regionais. Além disso, o programa “Infrastructure Director” para 2016 foi lançado em abril de 2016, durante um período de 12 meses com 61 participantes. Os temas focados são: construir capacidades de talento, conhecimentos funcionais e capacidades de liderança.

Investimento na digitalização

O aumento da digitalização tem um impacto significativo no modo como o Banco opera e, mais especificamente, no modo como os respetivos colaboradores trabalham. Por conseguinte, trata-se de um elemento importante da agenda estratégica de RH do Deutsche Bank, resultando num maior automatismo dos processos de recursos humanos e no incentivo e exigência de desenvolvimento das competências digitais necessárias por parte dos colaboradores. As novas ofertas digitais lançadas em 2016 incluem a “Connect2Learn”, uma plataforma de formação online para todos os colaboradores, que consolida todas as ofertas de formação num único local. Outro exemplo é a “Internal Mobility Tool”, desenvolvida para facilitar a recolocação e promover as mudanças interdivisões.

Para abordar de forma proativa as tendências novas e emergentes – incluindo a digitalização e a mudança geográfica – na sociedade e no ambiente de trabalho atual em geral, os RH começaram a iniciativa “Arbeiten@DB 4.0” (Trabalhar@DB 4.0) na Alemanha no final de 2015. O principal foco consistiu na identificação de abordagens mais flexíveis para questões de carreira e liderança, bem como na ponderação das necessidades e dos requisitos do pessoal em todas as fases de emprego, incluindo aqueles que estão numa fase de transição para a reforma.

Promoção da diversidade e inclusão: progresso visível na igualdade de género

Durante o ano de 2016, o Deutsche Bank continuou os seus esforços para fazer progredir as carreiras das mulheres ao abrigo da nova legislação relativa à quota de género introduzida na Alemanha em 2015. A percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização manteve-se em 35% no final de 2016, acima do novo requisito estatutário de 30% para empresas alemãs codeterminadas e cotadas em bolsa. O objetivo do Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração foi definido em 2015, estabelecendo que este deveria ter no mínimo um membro do sexo feminino até 30 de junho de 2017. Este objetivo foi cumprido através das nomeações de Sylvie Matherat, Diretora Regulamentar, e de Kimberly Hammonds, Diretora de Operações, para o Conselho de Administração em 2015 e 2016, respetivamente. No fim do exercício de 2016, 15,7% dos cargos no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração do Deutsche Bank eram detidos por executivas. No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, esta percentagem permaneceu em 19,5%. O Banco definiu os seus próprios objetivos de acordo com os requisitos legais na Alemanha e está no bom caminho para atingir os seus objetivos para 2017 de 17% e 21%, respetivamente, uma vez que o grupo subjacente de diretores nesses níveis é relativamente pequeno e qualquer nomeação ou mudança tem um impacto significativo nas percentagens.

Em 2011, o Deutsche Bank assinou uma declaração voluntária para aumentar substancialmente a proporção de gestoras a nível global até ao fim de 2018. No fim do exercício de 2016, o número de Diretoras Executivas e de Diretoras aumentou 16% desde 2011. Em 2016, a percentagem de mulheres neste nível permaneceu em 21,3% (31 de dezembro de 2015: 20,5 %). A quota de mulheres em posições de chefia era de 32,8% (31 de dezembro de 2015: 32,5 %). Em maio de 2016, o Deutsche Bank estava incluído no Bloomberg Financial Services Gender-Equality Index (BFGEI) inaugural, que reconhece empresas que estabeleceram fortes compromissos para a igualdade de género. O Banco é uma das duas únicas empresas do índice DAX que foram incluídas neste índice global.

Entre uma ampla variedade de causas, o Deutsche Bank apoia ativamente iniciativas de diversidade geracional e LGBTI (lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais e intersexuais) em todo o mundo. O Banco recebeu várias distinções que honram o seu compromisso nas causas LGBTI. Por exemplo, foi premiado com a pontuação máxima de 100 no Índice Empresarial da Igualdade anual da Campanha pelos Direitos Humanos pelo 14.º ano consecutivo.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2016 do Banco.

	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Colaboradoras (com base nos títulos corporativos globais, equivalentes a tempo inteiro)¹			
Diretoras Executivas e Diretoras	21,3 %	20,5 %	19,4 %
Diretoras	32,8 %	32,5 %	31,7 %
Não diretoras	55,6 %	55,5 %	55,4 %
Total de colaboradoras	41,5 %	41,7 %	41,7 %
Idade (em %, total)			
até 29 anos	17,1 %	18,4 %	18,8 %
30–39 anos	29,9 %	29,7 %	29,3 %
40–49 anos	28,2 %	28,6 %	29,6 %
Mais de 49 anos	24,8 %	23,3 %	22,3 %
Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)	12,9 %	13,1 %	13,2 %
Taxa de aprendizes na Alemanha	3,9 %	4,0 %	3,8 %
	2016	2015	2014
Índice de compromisso ²	58 %	63 %	68 %
Taxa de rotação de voluntários	7,2 %	7,3 %	6,6 %
Taxa de saúde (em %) ³	94,3 %	94,8 %	94,9 %

¹ Excluindo pessoas jurídicas fora do sistema de títulos corporativos do Deutsche Bank, em particular do Postbank. DB Investment Services integrado em 2016, Sal. Oppenheim integrado em 2015.

² As pontuações de 2016 e 2015 excluem o total do Postbank; as pontuações de 2014 excluem o Postbank, à exceção das respetivas entidades de serviços de banca (isto é, 5% da população total no âmbito do inquérito).

³ Taxa de saúde: $100 - ((\text{total de dias de ausência por doença} \times 100) / \text{total de dias de trabalho normais})$; Alemanha, excluindo em particular o Postbank; DB Investment Services integrado em 2016, Sal. Oppenheim integrado em 2015.

Informações de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte “Ações ordinárias” na secção “Notas para as demonstrações financeiras consolidadas”.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2016 na sua carteira de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhum direito podia ser exercido. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam

nam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2018, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG. Além disso, consulte a nossa própria divulgação de ações nas notas.

A Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2016 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2021, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e excluindo direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a utilizar tais ações próprias para emitir de ações para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisi-

ção de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2016 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (*forward*). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2021.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. A opção de compra só poderá ser exercida se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

2-

Demonstrações financeiras anuais

135	Balanço a 31 de dezembro, 2016
137	Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016
138	Notas ao balanço e à demonstração de resultados
	Informações gerais – 138
	Notas ao balanço – 144
	Notas às demonstrações financeiras – 161
	Participações acionistas – 163
	Outra informação – 178
	Órgãos de gestão – 185
	Lista de mandatos – 189

Balanço a 31 de dezembro, 2016

Ativos em milhões de euros		31.12.2016	31.12.2015
Reserva em numerário			
a) numerário em caixa		85	87
b) saldos em bancos centrais		109 375	59 828
dos quais: no Deutsche Bundesbank	51 673		18 792
		109 459	59 916
Instrumentos de dívida de entidades do setor público e letras elegíveis para refinanciamento em bancos centrais			
a) Títulos do Tesouro, obrigações do Tesouro e instrumentos de dívida semelhantes de entidades do setor público		184	124
dos quais: elegíveis para refinanciamento no Deutsche Bundesbank	0		0
b) letras		13	13
		197	137
Valores a receber de bancos			
a) Empréstimos hipotecários		39	70
b) empréstimos ou garantias de entidades do setor público		117	119
c) outros valores a receber		166 621	198 380
		166 777	198 568
dos quais:			
reembolsáveis à vista	71 799		95 042
valores a receber garantidos por títulos	2 935		5 335
Valores a receber de clientes			
a) Empréstimos hipotecários		12 725	11 584
b) empréstimos ou garantias de entidades do setor público		7 033	9 106
c) outros valores a receber		254 331	224 595
		274 089	245 286
dos quais:			
valores a receber garantidos por títulos	8 221		5 679
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
a) instrumentos do mercado monetário			
aa) de emitentes do setor público		846	1 391
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0		0
		846	1 391
b) obrigações			
ba) de emitentes do setor público		40 380	40 998
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	16 218		21 552
bb) de outros emitentes		3 145	16 519
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	2 239		7 206
		43 524	57 516
c) instrumentos de dívida própria		29	29
valor nominal	30		30
		44 399	58 937
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável		580	1 051
Ativos detidos para negociação		715 338	813 607
Participações financeiras		387	433
dos quais:			
em bancos	9		10
em instituições de serviços financeiros	90		187
Investimentos em empresas afiliadas		44 049	43 423
dos quais:			
em bancos	11 376		11 878
em instituições de serviços financeiros	202		212
Ativos detidos em fideicomisso		58	46
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário	39		28
Ativos intangíveis			
a) Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio		3 109	2 322
b) Ativos intangíveis adquiridos		870	92
c) <i>Goodwill</i>		28	42
d) Adiantamentos para ativos intangíveis		0	0
		4 007	2 456
Ativos tangíveis		939	1 004
Ativos diversos		7 996	5 881
Gastos pagos antecipadamente			
a) da emissão e atividade de crédito		41	68
b) outros		890	1 004
		931	1 072
Ativos por impostos diferidos		2 290	3 370
Ativos do plano sobrefinanciados		1 149	841
Total do ativo		1 372 646	1 436 029

Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros		31.12.2016	31.12.2015
Dívidas a bancos			
c) outros passivos		252 752	261 385
		252 752	261 385
dos quais:			
reembolsáveis à vista	127 499		143 073
Responsabilidades para com clientes			
a) obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) registadas emitidas		315	315
c) depósitos de poupança			
ca) com período de aviso prévio acordado de três meses	2 446		2 837
cb) com período de aviso prévio acordado superior a três meses	1 171		1 472
		3 616	4 308
d) outros passivos		266 014	277 814
		269 945	282 437
dos quais:			
reembolsáveis à vista	178 812		202 326
Passivo na forma de certificados			
a) emissão de obrigações			
aa) Obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	7 435		5 641
ac) outras obrigações	92 146		96 607
		99 581	102 248
b) outros passivos na forma de certificados		6 800	19 595
		106 381	121 843
dos quais:			
instrumentos do mercado monetário	5 788		17 335
aceitações próprias e notas promissórias em circulação	174		202
Passivos detidos para negociação		646 585	678 050
Passivos detidos em fideicomisso		58	46
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário	39		28
Passivo diverso		21 619	17 757
Rendimento diferido			
a) da emissão e atividade de crédito		188	65
b) outros		775	753
		963	818
Provisões			
a) provisões para pensões e obrigações semelhantes		48	56
b) provisões para impostos		702	699
c) outras provisões		7 525	7 606
		8 275	8 360
Passivos subordinados		12 465	12 419
Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional		5 110	5 159
Fundo para riscos bancários gerais		2 426	1 926
dos quais: reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB	1 476		1 476
Capital e reservas			
a) capital subscrito	3 531		3 531
menos valor nominal nominal de ações próprias	0		1
		3 531	3 530
capital condicional de 486 milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 486 milhões de euros)			
b) reserva de capital		35 796	35 796
c) reservas de receitas			
ca) reserva legal	13		13
cd) outras reservas de receitas	6 280		6 323
		6 293	6 336
d) lucros distribuíveis		447	165
		46 067	45 828
Total do passivo e capital próprio dos acionistas		1 372 646	1 436 029
Passivos contingentes			
b) passivo de garantias e acordos de indemnização		50 589	54 526
c) passivo decorrente da provisão de garantia para passivo de terceiros		3	1
		50 592	54 527
Outras obrigações			
b) colocação e subscrição de obrigações		0	46
c) compromissos de crédito irrevogáveis		122 816	135 151
		122 816	135 197

Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016

em milhões de euros	2016		2015	
Rendimento de juros de				
a) empresas de crédito e do mercado monetário	9 035			8 213
do qual: rendimento de juros negativo de empresas de crédito e do mercado monetário	416			188
b) títulos de rendimento fixo e crédito inscrito na dívida pública	1 892			2 150
		10 927		10 363
Gastos de juros		7 336		6 807
do qual: gastos de juros negativos		290		120
		3 591		3 556
Rendimento corrente de				
a) ações de capital e outros títulos de rendimento variável		2 396		3 248
b) participações financeiras		83		177
c) investimentos em empresas afiliadas		1 669		5 214
		4 148		8 639
Rendimento de contratos de comunidade de resultados, transferência de lucros e transferência de lucros parcial		2 249		72
Rendimento de comissões		8 256		9 065
Gastos com comissões		1 225		1 531
		7 030		7 535
Resultado de negociação líquido		694		2 404
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB		0		350
Outro rendimento operacional		3 288		3 019
Gastos administrativos				
a) gastos com pessoal				
aa) salários e vencimentos	4 162			4 988
ab) contribuições para a segurança social obrigatórias e despesas com pensões e outros benefícios dos colaboradores	1 098			784
		5 260		5 772
das quais: para pensões de 461 milhões de euros (2015: 73 milhões de euros)				
b) outros gastos administrativos		8 264		8 863
		13 524		14 635
Depreciação, amortização, depreciações e ajustes de valor de ativos tangíveis e intangíveis		895		791
Outros gastos operacionais		2 817		6 584
Depreciações e ajustes de valor de reclamações e determinados títulos, bem como acréscimos de provisões para perdas de crédito		124		506
Depreciações e ajustes de valor de participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos		2 061		1 643
Gastos derivados da assunção de perdas		15		680
Libertações de/acréscimos (-) ao fundo para riscos bancários gerais		(500)		650
Resultado de atividades ordinárias		1 063		1 036
Receitas extraordinárias		3		28
Despesas extraordinárias		309		162
Resultado extraordinário		(306)		(133)
Impostos sobre o rendimento		389		755
dos quais: impostos diferidos de 168 milhões de euros (2015: 210 milhões de euros)				
Outros impostos, exceto se relatados em "Outros gastos operacionais"		87		117
		476		872
Resultado líquido		282		30
Lucros transitados do ano anterior		165		135
		447		165
Alocações a reservas de receitas				
– a outras reservas de receitas		0		0
		0		0
Lucros distribuíveis		447		165

Informações gerais

A denominação jurídica do Deutsche Bank AG é Deutsche Bank Aktiengesellschaft e este foi constituído em Frankfurt am Main. Além disso, está matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main com o número de inscrição HRB 30000.

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank AG para o exercício de 2016 foram preparadas de acordo com o Código Comercial alemão (“HGB”) e a Portaria relativa às contas de bancos e instituições prestadoras de serviços financeiros (“RechKredV”). As disposições do direito das sociedades foram cumpridas. Por motivos de clareza, os números são relatados em milhões de euros (€).

Base da apresentação

Políticas contabilísticas para:

Líquidos

Os valores a receber detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado “Atividades de negociação”.

Os valores a receber de bancos e clientes que não preenchem os requisitos de ativos detidos para negociação são, geralmente, relatados ao respetivo valor nominal ou ao custo de aquisição menos as imparidades necessárias. Caso, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminua e a diminuição da imparidade possa estar relacionada de modo objetivo com um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a imparidade anteriormente reconhecida é invertida através da demonstração dos resultados.

Provisionamento de risco

A provisão para perdas de crédito inclui imparidades e provisões para todos os riscos de crédito e de país identificáveis e para os riscos de incumprimento inerentes, bem como a provisão para riscos bancários gerais. As provisões para riscos de crédito são refletidas de acordo com o princípio de prudência no montante das perdas esperadas.

O risco de transferência para empréstimos a mutuários em estados estrangeiros (risco de país) é avaliado através de um sistema de classificação que tem em conta a situação económica, política e regional. No reconhecimento de provisões para exposições transfronteiriças para determinados estados estrangeiros é aplicado o princípio da prudência.

As provisões para o risco de crédito inerente são refletidas sob a forma de ajustes gerais de valor, de acordo com os princípios do direito comercial. Os riscos bancários gerais são igualmente provisionados de acordo com o artigo 340.^o-F do HGB. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.^o-F, n.^o 3 do HGB foi utilizada.

Títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como as ações de capital e outros títulos de rendimento variável detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado “Atividades de negociação”.

Determinadas carteiras de obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos para um futuro próximo são classificados como ativos não correntes e contabilizados através da regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que os respetivos títulos são escriturados ao custo de aquisição menos a imparidade temporária.

Caso as obrigações e outros títulos de rendimento fixo não sejam detidos para o futuro próximo nem integrem a carteira de negociação, estes são classificados como ativos correntes e são contabilizados através da regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que são escriturados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado respetivamente atribuível.

O mesmo é aplicável às ações de capital e outros títulos de rendimento variável que, no de caso não integrarem a carteira de negociação, são geralmente contabilizados como ativos correntes.

Os títulos são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nesses casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento. Sempre que as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estejam estreitamente relacionados com aqueles do contrato de acolhimento e o próprio contrato híbrido não seja escriturado como uma atividade de negociação ao justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado de acordo com os princípios gerais. O contrato de acolhimento é contabilizado ao custo amortizado ou ao montante de liquidação.

Derivados de crédito

Os derivados de crédito detidos ou incorridos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado “Atividades de negociação”.

Outros derivados de crédito detidos que preenchem os requisitos de garantia para o risco de crédito incorrido não são contabilizados separadamente, porém, são tidos em conta no provisionamento de risco para a transação subjacente.

Atividades de negociação

Os instrumentos financeiros (incluindo valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados) e os metais preciosos detidos ou incorridos para negociação são reconhecidos ao justo valor menos o ajuste ao risco. Além do limite de facto do ajuste ao valor em risco relativo à distribuição de lucros para negociação líquida, os resultados existem porque, em cada exercício, uma determinada parte dos proveitos líquidos de negociação tem de ser atribuída a uma reserva especial associada à negociação que integra o fundo para o risco bancário geral.

O justo valor define-se como o montante ao qual um instrumento financeiro poderia ser comercializado numa transação atual entre partes informadas, não relacionadas e que atuem de livre vontade, e não numa venda forçada ou liquidação. Se disponível, o justo valor baseia-se em parâmetros ou preços de mercado observáveis ou deriva de tais parâmetros ou preços. A disponibilidade dos dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e poderá sofrer alterações ao longo do tempo. Sempre que os preços ou os dados observáveis não estejam disponíveis, são aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Se o justo valor for estimado através de uma técnica de avaliação ou for derivado de parâmetros ou preços observáveis, poderá ser necessário um juízo de valor significativo. Tais estimativas são intrinsecamente incertas e suscetíveis a alterações. Por conseguinte, os resultados reais e a posição financeira poderão diferir dessas estimativas.

A avaliação justa dos instrumentos financeiros inclui ajustamentos da avaliação para custos de encerramento, risco de liquidez e risco de contraparte, bem como considerações de financiamento para derivados de negociação sem garantia.

A fim de refletir qualquer risco de realização remanescente para resultados não realizados, o resultado da medição do justo valor é reduzido através de um ajuste ao risco que é deduzido dos ativos detidos para negociação. O ajuste ao risco baseia-se no valor em risco calculado através de um período de carência de dez dias e um nível de confiança de 99%.

A reserva especial associada à negociação é prevista ao ter em conta, no mínimo, 10% dos proveitos líquidos de negociação (após o ajuste ao risco) e não deve ser superior ao montante total dos proveitos líquidos de negociação do respetivo exercício. Tem de ser previsto até que a reserva especial associada à negociação corresponda a 50% da média de cinco anos dos proveitos líquidos de negociação após o ajuste ao risco.

A reserva poderá ser consumida apenas para libertar um montante superior ao limite de 50% ou para cobrir perdas líquidas de negociação.

Os instrumentos financeiros e os metais preciosos detidos para negociação são apresentados separadamente como “Ativos detidos para negociação” ou “Passivos detidos para negociação” no rosto do balanço. Os contratos a prazo para a compra e venda de matérias-primas não preenchem, basicamente, os requisitos de instrumentos financeiros e, por conseguinte, não podem ser atribuídos aos ativos detidos para negociação.

Quaisquer alterações ao justo valor após o ajuste ao risco são reconhecidas como “Resultado de negociação líquido”.

Sob determinadas condições, os derivados de negociação são compensados como garantia em numerário constituída pelas contrapartes. Numa base de contraparte individual, tais derivados preenchem os requisitos de compensação que foram contratados ao abrigo de um contrato-tipo com um anexo de apoio ao crédito (“CSA”) e um câmbio diário de garantia em numerário. Para cada contraparte, o montante compensado inclui o valor contabilístico dos derivados e a garantia constituída.

Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

Nos casos em que, para efeitos contabilísticos, os ativos, os passivos, as transações pendentes ou as transações de previsão altamente provável (elementos cobertos) e os instrumentos financeiros (instrumentos de cobertura) sejam designados numa unidade de avaliação para atingir uma compensação para alterações ao justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, as regras de medição gerais não são aplicáveis. O banco utiliza, geralmente, o método de congelamento, o que significa que as alterações do valor de compensação relacionadas com o risco coberto não são registadas. Consequentemente, as alterações do justo valor negativo relacionadas com o mesmo tipo de risco não são reconhecidas durante o período da cobertura, exceto se uma perda líquida, ou seja, uma ineficácia negativa ocorrer, a qual seja reconhecida como uma provisão para perdas iminentes.

Para efeitos de contabilidade de cobertura, os contratos a prazo para a compra ou venda de matérias-primas são tratados como instrumentos financeiros.

Reclassificações

Os valores a receber e os títulos têm de ser classificados como atividades de negociação, reservas de liquidez ou investimentos não correntes na respetiva criação.

Não é permitida uma reclassificação como negociação após o reconhecimento inicial, e uma reclassificação das atividades de negociação é permitida apenas se a intenção sofrer alterações devido a condições de mercado excecionais, em particular condições que afetam negativamente a capacidade de negociação. Além disso, os instrumentos financeiros detidos para negociação poderão ser designados subsequentemente como instrumentos de cobertura numa unidade de avaliação.

Uma reclassificação entre as categorias de reservas de liquidez e investimentos não correntes ocorre quando existe uma alteração clara na intenção de gestão após o reconhecimento inicial, o qual é documentado.

As reclassificações são efetuadas na alteração da intenção e ao justo valor na data de reclassificação.

Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas

As participações financeiras são reconhecidas ao custo ou através da opção disponível, de acordo com o artigo 253.º do HGB, ao respetivo justo valor mais baixo.

Os investimentos em empresas afiliadas são contabilizados de acordo com a regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que as depreciações são apenas reconhecidas se a imparidade for considerada outra que não temporária.

Para determinar o justo valor das empresas afiliadas, aplica-se um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo desconta os fluxos de caixa livres esperados ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco. Para o período após os cinco anos, o desenvolvimento do plano sustentável está projetado para determinar o valor terminal. A avaliação inclui sinergias mensuráveis para determinadas empresas afiliadas.

As participações financeiras e os investimentos em empresas afiliadas são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-C, n.º 2 do HGB foi utilizada.

Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são relatados ao respetivo custo de aquisição ou fabrico menos qualquer depreciação ou amortização. As marcas de desenvolvimento próprio, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e os ativos intangíveis semelhantes não são reconhecidos.

As depreciações são realizadas para qualquer imparidade com probabilidade de ser permanente.

Os ativos tangíveis e intangíveis têm de ser reintegrados caso o aumento de valor possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Os ativos de baixo valor são abatidos no ano da respetiva aquisição.

Desreconhecimento de ativos

Um ativo é geralmente desreconhecido quando a propriedade legal é transferida.

No entanto, caso o vendedor, independentemente da transferência legal do ativo, detenha a maioria do risco e recompense a propriedade, o ativo não é desreconhecido.

As transações de empréstimo/concessão de títulos de acordo com o artigo 246.º, n.º 1, 2.ª frase do HGB continuam, desde 1 de janeiro de 2010, a ser reconhecidas no balanço do cedente. Assim sendo, os títulos concedidos não são desreconhecidos pelo cedente, uma vez que este está exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedade.

Passivo

Os passivos são reconhecidos aos respetivos valores nominais ou de liquidação. As obrigações de cupão zero com desconto são relatadas ao respetivo valor atual.

Instrumentos qualificados como capital Tier 1 adicional

Os instrumentos emitidos preenchem os requisitos de passivos e são reconhecidos ao respetivo valor nominal ou de liquidação. Os juros são acrescidos com base nos pagamentos esperados aos investidores nos instrumentos.

Provisões

As provisões para pensões e obrigações semelhantes são reconhecidas de acordo com os princípios atuariais. As provisões para pensões são calculadas utilizando o método da unidade de crédito projetada e a taxa média de mercado para um prazo remanescente assumido de 15 anos conforme publicado pelo Banco Federal da Alemanha, exceto se o prazo remanescente do plano de pensões for mais curto.

Os ativos exclusivamente utilizados para liquidar pensões e obrigações semelhantes e não controlados pelo Deutsche Bank AG nem por qualquer credor (ativos do plano) são determinados pelo justo valor e compensados com as respetivas provisões. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são efetuadas as provisões relevantes.

O montante de liquidação das pensões e obrigações semelhantes baseia-se exclusivamente no justo valor dos títulos detidos como ativos financeiros não correntes; a provisão é medida ao justo valor desses títulos caso o justo valor seja superior ao montante mínimo garantido.

Outras provisões para determinados passivos ou para contratos onerosos (excluindo atividades de negociação) são reconhecidas ao respetivo montante de liquidação esperado através da aplicação dos princípios de critério comercial prudente. As provisões para determinados passivos são descontadas caso as saídas de caixa relacionadas não sejam as previstas no prazo de doze meses após a data do balanço.

A avaliação do reconhecimento de uma provisão para perdas iminentes inclui uma avaliação da probabilidade de uma perda líquida para todas as posições geradoras de juros e remuneradas a juros que não sejam detidas para negociação, ou seja, todas as posições numa carteira bancária existentes na data de relato.

A avaliação da probabilidade de uma perda líquida no que diz respeito às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na carteira bancária exige a comparação dos juros líquidos futuros esperados e das taxas futuras esperadas diretamente atribuíveis com o financiamento futuro esperado e as despesas de risco de crédito, bem como os gastos administrativos futuros esperados associados às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na data de relato.

A avaliação de uma potencial provisão está alinhada com a gestão interna da posição relacionada com os juros na carteira bancária. Para posições abertas relacionadas com os juros da carteira bancária é utilizada uma abordagem baseada no valor atual, complementada com uma análise da cobertura do custo histórico do risco e dos custos administrativos com excedentes de juros líquidos para as posições cobertas contra o risco de taxa de juro.

Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias entre a base contabilística e tributária para os ativos, os passivos e os acréscimos são compensados entre si e apresentados líquidos no balanço como ativos por impostos diferidos ou passivos por impostos diferidos. Na determinação dos ativos por impostos diferidos, as perdas fiscais não utilizadas são tidas em consideração, porém, apenas na medida em que possam ser utilizadas nos cinco anos seguintes.

Ações em tesouraria

Caso o Deutsche Bank AG adquira as respectivas ações próprias (ações em tesouraria), estas são abertamente deduzidas ao custo do capital e reservas distribuíveis numa coluna separada no rosto do balanço sem quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Caso as ações em tesouraria sejam posteriormente vendidas, a dedução suprarreferida é invertida e qualquer montante superior aos custos de aquisição iniciais será reconhecido nas reservas de capital, enquanto uma perda na venda posterior será reconhecida nas reservas de receitas.

Conversão cambial

A conversão cambial é consistente com os princípios enunciados nos artigos 256.^o-A e 340.^o-H do HGB.

Os ativos expressos em moeda estrangeira e tratados como ativos fixos, mas não cobertos separadamente na mesma moeda, são apresentados ao custo histórico, exceto se a alteração na moeda estrangeira for distinta da temporária, de modo que os ativos tenham de ser depreciados. Outros ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e transações em numerário pendentes são convertidas à taxa *spot* média na data do balanço e as transações cambiais a prazo à taxa a prazo na data do balanço.

A definição dessas posições em moeda estrangeira para a qual o banco aplica o método de cobertura especial de acordo com o artigo 340.^o-H do HGB reflete os procedimentos internos de gestão do risco.

A contabilização dos resultados da conversão cambial depende das posições da moeda estrangeira com as quais estão relacionados. Os resultados da conversão cambial dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação, bem como os resultados da conversão de posições especificamente cobertas são reconhecidos na demonstração de resultados. Isto também é aplicável às posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas, contudo, com um prazo remanescente igual ou inferior a um ano. Por outro lado, para posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas e com um prazo remanescente superior a um ano de acordo com o princípio da imparidade, apenas são reconhecidas as perdas da conversão cambial. O resultado da conversão cambial está incluído no resultado de negociação líquido e noutros rendimentos e despesas operacionais.

Os elementos dos balanços e das demonstrações de resultados de agências estrangeiras são convertidos para euros a taxas médias nas respetivas datas do balanço (método da taxa de fecho). As diferenças resultantes da conversão de elementos do balanço no Banco – à exceção das perdas da taxa de câmbio na conversão do capital atribuído às agências fora da Alemanha (incluindo resultados transportados) – são relatadas como ativos diversos ou passivos diversos que não afetam o resultado líquido.

Notas ao balanço

Estrutura de maturidade dos valores a receber

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Outros valores a receber de bancos sem valores a receber a pagar à vista	94 978	103 526
com um período residual de		
até três meses	26 316	39 912
mais de três meses e inferior a um ano	21 587	20 473
Mais do que um ano e até cinco anos	19 509	25 166
mais de cinco anos	27 565	17 976
Valores a receber de clientes	274 089	245 286
com um período residual de		
até três meses	154 441	133 886
mais de três meses e inferior a um ano	23 938	18 649
Mais do que um ano e até cinco anos	68 588	64 715
mais de cinco anos	26 428	27 282
com um período indefinido	694	754

Das obrigações e outros títulos de rendimento fixo de € 44.4 billion, 3,4 mil milhões de euros vencem em 2017.

Títulos

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos títulos negociáveis incluídos nas posições do balanço cotadas.

em milhões de euros	cotadas		não cotadas	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	37 534	51 024	6 866	7 913
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	165	596	7	4
Participações financeiras	4	4	42	40
Investimentos em empresas afiliadas	0	0	1 094	1 102

A diminuição nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados deveu-se principalmente às vendas da nossa reserva de liquidez estratégica.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos como ativos fixos são relatados ao custo amortizado à medida que o Deutsche Bank pretende deter esses títulos para o futuro próximo. O respetivo montante escriturado total na data de relato ascende a € 3,271 million. Essas obrigações são detidas em duas carteiras distintas. A primeira, com um justo valor de 3305 milhões de euros (montante escriturado de 3128 milhões de euros), está relacionada com a reserva de liquidez estratégica, gerida pela Tesouraria do Grupo. Esta inclui obrigações de elevada qualidade do Governo, supranacionais e de agências, as quais foram reclassificadas a partir da reserva de liquidez no início de janeiro de 2016 devido a uma alteração da intenção de manutenção para o futuro próximo em vez da saída ou negociação a curto prazo. Essas obrigações foram reclassificadas ao valor escriturado à data de reclassificação, o qual era inferior ao valor de mercado.

A segunda carteira incluía sobretudo reclassificações realizadas em 2008 e 2009 devido a liquidez significativamente reduzida nos mercados financeiros. Para esses ativos reclassificados, ocorreu uma alteração na intenção de manutenção para o futuro próximo em vez da saída ou negociação a curto prazo. Esses ativos foram reclassificados com o justo valor mais baixo na data de reclassificação. O valor intrínseco desses ativos foi superior na data de reclassificação ao justo valor estimado. Esses títulos foram geridos em carteiras separadas. O justo valor mais baixo desses títulos ascendeu a 126 milhões de euros na data de relato (montante escriturado de 143 milhões de euros). Quando disponível, o justo valor derivou dos parâmetros ou preços observáveis. Sempre que os preços de mercado ou os dados observáveis não estavam disponíveis, foram aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Investimentos em fundos de investimento

A tabela a seguir apresenta uma discriminação dos investimentos em fundos de investimento alemães e estrangeiros para efeitos de investimento, em que as unidades dos fundos detidas foram superiores a 10%.

em milhões de euros	31.12.2016			
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença entre o justo valor e o valor contabilístico	Distribuição em 2016
Fundos de capitais próprios	1 181	1 181	0	0
Fundos de obrigações	30	30	0	0
Fundos mistos	3 086	3 086	0	0
Fundos de divisas	0	0	0	0
Fundos de matérias-primas	19	19	0	0
Total	4 315	4 315	0	0

Os investimentos nos fundos foram predominantemente atribuídos a ativos detidos para negociação. Os respetivos valores escriturados corresponderam aos justos valores. A maioria dos fundos consistiu em fundos negociados em bolsa estabelecidos pelo Deutsche Bank.

As condições para adiar o reembolso das unidades do fundo poderão variar de acordo com o fundo. Estas poderão basear-se num valor do ativo mínimo ou tornar-se discricionárias para os diretores do fundo. As restrições para o reembolso diário das unidades do fundo estão relacionadas com casos em que muitos investidores tentam o resgate numa altura específica. Nesses casos, os fundos poderão adiar o reembolso até uma altura em que possam responder ao pedido de reembolso.

Transações sujeitas a acordos de venda e recompra

O valor contabilístico dos ativos relatados no balanço e vendidos sujeitos a um acordo de recompra no montante de € 39.1 billion estava exclusivamente relacionado com os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra.

Ativos e passivos detidos para negociação

Instrumentos financeiros detidos para negociação

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação.

31 de dezembro 2016 em milhões de euros	Ativos detidos para negociação	em milhões de euros	Passivos detidos para negociação
Instrumentos financeiros derivados	461 735	Instrumentos financeiros derivados	450 740
líquidos	95 463	Passivo	195 846
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	54 520		
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	91 960		
Ativos diversos	12 062		
Ajuste ao risco	(402)		
Total	715 338	Total	646 585

Os pressupostos básicos para determinar o justo valor através de métodos de avaliação aceites são apresentados em pormenor na secção “Base da apresentação”.

A tabela a seguir descreve os derivados avaliados ao justo valor que correspondem aos derivados de negociação, por tipo e volume.

em milhões de euros	31.12.2016	
	Valor notional	
Produtos do mercado de balcão	35 768 649	
transações associadas a taxas de juro	28 142 609	
transações associadas a taxas de câmbio	5 507 995	
derivados de crédito	1 515 628	
transações associadas a capitais próprios e índices	570 181	
outras transações	32 236	
Produtos negociados em bolsa	5 653 983	
transações associadas a taxas de juro	5 134 535	
transações associadas a capitais próprios e índices	446 466	
transações associadas a taxas de câmbio	25 719	
outras transações	47 263	
Total	41 422 632	

O montante, o prazo e a fiabilidade dos fluxos de caixa futuros são afetados pelo contexto da taxa de juros, desde o desenvolvimento nos mercados acionistas e de dívida, bem como pelos spreads de crédito e pelos incumprimentos.

Método e pressupostos e montante de ajuste ao risco

O cálculo do ajuste ao risco baseia-se no modelo para calcular o valor em risco regulamentar que integra instrumentos financeiros detidos ou incorridos para negociação. A avaliação dos ativos detidos para negociação poderá exigir vários ajustamentos da avaliação, por exemplo, para riscos de liquidez que são explicados de modo mais pormenorizado em “Base da apresentação”, na secção “Atividades de negociação”.

O cálculo do ajuste ao valor em risco (“ajuste VaR”) baseia-se num período de carência de dez dias e num nível de confiança de 99%. O período de observação é de 261 dias de negociação.

Além do ajustamento VaR regulamentar, o ajuste ao risco foi complementado por valores de risco adicionais relacionados com o risco de crédito próprio do Deutsche Bank não coberto pelo cálculo do VaR.

O montante absoluto do ajuste ao risco é de € 402 million.

Alteração de critérios para a classificação de instrumentos financeiros como de negociação

Ao longo de 2016, os critérios relacionados com a atribuição de instrumentos financeiros para ativos e passivos detidos para negociação permaneceram inalterados.

Ativos subordinados

Ativos subordinados

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Valores a receber de bancos	795	250
Valores a receber de clientes	138	210
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	382	1 768
Ativos detidos para negociação	9 231	10 206

Instrumentos financeiros derivados

Transações a prazo

As transações a prazo pendentes na data do balanço eram principalmente compostas pelos seguintes tipos de negócios:

- transações associadas a taxas de juro: transações a prazo associadas a instrumentos de dívida, contratos a prazo de taxa de juro, swaps de taxa de juro, futuros de taxas de juros, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a taxas de juro e índices;
- transações associadas a taxas de câmbio: contratos a prazo de câmbio e metais preciosos, swaps interdivisas, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados ao câmbio e metais preciosos, futuros de câmbio e metais preciosos;
- transações relacionadas com ações/índices: contratos a prazo e futuros sobre ações, futuros sobre índices, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a ações e índices;
- derivados de crédito: swaps de risco de incumprimento (CDS), swaps de retorno total (TRS), títulos de dívida indexados a crédito (CLN).

Os tipos de transações acima descritos são realizados quase exclusivamente para cobrir as flutuações da taxa de juro, da taxa de câmbio e do preço de mercado nas atividades de negociação.

Derivados não contabilizados ao justo valor

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivados registados como derivados da carteira bancária que não são, em geral, contabilizados ao justo valor.

em milhões de euros	31.12.2016				
	Nacional montante	Valor contabilístico		Justo valor	
		positivo	negativo	positivo	negativo
Produtos do mercado de balcão					
transações relacionadas com taxas de juro	820 077	666	730	3 353	2 974
transações relacionadas com taxas de câmbio	115 651	626	212	771	12 701
transações relacionadas com capitais próprios/índices	6	0	0	0	0
derivados de crédito	4 644	8	77	15	77
outras transações	39	0	0	0	19
Total	940 417	1 299	1 019	4 139	15 771

Os valores escriturados dos derivados geralmente não registados ao justo valor são relatados em “Ativos diversos” e “Passivos diversos”.

Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

O Deutsche Bank AG procede a unidades de avaliação através de coberturas de justo valor, para se proteger essencialmente através de opções e swaps de taxa de juro contra alterações do justo valor de títulos de taxa fixa resultantes de alterações nas taxas de mercado.

Caso os derivados de crédito na carteira bancária não preencham os requisitos de processamento de garantia de empréstimo, a contabilidade de cobertura é aplicável de acordo com a diretriz IDW RS BFA 1.

Os riscos adicionais resultantes de derivados de bifurcação embutidos em instrumentos financeiros híbridos são também cobertos através de relações de microcobertura.

Além dos casos descritos acima, o Deutsche Bank cobre riscos de matéria-prima através de relações de cobertura de carteira e de microcobertura.

A tabela abaixo fornece uma visão geral dos elementos cobertos em unidades de avaliação, incluindo o montante dos riscos cobertos. Para ativos cobertos e passivos cobertos, o valor contabilístico é igualmente apresentado.

em milhões de euros	31.12.2016	
	Valor contabilístico	Montante de risco garantido
Ativos garantidos, total	38 585	60
Passivos garantidos, total	115 200	(3 467)
	Valor nocional	Montante de risco garantido
Transações pendentes	92 788	1 228

O montante de risco coberto, se negativo, representa a diminuição cumulativa do justo valor para ativos em relação ao aumento cumulativo do justo valor para passivos desde a criação da relação de cobertura não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas. Os montantes positivos de risco coberto correspondem ao aumento cumulativo do justo valor dos ativos em relação à diminuição cumulativa do justo valor dos passivos não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas.

Ao utilizar contratos a prazo e swaps cambiais, o Deutsche Bank AG contrata coberturas de justo valor do risco cambial do capital de dotação das respetivas agências e dos lucros/perdas transportados que representam o valor do ativo líquido exposto ao risco cambial. O montante escriturado da posição líquida coberta através de macrocoberturas ascende a 30,0 mil milhões de euros. O montante de risco coberto é de 718 milhões de euros negativos. A compensação final das alterações da taxa *spot* paralela ocorre numa altura em que o capital de dotação é reembolsado.

Nos casos em que os termos contratuais do elemento coberto e do instrumento de cobertura são exatamente compensados, a avaliação prospetiva da eficácia e a medição retrospectiva da eficácia de uma unidade de avaliação baseiam-se na correspondência de termos fundamentais. Além disso, o banco utiliza métodos estatísticos e análise de regressão para a avaliação da eficácia. O Deutsche Bank AG compara os montantes das alterações dos justos valores de elementos cobertos e os instrumentos de cobertura (método da compensação em dólares). As unidades de avaliação são, em geral, estabelecidas ao longo da maturidade residual dos elementos cobertos.

Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas

em milhões de euros	Empresas afiliadas		Empresas associadas e relacionadas	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Valores a receber de bancos	112 928	120 657	0	41
Valores a receber de clientes	74 963	81 137	255	240
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 455	1 627	7	136
Dívidas a bancos	97 012	115 324	1	54
Responsabilidades para com clientes	41 592	54 620	66	101
Passivo na forma de certificados	1 163	1 172	0	0
Passivos subordinados	6 027	6 771	0	0

Uma lista completa das participações do Deutsche Bank AG (incluindo empresas nas quais a participação é igual ou superior a 20% e participações em grandes empresas, nas quais a participação é superior a 5% dos direitos de voto) está disponível na nota "Participações".

Sociedade fiduciária

em milhões de euros	Ativos detidos em fideicomisso		em milhões de euros	Passivos detidos em fideicomisso	
	31.12.2016	31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015
Valores a receber de clientes	39	28	Dívidas a bancos	0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	9	9	Responsabilidades para com clientes	58	46
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	4	4			
Participações financeiras	4	4			
Ativos diversos	2	2			
Total	58	46	Total	58	46

Ativos fixos

A lista a seguir apresenta as alterações nos ativos fixos.

em milhões de euros	Custos de aquisição/fabrico			Depreciação/amortização, depreciações e ajustes de valor			Valor contabilístico	
	Saldo em 1 de janeiro de 2016	Adições	Alienações	Cumulativo	incluindo no ano atual	incluindo alienações	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Ativos intangíveis	4 407	2 214	109	2 505	654	68	4 007	2 456
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	3 364	1 399 ¹	53	1 601	604	11	3 109	2 322
Ativos intangíveis adquiridos	343	816 ²	58	231	36	56	870	92
Goodwill	701	0	0	673	14	0	28	42
Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos tangíveis	3 041	265	509	1 858	233	466	939	1 004
Terrenos e edifícios	94	1	1	31	2	1	63 ³	75
Mobiliário e equipamento de escritório	2 678	264	252	1 825	199	248	865	848
Ativos de locação	269	0	256	2	31	217	11	81
			Alterar					
Participações financeiras			(46)				387	433
Investimentos em empresas afiliadas			626 ⁴				44 049	43 423
Instrumentos do mercado monetário			24				24	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			1 601				3 271	1 670
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			(1)				5	6
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0

Foi utilizada a opção de combinar ativos financeiros de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da RechKredV. As alterações das taxas de câmbio em agências estrangeiras resultantes da conversão cambial às taxas de fecho foram reconhecidas nos custos de aquisição/fabrico (saldo em 1 de janeiro de 2016) e na depreciação/amortização cumulativa, depreciações e ajustes de valores.

¹ Os acréscimos aos ativos intangíveis de desenvolvimento próprio estão relacionados com o software de desenvolvimento próprio.

² Os acréscimos de 787 milhões de euros estão relacionados com o software, o qual foi comprado a uma empresa afiliada.

³ Os terrenos e edifícios com um valor contabilístico total de €63 million foram utilizados como parte das nossas atividades próprias.

⁴ Os investimentos em empresas afiliadas aumentaram 626 milhões de euros para 44,0 mil milhões de euros. Os acréscimos a investimentos em empresas afiliadas ascenderam a 21,7 mil milhões de euros, em comparação com diminuições de 21,3 mil milhões de euros. O aumento foi principalmente atribuível à transferência de empresas afiliadas previamente detidas indiretamente e a um impacto positivo da conversão cambial. Este aumento foi, em grande parte, anulado pela transferência de empresas afiliadas previamente detidas diretamente e por depreciações líquidas de 3,7 mil milhões de euros.

Ativos intangíveis

O goodwill relatado em ativos intangíveis é amortizado ao longo da respetiva vida útil de cinco a 15 anos. A respetiva determinação baseia-se em fatores económicos e organizacionais tais como crescimento futuro e perspetivas futuras, modo e duração de sinergias esperadas, alavancagem da base de clientes e força de trabalho reunida das empresas adquiridas. O software classificado como ativo intangível é amortizado ao longo da respetiva vida útil, que se prolonga por um período de até 10 anos.

Ativos diversos

Os ativos diversos de € 8.0 billion são principalmente compostos por valores a receber de contratos de agregação de lucros de 2,2 mil milhões de euros, de valores a pagar no período de reembolso (*balloon*) de *swaps* de 2,2 mil milhões de euros, de pedidos apresentados às autoridades tributárias de 1,3 mil milhões de euros e de valores a receber relativos à venda de uma participação do Deutsche Bank de 788 milhões de euros.

Gastos pagos antecipadamente

Os gastos pagos antecipadamente incluem descontos entre o montante de emissão e de reembolso para passivo de € 45 million.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são determinados para diferenças temporárias entre os montantes escriturados comerciais de ativos e passivo e acréscimos e as respetivas bases tributárias quando se antecipa que tais diferenças serão invertidas nos períodos de relato a seguir. Nesse contexto, as diferenças temporárias de subsidiárias/parcerias do grupo com tributação consolidada nas quais o Deutsche Bank AG seja um acionista/parceiro são também incluídas na determinação dos impostos diferidos do Deutsche Bank AG. O Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque celebrou o acordo de atribuição de receitas fiscais, segundo o qual é reembolsado pelas respetivas diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais. Além disso, as perdas fiscais não utilizadas são consideradas na determinação dos ativos por impostos diferidos, na medida em que serão utilizadas nos cinco anos seguintes. A medição dos impostos diferidos baseia-se na taxa conjunta de imposto sobre o rendimento do grupo fiscal do Deutsche Bank AG, a qual é atualmente de 31,3%. A taxa conjunta de imposto sobre o rendimento inclui o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e a sobretaxa de solidariedade.

Por outro lado, os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias em investimentos alemães na forma de parceira são medidos com base numa taxa conjunta de imposto sobre o rendimento que inclui apenas o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas e a sobretaxa de solidariedade; tal ascende atualmente a 15,83%.

Os impostos diferidos em agências estrangeiras são medidos através das taxas de imposto legais aplicáveis, que se encontram principalmente num intervalo entre 20% e 38%.

No período de relato, foi apresentado no balanço um ativo por impostos diferidos global de 2,3 mil milhões de euros. Os principais contribuidores foram o Deutsche Bank AG – o “banco nacional”, incluindo impostos diferidos de subsidiárias do grupo com tributação consolidada, e o Deutsche Bank AG – Agência de Londres. Aqueles baseiam-se sobretudo nas perdas fiscais não utilizadas e nas diferenças temporárias, estando as últimas principalmente relacionadas com as obrigações associadas ao pessoal e as medições do justo valor de carteiras de empréstimos e carteiras de negociação.

Estrutura de maturidade do passivo

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Dívidas a bancos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	125 253	118 312
com um período residual de		
até três meses	52 105	55 485
mais de três meses e inferior a um ano	21 157	24 254
Mais do que um ano e até cinco anos	42 634	29 494
mais de cinco anos	9 357	9 079
Depósitos de poupança com prazo de pré-aviso acordado superior a três meses	1 171	1 472
com um período residual de		
até três meses	507	746
mais de três meses e inferior a um ano	640	689
Mais do que um ano e até cinco anos	24	36
mais de cinco anos	0	1
Outras responsabilidades para com clientes com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	87 514	75 799
com um período residual de		
até três meses	43 704	39 376
mais de três meses e inferior a um ano	24 266	20 280
Mais do que um ano e até cinco anos	11 035	8 030
mais de cinco anos	8 510	8 113
Outros passivos na forma de certificados	6 800	19 595
com um período residual de		
até três meses	2 573	5 044
mais de três meses e inferior a um ano	4 223	14 227
Mais do que um ano e até cinco anos	4	325
mais de cinco anos	0	0

Das obrigações emitidas de € 99.6 billion, € 23.9 billion vencem em 2017.

Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Dívidas a bancos	5 971	29 832
Responsabilidades para com clientes	10 260	16 730
Passivos detidos para negociação	2 766	2 895
Outros passivos	383	299

A diminuição das dívidas a bancos de 29,8 mil milhões de euros em 2015 para 6,0 mil milhões de euros em 2016 está principalmente relacionada com uma utilização reduzida de instrumentos de refinanciamento nos bancos centrais.

Passivo diverso

O passivo diverso de € 21.6 billion inclui sobretudo a igualdade da avaliação, em particular no que diz respeito às posições do mercado cambial cobertas de acordo com o § 340.^o-h do HGB que ascendem a 12,4 mil milhões de euros, o passivo devido a um desconhecimento falhado que ascende a 3,7 mil milhões de euros, os efeitos de reavaliação do mercado cambial para capital de dotação e resultados transportados de 2,3 mil milhões de euros e os custos operacionais a serem pagos no valor de 1,2 mil milhões de euros.

Pensões e obrigações semelhantes

O Deutsche Bank AG patrocina planos de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores (planos de pensões) que incluem uma contribuição definida e planos de benefício definido.

A maioria dos beneficiários desses planos de pensões está localizada na Alemanha. O valor do benefício acumulado de um participante baseia-se principalmente na remuneração e no tempo de serviço de cada colaborador.

A data de medição para todos os planos de benefício definido é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados através do método da unidade de crédito projetada. A avaliação exige a aplicação de determinados pressupostos atuariais tais como as evoluções demográficas, o aumento da remuneração para os colaboradores ativos e das pensões, bem como as taxas de inflação. A taxa de desconto é determinada de acordo com as regras do artigo 253.º, n.º 2 do HGB.

Pressupostos utilizados para os planos de pensões	31.12.2016	31.12.2015
Taxa de desconto	3,90 %	3,76 %
Taxa de inflação	1,60 %	1,60 %
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	2,10 %	2,10 %
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	1,50 %	1,50 %
Tabelas de mortalidade/invalidez	Richttafeln Heubeck 2005 G	Richttafeln Heubeck 2005 G

As obrigações desses planos de pensões de benefícios definido são, na maioria, financiadas externamente. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões relevantes.

Para os planos de contribuição definida na Alemanha, em que o Deutsche Bank AG e outras instituições financeiras sejam membros do BVV, o passivo dos empregadores da subsidiária incluem os pagamentos de benefícios e os respetivos aumentos legalmente exigidos.

Além disso, as provisões são reconhecidas para outras obrigações de longo prazo semelhantes, em particular na Alemanha, por exemplo, para anos de aniversário de serviço ou regimes de reforma antecipada. O Banco financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	31.12.2016	31.12.2015
Obrigação de pensão (reconhecida nas Finanças)	4 604	5 038
Obrigação de pensão fictícia com base numa taxa de desconto média de 7 anos	5 041	N/S
Rendimento reconhecido devido a diferença da taxa de desconto	437	N/S
Justo valor dos ativos dos planos	5 705	5 824
do qual: custo dos ativos do plano	5 327	5 261
do qual: total de resultados não realizados nos ativos do plano	377	562
Montante sobrefinanciado líquido no final do exercício	1 101	786
Ativos de pensões líquidos	1 101	786
dos quais: reconhecidos como "Ativos do plano sobrefinanciados relacionados com planos de pensões"	1 149	841
dos quais: reconhecidos como "Provisões para pensões e obrigações semelhantes"	48	56

A adoção dos princípios de avaliação revistos de acordo com o § 253.º (6) do HGB resulta numa diferença de avaliação entre a obrigação com benefícios definidos reconhecida nas finanças utilizando a taxa de desconto média de 10 anos e a taxa de desconto média de 7 anos utilizada no passado. Esta diferença foi reconhecida como um ganho no montante de € 437 million e está sujeita a provisões de bloqueio de dividendos.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	2016	2015
Rentabilidade dos ativos do plano	372	216
Custos com juros para o efeito financeiro de desconto das obrigações com pensões	(102)	590
Rendimento de juros líquido (despesa)	270	(374)
do qual: reconhecido como "Outros rendimentos operacionais"	274	1
do qual: reconhecido como "Outros gastos operacionais"	4	374

Outras provisões

em euros	31.12.2016
Provisões para perdas iminentes	663
Provisões para perdas de crédito	402
Outras provisões remanescentes	6 460
Total de outras provisões	7 525

As outras provisões remanescentes são definidas para os seguintes (principais) tipos de risco:

As provisões **associadas ao pessoal** foram definidas para refletirem remunerações e benefícios adicionais para os colaboradores. Aquelas estão relacionadas com pagamentos variáveis e remuneração diferida, remuneração com base em ações, obrigações para reforma antecipada e outros. O montante previsto totaliza 1,7 mil milhões de euros.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei. A provisão para este risco é de 2,5 mil milhões de euros por ano no final de 2016.

Processos civis as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis. A provisão para este risco é de 1,3 mil milhões de euros por ano no final de 2016.

Provisões operacionais surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. A provisão para este risco é de 271 milhões de euros por ano no final de 2016.

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão de risco, pois exclui o risco de perda resultante dos processos civis ou de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

Provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. A provisão para estas atividades é de 251 milhões de euros por ano no final de 2016.

As **provisões diversas** estão definidas para 380 milhões de euros por ano no final de 2016.

Passivos subordinados

Os passivos subordinados são emitidos na forma de títulos de taxa fixa e taxa variável, obrigações nominativas e ao portador, bem como empréstimos de nota promissória, e têm maturidades iniciais, na sua maioria, no prazo de 10 e 30 anos.

O Deutsche Bank AG não está obrigado a reembolsar passivos subordinados antes da data de vencimento especificada, contudo, em alguns casos, é possível o resgate antecipado por opção do emitente. No caso de dissolução ou insolvência, os valores a receber e os juros exigidos resultantes de tal passivo estão subordinados aos valores a receber não subordinados de todos os credores do Deutsche Bank AG. A conversão desses fundos para capital próprio ou outra forma de dívida não é antecipada ao abrigo dos termos das notas. Essas condições aplicam-se também aos passivos subordinados não especificados individualmente.

Passivos subordinados materiais acima de 1,0 mil milhões de euros

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Maturidade
€	1 150	Obrigação ao portador	2010	5,000 %	24.06.2020 ¹
dólares dos Estados Unidos	1 500	Obrigação nominativa	2013	4,296 %	24.05.2028 ¹
€	1 000	Obrigação nominativa	2008	8,000 %	15.05.2038 ¹
dólares dos Estados Unidos	1 385	Obrigação nominativa	2008	8,050 %	perpétua ¹
dólares dos Estados Unidos	1 975	Obrigação nominativa	2008	7,600 %	perpétua ¹
€	1 250	Obrigação ao portador	2015	2,750 %	17.02.2025 ¹
dólares dos Estados Unidos	1 500	Obrigação ao portador	2015	4,500 %	01.04.2025 ¹

¹ Possibilidade de pagamento prévio devido à exigibilidade das obrigações.

As despesas para todos os passivos subordinados de € 12,5 billion totalizaram € 393 million, incluindo os resultados de derivados de cobertura. Os juros acrescidos, porém, ainda não vencidos de € 194 million incluídos neste valor são relatados no passivo diverso.

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 2014, o Deutsche Bank AG colocou Notas Tier 1 adicionais (as "Notas AT1" ou "Notas"), no valor de 4,7 mil milhões de euros. Desde então, não foram emitidas Notas AT1 adicionais.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As Notas auferem juros no seu montante nominal a partir da data de emissão até à primeira data de compra à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros. Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer défice nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva primeira data de compra e posteriormente a cada intervalo de cinco anos ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo Deutsche Bank, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%. As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

Em 31 de dezembro de 2016 as notas ascendiam a € 5.1 billion. O gasto de juros relacionado totalizou € 331 million e incluiu € 229 million de juros acrescidos no final do exercício de 2016, o qual foi registado em outros passivos.

Notas AT1 pendentes em 31 de dezembro de 2016

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	1 750	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,000 %	30.04.2022
dólares dos Estados Unidos	1 250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	6,250 %	30.04.2020
GBP	650	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,125 %	30.04.2026
dólares dos Estados Unidos	1 500	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,500 %	30.04.2025

Divisas

O montante total de ativos expressos em moedas estrangeiras foi equivalente a € 1,197.5 billion na data do balanço; o valor total de passivo foi equivalente a € 1,068.4 billion.

Capital e reservas

Ações próprias

Ao longo de 2016, o Banco ou as respetivas empresas afiliadas compraram 336 942 318 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes e venderam 336 878 347 ações do Deutsche Bank aos preços de mercado prevalecentes para negociação. A aquisição das respetivas ações próprias baseou-se na autorização dada na Assembleia-Geral de 23 de maio de 2013 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG, cujos limites foram cumpridos para cada compra de ações e transação de venda. O preço de compra médio foi de 14,80 euros e o preço de venda médio foi de 14,80 euros por ação. O resultado foi reconhecido nas reservas de receitas.

As ações próprias do Banco compradas e vendidas para negociação ao longo de 2016 representaram cerca de 24% do respetivo capital social. A participação maior em qualquer dia individual foi de 0,17% e a participação média diária foi de 0,02% do respetivo capital social.

Além disso, o Banco foi autorizado a comprar as ações próprias nas Assembleias-Gerais de 19 de maio de 2016 e 21 de maio de 2015 de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG. Os respetivos limites foram cumpridos para cada transação de compra e venda. A autorização para o Banco comprar as respetivas ações próprias, dada na Assem-

bleia-Geral de 21 de maio de 2015 e válida até 30 de abril de 2020, foi cancelada após a entrada em vigor da autorização de 19 de maio de 2016.

Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 19 de maio de 2016 autorizou o Conselho de Administração nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG a realizar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. Os limites relativos à utilização de tais derivativos foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

No final de 2016, o Deutsche Bank AG detinha 94 027 ações próprias de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG. As respectivas participações de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG ascendiam a 4863 ações ou 0,00% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, 5 089 000 (final de 2015: 4 265 535) ações do Deutsche Bank, ou seja, 0,37% (final de 2015: 0,31%) do nosso capital social, foram penhoradas ao Banco e respectivas empresas afiliadas como garantias para empréstimos.

Alterações no capital subscrito, autorizado e condicional

O capital subscrito do Banco está dividido em 1 379 273 131 ações nominativas sem valor nominal e cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros. Excluindo as participações das ações próprias do Banco, o número de ações pendentes em 31 de dezembro de 2016 era 1 379 174 241 (final de 2015: 1 378 944 872). O número médio de ações pendentes no período de relato era 1 372 457 189.

em euros	Capital subscrito ¹	Capital autorizado	Capital condicional (ainda a utilizar)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3 530 939 215,36	1 760 000 000,00	486 400 000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3 530 939 215,36	1 760 000 000,00	486 400 000,00

¹ Inclui o valor nominal das ações em tesouraria.

Os pormenores em relação ao capital condicional autorizado e ainda a utilizar são apresentados na nota relativa à Informação de acordo com o artigo 289.º, n.º 4 do Código Comercial alemão.

Alterações no capital e reservas

em milhões de euros		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		45 828
Distribuição em 2016		0
Lucro transportado		(165)
Ações em tesouraria		
– Alteração no valor nominal de ações em tesouraria	1	
– Alteração dos custos de aquisição	8	
– Resultados líquidos não realizados (não relacionados com a negociação)	0	
– Resultado realizado (relacionado com a negociação)	(5)	
– Perdas líquidas não realizadas (não relacionadas com a negociação)	(46)	(42)
Distribuição dos lucros para outras reservas de receitas		0
Lucro distribuível para 2016		447
Saldo em 31 de dezembro de 2016		46 067

Tendo em conta o lucro transportado do ano anterior de 165 milhões de euros, o lucro distribuível ascendeu a 447 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. O Banco proporá na Assembleia-Geral Anual o pagamento de 0,19 euros por ação e o transporte do lucro distribuível remanescente.

Transações extrapatrimoniais

O Banco divulga passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis como transações extrapatrimoniais desde que não tenham sido estabelecidas provisões para os mesmos. A decisão de divulgação dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis como extrapatrimoniais ou reconhecidos como provisões é tomada com base no resultado da avaliação do risco de crédito. Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são igualmente reduzidos através do montante de garantia em numerário recebido, o qual é registado como passivo no balanço.

O risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes é mitigado pela possibilidade de recurso em relação ao respetivo cliente e, por conseguinte, baseia-se predominantemente no risco de crédito do cliente.

O Banco avalia o risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis antes de realizar irrevogavelmente uma obrigação no âmbito de uma avaliação do risco de crédito ou ao utilizar uma avaliação do cumprimento previsto do cliente da obrigação subjacente. Além disso, o Banco avalia regularmente ao longo da vida útil do compromisso se são esperadas perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis. Em determinadas circunstâncias, o Banco solicita a provisão da garantia para reduzir o risco de perdas resultantes de reclamações. Os montantes das perdas analisados no âmbito de tais avaliações são registados no balanço como provisões.

Passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Deutsche Bank AG realiza regularmente garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito em nome dos seus clientes. Ao abrigo desses contratos, o Deutsche Bank AG está obrigado a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento por parte do terceiro das respetivas obrigações ou da execução de um contrato de obrigação. Para essas contingências, não é do conhecimento do Banco, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é reconhecida uma provisão.

A tabela a seguir apresenta o total dos potenciais pagamentos ao abrigo de garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito após a dedução da garantia em numerário e das provisões registadas no balanço. Aquela apresenta o montante máximo da potencial utilização do Deutsche Bank AG no caso de todas as obrigações realizadas terem de ser cumpridas e, simultaneamente, todos os recursos para clientes não serem satisfeitos. Por conseguinte, a tabela não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados desses contratos, uma vez que muitos desses contratos expirarão sem serem retirados ou os saques serão contrabalançados através de recurso para o cliente.

em milhões de euros	31.12.2016	31.12.2015
Garantias	38 750	41 322
Cartas de crédito	4 263	5 248
Responsabilidades de crédito	7 576	7 956

Compromissos de crédito irrevogáveis

Os compromissos de crédito irrevogáveis ascenderam a € 122.8 billion em 31 de dezembro de 2016 e incluíram compromissos de € 121.0 billion para empréstimos e descontos a favor de entidades não bancárias.

O Deutsche Bank AG celebra compromissos de crédito irrevogáveis para satisfazer as necessidades de financiamento dos respetivos clientes. Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada da obrigação do Deutsche Bank de conceder empréstimos que não podem ser revogados pelo Deutsche Bank. Esses compromissos são apresentados com o montante contratual após a consideração da garantia em numerário recebida e as provisões conforme registadas no balanço. Os montantes acima referidos não representam fluxos de caixa futuros esperados, pois muitos desses contratos expirarão sem serem retirados. Apesar de os compromissos de crédito irrevogáveis não serem reconhecidos no balanço, o Deutsche Bank AG considera-os na monitorização da exposição ao crédito. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é definida uma provisão.

O Deutsche Bank AG está comprometido em várias atividades comerciais com determinadas entidades, designadas como entidades de finalidade especial (SPE), que foram nomeadas para atingir uma finalidade de negócio específica. As principais utilizações de SPE consistem em proporcionar aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e riscos, bem como em fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. O Deutsche Bank AG beneficiará, em geral, da receção de taxas de serviços e comissões para a criação de SPE ou por atuar como um gestor de investimento, instituição de custódia ou qualquer outra função. As SPE podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. Embora o nosso envolvimento com tais entidades possa assumir muitas formas distintas, aquele é sobretudo composto por instrumentos de liquidez, divulgados de modo extrapatrimonial como compromissos de crédito irrevogáveis no âmbito das “outras obrigações” abaixo da linha do balanço. O Deutsche Bank AG presta apoio financeiro às SPE relacionado com os programas de veículos de titularização comer-

cial, as titularizações de ativos, os fundos de investimento e os fundos de locação imobiliária. Tais veículos são fundamentais para o funcionamento de vários mercados investidores importantes, incluindo os mercados de créditos hipotecários para habitação e outros títulos garantidos por ativos, uma vez que proporcionam aos investidores o acesso a fluxos de caixa e riscos específicos criados através do processo de titularização. A 31 de dezembro de 2016, a exposição do Deutsche Bank AG não teve um impacto significativo nos respetivos acordos de dívida, rácios de capital, notações de crédito ou dividendos.

Obrigações diversas

As obrigações de aquisição são acordos legalmente executáveis e vinculativos para a compra de mercadorias ou serviços nos termos predefinidos tais como quantidades ou preços mínimos. Sempre que o Deutsche Bank AG celebra tais acordos, existe o risco potencial de os termos e condições do contrato serem menos favoráveis do que os termos e condições no momento em que as mercadorias ou os serviços são fornecidos ou de os custos relacionados serem mais elevados do que o benefício económico recebido. No caso de uma perda antecipada, o Deutsche Bank AG poderá anular uma provisão para contratos onerosos.

As obrigações de aquisição para mercadorias e serviços ascendem a € 2.1 billion em 31 de dezembro de 2016, as quais incluem pagamentos futuros para, entre outros, serviços de tecnologia da informação e de gestão de instalações, por exemplo.

As locações são contratos em que o proprietário de um ativo (locador) concede o direito de utilização desse ativo a outra parte (locatário) por um período de tempo específico em troca de pagamentos regulares. Um contrato de locação é classificado como uma locação operacional caso o contrato inclua um direito limitado ou ilimitado de resolução para o locatário. Todos os principais riscos e benefícios associados à propriedade do ativo permanecem com o locador, que permanece o proprietário económico. As locações operacionais proporcionam uma alternativa à propriedade, pois permitem ao locatário beneficiar do não investimento dos seus recursos no ativo. As obrigações existentes do Deutsche Bank AG resultantes das locações operacionais envolvem contratos de arrendamento e locação para edifícios, mobiliário e equipamento de escritório. A maioria das mesmas são contratos de locação para edifícios, nos quais o Deutsche Bank AG é o locatário. Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações de pagamento ao abrigo dos contratos de arrendamento e locações ascendiam a € 2.0 billion (159 milhões de euros diziam respeito a subsidiárias) e tinham maturidades residuais de até 20 anos.

Em 31 de dezembro de 2016, incluindo prémios atribuídos no início de março de 2017, os custos com remuneração variável diferida não amortizada ascendiam a aproximadamente 0,9 mil milhões de euros.

O passivo para possíveis compras de ações não integralmente liberadas em sociedades anónimas ou sociedades por quotas e outras ações ascendia a € 112 million no final de 2016, dos quais 15 milhões de euros estavam relacionados com uma subsidiária e 88 milhões de euros estavam relacionados com uma entidade associada.

O passivo para possíveis compras de outras ações totalizava € 0.1 million em 31 de dezembro de 2016.

De acordo com o artigo 5.º, n.º 10 do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se a indemnizar o Bundesverband deutscher Banken e.V., Berlim, por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor de bancos maioritariamente detidos ou controlados pelo Deutsche Bank AG.

De acordo com o artigo 3.º, n.º 1-a do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos para Associações de empréstimo e construção de bancos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se igualmente a indemnizar o Fachverband für Bank-Bausparkassen e.V. por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor do Deutsche Bank Bauspar AG, Frankfurt am Main.

Os compromissos de pagamento irrevogáveis para taxas bancárias relacionados com o Fundo Único de Resolução (SFR) e a proteção legal alemã de depósitos ascendiam a 229 milhões de euros.

Como parte da atividade comercial das nossas agências estrangeiras, foi exigida uma garantia de € 1.8 billion pelos regulamentos legais.

As obrigações decorrentes de transações em bolsas de futuros e opções e em câmaras de compensação para as quais foram penhorados títulos como garantia ascendiam a € 9.2 billion em 31 de dezembro de 2016.

Existem passivos contingentes que totalizam € 24 million, os quais são principalmente atribuíveis à revenda da sociedade comercial Klöckner & Co. AG, Duisburg.

Notas às demonstrações financeiras

Rendimentos por mercado geográfico

O montante total do rendimento de juros, do rendimento corrente de ações de capital e outros títulos de rendimento variável, das participações financeiras e dos investimentos em empresas afiliadas, do rendimento de comissões, do resultado de negociação líquido e de outras receitas operacionais tem origem em várias regiões, conforme apresentado através da seguinte discriminação de acordo com o artigo 34.º, n.º 2 da RechKredV.

em milhões de euros	2016	2015
Alemanha	5 857	15 245
Europa (excl. Alemanha)	12 963	10 118
Américas	4 274	4 402
África/Ásia/Austrália	3 661	3 376
Total	26 755	33 141

A diminuição do rendimento na Alemanha é sobretudo atribuível à redução do resultado de exploração, bem como a dividendos inferiores de empresas afiliadas. O aumento do rendimento na Europa, exceto na Alemanha, é sobretudo atribuível a um aumento do resultado de exploração.

Rendimento de juros e gastos de juros

O rendimento de juros de empresas de crédito e do mercado monetário incluiu 416 milhões de euros de juros negativos, ou seja, gastos de juros sobre valores a receber que estavam principalmente relacionados com valores a receber de bancos e ativos detidos para negociação. Os gastos de juros incluíram 290 milhões de euros de juros negativos, ou seja, rendimento de juros de passivo que estava sobretudo relacionado com dívidas a bancos.

Serviços administrativos e de agência prestados por terceiros

Os seguintes serviços administrativos e de agência foram prestados por terceiros: serviços de custódia, encaminhamento de hipotecas, apólices de seguros e contratos de poupança e crédito habitação, gestão de ativos detidos em fideicomisso e gestão de ativos.

Outros rendimentos e despesas operacionais

Os outros rendimentos operacionais de € 3.3 billion são principalmente compostos pelo resultado de derivativos não relacionados com a negociação de 1,3 mil milhões de euros, por ganhos de 557 milhões de euros relacionados com a fusão de uma empresa afiliada, pelo rendimento de planos de benefício definido de 274 milhões de euros e pelo rendimento da conversão cambial relativa a ativos e passivo que ascendia a 126 milhões de euros.

Outros gastos operacionais de € 2.8 billion incluem o resultado de derivativos não relacionados com a negociação de 1,1 mil milhões de euros. Estão igualmente incluídas em outros gastos operacionais despesas de litígio de 906 milhões de euros.

Resultado extraordinário

Receitas extraordinárias de € 3.4 million estão relacionadas com a reversão de provisões de reestruturação (2015: receitas de € 28.4 million relacionadas com a reversão de provisões de reestruturação). Despesas extraordinárias de € 309.0 million refletem atividades de reestruturação (2015: despesas de € 161.6 million).

Receitas extraordinárias e despesas líquidas para um resultado extraordinário de negative € 305.6 million (2015: negative € 133.2 million).

Informação relativa ao montante bloqueado de acordo com os artigos 253.º, n.º 6 e 268.º, n.º 8 do HGB

A tabela a seguir apresenta o montante de acordo com o artigo 268.º, n.º 8 do HGB e, pela primeira vez, o elemento bloqueado de acordo com o artigo 253.º, n.º 6 do HGB que deverá ser considerado para distribuição de lucros. De acordo com esta regra promulgada em 2016, tem de ser calculada a diferença na avaliação das obrigações com pensões com base nas taxas médias, ao utilizar um período de dez anos ou de sete anos. Consulte as nossas notas ao balanço, pensões e obrigações semelhantes. No Deutsche Bank AG, o total de reservas distribuíveis após a distribuição de lucros acrescido do lucro distribuível é, no mínimo, igual aos montantes a serem considerados. As posições individuais incluem passivos por impostos diferidos, se aplicável; por conseguinte, os montantes apresentados na tabela poderão desviar-se das posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31.12.2016
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	2 941
Ativos por impostos diferidos	2 607
Resultados não realizados de ativos do plano	365
Diferença de avaliação relacionada com o desconto de provisões para obrigações com pensões	300
Total do montante não distribuível	6 213

Participações acionistas

- 164 Empresas em que a participação é superior a 20%
177 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 285.º, ponto 11 do HGB, incluindo as informações de acordo com o artigo 285.º, ponto 11-a do HGB. De acordo com o artigo 286.º, n.º 3, 1.ª frase, ponto 1 do HGB, o Deutsche Bank AG não divulga os fundos próprios e o resultado anual de participações individuais, na medida em que tais divulgações são insignificantes para a apresentação dos ativos e do passivo, da posição financeira e dos resultados de operações do Deutsche Bank AG.

Notas de rodapé:

- 1 No contrato de transferência de resultados, o resultado anual não é divulgado.
- 2 Fundos próprios e resultado anual do exercício de 2015; os números locais da GAAP para o exercício de 2016 ainda não estão disponíveis.
- 3 Fundos próprios e resultado anual do subgrupo. As empresas a seguir que começam com um travessão fazem parte do subgrupo; os respetivos fundos próprios e o resultado anual são incorporados nos dados do subgrupo.
- 4 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada nos termos do artigo 285.º, ponto 11-a do HGB.
- 5 Parceria geral (Ilhas Caimão).
- 6 Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS.

Empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
2	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
3	AC VI Initiatoren GmbH & Co. KG	Munique		25,0		
4	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
5	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo		95,0		
6	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		100,0		
7	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
8	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
9	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
10	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
11	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
12	Adara S.A.	Luxemburgo		95,0		
13	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
14	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
15	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
16	Agena S.A.	Luxemburgo		95,0		
17	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
18	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
19	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		26,9	213,0	16,0
20	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
21	Alfred Herrhausen Gesellschaft - Das internationale Forum der Deutschen Bank - mbH	Berlin		100,0		
22	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
23	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
24	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
25	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
26	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
27	Aqueduct Capital S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	10,6	(0,1)
28	Argantis GmbH i.L.	Colónia		50,0		
29	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
30	Atena SPV S.r.l	Conegliano		60,0		
31	Atrium 99. Europäische VV SE	Frankfurt		100,0		
32	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
33	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		49,8	15,4	0,2
34	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
35	BAL Servicing Corporation	Wilmington		100,0		
36	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
37	BAMAR Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
38	Bankers Trust International Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		100,0		
39	IBankers Trust Investments Limited	Londres		100,0		
40	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0	7,4	5,1
41	Banks Island General Partner Inc.	Toronto		50,0		
42	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		100,0		
43	Bebek Varlik Yönetim A.S.	Istambul		100,0		
44	Belzen Pty. Limited	Sydney		100,0		
45	Benefit Trust GmbH	Luetzen		100,0	6963,4	487,1
46	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		49,0		
47	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque		99,9		
48	BHS tabletop Aktiengesellschaft	Selb		28,9	33,6	2,1
49	BHW Invest, Société à responsabilité limitée	Luxemburgo		100,0		
50	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
51	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
52	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
53	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf		33,2		
54	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		32,0		
55	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		100,0		
56	BRIMCO, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
57	BrisConnections Holding Trust	Kedron		35,6		
58	BrisConnections Investment Trust	Kedron		35,6		
59	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0		
60	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50,0		
61	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50,0		
62	Cabarez S.A.	Luxemburgo		95,0		
63	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
64	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
65	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
66	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
67	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		100,0		
68	CapeSuccess Inc.	Wilmington		100,0		
69	CapeSuccess LLC	Wilmington		82,6		
70	Cardales Management Limited	Porto de S.Pedro		100,0		
71	Cardales UK Limited	Londres		100,0	15,9	13,5
72	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany		100,0		
73	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany		100,0		
74	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles		100,0		
75	Career Blazers LLC	Wilmington		100,0		
76	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
77	Career Blazers New York, Inc.	Albany		100,0		
78	Career Blazers of Ontario Inc.	Londres, Ontário		100,0		
79	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.		100,0		
80	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		100,0		
81	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington		100,0		
82	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		100,0		
83	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis		100,0		
84	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Port Louis		67,6	260,7	121,0
85	CBI NY Training, Inc.	Albany		100,0		
86	Cedar (Luxemburgo) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
87	Centennial River 1 Inc.	Denver		100,0		
88	Centennial River 2 Inc.	Austin		100,0		
89	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington		100,0		
90	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington		100,0		
91	Centennial River Corporation	Wilmington		100,0		
92	China Recovery Fund LLC	Wilmington		85,0	16,0	0,4
93	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0	13,6	0,0
94	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		100,0		
95	City Leasing Limited	Londres		100,0		
96	Comfund Consulting Limited	Bangalore		30,0		
97	Consumo Finance S.p.A.	Milão		100,0		
98	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		49,9	30,1	10,0
99	CREDA Objektanlage- und verwaltungsgesellschaft mbH	Bona	1	100,0		
100	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH i.L.	Munique		100,0		
101	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
102	DAHOC (UK) Limited	Londres		100,0	57,5	(0,1)
103	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	318,9	(0,1)
104	Danube Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		25,0		
105	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0		
106	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
107	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
108	DB Advisors SICAV	Luxemburgo		96,4	8946,3	175,6
109	DB Alternative Strategies Limited	George Town		100,0		
110	DB Alternatives and Fund Solutions Shanghai Investment Company Ltd	Xangai		100,0		
111	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0		
112	DB Apex (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
113	DB Apex Management Limited	George Town		100,0		
114	DB Avila Ltd.	George Town		100,0		
115	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	100,0	10002,8	0,0
116	DB Capital Investments Sarl	Luxemburgo		100,0	(83,1)	(295,4)
117	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	100,0	2265,1	0,0
118	DB Capital Partners Asia G.P. Limited (em dissolução voluntária)	George Town		100,0		
119	DB Capital Partners General Partner Limited	Londres		100,0		
120	DB Capital Partners Latin America, G.P. Limited (em dissolução voluntária)	George Town		100,0		
121	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		100,0	9,6	(6,4)
122	DB Chambers Limited	George Town		100,0		
123	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0		
124	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		100,0		
125	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
126	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0		
127	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	5,3	21,4
128	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		100,0		
129	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	100,0		
130	DB Energy Commodities Limited	Londres		100,0	47,9	4,9
131	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier	2	100,0	29,1	44,4
132	DB Enfield Infrastructure Investments Limited (em dissolução)	St. Helier	2	100,0	34,2	2,6
133	DB Equity Limited	Londres	2	100,0	34,0	(0,1)
134	DB Finance International GmbH	Eschborn		100,0		
135	DB Finanz-Holding GmbH	Frankfurt	1	100,0	8060,2	0,0
136	DB Global Technology SRL	Bucareste		100,0	15,7	6,6
137	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0		
138	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		100,0		
139	DB Hypernova LLC	Wilmington		100,0		
140	DB iCON Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
141	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG	Frankfurt		74,0		
142	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0		
143	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0		
144	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen		100,0	1643,6	0,9
145	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		100,0	1551,1	11,1
146	DB Infrastructure Holdings (UK) No.1 Limited	Londres	2	100,0	13,5	0,5
147	DB Infrastructure Holdings (UK) No.3 Limited	Londres	2	100,0	0,2	3,7
148	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0	438,3	(7,3)
149	DB International Investments Limited	Londres		100,0		
150	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		100,0		
151	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	46,0	0,0
152	DB Investments (GB) Limited	Londres	2	100,0	2014,5	(0,1)
153	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		100,0		
154	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
155	DB Munico Ltd.	George Town		100,0	106,3	(3,1)
156	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres		100,0		
157	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited	Londres		100,0		
158	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres		100,0		
159	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
160	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0		
161	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Barcelona		99,9		
162	DB Overseas Holdings Limited	Londres	2	100,0	37,5	21,1
163	DB Petri LLC	Wilmington		100,0		
164	DB Print GmbH	Frankfurt	1	100,0		
165	DB Private Equity GmbH	Colónia		100,0	21,1	1,0
166	DB Private Equity International S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
167	DB Private Equity Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
168	DB PWM Private Markets I GP	Luxemburgo		100,0		
169	DB RC Holdings, LLC	Wilmington		100,0		
170	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0		
171	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		100,0		
172	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		34,6		
173	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres	2	100,0	14,0	0,0
174	DB Securities S.A.	Varsóvia		100,0	7,6	(2,2)
175	DB Service Centre Limited	Dublin	2	100,0	10,1	1,5
176	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		100,0		
177	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0		
178	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
179	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
180	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
181	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
182	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		100,0		
183	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0		
184	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
185	DB UK Australia Finance Limited (em dissolução voluntária)	George Town		100,0		
186	DB UK Australia Holdings Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
187	DB UK Bank Limited	Londres	2	100,0	786,3	(13,9)
188	DB UK Holdings Limited	Londres	2	100,0	409,2	128,4
189	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		100,0	50,5	(1,1)
190	DB USA Corporation (Subgrupo)	Wilmington	3	100,0	9210,9	(360,1)
191	-ABFS I Incorporated	Baltimore		100,0		
192	-ABS Leasing Services Company	Chicago		100,0		
193	BS MB Ltd.	Baltimore		100,0		
194	-Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore		100,0		
195	-Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore		100,0		
196	-Americas Trust Servicios de Consultoria, S.A.	Madrid		100,0		
197	-Argent Incorporated	Baltimore		100,0		
198	-Axiom Shelter Island LLC	San Diego		100,0		
199	-Azurix AGOSBA S.R.L.	Buenos Aires		100,0		
200	-Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington		100,0		
201	-Azurix Buenos Aires S.A. (en liquidación)	Buenos Aires		100,0		
202	-Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington		100,0		
203	-Azurix Corp.	Wilmington		100,0		
204	-Azurix Latin America, Inc.	Wilmington		100,0		
205	-B.T.I. Investments (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
206	-Bankers Trust International Finance (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
207	-Barkly Investments Ltd.	St. Helier		100,0		
208	-Blue Cork, Inc.	Wilmington		100,0		
209	-BT Commercial Corporation	Wilmington		100,0		
210	-BT Maulbronn GmbH	Eschborn		100,0		
211	-BT Milford (Cayman) Limited	George Town		100,0		
212	-BT Muritz GmbH	Eschborn		100,0		
213	-BT Vordertaunus Verwaltungs- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0		
214	-BTAS Cayman GP	George Town		100,0		
215	-Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		100,0		
216	-Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
217	-D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
218	-Dawn-BV II LLC	Wilmington		100,0		
219	-Dawn-BV LLC	Wilmington		100,0		
220	-DB (Pacific) Limited	Wilmington		100,0		
221	-DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		100,0		
222	-DB Abalone LLC	Wilmington		100,0		
223	-DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0		
224	-DB Alps Corporation	Wilmington		100,0		
225	-DB Alternative Trading Inc.	Wilmington		100,0		
226	-DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town		100,0		
227	-DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0		
228	-DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0		
229	-DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0		
230	-DB Aster, LLC	Wilmington		100,0		
231	-DB Boracay LLC	Wilmington		100,0		
232	-DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
233	-DB Commodity Services LLC	Wilmington		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
234	-DB Dawn, Inc.	Wilmington		100,0		
235	-DB Delaware Holdings (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
236	-DB Elara LLC	Wilmington		100,0		
237	-DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0		
238	-DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0		
239	-DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0		
240	-DB Fund Services LLC	Wilmington		100,0		
241	-DB Funding LLC #5	Wilmington		100,0		
242	-DB Ganymede 2006 L.P.	Camana Bay		100,0		
243	-DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0		
244	-DB Green Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
245	-DB Green, Inc.	Nova Iorque		100,0		
246	-DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0		
247	-DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		100,0		
248	-DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0		
249	-DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0		
250	-DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0		
251	-DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0		
252	-DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
253	-DB Io LP	Wilmington		100,0		
254	-DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0		
255	-DB Like-Kind Exchange Services Corp.	Wilmington		100,0		
256	-DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0		
257	-DB Managers, LLC	West Trenton		100,0		
258	-DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore		100,0		
259	-DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
260	DB Omega Holdings LLC	Wilmington		100,0		
261	-DB Omega Ltd.	George Town		100,0		
262	-DB Omega S.C.S.	Luxemburgo		100,0		
263	-DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
264	-DB Portfolio Southwest, Inc.	Austin		100,0		
265	-DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0		
266	-DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0		
267	-DB RMS Leasing (Cayman) L.P.	George Town		100,0		
268	-DB Samay Finance No. 2, Inc.	Wilmington		100,0		
269	-DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0		
270	-DB Services New Jersey, Inc.	West Trenton		100,0		
271	-DB Servicios México, Sociedad Anónima de Capital Variable	Cidade do México		100,0		
272	-DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0		
273	-DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0		
274	-DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0		
275	-DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		100,0		
276	-DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0		
277	-DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0		
278	-DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0		
279	-DBUSBZ1, LLC	Wilmington		100,0		
280	-DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0		
281	-DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		100,0		
282	-Deutsche AM Distributors, Inc.	Wilmington		100,0		
283	-Deutsche AM Service Company	Wilmington		100,0		
284	-Deutsche AM Trust Company	Salem		100,0		
285	-Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington		100,0		
286	-Deutsche Asset Management USA Corporation	Wilmington		100,0		
287	-Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0		
288	-Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
289	-Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore		100,0		
290	-Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		100,0		
291	-Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0		
292	-Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0		
293	-Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0		
294	-Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0		
295	-Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0		
296	-Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0		
297	-Deutsche Cayman Ltd.	George Town		100,0		
298	-Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington		100,0		
299	-Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		100,0		
300	-Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington		100,0		
301	-Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0		
302	-Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		100,0		
303	-Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0		
304	-Deutsche Securities SpA	Santiago		100,0		
305	-DFC Residual Corp.	Carson City		100,0		
306	-Dusk LLC	Wilmington		100,0		
307	-ECT Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
308	-G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0		
309	-GAC-HEL II, Inc.	Wilmington		100,0		
310	-GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0		
311	-Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		100,0		
312	-German American Capital Corporation	Baltimore		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
313	-GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0		
314	-Hac Investments Ltd.	Wilmington		100,0		
315	-Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0		
316	-Kingfisher Canada Holdings LLC	Wilmington		100,0		
317	-Kingfisher Holdings LLC	Wilmington		100,0		
318	-87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0		
319	-Long-Tail Risk Insurers, Ltd.	Hamilton		100,0		
320	-Manta Acquisition LLC	Wilmington		100,0		
321	-Manta Group LLC	Wilmington		100,0		
322	-MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		100,0		
323	-MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0		
324	-MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0		
325	-MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0		
326	-NCKR, LLC	Wilmington		100,0		
327	-New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0		
328	-North American Income Fund PLC	Dublin		67,3		
329	-North Las Vegas Property LLC	Wilmington		100,0		
330	-Operadora de Buenos Aires S.R.L.	Buenos Aires		100,0		
331	-PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0		
332	-PARTS Student Loan Trust 2007-CT 1	Wilmington		100,0		
333	-Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque		100,0		
334	-Polydeuce LLC	Wilmington		100,0		
335	-Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington		100,0		
336	-Quantum 13 LLC	Wilmington		100,0		
337	-REO Properties Corporation	Wilmington		100,0		
338	-RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0		
339	-Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0		
340	-RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0		
341	-RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0		
342	-RREEF North American Infrastructure Fund A, L.P.	Wilmington		99,9		
343	-RREEF North American Infrastructure Fund B, L.P.	Wilmington		99,9		
344	-Sagamore Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
345	-Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0		
346	-Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0		
347	-Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		100,0		
348	-STTN, Inc.	Wilmington		100,0		
349	-World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0		
350	-Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0		
351	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	957,8	557,1
352	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	57,4	9,2
353	DB Vanquish (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
354	DB Vantage (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
355	DB Vantage No.2 (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
356	DB Vita S.A.	Luxemburgo		75,0	22,9	1,8
357	db x-trackers (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	4,2	2,6
358	DBCIBZ1	George Town		100,0	6,3	4,5
359	DBCIBZ2	George Town		100,0	6,3	4,5
360	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		25,9	38,8	13,3
361	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	2	100,0	6,4	6,3
362	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		100,0	76,1	16,5
363	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0	(20,1)	18,7
364	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town		100,0	12,6	(0,1)
365	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0		
366	DBRE Global Real Estate Management US IA, L.L.C.	Wilmington		100,0		
367	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		100,0		
368	DBRMS4	George Town		100,0	577,9	3,9
369	DBRMSGP1	George Town	4, 5	100,0	368,4	2,5
370	DBRMSGP2	George Town	4, 5	100,0	209,5	1,4
371	DBUK PCAM Limited	Londres		100,0	(103,4)	(0,5)
372	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	6,4	4,5
373	DD Finansman Anonim Sirketi	Sisli		49,0	10,1	(2,8)
374	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim		100,0		
375	DeAM Infrastructure Limited	Londres		100,0		
376	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	4	100,0	159,4	0,3
377	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf		100,0	18,9	7,4
378	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0	11,4	(0,3)
379	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt		100,0	172,4	(0,1)
380	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0	4,4	3,4
381	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0		
382	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0		
383	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Paiania		80,0		
384	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
385	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris		100,0		
386	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres		100,0	54,8	13,7
387	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0	71,5	(66,8)
388	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0	744,0	412,8
389	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura		100,0	246,6	31,2
390	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0	25,9	2,8
391	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0	11,1	54,3

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
392	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		100,0	58,0	19,6
393	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul	2	100,0	12,2	0,6
394	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0	39,6	(7,2)
395	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres		100,0	16,0	(6,8)
396	Deutsche Asset Management International GmbH	Frankfurt	1	100,0	44,5	0,0
397	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Frankfurt	1	100,0	193,6	0,0
398	Deutsche Asset Management S.A.	Luxemburgo		100,0	465,8	202,3
399	Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0		
400	Deutsche Australia Limited (Subgrupo)	Sydney	2, 3	100,0	248,0	55,1
401	-Baincor Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
402	-Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
403	-BNA Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
404	-BTD Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
405	-Buxtal Pty. Limited	Sydney		100,0		
406	-Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0		
407	-Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		100,0		
408	-Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		100,0		
409	-Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		100,0		
410	-Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		100,0		
411	-Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0		
412	-Deutsche Investments Australia Limited	Sydney		100,0		
413	-Deutsche Managed Investments Limited	Sydney		100,0		
414	-Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		100,0		
415	-Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney		100,0		
416	-DNU Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
417	-DTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
418	-OPS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
419	-Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
420	-R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0		
421	-RTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0		
422	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0	54,1	1,3
423	Deutsche Bank (Chile)	Santiago		100,0		
424	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0	1228,4	91,9
425	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0	370,3	31,0
426	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0	36,0	4,6
427	Deutsche Bank (Perú) S.A.	Lima		100,0	45,2	(5,8)
428	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		100,0	650,5	5,5
429	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0		
430	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		100,0	138,2	18,6
431	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0	513,5	62,5
432	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		100,0	300,0	0,0
433	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington		100,0	300,9	0,0
434	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		100,0	757,0	0,0
435	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington		100,0	1868,9	0,0
436	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington		100,0	1000,0	0,0
437	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		100,0	1310,6	0,0
438	Deutsche Bank Corretora de Valores S.A.	São Paulo		100,0	60,4	2,3
439	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	100,0	10,0	0,0
440	Deutsche Bank Financial Company	George Town		100,0	56,3	(4,4)
441	Deutsche Bank Financial Inc.	Wilmington		100,0		
442	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		100,0	176,9	2,9
443	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town		100,0		
444	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	Porto de S.Pedro		100,0		
445	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0	0,7	(6,4)
446	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0	5948,2	1067,3
447	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0	41,1	(10,4)
448	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		100,0	178,9	7,6
449	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
450	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		100,0	948,6	22,6
451	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt	1	100,0	2666,3	0,0
452	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		100,0		
453	Deutsche Bank S.A.	Buenos Aires		100,0	58,6	22,8
454	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		100,0	452,3	(23,4)
455	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0	98,1	(0,4)
456	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
457	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		99,9	1597,2	11,6
458	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0		
459	Deutsche Bank Österreich AG	Viena		100,0	20,6	(3,1)
460	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		99,8	1211,9	5,7
461	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0		
462	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	15,4	1,9
463	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		100,0		
464	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0	47,5	8,9
465	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		100,0		
466	Deutsche Commodities Trading Co., Ltd.	Xangai		100,0		
467	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão		100,0		
468	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B.V.	Amesterdão		99,9		
469	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0	33,8	15,1
470	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei		60,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
471	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra		100,0		
472	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		100,0		
473	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		100,0	15,9	(71,9)
474	Deutsche Financial Capital I Corp.	Greensboro		50,0		
475	Deutsche Financial Capital Limited Liability Company	Greensboro		50,0		
476	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd	Singapura		100,0	18,4	(2,2)
477	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		100,0		
478	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		100,0	81,0	0,0
479	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		100,0	87,5	16,1
480	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0		
481	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	99,8		
482	Deutsche Gulf Finance	Riade	6	29,1	124,7	3,9
483	Deutsche Haussmann S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
484	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		100,0		
485	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	2697,4	132,2
486	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Floriana		100,0	583,2	39,6
487	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0		
488	Deutsche Holdings Limited	Londres	2	100,0	1771,2	6,7
489	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	2	100,0	167,5	15,3
490	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	2	100,0	6,7	11,1
491	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		100,0	1081,9	(76,9)
492	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	100,0	26,5	0,0
493	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0	65,1	89,6
494	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0	23,3	3,4
495	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0		
496	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0		
497	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin		100,0		
498	Deutsche International Trust Company N.V.	Amesterdão		100,0	15,6	0,8
499	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0		
500	Deutsche Inversiones Dos S.A.	Santiago		100,0		
501	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão		100,0		
502	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0	118,6	7,4
503	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0		
504	Deutsche IT License GmbH	Eschborn	1	100,0		
505	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0	49,0	(8,4)
506	Deutsche Malta Company Ltd	Floriana		100,0	525,6	5,6
507	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires		100,0		
508	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	279,0	0,0
509	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres	2	100,0	957,5	(10,8)
510	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		100,0		
511	Deutsche Nederland N.V.	Amesterdão		100,0		
512	Deutsche New Zealand Limited (Subgrupo)	Auckland	3	100,0	67,8	27,2
513	-Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0		
514	-Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0		
515	-Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0		
516	-Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0		
517	-Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland		100,0		
518	-Kingfisher Nominees Limited	Auckland		100,0		
519	-LWC Nominees Limited	Auckland		100,0		
520	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0		
521	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn	1	100,0		
522	Deutsche Postbank AG (Subgrupo)	Bona	2, 3, 6	100,0	7158,0	608,0
523	-Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0		
524	-BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hamel	1	100,0		
525	-BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hamel		100,0		
526	-BHW Gesellschaft für Vorsorge mbH	Hamel	1	100,0		
527	-BHW Holding AG	Hamel	1	100,0		
528	-BHW Kreditservice GmbH	Hamel		100,0		
529	-Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		100,0		
530	-Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0		
531	-Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		100,0		
532	-Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0		
533	-Deutsche Postbank Funding LLC IV	Wilmington		100,0		
534	-DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona		100,0		
535	-DSL Portfolio Verwaltungen GmbH	Bona		100,0		
536	-PB Factoring GmbH	Bona	1	100,0		
537	-PB Firmenkunden AG	Bona	1	100,0		
538	-PB International S.A.	Schuettringen		100,0		
539	-PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		98,4		
540	-Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	100,0		
541	-Postbank Direkt GmbH	Bona		100,0		
542	-Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	100,0		
543	-Postbank Finanzberatung AG	Hamel		100,0		
544	-Postbank Immobilien GmbH	Hamel	1	100,0		
545	-Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	1	100,0		
546	-Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona		90,0		
547	-Postbank Leasing GmbH	Bona	1	100,0		
548	-Postbank Service GmbH	Essen		100,0		
549	-Postbank Systems AG	Bona	1	100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
550	-VÖB-ZVD Processing GmbH	Frankfurt		100,0		
551	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		100,0		
552	Deutsche Regis Partners Inc	Makati		49,0	13,9	6,2
553	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l.	Luxemburgo		49,0		
554	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		100,0		
555	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	40,2	14,2
556	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	1,8	2,2
557	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0	295,3	13,1
558	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		100,0	1023,7	109,9
559	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		100,0	10,1	(0,5)
560	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		100,0	243,3	2,2
561	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis		100,0		
562	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		100,0		
563	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires		100,0		
564	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade		100,0	127,3	(9,3)
565	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas		100,0		
566	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		100,0	74,1	(0,2)
567	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		100,0		
568	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	1	100,0		
569	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		100,0		
570	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Bangueroque		49,0		
571	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown		100,0		
572	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio		100,0		
573	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0	28,2	4,6
574	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0		
575	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
576	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0		
577	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		25,1		
578	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0		
579	Deutz-Mülheim Grundstücksgesellschaft mbH	Düsseldorf		40,2		
580	DG China Clean Tech Partners	Tianjin		49,9		
581	DI Deutsche Immobilien Baugesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
582	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0		
583	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
584	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Düsseldorf		100,0		
585	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
586	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
587	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	100,0		
588	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		21,1		
589	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf		50,0		
590	Donlen Exchange Services Inc.	Boston		100,0		
591	Drehscheibe Bochum GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
592	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
593	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
594	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
595	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
596	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
597	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt	1	99,2	336,4	0,0
598	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.L.	Hamburgo		65,2		
599	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
600	Elba Finance GmbH	Eschborn		100,0		
601	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0		
602	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt		50,0		
603	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
604	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0		
605	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0		
606	Elmo Funding GmbH	Eschborn	1	100,0	10,3	0,0
607	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn	1	100,0		
608	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		100,0		
609	EOL2 Holding B.V.	Amesterdão		45,0		
610	eolec	Issy-les-Moulineaux		33,3		
611	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		50,0		
612	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn		100,0		
613	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		100,0		
614	EVROENERGIAKI S.A.	Atenas		40,0		
615	Exinor SA (dissolução voluntária)	Bastogne		100,0		
616	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH i.L.	Colónia		100,0		
617	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0		
618	Farezco I, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
619	Farezco II, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
620	Fenix Administración de Activos S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0		
621	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão		100,0		
622	Finanza & Futuro Banca SpA	Milão		100,0	34,8	10,6
623	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	1	100,0		
624	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
625	FUNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
626	FUNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
627	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		41,2		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
628	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6		
629	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,9		
630	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
631	FUNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
632	German Public Sector Finance B.V.	Amsterdão		50,0		
633	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7		
634	giropay GmbH	Frankfurt		33,3		
635	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Valley-Oberlaindern		21,2		
636	Gordian Knot Limited	Londres		32,4		
637	Graphite Resources (Knightsbridge) Limited	Londres		45,0		
638	Graphite Resources Holdings Limited	Londres		70,0		
639	Great Future International Limited	Road Town		43,0		
640	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		94,9		
641	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf		44,9		
642	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia		100,0		
643	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2	36,1	94,0	(5,5)
644	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		64,7	131,3	(17,2)
645	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH i.L.	Gruenwald		100,0		
646	Hakkeijima Godo Kaisha	Tóquio		95,0		
647	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		30,0	478,3	140,1
648	Herengracht Financial Services B.V.	Amsterdão		100,0		
649	Hertz Car Exchange Inc.	Wilmington		100,0		
650	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia		100,0		
651	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7	858,7	146,6
652	IKARIA Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
653	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		50,0		
654	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim		20,5		
655	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		50,0		
656	Inn Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		25,0		
657	Intermodal Finance I Ltd.	George Town		49,0	3,0	(12,9)
658	IOG Denali Upton, LLC	Dover		23,0		
659	IOG NOD I, LLC	Dover		22,5		
660	IOS Finance E F C S.A.	Barcelona		100,0	52,3	7,6
661	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo		95,0	0,0	9,6
662	Isar Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		25,0		
663	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
664	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
665	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		21,1		
666	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		21,6		
667	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo		100,0		
668	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
669	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	100,0		
670	Kenanga Deutsche Futures Sdn Bhd	Kuala Lumpur		27,0		
671	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0	32,7	0,0
672	Kinneil Leasing Company	Londres		35,0		
673	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
674	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf		96,1		
675	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf		97,0		
676	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	100,0		
677	Kradavimd UK Lease Holdings Limited	Londres		100,0		
678	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		30,0		
679	KölnArena Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Colónia		20,8		
680	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0	7,3	2,8
681	Lammermuir Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
682	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0	21,5	3,7
683	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0		
684	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano		70,0		
685	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		100,0		
686	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		100,0		
687	London Industrial Leasing Limited	Londres		100,0		
688	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt		77,1	103,7	10,2
689	MAC Investments Ltd. (em dissolução voluntária)	George Town		100,0		
690	Macondo Spain SL	Madrid		100,0		
691	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo		49,7		
692	Magalhães S.A.	Luxemburgo		95,0		
693	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		100,0	281,1	0,6
694	Manuseamento de Cargas – Manicargas, S.A.	Matosinhos		38,3	13,7	2,9
695	Mars Investment Trust II	Nova Iorque		100,0		
696	Mars Investment Trust III	Nova Iorque		100,0		
697	Maxblue Americas Holdings, S.A.	Madrid		100,0		
698	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG	Hamburgo		35,3		
699	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo		100,0		
700	MEFIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		62,0		
701	Memax Pty. Limited	Sydney		100,0		
702	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		40,0		
703	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG i.L.	Gruenwald		29,6		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
704	Midsel Limited	Londres		100,0		
705	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
706	Moon Leasing Limited	Londres		100,0		
707	Mortgage Trading (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
708	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
709	Mountaintop Energy Holdings LLC	Wilmington		38,7		
710	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
711	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		22,3		
712	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		25,6		
713	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo		25,6		
714	Navegador – SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0		
715	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
716	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0		
717	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia	1	100,0		
718	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
719	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
720	Nevada Mezz 1 LLC	Wilmington		100,0		
721	Nevada Parent 1 LLC	Wilmington		100,0	(64,4)	0,0
722	New Energy Biomasse Hellas GmbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
723	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
724	Nineco Leasing Limited	Londres		100,0		
725	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
726	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	100,0	55,2	0,0
727	norisbank GmbH	Bona	1	100,0	433,9	0,0
728	Nortfol Pty. Limited	Sydney		100,0		
729	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver		96,7		
730	NV Profit Share Limited	George Town		42,9		
731	Oder Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		25,0		
732	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		100,0	25,2	22,8
733	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		100,0	233,3	33,3
734	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company	Dublin		100,0		
735	OPB Verwaltungs- und Teiligungs-GmbH	Colónia		100,0		
736	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
737	OPB-Holding GmbH	Colónia		100,0		
738	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		100,0		
739	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0		
740	OPB-Quarta GmbH	Colónia		100,0		
741	OPB-Quinta GmbH	Colónia		100,0		
742	OPB-Septima GmbH	Colónia		100,0		
743	Oppenheim Asset Management Services S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
744	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		27,7		
745	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0		
746	Oppenheim Eunomia GmbH	Colónia		100,0		
747	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia		83,3		
748	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia	1	100,0		
749	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		100,0		
750	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
751	OVT Trust 1 GmbH	Colónia	1	100,0		
752	OVV Teiligungs GmbH	Colónia		100,0		
753	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		22,2		
754	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
755	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
756	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
757	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
758	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
759	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
760	Parkhaus an der Börse GbR	Colónia		37,7		
761	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
762	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	120,0	0,0
763	PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	100,0		
764	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
765	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
766	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
767	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
768	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
769	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
770	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
771	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
772	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
773	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
774	Peruda Leasing Limited	Londres	2	100,0	(92,3)	(6,3)
775	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
776	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
777	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila		95,0	21,7	0,3
778	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0		
779	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
780	Postbank Akademie und Service GmbH	Hamelh		100,0		
781	PPCenter, Inc.	Wilmington		100,0		
782	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
783	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
784	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
785	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
786	Private Equity Asia Select Company III S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
787	Private Equity Global Select Company IV S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
788	Private Equity Global Select Company V S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
789	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf		50,0		
790	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
791	Private Equity Select Company S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
792	Private Financing Initiatives, S.L.	Barcelona		51,0	3,1	8,5
793	PS plus Portfolio Software + Consulting GmbH	Rodermark		80,2		
794	PT Deutsche Securities Indonesia	Jakarta		99,0	22,6	3,3
795	PT. Deutsche Verdhana Indonesia	Jakarta		40,0		
796	PTL Fleet Sales, Inc.	Wilmington		100,0		
797	Sociedade anónima pública "Deutsche Bank DBU"	Kiev		100,0	12,4	3,9
798	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
799	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
800	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
801	QI Exchange, LLC	Wilmington		100,0		
802	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
803	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
804	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
805	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-A L.L.C.	Nova Iorque		33,0	15,0	(1,2)
806	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-B L.L.C.	Nova Iorque		33,3	33,1	(2,4)
807	Raymond James New York Upstate Housing Opportunities Fund I L.L.C.	Nova Iorque		24,9		
808	Real Estate Secondary Opportunities Fund, LP	Londres		100,0		
809	Reference Capital Investments Limited	Londres		100,0		
810	Regula Limited	Road Town		100,0		
811	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
812	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
813	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0		
814	Rhine Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		25,0		
815	Royster Fund Management S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
816	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		100,0		
817	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0		
818	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0		
819	RREEF Investment GmbH	Frankfurt	1	99,9	21,7	0,0
820	RREEF Management GmbH	Frankfurt	1	100,0	122,7	0,0
821	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt	1	100,0	26,5	0,0
822	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hamel		100,0		
823	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
824	Safron NetOne Partners, L.P.	George Town		21,7		
825	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
826	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia	1	100,0	58,3	0,0
827	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia	1	100,0	1339,4	0,0
828	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia	2	100,0	31,6	(2,6)
829	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia	1	100,0		
830	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0	93,2	(18,1)
831	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
832	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
833	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf		58,5		
834	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
835	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
836	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
837	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
838	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
839	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
840	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
841	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
842	Schiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG MS "DYCKBURG" i.l.	Hamburgo		41,3		
843	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		33,2		
844	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
845	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG	Düsseldorf		71,1		
846	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
847	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanders- traße KG	Düsseldorf		95,0		
848	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
849	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
850	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
851	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
852	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
853	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
854	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
855	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
856	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf		94,7		
857	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle II KG i.L.	Düsseldorf		100,0		
858	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf		100,0		
859	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
860	Service Company Four Limited	Hong Kong		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
861	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
862	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
863	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
864	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
865	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
866	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
867	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG	Düsseldorf		83,8		
868	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
869	Silrendel, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		100,0	6,8	(3,5)
870	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
871	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
872	Sixco Leasing Limited	Londres		100,0		
873	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
874	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
875	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
876	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale		30,5		
877	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
878	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
879	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
880	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
881	SPhinX, Ltd. (em dissolução voluntária)	George Town		43,6		
882	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
883	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
884	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5		
885	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
886	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
887	Starpool Finanz GmbH	Berlim		49,9		
888	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
889	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
890	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
891	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
892	Sunbelt Rentals Exchange Inc.	Wilmington		100,0		
893	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
894	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
895	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
896	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
897	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn		100,0		
898	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
899	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
900	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
901	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
902	Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa		100,0	14,3	0,7
903	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
904	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
905	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
906	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		45,0	(199,9)	16,7
907	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
908	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
909	Tempurrite Leasing Limited	Londres	2	100,0	33,3	0,4
910	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
911	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
912	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf		100,0		
913	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf		100,0		
914	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		100,0		
915	Tianjin Deutsche AM Fund Management Co., Ltd.	Tianjin		100,0		
916	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
917	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf		25,0		
918	TIQI Exchange, LLC	Wilmington		100,0		
919	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
920	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
921	Trave Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		25,0		
922	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim		50,0		
923	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
924	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0		
925	Trevona Limited	Road Town		100,0		
926	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
927	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
928	Triplereason Limited	Londres		100,0	329,9	0,1
929	Triton Beteiligungs GmbH	Frankfurt		33,1		
930	Triton Fund III G L.P.	St. Helier		62,5	20,1	1,9
931	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0		
932	TRS Birch II LTD	George Town		100,0		
933	TRS Birch LLC	Wilmington		100,0		
934	TRS Cypress II LTD	George Town		100,0		
935	TRS Elm II LTD	George Town		100,0		
936	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0		
937	TRS Maple II LTD	George Town		100,0		
938	TRS Oak II LTD	George Town		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
939	TRS Oak LLC	Wilmington		100,0		
940	TRS Poplar II LTD	George Town		100,0		
941	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0		
942	TRS Spruce II LTD	George Town		100,0		
943	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0		
944	TRS Sycamore II LTD	George Town		100,0		
945	TRS Tupelo II LTD	George Town		100,0		
946	TRS Tupelo LLC	Wilmington		100,0		
947	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0		
948	TRS Walnut II LTD	George Town		100,0		
949	TRS Walnut LLC	Wilmington		100,0		
950	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
951	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
952	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
953	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Wilmington		23,5	30,8	(3,4)
954	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque		99,9		
955	UKE, s.r.o.	Belá		100,0		
956	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
957	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		95,0		
958	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo		95,0	0,0	20,5
959	VCM Initiatoren III GmbH & Co. KG	Munique		24,9		
960	VCM MIP 2002 GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		90,0		
961	VCM MIP II GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		90,0		
962	VCM Partners GmbH & Co. KG	Munique		25,0		
963	VCM Treuhand-Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia		100,0		
964	VCP Treuhand-Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
965	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Colónia		100,0		
966	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlim		100,0		
967	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão		100,0		
968	VEXCO, LLC	Wilmington		100,0		
969	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
970	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
971	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
972	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
973	Volbroker.com Limited	Londres		22,5	6,8	3,8
974	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan		100,0		
975	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	76,9	0,1
976	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0		
977	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
978	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf		50,0		
979	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Darmstadt		50,0		
980	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
981	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
982	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
983	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
984	XERIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.l.	Düsseldorf		50,0		
985	5000 Yonge Street Toronto Inc.	Toronto		100,0		
986	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
987	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
988	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
989	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
990	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben II KG i.L.	Düsseldorf		98,1		
991	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
992	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
993	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
994	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		25,0		
995	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
996	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG i.L.	Düsseldorf		98,2		
997	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
998	Zenwix Pty. Limited	Sydney		100,0		
999	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1000	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1001	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1002	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3	163,4	25,6
1003	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
1004	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
1005	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1006	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
1007	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
1008	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1009	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
1010	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1011	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1012	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1013	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1014	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1015	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1016	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
1017	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1018	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
1019	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
1020	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		20,4		

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1021	ABRAAJ Holdings	George Town		8,8		
1022	Accunia A/S	Copenhaga		9,9		
1023	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		5,6		
1024	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		8,5		
1025	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4		
1026	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3		
1027	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2		
1028	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6		
1029	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7		
1030	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7		
1031	Cecon ASA	Arendal		9,6		
1032	China Polymetallic Mining Limited	George Town		5,7		
1033	Concardis GmbH	Eschborn		16,8		
1034	Damovo Group Holdings Limited	Camana Bay		16,0		
1035	Finance in Motion GmbH	Frankfurt		19,9		
1036	ISWAP Limited	Londres		13,3		
1037	K.K. D&M Holdings	Kawasaki		14,8		
1038	Kenanga Investment Bank Berhad	Kuala Lumpur		8,3		
1039	Landgesellschaft Mecklenburg-Vorpommern mit beschränkter Haftung	Leezen		11,0		
1040	MTS S.p.A.	Roma		5,0		
1041	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i.L.	Frankfurt		19,5		
1042	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0		
1043	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0		
1044	PT Buana Listya Tama Tbk	Jakarta		14,6		
1045	Reorganized RFS Corporation	Wilmington		6,2		
1046	RREEF America REIT III, Inc.	Baltimore		7,9		
1047	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		11,8		
1048	Shunfeng Catering & Hotel Management Co., Ltd.	Pequim		6,4		
1049	Sterling Resources Ltd.	Calgary		13,7		
1050	The Ottoman Fund Limited	St. Helier		13,6		
1051	The Topiary Fund II Public Limited Company	Dublin		10,5		
1052	TRIJVA Kapitalverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		6,0		
1053	United Information Technology Co. Ltd.	George Town		12,2		
1054	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		7,1		

Outra informação

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir

as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres	Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra
Deutsche Asset Management International GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
Deutsche Asset Management Investment GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura
Deutsche Asset Management S.A., Luxemburgo	Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC, Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Nederland N.V., Amsterdão (até 30 de junho de 2017) ¹	Sociedade anónima pública “Deutsche Bank DBU”, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO “Deutsche Bank”, Moscovo
Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia
Deutsche Bank S.A., Buenos Aires (até 30 de abril de 2017) ²	
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	

¹ Revogámos e cessámos a declaração de aval para o Deutsche Nederland N.V. (anteriormente Deutsche Bank Nederland N.V.), Amsterdão, esta última referida no Relatório Anual de 2015, em vigor até 30 de junho de 2017.

² Tal como publicado no nosso Relatório Intercalar de 30 de setembro de 2016 e no nosso sítio Web, chegámos a um acordo de venda do Deutsche Bank S.A., Buenos Aires ao Banco Comafi S.A. a 26 de agosto de 2016. A conclusão da transação está prevista para o segundo trimestre de 2017. Por conseguinte, revogámos e cessámos a declaração de aval para o Deutsche Bank S.A., Buenos Aires, esta última referida no Relatório Anual de 2015, em vigor até 30 de abril de 2017.

Divulgações de acordo com o artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*)

As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*).

Exposição global (artigo 28.º, n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em milhões de euros	31.12.2016				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Cenário de esforço das piores taxas de juro e do mercado cambial
Obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	7 686,9	7 913,1	7 129,1	8 072,8	7 129,1
Cobertura de ativos	8 940,1	10 320,4	9 090,5	10 566,5	9 090,5
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	8 660,1	10 023,1	8 811,6	10 268,8	8 811,6
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 ¹	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3 ²	280,0	297,3	278,8	297,7	278,8
como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	3,6	3,8	3,9	3,7	3,9
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	0	0	0	0	0
Caução excessiva	1 253,2	2 407,3	1 961,4	2 493,7	1 961,4
como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	16,3	30,4	27,5	30,9	27,5

* De acordo com o § 5.º (1), n.º 1 e o § 6.º (2), n.º 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

¹ Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

² Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

em milhões de euros	31.12.2015				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas	Valor atual - Cenário de esforço das piores taxas de juro e do mercado cambial
Obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	5 886,9	6 182,0	5 677,4	6 321,0	5 677,4
Cobertura de ativos	8 604,0	9 884,7	8 787,0	10 236,1	8 787,0
Cobertura de ativos de acordo com o § 12.º (1)	7 720,0	8 938,0	7 875,7	9 287,8	7 875,7
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 1	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 ¹	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 3 ²	884,0	946,8	911,4	948,3	911,4
como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	15,0	15,3	16,1	15,0	16,1
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (reclamações)	0	0	0	0	0
como % do total da cobertura de ativos	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 4 (passivo)	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	0	0	0	0	0
Caução excessiva	2 717,1	3 702,7	3 109,6	3 915,1	3 109,6
como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	46,2	59,9	54,8	61,9	54,8

* De acordo com o § 5.º (1), n.º 1 e o § 6.º (2), n.º 1 da abordagem estática da PfandBarwertV.

¹ Excluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

² Incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 19.º (1), n.º 2 da PfandBG e incluindo a cobertura de ativos de acordo com o § 4.º (1), 2.ª frase, n.º 1 e n.º 2 da PfandBG.

Todas as coberturas de ativos são valores a receber de clientes que estão garantidos por hipotecas. As coberturas de ativos adicionais são obrigações e outros títulos de rendimento fixo de acordo com a Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*).

Perfil de maturidade (artigo 28.º, n.º 1, ponto 2, da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*))

Perfil de maturidade em milhões de euros	Estrutura de maturidade da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>) pendente		Prazos da taxa fixa para a garantia total	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Prazo até 6 meses	80,0	1 000,0	396,6	371,8
Prazo superior a 6 meses e inferior a 12 meses	125,0	200,0	200,2	253,6
Prazo superior a 12 meses e inferior a 18 meses	1 000,0	80,0	269,4	663,4
Prazo superior a 18 meses e inferior a 2 anos	0	125,0	337,0	439,1
Prazo superior a 2 anos e inferior a 3 anos	759,9	1 000,0	972,2	577,1
Prazo superior a 3 anos e inferior a 4 anos	950,0	759,9	806,5	983,7
Prazo superior a 4 anos e inferior a 5 anos	1 375,0	950,0	836,3	756,7
Prazo superior a 5 anos e inferior a 10 anos	2 610,0	1 485,0	3 372,4	3 160,5
Prazo superior a 10 anos	787,0	287,0	1 749,5	1 398,1
Total	7 686,9	5 886,9	8 940,1	8 604,0

Porção de derivativos incluídos na garantia total (artigo 28.º, n.º 1, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*))

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existiam quaisquer derivativos na garantia total.

Cobertura de ativos por valor nominal (artigo 28.º, n.º 2, ponto 1-a da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*))

A cobertura de ativos únicos incluída no montante total de 8,7 mil milhões de euros (2015: 7,7 mil milhões de euros) com um valor nominal inferior a 0,3 milhões de euros ascendeu a 6,3 mil milhões de euros (2015: 5,7 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 0,3 milhões de euros e 1 milhão de euros ascendeu a 1,7 mil milhões de euros (2015: 1,4 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros ascendeu a 706 milhões de euros (2014: 610 milhões de euros) e com um valor nominal superior a 10 milhões de euros ascendeu a 0 milhões de euros (2015: 10 milhões de euros).

Empréstimos utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*) por país, em que os imóveis onerados baseiam-se no tipo de utilização (artigo 28.º, n.º 2, pontos 1-b e 1-c da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*))

31.12.2016 em milhões de euros	Residencial					Comercial						
	Apartamentos	Habitacões unifamiliares	Habitacões multifamiliares	Outros	Total	Edifícios comerciais	Edifícios de lojas	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
Alemanha	1 301,7	4 044,8	2 267,5	0	7 614,0	411,0	147,6	142,2	345,3	1 046,1	0	8 660,1
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 301,7	4 044,8	2 267,5	0	7 614,0	411,0	147,6	142,2	345,3	1 046,1	0	8 660,1

em milhões de euros	Residencial					Comercial						
	Apartamentos	Habitacões unifamiliares	Habitacões multifamiliares	Outros	Total	Edifícios comerciais	Edifícios de lojas	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
Alemanha	1 127,6	3 637,4	1 979,1	0	6 744,1	335,8	132,4	129,4	378,2	975,9	0	7 720,0
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1 127,6	3 637,4	1 979,1	0	6 744,1	335,8	132,4	129,4	378,2	975,9	0	7 720,0

Pagamentos pendentes relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*) (artigo 28.º, n.º 2, ponto 2 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existiam quaisquer pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (*Pfandbriefe*).

Informação adicional relativa a empréstimos hipotecários (artigo 28.º, n.º 2, ponto 4 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

No final de 2016 e 2015, não existiam quaisquer execuções hipotecárias pendentes. Em 2016 e 2015, não foram realizadas execuções hipotecárias e o Deutsche Bank AG não adquiriu propriedades para evitar perdas de hipotecas. Além disso, não existiam quaisquer prestações de juros a pagar pelos devedores.

Comparação de ações com juros fixos (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em euros (salvo indicação em contrário)	Valor nominal	
	31.12.2016	31.12.2015
Obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>) com juros fixos	6 102	5 302
Como % da obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)	79	90
Cobertura de ativos com juros fixos	8 813	8 460
Como % do total da cobertura de ativos	99	98

Valor atual líquido por moeda (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

moeda em milhões de euros	Valor atual líquido	
	31.12.2016	31.12.2015
Euro	1 961	3 110

Fatores característicos adicionais

(Artigo 28.º, n.º 1, ponto 7, artigo 28.º, n.º 1, ponto 11, artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (*Pfandbrief*))

em euros	31.12.2016	31.12.2015
Rácio médio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia ponderado utilizando o valor do financiamento hipotecário ¹	54	54
Média ponderada ao volume em anos da maturidade decorridos desde a concessão do crédito hipotecário ²	4	4
Reclamações totais superiores aos limites do § 13.º (1) da PfandBG (países sem direito de preferência) ³	0	0

¹ De acordo com o § 28.º (2), n.º 3 da Lei relativa aos depósitos (*Pfand*).

² De acordo com o § 28.º (1), n.º 11 da Lei relativa aos depósitos (*Pfand*).

³ De acordo com o § 28.º (1), n.º 7 da Lei relativa aos depósitos (*Pfand*).

Informação de acordo com o artigo 160.º, n.º 1, ponto 8 da AktG

Em 31 de dezembro de 2016, tomámos conhecimento dos seguintes acionistas que relataram uma participação de, no mínimo, 3% dos direitos de voto cada um, de acordo com o artigo 21.º da Lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz):

A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, até 31 de dezembro de 2016.

A Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, notificou-nos que a 20 de agosto de 2015 detinha 3,05% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2016.

A BlackRock, Inc., Nova Iorque, notificou-nos que a 22 de dezembro de 2016 detinha 5,89% das nossas ações. Não recebemos qualquer outra notificação da BlackRock, Inc., Nova Iorque, até 31 de dezembro de 2016.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

A remuneração total paga ao Conselho de Administração está detalhada no Relatório de Remuneração que começa na página 60. Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 35 305 889 euros e 17 429 709 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75 % da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2015 uma remuneração total de 4.850.000 euros (2014: 4 588 710 euros), dos quais 3 710 417 euros foram pagos em fevereiro de 2016 (fevereiro de 2015: 3 466 532), de acordo com as provisões dos estatutos.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes ascendiam a 181 630 281 euros e 186 348 967 euros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 8 914 864 de euros e a 2 378 392 de euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 712 861 de euros e a 1 028 188 de euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 125 156 euros em 2015.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização são indicados nas páginas 163 e 164.

Funcionários

O número médio de colaboradores equivalentes a tempo inteiro empregados durante o exercício do relato foi de 30 110 (2015: 28 151), 11 343 dos quais eram mulheres (2015: 10 505). Os colaboradores a tempo parcial estão proporcionalmente incluídos nesses números com base nas respetivas horas de trabalho. Uma média de 18 204 (2015: 16 943) colaboradores trabalharam em agências fora da Alemanha.

Governo da Sociedade

O Banco emitiu a declaração exigida pelo artigo 161.º da AktG. A declaração de conformidade com data de 27 de outubro de 2016 e todas as versões anteriores da declaração de conformidade estão publicadas no sítio Web do Deutsche Bank em www.db.com/ir/en/documents.htm.

Acontecimentos após o período de relato

A 13 de janeiro de 2017, o Deutsche Bank assinou um contrato para alienar a sua participação não estratégica de 16,8% no prestador de serviços de pagamento alemão Concardis GmbH. A transação deverá ser concluída no primeiro semestre de 2017, objeto de aprovações regulamentares. É esperado que a transação tenha um impacto positivo nos resultados do semestre.

Como anunciado a 5 de março de 2017, o Deutsche Bank espera emitir novas ações, com um volume esperado de receitas de cerca de 8 mil milhões de euros. O Grupo pretende concluir esse aumento de capital na primeira metade de abril e planeia aplicar uma série de medidas adicionais e definir novos objetivos financeiros que substituam os objetivos existentes descritos na secção “Relatório de gestão: Perspetivas: o Grupo do Deutsche Bank” deste relatório. Estas medidas incluem uma revisão da estrutura de segmentos do Grupo que deverá ser implementada ao longo de 2017 que, quando especificada, irá acionar uma reexpressão das nossas divulgações de segmentos e uma revisão de imparidade subsequente relacionada com os saldos de goodwill. Além disso, o Conselho de Administração reviu a estratégia de dividendos e irá propor o pagamento de um dividendo de 0,19 euros por ação, tendo em conta as ações esperadas após o aumento de capital supramencionado para a Assembleia-Geral Anual em maio de 2017. O Banco espera pagar um montante total de, aproximadamente, 400 milhões de euros em maio de 2017.

Órgãos de gestão

Conselho de Administração

No ano de 2016, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Administração:

John Cryan
Presidente
(desde 19 de maio de 2016)
Copresidente
(até 19 de maio de 2016)

Jürgen Fitschen
Copresidente
(até 19 de maio de 2016)

Kimberly Hammonds
(desde 1 de agosto de 2016)

Stuart Lewis

Sylvie Matherat

Nicolas Moreau
(desde 1 de outubro de 2016)

Quintin Price
(desde 1 de janeiro de 2016)
(até 15 de junho de 2016)

Garth Ritchie
(desde 1 de janeiro de 2016)

Karl von Rohr

Dr. Marcus Schenck

Christian Sewing

Werner Steinmüller
(desde 1 de agosto de 2016)

Jeffrey Urwin
(desde 1 de janeiro de 2016)

Conselho de Fiscalização

No ano de 2016, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Fiscalização.
Além disso, está especificada a morada de residência dos membros do Conselho de Fiscalização.

Dr. Paul Achleitner – Presidente Munique	Martina Klee* Frankfurt am Main
Alfred Herling* (até 31 de dezembro de 2016) – Vice-presidente Wuppertal	Peter Löscher Munique
Stefan Rudschäfski* (desde 1 de janeiro de 2017) – Vice-presidente Kaltenkirchen	Henriette Mark* Munique
Wolfgang Böhr* Düsseldorf	Richard Meddings Sandhurst
Frank Bsirske* Berlim	Louise M. Parent Nova Iorque
Dina Dublon Nova Iorque	Gabriele Platscher* Braunschweig
Jan Duscheck* (desde 2 de agosto de 2016) Berlim	Bernd Rose* Menden
Katherine Garrett-Cox Brechin, Angus	Prof. Dr. Stefan Simon (desde 23 de agosto de 2016) Colônia
Timo Heider* Emmerthal	Rudolf Stockem* (até 31 de julho de 2016) Aachen
Sabine Irrgang* Mannheim	Dr. Johannes Teysen Düsseldorf
Prof. Dr. Henning Kagermann Königs Wusterhausen	Georg F. Thoma (até 28 de maio de 2016) Neuss
	Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler Essen

*Representantes dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Alfred Herling (até 31 de dezembro de 2016), Prof. Dr. Henning Kagermann,
Stefan Rudschäfski (desde 1 de janeiro de 2017)

Comité de Nomeações

Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Alfred Herling* (até 31 de dezembro de 2016), Prof. Dr. Henning Kagermann,
Stefan Rudschäfski* (desde 1 de janeiro de 2017), Dr. Johannes Teysen

Comité de Auditoria

Richard Meddings, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox (desde 17 de setembro de 2016), Henriette Mark*, Gabriele Platscher*,
Bernd Rose*, Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler

Comité de Risco

Dina Dublon, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Wolfgang Böhr* (desde 1 de agosto de 2016), Richard Meddings, Louise M. Parent,
Rudolf Stockem* (até 31 de julho de 2016)

Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Alfred Herling* (até 31 de dezembro de 2016), Prof. Dr. Henning Kagermann,
Stefan Rudschäfski* (desde 1 de janeiro de 2017)

Comité de Integridade

Louise M. Parent, Presidente (desde 29 de abril de 2016), Dr. Johannes Teysen, Vice-presidente (desde 29 de abril de 2016),
Georg. F. Thoma, Presidente (até 28 de abril de 2016),
Dr. Paul Achleitner, Sabine Irrgang*, Timo Heider*, Martina Klee*, Peter Löscher

Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner, Presidente
Wolfgang Böhr*, Alfred Herling* (até 31 de dezembro de 2016), Prof. Dr. Henning Kagermann,
Stefan Rudschäfski* (desde 1 de janeiro de 2017)

*Representantes dos colaboradores

Conselhos Consultivos regionais e Conselhos Consultivos

De acordo com os Estatutos do Deutsche Bank, o Conselho de Administração poderá estabelecer os Conselhos Consultivos regionais e os Conselhos Consultivos. Encontra-se publicadas informações adicionais no sítio Web do Deutsche Bank www.db.com/company/en/advisory-boards.htm.

Lista de mandatos

Conselho de Fiscalização

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

Em: Fevereiro de 2017

Para os membros do Conselho de Fiscalização que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Fiscalização, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membros do Conselho de Fiscalização			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Dr. Paul Achleitner	Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Mandatos externos Bayer AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Daimler AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Wolfgang Böhr	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Düsseldorf; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Mandatos externos Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG	Membro do Conselho Consultivo
Frank Bsirske	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Mandatos externos IBM Central Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
		innogy SE	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização (desde julho de 2016)
		Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)	Membro do Conselho de Administração de Fiscalização
		RWE AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Mandatos no Grupo Deutsche Postbank AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Dina Dublon		Mandatos externos Accenture PLC	Membro do Conselho de Administração (até fevereiro de 2017)
		PepsiCo Inc.	Membro do Conselho de Administração
Jan Duscheck (desde agosto de 2016)	Diretor do grupo de trabalho nacional Banking, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Katherine Garrett-Cox	Diretora-geral da Alliance Trust Plc, Dundee (até fevereiro de 2016)	Mandatos externos Alliance Trust Investments Ltd.	Diretora executiva (até fevereiro de 2016)
		Alliance Trust Savings Ltd.	Presidente executiva (até janeiro de 2016)

Membros do Conselho de Fiscalização			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Timo Heider	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Postbank AG; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Kreditservice GmbH; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG/ Postbank Finanzberatung AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	Mandatos no Grupo	
		BHW Bausparkasse AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Alfred Herling (até dezembro de 2016)	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; Presidente da Comissão Combinada de Trabalhadores Wuppertal/Sauerland do Deutsche Bank; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão europeia de Trabalhadores do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Sabine Irrgang	Diretora de Recursos Humanos em Baden-Württemberg, Deutsche Bank AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Professor Dr. Henning Kagermann	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Munique	Mandatos externos	
		BMW Bayerische Motoren Werke AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Deutsche Post AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Martina Klee	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo diretor de operações Eschborn/Frankfurt do Deutsche Bank	Mandatos externos	
		Sterbekasse für die Angestellten der Deutschen Bank VVaG	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Löscher	Presidente do Conselho de Fiscalização da OMV AG, Viena (desde maio de 2016)	Mandatos externos	
		OMV AG	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde maio de 2016)
		Sulzer AG	Presidente do Conselho de Administração
		TBG AG	Diretor não executivo (até abril de 2016)
		Telefónica S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização (desde abril de 2016)
Henriette Mark	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e sul da Baviera do Deutsche Bank; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Richard Meddings		Mandatos externos	
		HM Treasury Board	Diretor não executivo
		Legal & General Group Plc	Diretor não executivo
Louise M. Parent	Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, Nova Iorque	Mandatos externos	
		Zoetis Inc.	Membro do Conselho de Administração
Gabriele Platscher	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	Mandatos externos	
		BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.	
		BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG	

Membros do Conselho de Fiscalização			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Bernd Rose	Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores da Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Postbank; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão europeia de Trabalhadores do Deutsche Bank	Mandatos externos	
		ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Mandatos no Grupo	
		Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Stefan Rudschäfski (desde janeiro de 2017)	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; Vice-presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Vice-presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Hamburgo	Mandatos externos	
		Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG	Membro do Conselho Consultivo
Professor Dr. Stefan Simon (desde agosto de 2016)	Sócio-gerente da SIMON GmbH, Colónia	Mandatos externos	
		Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG	Membro do Conselho Consultivo
Rudolf Stockem (até julho de 2016)	Secretário do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Dr. Johannes Teysen	Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE, Düsseldorf	Mandatos externos Uniper SE	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização (desde abril de 2016)
Georg F. Thoma (até maio de 2016)	Consultor, Shearman & Sterling LLP, Frankfurt	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützscher		Mandatos externos	
		Sartorius AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Wilh. Werhahn KG	Membro do Conselho de Administração
		Wuppermann AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Zwiesel Kristallglas AG	Presidente do Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

As participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB) estão assinaladas com *.

Em: Fevereiro de 2017

Para os membros do Conselho de Administração que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Administração, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membros do Conselho de Administração			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
John Cryan	Presidente do Conselho de Administração	Mandatos externos MAN Group Plc	Diretor não executivo
Jürgen Fitschen (até maio de 2016)	Copresidente do Conselho de Administração	Mandatos externos Kühne + Nagel International AG METRO AG*	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Fiscalização
Kimberly Hammonds (desde agosto de 2016)	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos Red Hat Inc., USA	Membro do Conselho de Administração
Stuart Lewis	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos Bolsa de Valores de Londres*	Membro do Conselho de Administração (até abril de 2016)
		Mandatos no Grupo Deutsche Bank Società per Azioni*	Presidente do Conselho de Fiscalização
		DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Presidente do Conselho Consultivo
Sylvie Matherat	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração (desde junho de 2016)
Nicolas Moreau (desde outubro de 2016)	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo Deutsche Asset Management Investment GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização (desde dezembro de 2016)
Quintin Price (até junho de 2016)	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo Deutsche Asset Management Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização (até junho de 2016)
Garth Ritchie	Membro do Conselho de Administração	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Karl von Rohr	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Membro do Conselho de Fiscalização (desde junho de 2016) Membro do Conselho de Fiscalização (desde junho de 2016)
		Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A.*	Membro do Conselho de Fiscalização (até março de 2016)
		Deutsche Postbank AG*	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Marcus Schenck	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Europe GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização (até novembro de 2016)

Membros do Conselho de Administração			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Christian Sewing	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo	
		Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG*	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Deutsche Postbank AG*	Membro do Conselho de Fiscalização
Werner Steinmüller (desde agosto de 2016)	Membro do Conselho de Administração	Mandatos no Grupo	
		Deutsche Nederland N.V.	Presidente do Conselho de Fiscalização (até junho de 2016)
		Deutsche Postbank AG*	Presidente do Conselho de Fiscalização
Jeffrey Urwin	Membro do Conselho de Administração	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	

Colaboradores do Deutsche Bank AG

Mandatos de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB)

Participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras.
 Em: 31 de dezembro de 2016

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Wilfried Amanshauser	Mandatos no Grupo	
	OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Bernd Amlung	Mandatos externos	
	Harvest Fund Management Co Ltd	Diretor não executivo
Ashok Aram	Mandatos externos	
	Nitesh Estates	Membro do Conselho de Administração
	Mandatos no Grupo	
Manfred Bauer	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Presidente do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Nathalie Bausch	DB Direkt GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Brigitte Bomm	Deutsche Asset Management S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Jörg Bongartz	DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
	Mandatos no Grupo	
Oliver Bortz	OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Rüdiger Bronn	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Ralf Brümmer	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos externos	
Matthias Buck	Bankpower GmbH Personaldienstleistungen	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Peter Burrill	PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Thomas Buschmann	Deutsche Bank Europe GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos externos	
Fabrizio Campelli	Vallourec Deutschland GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	VSM Vereinigte Schmirgel- und Maschinen-Fabriken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Petra Crull	Deutsche Bank (Suisse) S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Todd Dakan	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
	German American Capital Corporation	Membro do Conselho de Administração

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Karin Dohm	Mandatos externos	
	Deutsche EuroShop AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
	METRO AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Europe GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Andreas Dörhöfer	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos externos	
	Düsseldorfer Hypothekenbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Annemarie Ehrhardt	Valovis Bank AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
Gerhard Erb	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Bezirksbaugenossenschaft Altwürttemberg e.G.	Membro do Conselho de Fiscalização
Dirk Görgen	Mandatos no Grupo	
	DB Direkt GmbH	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Verena Grohs	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
Bruno Hallak	Mandatos externos	
	HF Company S.A.	Membro do Conselho de Administração
Sandra Heinrich	Mandatos no Grupo	
	PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Carmen Herbstritt	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Hinder	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kees Hoving	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Marzio Hug	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Alexander Ilgen	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Stephan Jugenheimer	Mandatos no Grupo	
	RREEF Spezial Invest GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Majid Julfar	Mandatos externos	
	United Kaipara Dairies	Membro do Conselho de Administração
Carsten Kahl	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Daniel Kalczynski	Mandatos no Grupo	
	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA	Presidente do Conselho de Fiscalização
Thomas Keller	Mandatos externos	
	GEZE GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Susanne Kloess	Mandatos externos	
	Eurex Frankfurt AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização
	Postbank Direkt GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Stefan Knoll	Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	Mandatos no Grupo	
	RREEF Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Martin Konieczny	Mandatos no Grupo	
	DB Investment Services GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Krings	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Asset Management S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Presidente do Conselho de Fiscalização

Colaboradores do Deutsche Bank AG

Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Dr. Karen Kuder	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG	Membro do Conselho de Administração
Vikkrama Kumaravale	Mandatos externos HSS Engineers Berhad	Membro do Conselho de Administração
Tiina Lee	Mandatos externos CAF Bank	Diretor não executivo
Britta Lehfeldt	Mandatos no Grupo DB Investment Services GmbH Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Tiberio Massaro	Mandatos no Grupo DB Structured Derivative Products, LLC Deutsche Bank Securities Inc.	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Marc Melzer	Mandatos externos Investitionsbank Sachsen-Anhalt	Membro do Conselho de Administração
Karen Meyer	Mandatos no Grupo Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Gianluca Minella	Mandatos externos HIS Markit Ltd	Diretor não executivo
Alain Moreau	Mandatos no Grupo Deutsche Asset Management Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Michael Münch	Mandatos externos Berlin Phil Media GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Mario Muth	Mandatos externos TradeWeb Markets LLC	Diretor não executivo
Henning Oldenburg	Mandatos externos Beutin AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jorge Otero	Mandatos no Grupo OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Mathias Otto	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Europe GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Jay Patel	Mandatos externos iSwap	Diretor não executivo
Thomas Pemsel	Mandatos externos BayBG Bayerische Beteiligungsgesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
David Petrie	Mandatos no Grupo German American Capital Corporation	Membro do Conselho de Administração
Thomas Piquemal	Mandatos externos Fimalac SA	Membro do Conselho de Administração
Jane Providenti	Mandatos no Grupo Deutsche Bank National Trust Company	Membro do Conselho de Administração
Mirjam Pütz	Mandatos no Grupo DB Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Rainer Rauleder	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A. Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Joseph Rice	Mandatos no Grupo DB Investment Partners, Inc. DB Structured Derivative Products, LLC DBAH Capital, LLC German American Capital Corporation	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Christiana Riley	Mandatos no Grupo Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Rueckbrodt	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A. Deutsche Bank Società per Azioni Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Administração
Dr. Anke Sahlén	Mandatos no Grupo Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA	Membro do Conselho de Fiscalização

Colaboradores do Deutsche Bank AG		
Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Dr. Herbert Schäffner	Mandatos externos BHS tabletop AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Schedl	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Daniel Schmand	Mandatos no Grupo OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Werner Schmidt	Mandatos externos AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Frank Schütz	Mandatos externos AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Rich Shannon	Mandatos no Grupo DB Global Technology, Inc. DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Stephen Shaw	Mandatos no Grupo RREEF Investment GmbH RREEF Spezial Invest GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Satvinder Singh	Mandatos externos Euroclear plc	Membro do Conselho de Administração
Eric-M Smith	Mandatos no Grupo DB U.S. Financial Markets Holding Corporation DBAH Capital, LLC Deutsche Bank Trust Company Americas DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Neil Smith	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Michael Spiegel	Mandatos no Grupo Deutsche Postbank AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Till Staffeldt	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Gülabatın Sun	Mandatos no Grupo PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Presidente do Conselho de Fiscalização
Peter Tils	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna OOO "Deutsche Bank"	Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Christof von Dryander	Mandatos no Grupo Deutsche Asset Management Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Nikolaus von Tippelskirch	Mandatos no Grupo Deutsche Bank (Suisse) SA	Membro do Conselho de Administração
David Waill	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Trust Company Americas	Membro do Conselho de Administração
Holger Wegmann	Mandatos no Grupo DB Investment Services GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Michael Welker	Mandatos no Grupo Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l. OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Wharton-Hood	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Peter Yearley	Mandatos no Grupo DB USA Corporation	Membro do Conselho de Administração
Dr. Daniel Zapf	Mandatos no Grupo OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Tanja Zschach	Mandatos externos Thüringer Aufbaubank, Anstalt des öffentlichen Rechts	Membro suplente do Conselho de Administração

Frankfurt am Main, 14 de março de 2017

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Administração



John Cryan



Kimberly Hammonds



Stuart Lewis



Sylvie Matherat



Nicolas Moreau



Garth Ritchie



Karl von Rohr



Marcus Schenck



Christian Sewing



Werner Steinmüller



Jeffrey Urwin

3-

Confirmações

200	Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração
201	Relatório do auditor

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e os resultados do Deutsche Bank AG e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Deutsche Bank AG, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Deutsche Bank AG.

Frankfurt am Main, 14 de março de 2017



John Cryan



Kimberly Hammonds



Stuart Lewis



Sylvie Matherat



Nicolas Moreau



Garth Ritchie



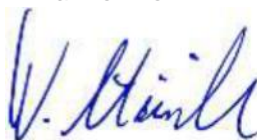
Karl von Rohr



Marcus Schenck



Christian Sewing



Werner Steinmüller



Jeffrey Urwin

Relatório do auditor

Auditámos as demonstrações financeiras anuais, incluindo o balanço, a demonstração de resultados e as notas das demonstrações financeiras, juntamente com o sistema de contabilidade, e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, Frankfurt am Main, para o exercício de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. A manutenção dos documentos e registos e a preparação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão de acordo com o direito comercial alemão são da responsabilidade da administração da Empresa. A nossa responsabilidade é emitir um parecer relativo às demonstrações financeiras anuais, juntamente com o sistema de contabilidade, e ao relatório de gestão com base na nossa auditoria.

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais de acordo com o § 317.º do HGB [“Handelsgesetzbuch”: “Código Comercial alemão”] e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para a auditoria das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). Essas normas exigem o planeamento e a realização da auditoria de modo que os erros que afetam significativamente a apresentação dos ativos líquidos, a posição financeira e os resultados de operações nas demonstrações financeiras anuais de acordo com os princípios [alemães] de contabilidade adequada e no relatório de gestão sejam detetados com um grau de segurança razoável. O conhecimento das atividades comerciais e do ambiente legal e económico da Empresa, bem como as expectativas de possíveis erros são tidos em conta na determinação dos procedimentos de auditoria. A eficácia do sistema de controlo interno relacionado com a contabilidade e as provas que apoiam as divulgações nos documentos e registos, nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão são principalmente examinadas através de testes, no âmbito da auditoria. A auditoria inclui a avaliação dos princípios contabilísticos utilizados e das estimativas significativas feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão. Acreditamos que a nossa auditoria fornece uma base razoável para a nossa opinião.

A nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da nossa auditoria, as demonstrações financeiras anuais estão em conformidade com os requisitos legais e apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos líquidos, a posição financeira e os resultados das operações da Empresa de acordo com os princípios [alemães] de contabilidade adequada. O relatório de gestão é consistente com as demonstrações financeiras anuais, cumpre os requisitos estatutários alemães e, em termos globais, fornece uma visão adequada da posição da Empresa e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Frankfurt am Main, 15 de março de 2017

KPMG AG

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft



Pukropski

Wirtschaftsprüfer



Beier

Wirtschaftsprüfer

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

2017

Calendário Financeiro

27 de abril de 2017
Relatório intercalar de 31 de março de 2017

18 de maio de 2017
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

27 de julho de 2017
Relatório intercalar de 30 de junho de 2017

26 de outubro de 2017
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2017

2018

Calendário Financeiro

2 de fevereiro de 2018
Resultados preliminares referentes ao
exercício de 2017

16 de março de 2018
Relatório Anual de 2017 e Formulário 20-F

25 de abril de 2018
Relatório intercalar de 31 de março de 2018

24 de maio de 2018
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

26 de julho de 2018
Relatório intercalar de 30 de junho de 2018

25 de outubro de 2018
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2018